DAVID JOSÉ CAUME

A TESSITURA DO "ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA"
Discursos e Práticas Instituintes de um Espaço Agenciado pelo Poder

Tese de Doutorado em Ciências Soc
apresentada ao Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas,
orientação do Prof. Dr. Rubem Murilo L
Rêgo.

Este exemplar corresponde a versão final
da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 18/04/2002

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos

Prof. Dr. Jadir de Morais Pessoa

Profa. Dra. Vera Botta Ferrante (suplente)

Campinas, Abril/2002.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
C311t
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 49503
PROC 16-83710
C _____ D X
PREÇO R$ 11,00
DATA 08/06/02
Nº CPD _____

CM00168735-0

BIB ID 243459

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 311 t

Caume, David José
A tessitura do assentamento de reforma agrária: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder / David José Caume. - - Campinas, SP : [s. n.], 2002.

Orientador: Rubem Murilo Leão Rêgo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 2. Comissão Pastoral da Terra. 3. Reforma agrária. 4. Assentamentos humanos. I. Rego, Rubem Murilo Leão. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

DAVID JOSÉ CAUME

A TESSITURA DO "ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA" - DISCURSOS E PRÁTICAS INSTITUINTES DE UM ESPAÇO AGENCIADO PELO PODER -

Tese de Doutorado em Ciências So
apresentada ao Departamento de Sociologia
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas,
orientação do Prof. Dr. Rubem Murilo L
Rêgo.

Este exemplar corresponde a versão final
da tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 18/04/2002

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos

Prof. Dr. Jadir de Morais Pessoa

Profa. Dra. Vera Botta Ferrante (suplente)

Campinas, Abril/2002.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

00254/6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 311 t

Caume, David José
A tessitura do assentamento de reforma agrária: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder / David José Caume. - - Campinas, SP : [s. n.], 2002.

Orientador: Rubem Murilo Leão Rêgo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 2. Comissão Pastoral da Terra. 3. Reforma agrária. 4. Assentamentos humanos. I. Rego, Rubem Murilo Leão. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

RESUMO

O trabalho analisa a produção social de dois "assentamentos de reforma agrária": um no Estado do Rio Grande do Sul e outro no Estado de Goiás. O autor inventaria a rede discursiva e as práticas sociais que constróem determinadas visibilidades e dizibilidades sobre os agricultores assentados e sobre os assentamentos, investigando esses discursos como instrumentos estratégicos nas relações de poder que perpassam esses espaços.

Considerando os "assentamentos" enquanto atravessados por relações de poder e de luta, o trabalho investiga, particularmente, a ação de três instâncias sociais (o Estado, o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - e a CPT - Comissão Pastoral da Terra) que agenciam politicamente esses espaços, trabalhando no sentido de enquadrá-los sob específicas formas de organização e estruturação e modelando determinados modos de pensar, agir e sentir dos homens e mulheres que ali vivem.

ABSTRACT

The work analyses the social production in two land reform settlement: one of them in Rio Grande do Sul State and another in Goiás State. The author inventories the discursive network and the social practices which build up certain visibilities about the settled peasants and the settlement, investigating their speeches as strategic tools in the power relations which pervade these places.

Taking the settlement influenced by the power relations and fights, this work investigates, particularly, the action of three social areas (the State, the Movement of Landless Rural Workers – MST and Pastoral Land Commission – CPT) which politically rule these places, working towards to frame them into specific form of organization and structures, and shape certain ways of thinking, acting and feeling of men and women who there live.

Para

Andréa, mulher e companheira que amo

Marina, filha que adoro.

AGRADECIMENTOS

Meu itinerário de pesquisa foi marcado por muitos encontros sem os quais não teria chegado ao término deste trabalho. Neste momento, recordo algumas dessas pessoas e agradeço

Ao Prof° Dr° Rubem Murilo Leão Rego, meu orientador;

Ao Prof° Dr° José Vicente Tavares dos Santos, que teve importante participação em meus caminhos pelas Ciências Sociais;

Aos agricultores gaúchos e goianos que me receberam com carinho, atenção e respeito;

Às secretárias Dagmar e Joana, da Comissão Pastoral da Terra, em Goiânia, que atenciosamente me franquearam o acesso ao acervo bibliográfico da entidade;

Ao Pe. Arnildo Fritzen, que sonha com outro mundo e que, com toda generosidade, me abriu seu rico arquivo de fotos e documentos relacionados à luta social pela terra no Rio Grande do Sul;

A todos aqueles pesquisadores que generosamente me possibilitaram o acesso a importantes documentos e pesquisas acadêmicas, como Jadir de Morais Pessoa, Fernando F. Curado e Pedro A. Bavaresco;

A agentes de pastoral, técnicos do INCRA e de assistência técnica que se dispuseram a relatar suas experiências em "assentamentos de reforma agrária";

Ao CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares) pelo apoio logístico e, em especial, ao sempre amigo Pita;

Ao Programa PIDCT-CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

"Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir."

Michel Foucault

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

1. Apresentação 01
2. Construção do Objeto Sociológico 05
3. Operacionalização do Objeto Sociológico 14
4. Plano da Obra 21
5. O Estado Brasileiro e a Emergência de uma Política de "Assentamentos de Reforma Agrária" 24
   - 5.1. "Assentamentos de Reforma Agrária": produtos da luta e instrumentos de controle social 28
   - 5.2. A Governabilidade do Espaço Social "Assentamento de Reforma Agrária" 39

PARTE I – ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO: a construção do espelho 63

1. A Produção Social do "Colono Sem Terra": trajetórias de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul 65
2. A Retomada da Luta pela Terra e a Gênese do MST no Rio Grande do Sul 87
3. O MST e os Assentamentos de Reforma Agrária: um espaço social agenciado por um projeto político 105
4. As Práticas Instituintes do Assentamento 16 de Março 167
   - 4.1. Narrativas individuais, trajetórias coletivas 168
   - 4.2. Acampamento da Fazenda Annoni: vida cotidiana, relações de poder e conflitos 176
   - 4.3. Assentamento 16 de Março e as práticas de agenciamento pelo MST 267

PARTE II – ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA: território de utopia na cartografia latifundiária 333

1. A Produção Social do "Peão Goiano": trajetórias de trabalhadores rurais em Goiás 335
2. Igreja e Trabalhadores Rurais em Goiás: estratégias e trajetórias 369
3. As Práticas Instituintes do Assentamento São João da Lavrinha 445

CONCLUSÃO 589

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 599

INTRODUÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

"... para o conhecimento, a realidade se manifesta em sua função essencial: fazer pensar."

Gaston Bachelard

Na segunda metade dos anos 1980 e ao longo da década de 1990 os chamados "assentamentos rurais" tornaram-se objeto de uma explosão de múltiplas construções discursivas de diferentes matizes, seja aquelas dos diferentes agentes sociais envolvidos no processo de sua produção social (Estado, MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sindicatos de trabalhadores rurais e agentes religiosos), seja da própria produção acadêmica que passou a tomar esse espaço social como objeto de investigação científica. Assiste-se à emergência dos "assentamentos rurais" como produtos de uma rede de discursos que, a partir de diferentes lugares e perspectivas, constróem diversas interpretações do que é e do que deveria ser esse espaço social.

Esse conjunto discursivo deu dizibilidade e visibilidade social à presença no espaço agrário brasileiro de algo considerado como novidade em nossa estrutura fundiária: o acesso à terra, até outubro de 1996, de em torno de 200.000 famílias

de agricultores sem terra, em um contigente de 1.636 "projetos de assentamento"[1].

Essa proliferação discursiva em torno dos "assentamentos" pode ser atribuída não apenas à curiosidade em explicar algo de "novo" que emergia em nosso corpo social ou pela sua expressão empírica, mas principalmente pela sua íntima articulação às controvérsias em torno da questão da reforma agrária no Brasil. Os discursos sobre os assentamentos passaram a constituir importantes armas, instrumentos de combate na batalha discursiva em torno da reforma agrária. Particularmente, a sua viabilidade econômica tornou-se um elemento central no debate político: defensores e adversários da reforma agrária produzem e reproduzem discursos e saberes que constróem o assentamento, seja, para os primeiros, como "demonstrações" de sua eficiência econômica, no intuito de ressaltar os aspectos positivos decorrentes de uma democratização do acesso à terra, seja, para os últimos, como "prova" do fracasso das políticas públicas de redistribuição fundiária.

De tradição marcada pela dominação oligárquica, a sociedade brasileira tem observado com expectativa o que acontece no interior desses "novos" espaços de sociabilidade. Como que manchas na cartografia latifundiária do país, os assentamentos despertam as mais díspares sensações e percepções sociais: desde o ódio daqueles que os vêem como produtos da desordem e da anarquia social à paixão daqueles que os visualizam como um espaço de concretização de sonhos utópicos de igualdade e fraternidade humana.

A produção acadêmica em torno da temática tem se inserido nessa batalha de discursos e através de discursos. Revisando a produção bibliográfica sobre os "assentamentos rurais" no Brasil, apesar da existência de belas pesquisas, me angustiava com algumas interrogações pessoais: por que, apesar de análises inseridas numa perspectiva crítica das Ciências Sociais, se tinha e se tem uma certa dificuldade em lidar com os conflitos no interior desses espaços sociais?

---

[1]. Dados do I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Ver SCHMIDT, Benício V., MARINHO, Danilo N. C., ROSA, Sueli L. C. (org.). (1998), *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

Enquanto um segmento desses trabalhos é orientando por uma perspectiva algo ingênua das relações sociais, delineando a conformação de uma comunidade de iguais nos assentamentos[2], a maioria dos autores apontam a existência de conflitos entre os trabalhadores (individuais x coletivos, militantes do MST ou não...)[3]. No entanto, não há uma problematização teórico-analítica desses enfrentamentos, sendo, muitas vezes, percebidos como ocorrências anômicas que, se resolvidos alguns problemas "estruturais" ou de conduta individual, naturalmente tenderiam a ser superados. Muitos não se furtam à tentação de apontar as possíveis soluções para os "problemas", participando, assim, ativamente na construção normativo-discursiva dos assentamentos; percebe-se, por exemplo, um claro campo delimitatório entre aqueles que defendem o processo coletivista nos assentamentos e aqueles propaladores das vantagens de um desenvolvimento agrícola baseado na agricultura de tipo familiar.

Em outra dimensão, observei nesses trabalhos um entrelaçamento entre o discurso científico e a enunciação política, particularmente aquela professada pelo MST. Nas análises, em conseqüência, se verifica, repetidas vezes, que a não adesão às propostas e lutas do Movimento são (des)qualificadas como sendo decorrência da *"falta de consciência"* ou da *"falta de clareza"*.

---

[2]. Ver, por exemplo, CARDOSO, Eulália E., (1994). Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. *Revista Reforma Agrária*, vol. 24, nº 3, Campinas, ABRA, p. 140-153; FREITAS, Enyr Antonio G. de., (1994). *O assentamento 'Mosquito': um registro para a história da reforma agrária em Goiás.* Goiânia, Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias/ICHL/UFG; e PANINI, Carmela, (1990). *Reforma agrária dentro e fora da lei.* São Paulo, Paulinas.

[3]. D'INCAO, Maria C. de, ROY, Gérard, (1995). *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; CAZELLA, Ademir, (1992). *Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes.* Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola/UFRRJ; NAVARRO, Zander, (1995). Assentamentos rurais, formatos tecnológicos e organização produtiva – o caso do Rio Grande do Sul. *Políticas Agrícolas*, vol. 1, nº 1, México, p. 81-117; ZIMMERMANN, Neusa, (1989). *Depois da terra, a conquista da cooperação*. Brasília, Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia/UnB; ESTERCI, Neide et. al., (1992). Assentamentos rurais: um convite ao debate. *Revista Reforma Agrária*, nº 3, vol. 22, Campinas, ABRA, p. 4-15; MEDEIROS, Leonilde S. de. et al., (1994). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora da UNESP; NEVES, Delma P., (1997). *Assentamentos: reforma agrária em migalhas*. Niterói, EDUFF; PESSOA, Jadir de Morais, (1999). *A revanche camponesa*. Goiânia, Editora da UFG; e PEREIRA, José R., (1999). Os trabalhadores coletivos da reforma agrária. Caxambu, XXIII Encontro Anual da ANPOCS.

Enfim, ainda que reconhecendo a contribuição desses trabalhos, me interrogava: por que era tão "complicado" assumir que o social é cortado pelo poder e é constituído por relações conflitivas, de guerra, de combate?

Foi a partir desse questionamento que comecei a perceber que essas análises estavam presas às próprias premissas. Grande parte delas, verificavam na luta pela terra empreendida pelos trabalhadores rurais um processo histórico-social de construção de classe, ou, na afirmação de muitos, de uma "identidade de classe"[4]. Nesse sentido, ao analisarem as relações sociais nos assentamentos se debatiam com a questão: por que trabalhadores, que estavam tão unidos durante o processo de luta (*"tempo de acampamento"*), quando chegavam à *"terra conquistada"* se enredavam em tantos conflitos e contradições?

No meu entender, nessa questão o referencial teórico-metodológico utilizado mostrava suas limitações. A teoria não dava conta de analisar todo e qualquer espaço social como perpassado por relações de poder e, em conseqüência, pelo conflito. O referencial teórico estava preso à pressuposição epistemológica, tão cara ao marxismo, que o embate social fundamental reside no conflito de classes. Como indivíduos que conformaram uma "identidade coletiva" no processo de luta poderiam estabelecer relações hierárquicas e assimétricas nos assentamentos? É por isso que muitos desses trabalhos ficam meio que atônitos diante dos confrontos e, incapazes de interpretá-los, acabam apenas por descrevê-los.

Alguns trabalhos, entretanto, enveredaram no caminho de tentar compreender esses processos conflitivos entre os assentados. A consistente obra de Maria Conceição D'Incao e Gérard Roy[5] pode ser inserida na perspectiva de analisar como diferentes instâncias sociais procuram modelar a vida social dos assentados. Minha perspectiva de construção do objeto investigado, ainda que mais próxima desta abordagem, propõe uma perspectiva sociológica diferenciada. Enquanto Maria Conceição e Gérard abordam o problema a partir das dificuldades da constituição de um campo democrático de relações sociais no interior dos

---

[4]. Em grande parte, alicerçados no arcabouço teórico-metodológico proposto pelo historiador inglês Edward Thompson.

assentamentos (muitas vezes, inclusive, a partir de uma abordagem normativa da democracia)[6], examino esse espaço social conflitivo a partir de outro referencial teórico-metodológico.

Utilizando-me particularmente das contribuições de Michel Foucault e de Pierre Bourdieu, construo sociologicamente meu objeto de pesquisa a partir de uma postura analítica que compreende o "assentamento de reforma agrária" enquanto um espaço social específico, caracterizado pela presença de uma rede de relações de poder que envolve trabalhadores rurais assentados e as múltiplas instâncias sociais que intervêm nos assentamentos (Estado, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sindicatos e agentes religiosos). Tentando por em dúvida, sob interrogação o que a todos parece ser evidente e cristalino, analiso os assentamentos como um campo marcado por relações de força, de disputa e de conflito de diferentes agentes que trabalham material e simbolicamente no sentido de produzir socialmente esse espaço.

2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO SOCIOLÓGICO

"Freqüentemente, a formulação de um problema é mais essencial que sua solução."

Einstein

Tentar superar uma visão idealizada do objeto científico investigado, onde o assentamento aparece construído como uma "comunidade", não representa tão somente reconstruir esse espaço social enquanto local conflitivo, marcado por *"diferenciações internas, grupos de interesse diversos e até opostos que, sob certas circunstâncias, podem se encontrar, se aglutinar, se polarizar e se tornar*

---

[5]. D'INCAO, Maria C., ROY, Gérard, (1995), op. cit..

[6] . Em meu entender, derivadas de uma concepção negativa do poder, que o exercício do poder representaria uma ação repressiva sobre as formas de pensar, agir e sentir dos indivíduos.

antagônicos"[7]. Corresponde, em minha postura epistêmica, a um outro processo de formulação do próprio objeto de conhecimento: se trata, sobretudo, de procurar desconstruir a intriga dos discursos que, ao falar dos e para os agricultores, instituem o personagem social assentado e o espaço social assentamento; busca-se deslindar as relações de saber/poder que produzem imagens e discursos que instituem a "realidade" dos assentamentos. Enfim, disponho-me a perscrutar os efeitos de poder decorrentes dessa teia discursiva que (re)constrói permanentemente esse espaço social e os indivíduos que nele vivem.

Nessa trajetória de análise, seja a "idealização" do assentamento como comunidade, seja sua visualização como lugar de concretização de lutas históricas dos trabalhadores, não constitui propriamente um falseamento da realidade, um ocultamento de processos sociais complexos pretensamente não percebidos pelo olhar de um investigador social desarmado dos instrumentos metodológicos adequados ao desvendamento do real. Entendo que a "idealização", assim como outras construções da "realidade" dos assentamentos, não passam de uma determinada forma de configurar e construir o objeto investigado; mais radicalmente, interpreto os múltiplos enfoques possíveis em sua positividade e produtividade, em sua capacidade de ao falar, contribuir efetivamente para a conformação do assentamento.

Na epistemologia foucaultiana, a construção de um objeto de pesquisa não consiste em uma representação de um objeto preexistente, mas na problematização enquanto *"conjunto de práticas discursivas e não-discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política, etc.)"*[8].

A construção idealizada do assentamento é por mim entendida como um olhar e uma fala produtiva; ela não corresponderia apenas a uma falsificação de um real pretensamente transparente e apreensível pelas categorias do conhecimento. A construção discursiva do assentamento enquanto "comunidade"

---

[7]. NEVES, Delma P., (1997), op. cit., p. 143.

tem uma positividade própria, que é de produzir esse real idealizado[9]. A discursividade se materializa na objetivação e subjetivação dos sujeitos e das relações sociais idealizadas, criando uma realidade para o que toma como objeto.

> O tipo de análise que eu pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico onde o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. O poder, portanto, não está externo ao discurso. O poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através dos discursos, pois que o discurso é, ele próprio, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.[10]

Utilizo como ferramenta de trabalho a noção foucaultiana do discurso como acontecimento[11]; não do discurso como suposta representação do real, que estabelece uma linha de demarcação entre o fato social e o discurso, mas dos discursos enquanto práticas que *"instituem figuras sociais, constroem identidades e objetivam o fato histórico, dando-lhe visibilidade e imprimindo-lhe um sentido determinado"*[12]. A perspectiva de análise do "assentamento de reforma agrária" por mim adotada dispõe-se a romper com uma visão naturalizada do assentamento como objeto científico dado; procuro, ao contrário, investigar as práticas sociais (discursivas e não-discursivas) que o engendram[13], pois falar e ver

---

[8]. FOUCAULT, Michel, (1984). O cuidado com a verdade. In ESCOBAR, Carlos H. de, (org.). *Dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Taurus, p. 76.

[9]. Há um entrelaçamento entre o discurso que idealiza com relações de poder que cortam o espaço social assentamento. Tanto o Estado quanto "agentes mediadores" difundem uma visão caracterizada pela convivência de iguais; para o Estado, isso é politicamente útil no sentido de melhor operacionalizar sua intervenção; para os mediadores e lideranças políticas é útil na constituição de um coletivo pretensamente uno e indivisível representado pelo mandatário.

[10]. FOUCAULT, Michel, (1994). Dialogue sur le pouvoir. In *Dits et écrits*, tomo III. Paris, Editions Gallimard, p. 465.

[11]. Questionando a percepção essencialista que acredita na coincidência entre o conceito e a coisa, entre a interpretação e o fato, entre as palavras e as coisas, Foucault interroga a ciência moderna bombardeando um de seus alicerces fundantes: a crença de que o conhecimento científico representa o discurso objetivo do real e, além disso, questiona a ciência a partir de seu imbricamento com relações de poder.

[12]. RAGO, Margareth, (1993). As marcas da pantera: Foucault para historiadores. *Resgate*, nº 5, Campinas, Centro de Memória/Unicamp/Papirus, p. 28.

[13]. Em *História da Loucura, História da Sexualidade* e em *Vigiar e Punir*, Foucault não se propõe a apontar as diferentes manifestações que assumiram concretamente, em diferentes formações sociais, os fenômenos da loucura, da sexualidade e do aprisionamento; o que sua forma de investigar interroga são as múltiplas práticas discursivas e não-discursivas, os diferentes regimes de verdade que objetivaram e instituíram os objetos de conhecimento "loucura", "sexualidade" e "prisão". Em *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, Foucault procura destravar a trama discursiva (médica, judiciária e a do próprio Rivière) que toma o personagem

o assentamento não é um ato de desvendamento de sua realidade, mas de sua própria criação, instituindo-o enquanto possuidor de foro de verdade.

Empreendo um esquadrinhamento do assentamento não com o objetivo de dar visibilidade a uma realidade que está oculta, de dar racionalidade científica a processos sociais de difícil apreensão por aqueles que não detêm os saberes da ciência, de estabelecer um discurso verdadeiro sobre a realidade desse espaço social; busco estabelecer *"uma análise dos 'jogos de verdade', dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado"*[14]. Não se pretende aqui produzir um outro discurso verdadeiro sobre os assentamentos e os assentados, mas desembaraçar o emaranhado discursivo que produz efeitos de verdade, o imbricamento da verdade (diferentes saberes) com relações de subordinação dos indivíduos.

Minha apreensão do objeto se diferencia (e aqui não está envolvida, de forma alguma, uma questão de mérito) das formas pelas quais as Ciências Humanas têm investigado esses agentes e espaços sociais. Se trata de uma outra posição do investigador diante do objeto investigado, uma alteração da perspectiva de análise que privilegie os fundamentos epistêmicos das formas de discurso que concebem os fatos e fenômenos sociais. Não pretendo visualizar o assentamento como produto da ação deliberada de um sujeito histórico unitário - os trabalhadores rurais sem terra, mas enquanto um espaço social perpassado por uma diversidade de agenciamentos que, ao produzirem efeitos de poder/saber, instituem e codificam-no de acordo com específicos interesses estratégicos. Assim, o assentamento e o assentado emergem como *"efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais"*[15]. Os discursos são considerados como códigos, práticas normativas que desejam orientar, objetivar as condutas humanas; enfim,

---

como objeto de discurso e de verdade, produzindo os múltiplos e diferentes Rivières: louco, cruel e justiceiro.

[14]. FOUCAULT, Michel, (1984). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.* Rio de Janeiro, Graal, 5ª ed., p. 12.

[15]. RAGO, Margareth, (1995). O efeito-Foucault na historiografia brasileira. São Paulo, *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP,* vol. 7, nº 1-2, p. 71.

o assentamento e os assentados são aqui tomados enquanto objetos de ação de múltiplas técnicas e procedimentos destinados a governá-los[16].

Construo um olhar sobre os assentamentos que os toma como um espaço social perpassado por uma *"batalha de discursos e através de discursos"*[17]. Discursos que dizem e fazem ver; discursos que, ao olhar do investigador, não interessa se são falsos ou verdadeiros, reais ou ilusórios, certos ou errados. Interessa entender como funcionam e de que maneira estão articulados a técnicas de poder, de seleção/exclusão dos homens e mulheres, crianças e adultos, inseridos nesse universo; agenciando e regulando o espaço social em conformidade com precisas orientações[18].

Acredito ser possível uma aproximação dessa perspectiva de análise proposta por Foucault, com a noção de lutas simbólicas pela instituição do real formulada por Bourdieu. Segundo o sociólogo francês, o poder simbólico consiste no poder de construção da realidade, de imposição de princípios de visão, divisão e classificação do mundo social. As lutas simbólicas consistem em disputas pela imposição da definição legítima do mundo social, onde está em jogo o monopólio da violência legítima, *"o poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social"*[19].

Entendo que Foucault e Bourdieu se inserem em uma mesma linha de pensamento que pressupõe que o real não é algo pronto e decifrável pelas categorias de conhecimento, mas que a ciência entre no jogo conflitivo da

---

[16]. Numa perspectiva foucaultiana, José Vicente Tavares dos Santos define governabilidade como *"tecnologias de poder que determinam a conduta dos indivíduos, ou de um conjunto de indivíduos, submetendo-os ao exercício das diferentes racionalidades políticas específicas que perpassam a vida em sociedade, relativas à produção, aos signos, à dominação e ao indivíduo."* TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1996). Michel Foucault: um pensador das redes de poderes e das lutas sociais. *Educação, subjetividade & poder,* v. 3, mar/jul, Porto Alegre, NESPE, p. 13.

[17]. FOUCAULT, Michel (org.), (1977). Apresentação. In *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.* Rio de Janeiro, Graal, p. XII.

[18]. *"... não há portanto verdade(s) independente(s) das relações de poder que a(s) sustenta(m) e que ao mesmo tempo ela(s) reconduze(m) e reforça(m), que não há verdade sem política da verdade, que toda a afirmação de verdade é indissociavelmente peça, arma ou instrumento no interior de relações de poder."* EWALD, François. (1993). *Foucault, a norma e o direito.* Lisboa, Veja, p. 21.

[19]. BOURDIEU, Pierre. (1989), Sobre o poder simbólico. In *O poder simbólico.* Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 12.

produção e difusão de "verdades" sobre o real. Pressupõem que não existe a verdade única do mundo social, cujo papel de decifrar é atribuído ao investigador social; para ambos, o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos e que o próprio ato de percepção implica um ato de construção desse mundo.

O poder simbólico é o poder de produzir o mundo social através (ainda que não somente) da enunciação, *"o poder mágico das palavras"*; poder que decorre da legitimidade adquirida perante o grupo social não só do conteúdo discursivo proferido (e, consequentemente, das condições sociais e históricas em que é proferido), mas principalmente daquele que o profere. *"... poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário"*[20].

O poder simbólico confere a seu detentor a autoridade socialmente reconhecida de impor uma certa visão do mundo social, fazendo uso de discursos legitimamente estabelecidos. Os discursos são, ao mesmo tempo, produtores e produtos de um poder simbólico, *"poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento"*[21].

Adotando uma concepção de poder de tipo positivo, Bourdieu, como Foucault, aponta que os saberes tem um efeito produtor sobre o real[22]. As teorias sociais, por exemplo, ao procurar interpretar o mundo social, acabam por exercer um poder de construção dessa realidade social.

O assentamento constitui um espaço social onde agentes diversos se embatem, traçam estratégias no sentido de legitimar ou subverter as posições

---

[20]. BOURDIEU, Pierre, (1989), op. cit., p. 14.
[21]. BOURDIEU, Pierre, (1990). Espaço social e poder simbólico. In *Coisas ditas,* São Paulo, Brasiliense, p. 166.
[22]. Ao que Bourdieu denomina de efeitos de teoria, Foucault designa por efeitos de verdade. Pierre Bourdieu entende ser papel da sociologia tomar os discursos científicos em sua positividade, isto é, considerando-os enquanto inseridos em *"lutas pela imposição da representação verdadeira da*

ocupadas, estabelecendo-se uma luta pela produção e imposição da visão legítima. O assentamento torna-se palco de conflitos entre diferentes agentes sociais procurando tornar concretos projetos diferenciados **para** os assentados; agentes estão em luta *"pela capacidade prescritiva do real, pelo 'efeito de teoria' dos discursos legítimos, para conseguir a implantação de seus projetos - ou melhor, de suas visões - de assentamento e de reforma agrária"*[23].

Ambos autores consideram os discursos inseridos em uma trama de disputas, onde nem todos têm a mesma possibilidade de falar e, principalmente, desses enunciados serem aceitos. Bourdieu aborda a necessidade de uma legitimidade simbólica de quem profere os discursos, da aquisição de reconhecimento e autoridade suficientes para ter condição de impor "verdades". Foucault afirma que se, por um lado, o saber confere autoridade para produzir dizibilidades e visibilidades, por outro, nem todos estão habilitados a produzir e difundir esses enunciados autorizados; é o que chama de *"sistema de interdição do discurso"*:

> Há sempre, em toda sociedade, um sistema de exclusão que faz com que a palavra de certos indivíduos não seja recebida da mesma forma que a palavra de não importa quem. Indivíduos cuja a palavra é mais sagrada que a de outros, ou cuja palavra, ao contrário, é mais inútil e mais vazia que as outras, e que, por causa disso, quando eles falarão não obterão a mesma crença, ou não obterão com suas palavras os mesmos efeitos que os indivíduos normais.[24]

Nesse sentido, o discurso confere capital simbólico, mas igualmente é dele produto; não basta apenas saber discursar para se tornar liderança, representante ou com o direito de falar para e pelo grupo. É preciso a existência de condições sociais que possibilitem o exercício dessa dominação simbólica nas trocas lingüísticas: *"... a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, mas também o discurso ritual ou a simples injunção (...), pretendem exercer só pode funcionar enquanto tal enquanto estiverem*

---

realidade, que contribuem para fazer a realidade tal como se apresenta ao registro". BOURDIEU, Pierre, (1988). *Lições da aula*. São Paulo, Ática, p. 14.

[23]. ROMANO, Jorge O., (1994). Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In MEDEIROS, Leonilde et al., (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão* multidisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, p. 256.

reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente lingüística do discurso."[25].

O MST e a Igreja, ao longo de suas trajetórias históricas de inserção nas lutas dos trabalhadores rurais, acumularam um capital simbólico capaz de legitimar, de lhes conferir autoridade na produção de discursos dos e para os assentados[26]. É essa legitimidade histórica que confere positividade aos discursos que proferem, sua capacidade de, ao falar, contribuir efetivamente para construir o que é falado.

Essa postura, entretanto, não significa visualizar os trabalhadores rurais, os assentados, meramente como indivíduos passivos e inertes frente a um poder que os sujeita. Isso, inclusive, significaria adotar uma concepção de poder contrária à proposta por Foucault. Rompendo com uma percepção essencialista do poder, Foucault entende que o poder não se localiza no Estado e não é privilégio de um agente social determinado; o poder não é uma propriedade que se detém ou não, mas uma relação de enfrentamento, uma relação de forças.

Dessa concepção relacional do poder[27] decorre que a um processo de dominação correspondem necessariamente determinadas formas de resistência ao exercício do poder. Não resistências a partir do exterior das próprias relações de poder, a partir de um grande projeto alternativo de poder, mas no interior das próprias relações. *"Em todo lugar há luta... e, a cada instante, se vai da dominação*

---

[24]. FOUCAULT, Michel, (1994). La folie et la societé. In *Dits et écrits*, tomo III (1976-1979). Paris, Éditions Gallimard, p. 483.

[25]. BOURDIEU, Pierre, (1996). *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo, EDUSP, p. 59-60.

[26]. Sobre o papel da Igreja e do MST na organização dos trabalhadores rurais envolvidos em conflitos de terra, ver entre outros: PESSOA, Jadir de Morais, (1999), op. cit. ; GAIGER, Luiz Inácio, (1987). *Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil.* Petrópolis, Vozes; FERNANDES, Bernardo M., (1996). *MST: formação e territorialização*. São Paulo, Hucitec; SCHMITT, Claudia J., (1992). *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do "colono sem-terra"*. Porto Alegre, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS; GEHLEN, Ivaldo, (1991). *Terres de lute et luttes pour la terre*. Paris, These de doctorat en Sociologie, Université Paris X – Nanterre; STEDILE, João P., FERNANDES, Bernardo M., (1999). *Brava gente: trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

[27]. Com a qual Bourdieu compartilha: *"Dizer, a propósito de alguém, que tem poder, por exemplo, ou perguntar-se quem, hoje em dia, detém realmente o poder, é pensar o poder como uma substância, uma coisa que alguns detêm, conservam, transmitem..."*. BOURDIEU, Pierre, (1988), op. cit., p. 37.

à rebelião, da rebelião à dominação, e é toda esta agitação perpétua que eu gostaria de tentar fazer aparecer"[28].

Enfim, entendo que os assentamentos constituem um espaço de lutas. Disputas configuradas não apenas pela busca do monopólio da representação dos trabalhadores entre os diferentes agentes externos ao espaço social, mas também de luta pela imposição de determinadas categorias de percepção e apreciação do mundo social. Diferentes matrizes discursivas pretendem impor suas categorias de visão, classificação e hierarquização do mundo social. Investigar essa multiplicidade de práticas discursivas e não-discursivas (do Estado, do MST, da Igreja) que procuram produzir a realidade do assentado e do assentamento constitui o fio condutor de minha investigação.

Inventario a rede discursiva (e as práticas sociais a ela articuladas) que formula múltiplas "verdades" que produzem determinadas visibilidades e dizibilidades sobre os assentados e os assentamentos, direcionando e enquadrando formas de organização e estruturação (produtiva, política, espacial, etc.), mas também formas de pensar, agir e sentir dos indivíduos que vivem e se relacionam nesse espaço social. Cartografo essa trama discursiva que institui os assentamentos, procurando decompor o jogo de discursos utilizados como instrumentos estratégicos nas relações saber/poder que perpassam o espaço social e perscruto os diferentes regimes discursivos que agenciam e tomam o assentamento como objeto. Decifro as relações de dominação e de luta no interior dos quais os discursos funcionam; *"gostaria de passar em revista não somente esses discursos, mas ainda a vontade que os conduz e a intenção estratégica que os sustenta"*[29].

---

[28]. FOUCAULT, Michel, (1994). Pouvoir et savoir. In *Dits et écrits*, tomo III (1976-1979). Paris, Éditions Gallimard, p. 407.
[29]. FOUCAULT, Michel, (1985). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 6ª ed., p. 14.

3. OPERACIONALIZÃO DO OBJETO SOCIOLÓGICO

É preciso saber converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas..."

Pierre Bourdieu

A construção racional de um objeto científico implica a necessidade de confrontá-lo com a realidade empírica, sujeitá-lo à imprescindível comprovação experimental. Para tanto, é preciso que nossas construções teóricas, assim como as hipóteses explicita ou implicitamente formuladas ao longo da construção do objeto de pesquisa, sejam, por meio de técnicas de pesquisa adequadamente escolhidas, operacionalizadas. É a forma como construímos o objeto investigado que determina as técnicas de pesquisa mais adequadas, pois *"as opções técnicas mais 'empíricas' são inseparáveis das opções mais 'teóricas' de construção do objecto"*[30]. As estratégias de pesquisa devem representar nossas teorias em ação, na medida em que, assim como a realidade não emerge para o pesquisador social como uma propriedade natural, mas como uma construção do pensamento, os "dados de investigação" são o resultado de operações formuladas a partir de uma determinada forma de interrogação do real.

Procurei manter uma permanente coerência epistemológica entre a construção do objeto sociológico por mim proposta e os procedimentos de "coleta de dados" e de determinação da "amostra pesquisada". Em relação à delimitação do campo de investigação, optei pela escolha de dois *loci*: o "Assentamento São João da Lavrinha", localizado no município de Goiás, Estado de Goiás, e o "Assentamento 16 de Março", situado em Pontão, Estado do Rio Grande do Sul. Ainda que não tenha desconsiderado os processos histórico-sociais bastante diferenciados que caracterizaram a formação do espaço agrário e de seus agentes sociais entre essas duas unidades da Federação, minha opção não esteve

primordialmente orientada por essa perspectiva; a escolha desses dois assentamentos foi, sobretudo, regulada pela busca de encontrar espaços sociais caracterizados pela visível presença de diferentes instâncias sociais que atuam na tessitura do "assentamento de reforma agrária", particularmente o Estado (através do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o MST e a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Pesquisar um assentamento gaúcho e outro goiano esteve, portanto, relacionado ao fato que, em Goiás, a CPT se constituiu, ao menos nas últimas décadas, na principal agência de mediação da luta pela terra e que, no Rio Grande do Sul, o MST teve seu berço histórico de formação e onde tem se notabilizado por uma atuante presença na organização dos trabalhadores rurais assentados[31].

A seleção do "Assentamento São João da Lavrinha" esteve vinculada não apenas ao fato que é em Goiás que atualmente desenvolvo minhas atividades acadêmicas, mas também porque sua instituição esteve relacionada à marcante presença da CPT como agente de mediação e mesmo de representação. Durante a década de 1990, a "Lavrinha" foi considerada a *"menina dos olhos verdes da Igreja"*, como me afirmou um ex-assentado, pois agentes religiosos ali investiram recursos materiais e simbólicos visando construir uma experiência de reforma agrária que pudesse se tornar um exemplo referencial para outros assentados do Estado e da região. Pesquisar essa experiência, portanto, representava a possibilidade de conseguir dar visibilidade às práticas discursivas e não discursivas delineadas por essa agência social nos "assentamentos de reforma agrária".

O "16 de Março", por sua vez, constituiu o exemplo paradigmático de um assentamento idealizado pela intervenção do MST. Confesso que não cheguei

---

[30]. BOURDIEU, Pierre, (1989). Introdução a uma sociologia reflexiva. In *O poder simbólico.* Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 24.

[31]. Apresentando dados do "DATALUTA" (Banco de Dados da Luta pela Terra), Bernardo Mançano Fernandes expõe que, em 1999, existiam em Goiás 113 assentamentos de reforma agrária, dois quais apenas 16 (13%) seriam ligados politicamente ao MST. Em contrapartida, no Rio Grande do Sul, 95% das famílias até então assentadas seriam vinculadas ao Movimento. Números que inequivocamente demonstram diferenciais de inserção da organização nas duas unidades da Federação. Ver FERNANDES, Bernardo Mançano, (2000). *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis, Vozes.

sozinho à identificação desse assentamento com o MST; em entrevista com um dirigente estadual do MST, em Porto Alegre, em dezembro de 1999, indaguei quais os critérios que o Movimento utilizava no sentido de definir os assentamentos "mais bem sucedidos" no Estado. Respondeu-me que *"os assentamentos com a cara do MST"* são aqueles que apresentam: cooperativas de produção, escola que segue as diretrizes do Movimento, agroindústrias, agrovila, manejo ecológico dos recursos naturais e forte implantação dos núcleos organizativos do Movimento. Tendo essas referências, com sua ajuda, fui delineando aqueles assentamentos controlados politicamente pela Organização que se aproximassem do *"tipo ideal"* construído. A conformidade com ao menos boa parte dessas características, o fato de que sua origem estava relacionada ao próprio surgimento do MST gaúcho e também a circunstância de que já havia desenvolvido atividades de pesquisa naquela região, me conduziu a escolher o "Assentamento 16 de Março", localizado na antiga Fazenda Annoni, como um de meus campos investigados.

Na perspectiva da vigilância epistêmica proposta por Gaston Bachelard[32], escolhi os instrumentos de pesquisa que julguei adequados a fazer emergir a trama narrativa que orientara minha construção do objeto. Fiz uso, particularmente, da técnicas de entrevista e da observação participante.

Participando de reuniões e festas, percorrendo o cotidiano dos assentamentos pesquisados, procurei estar permanentemente atento às falas e práticas sociais dos homens e mulheres que ali vivem e se relacionam. Não apenas registrando-os como dados naturalizados, mas articulando-os com minhas teorias referenciais, com meu modo de olhar o objeto investigado, (re)construindo cadeias de significação. A observação participante me permitiu tanto observar as práticas discursivas que emergem nos espaços informais de sociabilidade, quanto analisar as condições sociais de produção dos discursos[33].

---

[32]. BACHELARD, Gaston, (1988). *La formación del espíritu científico*. México, Siglo Veintiuno Editores, 15ª ed..

[33]. CARDOSO, Ruth, (1986). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In CARDOSO, Ruth, (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 95-105; HAGUETTE, Maria Frota Teresa, (1987). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, Vozes.

Nas entrevistas com técnicos estatais, agentes religiosos e representantes do MST recorri à estratégia de "depoimentos orais"[34], circunscritos a determinados temas e períodos, propostos em meu "roteiro de entrevistas", procurando obter o testemunho dos entrevistados sobre suas experiências de inserção no campo pesquisado, permitindo a análise da auto-imagem e explorando os objetivos e estratégias de atuação junto aos assentados. Procurei fazer com que nessas conversas, se revelassem (explícita ou subliminarmente) as práticas discursivas e não discursivas operadas por esses agentes no sentido de produzir o assentado e o assentamento idealizados em seus projetos.

Nas entrevistas com os agricultores e agricultoras fiz uso preferencial de estratégias narrativas livres – "relatos orais de vida"[35], pois me interessava apreender os distintos significados que os indivíduos atribuem à identidade coletiva de "assentados" e reconstituir sua trajetória social[36]. Embora tenha possibilitado ao entrevistado liberdade total de expressão para relatar aquilo que considerasse mais significativo em suas reminiscências pessoais, solicitei que abordasse de modo mais especial determinados aspectos ou *fases* de sua vida, como as condições sociais de existência anteriores ao engajamento no processo coletivo de luta pela terra, o *"tempo de acampamento"* e a vivência cotidiana no assentamento.

Busquei, em cada história de vida, o rearranjo e a reapropriação dos diferentes discursos normatizadores que incidiram e incidem na vida do assentamento; o que não implica, por outro lado, que a "história de vida" seja meramente a reprodução de uma memória enquadrada pelos agenciamentos sociais, podendo inclusive representar uma possibilidade de emergência de memórias dissonantes, silenciadas e subterrâneas. Para Michael Pollak, as memórias individuais (*"reminiscências pessoais"*) sempre extravasam os limites de

---

[34]. LANG, Alice Beatriz da Silva G., (s.d.). *História oral: procedimentos e possibilidades.* Mimeo..

[35]. Sobre a técnica do "relato oral de vida", ver LANG, Alice Beatriz da Silva G., (s.d.), op. cit..

[36]. O uso sociológico da "história de vida" implica no estabelecimento das relações entre indivíduo e sociedade, objetivando com essa técnica reconstruir a trajetória social de um coletivo, *"reconstruir uma experiência humana vivida em grupo."* MARRE, Jacques L., (1991). História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia: metodologias de pesquisa*, vol. 3, n. 1, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, p. 89.

enquadramento impostos pela "memória coletiva" socialmente construída e propagada, pois *"os indivíduos e os grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadradores de uma memória coletiva a um nível mais global se esforçam de minimizar ou eliminar."*[37].

As múltiplas histórias de vida desses agricultores não são consideradas enquanto reconstruções ou representações do que foi efetivamente vivido; se sua história é falsa ou verdadeira não tem qualquer importância epistemológica, pois ao investigador social cabe o papel de decodificar as teias que tecem a construção do relato. Esses relatos orais não são tomados enquanto registros da história, mas enquanto construções da história a partir do presente que permitem perceber que os próprios assentados constituem pontos por onde passa a rede de poder que opera no interior dos assentamentos, normatizando seu pensar e seu agir.

O uso de "histórias de vida" numa perspectiva sociológica mostrou-se um importante instrumento de configuração do assentamento como um espaço de caráter conflitivo, na medida em que tal técnica propiciou dar visibilidade às narrativas polifônicas ou multivocais, às múltiplas apreensões da história e do presente construídas a partir de diferentes lugares e posições sociais, dando possibilidade de emergência de um conflito de narrativas para que pudesse compor uma narrativa de conflitos[38].

Minha postura durante a investigação foi pautada pela flexibilidade metodológica. Não hesitei em proceder a sucessivas adaptações e reformulações dos eixos temáticos presentes nos roteiros de entrevistas previamente formulados[39], fugindo substancialmente dos padrões originais e procurando adaptá-los às histórias de vida de cada entrevistado e/ou a sua posição na trama de conflitos por mim construída e que ia ganhando novos e outros contornos à medida que a investigação de campo se desdobrava. Muitas vezes, inclusive,

---

[37]. POLLAK, Michael, (1985). Enquadramento e silêncio: o trabalho da memória. *Pénélope, Mémoires de femmes*, cahier nº 12, Paris, p. 36.

[38]. BURKE, Peter, (2000). Desafios de uma história polifônica. In *Cadernos Mais!, Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de outubro, p. 18-19.

[39]. Esses "roteiros de entrevista" originais foram elaborados após uma minuciosa leitura de diferentes trabalhos acadêmicos relacionados aos assentamentos pesquisados, procurando com isso estabelecer eixos temáticos a partir de uma primeira aproximação com o objeto investigado.

surpreendido pela trama narrativa do entrevistado, simplesmente desconsiderei as questões inicialmente propostas e propiciei as condições de possibilidade para que discursividades inesperadas viessem à tona.

Sob essas mesmas premissas, preocupado em captar as experiências sociais das mulheres no espaço do assentamento, contei com a colaboração da historiadora Andréa Ferreira Delgado para a realização das entrevistas com mulheres. Este procedimento foi orientado pela percepção de que existem diferenciações de gênero no processo de construção da memória[40], visto que as histórias vividas e narradas são marcadas por sistemas de representações, valores e práticas que são produto da internalização das construções históricas e sociais dos gêneros masculino e feminino que dão significado aos modos de ser, perceber e estar no mundo. Considerei que a identidade de gênero entre pesquisadora e entrevistadas era uma condição importante para que emergisse uma "perspectiva feminizante" das trajetórias sociais analisadas e dos processos conflitivos vividos.

Tais procedimentos me levaram a não determinar uma amostra fixa e pré-determinada de entrevistas a serem realizadas. Trabalhei com o critério qualitativo da saturação[41], isto é, de encerrar o trabalho de campo quando julgasse que os depoimentos coletados satisfaziam os objetivos formulados e davam condições de emergência às múltiplas vozes (e silêncios) representativas da diversidade de experiências humanas, pontos de vista e trajetórias pessoais presentes no interior do grupo social investigado[42]. Isso me levou à realização de um trabalho cansativo, mas plenamente compensador: na investigação do "16 de Março", realizei 42 entrevistas gravadas (38 com agricultores e agricultoras, 1 com técnico

---

[40]. A memória enquanto forma de relação com o tempo e com o espaço, prolongamento de uma existência social e historicamente datada, é profundamente sexuada ou generificada. Cf. PERROT, Michelle, (1989). Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História,* nº 18, São Paulo, p. 9-18.

[41]. O critério de saturação é regulado pela argúcia do pesquisador em perceber o esgotamento de temas, estratégias, juízos, etc. presentes nas "histórias de vida" já coletadas. Assim, quando o pesquisador percebe que os relatos começam a se repetir, significa que atingiu-se a saturação do universo investigado. Cf. MARRE, Jacques L., (1991), op. cit..

[42]. O procedimento de construção de uma amostragem de natureza qualitativa explica o número bastante diferenciado de entrevistas realizadas em cada um dos casos, além do fato que o número de famílias assentadas no 16 de Março é bastante superior ao da Lavrinha.

estatal de assistência técnica, 1 com o superintendente estadual do INCRA e duas com agentes religiosos); na "Lavrinha", produzi um total de 23 entrevistas gravadas (14 com agricultores e agricultoras; 1 com técnico estatal de assistência técnica; 3 com técnicos do INCRA e 5 com agentes religiosos da CPT de Goiás[43]).

Fiz também uso do "diário de campo", relatando acontecimentos que presenciei no cotidiano da pesquisa, descrevendo as condições em que foram realizados os primeiros contatos com os investigados e esboçando impressões pessoais das entrevistas efetuadas. Esse instrumento mostrou-se bastante eficiente, particularmente, para registrar conversas informais, tecidas na ausência do "comprometedor" equipamento de gravação e permitindo, portanto, que pudesse construir mais densamente a trama conflitiva que colocava obstáculos à emergência de determinados e específicos discursos. Impressões elaboradas normalmente no final da noite, mas sempre resultantes de discussões travadas pelos dois pesquisadores.

No dia-a-dia da investigação, além da permanente preocupação em coletar novas fontes, uma relação amigável com determinados investigados propiciou, muitas vezes, o acesso a documentos "inesperados", componentes de acervos pessoais, como fotografias, correspondências, carteiras de filiação a organizações sociais, documentos de circulação restrita, etc..

Na análise dos documentos escritos, tomei-os como documentos-monumentos[44], isto é, enquanto construções discursivas do grupo ou agência que os produziram, procurando desconstrui-los e dando emergência ao regime de verdade ao qual estavam vinculados e às práticas sociais a eles articuladas.

Para analisar as intenções e práticas dos agentes do Estado no interior dos assentamentos, recorri a projetos e relatórios elaborados pelos técnicos do Estado, onde explicitam, sob sua ótica, os principais problemas dos assentamentos e as intervenções necessárias para saná-los. Esses documentos

---

[43]. Com exceção daqueles que não expuseram qualquer restrição à sua identificação pessoal, todos os demais entrevistados aparecem designados ao longo do trabalho por nomes fictícios.
[44]. FOUCAULT, Michel, (1987). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense, 3ª ed.; LE GOFF, Jacques, (1984). Documento/monumento. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1. Memória-História, Portugal, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 95-106.

permitiram dar emergência ao projeto de assentamento idealizado pelo Estado e as formas de ação adotadas para tornar real essa idealização, revelando os modos de percepção e de orientação sobre o espaço social assentamento.

Em relação ao MST e à CPT adotei o mesmo procedimento, procurando nas inúmeras publicações (*cadernos de formação, cartilhas, boletins, jornais, relatórios...*), procurando dar visibilidade a suas respectivas, explícitas ou subliminares, propostas de regulação e enquadramento dos assentamentos.

4. PLANO DA OBRA

O trabalho se encontra estruturado em duas partes, tomando como eixo diferenciador as análises desenvolvidas em torno de cada um dos "estudos de caso"[45] pesquisados: na Parte I, tomo como centralidade da narrativa as práticas histórico-sociais de constituição do Assentamento 16 de Março, localizado no município de Pontão-RS, particularmente norteado pela ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como agente marcante na modelação de um assentamento com determinadas características sociais, econômicas e políticas; na Parte II, analiso o processo de instituição do Assentamento São João da Lavrinha, localizado no município de Goiás-GO, especialmente preocupado em dar visibilidade às práticas discursivas e não-discursivas de agentes religiosos da Comissão Pastoral da Terra que elegeram tal assentamento como um espaço privilegiado para sua intervenção ao longo da década de 1990.

No interior de cada uma dessas partes, a construção do texto obedece ao mesmo princípio, na medida em que se procura compreender não apenas as relações sociais e as práticas de poder que hoje se desdobram no interior de cada

---

[45]. Embora o "estudo de caso" permita abarcar um dada totalidade social (no caso, o assentamento de reforma agrária), esta totalidade sempre resulta de um trabalho de construção científica vinculado ao problema a ser investigado. Portanto, não se quer tudo ver e tudo analisar nos assentamentos pesquisados, mas os aspectos relacionados ao objeto sociológico por mim construído. Sobre as potencialidades e limites do "estudo de caso" nas Ciências Sociais, ver GOLDENBERG, Mirian, (1997). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, Record.

um dos assentamentos pesquisados, mas também analisar as trajetórias históricas dos diferentes agentes que se cruzam naqueles espaços sociais. Como, num determinado tempo e espaço, esses trabalhadores se tornam alvo de determinadas práticas e são objetivados por determinados discursos produzidos por diferentes instâncias, como o Estado, a CPT e o MST? Como se dá o cruzamento entre essas instâncias com os trabalhadores assentados? Que circunstâncias histórico-sociais e (des)venturas pessoais propiciaram esse encontro? Como, historicamente, MST e CPT se tornaram agentes legítimos capazes de falar para e pelos trabalhadores rurais que lutam pela terra?

Foi com esse conjunto de questões que procurei (re)construir a emergência dessas diferentes instâncias e o processo de legitimação enquanto agências capacitadas e autorizadas a produzir e difundir verdades sobre, para e pelos agricultores hoje assentados. Perscrutar como, historicamente, se conquistou esse "discurso de autoridade" capaz de objetivar e subjetivar os trabalhadores rurais.

Não obstante, foi preciso igualmente (re)edificar, não a partir de marcos de determinação estrutural, mas tomando a singularidade das histórias de vida, como se efetivaram as condições de possibilidade para que os agricultores assentados se tornassem objeto da teia discursiva produzida por essas diferentes instâncias de mediação e representação. Às trajetórias individuais, que são também coletivas, colocou-se para o investigador social a necessidade de articulá-las aos processos sociais e históricos mais amplos, recorrendo à produção bibliográfica disponível. Esse procedimento também possibilitou que pudesse retomar, nas especificidades de cada um dos estudos realizados, o processo de produção social do "colono sem terra" e do "peão goiano", visando compreender como as formas de pensar e agir propostas pelas instâncias de agenciamento se interrelacionam com as mentalidades, disposições e formas de comportamento que conformam o *habitus* dos trabalhadores e camponeses do centro e do sul do país, regiões caracterizadas por um espaço agrário e por uma história social e econômica bastante diferenciados.

Em cada uma das referidas partes constitutivas do trabalho, dediquei uma significativa importância à análise crítica das matrizes discursivas de MST e CPT,

procurando delinear tanto o *tipo ideal* de assentamento presente em seus projetos, quanto as práticas de poder devotadas à construção do espaço social e de objetivação e subjetivação dos homens e mulheres, adultos e crianças que ali vivem, trabalham e se relacionam, conformando determinadas sociabilidades e específicos modos de pensar, agir e sentir.

Nos capítulos intitulados "Práticas Institutivas" de cada um dos assentamentos procurei ter sempre presente a dimensão histórica e relacional dos processos sociais. Dediquei-me a tecer uma narrativa que conferiu grande importância às falas (conflitantes e contraditórias) dos próprios agentes sociais, não com o intuito de conferir juízos de valor, de veracidade a esta ou àquela dizibilidade, mas construir uma exposição centrada na visibilização de uma trama conflitiva a partir do próprio conflito de narrativas. Julgando ser o procedimento que tanto facilitaria o acompanhamento da teia de conflitos que foi delineando, desde o *"tempo de acampamento"*, a produção social do assentamento, quanto possibilitaria visibilizar as especificidades de cada "estudo de caso", decidi por uma narrativa que, na medida do possível, respeitasse a ordem cronológica dos eventos histórico-sociais.

Assim como em relação ao MST e à CPT, foi necessário retomar a processualidade que propicia o cruzamento das práticas discursivas e não discursivas que fundamentam a ação estatal em relação aos "assentamentos de reforma agrária". Para tanto, procedi à (re)construção da trajetória das políticas públicas direcionadas à conformação do espaço agrário brasileiro, ressaltando as rupturas, as descontinuidades, as diferentes racionalidades que a orientaram em diferentes períodos, visando entender o sentido estratégico da ação estatal nos casos estudados. Na inconveniência de inserir essa análise em uma ou outra das partes estruturantes do trabalho, optei, embora admitindo os problemas dessa alternativa, por colocá-la como um dos itens da presente Introdução.

5. O ESTADO BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DE UMA POLÍTICA DE "ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA"

A emergência dos "assentamentos de reforma agrária" como um instrumento efetivo de aplicação de políticas públicas pelo Estado brasileiro tem seu marco na redemocratização institucional do país em meados da década de 1980. Até então, as práticas de intervenção estatal sobre o espaço agrário tinham privilegiado de sobremaneira a estratégia da colonização agrícola em detrimento da redefinição da estrutura da propriedade da terra no país[46].

Embora dotados dos instrumentos jurídico-legais e burocrático-administrativos necessários à efetivação de um amplo processo de redistribuição fundiária no país, os sucessivos governos militares (1964-1984) tomaram a estratégia da colonização agrícola na Região Amazônica como a principal iniciativa no campo das políticas agrárias. Uma estratégia que se colocava como resposta do Estado às lutas sociais que professavam a reforma agrária como mecanismo de desenvolvimento econômico-social.

A colonização agrícola se reiterava, na racionalidade estatal, como uma técnica social de dominação que visava, não apenas regular os conflitos sociais em torno da questão da terra, mas também gerenciar o processo de apropriação do espaço fundiário por diferentes agentes. Para além dessa ação estatal que visava controlar o corpo social em sua totalidade, José Vicente Tavares dos Santos apontou os diferentes mecanismos e estratégias ativados pelo Estado no interior dos novos espaços sociais criados ("projetos de colonização") que procuravam a produção de um "colono modelo", economicamente produtivo, tecnicamente moderno e politicamente dócil[47].

O advento da "Nova República", em 1985, significou, ao nível das políticas estatais, uma reorientação das estratégias de estruturação do espaço agrário brasileiro: a reforma agrária, operacionalizada pela criação dos chamados

---

[46]. Sobre as transformações da política de colonização conduzida pelo Estado brasileiro desde o período imperial até a contemporaneidade, remeto o leitor ao excelente trabalho de TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1993). *Matuchos: exclusão e luta.* Petrópolis, Vozes.

[47]. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1993), op. cit..

"projetos de assentamento", tornar-se-ia o instrumento privilegiado de ordenamento agrário pelo Estado no país. Do mesmo modo, as desapropriações por interesse público deveriam substituir à colonização de terras devolutas como meio de propiciar uma desconcentração da estrutura fundiária nas próprias regiões de conflito pela propriedade ou posse da terra.

Apoiado em compromissos assumidos durante o processo de transição do regime autoritário à democracia, principalmente com a Igreja Católica e com o sindicalismo de trabalhadores rurais, o Presidente José Sarney criou o MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento). Para Ministro, foi designado o advogado e professor universitário Nelson Ribeiro, estreitamente ligado às forças reformistas católicas, e, para Presidente do INCRA, um histórico defensor da reforma agrária, o Engenheiro Agrônomo José Gomes da Silva, que seria o responsável pela elaboração do PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária (Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985).

A partir da forte mobilização dos setores contrários à reforma agrária, especialmente do patronato rural, que fundaram a UDR (União Democrática Ruralista), o PNRA originalmente elaborado pelos técnicos do INCRA foi substancialmente alterado. Não obstante a ousada meta de assentamento de 1.400.000 famílias (1985-1989) tivesse sido mantida no texto final, foram inseridos um conjunto de artifícios que constituíam entraves legais ao processo de desapropriação.

Os agentes sociais contrários à reforma agrária conquistariam, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, mais uma significativa vitória. No seu Capítulo III (Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária), do Título VII (Da Ordem Econômica e Financeira), inciso II do artigo 185, a Constituição de 1988 passava a estabelecer que a "propriedade produtiva" seria insuscetível de desapropriação por interesse social. Estabelecia-se um verdadeiro cipoal jurídico que tem, na prática, constituído um dos principais impasses para a viabilização de um processo mais amplo de reforma agrária no país.

Os entraves jurídicos, a baixa e confusa operacionalidade da estrutura executiva governamental[48], a forte mobilização social e política do patronato rural e a permanente divisão dos setores agro-reformistas fez com que as ambiciosas metas originais contidas no PNRA se materializassem enquanto resultados muito tímidos. Utilizando-se de dados do INCRA, Luiz Carlos Guedes Pinto aponta que, no Governo José Sarney (1985-1989), teriam sido assentadas 90.000 famílias (6,43%), quando a meta era de 1.400.000; e que dos 43.000.000 ha a serem desapropriados, o foram apenas 4.500.000 (10,46%)[49].

Embora tenha proposto assentar 500.000 famílias, o Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi o responsável pela extinção do MIRAD e por um desmantelamento geral da administração pública, do qual o órgão executor da reforma agrária não ficou ileso. Então ligado ao MAARA - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, o INCRA praticamente paralisou os processos de desapropriação de terras e de implantação de projetos de assentamento.

O Governo de Itamar Franco (1993-1994), que sucedeu a Fernando Collor de Mello, impedido de governar sob acusações de corrupção, tentou, timidamente, restabelecer os mecanismos de implantação da reforma agrária. Foi formulado um *Programa Emergencial* que previa o assentamento de 80.000 famílias, das quais 23.000 foram atendidas em 152 projetos de assentamento, numa área total de 1.228.999 ha[50].

Com o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) cresceu vertiginosamente o assentamento de agricultores no Brasil. Segundo dados do INCRA, entre 1995 e 1998, 280.000 famílias foram "beneficiadas" pelo programa

---

[48]. O exemplo mais emblemático desse processo foi a extinção, em 1987, pela Presidência da República, do órgão executor da reforma agrária (INCRA) e sua posterior recriação, por decreto legislativo, em 1989.

[49]. GUEDES PINTO, Luís Carlos, (1995). Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1994. Campinas, *Reforma Agrária,* nº 1, vol. 25, p. 75.

[50]. GUEDES PINTO, Luís Carlos, (1995), op. cit., p. 76.

de reforma agrária, ou seja, 66% do total de 424.124 famílias assentadas no período de 1985 a 1998[51].

O Estado passou a responder às demandas de terras expressas nas lutas sociais com uma *"política de assentamento"*, o que não significa propriamente uma estratégia de desconcentração da propriedade fundiária no país, mas um instrumento de gerenciamento espacial, social e político dos conflitos fundiários. Mais que um projeto de desenvolvimento agrícola e agrário diferenciado do dominante (centrado na grande propriedade modernizada), a "política de assentamento" é uma prática estatal de controle de conflitos sociais no campo cada vez mais acirrados em decorrência da estratégia principal de luta adotada pelos trabalhadores sem terra a partir de meados dos anos 1980 – a ocupação de terras consideradas improdutivas. As expectativas originadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária impulsionaram os trabalhadores à luta, não mais em uma estratégia defensiva de controle da terra, mas de reivindicação de execução de um amplo processo de redistribuição da propriedade fundiária no Brasil. Transformação da luta pela terra em luta pela reforma agrária possibilitada, principalmente, por práticas discursivas agenciadas por poderosas instâncias de mediação, como o MST, a CPT e o sindicalismo rural.

A "política de assentamento" emerge como a forma desfigurada, dilacerada, de um processo de reconfiguração da estrutura fundiária do país ambicionado pelos trabalhadores rurais brasileiros. Materializa-se como a resposta estatal às demandas sociais pela terra, mas representa, igualmente, os limites de um Estado que corporifica a hegemonia política de setores contrários à reforma agrária articulados aos defensores da aplicação de meras "políticas compensatórias" no tratamento das mazelas sociais decorrentes de um modelo de desenvolvimento econômico seletivo e excludente. Considero os processos de produção e operacionalização das políticas públicas devotadas à (re)produção do agrícola e do agrário no Brasil em seu caráter inerentemente contraditório e ambíguo,

---

[51]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1999). *A reforma agrária no Brasil: 1985-1998.* Brasília.

enquanto atravessados por disputas entre forças sociais e políticas portadoras de estratégias e interesses distintos.

Num nível mais microssociológico, a governabilidade estatal se materializa em um conjunto de ações que almejam conformar o espaço sócio-produtivo "assentamento" e os indivíduos que nele vivem sob determinadas características. Trata-se, então, de analisar como as diferentes agências estatais (principalmente o INCRA, mas também EMATERs, Prefeituras...) atuam (material e discursivamente) no enquadramento da produção agropecuária, das técnicas do fazer agrícola, do ordenamento espacial, do crédito agrícola, da moradia, etc..

Qual o caráter geral que orientou as políticas agrárias voltadas à produção de novos agricultores familiares? Quais os objetivos e os efeitos de poder que visavam tais ações? Que instrumentos estratégicos foram colocados em operação para que se materializassem tais objetivos? São indagações desse tipo que desenvolvo, relacionando-as à especificidade de meu objeto de pesquisa.

5.1. "Assentamentos de Reforma Agrária": produtos da luta social e instrumentos de controle social

O acirramento da luta social nas últimas décadas e, principalmente, a visibilidade social e política da proposta de reforma agrária propiciada pelo trabalho social desencadeado por influentes instâncias de mediação, repercutiu sensivelmente nas políticas de estruturação do espaço agrário engendradas pelo Estado brasileiro. Pode-se afirmar que os assentamentos de reforma agrária criados, a partir de 1985, constituíram muito mais uma resposta do Estado às pressões ocasionadas pelas lutas sociais do que propriamente a conseqüência de uma política deliberada no sentido de reconfigurar a distribuição da estrutura fundiária no país.

Ainda que na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) tenha havido uma aceleração acentuada no processo de implantação de projetos de assentamento, podemos, sociologicamente, interpretar que a ação, em termos

qualitativos, não difere significativamente dos governos anteriores em relação ao entendimento da questão agrária no Brasil. Os assentamentos continuam a representar o resultado da organização política dos trabalhadores rurais e, ao mesmo tempo, uma política de gerenciamento dos conflitos agrários pelo Estado brasileiro.

Essa interpretação pode ser corroborada pela análise da estreita associação existente entre o avanço quantitativo das ocupações de terra e o aumento considerável de assentamentos de trabalhadores (Tabela 1, Gráfico 1). O processo social é visualizado, no gráfico, pela inclinação das curvas de evolução do número de ocupações e de assentamentos nos últimos anos, as quais apresentam um comportamento muito semelhante, percorrendo uma trajetória praticamente paralela.

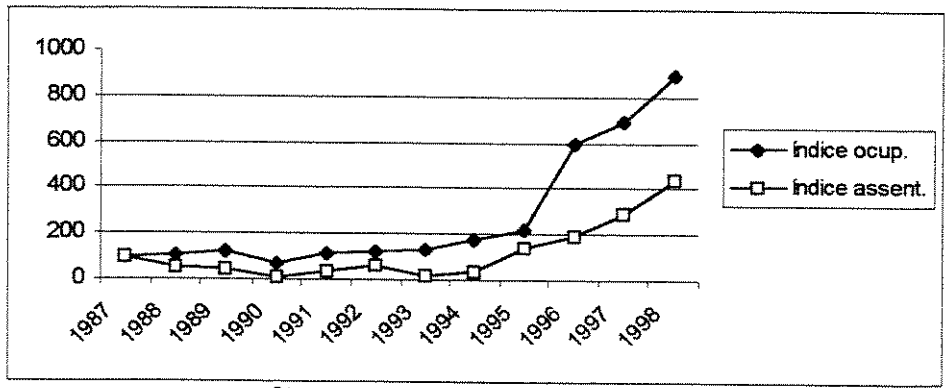
Tabela 1. Ocupações de Terras e Assentamentos de Reforma Agrária (Brasil, 1987-1998).

ANO	OCUPAÇÕES	ASSENTAMENTOS
1987	67	222
1988	72	111
1989	80	100
1990	49	21
1991	77	78
1992	81	130
1993	89	37
1994	119	79
1995	146	314
1996	398	433
1997	463	644
1998	599	965

Fonte: INCRA[52] e CPT[53].

[52]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1999), op. cit..
[53]. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Revista Conflitos no campo*. Goiânia, vários números.

Gráfico 1. Índice de Crescimento de Ocupações de Terras e Assentamentos de Reforma Agrária (Brasil, 1987-1998).



Fonte: INCRA (1999)[54] e CPT (1987-1998)[55].

A ação estatal, contudo, não obedece estritamente à lógica do conflito social. A racionalidade governamental representa igualmente a busca de gerenciar os conflitos agrários a partir da configuração de múltiplos interesses que se expressam no interior do tecido social. A "política de assentamentos" do Estado brasileiro visa um controle espacial dos conflitos: não se assentam os trabalhadores em qualquer espaço, mas em espaços determinados e delimitados. Como afirma Michel Foucault o *"território é, sem dúvida, uma noção geográfica, mas é, em primeiro lugar, uma noção jurídico-política: isto que é controlado por um certo tipo de poder."*[56].

As políticas recentes de assentamento apresentam uma racionalidade muito próxima àquela que comandou o processo de colonização de novas terras em décadas anteriores, a qual, supostamente, a política de reforma agrária sucederia. José Vicente Tavares dos Santos, construindo uma análise comparativa da distribuição espacial dos "programas de colonização", criados entre 1965 e 1984, e os assentamentos de reforma agrária, implantados no período compreendido entre 1985 e 1994, apontou que havia uma significativa correlação entre ambos. O autor mostra, fazendo uso de dados oficiais fornecidos

---

[54]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1999), op. cit..
[55]. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, op. cit..

pelo INCRA, que as regiões do país mais atingidas "pelos programas de colonização" do período autoritário foram a Região Norte (65% das "famílias beneficiadas") e Centro-Oeste (17%); em relação aos "projetos de assentamento de reforma agrária", a Região Norte abrigou 50% das famílias assentadas, seguida pelas regiões Nordeste (26%) e Centro-Oeste (13%). Em ambos os períodos, no Sul do país, apesar do expressivo aumento das lutas sociais pela terra na região nas últimas décadas, é relativamente insignificante o número de famílias assentadas (em torno de 5%).

> O que se verifica é a reiteração das práticas de serem utilizadas áreas localizadas nas novas terras do território brasileiro, a fim de serem implementados programas de colonização, primeiro, e de assentamentos, mais recentemente. Não obstante, nem um nem outro tipo de programa de instalação de agricultores tem resolvido a questão agrária, evidenciando a continuidade de uma forma de dominação, a colonização de novas terras, na sociedade brasileira. [57]

O que talvez seja a mais significativa diferença entre os períodos apontados é que, com a politização das lutas sociais no campo propiciada particularmente pela inserção de novos agentes de mediação e a conseqüente resistência à reprodução da política de colonização agrícola, já não é mais possível ao Estado gerenciar as tensões fundiárias com as mesmas estratégias. Se, durante o período autoritário, a ação agrária obedecia à racionalidade de criar uma alternativa às propostas de reconfiguração da estrutura fundiária do país, a partir da redemocratização institucional o Estado incorporou os anseios sociais pela reforma agrária, atribuindo-lhe, no entanto, outros contornos políticos e outras significações sociais. Mesmo que os assentamentos se dêem sobretudo nas chamadas "regiões de fronteira agrícola", eles não mais representam o deslocamento populacional de trabalhadores provindos de outras regiões do país – estratégia socialmente recusada, mas o acesso à terra àqueles em luta na sua própria região.

---

[56]. FOUCAULT, Michel, (1985). Sobre a história da sexualidade. In *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, Graal, p. 157.

[57]. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1995). Colonização de novas terras: a continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República. *Reforma Agrária*, vol. 25, nº 1, p. 57.

Ainda que os dados não estejam simetricamente distribuídos em um mesmo espaço temporal, pois as informações sobre ocupações correspondem ao período 1990-1998 e os dados sobre assentamentos são aqueles fornecidos pelo I Censo da Reforma Agrária do Brasil (ou seja, os "Projetos de Assentamento" criados entre 1985 e outubro de 1996), acredito que é perfeitamente possível, ainda que não perfeita estatisticamente, estabelecer uma correlação satisfatória entre estes dois indicadores.

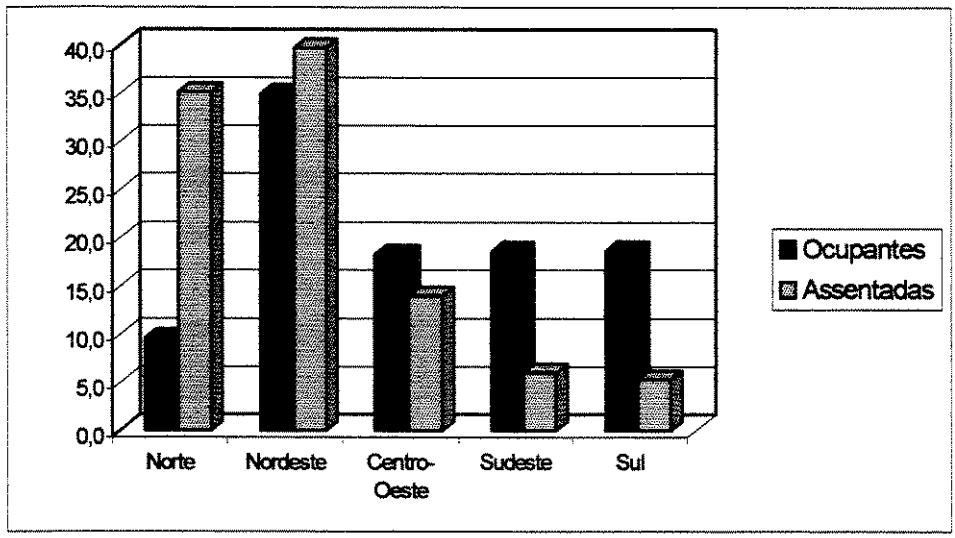
A distribuição espacial comparada entre o número total de famílias envolvidas em ocupações de terra e o número total de famílias assentadas no território brasileiro (Tabela 2, Gráfico 2) revela que nas regiões de ocupação mais antiga, que apresentam uma estrutura fundiária mais consolidada e onde a terra apresenta um maior valor econômico, como nas regiões Sul e Sudeste do país, o número de famílias ocupantes é proporcionalmente bem maior do que o número de famílias assentadas. Chama particularmente a atenção o número de famílias assentadas na região Norte, considerada uma região de colonização recente e onde prevaleceu a lógica da especulação fundiária nas últimas décadas: o número de famílias assentadas (35,1%) é proporcionalmente muito maior que o das ocupantes (9,4 %). Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, por sua vez, as proporções entre famílias ocupantes e assentadas são bastante semelhantes.

Tabela 2. Famílias ocupantes (1990-1998) e Assentadas (1985-1996), por região (%).

Região	Ocupantes	Assentadas
Norte	9,6	35,1
Nordeste	34,9	39,7
Centro-Oeste	18,2	13,9
Sudeste	18,6	6,0
Sul	18,7	5,3
Brasil	100,0	100,0

Fonte: INCRA (199) e CPT (1987-1998).

Gráfico 2. Famílias Ocupantes (1990-1998) e Assentadas (1985-1996), por região (%).



Analisando o processo em escala de unidades da Federação, se pode observar o mesmo fenômeno. Em Estados como Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco, o número de famílias ocupantes (7,63%, 8,18% e 11,52%, respectivamente) é bem superior em termos proporcionais às famílias assentadas (1,63%, 1,95% e 2,11%, respectivamente). Chama particularmente a atenção que no Estado do Rio Grande do Sul, apesar das acirradas lutas sociais desencadeadas nas últimas décadas, configuradas simbolicamente na criação e intensa articulação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o número de famílias assentadas seja relativamente reduzido. Acredito que esse fenômeno reflita a consolidação de sua estrutura agrária, configurando-se na baixa disponibilidade de terras consideráveis como legalmente improdutivas e, portanto, passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária[58]. O que também reflete nitidamente os limites e impasses de um processo de reforma agrária fundado na

[58]. NAVARRO, Zander, MORAES, Maria Stela, MENEZES, Raul, (1999). Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, Leonilde S. de, LEITE, Sérgio (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.* Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. da Universidade-UFRGS/CPDA, p. 19-68.

indenização dos proprietários em valores de mercado das terras e benfeitorias desapropriadas.

Por outro lado, há Estados que apresentam um índice de famílias assentadas bastante superior àquele de famílias ocupantes; é o caso de Amazonas (3,29% e 0,60%, respectivamente), Acre (4,61% e 0,24%, respectivamente), Rondônia (7,62% e 1,76%, respectivamente), Pará (13,34% e 6,27%, respectivamente), Mato Grosso (8,61% e 3,76%, respectivamente) e, particularmente, Maranhão que apresenta apenas 2,24% das famílias ocupantes no país nesse período, mas, ao mesmo tempo, constitui o Estado brasileiro com o maior número de famílias assentadas, 17,18%[59].

Portanto, a atuação do Estado na questão agrária, quando considerada a distribuição regional das famílias assentadas nas últimas décadas reproduz as estratégias da "política de colonização" do período militar: os assentamentos são efetuados principalmente nas regiões de terras novas, de menor desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, onde o preço da indenização a ser pago ao proprietário é menor. O que denota, por um lado, a incapacidade e a falta de interesse político do Estado e dos setores dominantes em colocar em questão as bases concentracionistas da estrutura fundiária de nosso país e, por outro, a fragilidade política das forças sociais defensoras da reforma agrária.

Essa cartografia comparada da luta social e da reforma agrária no Brasil aponta que os assentamentos são produtos de lutas empreendidas pelos trabalhadores, mas igualmente resultam de uma ação deliberada do Estado no sentido de solucionar tensões sociais. Mais do que uma política efetiva de reforma agrária, os dados revelam uma política de controle sobre os conflitos, uma espécie

---

[59] . Maria David, Philippe Waniez e Violette Brustlein, utilizando-se de outra unidade de análise – microrregiões geográficas, chegaram a conclusões bastante semelhantes. *"Os projetos do Incra desenvolveram-se, principalmente, a partir de eixos principais. O mais importante (cerca de 40 mil explorações, 25% do total), no oeste do Maranhão e no norte do Mato Grosso. (...). O segundo eixo de desenvolvimento dos projetos (cerca de 30 mil explorações, 18% do total) segue a rodovia federal que liga Campo Grande a Rio Branco, ou seja, o oeste do Mato Grosso do Sul ao sul do Acre.(...). Assim, quase metade dos assentamentos foi realizada no espaço pioneiro do oeste do País.".* DAVID, Maria B. A., WANIEZ, Philippe, BRUSTLEIN, Violette, (1998). Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas. In SCHMIDT, Benício V., MARINHO, Danilo N. C., ROSA, Sueli L. C., (orgs.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.* Brasília, Editora da Universidade de Brasília, p. 118-119.

de "gerenciamento de população". Nessa perspectiva, os assentamentos não representam uma política efetiva de redistribuição da propriedade da terra inserida em uma proposta mais ampla de desenvolvimento rural; pelo contrário, sob a racionalidade governamental, implicam um investimento "a fundo perdido", dos quais se esperam muito mais retornos políticos (controle da tensão social) do que retornos econômicos (aumento da produção agrícola nacional, por exemplo). Consistem em aplicações de uma política compensatória à exclusão social (re)produzida por uma política econômica que, cotidianamente, impulsiona milhares de trabalhadores rurais e urbanos à marginalização social e econômica.

Particularmente a partir de 1994, a questão da reforma agrária passou a ser associada, na discursividade estatal, com o problema da fome e da miséria no país. O assentamento de trabalhadores rurais passava a constituir uma das prioridades do Programa Comunidade Solidária[60], que foi criado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso tendo como centralidade a execução, em parceria com a sociedade civil, de ações de assistência social. Essa articulação de um instrumento de política fundiária a um programa de assistência social dava visibilidade ao entendimento de que a "política de assentamentos rurais" não visaria estrategicamente a reconfiguração do espaço fundiário e a (re)produção de uma outra base social para a agricultura brasileira, mas tão somente criar condições de subsistência a setores sociais marginalizados pelas políticas estruturais de desenvolvimento do país.

Isso evidenciava que, para o Estado brasileiro, a questão da reforma agrária não constituía uma questão ligada ao desenvolvimento econômico e social, mas aparecia em sua agenda de ações como uma política de caráter compensatório. Ela permanecia na agenda estatal, sobretudo, devido à forte visibilidade social de agentes sociais defensores de uma redistribuição de terras no Brasil. Moacir Palmeira afirma que *"o processo migratório, a expulsão em massa dos trabalhadores rurais de dentro das grandes fazendas, a criação de uma rede sindical no país e, mais recentemente, a emergência de movimentos*

---

[60]. Cf. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E REFORMA AGRÁRIA, (1995). *Diretrizes para o programa nacional de reforma agrária (versão preliminar).* Brasília.

sociais como aquele dos trabalhadores sem terra, o comprometimento da Igreja Católica com as lutas por terra..." criaram um ambiente de tensão social tal que os governos, por mais que desejem, *"não conseguem tirar a reforma agrária da sua agenda"*[61].

Para se contrapor aos agentes políticos promotores da luta social pela reforma agrária, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Governo Federal criou um conjunto de instrumentos que visam, em última instância, despolitizar a questão agrária no Brasil. Nesse sentido, tem promovido a reiterada criação de instrumentos outros de acesso à terra (em especial, os programas "Banco da Terra" e "Cédula da Terra", formulados, respectivamente, em 1998 e 1997[62]), que se contraporiam à "desapropriação por interesse social", como mecanismo privilegiado de execução da política de reforma agrária[63]. Além disso, a própria aquisição de terras, a preços de mercado, tem sido utilizada. Isso evidencia o entendimento de que o "programa de assentamentos" não visa uma reestruturação fundiária do país conduzida pelo próprio Estado, o que significaria uma transformação nas relações de poder na sociedade brasileira, mas tão somente criar condições seletivas de acesso à terra a possíveis demandantes.

Paralelamente, o Estado passou a dar centralidade à preocupação com o pagamento das terras pelos "beneficiários da reforma agrária", construindo-se uma discursividade que visa, estrategicamente, enquadrar os instrumentos de reforma agrária a partir de uma racionalidade de cunho econômico, adequando-os prioritariamente à otimização da relação custo/benefício. Assim, *"a definição do instrumento (de acesso à terra) a ser utilizado levará em consideração o custo por família, a qualidade dos recursos naturais, a agilidade do processo e a capacidade*

---

[61]. PALMEIRA, Moacir, (1994). Burocracia, política e reforma agrária. In MEDEIROS, Leonilde et al. (org.). *Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Editora da UNESP, p. 63.

[62]. Programas que têm por fundamento propiciar financiamentos, parcialmente subsidiados, destinados à aquisição de terras para o assentamento de agricultores em regime associativo.

[63], Parte-se do pressuposto de que o uso do instrumento da desapropriação por interesse social somente se justifica a partir da resistência imposta pelos proprietários fundiários ao processo de reforma agrária; resistência que, na racionalidade dos elaboradores dessa política, não se verificaria na conjuntura atual da sociedade brasileira. Ver MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, (1999). *O novo mundo rural: projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo*. Brasília.

de pagamento dos novos agricultores familiares."[64]. Os conflitos e demandas sociais ficam subordinados à uma racionalidade técnico-burocrática que visa otimizar recursos financeiros escassos:

> Somente serão criados projetos que obtenham anuência expressa dos beneficiários quanto ao preço da terra e às condições dos recursos naturais do imóvel, manifestada em documento específico assinado por um número de futuros assentados equivalente a pelo menos 60% da capacidade do imóvel.[65]

Disso decorre que os assentamentos são criados, sobretudo, onde impliquem nos menores custos econômicos possíveis e resultem na maior eficácia política, do que sob o critério de propiciar as melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores rurais assentados[66].

Essa racionalidade da ação estatal na questão agrária pode ser interpretada a partir do que Michel Foucault entende ser a característica básica do Estado contemporâneo: sua capacidade de gerir a vida social, controlando as coisas e, principalmente, os homens e mulheres[67]. Os conflitos fundiários aparecem aos olhos do Estado enquanto ameaças à regularidade, à segurança e ao bom funcionamento do corpo social, exigindo atitudes para restabelecer o ordenamento da vida social.

---

[64]. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, (1999), op. cit., p. 21.

[65]. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, (1999), op. cit., p. 23.

[66]. Principalmente a partir de 1998, a discursividade estatal em relação à reforma agrária sobre uma acentuada inflexão. Passou-se a afirmar uma ruptura com práticas anteriores e o objetivo de articular a reforma agrária a um projeto de desenvolvimento rural que tem a agricultura familiar como centralidade : *"A reforma agrária está passando por profunda mudança de conceito, práticas e objetivos. Deixa de ser apenas programa compensatório e paternalista para tornar-se instrumento de desenvolvimento sócio-econômico sustentável do meio rural, sem contudo perder sua característica social."*. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1999). *Placar da reforma agrária.* Texto obtido no site www.incra.gov.br/reforma/placar.htm. Essa orientação implicava no entendimento de que era preciso procurar desenvolver uma mentalidade empresarial de produção e comercialização entre os assentados. Na impossibilidade de uma análise mais apurada dos desdobramentos recentes dessa nova orientação, remeto o leitor ao texto citado e a MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, (1999), op. cit..

[67] . Segundo Foucault, gerir a população foi a tarefa básica a ser cumprida por um regime de "polícia" nos Estados modernos. *"Assim entendida, a polícia estende seu domínio para bem mais longe que a vigilância e a manutenção da ordem. (...). A polícia é toda uma gestão do 'corpo' social."*. FOUCAULT, Michel, (1994). La politique de la santé au XVIII siècle. *Dits et écrits (1954-1988)*, tomo III (1976-1979). Paris, Éditions Gallimard, p. 730.

> O Estado que garante a seguridade é um Estado que está obrigado a intervir em todos os casos onde a trama da vida cotidiana está rompida por um acontecimento singular, excepcional.[68]

Foucault entende que a nova concepção de poder que surgiu com o mundo moderno, nos séculos XVII e XVIII, não mais centrada na idéia do Estado soberano, mas do poder enquanto técnica e estratégia, sob as modalidades da disciplina – que atua sobre o indivíduo tomado isoladamente, e da biopolítica – que visaria o controle, a regulação da população[69]. Essas duas engenharias de poder assegurariam, a "governabilidade", o governo dos homens uns pelos outros, o funcionamento geral do corpo social. Os assentamentos no Brasil podem ser compreendidos, sob a ótica da racionalidade governamental, mais como resultado de uma política de gerenciamento de população do que propriamente de uma política agrária.

Ainda que produtos da luta social desenvolvida pelos trabalhadores rurais, os assentamentos de reforma agrária representam um "dispositivo de poder" que tem *"em um determinado momento histórico... como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem portanto, uma função estratégica dominante"*[70]. Mais do que resultados econômicos e sociais, o Estado brasileiro espera dos assentamentos dividendos políticos, que funcionem enquanto instrumentos de contenção dos conflitos fundiários, constituindo-se em uma tecnologia de controle social sobre os grupos em luta pela terra no Brasil.

Os assentamentos, produtos materiais e simbólicos da luta social pela reforma agrária desencadeada nas últimas décadas na sociedade brasileira, na ótica da racionalidade especificamente estatal, são por mim compreendidos como estratégias de governabilidade engendradas no intuito de gerenciar e controlar

---

[68]. FOUCAULT, Michel, (1994). Michel Foucault: la sécurité et l'État. *Dits et écrits (1954-1988).* Tomo III (1976-1979). Paris, Éditions Gallimard, p. 385.

[69]. *"A população aparece, portanto, antes que como potência do soberano, como o fim e o instrumento do governo. A população vai aparecer como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto entre as mãos do governo, consciente em face do governo do que ela quer e inconsciente, também, disto que se tem dela feito. O interesse, como consciência de cada um dos indivíduos que constituem a população, e o interesse como interesse da população, quais quer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem, é isto que vai ser o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações.".* FOUCAULT, Michel, (1994). La "gouvernementalité". In *Dits et écrits,* Tomo III (1976-1979), Paris, Éditions Gallimard, p. 652.

[70]. FOUCAULT, Michel, (1985), op. cit., p. 244.

tanto os conflitos e tensões sociais quanto o próprio espaço fundiário, não colocando em questão a estrutura da propriedade da terra existente no país. Não obstante, essa governabilidade não é materializada exclusivamente por essas ações de caráter mais estrutural, mas também através do controle das condutas e formas de pensar que se (re)produzem no interior dos novos espaços sociais criados – os "assentamentos de reforma agrária". A política fundiária não se limita à redistribuição da terra, mas implica num ordenamento do assentamento (unidade social e territorial) que visa, na idealização estatal, a oferta de serviços que assegurem pleno bem-estar físico e social aos seus "beneficiários"[71].

5.2. A Governabilidade do Espaço Social "Assentamento de Reforma Agrária"

Os termos "assentamento" e "assentado"[72] são designações que emergiram historicamente na matriz discursiva dos órgãos estatais responsáveis pela formulação e implementação das políticas fundiárias no país, denotando uma interferência do Estado no sentido de transformar os atributos sociais e culturais dos trabalhadores *beneficiários* do processo de reforma agrária. Ao caracterizá-los como assentados, o Estado enfatiza sua própria ação sobre aqueles que considera como beneficiários e não como sujeitos. O substantivo "assentamento" e o adjetivo "assentado" revelam o caráter tutelar do Estado: os trabalhadores e o

---

[71]. NEVES, Delma P., (1995). Reforma agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades. Campinas, *Reforma Agrária,* nº 1, vol. 25, p. 185-204.

[72]. Segundo Leonilde S. de Medeiros e Sérgio P. Leite, o discurso governamental classifica como "assentamentos rurais" uma diversidade de situações: a) assentamentos resultantes de regularizações fundiárias de antigas posses; b) assentamentos resultantes da pressão de trabalhadores assalariados dispensados pelo processo de falência de usinas açucareiras; c) projetos de assentamento criados a partir de ocupações de terras por populações de origem urbana; d) os chamados "assentamentos extrativistas", onde o Estado transfere a terra para os trabalhadores através de uma concessão de uso; e) e os assentamentos efetivamente resultantes de instrumentos de reforma agrária, seja pela compra de terras ou através do mecanismo da desapropriação por interesse social. MEDEIROS, Leonilde S. de, LEITE, Sérgio P., (1999). Introdução. In MEDEIROS, Leonilde S. de, LEITE, Sérgio P. (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.* Porto Alegre/Rio de Janeiro, Editora da UFRGS/CPDA, p. 7-17.

espaço social e geográfico como objetos da ação governamental. O assentamento enquanto *"categoria produzida de fora para dentro, nascida da intervenção oficial, só passa a ter vigência após a emissão de posse ou outros atos jurídicos que permitam ao Estado administrar a área em questão"*[73].

Na capacidade fazer ver e existir o "assentado" e o "assentamento", o Estado revela todo seu poder simbólico, sua capacidade e competência para impor visões e princípios de divisão e classificação do mundo social. Segundo Pierre Bourdieu, o discurso estatal, socialmente legitimado, tem o poder de não apenas impor pontos de vista e uma normatividade sobre a vida social, prescrevendo ordens, deliberações, diretrizes, mas também *"ele opera um diagnóstico, isto é, um ato de conhecimento que obtém o reconhecimento e que, com muita freqüência, tende a afirmar o que uma pessoa ou uma coisa é... um discurso quase divino, que consigna a cada um uma propriedade."*[74].

Brancolina Ferreira[75] aponta que o termo assentamento, embora já presente na discursividade do Estatuto da Terra, teria ganho visibilidade social e política a partir da formulação e aplicação do PNRA, em 1985. A designação "assentamento" passaria a identificar na discursividade estatal, com o advento da Nova República, o privilegiamento de políticas agrárias direcionadas à efetivação da reforma agrária e não mais de colonização agrícola, como havia procedido o regime militar.

Nesse sentido, a emergência do termo "assentamento" na esfera do discurso estatal de estruturação do espaço agrário brasileiro incorporava o objetivo estratégico de denotar uma ruptura das políticas agrárias do então recente governo civil em relação àquelas efetivadas durante o período autoritário. Tanto assim, que as diretrizes estabelecidas no que foi denominada de "Política de Assentamento", elaborada pelo IINCRA em 1987, foram construídas por uma tessitura discursiva que visava claramente contrapor a "nova" política com as

---

[73]. ANDRADE, Maristela P. de, (1990). A coletivização da produção nos assentamentos de reforma agrária. In *Cadernos do CEAS*, n. 142, Salvador, p. 66.
[74]. BOURDIEU, Pierre, (1990), op. cit., p. 164.
[75]. FERREIRA, Brancolina, (1994). Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal. In MEDEIROS, Leonilde S. de et al. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.* São Paulo, Editora da UNESP, p. 29-47.

prioridades e procedimentos operacionais que haviam orientado a "política de colonização agrícola". Na discursividade estatal, o "projeto de assentamento" opunha-se ao "programa de colonização", representando a aplicação de uma *"nova metodologia"*[76].

Na lógica estatal, os trabalhadores contemplados com o acesso à terra são produzidos enquanto passivos e não como agentes portadores de direitos conquistados através da luta social. *"O assentado socialmente é concebido como um sem raiz, ser ambíguo que se socializa num mundo em transformação ou de conversão, cujas marcas mais deléveis derivam dos objetivos do processo e da legislação. Por ser uma construção intelectual qualificada pela modelagem e ressocialização, o assentado é forjado como um modo geral de ser."*[77]. O assentamento não ganha visibilidade e dizibilidade enquanto produto da luta social dos trabalhadores, mas como resultado de uma interferência do Estado, através de uma "política de reforma agrária", no sentido de propiciar, conceder acesso à terra àqueles que dela estão excluídos. Nessa perspectiva, o Estado é o sujeito da ação de assentar e os trabalhadores rurais aparecem como o objeto de intervenção que é assentado[78].

---

[76]. O texto, que explicita as orientações da "política de assentamento" a serem seguidas pelo órgão responsável pela sua efetivação, se inicia com uma rápida avaliação dos principais problemas detectados na efetivação dos "programas de colonização", visando *"simplificar o quadro encontrado e formular orientações que renovam o trabalho da Autarquia"*. Além disso, se aponta que os projetos de colonização *"apresentam deficiências graves" e "não apresentam possibilidades de emancipação a curto prazo"*. As *"principais falhas"* apontadas no texto foram a aplicação de *"critérios paternalistas"*, a *"deficiência das atividades complementares"* e a *"ausência de integração e co-responsabilidade entre órgãos e entre beneficiários"*. As *"falhas"* detectadas orientariam na formulação de novas diretrizes de trabalho, que teriam na *"racionalidade", na "objetividade" e na "participação"* os seus princípios básicos. Cf. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGÁRIA, (1987). *Política de assentamento*. Brasília, p. 5.

[77]. NEVES, Delma P., (1995), op. cit., p. 193.

[78]. O Estado toma o assentado em uma dimensão anistórica, sem trajetória. *"Prevalece, na idealização estatal do programa de assentamento, a concepção do assentado como desenraizado que deveria ser modelado segundo uma determinada lógica atribuída ao futuro agricultor."* BERGAMASCO, Sonia, FERRANTE, Vera Botta, (1998). No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco C., ROSA, Sueli L. Couto (orgs.). Os assentamento de reforma agrária no Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 203.

No Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa[79] o verbo assentar significa *"colocar ou dispor que fique seguro"*; na construção civil, o substantivo masculino assentamento denota a *"colocação no seu devido lugar das peças de qualquer construção"*. Assentar e assentamento nos remete a uma visão estratégica de controle no sentido de "colocar as coisas no seu devido lugar"; através dos assentamentos, o Estado procura conferir normalidade, regularidade, ajustamento e segurança à totalidade do corpo social.

Embora a atuação do Estado brasileiro na questão agrária tenha historicamente se caracterizado pelo papel prioritário de controlar os conflitos, sua ação não acaba no ato de criação do assentamento. A idéia de assentamento nos remete, também, para processos de controle social ainda mais complexos, delimitando um espaço social que é submetido a perscrutações, a intervenções, à produção e difusão de determinados discursos e saberes que desejam enquadrá-lo a partir de diferentes projetos estratégicos. Nessa perspectiva, o aparato estatal assume um poder de produção da realidade social e de construção dos indivíduos, pois *"através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais da percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação"*[80].

O Estado visa administrar, "governar"[81] não apenas o espaço geográfico, o recurso fundiário, mas os próprios homens e mulheres que ali vivem e se relacionam.

> O programa de assentamento se baseia numa concepção de mudança do comportamento dos supostos beneficiários ou na construção orientada dos assentados. Seja pela alteração nos padrões de sociabilidade e de formas de organização política, em que o associativismo aparece como fim em si mesmo ou como forma privilegiada, seja pela substituição dos paradigmas do saber prático e incorporação de técnicas viabilizadas em parte pelo uso do crédito subsidiado, o assentado é pensado como

---

[79]. HOLANDA FERREIRA, Aurélio B. (1995), *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo, Folha de São Paulo/Editora Nova Fronteira.
[80]. BOURDIEU, Pierre, (1996). *Razões práticas*. Campinas, Papirus, p. 116.
[81]. Governo consiste nas *"técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens"*. FOUCAULT, Michel, (1997). Do governo dos vivos. In *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, p. 101.

> agente em mutação que deve encontrar novos parâmetros de estruturação social.[82]

Esse caráter tutelar e instrumentalizador do Estado sobre os espaços sociais e produtivos criados a partir da implementação de seus instrumentos de política fundiária se revela no que o Estatuto da Terra[83] já definia como sendo *dever do Poder Público* em relação às *áreas reformadas: "**zelar** para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, **estimulando** planos para a sua racional utilização, **promovendo** a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo"*[84]. Zelar, estimular e promover representam as ações de um Estado que se julga encarregado de tomar sob cuidado algo que se constitui enquanto objeto dessas ações, tomado como apassivado e sujeito à modelação.

Na discursividade produzida pelo órgão estatal responsável pela execução das políticas de reforma agrária, o espaço social e territorial "projeto de assentamento" e o agente social "assentado" são considerados enquanto submetidos à tutela do INCRA, que é o *"responsável pela formulação e manutenção da linha metodológica do assentamento, orientação, coordenação e execução das atividades de provisionamento (sic) de recursos, de gerência do Projeto"*[85].

Processo de controle que tem início a partir da seleção/exclusão dos possíveis *beneficiários*. Tomando por base critérios de seleção/exclusão previamente determinados (idade, escolaridade, ocupação produtiva anterior, etc.) o Estado já está concretamente delineando o "tipo ideal" de assentado desejado. Através de um processo de classificação e enquadramento dos trabalhadores que privilegia certas características sociais, o *beneficiário* da reforma agrária deve se enquadrar em um padrão.

---

[82]. NEVES, Delma Pessanha, (1997), op. cit., p. 74.
[83]. Michel Foucault propõe analisar a lei não enquanto manifestação suprema do poder, nem unicamente como instrumento de coerção das práticas sociais; propõe considerar a lei em sua tecno-positividade, privilegiando-se analiticamente as diferentes técnicas de subordinação e de constrangimento dos indivíduos que coloca em prática.
[84]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1983), op. cit., p. 8. (grifos do autor).

O Estatuto da Terra definia em termos muito gerais os possíveis *beneficiários* da reforma agrária. Teriam prioridade no assentamento, por ordem: o próprio proprietário do imóvel desapropriado (desde que trabalhe a terra com sua própria família), os trabalhadores que trabalham no imóvel desapropriado (posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários); os minifundiários, aqueles que possuem uma parcela de terra inferior ao módulo rural regional; e *"os tecnicamente habilitados... ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas"*[86]. Essa ordenação explicita o critério fundamental para ser assentado: ter *"vocação agrícola"*, isto é, já ter desempenhado a atividade agrícola e, por conseqüência, ser potencialmente mais apto a cumprir os pretensos objetivos da reforma agrária idealizados na esfera estatal - maior produção e produtividade agrícola[87].

A partir dessas orientações gerais, o INCRA, a partir de 1998, definiu uma normatização mais precisa a respeito da *"metodologia de seleção"* com o objetivo de *"definir, entre os candidatos potenciais à Reforma Agrária, aqueles cujas características sociais e econômicas se enquadrem nos dispositivos da legislação em vigor e* ***traçar o perfil do cliente da reforma agrária"***[88]. Essa resolução normativa apresenta algumas novidades interessantes, como, por exemplo, a identificação dos candidatos a partir de listas previamente elaboradas nos *"sindicatos de trabalhadores rurais, nos movimentos sociais de trabalhadores, nos órgãos de extensão rural do município ou em outras entidades"*. Essa "abertura" no processo de seleção é um dos elementos da prática discursiva que norteia as normas elaboradas pelos órgãos responsáveis pela implementação da política de

---

85. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1987), op. cit., p. 8.

86. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1983), op. cit., p. 13.

87. O aumento da produção e da produtividade agrícola constituem elemento recorrente no discurso estatal da reforma agrária: *"Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade"*. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1983), op. cit., p. 7.

88. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997). *Processo de seleção de candidatos em área de reforma agrária (revisão norma Seasc/01/98)*. Brasília, s.p., (grifos do autor).

reforma agrária após o processo de redemocratização institucional do país: a co-gestão[89].

O processo de seleção envolve também a produção de um determinado conjunto de saberes e informações[90]. Todo o *candidato e seu cônjuge/companheiro* são submetidos a um processo de entrevista com o objetivo de serem cadastrados como pretendentes a *beneficiários* da reforma agrária. Através de um formulário-questionário são recolhidas informações como: identificação do candidato e do cônjuge, composição familiar, local de residência, história ocupacional do candidato, pertencimento a organizações sociais, renda familiar, etc.

Esse conjunto de informações é, a seguir, utilizado para se estabelecer os *classificados: "os parâmetros utilizados na classificação servem para priorizar os melhores candidatos para assentamento..."*. Segundo essa metodologia de classificação, são estabelecidos *critérios eliminatórios e critérios classificatórios* (por sua vez, subdivididos em básicos, complementares e suplementares). São considerados como eliminados aqueles candidatos com idade entre 16 e 21 anos, servidores públicos, com renda familiar não-agrícola superior a três salários mínimos, sócios ou proprietários de atividades comerciais ou industriais, agricultores proprietários de área de terra igual ou superior a um módulo rural, ex-beneficiários de projetos de assentamento oficial, deficientes físicos ou mentais, estrangeiros não naturalizados e aqueles possuidores de antecedentes criminais[91].

Como critérios classificatórios básicos são ratificados aqueles estabelecidos nas resoluções do Estatuto da Terra, já mencionados anteriormente. Como

---

[89]. *"A metodologia de seleção inclui o princípio de que o beneficiário deve ser co-participante do processo, enquanto grupo, através de suas organizações, permitindo-lhes atribuir sua imprescindível legitimidade."*. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997), op. cit., p. 11.

[90]. *"O poder não cessa de questionar, de nos questionar; ele não cessa de pesquisar, de registrar; ele institucionaliza a procura da verdade, ela a profissionaliza, ele a recompensa; nós estamos destinados a produzir a verdade do mesmo modo que temos que produzir riquezas"*. FOUCAULT, Michel, (1994). Cours du 14 janvier 1976. In *Dits et écrits (1976-1979)*, tomo III. Paris, Éditions Gallimard, p. 176.

critérios complementares são considerados o tamanho da família, a força de trabalho da família, a idade do candidato e o tempo de atividade agrícola; e como critérios suplementares são utilizados: o local de residência, a distância da moradia em relação à área desapropriada, o tempo de residência no endereço atual, a renda anual da família e a prática do associativismo.

Essas múltiplas informações são transformadas em indicadores estatísticos com o objetivo de se chegar a uma ordem de classificação dos pretendentes. Aqueles classificados deverão assinar um *"Contrato de Assentamento"*, onde ficam expressas os direitos e deveres das partes contratantes. São estabelecidos como compromissos do INCRA: medir e demarcar a parcela do beneficiário; implantar a infra-estrutura básica correspondente ao sistema viário; conceder o documento de titulação da área desde que cumpridas as exigências prévias; e a concessão de empréstimos como Crédito para Alimentação, Fomento e Habitação. Nesse documento, fica expresso que o INCRA não se responsabiliza por atividades como assistência técnica, saúde e educação[92]. Como deveres do assentado ficam estabelecidos: residir com a família na parcela recebida, explorando-a direta e pessoalmente; atender às orientações do INCRA que visem sua capacitação profissional; e ressarcir os empréstimos recebidos.

O *Contrato* ainda estabelece que a parcela é inegociável pelo prazo de dez anos e que o contrato será rescindido sob as seguintes condições: no caso do assentado alienar, hipotecar, arrendar ou efetuar qualquer tipo de transferência da parcela sem prévia autorização do INCRA; *"não demonstrar capacidade profissional durante o período de dois anos, a contar da data de sua localização na parcela"; "deixar de cultivar direta e pessoalmente a parcela pelo espaço de*

---

[91]. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997), op. cit., p. 14-15.

[92]. Nessa perspectiva, o INCRA procurava construir uma concepção metodológica de ação estatal nos "assentamentos de reforma agrária" em ruptura com as práticas, dominantes durante os anos de regime autoritário, de implantação dos "programas de colonização", onde esse órgão exercia um papel centralizador e de controle sobre todas as dimensões da vida social. A partir do PNRA (1985), emerge na discursividade estatal o objetivo de promover a descentralização administrativa e operacional das ações públicas voltadas ao oferecimento da infra-estrutura e serviços nos assentamentos, procurando-se compartilhar obrigações com as Prefeituras Municipais, Governos Estaduais e outros órgãos do Governo Federal. O INCRA assumiria a responsabilidade pela coordenação dessas diferentes intervenções.

três meses, salvo motivo de força maior"; "deixar de residir no local de trabalho"; "desmatar indiscriminadamente, sem imediato aproveitamento agrícola do solo"; "tornar-se elemento de perturbação para o desenvolvimento dos trabalhos de colonização do Projeto por má conduta ou inadaptação à vida comunitária"[93].

Um conjunto de códigos prescritivos que se propõe regular a vida social, política e produtiva no assentamento a partir de critérios produzidos na esfera estatal. Criam-se, inclusive, constrangimentos ao próprio abandono do assentamento pelo beneficiário, na medida em que, para fazê-lo, deverá quitar, previamente[94], todos os débitos existentes, mesmo quando as poucas possibilidades de reprodução social e econômica constituam o principal motivador para a procura de novas alternativas de vida.

Ao adentrar à terra novas imposições e induções se colocam ao trabalhador: organização espacial, forma de organização da produção, imposição de moradia no lote, dedicação exclusiva ao trabalho no assentamento, organização política associativa, tipo de moradia, tipos de culturas, etc. Há um conjunto de decisões previamente tomadas e orientadas por um poder que busca modelar um assentado e um assentamento idealizado. Assim, o assentado deve ser ressocializado, recebendo as características do modelo ideal produzido a partir da ótica do Estado.

Além dessas múltiplas intervenções, o Estado atua no próprio processo de representação política dos assentados, na medida em que exige a constituição de um sujeito coletivo - a associação[95]. Para o Estado, a associação é um mecanismo de racionalização de aplicação das políticas públicas, buscando, ao mesmo tempo, maximizar o uso de recursos escassos e a construção de espaços de interlocução política com os assentados. Concebidos como desprovidos de

---

[93]. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, (s.d.). *Contrato de assentamento.*

[94]. *"Os assentados que decidirem retirar-se do assentamento após recebimento do crédito implantação quitarão os débitos existentes.".* INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997). *Instrução Normativa nº 19 de 10 de setembro de 1997.* Brasília, s.p.

[95]. *"Os beneficiários serão orientados a constituir entidades associativas que os representem juridicamente, sendo que em caso de mais de uma associação, caberá a estes eleger uma delas para representar o Projeto de Assentamento perante o Incra, uma vez que parte dos recursos públicos aportados para a implantação do Projeto serão alocados através ou com intervenção*

uma identidade política, os assentados são submetidos a uma *"repolitização enquadrada ou adaptada aos modos de convivência com a ação dos órgãos do Estado constituídos para tal fim."*[96].

Na lógica burocrático-administrativa, a associação comunitária não representa a materialização de uma identidade coletiva construída pelos agricultores, mas um instrumento de canalização dos bens e serviços que a legislação determina que é dever do Estado em relação aos assentamentos e aos assentados. Em última instância, a associação acaba por assumir o papel de viabilizar tarefas atribuídas legalmente ao aparato estatal e encarada como o instrumento *"para resolver a defasagem entre os propósitos e a escassez de recursos materiais e simbólicos, entre a vontade de dirigir o processo e a impossibilidade de realização tal qual."*[97].

Perante o Estado, os assentados somente constituem um sujeito demandante de benefícios sociais (infra-estrutura, crédito, assistência técnica, estradas, etc.) no momento em que se organizam coletivamente em torno de uma associação; assim os assentados deixam de constituir um grupo de indivíduos tomados isoladamente (e, portanto, socialmente invisíveis) e passam a se constituir enquanto grupo que tem interlocução.

A representação política, em conseqüência, constitui uma necessidade social para o grupo, pois somente desse modo passa oficialmente a existir e, conseqüentemente, habilitado a receber os bens e recursos públicos. Esse mecanismo justifica porque os assentados "liberam" as lideranças de algumas atividades produtivas no interior do assentamento; decorrendo disso um processo de "profissionalização" da liderança.

O assentamento, como espaço social e produtivo enquadrado segundo normatividades elaboradas na esfera estatal, fica igualmente caracterizado na questão da organização produtiva a ser adotada pelos agricultores[98]. Embora

---

desta.". GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, (1999). *Instrução Normativa nº 34 de 9 de julho de 1999.* Brasília, s.p..

[96]. NEVES, Delma P., (1995), op. cit., p. 196.

[97]. NEVES, Delma P., (1995), op. cit., p. 195.

[98]. Elisa Giacobbo analisa como, em assentamentos no Rio Grande do Sul, técnicos do INCRA incentivaram os agricultores a adotarem formas cooperadas de produção agrícola. Ver

estabeleça que os trabalhadores têm o direito de se organizar em cooperativas de produção, o Estatuto da Terra fixava formas de controle do Estado sobre este tipo de organização social, pois *"os estatutos das cooperativas e demais sociedades... deverão ser aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) que estabelecerá condições mínimas para a democratização dessas sociedades"*[99]. As chamadas CIRAs (Cooperativas Integrais de Reforma Agrária), previstas no Estatuto da Terra, e que seriam criadas *"contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público... com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária"*[100], revelam que o Estado produziu e produz uma discursividade que, ainda que não explicitamente autoritária, pois supostamente preserva a autonomia de decisão dos trabalhadores, acaba por fomentar determinadas conformações produtivas.

O Estatuto da Terra chega a dedicar uma seção especial à questão do cooperativismo nas *áreas reformadas*, o que revela uma predisposição ao seu estímulo e à regulação de seu funcionamento. Há uma clara vinculação entre a liberação de créditos e a constituição de uma entidade de caráter cooperativo: *"Nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, a assistência creditícia aos parceiros e demais cooperados será prestada, preferencialmente, através das cooperativas"*[101].

A proposta de adoção de formas cooperadas de produção nos assentamentos estava igualmente presente na versão final que consagrou o Plano Nacional de Reforma Agrária:

> A organização sócio-econômica dos beneficiários poderá contemplar, também a formação de cooperativas e outras formas de associativismo, para cuja concretização deverão haver estágios intermediários, que

---

GIACOBBO, Elisa O. (1994), *A construção e a reconstrução das relações familiares em um assentamento de reforma agrária*. Porto Alegre, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia/IFCH/UFRGS. Ver também D'INCAO, Maria C., ROY, Gérard, (1995), op. cit..; ZIMMERMANN, Neusa de C., (1989), op. cit..

[99]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1983), op. cit., p. 8.

[100]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1983), op. cit., p. 9.

[101]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1983), op. cit., p. 31.

> possibilitarão, de forma progressiva, chegar-se às estruturas mais complexas, como as Cooperativas Integrais de Reforma Agrária.[102]

O "Programa Emergencial de Reforma Agrária", elaborado durante o Governo de Itamar Franco, dava total visibilidade à teia argumentativa que conformava as formas coletivas de produção nos assentamentos como estratégia a ser estimulada nos assentamentos:

> Devem ser estimuladas as formas autônomas de organização dos assentamentos, incentivando-se as formas associativas de exploração da terra, com a conseqüente redução de custos, economia de escala e melhor divisão do trabalho que estas formas associativas proporcionam.[103]

Esse processo de estruturação social do assentado se dará igualmente em outras dimensões da ação estatal. Particularmente através dos órgãos de extensão rural que atuam nos assentamentos. A legitimidade da ação dos técnicos do Estado ampara-se na pressuposição da propriedade de um saber de natureza técnico-científica que lhes conferem uma referência de competência técnica, administrativa e cultural. Tal forma de ação dos técnicos tem uma dimensão sócio-política-cultural, na medida em que desqualifica os saberes dos trabalhadores adquiridos ao longo de sua experiência anterior como bóia-frias, meeiros, posseiros, etc.; sua ação visa, em última instância, a conversão de um padrão cultural considerado não condizente com a nova realidade de assentado, configurando-se um processo de violência simbólica[104].

As relações entre técnicos estatais e assentados podem ser analisadas enquanto relações de poder, visto que configuram a ação de um agente (os técnicos) procurando atuar sobre a conduta de outro (os assentados), visando um objetivo bem determinado (a construção do produtor moderno, racional) e utilizando-se de um determinado conjunto de saberes que operam enquanto dispositivo de poder.

---

[102]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1985). *I Plano Nacional de Reforma Agrária.* Brasília, p. 19.

[103]. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E REFORMA AGRÁRIA, (1993). *Programa emergencial de reforma agrária.* Brasília, p. 17.

[104]. Sobre esse processo de desqualificação e exclusão cultural do assentado ver NEVES, Delma P., (1997), op. cit..

Os técnicos do Estado fundamentam sua prática em saberes cientificamente construídos: são saberes técnicos da produção, pedagógicos, da saúde, que funcionam como poderes que constróem o assentado idealizado. No campo da produção agrícola, sem dúvida a dimensão social mais valorizada pela ação do Estado e pelos próprios assentados, os técnicos visam difundir técnicas e saberes que levem à maximização da produção e da produtividade. Sustentando-se na presumível superioridade e inquestionável eficácia do saber técnico-científico, estes agentes estatais justificam suas ações e intervenções, prescrições e conversões.

O papel estratégico, positivo, produtor, dos responsáveis pela assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária, no sentido da construção discursiva e prática do assentamento idealizado na órbita da burocracia estatal, fica bastante evidente quando observamos o conjunto de atribuições que lhe são delegadas pelo Estatuto da Terra, que envolve a regulação não apenas das atividades agrícolas, mas também dos próprios hábitos e costumes dos agricultores, constituindo sua atividade numa espécie de missão pedagógica de tipo civilizador:

> *"planificar as atividades agropecuárias", "elevação do nível sanitário", "melhoria de habitação", "melhoria de capacitação", "criação do espírito empresarial e a formação adequada em economia doméstica, indispensável à gerência dos pequenos estabelecimentos rurais e à administração da própria vida familiar", "transmissão de conhecimentos e acesso a meios técnicos... visando à escolha econômica das culturas e criações, a racional implantação e desenvolvimento..." e "a promoção, entre os agricultores, do espírito de liderança e de associativismo".*[105]

Quais os espaços no interior do assentamento onde essas relações de saber/poder operam? Os seminários, os dias de campo, as excursões para observação de experiências técnicas consideradas positivas, os cursos, a elaboração de projetos técnicos constituem momentos privilegiados para que o *beneficiário* incorpore modos de conduta difundidos pelos técnicos.

O processo de elaboração dos chamados "projetos técnicos", necessários à obtenção de recursos financeiros subsidiados pelo Estado, constitui um momento

particularmente privilegiado para que o "beneficiário" incorpore modos de comportamento técnico desejados pelas agências de enquadramento do processo de produção agropecuária[106]. O saber do técnico constitui um argumento de autoridade na definição não apenas do tipo de produção a ser desenvolvida, mas também dos procedimentos técnicos a serem desenvolvidos que visem a máxima eficácia em termos de produção e produtividade.

A elaboração do "projeto técnico", portanto, coloca o agricultor numa posição claramente de dependência em relação ao agente de assistência técnica, na medida em que o projeto somente será aprovado pela agência estatal de financiamento[107] se produzido em conformidade com os saberes agronômicos socialmente legitimados por essas mesmas agências. Em suma, o agricultor deve se submeter a um conjunto de constrangimentos à adoção de linhas e de procedimentos de produção orientados por um saber de natureza técnico-científica que lhe é estranho, configurando entre técnicos e agricultores uma relação de saber/poder e de violência simbólica, pois alicerçada na desqualificação do saber-fazer próprio dos trabalhadores e na legitimação do técnico como o porta-voz legítimo das necessidades dos assentados e das técnicas de produção mais adequadas. Um exemplo: o assentado não tem a liberdade de decidir produzir milho com sementes "crioulas" ou sem a utilização de fertilizantes químicos, pois constituem procedimentos técnicos não legitimados pelas agências estatais de assistência técnica responsáveis pela assinatura dos "projetos". Ou seja, ainda que no processo seletivo o Estado tenha tomado a "vocação agrícola" como

---

[105]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1983), op. cit., p. 29.

[106]. O PVT – Plano de Viabilidade Técnica do Assentamento, elaborado por técnicos do INCRA ainda durante a fase de "pré-assentamento", tomando por base as características econômicas da região e as potencialidades de uso dos solos da área desapropriada, indica algumas linhas de produção potenciais a serem desenvolvidas pelos futuros assentados. Embora não tenham um caráter normativo, mas de recomendação, é inegável que essas indicações expressam o discurso daqueles considerados como detentores de um saber técnico socialmente legitimado.

[107]. Até muito recentemente, os recursos liberados aos assentados para o financiamento do processo de produção provinham diretamente do orçamento do INCRA, através do chamado PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. Com a extinção do PROCERA, em 1999, os assentados passaram a captar os recursos destinados a todos os agricultores familiares, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1996.

pressuposto à admissibilidade como *"beneficiário da reforma agrária"*, é desqualificado o saber-fazer anterior desses trabalhadores, que passam a ser vistos como despossuídos do conhecimento técnico adequado à viabilização econômica da exploração agrícola.

Nessa situação de dependência, o campo de possibilidades de autonomia e de escolhas técnicas do assentado se reduz, não lhe restando outra estratégia que reconhecer *"que os técnicos são portadores da escrita e do saber institucional - da capacidade de traduzir regras e constrangimentos e de se interpenetrar na lógica de um mundo cujo desconhecimento é condição deste exercício -, os assentados só podem ser integrados a partir da posição de despossuídos dessa cultura. Devem então aceitar o papel daquele que por ele fala, daquele que é fiador da unidade do grupo."*[108].

Mesmo que o Estatuto da Terra estabeleça as linhas gerais da natureza da intervenção estatal nas áreas destinadas ao assentamento de trabalhadores rurais, é somente a partir da formulação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, que se estabeleceu uma normatividade mais clara que regula a ação estatal nesse espaço social.

Em documento intitulado *"Política de Assentamento"* (1987), o MIRAD e o INCRA estabeleceram as bases que regulariam a ação estatal nos assentamentos, *"visando a alcançar maior eficácia na sua ação, bem como adotar renovados métodos e processos de implementação do assentamento"*[109]. Entendia-se como necessidade *"formular um conjunto de orientações"* que auxiliassem à direção do órgão e a seus técnicos nos procedimentos adequados à execução de uma política de assentamento sob diretrizes mais conformes ao novo momento conjuntural que vivia o Estado e a sociedade brasileira, caracterizado sobretudo pela redemocratização institucional.

Essas *"orientações"* eram julgadas necessárias devido à baixa experiência do órgão na execução de instrumentos efetivos de reforma agrária, visto que a política agrária do Estado brasileiro durante o período autoritário tinha

---

[108]. NEVES, Delma P., (1997), op. cit., p. 294.

praticamente se restringido às ações de colonização nas regiões de fronteira agrícola. O que se objetivava era a definição de *"princípios de uma nova metodologia de projetos de assentamento"* capazes de refletir as mudanças conjunturais sofridas pelo Estado e pela sociedade brasileira:

> Os Projetos de Assentamento devem levar em consideração o momento econômico e social da vida brasileira, considerando os aspectos relativos às dificuldades por que passa o país, que impõem soluções compatíveis com a escassez de recursos, exigindo a soma de esforços para racionalizar ações e também a fase de transição política, que exige participação intensa dos seus integrantes.[110]

Buscando garantir a *"eficácia das ações"*, a concepção e execução dos projetos de assentamentos deveriam ser regidas pelos princípios de *"racionalidade"*, *"objetividade"* e *"participação"*. A idéia da necessidade dos trabalhadores participarem dos processos de formulação e implementação da "política de assentamento" constituía uma inflexão na matriz discursiva do Estado relacionada ao específico contexto político social do país. O "discurso participativo" representava a busca de legitimação política do Estado na nova conjuntura.

Esse mesmo documento estabeleceu um conjunto de diferentes fases pelas quais deve passar o assentamento para que possa finalmente ser emancipado, isto é, por um lado, desatrelado do caráter tutelar do Estado e, em conseqüência, desvinculado das políticas estatais particulares às áreas de reforma agrária e, por outro, possibilitando aos agricultores o acesso ao título de propriedade da terra.

"Emancipação" é um termo, cunhado na esfera burocrática, que designa o cumprimento pelo Estado de todas as etapas e formalidades legais de criação e funcionamento do assentamento, estando apto a desenvolver-se autonomamente. Teoricamente, a infra-estrutura física e de apoio à produção e à comercialização teriam sido implantadas e os agricultores habilitados a receber o título de proprietários. Na prática, a emancipação significa, para o Estado, a finalização do assentamento; a partir de então, os agricultores deixam de ter um estatuto

---

[109]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1987), op. cit., p. 3.
[110]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO, (1987), op. cit., p. 7.

especial – *beneficiários da reforma agrária*, passando a ser considerados como agricultores familiares que têm acesso unicamente a instrumentos de política agrícola.

Consideradas preliminares à possibilidade de "emancipação", um assentamento deve passar por um conjunto de diferentes etapas que compreendem ações específicas de ação estatal naquele espaço social. A primeira etapa é designada como sendo de *"obtenção de recursos"*, caracterizada como fase preliminar destinada a *"garantir as provisões necessárias à constituição e execução de um Projeto de Assentamento"*, como obtenção da área, identificação e seleção dos beneficiários, obtenção da adesão de instituições de ação complementar e dos recursos materiais, financeiros e humanos necessários à concretização do Projeto.

Uma segunda fase é caracterizada pela *"constituição de Projeto e conhecimento dos recursos"*, com a instalação dos agricultores na área e com a realização *"das obras de uso comum, tais como cozinha-refeitório, sanitário-lavanderia, depósito-abrigo de animais de trabalho e equipamentos, os escritório-alojamento e as barracas de moradia, constituindo o núcleo provisório residencial e de serviços"*. Além disso, essa segunda etapa envolveria *"trabalhos de conhecimento das condições dos recursos: levantamento do quadro natural do terreno; diagnóstico do estado de saúde, do nível de educação e preparo profissional dos agricultores e seus familiares"*, bem como as atividades de *"demarcação do perímetro, levantamento de cercas, a abertura de caminhos internos, o aprovisionamento de água e saneamento, assim como inicia-se a implantação de subsistência para proveito do grupo assentado"*[111].

A terceira etapa estabelecida é a de *"habilitação dos recursos"* disponíveis, em especial, terra, água e agricultores[112]. As atividades a serem cumpridas pelo órgão estatal seriam as mais variadas, como: tornar a terra apta ao cultivo; tornar

---

[111]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1987), op. cit., p. 10.

[112]. Veja-se como, a partir de uma racionalidade técnico-administrativa, os assentados aparecem no discurso estatal como *recursos a serem habilitados*, como objetos de uma ação que visa torná-los capazes, hábeis, preparados, aptos para a atividade da produção agropecuária.

a água própria ao consumo humano; propiciar as condições de educação e saúde aos trabalhadores. *"Paralelamente, algumas obras de infra-estrutura são realizadas, dando condições de operacionalidade tais como estradas de boa trafegabilidade, armazéns, estrutura de aprovisionamento de bens de produção e consumo"*[113].

A quarta e última etapa é designada como de *"consolidação do assentamento"*, que se caracterizaria pela execução de *"trabalhos que conduzirão o assentamento à suficiência, permitindo que o aparelho produtivo seja estruturado e o conjunto disponha de infra-estrutura básica devidamente consolidada"*[114]. Sob a ótica e racionalidade estatal, um assentamento deve estar apto a ser emancipado[115] após um período de cinco anos caracterizados por uma forte intervenção do Estado[116] na área no sentido de possibilitar a estruturação social, política e econômica do assentamento e, finalmente, sua gestão pelos próprios agricultores.

A discursividade da ação estatal nos assentamentos está centrada no objetivo estratégico de tornar esse espaço social, após um determinado período de tempo caracterizado por uma ação de caráter tutelar, emancipado, livre dos *benefícios* e regulações de ordem estatal. O sentido último da ação estatal é o da *viabilização econômica* dos assentamentos, tornando os agricultores capazes de se integrarem a um mercado agrícola competitivo.

---

[113]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1987), op. cit., p. 11.

[114]. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1987), op. cit., p. 11.

[115]. O termo dá total visibilidade ao caráter interventor do Estado sobre as diferentes dimensões da vida social, política e econômica do assentamento. O Novo Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa estabelece que o ato de emancipar significa *"eximir do pátrio poder ou da tutela; tornar independente; dar liberdade a; libertar do jugo, da tutela."*. HOLANDA FERREIRA, Aurélio B. (1995), op. cit., p. 238.

[116]. Segundo o documento, a ação do órgão executor do projeto de assentamento deve orientar os agricultores *"para a prática gerencial, de forma a conferir-lhes condições para assumirem o efetivo papel de co-gestores, na fase inicial, e evolutivamente até a autogestão com o desenvolvimento das ações e aprimoramento do aprendizado. É essencial que os beneficiários recebam orientação educativa para conhecerem e dominarem práticas de decisão e administração econômico-financeira, para a segura condução das atividades do assentamento"*. MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1987), op. cit., p. 12.

Todavia, muitos poderiam admoestar que esse caráter intervencionista dos órgãos executores da reforma agrária não se verificariam efetivamente. Reiterados trabalhos acadêmicos têm apontado que talvez a principal característica da ação estatal no interior dos assentamentos seja a sua ausência:

> No período de cinco anos – tido genericamente como o tempo mínimo para o estabelecimento definitivo de um projeto dessa natureza – o que se assistiu foi o fracasso dessa estratégia produtiva, levando os assentamentos a um quadro de crise. Abandono dos lotes, evasão e inadimplência são histórias comuns em ambos os projetos acompanhados pela nossa equipe de investigação. Uma prova inequívoca de que os critérios traçados pelo Estado para os projetos de assentamentos rurais são pautados por irrealizações.[117]

É preciso, contudo, apontar que, como propõe Michel Foucault, todo discurso tem uma materialidade, uma tecno-positividade, uma capacidade de instituir uma dada realidade. Ainda que não o único fator determinante, a discursividade estatal orienta a ação dos técnicos responsáveis pela materialização das políticas públicas. É, no discurso de autoridade do Estado, que o agente estatal, o funcionário público, busca a legitimidade social para sua ação no interior dos assentamentos.

O Estado é sempre uma instituição ideal e idealizadora, ou seja, seu discurso é sempre pautado pela pressuposição da superioridade e legitimidade indiscutível de um saber técnico-científico que orienta a formulação do ideário das políticas públicas e pela máxima eficácia de um aparato burocrático-administrativo capaz de implementar as diretrizes[118]. Nesse sentido, os objetivos formulados pelas políticas públicas devem ser analisados enquanto idealizações que desconsideram o acaso, as resistências, as disputas, as concorrências, os conflitos não apenas dos agentes sociais objetivados, mas mesmo entre as diferentes instituições estatais responsáveis pela operacionalização de políticas elaboradas no "gabinete".

---

[117]. FERRANTE, Vera Lúcia S. B., (2000). Assentamentos rurais: ações coletivas na contramão das idealizações do Estado. Petrópolis-RJ, XXIV Encontro Anual da ANPOCS, p. 5. Ver também NEVES, Delma P., (1995), op. cit..

[118]. Os responsáveis pela elaboração de uma política pública partem do pressuposto que o Estado é uma organização burocrática de tipo weberiano, que sabe perfeitamente articular os meios necessários à concretização dos fins racionalmente concebidos.

No entanto, essa própria idealização é produtiva. Não apenas porque ela orienta a ação cotidiana dos técnicos responsáveis pela sua concretização, mas porque a própria discursividade estatal tem efeitos de poder e de verdade, instituindo visibilidades e dizibilidades sobre os agentes sociais que são objeto de sua ação interventora.

> Como toda instituição, o Estado incorpora uma idéia que procede da ordem desejável a ser objetivada. Os atos que a exteriorizam fundamentam-se na percepção e na auto-atribuição de competência. Esta competência incorpora visões constituídas em outros campos, por exemplo, a atribuição de sentido e de importância ao saber qualificado como científico e legitimado pelas especializações. O reconhecimento deste saber se impõe pelo acúmulo de conhecimentos quanto às regras, às normas, às instruções e aos princípios de elaboração de problemas, diagnósticos e prescrições.[119]

Quando os inúmeros problemas sociais e econômicos percebidos nos assentamentos são relacionados à ausência de uma efetiva intervenção do Estado, é porque esse próprio discurso concebe esse espaço social como produto da ação estatal, como um espaço a ser regulado e dirigido. A própria ausência é estrategicamente positiva, na medida em que os assentamentos, nos parâmetros da política oficial, não são idealizados e materializados para serem espaços economicamente produtivos, mas espaços politicamente produtivos.

Por outro lado, é preciso relativizar o poder normativo das práticas sociais imposto por esse conjunto de prescrições emanados do aparato estatal responsável pela concepção e execução da "política de assentamento". É necessário inseri-las na dinâmica das disputas sociais, dos confrontos de forças entre os agentes sociais envolvidos nesse processo. Se aos olhos do Estado, o assentamento aparece unicamente como um produto da intervenção burocrática sobre o espaço fundiário e o assentado como um mero "beneficiário" desse processo, para os agricultores e suas agências de mediação o acesso à terra é uma conquista produzida pela luta social e, muitas vezes, essa luta desdobra-se em novos confrontos com o Estado em torno do crédito, da assistência técnica, da infra-estrutura, educação, saúde, etc..

---

[119]. NEVES, Delma P., (1995), op. cit., p. 196.

Um aspecto exemplar de como essa normatividade estatal deve ser relativizada se dá, particularmente, em relação aos critérios propostos pelo INCRA na seleção das famílias a serem assentadas. Nos dois estudos de casos por mim efetuados, esses critérios foram colocados em segundo plano em benefício de uma solução negociada entre aparato estatal e agricultores, que, num caso, propunham a escolha dos assentados contemplados a partir de outros critérios que não aquele propostos pela normatividade da política fundiária e, no outro, pelo desejo dos trabalhadores acampados de que todos fossem contemplados com o acesso à terra. A resistência, a contraposição face ao Estado de outros desejos e interesses pelos agricultores mostrou que, não necessariamente, um assentamento é produzido exatamente nos moldes propostos pela racionalidade burocrático-administrativa[120]. É preciso pensar o poder do Estado numa perspectiva relacional, considerando a normatização do assentamento e do assentado como uma ação sobre outras ações possíveis; analisando o poder não como uma propriedade que emana de uma origem, mas como uma prática em contraposição a outras práticas[121]. Assim, a luta, o conflito, é um componente inextricável da tessitura do espaço social e territorial "assentamento de reforma agrária".

A venda, transferência ou mesmo simples abandono das "parcelas" de terra recebidas pelos agricultores, muitas vezes efetuados sem qualquer tipo de controle e conhecimento do INCRA[122], igualmente coloca em evidência os limites da normatização jurídico-legal imposta pelo Estado aos assentados.

O Estado não é um órgão monolítico, mas perpassado por concorrências, contradições, ambigüidades e diversidades. Ainda que em sua formulação a

---

[120]. A mesma conflitualidade pode se produzir não apenas em torno da seleção dos "beneficiários", mas também na conformação espacial do assentamento, na escolha das formas de organização da produção, nas alternativas de aplicação dos créditos financeiros recebidos, na delimitação do tamanho das "parcelas", etc..

[121]. *"É um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidades onde vem se inscrever o comportamento de sujeitos ativos: ele incita, ele induz, ele desvia, ele facilita ou torna mais difícil, ele alarga ou limita, ele torna mais ou menos provável; no limite, ele constrange ou impede absolutamente; mas ele é sempre uma maneira de agir sobre um ou sobre sujeitos ativos... Uma ação sobre ações."*. FOUCAULT, Michel, (1994). Le sujet e le pouvoir. In *Dits et écrits*, Tomo IV (1980-1988), Paris, Éditions Gallimard, p. 237.

[122]. Como igualmente observei em meus dois estudos de caso.

"política de assentamento" projete uma ação articulada e entrosada entre os diferentes órgãos estatais envolvidos na materialização do assentamento idealizado, na prática as divergências e os descompassos ganham visibilidade. Além do mais, mesmo no interior de uma mesma instituição, por exemplo o INCRA, as práticas idealizadas concebidas "no papel" se chocam com as diferentes, múltiplas e mesmo contraditórias formas de pensar e agir existentes entre os técnicos de uma mesma instituição.

A especificidade de funcionamento das instituições estatais propiciam uma perceptível autonomia (ainda que relativa) de ação de seus agentes; fenômeno que se observa na instituição responsável pela operacionalização da "política de assentamento" quando alguns técnicos assumem orientações de trabalho muito mais consonantes com suas posições político-ideológicas do que com as diretrizes estabelecidas pela racionalidade governamental[123]. Torna-se necessário romper com uma concepção de Estado como uma espécie de *Deus in machina*, materializador de intenções finalísticas pré-determinadas a partir de outras instâncias do social. Para Pierre Bourdieu, as condutas dos indivíduos pertencentes ao campo interno dessas instituições não podem ser unicamente determinadas a partir de uma racionalidade burocrático-funcional que estabelece as ações a serem seguidas por seus componentes. É preciso, igualmente, considerar o *habitus*, as disposições adquiridas ao longo da trajetória social de cada indivíduo, sua história não apenas objetivada, mas também incorporada[124]. Talvez, através dessa perspectiva, possamos melhor entender a ação dos técnicos estatais em "assentamentos de reforma agrária" em sua ambivalência,

---

[123]. Em um de meus estudos de caso, por exemplo, um técnico do INCRA indicou ao grupo social demandante da terra que a única estratégia viável de luta social era a "ocupação de terras improdutivas". Maria Conceição D'Incao e Gérard Roy também apontam como técnicos estatais (militantes de esquerda) atuavam na emulação de formas coletivas de produção a partir de suas concepções político-ideológicas. D'INCAO, Maria Conceição, ROY, Gérard, (1995), op. cit..

[124]. *"A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na 'vontade' de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos habitus dos seus componentes, se geram as 'vontades' e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos."*. BOURDIEU, Pierre, (1989). Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 81.

enquanto agentes que incorporam desejos e vontades diversificados de estruturação desse espaço social e territorial.

Portanto, a trajetória das políticas estatais historicamente direcionadas à conformação do espaço agrário brasileiro, consideradas em seu caráter contraditório e ambíguo, nos levam a perceber os "assentamentos de reforma agrária" não apenas como produtos da luta social desencadeada por trabalhadores rurais e por suas agências de mediação e representação política, mas também como unidades sociais e territoriais enquadradas por um aparato estatal que, através de um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas, produz esses espaços sociais com o objetivo estratégico de controlar os conflitos fundiários no país.

PARTE I

ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO: A CONSTRUÇÃO DO ESPELHO

1. A PRODUÇÃO SOCIAL DO "COLONO SEM TERRA": trajetórias de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul

A ocupação do norte do Rio Grande do Sul data do final do século XIX[1], quando imigrantes europeus e principalmente seus descendentes das chamadas "colônias velhas"[2] migraram para a região, mobilizados por empresas colonizadoras, em busca de terras para cultivo insuficientes ou com solos empobrecidos em suas colônias de origem. As terras setentrionais do Estado eram mais férteis, disponíveis e também mais baratas, na medida em que o regime de propriedade privada ainda não se consolidara na região.

Nas "colônias velhas", onde predominava o tradicional sistema de fracionamento da propriedade familiar entre os herdeiros, rapidamente esgotou-se a capacidade de absorção de uma força de trabalho cada vez mais numerosa e as possibilidades de subdivisão da terra. A população excedente, em geral filhos dos imigrantes, viu-se constrangida a buscar a reprodução social em outras regiões menos povoadas. Uma pequena parcela dessa população iniciou um processo migratório para Santa Catarina e Paraná, mas a grande maioria se deslocou para

---

1. Os agricultores assentados por mim pesquisados constituem gerações descendentes de camponeses, "caboclos" e principalmente "colonos" que se instalaram no sul do Brasil desde as últimas décadas do século XIX. O Assentamento 16 de Março, antiga Fazenda Annoni, localiza-se no município de Pontão, região do Planalto Gaúcho e sub-região do Alto Uruguai.
2. Primeiras colônias alemãs e italianas, principalmente, localizadas nas regiões serrana e central do Estado, formadas a partir da década de 1820 por iniciativa do Governo Imperial.

os projetos de colonização nas áreas de floresta localizadas na região do Planalto, ao Norte do Rio Grande do Sul.

O processo de conformação do espaço agrário do Planalto Gaúcho dar-se-ia com uma nítida divisão social das terras a partir de suas distintas potencialidades produtivas: os "colonos" ocupariam preferencialmente as áreas de mata abundantes na região, propícias à policultura de subsistência, em propriedades de cerca de 25 ha, enquanto grandes fazendeiros apropriar-se-iam das "terras de campo", consideradas impróprias para o cultivo de cereais, para a exploração de uma pecuária de tipo extensivo.

Simultaneamente, esse processo implicou na exclusão e expulsão de "caboclos"[3] e índios guaranis e kainkangs que ocuparam primeiramente essas terras, praticando uma rudimentar agricultura de subsistência em áreas aposseadas ou mesmo atividades de coleta de folhas de erva mate nas matas das "áreas comunais". Enquanto para os índios foram destinadas "áreas de reserva" especificamente destinadas à sua ocupação, os "caboclos" se viram na contingência de migrar em busca de novas terras, principalmente no vizinho Estado de Santa Catarina, subordinar-se a novas formas de relação com a terra ou mesmo vender sua força de trabalho.

> Excluídos ou expulsos de suas áreas de origem, os nativos viram-se marginalizados destes tempos de abertura da mata, propriedade da terra e produção "prá venda". Restava-lhes abandonar a área ou permanecer nela ocupando uma posição marginal na sociedade agrária que se constituía.[4]

Ainda que o Estado houvesse estimulado a criação das chamadas "colônias mistas", assentando colonos e agricultores nacionais, com a gradativa inserção da agricultura regional nos quadros de uma economia mercantil, os "caboclos" tiveram grandes dificuldades de se reproduzir como pequenos proprietários fundiários, pois *"transformados em produtores mercantis, onde eram levados a*

---

[3]. Regionalmente, são identificados como "caboclos" aqueles que não são de origem européia, mas mestiços resultantes de cruzamentos entre brancos portugueses, negros e índios. Ivaldo Gehlen indica que as designações pejorativas de "nacionais", "intrusos", "bugres" e "brasileiros" lhe são também conferidas. GEHLEN, Ivaldo, (1991). *Terres de lutte et luttes pour la terre.* Paris, These de Doctorat en Sociologie, Universite Paris X – Nanterre.

inserir-se num sistema agrário de técnicas, regras e concepções distintas daquelas em que se encontravam histórica e socialmente relacionados, os agricultores nacionais vêem na venda da terra aos colonos de origem européia o meio de saldar dívidas e retornarem ao modelo agrícola ao qual estavam culturalmente vinculados."[5].

Desprovidos do acesso à propriedade da terra, os "caboclos" cada vez mais identificar-se-iam com posições econômica e simbolicamente desprestigiadas no meio agrário gaúcho, reproduzindo-se como parceiros, agregados, empregados assalariados e pequenos arrendatários. Decorre disso que a noção "caboclo", antes de remeter a uma idéia de identificação de uma dada categoria social, é uma expressão de cunho pejorativo criada por outros; "caboclo" é aquele que não é "de origem européia" e que, ao mesmo tempo, é um desprovido da terra, um pobre. Ou seja, "caboclo" identifica o pertencimento a uma posição social de exclusão no contexto regional do norte do Rio Grande do Sul; além das referências étnicas, é a posição social, dada pela relação com a propriedade da terra, que diferencia "caboclos" e "colonos".

Os imigrantes europeus e seus descendentes se conformaram a uma agricultura de excedentes que se orientava pelo delineamento de uma divisão inter-regional do trabalho, na qual as colônias camponesas assumiam o encargo de supridoras de gêneros alimentícios dos núcleos urbanos do centro do país e, principalmente, de Porto Alegre. Além disso, a colonização, ao contrário do regime de posse fundiária praticada por "caboclos" e nativos da região, *"deu-se sob o signo da propriedade da terra, imergindo desde o início o imigrante italiano camponês no mundo da mercadoria"*[6]. A propriedade da terra se (re)produzia como um elemento articulador do ser "colono", de seu *habitus*, enquanto, portanto, princípio articulador de práticas sociais[7].

---

[4]. VIANNA DE SOUZA, Maria de Fátima, (1992). *Os rendeiros da soja.* Campinas, Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH/UNICAMP, p. 18.
[5]. VIANNA DE SOUZA, Maria de Fátima, (1992), op. cit., p. 32.
[6]. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1978). *Os colonos do vinho: sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.* São Paulo, Hucitec, p. 20.
[7]. Pierre Bourdieu diz que *"a propriedade se apropria de seu proprietário, se encarnando sob a forma de uma estrutura geradora de práticas perfeitamente conformes a sua lógica e a suas*

A busca constante pela propriedade da terra explica a colocação em prática, em diferentes tempos e espaços, de um conjunto de estratégias de reprodução da posição de camponês, como a migração, os padrões de herança do patrimônio fundiário e as mobilizações sociais em torno da "luta pela terra". A própria emigração da Europa para o Brasil teve como elemento motivador central o desejo da propriedade da terra: *"O italiano considerava a propriedade um bem intocável e o maior bem a ser legado aos filhos"*[8].

Propriedade fundiária, entretanto, que só tem significado para o "colono" na medida em que possibilita, através do trabalho, a reprodução do núcleo familiar. Nesse sentido, o patrimônio fundiário não constitui um capital passível de especulação, do qual o agricultor facilmente se desfaria caso se lhe fosse ofertado um bom preço, mas um instrumento que assegura maior estabilidade, melhores condições de assegurar os meios necessários à reprodução do grupo familiar.

Embora tendo a família como núcleo básico da força de trabalho, o "colono" desenvolvia um sistema de produção bastante articulado às necessidades colocadas pelo mercado, visando ultrapassar as simples condições de reprodução biológica do grupo familiar. O caráter empreendedor[9], que busca, ainda que à custa da privação momentânea e da poupança, a acumulação de um patrimônio fundiário capaz de garantir a reprodução da posição camponesa para as gerações descendentes[10], constitui um dos elementos que denotam a especificidade de um *ethos do colono sulista*[11].

---

exigências." BOURDIEU, Pierre, (1980). Structures, habitus, pratiques. In *Le sens pratique.* Paris, Éditions de Minuit, p. 96.

8. SANTIN, apud TEDESCO, João Carlos, (1999). *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês.* Passo Fundo-RS, EDIUPF, p. 48.

9. Nas divisões sociais e simbólicas do contexto agrário do norte do Rio Grande do Sul, este caráter empreendedor é contraposto, pejorativamente, a uma pretensa falta de ambição do "caboclo".

10. Mesmo que essa possibilidade tenha sido historicamente restringida, ela se reproduz enquanto concepção idealizada e idealizadora das práticas e estratégias adotadas pelo colonato sulista.

11. Uso indistintamente os conceitos de *ethos* e *habitus* enquanto *"sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a um fim sem supor a visão consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para os atingir."* BOURDIEU, Pierre, (1980), op. cit., p. 88.

Os "caboclos", por sua vez, preferencialmente se dedicavam a um sistema sócio-econômico tradicional em torno de uma agricultura de subsistência (articulada a um extrativismo de erva-mate, destinada à comercialização), que não visaria além da reprodução biológica e social da família (o que, por parte dos "colonos", representava uma característica psicossocial negativa: a falta de iniciativa, a acomodação às situações vividas). Assim, historicamente, os "caboclos" permaneceriam, em relação aos "colonos", mais afastados dos mercados, dos mecanismos de crédito, da tecnificação produtiva, do acesso à educação formal e dos canais institucionalizados de socialização na região.

Na relação com a terra, enquanto o "colono" tinha na propriedade um objetivo central, para o "caboclo" o título legal adquiria pouca importância, sendo fundamental a simples posse, garantia de obtenção dos meios de subsistência básicos à família. Por isso, muitas vezes é também designado como "posseiro".

"Colonos" e "caboclos" representam a vinculação a padrões culturais e de sociabilidade distintos. As práticas religiosas constituem, particularmente, um espaço onde se demarcam essas diferenciações: enquanto os "colonos" de descendência européia trouxeram incorporada toda uma experiência de próxima ligação com a Igreja (católica, no caso dos italianos, e evangélica, principalmente entre os alemães), os "caboclos" praticamente não tiveram relação com a Igreja institucionalizada.

Apesar das inúmeras dificuldades, os imigrantes procuraram reproduzir nos novos espaços de vida as práticas religiosas exercidas em suas regiões de origem. A construção de capelas e a designação dos "padres-leigos" constituíram manifestações concretas da tentativa de manter vivos os rituais a que estavam acostumados. A Igreja representava talvez a mais influente instituição responsável pela (re)produção do *ethos de colono*, particularmente no que se relacionava à conformação de específicos padrões de valores morais, éticos e de inquestionabilidade da família como o núcleo básico de sociabilidade dos camponeses imigrantes.

A religião constituía o principal instrumento de interpretação do mundo à disposição das primeiras gerações de colonos imigrantes. Era a partir de uma

leitura fundamentalmente religiosa que o cotidiano marcado por muitas dificuldades e sofrimentos, impostas por condições naturais inóspitas, era articulado à uma perspectiva mais ampla da existência e da sociedade[12]. Era uma perspectiva de matriz religiosa que dava significação ao cotidiano vivido pelos colonos[13]. A religião representa um dos elementos do *ethos de colono* e é também responsável pela atribuição de sentido a suas concepções, práticas e comportamentos sociais.

Segundo Luiz Inácio G. Gaiger, a específica religiosidade do campesinato meridional caracteriza-se, em contrapartida à religiosidade dos "caboclos", (a) por uma elevada valorização da autoridade institucional da Igreja (e, em conseqüência, de seus representantes oficiais, como o padre), apesar da relativa ausência de práticas religiosas no meio agrário gaúcho da primeira metade do século XX; (b) por uma mística de devoção que tem nas orações e ritos o canal de comunicação privilegiado; (c) por uma concepção de Deus omnipresente, que regula e determina o destino humano; (d) pelo estabelecimento de um código moral que ultrapassa o campo religioso e articula as diferentes dimensões da existência humana, organizando as condutas e regulando as relações sociais[14].

A família constitui outro elemento central no que se pode designar como *ethos do colono"*[15]. A família não representa, para o colonato, somente o núcleo de força de trabalho central para a execução do processo de produção agrícola, mas é o lugar primordial de socialização e o canal privilegiado de integração com

---

12. *"A religião apresenta-se aqui como uma realidade simbólica e material, que engloba a totalidade da existência individual e social, como uma referência compreensiva primordial à atribuição de sentido à vida, seja no cotidiano previsível, seja quando irrompem acontecimentos especiais ou extraordinários. O camponês toma o dado religioso como uma verdade primeira, que sobredetermina a existência e faz da adesão religiosa condição indispensável ao êxito em qualquer empreendimento, inclusive na luta pela terra."* GAIGER, Luiz Inácio G., (1995). Entre as razões de crer e a crença na razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* ANPOCS, nº 27, ano 10, p. 113-114.

13. Vários trabalhos já apontaram que a mesma significação religiosa é dada aos processos conflitivos de luta pela terra no Estado a partir do final dos anos 70. Ver GAIGER, Luiz Inácio G., (1991), op. cit.; GEHLEN, Ivaldo, (1991), op. cit.; SCHMITT, Cláudia, (1992). *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do colono "sem-terra".* Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS/IFCH/UFRGS.

14. GAIGER, Luiz Inácio G., (1991), op. cit., p. 85.

15. Utilizo-me, em particular, dos trabalhos de TEDESCO, João Carlos, (1999), op. cit. e GAIGER, Luiz Inácio G., (1991), op. cit., que adotam a mesma perspectiva de análise por mim utilizada.

o meio social envolvente. A família, além disso, é o pivô das estratégias de reprodução a serem postas em prática; por isso, para o campesinato, não existem estratégias individuais, mas estratégias de tipo familiar, que tem como objetivo a reprodução biológico-social e do patrimônio privado[16].

A reprodução familiar é o objetivo central, abarcando tanto estratégias produtivas, quanto não-produtivas. A prática da policultura, *"produzir de tudo"*, por exemplo, garante, independentemente de crises financeiras e de possíveis insucessos na produção e/ou comercialização dos cultivos comerciais, a subsistência do grupo familiar. Afrânio Garcia Jr.[17] mostra como a família camponesa pratica uma *alternatividade* dos produtos agrícolas colhidos, direcionando-os ao autoconsumo ou ao comércio em função das circunstâncias.

Ellen Woortmann analisa como a família camponesa de descendência alemã, no Rio Grande do Sul, engendra um conjunto de estratégias devotadas à preservação indivisa do patrimônio familiar. Seja através do casamento intra-familiar, dos sistemas consuetudinários de herança legitimados pela tradição (o minorato, a primogenitura, etc.) ou mesmo através da migração em busca de terra em outras regiões, a família visa assegurar que a propriedade da terra se reproduza. Nesse sentido, a terra é percebida pela família camponesa não apenas como um fator de produção, mas também como um patrimônio, como um valor moral. *"A saída de pessoas (filhos) isoladas e ou de núcleos de famílias recém-formados para os novos espaços viabilizava a não-divisão do patrimônio da casa no espaço-mãe. O matrimônio, a migração e a propriedade eram partes de um mesmo modelo de organização interna."*[18].

Entre os "colonos", a família é a instância socializadora central, ainda que não exclusiva. Fundamentalmente, é no espaço familiar que se dá todo um trabalho de inculcação dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, crianças e jovens, adultos e idosos.

---

16. *"É em torno da dinâmica terra, família e trabalho que os colonos organizam seus valores de vida e de (re)produção social."* TEDESCO, João Carlos, (1999), op. cit., p. 33.
17. GARCIA Jr., Afrânio, (1989). *O sul: caminho do roçado.* São Paulo/Brasília, Marco Zero/Editora da UnB/CNPq.
18. WOORTMANN, Ellen F., (1995). *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste.* São Paulo/Brasília, Hucitec/Edunb, p. 55.

Além da família, a Igreja se incumbiria do incentivo a uma forma de sociabilidade mais ampla, ainda que reproduzindo os princípios de solidariedade que regiam o grupo familiar: a "comunidade", nesse sentido, *"seria caracterizada pela transposição, para um grupo de vizinhança, de relações encontradas entre parentes, ou seja, na família. (...). A "comunidade", portanto, surge como uma tentativa de construção (pelos agentes religiosos) de uma nova identidade, mais abrangente, a construção de um "nós" que abarca, além dos parentes, os vizinhos."*[19].

Pertencer a uma "comunidade", portanto, implicava no estabelecimento de laços sociais que vinculavam tanto o indivíduo, quanto a família a um espaço social mais amplo. Esse pertencimento redundava na obediência a um padrão de sociabilidade que tinha na solidariedade o traço mais marcante, o que resultava na subordinação de desejos individuais aos interesses do grupo. Subordinação que, entretanto, não era vivenciada como imposição, mas como prática incorporada e socialmente naturalizada. Portanto, a inserção na "comunidade" constituía um dos primeiros elementos delineadores da conformação do *ethos de colono*; a necessidade de viver em comunidade representava um princípio gerador de práticas e representações sociais.

Normalmente, essas "comunidades" se estruturavam em torno das pioneiras capelas, criadas como espaço de exercício de práticas religiosas institucionalizadas. Assim, as "comunidades" surgiam como uma expansão do espaço especificamente religioso e se organizavam sob a forma das tradicionais "sociedades de capela".

José Vicente Tavares dos Santos, estudando camponeses viticultores da região colonial italiana, mesmo durante a década de 1970 vislumbrou a presença na "colônia" de marcantes traços de uma vida de tipo comunitário: *"... há uma base territorial constituída por casas esparsas mas com um centro de referência social, 'a sociedade da capela'; a população tem uma situação social semelhante; as pessoas estabelecem relações de vizinhança, muitas vezes justapostas a relações*

---

[19]. GIACOBBO, Elisa Olívia, (1994). *A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de reforma agrária*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia,

de parentesco; as pessoas se auto-identificam como membros do bairro, havendo um sentimento de localidade; ocorrem práticas de ajuda mútua no processo de trabalho; e, finalmente, participam em comum de atividades lúdicas, na 'sociedade da capela', e de atividades religiosas, 'a festa do Padroeiro.'"[20].

A *"sociedade da capela"*, portanto, representa, ao mesmo tempo um espaço de sociabilidade e de prática religiosa. Na vida dos colonos do sul do país, os espaços e os momentos de lazer não raras vezes coincidem com as práticas de religiosidade[21], por exemplo: a festa do santo(a) padroeiro(a), o jogo de bocha ou futebol após a missa dominical... A sede da "comunidade" ou "sociedade" é um espaço de manifestação do sagrado, mas também de expressão lúdica, de interação social, de troca de notícias e de informações.

Decorre desse forte entrelaçamento entre vida social e prática religiosa que o padre não constitui tão somente um líder religioso – o detentor legítimo da representação do sagrado, mas também uma referência social e, muitas vezes, um mediador político do grupo junto ao Poder Público e às múltiplas instituições sociais. O padre[22] apresenta-se freqüentemente como um representante da "comunidade", cuja legitimidade se baseia no monopólio do sagrado, em seu carisma pessoal e na posse de aptidões simbólicas das quais os camponeses estão desprovidos.

A específica sociabilidade tecida na "colônia" é marcada por uma forte coesão grupal, pela organização de diferentes dimensões da vida (religiosa, administrativa, de lazer e mesmo da política) em torno da "comunidade", onde os compromissos pessoais estão fundados numa solidariedade de conteúdo moral. Ajudar um parente ou vizinho em situação de dificuldade constitui, praticamente, uma obrigação – não sentida como coerção, mas como compromisso social. O "colono" pressupõe a existência da colônia, isto é, do espaço social e territorial

---

PPGS/IFCH/UFRGS, p. 108-109.

[20]. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1978), op. cit., p. 5.

[21]. O que talvez não seja uma especificidade dos colonos meridionais, mas uma característica do campesinato brasileiro, como demonstram os diferentes trabalhos de Antônio Cândido, Maria Isaura Pereira de Queiróz e Carlos Rodrigues Brandão.

definidor de relações de identificação social e de específicas formas de sociabilidade.

> A comunidade é um local de multissignificações e funções: é o espaço do jogo de trocas que, através de acordos e conflitos, tecem a convivência de uma lógica de integração que passa pela participação, pelo afeto, conhecimento mútuo, vizinhança, mutirões, lazer, equipes, relações de direitos e deveres, partilha, experiência coletiva na individualidade, delimitação de espaços, símbolos de identidade de gênero e de idade, etc., enfim, um espaço cultural e social, mais do que econômico, que cristaliza uma cotidianidade do colono e do meio rural.[23]

Excluídos do trabalho religioso institucionalizado, os "caboclos", embora estabelecessem relações vicinais que tinham no parentesco seu traço definidor principal, não desenvolveram essa idéia de pertencimento comunitário tão presente entre os "colonos"; o que implicou em uma sociabilidade menos submetida a padrões morais de comportamento social e a uma vida marcada pela mobilidade espacial como estratégia recorrente.

Outro elemento definidor do *ethos de colono* é a presença de um forte sentido moral do trabalho. O trabalho não aparece ao "colono" como uma imposição ditada por outro ou como um motivo de pesares; pelo contrário, emerge como uma necessidade ligada à reprodução do grupo familiar e comumente associado à realização de um prazer.

O apego a uma convicção moral do trabalho constitui um traço, que na representação idealizada dos próprios "colonos", os distingui dos "caboclos", a quem a ausência de tal moralidade implicaria em qualificações negativas de indolência e ausência de ambições de progresso material. Para o colono, o mecanismo primordial de ascensão social, econômica e simbólica é o trabalho: *"só se progride pelo trabalho". "Os descendentes de imigrantes, herdeiros de um modelo de trabalho onde a regularidade e a parcimônia estão em primeiro lugar, investirão preferencialmente no melhoramento das condições de vida, ao ponto de*

---

[22] . Henri Mendras aponta que o padre historicamente se constituiu como um "notável", um representante das comunidades camponesas junto à sociedade envolvente. MENDRAS, Henri, (1978). *Sociedades camponesas.* Rio de Janeiro, Zahar Editores.

[23]. TEDESCO, João Carlos, (1999), op. cit., p. 90.

metamorfosear o trabalho em prazer e de ver na abnegação uma causa de honorabilidade."[24].

Progresso que, na perspectiva do "colono", sempre aparece ligada às idéias de abnegação ao trabalho e, no limite, ao sacrifício. Numa concepção de natureza moral e religiosa, se acredita, apesar da vivência da desilusão e da frustração, que a melhoria das condições de vida da família depende sobretudo da própria família, de sua vontade de trabalhar e da capacidade de resignação e sacrifício diante de circunstâncias adversas e imprevistas.

Sob tal compreensão, não surpreende que a socialização da criança e do jovem "colono" (principalmente do sexo masculino) se dê, fundamentalmente, no e através do trabalho. É na execução das tarefas do processo de trabalho agrícola que a criança e o jovem vão aprendendo um determinado saber que orienta a execução das múltiplas atividades (plantar, adubar, limpar, preparar a terra, arar, etc.) e incorporando um conjunto de predisposições culturais que conformam o *habitus* ou *ethos de colono.*

O saber que organiza o processo de trabalho no mundo camponês é, sobretudo, um saber-fazer que não é de tipo essencialista, mas que se atualiza e se transforma constantemente a partir da interação com um conjunto diversificado de agências sociais que passam a interferir nas decisões e práticas do processo de produção. Saber prático que articula estratégias e orienta as tomadas de decisão.

A concepção moral do trabalho é acionada pelos "colonos" para desqualificar e estigmatizar os "caboclos" como pouco afixados ao trabalho e à propriedade da terra, preguiçosos e nômades, voltados exclusivamente ao autoconsumo e socialmente isolados. A percepção do mundo social pelo "colono" incorpora critérios de essencialidade, especialmente de ordem étnica, responsáveis, em boa medida, pela cristalização de diferenciações sociais e simbólicas presentes no meio agrário gaúcho.

Instituições como a Igreja e o próprio Estado, em diferentes momentos, se encarregaram do trabalho social de (re)produção dessa visão idealizada e

---

[24]. GAIGER, Luiz Inácio G., (1991), op. cit., p. 60.

idealizadora do trabalho entre o colonato do sul do país, particularmente através da mitificação das figuras do "imigrante pioneiro" no processo de ocupação do Rio Grande do Sul e, mais recentemente, do "colono modelo" nos processos de colonização do centro-norte do país dirigidos pelo Governo Federal, especialmente nas décadas de 1960-1970[25].

Esse *"mito do pioneiro"*, a (re)produção da imagem simbólica do "colono" como o domesticador por excelência de uma natureza inculta através do trabalho humano, não obstante, não representa uma mera ideologia, tomada enquanto equívoca visão da realidade social[26]. O *"mito"* se incorpora à forma de pensar, articula determinadas práticas sociais e é revivido permanentemente através do trabalho da memória (relatos orais dos idosos[27], livros, folhetos, festas, filmes...) e serve, no presente, como mecanismo de estímulo às gerações mais jovens reconstruírem, nas regiões de fronteira agrícola, as formas de vida, os valores morais, os comportamentos sociais, as práticas culturais particulares à região colonial. No imaginário dos agricultores que migram para regiões Norte e Centro-oeste do país, revivem o ideário de que constituem os pioneiros, os desbravadores de uma região socialmente vazia, habitada por populações despreparadas para a exploração agrícola e caracterizada por uma natureza intocada pelo trabalho humano.

Trabalho de construção do "imigrante pioneiro" que remete à valoração moral do trabalho, do progresso, da tradição, do sacrifício, da bravura, da

---

[25]. Sobre a construção do arquétipo do "colono modelo", ver especialmente TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1993). *Matuchos: exclusão e luta.* Petrópolis, Vozes.

[26]. *"As representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade contribuem para a realidade das divisões."* BOURDIEU, Pierre, (1989). A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In *O poder simbólico,* Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand do Brasil/Difel, p. 120.

[27]. João Carlos Tedesco mostra muito bem como os "nonos" das regiões coloniais de origem italiana no Rio Grande do Sul desempenham um papel estratégico no sentido de preservar um determinado patrimônio cultural, uma específica forma de apreensão do mundo legitimada pela tradição do grupo social. É, particularmente, através da memória do vivido pelos primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul, marcada principalmente pelo mito do pioneiro desbravador de uma natureza selvagem, revivida através dos cotidianos relatos orais fornecidos pelos "nonos", que se sedimentam nas novas gerações específicos valores morais, formas de pensar e sociabilidades. TEDESCO, João Carlos, (1999), op. cit..

coragem, do sofrimento e, em contrapartida, à desqualificação simbólica de outros grupos étnico-culturais, como os "caboclos", "bugres" e "negros"[28].

O trabalho agrícola, para o "colono", aparece intrinsecamente associado à propriedade da terra, na medida em que esta propicia um trabalho vivido e percebido como autônomo, que possibilita as condições de arbitrar o tempo e a ocasião de execução das tarefas. Para o colono, a propriedade fundiária está associada à *"seguridade, estabilidade e prosperidade. Quer ele sonhe com a melhoria das condições de vida ou simplesmente a garantia da sobrevivência cotidiana, garantir a propriedade ou a posse da terra representa uma condição indispensável. Por pouco que seja, a terra lhe garante o pão, a autonomia e o futuro familiar."*[29].

Em função disso, "liberdade" e "autonomia" são representações constantes entre os camponeses sulistas quando procuram justificar o estabelecimento de determinadas estratégias de reprodução social (migração, mobilização social, por exemplo) em detrimento de outras (a proletarização, particularmente). Nessa perspectiva, o trabalhado assalariado é representado como a negação da autonomia camponesa[30].

Não *"ter patrão"*, *"não ser mandado"*, nem estar submetido a horários pré-determinados de execução das tarefas constituem elementos de identificação do colonato. Por isso, não é a migração para a cidade que é rejeitada como estratégia de reprodução familiar, mas o assalariamento urbano, visualizado como materialização da perda de capital simbólico. A trajetória campo-cidade, desde

---

[28]. No Assentamento 16 de Março, observei o uso reiterado da alcunha "baianos", com o mesmo sentido pejorativo.

[29]. GAIGER, Luiz Inácio G., (1991), op. cit., p. 61.

[30]. Veremos como essa visão idealizada e idealizadora do trabalho camponês está na base da resistência a estratégias de coletivização propostas por agentes de mediação nos assentamentos de reforma agrária. Para uma parcela dos assentados, a coletivização representa uma ruptura com a tradicional articulação entre família, terra e trabalho responsável pela estruturação de suas formas de pensar, trabalhar, conceber e hierarquizar o mundo social. Assim, o trabalho de difusão da "proposta coletivista" esbarra no conjunto de predisposições historicamente incorporadas pelos camponeses, conformadoras de seus *habitus* e articuladoras de suas práticas sociais.

que possibilite a reprodução de um mesmo *status* (como pequeno comerciante, por exemplo), constitui, no horizonte do colono, uma estratégia plausível[31].

Esses códigos morais, contudo, não se restringem às avaliações relacionadas ao mundo do trabalho, mas abarcam o conjunto das práticas sociais. Valores como a honra e a coragem estão fortemente enraizados em sua cultura e servem como princípios de avaliação tanto das práticas sociais alheias quanto de suas próprias.

Em síntese, o *ethos de colono* tem como referências principais: (a) a propriedade da terra, tomada como elemento fundamental que permite a reprodução biológica e social da família; (b) o trabalho, considerado como mecanismo de progresso material e como valor moral; (c) a família, unidade fundamental de socialização, constitui o núcleo executor de execução e gerenciamento do processo de trabalho agrícola; é através da família que se reproduzem os valores e sociabilidades considerados como positivos pelo colono; é a consideração das necessidades e objetivos de reprodução da família que orientam as estratégias econômicas e não-econômicas de longo e médio prazo; (d) a religião, dimensão simbólica que confere significado às práticas e comportamentos sociais adotadas pelos colonos; (e) sociabilidades de cunho comunitário, que implicam em relações sociais regidas por laços e compromissos de ordem moral; (f) um saber-fazer de tipo empírico, isto é, calcado não em abstrações racionais, mas na experiência concreta, no aprendizado ao longo da existência.

As formas de pensar e agir desse tipo de *ethos* não correspondem àquelas da sociedade moderna e capitalista. Em vez da racionalidade operacional, do pragmatismo e da individuação dominam no *ethos de colono* esquemas de pensamento de fundo religioso e ético-moral, que *"expressam e ensejam a retitude de caráter, a probidade, a honra e a responsabilidade – e tudo ganha um sentido*

---

[31]. CAUME, David José, (1992). *A construção social de um outro ofício de agricultor*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS/IFCH/UFRGS.

superior e definitivo na sua relação com o religioso – verdade primeira, fundamento da vida e providência última."[32].

O *ethos de colono* se expressa tanto por determinadas formas de pensar e de agir, quanto por específicas formas de vestir-se, de gesticular, de andar, de cuidar de si, de falar. É fruto disso que não é nada difícil identificar um "colono" que circula pela cidade grande (assim como também não é difícil identificar um militar, um padre, uma freira...). Corporificação que, não obstante, não representa um traço da essencialidade camponesa, mas que resulta de um determinado processo de socialização estreitamento ligado ao processo de trabalho agrícola[33].

A partir de meados do século XX grandes transformações sócio-econômicas se deram na região, marcadas sobretudo por um acentuado processo de rarefação de terras passíveis à ocupação e pelo corolário aumento da renda fundiária, tornando-se cada vez menos acessível a apropriação de parcelas de terra pelas gerações subseqüentes de agricultores familiares.

> A baixa da fertilidade natural do solo, as divisões da propriedade familiar (procedimentos de herança), a exigência de acréscimos de produtividade, de qualidade e de "modernização" tecnológica do sistema, a dependência freqüentemente financeira pela qual o colono sofre a transferência contínua de seu capital (sobretrabalho) em direção ao circuito mercantil, etc., provocaram um empobrecimento crescente de numerosas famílias que se obrigaram a tomar o caminho do êxodo rural em direção às cidades ou em direção de outras terras novas, nas regiões de fronteira agrícola: norte noroeste do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná.[34]

Para o campesinato regional, esse contexto implicou na adoção de um conjunto diversificado de estratégias de reprodução social. Para aqueles que

---

[32]. GAIGER, Luiz Inácio G., (1994). A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à identidade ou à heterogeneidade cultural?. In *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, p. 182.

[33]. João Carlos Tedesco analisa, entre "colonos" de descendência italiana no noroeste do Rio Grande do Sul, que essa estreita associação de corpo e trabalho agrícola se reflete na desqualificação simbólica do cuidado excessivo com o corpo. *"Se ajeitá demais"* (vestir-se bem, maquiar-se) não é socialmente bem visto pela comunidade; afinal o corpo deve obedecer à lógica moral do devotamento ao trabalho. Já o cuidado com a saúde é socialmente valorizado, pois da saúde do corpo depende a possibilidade de desenvolver com presteza e eficácia o trabalho agrícola. O ato de alimentar-se bem é igualmente valorizado, pois é através de uma alimentação satisfatória que se adquire saúde e força corporal para o pleno desempenho das atividades agrícolas. TEDESCO, João Carlos, (1999), op. cit..

[34]. GEHLEN, Ivaldo, (1991), op. cit., p. 95.

recusaram tanto o êxodo rural[35], quanto a possibilidade de migrar em direção a novas terras em Estados vizinhos (como o oeste catarinense e paranaense) ou mesmo aderir aos "projetos de colonização oficial" no centro-norte do país[36], não restaria outra alternativa senão se submeter à forte pressão demográfica sobre a terra existente na região, cultivando áreas, próprias ou não, cada vez mais diminutas. A um crescimento do número de pequenas propriedades (minifúndios) correspondia, em contrapartida, a diminuição do tamanho médio desses estabelecimentos agrícolas[37].

A "modernização" das grandes propriedades da região, por sua vez, deu-se pela transformação das antigas fazendas de criação de gado em áreas dedicadas à exploração capitalista das culturas de trigo e soja. De uma área total cultivada de soja de 24.259 ha em 1950, se passou para 167.384 ha em 1960, chegando a mais de 3.000.000 de hectares a partir de meados da década de 1970[38].

Tal pressão em torno do acesso à terra, implicou, correlativamente, na busca de acréscimos de produtividade do trabalho, representada pela modernização gradual e crescente dos processos de produção agrícola. *"Em conseqüência, a tecnificação e a integração da agricultura ao mercado nacional e internacional – primeiramente do trigo e, em seguida, da soja – colocaram a economia camponesa em uma situação de subordinação direta ao capital, representado pelo banco, pelas cooperativas de comercialização e, mais recentemente, pelo setor agro-industrial."*[39].

---

35. O Rio Grande do Sul assistiu a uma extraordinária migração campo-cidade, pois, entre 1970 e 1980, a população rural gaúcha diminuiu de 3.111.885 para 2.523.693 habitantes, enquanto, no mesmo período, a população urbana aumentou de 3.557.006 para 5.254.469 pessoas. Cf. IBGE, apud GEHLEN, Ivaldo, (1991), op. cit., p. 70.

36. José Vicente Tavares dos Santos demonstrou como, reiteradamente ao longo da história, o Estado brasileiro tem utilizado o mecanismo da "colonização agrícola" como alternativa às possibilidades de efetivação de uma política de redistribuição da propriedade da terra no país. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1993), op. cit..

37. *"Apesar de inicialmente os colonos receberem lotes de 25 ha, o censo agrícola de 1940 indicava que no Rio Grande do Sul 39% dos estabelecimentos tinham áreas inferiores a 20 ha. Três décadas depois, esses estabelecimentos representavam 62% do total, indicando um claro sub-parcelamento das pequenas propriedades."* BAVARESCO, Pedro, (1998). *Assentamento Annoni Fase IV (RS); uma análise do seu desempenho sócio econômico.* Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, CPDA/UFRRJ, p. 13.

38. BRUM, Argemiro Jacob, (1988). *Modernização da agricultura*: trigo e soja. Petrópolis, Vozes.

39. GAIGER, Luiz Inácio G., (1991), op. cit., p. 51.

Essa conjuntura resultou num processo crescente de diferenciação do campesinato sulista. Os processos de inovação técnica e capitalização implicaram, ao lado da conservação de um campesinato de tipo tradicional, no desenvolvimento de um segmento de agricultores familiares tecnificados, ligados ao setor agro-industrial regional (principalmente de aves e suínos). Em contrapartida, uma parcela considerável do colonato do norte do Estado, particularmente aquela fração economicamente mais débil, foi constrangida a, gradativamente, viver em condições cada vez mais semelhantes àquelas dos "caboclos", passando a trabalhar em terras de terceiros, seja como parceiros, pequenos arrendatários ou mesmo assalariados.

As políticas públicas de natureza seletiva, centradas no crédito rural subsidiado, colocadas em prática a partir do final dos anos 1960 (a convencionalmente denominada "modernização conservadora da agricultura brasileira") nada mais fizeram do que acentuar ainda mais essa diferenciação social no interior do campesinato gaúcho, implicando na crescente restrição às possibilidades de reprodução dos camponeses excluídos dos processos de transformação tecnológica e de "integração agro-industrial". As conseqüências sociais mais eloqüentes desse processo foram uma acentuada pauperização de partes do campesinato, a multiplicação de trabalhadores sem-terra e o êxodo rural.

Ivaldo Gehlen aponta que a segunda metade do século XX correspondeu a um período de acentuado agravamento das condições de reprodução da agricultura familiar no sul do país. Não apenas o que designa como "crise de terra" (o esgotamento das possibilidades de divisão das unidades produtivas, a acentuada valorização da renda fundiária, o desaparecimento da alternativa de ocupação de novas terras na região e a própria expropriação decorrente do endividamento e dos atrativos preços de uma terra cada vez mais valorizada), mas também a crescente perda de fertilidade natural dos solos, o conseqüente aumento dos custos de produção e a correlativa queda dos preços dos produtos agrícolas constituíram um conjunto de fatores que desembocaria num acentuado

processo de empobrecimento relativo de um contigente significativo do campesinato meridional.

Segundo o mesmo autor, o processo de diversificação da agricultura familiar no sul do país acabou por conformar a presença do que designa, esquematicamente, como "cinco tipos de alternativas": (a) um campesinato tradicional dedicado a uma agricultura-pecuária de subsistência, que se aproxima do modelo de exploração dos "caboclos" e que normalmente não detêm a propriedade da terra (parceiros, agregados, pequenos arrendatários), constituindo um grupo social passível dos processos de expropriação da terra; (b) agricultores familiares dedicados a uma policultura-pecuária, com baixo nível tecnológico, mas que produzem para o mercado, sem articulação direta com o setor agro-industrial. Com baixa capacidade de concorrência, estão submetidos a condições crescentes de empobrecimento; (c) agricultores de tipo familiar, que se utilizam da moderna tecnologia, *"sem abandonar totalmente os produtos alimentares destinados ao autoconsumo, mas sua prioridade é produzir para o mercado interno e externo ao mesmo tempo".* Produtores que se beneficiaram relativamente das políticas públicas de modernização, mas que passaram, a partir dos anos 1980, a ter dificuldades de reprodução do mesmo padrão tecnológico ocasionadas pelo término do mecanismo de crédito subsidiado pelo Estado; (d) agricultores familiares altamente tecnificados e "integrados" a um sistema de produção subordinado às demandas de empresas agro-industriais processadoras da matéria-prima (suínos, aves, fumo, frutas, etc.); (e) agricultores assentados de "reforma agrária, "*que exercem uma agricultura familiar de grupo ou coletiva*"[40].

Os amplos programas de financiamento da atividade agropecuária propiciados pelo Estado, com taxas de juros negativos, propiciaram, principalmente aos médios e grandes produtores, um substancial incremento na mecanização das lavouras e de especialização de cultivos (especialmente a soja) que, por sua vez, redundaram numa acentuada diminuição das possibilidades de venda de força de trabalho. Esse processo reduziu também a oportunidade de

---

[40]. GEHLEN, Ivaldo, (1991), op. cit., p. 154-161.

emprego temporário nas grandes fazendas por pequenos proprietários que se utilizavam de tal estratégia para incrementar a renda familiar.

Além disso, a estratégia da migração campo-cidade, tão estimulada pelas condições favoráveis propiciadas pelo período de "milagre econômico", começava a dar mostrar seus limites, na medida em que a obtenção de um emprego urbano estável se tornava cada vez mais difícil.

Os "colonos sem terra" que emergiram na arena sócio-política estadual e nacional no final da década de 1970 e, principalmente na primeira metade dos anos 1980, constituiu a parcela do campesinato da região norte do Estado que, expropriada da terra ou submetida a um crescente processo de pauperização de suas condições de reprodução (seja como parceiros, agregados ou mesmo filhos de pequenos proprietários impossibilitados de acesso à herança do patrimônio fundiário familiar), adotou a estratégia da mobilização social na tentativa de conquista da terra e de viabilização de sua reprodução como agricultores de tipo familiar[41]. Agregaram-se a esses segmentos, os *"colonos retornados"* dos projetos de colonização oficial promovidos pelo regime autoritário como forma de aliviar as tensões sociais ocasionadas pela pressão sobre a terra na região, que passaram a denunciar a colonização como alternativa à crise do campesinato meridional[42].

Tais processos sociais, aliados a um eficiente trabalho de "conscientização" conduzido particularmente por agentes religiosos ligados à Comissão Pastoral da Terra e, posteriormente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, propiciariam as condições para a mobilização sócio-política, para o protesto e reivindicação de acesso à terra:

> Filhos de pequenos produtores (normalmente proprietários), vivendo com a família o drama da crescente crise econômica da atividade agrícola familiar, socializados em meio aos protestos que aumentavam, não foi

---

41. *"... os camponeses sem-terra agrupam os agricultores tocados negativamente pelas mudanças sócio-econômicas. São aqueles que não resistiram à disseminação da economia de mercado, aqueles que apenas se beneficiaram marginalmente da difusão dos bens culturais e das inovações técnicas. São, notadamente, aqueles que viveram desfavoravelmente as chances implicadas na lógica que preside a modernização do campo."* GAIGER, Luiz Inácio G., (1991), op. cit., p. 56.

42. Sobre o papel do "colono retornado" na conformação da luta pela terra no Rio Grande do Sul nos anos 1980, ver TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1993), op. cit..

> difícil convencer um bom número destes jovens agricultores e torná-los militantes do "novo sindicalismo" ou envolvê-los no nascente MST...[43]

Numa perspectiva sintética, tais são as trajetórias e os processos histórico-sociais que conformaram não apenas a formação do campesinato do norte do Estado do Rio Grande do Sul, mas também a gênese daqueles que se tornaram os principais personagens das lutas pela terra travadas, a partir do final dos anos 1970, e que ficaram conhecidos como "colonos sem terra".

Meu particular objetivo nessa (re)construção histórico-social do "colono sem terra" não foi delinear os fatores estruturais que presumivelmente teriam determinado sua emergência, mas, sobretudo, delinear, ainda que rapidamente, através das trajetórias sociais percorridas, os elementos fundantes do que considero o *habitus* (ou *ethos) do colono sulista*. Conformação de um *ethos* que se dá na trajetória vivida pelo indivíduo, na sua inserção e interação com múltiplas e diversificadas instâncias de socialização; processo dinâmico e permanente, tenso e contraditório. As mentalidades, disposições e formas de agir que conformam um determinado *ethos* estão em constante e dinâmica (re)produção, passíveis de injunções e disjunções do ambiente social em que estão envolvidos os sujeitos e às permanentes ressocializações a que estes são submetidos.

O *habitus* não é, como uma perspectiva subjetivista poderia supor, uma expressão do caráter do indivíduo ou de sua personalidade pessoal e muito menos determinado por fatores de ordem genética. O *habitus* não constitui uma essencialidade, uma identidade psicossocial que não sofre transformações a partir dos constrangimentos do tempo e do espaço social; ao contrário, constrói-se histórica e socialmente na trajetória dos indivíduos, nas múltiplas relações sociais que estabelecem ao longo de suas existências[44].

---

[43]. NAVARRO, Zander, (1996). Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In NAVARRO, Zander, (org). *Política, protesto e cidadania.* Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, p. 84.

[44]. *"... o ser colono não é uma condição, mas, sim, um processo que se recria, se atualiza, se redefine e que engendra formas de adaptação às práticas utilitárias da racionalidade sistêmica e, ao mesmo tempo, que formula processos, ações envoltas no horizonte do núcleo familiar. Ambas não se excluem; conservam, sim, intencionalidades comuns e específicas, relacionadas e reorientadas por estratégias adaptativas."* TEDESCO, João Carlos, (1999), op. cit., p. 120.

Acredito que esse trabalho de (re)construção sociológica em muito pode contribuir à interpretação dos processos sociais que se desenrolam entre os agricultores por mim pesquisados no Assentamento 16 de Março, na medida em que esse *habitus de colono* se (re)produz como princípio gerador e articulador das práticas e comportamentos nesse espaço social.

2. A RETOMADA DA LUTA PELA TERRA E A GÊNESE DO MST NO RIO GRANDE DO SUL

Embora os conflitos fundiários no Rio Grande do Sul remontem ao período de ocupação do espaço agrário nos séculos passados, rejeito, consonante com a diretriz epistemológica adotada, que as lutas sociais pela terra devam ser consideradas em uma perspectiva de linearidade histórica. Entendo que a interpretação dos processos sociais presentes não remete, obrigatoriamente, à necessidade de conferir ao passado o estatuto de raiz explicativa aos fenômenos que se desenrolam na contemporaneidade.

Ao invés de buscar a origem do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e apreender sua presumível essência e identidade, procuro dar visibilidade, ainda que fragmentária, às condições de possibilidade de sua emergência nos processos contemporâneos de luta pela terra e pela reforma agrária no contexto específico das sociedades gaúcha e brasileira. Nesse sentido, construo um recorte histórico das lutas sociais pela terra no Rio Grande do Sul que se desenrolaram no espaço agrário gaúcho a partir do final da década de 1970, considerando que são *"marcas sutis e singulares"* de acontecimentos que propiciariam a constituição do MST[1].

---

[1]. Tomo a idéia de "emergência" de um fato histórico a partir das formulações de FOUCAULT, Michel, (1985). Nietsche, a genealogia e a história. In *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, Graal, p. 15-37.

A luta pela terra no Estado do Rio Grande do Sul foi, após o apaziguamento imposto pelo regime autoritário, retomada a partir de maio de 1978[2], quando em torno de mil famílias de pequenos agricultores que ocupavam irregularmente terras da Reserva Indígena de Nonoai[3] foram expulsos violentamente pelos índios kainkangs e passaram a se mobilizar em demanda pelo acesso à terra[4].

> Um grupo de índios, de no máximo 20, começaram a botá fogo nas escolas, o ataque ao ideológico em primeiro lugar, e depois forçaram os agricultores a sair, a abandonar as terras e sair, senão eles iam botá fogo também nas casas... Na verdade, um grupo pequeno de índios expulsou seguramente 2.000 famílias de colonos! É uma história muito comovente de vê como um pequeno grupo organizado teve uma força espetacular! (Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Repentinamente desprovidos de todos os bens adquiridos no passado recente (muitos, inclusive, sequer tiveram tempo de efetuar a colheita dos produtos cultivados naquele ano), os "colonos" expulsos se viram na contingência de acampar à beira de estradas ou em abrigos improvisados (chiqueiros, paióis, etc.) propiciados por parentes e amigos. Os laços de solidariedade vicinal propiciados pela vivência nas terras da Reserva Indígena representavam a única possibilidade que as famílias permanecessem unidas e procurassem encontrar soluções coletivas. A alternativa de tentar retornar às terras de onde foram expulsas era ainda aventada, mas que, mostrar-se-ia, na prática, inviável.

Resistindo a estratégias como o engajamento em projetos de colonização do centro-norte do país, promovidos pelo Governo Federal, a proletarização nas grandes fazendas de cereais da região e, principalmente, a migração em direção

---

[2]. No período pré-1964, sob a influência política do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PCB (Partido Comunista do Brasil), agricultores sem-terra organizaram-se em torno do MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul. Ver ECKERT, Córdula, (1984). *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964.* Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola/UFRJ.

[3]. Município localizado na Região do Alto Uruguai, noroeste do Rio Grande do Sul, próximo à divisa com Santa Catarina.

[4]. Desde meados do século XX, em decorrência do processo de pressão demográfica sobre a terra na região, "colonos" e "caboclos" passaram a arrendar ou simplesmente invadir, com a complacência dos órgãos estatais, as terras pertencentes à Reserva Indígena de Nonoai, criada em 1845. *"Em 1962, mais de 400 famílias viviam enquanto intrusos na Reserva de Nonoai, praticando uma agricultura de subsistência."* GEHLEN, Ivaldo, (1991). *Terres de lutte et luttes pour la terre.* Paris, These de Doctorat en Sociologie, Universite Paris X – Nanterre, p. 230.

aos centros urbanos, os "colonos de Nonoai"[5] optaram pela luta social, ainda que desprovidos, naquele momento, de uma entidade capaz de os articular politicamente.

Em junho de 1978, uma parte dessas famílias decidiu adentrar às glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e na Reserva Florestal da Fazenda Sarandi, em Rondinha[6]. Pressionado pela mobilização de cerca de 300 famílias, o Governo Estadual, através da Secretaria de Agricultura, passou a cadastrar as famílias, prometendo assentá-las no menor tempo possível. Convencidos das boas intenções governamentais, os "colonos" abandonaram as áreas e procuraram se abrigar principalmente em casas de familiares da região.

Aqueles que não tinham a quem recorrer, foram alojados no Parque de Exposições de Esteio, próximo a Porto Alegre. Desse grupo, 128 famílias foram assentadas em uma área da região sul do Estado, município de Bagé, no chamado "Projeto Nova Esperança", onde lotes entre 15 e 20 ha foram vendidos a juros subsidiados pelo Governo Estadual. Outras 550 famílias, após um longo período de negociação, aceitaram a proposta do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e foram inseridas no "Projeto de Colonização Canarana", no Mato Grosso, coordenado pela Cooperativa Mista Canarana. Posteriormente, outras 80 famílias, no segundo semestre de 1980, foram incorporadas ao "Projeto de Colonização Terranova", também no Mato Grosso.

Por outro lado, aqueles não contemplados pelas limitadas soluções apresentadas, começaram a se articular politicamente, mobilizados por agentes religiosos ligados à CPT (Comissão Pastoral da Terra), principalmente pelo Pe. Arnildo Fritzen, então Pároco de Ronda Alta, e por técnicos estatais, como João Pedro Stédile, hoje dirigente nacional do MST.

> A nossa cidade aqui (Ronda Alta) foi praticamente invadida por gente que passava, que vinha, pedia comida, abrigo e assim por diante... Passamos o ano de 78 mais nesse trabalho assistencialista de primeiro socorro e

---

[5]. GEHLEN, Ivaldo, (1991), op. cit..

[6]. Ronda Alta e Rondinha são pequenos municípios pertencentes à região do Alto Uruguai. A Fazenda Sarandi (cujas glebas Macali e Brilhante dela faziam parte) pertencia ao Governo do Estado e, nos anos 60, havia sido objeto de desapropriação para fins de reforma agrária. O processo de desapropriação foi cancelado pelo governo militar instalado em 1964, sendo as terras arrendadas a empresas de produção agropecuária.

> tentá ajudá o que se podia. Até que em fins de 78, nós nos encontramos aqui – na época eu já estava ligado à CPT – nós nos encontramos aqui, João Pedro e eu e mais dois que trabalhavam com o João Pedro, prá começá discuti como é que nós íamos fazê prá tentá organizá esse povo. E aí é que a gente chegou à conclusão que era preciso reuni em lugares diferentes, onde eles tavam mais aglomerados né, e começá discuti uma forma de nós pressioná o Governo prá resolvê esse problema. Mais ou menos por aí que começa a primeira e incipiente organização né. Reunimos um grupo aqui (Ronda Alta), outro grupo lá em Nonoai, um grupo em Três Palmeiras e um grupo em Planalto. E aí se caminhô... sei que levô dois, três meses até que se chegou a uma proposição de assembléia! (Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral).

Em julho de 1979, cerca de 1.100 famílias de "colonos", reunidos no Centro de Tradições Gaúchas de Nonoai, decidiram encaminhar um abaixo-assinado ao Governador, reivindicando o assentamento no próprio Estado e a recusa da estratégia da colonização; além disso, afirmavam a intenção de, caso não fossem atendidas, voltar a ocupar a Fazenda Sarandi.

Não encaminhado o assentamento, 110 famílias resolveram ocupar a Gleba Macali, em 7 de setembro de 1979[7]. Outro grupo de 170 famílias, em 25 de setembro, adentraram à Gleba Brilhante, cujas terras estavam cultivadas com soja e milho. Apesar das restrições iniciais, o Governo do Estado acabou por criar aqueles que seriam os primeiros "assentamentos de reforma agrária" no Rio Grande do Sul, na própria Fazenda Sarandi, no início do ano de 1981. Não obstante, nem todos agricultores mobilizados foram contemplados, tendo em vista que aquelas duas glebas comportavam um número limitado de famílias[8].

As famílias de "colonos de Nonoai" não beneficiadas e outros agricultores, incentivados pela conquista alcançada na Macali e Brilhante e incentivados por agentes de pastoral, formariam, a partir do final de 1980, aquele que tornar-se-ia o

---

[7]. *"Daí definimos que a melhor oportunidade de entrá na área seria véspera de 7 de setembro né e aí saímo a campo organizá o pessoal e na noite do dia 6, então, veio o comboio todo né! A gente acompanhou até lá dentro da área e fomo até muito tranqüilo por sinal. A gente tinha receio de encontrá polícia, mas tavam se preparando pro desfile né! (risos). E aí foi uma noite linda, linda, linda... um luar espetacular! 43 caminhão boiadeiro levando o povo assim... Vejo o filme ainda na minha memória! (visivelmente emocionado). Tão lindo de vê, no meio do campo, um comboio de carro, todos com povo e as mochila dentro. E assim que entramo prá dentro. Entramo pela Brilhante prá podê chegá nos fundos da Macali!"* (Pe. Arnildo Fritzen, Pároco de Ronda Alta).

[8]. Foram assentadas 99 famílias na Macali e 78 famílias na Brilhante.

principal símbolo da retomada da luta pela terra no Estado: o Acampamento da Encruzilhada Natalino[9].

> Nesse tempo, nós trabalhávamos aqui, em Ronda Alta, e nos municípios mais próximos, como CPT já trabalhava a questão dos pequenos agricultores que não têm terra, especialmente os filhos casados que estavam com os pais. Nós já organizávamos eles dizendo: "Oh, olhem o exemplo. Vamo olhá bem de perto como eles (os ocupantes da Macali e Brilhante) fizeram, o que eles fazem...". E aí já começou uma articulação aqui né. E aí, em dezembro de 80, já começam os primeiro a acampá na beira da estrada, na Encruzilhada Natalino. (Pe. Arnildo Fritzen, Pároco de Ronda Alta).

Diferentemente do "conflito de Nonoai", o Acampamento da Encruzilhada Natalino agruparia camponeses e trabalhadores rurais de diversificadas trajetórias sociais. Assalariados rurais, agregados ("caboclos") que cultivavam e moravam em terras de "granjeiros" da região, filhos de pequenos proprietários, pequenos agricultores empobrecidos, "colonos retornados" dos frustrados projetos de colonização no centro-norte do país e "colonos afogados" pela construção de barragens formavam o diversificado universo social dos *"acampados da Encruzilhada"*.

Marcado pela produção de significações e símbolos de matriz místico-religiosa (como a cruz[10], os lenços brancos, as celebrações e as procissões[11]) e pela presença cotidiana de agentes religiosos na sua condução e organização, o Acampamento, que chegou a abrigar cerca de 600 famílias, ocupando quase 2 km de extensão às margens da estrada, sofreria uma forte repressão por parte do

---

[9]. Cruzamento das estradas que ligam os municípios de Ronda Alta, Passo Fundo e Sarandi. Sua designação deriva da existência no local de um estabelecimento comercial, cujo proprietário se chamava Natálio. Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano, (2000). *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis, Vozes.

[10]. Segundo o atual pároco de Pontão-RS, onde situa-se o Assentamento 16 de Março, que participou pessoalmente do Acampamento, afirma que *"era da cruz que vinha o ânimo, a força e a coragem de continuar a luta pela terra. Qualquer coisa que acontecia, repressão, perseguição, conquistas, comunicados, o povo se reunia ao redor da Cruz. Era feito rezas e discussões para achar saídas dos seus problemas. A Cruz era manifestação da fé e da vida."* CASTELLI, Lauro, (1987). *O agente de pastoral na luta pela terra em Ronda Alta.* Passo Fundo-RS, Monografia de conclusão do Curso de Teologia, ITEPA, p. 38.

[11]. *"Durante as Procissões, nas paradas, eram lidos textos bíblicos mais específicos da libertação do povo de Israel. Eles mesmos faziam interpretações, hermenêutica. Eles mesmos foram identificando-se com o povo de Israel. (...). Para o povo acampado, as Procissões eram a saída da escravidão, da miséria e da fome, em busca da terra prometida."* CASTELLI, Lauro, (1987), op. cit., p. 38-39.

Governo Federal, refletindo, naquele momento, um processo de militarização da questão agrária pelo Estado brasileiro. Declarado "área de segurança nacional", o Acampamento sofreu a intervenção do Exército, apoiado pela Brigada Militar e pela Polícia Federal, comandada pelo Coronel Sebastião de Moura Rodrigues, o "Coronel Curió", famoso por sua participação na repressão às manifestações de luta social no Norte e Nordeste do país, que estabeleceu formas de controle de entrada e saída do acampamento e mecanismos de constrangimento psicológico que visavam estimular os trabalhadores a desistirem da luta.

A proposta estatal para a solução do conflito continuava sendo a reiterada política de colonização das "regiões de fronteira agrícola": Roraima, Acre, Mato Grosso e Bahia. Em contrapartida à insistência dos "colonos" em serem assentados no próprio Estado, o Governo respondia com o recrudescimento da violência. Cansados do embate e das precárias condições de vida à beira da estrada, 137 famílias acampadas aceitaram a proposta de integração ao "Projeto de Colonização Lucas do Rio Verde", no Mato Grosso. A maioria, entretanto, permaneceria no Acampamento.

A mobilização de entidades da sociedade civil, como a Igreja Católica, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, e a persistência dos "colonos" acabaram por derrotar Curió, que, em 31 de agosto de 1981, 30 dias após sua chegada, abandonou a Encruzilhada Natalino.

Com a saída dos interventores, os acampados reassumiram as formas de organização (equipes de saúde, educação, segurança, etc.) anteriores. Entretanto, já se visualizavam claros sinais de esgotamento das possibilidades de reprodução do Acampamento, na medida em que as condições de vida tornavam-se cada vez mais precárias. Em decorrência, em 1982, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil)[12], tomou a iniciativa de, através de uma campanha nacional de arrecadação, obter os recursos necessários à aquisição de uma área de terra na região capaz de abrigar um novo acampamento.

---

[12]. Apoiada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana.

> Ali na beira da estrada tava insuportável, não dava prá agüenta mais, por causa do calor, não tinha mais água potável, enfim todos os problemas aí de alimentação, higiene, saúde... Daí o desafio levantado foi que eles (as Igrejas) fizessem uma campanha, comprassem uma área de terra provisória prá podê deslocá esse acampamento da beira da estrada prá cima de uma terra onde sendo propriedade particular não teria mais polícia prá incomodá, teria água e já teria possibilidade de plantá hortaliça, verdura... (Pe. Arnildo Fritzen, Pároco de Ronda Alta).

Surgia, em março de 1982, o acampamento de "Nova Ronda Alta", numa área de 108 ha, localizada no próprio município de Ronda Alta, abrigando 207 famílias. Correlativamente, continuavam as pressões para que o Governo Estadual providenciasse a aquisição de terras. Em setembro de 1983, o governador Jair Soares autorizou a compra de 1.870 ha para o assentamento definitivo das famílias: surgiam os Assentamentos "Nossa Senhora Conquistadora da Terra" e "Vitória da União" (em Ronda Alta) e "Rincão do Ivaí" (em Salto do Jacuí). O acampamento, por sua vez, transformou-se no "Assentamento Nova Ronda Alta", abrigando 10 famílias, que passariam a produzir sob forma comunitária, a partir de um projeto formulado e implantado com forte influência dos agentes de pastoral da região[13].

A vitória dos "colonos do Natalino" cumpriu o papel de alavancar, a partir de 1983, o trabalho de agentes de mediação (particularmente, da CPT e da PJR - Pastoral da Juventude Rural) no estímulo à organização da luta pela terra na região. *"... eu posso dizê, até com bastante segurança, que a Encruzilhada Natalino ela se torna, de fato, o nascedouro do Movimento Sem Terra."* (Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral). Na ótica dos trabalhadores sem terra, por sua vez, a *"conquista da Natalino"* alimentava o sonho e a esperança que, através da mobilização social, o acesso à terra poderia se transformar em realidade.

O trabalho pastoral seria responsável por iniciativas que redundariam nas primeiras instâncias organizadas de mobilização social para a luta pela terra no interior do Rio Grande do Sul e também pela conformação de novas formas de pensar e representar o mundo social. A realidade, para o "colono sem terra",

---

[13]. Durante vários anos, o "Assentamento Nova Ronda Alta" foi tomado pelos agentes de mediação, CPT e MST, como um "modelo" tanto das formas de organização da produção a serem implantadas nos assentamentos de reforma agrária do Estado, quanto de mobilização permanente nas ações desencadeadas pelo MST no Estado.

passaria a ser representada por outros princípios de hierarquização, configurados no estabelecimento de um mundo social cindido dualisticamente entre "trabalhadores" e "burguesia".

A Pastoral da Juventude Rural, particularmente, foi responsável pela "formação política" de grande parte das lideranças dos "colonos sem terra" através dos "grupos de jovens" e de cursos que procuravam *"despertar o jovem para a realidade social". "Para alguns de nossos entrevistados, o curso TAPA (Treinamento de Ação Pastoral), amplamente aplicado nas dioceses do Norte do Estados nos anos 80, aparece como um ponto de ruptura em sua visão de sociedade; foi a partir dali que passaram a perceber 'a realidade da exploração' e a distinguir 'as duas classes que existem dentro da sociedade: a burguesia e os trabalhadores'."*[14].

As CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) também se constituíram em canais privilegiados de organização social e "conscientização", através das quais os agentes religiosos passavam a relacionar por analogia a leitura bíblica à realidade social vivenciada pelos "colonos sem terra". Além do Texto Sagrado, também o Estatuto da Terra era utilizado pelos mediadores como mecanismo capaz de conferir legitimidade e legalidade aos processos de organização da luta social pela terra. A *"luta da Natalino"* igualmente era uma referência exemplar sempre presente nessas discussões[15].

> O que a gente percebeu aqui, além da Lei de Deus, é que existe um direito reconhecido na sociedade e que as pessoas não conheciam. Agora, conhecendo os seus direitos pela lei, costurando as duas coisas (a lei de Deus e a lei dos homens), o trabalhador criou toda essa força e essa mística forte: "Nós não voltamos atrás, nós temo direito aprovado. Deus diz e a lei brasileira também diz. Então nós tamo no caminho certo e não vamo voltá atrás." (...). E aí fizemos toda a discussão pelos grupos prá eles também tê a clareza do direito civil deles como cidadãos brasileiros, fundamentados no Estatuto da Terra, eles têm direito à terra aqui, nada de Mato Grosso, não têm que ir prá Bahia e nem coisa nenhuma. (Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral).

---

[14]. SCHMITT, Cláudia Job, (1992). *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do "colono sem-terra".* Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS/IFCH/UFRGS, p. 314.

[15]. *"O trabalho nos núcleos apoiava-se em um tripé: a idéia de um direito à terra (garantido pelo Estatuto da Terra), uma aprovação ético-religiosa da luta por esse direito (trabalhada através de uma "mística religiosa") e o exemplo das conquistas dos outros acampamentos."* SCHMITT, Claudia Job, (1992), op. cit., p. 351.

Os agentes religiosos, portanto, constituíam os principais agentes de mediação da luta pela terra no espaço agrário gaúcho. A eficácia e legitimidade de seu trabalho, por um lado, era conferida por toda a estrutura de apoio que a instituição podia proporcionar àqueles trabalhadores desprovidos dos capitais simbólicos e econômicos necessários à sua própria afirmação; por outro, ainda que conferindo outros códigos de apreensão da "realidade social", o trabalho pastoral se valia das predisposições e representações incorporadas no *ethos de colono,* que tem na religião um elemento fundamental de estruturação e significação do mundo[16]. A leitura de matiz religiosa da crise social vivenciada pelo campesinato meridional constituiria a base discursiva motivadora para o ingresso em um processo de luta e enfrentamento social[17].

Um estado de carência econômica (representada pela pauperização de pequenos proprietários, pela dificuldade de reprodução das relações de parceria e de arrendamento, pela estreitamento das possibilidades de assalariamento) e a frustração de projetos sociais anteriores (como o êxodo rural e a migração para "regiões de fronteira agrícola") representavam as condições para a eficácia de um discurso mobilizatório:

> ... frustração que provoca no íntimo dos sem-terra uma atitude de abertura aos discursos que tencionam motivá-los com outras formas de ação. Tal disponibilidade mental e afetiva, funciona assim como condição primordial para o êxito no trabalho de mobilização realizado pela militância do MST, pelos sindicatos e núcleos partidários com ele identificados, pela pastoral da terra e por outros grupos de intervenção. Atingindo indivíduos predispostos, receptivos a uma palavra e a um gesto de esperança, essas organizações teriam reerguido suas expectativas ao apontarem para a possibilidade de mudança, através da organização e da luta coletiva[18].

Isso vem reforçar a idéia que quando os "colonos" se envolvem em movimentos de luta social pela terra não estão, como se poderia supor, em ruptura e contradição com as formas de pensar e disposições incorporadas em seu

---

[16]. Trabalho também facilitado pelo fato de grande parte dos agentes religiosos da região serem descendentes de "colonos".

[17]. GAIGER, Luiz Inacio G., (1991). *Culture, religion et praxis socio-politique: la pastorale de libération et le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans-terre au Sud du Brésil.* Belgique, Dissertation Doctorale en Sociologie, Universite Catholique de Louvain.

[18]. GAIGER, Luiz Inacio G., (1998). *As razões da luta: uma análise das condições sócio-culturais do engajamento no MST.* Caxambu, XXII Encontro da ANPOCS, p. 6.

habitus, mas estão buscando, impulsionados pelo fracasso de outras estratégias já acionadas, reproduzir os valores e concepções de sua posição de "colonos", de pequenos proprietários de tipo familiar.

Decorrente desse trabalho a partir das CEB's, eram organizados os *"núcleos de comunidade"*, onde os "sem terra" se reuniam para discutir seus problemas e possíveis formas de luta. O conjunto dos *núcleos* compunham as designadas *"comissões municipais"*. Os núcleos e comissões foram os gérmens organizativos do que seria, futuramente, o MST.

Essas ações "conscientizadoras" conduzidas por agentes religiosos nas regiões interioranas do noroeste gaúcho[19] igualmente propiciariam a constituição das chamadas *oposições sindicais* ou *sindicalismo combativo*, que buscavam combater as práticas de sindicalistas ligados às orientações propugnadas pela FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura). Vários líderes sindicais *"autênticos"* viriam a constituir importantes personagens na formação do MST no Estado[20], ainda que, mais tarde, as relações entre sindicatos e Movimento fossem marcadas por fortes tensionamentos e por um gradativo processo de distanciamento.

Em 1º de outubro de 1983, nas dependências de um Seminário da Igreja Católica , no município de Três Passos, *"2 mil colonos se reuniram para realizar a Primeira Assembléia dos Sem-Terra"*, promovida pela CPT da região. Essa assembléia acabou se tornando uma reunião prévia ao 1º Encontro Estadual dos Sem-Terra, que realizar-se-ia nos dias 17 e 18 de dezembro, em Frederico Westphalen, cujo principal encaminhamento político foi a criação da Comissão Estadual dos Sem-Terra. *"O evento reuniu cem representantes de comissões municipais da região noroeste rio-grandense e de municípios do litoral. Era tanto um encontro preparatório para a realização do 1º Encontro Nacional, que se*

---

[19]. Particularmente nas chamadas microrregiões de Três Passos e de Frederico Westphalen.

[20]. Por exemplo, Adão Pretto, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí e eleito, em 1986, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Atualmente, Adão é deputado federal, em segundo mandato. Cf. NAVARRO, Zander, (1996). Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania.* Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, p. 62-105.

realizaria em Cascavel, em janeiro de 1984, quanto para deliberar a respeito da proposta de criação do Fundo de Terras (pelo Governo Estadual)."[21]. Esses dois acontecimentos podem ser considerados como marcos simbólicos da criação, ainda que não oficialmente institucionalizada, do MST no Rio Grande do Sul.

Uma das deliberações do 1º Encontro Estadual dos Sem-Terra dá visibilidade a como contornos discursivos de natureza ético-religiosa conferiam significação e legitimidade ao processo de mobilização social em curso: *"O exemplo dos companheiros de Nova Ronda Alta nos mostrou que os sem-terra, unidos e organizados na base, lutando pelos seus direitos, conquistam a Terra Prometida"*[22].

Tomando a ocupação de terras como estratégia principal de luta social, o MST passaria, a partir de então, a monopolizar a representação política dos "colonos sem terra" no Rio Grande do Sul, mesmo que essa ação se desse em estreita sintonia com o trabalho pastoral desenvolvido por agentes religiosos ligados à CPT, principalmente na região noroeste do Estado. Os *"núcleos dos sem-terra"* e as *"comissões municipais"* continuavam a ser desdobramentos das discussões e do "trabalho de formação" (utilizando-se, particularmente, da Bíblia e do Estatuto da Terra) desenvolvido no interior das CEB's.

> A criação de núcleos de "sem-terra" nas comunidades foi resultado de um intenso trabalho, desenvolvido por um grupo bastante reduzido de pessoas. Em alguns municípios, o MST penetrava nas "comunidades" com o apoio do sindicato de trabalhadores rurais; em outros, com o auxílio de agentes religiosos ou de membros de oposições sindicais. Havia locais, no entanto, onde não existia nenhum nome de contato que pudesse facilitar a organização dos núcleos: as pessoas apresentavam-se então simplesmente como pertencendo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.[23]

Darci Machio, dirigente que participou ativamente dessas primeiras articulações de formação das "comissões" nos diferentes municípios da região e da "Coordenação Estadual dos Sem Terra", me relatou que esse trabalho teria sido impossível se não contasse com todo o suporte financeiro propiciado pela

---

[21]. FERNANDES, Bernardo Mançano, (2000), op. cit., p. 61-62.
[22]. 1º Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Documento Final, (1983). Texto impresso. Apud SCHMITT, Claudia Job, (1992), p. 344.
[23]. SCHMITT, Claudia Job, (1992), op. cit., p. 350.

CPT e por entidades internacionais a ela ligadas que permitiu o surgimento e o desdobramento de uma militância exclusivamente dedicada ao trabalho de formação de uma organização social estável e permanente dos sem terra no Estado:

> Começei a sê procurado por outros municípios, pelos sindicatos de outros municípios prá eu ir fazê trabalho nos outros municípios. Bom, eu não tinha condições: eu trabalhava na roça e o meu pai e a minha mãe já não mais tinham condições de trabalhá. Então, só tinha um jeito prá mim ir: eu tinha que largá da roça. Aí que conseguimos, através da *Frère des Hommes*, que é uma entidade da França que se chama Irmãos dos Homens né, que fez um projetinho de ajuda prá gente podê dá uma ajuda de custo prá alguns militantes que começassem a criá esse movimento. E, entre essas pessoas, eu fui um. Era coordenado pela CPT prá me dá uma ajuda de custo, na época, de 1 salário, prá mim podê ir pros outros municípios. E assim foi que eu começei a ir pros outros municípios, ajudá a organizá os núcleos, organizá as comissões municipais... (Darci Maschio, entrevistado pelo autor, em janeiro de 2000)

Trabalho de mobilização que redundaria naquela que é considerada a primeira ocupação de terra comandada pelo MST no Estado: em 28 de agosto de 1984, 75 famílias, provindas dos municípios de Três Passos e Frederico Westphalen, adentraram às terras da Estação Experimental Fitotécnica da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, em Santo Augusto[24]. Rapidamente despejados por ação da Brigada Militar, as famílias reagruparam-se em uma área cedida por um pequeno agricultor de Erval Seco (formando o Acampamento da Estrada da Fortaleza, na rodovia que liga Erval Seco a Seberi), a partir de mediação conduzida pela CPT[25]. Após 9 meses, os agricultores foram assentados em duas áreas adquiridas pelo Governo gaúcho nos municípios de Erval Seco e Tupanciretã, dando origem, respectivamente, aos Assentamentos Santo Isidoro (22 famílias) e Nossa Senhora Aparecida (80 famílias)[26].

---

[24]. Santo Augusto situa-se na "Microrregião Colonial de Santa Rosa". Essa ocupação refletia um processo de expansão espacial da luta social, na medida em que representava a primeira ação fora da chamada "região de Ronda Alta", onde se dera tanto as ocupações de Macali e Brilhante, quanto o Acampamento da Encruzilhada Natalino.

[25]. No próprio Acampamento da Encruzilhada Fortaleza seria realizado o 2º Encontro Estadual dos Sem Terra, em 30 de novembro de 1984.

[26]. O interlocutor privilegiado dos "sem terra" era o Governo Estadual que adotava uma postura meramente reativa em relação aos conflitos fundiários, visando apaziguá-los. Em 1984, o Governo gaúcho criou o Funterra, programa especificamente destinado a financiar a compra de terras para trabalhadores rurais não-proprietários. Ver NAVARRO, Zander, MORAES, Maria Stela, MENEZES, Raul, (1999). Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e

Nacionalmente, o processo de criação de uma estrutura organizativa caminhava rapidamente. As primeiras tentativas de articulação das múltiplas lutas dos trabalhadores rurais que se desdobravam em diferentes unidades da Federação ficaram a cargo, particularmente, da Comissão Pastoral da Terra. Já em 1982, a entidade procurava romper os limites das lutas locais, propiciando encontros regionais. O primeiro encontro regional aconteceu na cidade de Medianeira (PR), nos dias 9 a 11 de julho de 1982, com cerca de 100 agricultores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. *"Nesse encontro, os participantes fizeram uma avaliação dos diversos movimentos sem-terra dos estados; apresentaram as causas e os limites das lutas, bem como as diferentes formas de apoio que receberam. Analisaram as alianças estabelecidas e as suas perspectivas diante da política do governo. Discutiram a participação dos sindicatos e as articulações necessárias para melhor organizar os trabalhadores sem-terra."*[27].

Entre os dias 23 e 26 de setembro de 1982, na sede da CPT, em Goiânia (GO), 30 trabalhadores e 22 agentes de pastoral de vários estados do país, davam o primeiro passo efetivo na construção de uma entidade nacional de representação dos "sem terra". Apesar da resistência de alguns, segundo os quais a CPT poderia cumprir o papel de representação política, foi formada a Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a específica função de preparar o segundo encontro nacional entre setembro de 1983 e janeiro de 1984.

Nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, trabalhadores e agentes de pastoral continuavam a se reunir, vindo a formar, num encontro realizado em Chapecó (SC), em fevereiro de 1983, o "Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - Regional Sul". Darci Maschio, participante daquela reunião e membro da primeira Coordenação Estadual dos Sem Terra no Rio Grande do Sul, afirma que *"nós se damo conta nesse*

---

desenvolvimento. In MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de, LEITE, Sérgio (orgs.)., (1999). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.* Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, p. 19-68.

[27]. FERNANDES, Bernardo Mançano, (2000), op. cit., p. 75.

encontro... e eu digo nós, mas os agentes de pastoral já sabiam disso (risos)... que as lutas localizadas eram importantes, mas eram insuficientes porque elas acabava a luta, chegou a vitória, acabou o movimento! E que nós, prá podê realmente consegui terra e a reforma agrária, era necessário tê um movimento permanente que buscasse a alteração da estrutura agrária do país.".

Essa organização, de caráter regional, pode ser considerada a forma primeira assumida pelo viria a ser, posteriormente, o MST. A Comissão Regional Sul foi responsável por um forte impulso nas iniciativas que buscavam a articulação nacional das lutas pela terra, resultando na realização do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel (PR), em cujas deliberações definiu-se o objetivo da luta social, *"terra para quem nela trabalha e vive"*, e a organização responsável por sua concretização: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra[28].

Foi somente no I Congresso Nacional, realizado em Curitiba (PR), entre 29 e 31 de janeiro de 1985, que o MST definiria as principais diretrizes e princípios político-ideológicos da entidade. Estabelecer-se-ia *"que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha", "lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados", "ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária", "organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores rurais nos sindicatos e no partido político; "dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores"; "articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina"*[29].

O ambiente político vivido pelo país com o fim do regime militar, a ascensão da chamada "Nova República" e as discussões travadas em torno do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) representou, para o MST, a oportunidade de se lançar na ofensiva, através das ocupações de terras públicas e particulares

---

[28]. Esse encontro teve a participação de 92 pessoas, entre sem terras, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Rondônia, Acre, Espírito Santo, Pará e do então Território de Roraima, segundo FERNANDES, Bernardo Mançano, (2000), op. cit..

[29]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1989). *Normas gerais do MST.* São Paulo, p. 5-7.

consideradas improdutivas. No território gaúcho, essa estratégia se materializaria em dois atos, durante o ano de 1985, que cumpriram papel fundamental na consolidação e enraizamento da Organização no Estado.

Em julho de 1985, MST e CPT, conjuntamente, promoveram uma espécie de "acampamento provisório", em Palmeira das Missões[30], reunindo em torno de 3.000 famílias no Parque de Exposições do município. Visava-se, por um lado, cadastrar aqueles interessados em serem beneficiários do PNRA[31]; por outro, objetivava-se dar visibilidade social e política à organização dos "sem terra" conduzida nos últimos anos, conferindo legitimidade ao MST como interlocutor privilegiado nas discussões nacionais acerca da reforma agrária[32].

O "acampamento provisório" de Palmeira das Missões cumpriria igualmente um papel pedagógico de *"como conseguir enfrentar um acampamento"*[33]. Serviria como *ritual de iniciação* às ocupações que seriam comandadas pelo Movimento ainda naquele ano:

> Ali já se deu o sinal do que seria o acampamento. Pro pessoal que realmente tava interessado em ir num acampamento e resisti, esses três dia praticamente foi dado um sinal: *"- Olha, acampamento é assim ou dali prá pior."* (Jandir, assentado do 16 de Março, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Todas as forças dos agentes de mediação da luta pela terra no Estado se concentravam na preparação daquela que seria considerada a maior ocupação de terras no Brasil até então[34], construída como símbolo da força política do MST e

---

30. Município localizado na região das Missões, norte gaúcho.

31. Segundo Darci Maschio, *"ali, nessa concentração, nós conseguimo reuni... o número de pessoas eu não lembro... mas de famílias cadastradas deu 6 mil e poucas famílias. Era uma multidão de gente."*.

32. Tanto assim que um grupo de agricultores não ligados politicamente ao MST, mas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iraí, foi proibido de participar do acampamento sob o argumento de que *"não tinham participado do processo de preparação do evento"*. Cf. WAGNER, Carlos, (1989). *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis, Vozes, 2ª ed., p. 91.

33. Julho é um mês de inverno rigoroso no Rio Grande do Sul. Além disso, durante os três dias de acampamento choveu intensamente, submetendo os agricultores a graves adversidades. Um agricultor do Assentamento 16 de Março, que participou desse ato, disse-me que *"o acampamento era uma lama só. Muita chuva e muito frio!"*.

34. O Acampamento da Fazenda Annoni foi considerado pelo jornal Zero Hora um dos *"100 fatos que marcaram o Rio Grande"* no Século XX e construído como *"um marco na luta pela posse da terra: o maior acampamento de agricultores do país é montado na Fazenda Annoni, na década de 80"*. ZERO HORA, Caderno *"Século XX: 100 fatos que marcaram o Rio Grande"*. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1999.

de sua legitimação como porta-voz e representante político dos trabalhadores sem terra[35]. Na madrugada do dia 29 de outubro de 1985, cerca de 1.500 famílias[36], provenientes de em torno de 32 municípios das regiões do Alto Uruguai e Missões, ocuparam a Fazenda Annoni, uma área de 8.005 ha[37] localizada no município de Sarandi, muito próxima à emblemática Encruzilhada Natalino, dedicada em grande parte à criação extensiva de gado e sob litígio judicial desde 1972, quando foi desapropriada para fins de reforma agrária[38] visando o assentamento de agricultores desalojados em virtude da construção da barragem hidroelétrica do Passo Real, na região de Cruz Alta[39].

O "Acampamento da Fazenda Annoni" representou, pelo menos até meados de 1987, a principal prioridade do MST no Rio Grande do Sul, na medida em que envolvia um grande número de famílias e a entidade teria dificuldades de organizar e acompanhar novos acampamentos[40]. Nele se concentrariam todos os

---

35. *"No Rio Grande do Sul, surge o acampamento da fazenda Annoni, em Sarandi, que se torna o símbolo da luta pela Reforma Agrária no Brasil."*. O mesmo autor afirma que nascia *"o mito da Annoni"*. WAGNER, Carlos, (1989), op. cit., p. 69 e 97, respectivamente. Claudia Job Schmitt aponta que *"a ocupação da Annoni seria um divisor de águas na história da luta social pela terra no Rio Grande do Sul, tanto pelo seu caráter massivo como pelos seus desdobramentos políticos."* SCHMITT, Claudia Job, (1992), op. cit., p. 403.

36. Mesmo que esse número fosse extraordinariamente alto, as lideranças tinham alimentado a expectativa que a grande maioria daquelas famílias que haviam se cadastrado quando da concentração em Palmeira das Missões participassem da ocupação: *"E, daí, prá essa ocupação, nós conseguimos daqueles 6 mil e poucos que se mobilizaram em Palmeira, 1.500 famílias. Porque, natural... hoje a gente vê como natural, mas na época a gente se decepcionou porque 6 mil e pouco se mobilizaram, eles queriam terra, muitos eu acho que foram para aquela concentração imaginando que iam lá consegui o seu pedaço de terra ou marcá a data que iam consegui a terra. Como não foi isso..."* (Darci Maschio).

37. Como a maioria dos dados quantitativos que envolvem esse conflito, o tamanho exato da Fazenda Annoni é controverso. Mesmo nos documentos da Superintendência Estadual do INCRA/RS aparecem diferentes expressões numéricas; assim, utilizo-me do dado constante no Decreto de Desapropriação.

38. A área foi declarada de interesse social para fins de desapropriação pelo Decreto nº 70.232 de 03 de Março de 1972.

39. A Fazenda Annoni representava a chamada "Gleba 2" do PIC – "Projeto Integrado de Colonização Sarandi" do INCRA, que visava viabilizar o ressassentamento de, aproximadamente, 350 famílias atingidas pela Barragem do Passo Real. Na Annoni, previa-se o estabelecimento de 189 famílias. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1975). *Projeto Integrado de Colonização Sarandi: programação operacional.* Porto Alegre.

40. Entre outubro de 1985 e julho de 1987, o MST gaúcho não promoveu qualquer ocupação de terras que não estivesse relacionada com a solução do problema dos acampados na Annoni; todas as forças se concentravam na promoção de inúmeras manifestações políticas cujos participantes privilegiados eram os acampados da Annoni. Todavia, *"... em 1987, durante o I Seminário Estadual dos Sem Terra, se decidiu que 'o problema da Anoni é um, e o problema dos sem terra é outro', o*

esforços da Organização, tanto em termos de negociação e mobilização social para que as famílias fossem assentadas, quanto no trabalho de formação política e produção dos militantes responsáveis pela estruturação e expansão do Movimento no Estado. Na segunda metade da década de 1980, as principais lideranças estaduais e mesmo nacionais do MST provinham, em boa medida, daquele acampamento e quando se falava do MST gaúcho havia uma nítida identificação com os acampados da Fazenda Annoni. *"Naquele momento a Annoni era o único acampamento... era o MST, né."* (Darci Maschio).

No interior do Acampamento da Annoni se cristalizaria um processo que já delineara seus primeiros desdobramentos durante o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a gradativa autonomização material, política e ideológica do Movimento em relação à CPT. No Acampamento, esse processo se daria marcado por fortes dissidências entre novas lideranças, orientadas por uma ação de caráter político-ideológico de matriz marxista-leninista, com agentes religiosos que tinham trabalhado ativamente na organização das ocupações de Macali e Brilhante, do Acampamento da Encruzilhada Natalino e mesmo da própria ocupação da Annoni.

Em relação aos conflitos anteriores, a ocupação da Annoni dar-se-ia num contexto onde o interlocutor privilegiado dos "sem terra" não seria mais o Governo Estadual, mas o Governo Federal, visto que, com a formulação do I PNRA, todo conflito fundiário se circunscrevia às diretrizes e metas por ele estabelecidas. Isso colocava para as lideranças do Acampamento a contingência de um trabalho contínuo de idas e vindas a Brasília e, conseqüentemente, um envolvimento cada vez mais acentuado com as instâncias de direção do Movimento, como as Executivas Nacional e Estadual[41].

Por esse conjunto de fatores e circunstâncias, o Acampamento da Fazenda Annoni representou um momento de importantes definições que marcariam os

---

que indicava que o MST não pretendia manter-se mais preso pela indefinição que caracterizava o acampamento da Anoni e pretendia, a partir daí, implementar um outro ciclo de ocupações, o que efetivamente foi feito." NAVARRO, Zander, (1996), op. cit., p. 95.

[41]. Assentados de *Nova Ronda Alta* também constituíram importantes lideranças responsáveis pela estruturação do MST gaúcho.

próprios desdobramentos do futuro do MST no Estado e no país, particularmente com o seu progressivo processo de burocratização e formação de uma elite de dirigentes.

Além disso, particularmente a partir de 1986, começava a florescer no interior da entidade tanto a preocupação com a questão da reprodução dos agricultores após a conquista da terra, quanto a discussão do papel estratégico que os "assentamentos" deveriam cumprir na legitimação política da reforma agrária e do próprio MST. Os "assentamentos de reforma agrária" passavam a se tornar alvo de um conjunto de estratégias de intervenção do Movimento, que visavam conformar esse espaço social e os homens e mulheres que ali vivem aos objetivos políticos da entidade.

Tomavam corpo os debates sobre as mais adequadas formas de organização da produção (individual x coletivo) e, correlativamente, articulavam-se negociações com o Governo Federal acerca das demandas por crédito rural, assistência técnica e infra-estrutura social e de produção. Ou seja, o "assentamento" e o "assentado" tornavam-se alvo de preocupação do MST, objeto de suas práticas discursivas e não-discursivas.

No Rio Grande do Sul, até pelo menos a primeira metade dos anos 1990, a *Annoni*, ainda que não constituísse um assentamento, tornar-se-ia uma espécie de *"laboratório do MST"*[42], onde a entidade passaria a centralizar esforços no sentido de produzir uma espécie de modelo de suas propostas, seja em termos de viabilização econômica ou no que se refere à manutenção da vinculação política e ideológica dos agricultores com a Organização. Na ótica dos dirigentes, o Acampamento da Annoni apresentava todas as condições para a construção de um espelho que pudesse refletir as diretrizes do Movimento e legitimar política e economicamente o processo de reforma agrária.

É sobre o conjunto de múltiplas estratégias discursivas e não-discursivas de enquadramento do espaço social "assentamento de reforma agrária" pelo MST que tratarei no próximo capítulo.

---

[42]. Expressão usada por uma das principais lideranças do MST e do Acampamento durante a década de 1980, hoje agricultor no Assentamento 16 de Março, antiga Fazenda Annoni.

3. O MST E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: um espaço social agenciado por um projeto político

Tomando os assentamentos como um espaço social perpassado por uma *batalha de discursos e através de discursos,* esquadrinho, neste momento, o regime discursivo produzido e difundido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem por objetivo estratégico construir o assentamento e o assentado idealizados em seu projeto de transformação social. Discursos articulados a técnicas e formas de intervenção material que, em sua positividade, visam não apenas direcionar e enquadrar as formas de organização e estruturação do assentamento (espacial, produtiva, política, etc.), mas também construir subjetividades de homens e mulheres que ali vivem e se relacionam, conformando determinadas sociabilidades e específicos modos de pensar, agir e sentir.

Ainda que oficialmente designe uma ação de caráter estatal no campo das chamadas "políticas de reforma agrária", o "assentamento de reforma agrária" é objeto de intervenção de múltiplos agentes sociais que o disputam simbolicamente pela capacidade de definição legítima do mundo social, pelo *"poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social"*[1]. Agente marcante

---

[1]. BOURDIEU, Pierre, (1989). Sobre o poder simbólico. In *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 12.

nas lutas sociais pela terra na contemporaneidade brasileira, o MST constitui personagem central nesse emaranhado discursivo que toma esse espaço físico-social – e os homens, mulheres, jovens e crianças que ali vivem – como objeto.

Considerando-se que o MST atua nos assentamentos no sentido de agir sobre a conduta e o comportamento dos agricultores, de governar esse espaço social, sua prática igualmente configura relações de poder. Quais os objetivos dessa ação do MST nos assentamentos? Que tipo de espaço social se quer produzir? Como essa interferência se operacionaliza concretamente em práticas discursivas e não-discursivas?

A emergência dos "assentamentos" na matriz discursiva do MST se dá a partir da segunda metade da década de 1980, quando foram objetivados como peça estratégica fundamental no debate político da reforma agrária e no projeto do Movimento de transformação da sociedade brasileira na perspectiva do socialismo. Segundo João Pedro Stédile, uma de suas principais lideranças nacionais, passou a haver um processo de investimento material e simbólico nos assentamentos porque

> ... aprendemos ainda que a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela tem que ir mais longe. Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. (...) Por isso devemos aproveitar ao máximo, para que, embora ainda sejam parciais e enfrentem muitas dificuldades, essas áreas de assentamento sejam um acúmulo de forças para a continuidade da luta pela reforma agrária mais ampla. Por isso é importante os assentados continuarem organizados no MST.[2]

Objetivado a partir de interesses estratégicos bem definidos, os assentamentos passaram a ser matéria de uma discursividade que os toma enquanto uma espécie de territórios de utopia, agenciados por *"uma preocupação em enclausurar este espaço, em dar-lhe um sentido, um rosto, um significado. Há*

---

[2]. STEDILE, João P., FERNANDES, Bernardo M. (1999), *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 35 e 163.

uma preocupação de marcá-lo com sonhos e ações humanas, de sedentarizar os homens, para construir uma nova sociedade e uma nova cultura."[3].

> Os assentamentos devem ser exemplos de que é possível organizar a sociedade de outra forma, onde os trabalhadores sejam donos do seu próprio destino. Mostrando capacidade em organizar o mundo econômico, mas também mostrando novas relações sociais, como companheirismo, solidariedade, espírito de sacrifício.[4]

Na busca de realização de lucros estratégicos de diferentes dimensões (controle político, viabilização econômica, construção de um "novo homem" e de uma "nova mulher"), através de múltiplas técnicas e procedimentos, o MST intervém nos assentamentos no intuito de construir e modificar tanto as relações sociais que se (re)produzem nesse espaço social, quanto as percepções que os indivíduos têm de si mesmos[5].

Assim, os assentamentos emergem como objeto de preocupação para o Movimento, enquanto um *"espaço geográfico que devemos ter um controle e devemos apresentá-lo da melhor forma"*. Controle político e da vida social considerado necessário *"para manter a articulação entre todas as famílias/Para dar respostas políticas rapidamente/ Para produzir e auto sustentar as lutas, quadros e o MST/ Para extrair novos quadros/ Para integrá-los à luta estratégica."*[6].

Tornar os assentamentos exemplos para a sociedade de que a vida pessoal e social pode ser regida por novos valores e relações é o objetivo do Movimento. Isso implica um conjunto de práticas materiais e simbólicas nas várias dimensões da existência humana que procure produzir o que se julga como sendo o

---

[3]. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de, (1999). *A invenção do Nordeste e outras artes.* Recife/São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco/Cortez, p. 200.

[4]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998). Sistema cooperativista dos assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 5, São Paulo, 2ª ed., p. 17.

[5]. Nos termos propostos por Felix Guattari, o MST pode ser analisado enquanto uma instância *"maquínica"* produtora de subjetividades entre os agricultores assentados, ainda que em relativa contraposição tanto à *"subjetividade capitalística"*, fabricada e difundida como hegemônica em nossa sociedade, quanto às formas de pensar e ver o mundo tradicionais do campesinato meridional. Ver GUATTARI, Felix, (1987). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.* São Paulo, Brasiliense, 3ª ed..

comportamento político, produtivo e moral mais adequado aos agricultores. *"Depois de ocupar e produzir a terra, passar a fertilizar novos homens, novas mentes e novos corações"* é o que o MST se coloca como tarefa no interior desses espaços sociais, assumindo o papel de um agente civilizador de indivíduos (des)qualificados como *"massa com baixo nível de consciência"*[7].

Fenômeno que abarca o enquadramento de comportamentos, condutas e atributos definidores de uma nova identidade social. Um trabalho material e simbólico que envolve toda uma difusão discursiva no sentido de desqualificar, estigmatizar e silenciar determinados comportamentos e pensamentos – amalgamados no que designam por *"ideologia camponesa"* - considerados inadequados.

Assume-se como missão a produção de uma "nova mentalidade", de tipo empresarial e que represente a negação e a superação dos "vícios" e "desvios" (personalismo, corporativismo, comodismo, espontaneísmo, oportunismo, individualismo, etc.) presumivelmente herdados pela prática de uma agricultura de tipo "artesanal". Uma "nova mentalidade" que implique uma outra concepção de gerenciamento dos meios de produção, de planejamento, de divisão do trabalho, de disciplina e controle do trabalho. Essa ação implicaria, inclusive, a ressocialização dos agricultores com o propósito que passassem a considerar o trabalho um valor humano fundamental, pois *"o assentado não vê o trabalho como um 'dever social', o vê como um 'castigo' individual"*[8]. Objetivação que se dá igualmente em procurar fabricar indivíduos capazes de colocar os interesses do MST acima de seus próprios desejos e motivações, tendo em vista que *"somente através da organização podemos perceber quais são nossos limites e cumprir com*

---

[6]. BOGO, Ademar, apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1999). A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 8, São Paulo, p. 12.

[7]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999). *Crianças em movimento: as mobilizações infantis no MST.* São Paulo, p. 23.

[8]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998a). Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola,* nº 7, São Paulo, p. 16.

as exigências de saber renunciar aos hábitos e prazeres que não favorecem a todos."[9].

Além de viabilizar economicamente o assentamento, o MST se propõe produzir um "sujeito novo", superando e negando determinados valores, formas de pensar e comportamentos estigmatizados negativamente como *"pequenos burgueses" ou "artesãos"*:

Conversão de "consciências" que pode ser definida enquanto conjunto de ações positivas que objetivam a produção de um outro *ethos* ou, nos termos de Pierre Bourdieu, de um *habitus* presumivelmente adequado a uma nova condição sócio-histórica. *"Precisamos alterar o nível de consciência de nossa base, passando da consciência ingênua para a consciência política."*[10]. Trata-se de um investimento material e simbólico no sentido de delinear condutas, não mais orientadas por um saber empírico calcado na experiência concreta do aprendizado no vivido ou em valores morais e religiosos, mas por um pensamento de tipo analítico, por uma racionalidade abstrata.

Elisa Giacobbo, pesquisando um assentamento no interior do Rio Grande do Sul, analisa as implicações da ação do MST na (re)construção das relações familiares, verificando como o projeto de cooperação agrícola proposto coloca em questão formas tradicionais de estruturação das relações familiares construídas pelos assentados ao longo de suas trajetórias sociais.

A autora percebe a atuação de agentes externos ao assentamento (o Estado, a Igreja e o MST) não em sua conotação repressiva, autoritária, que interditaria formas "espontâneas" de sociabilidade entre os assentados. Com propriedade, investiga essa intervenção em sua positividade, em seu sentido produtor de novas (ou outras) formas de estruturação das relações entre os membros da família. Toma o *habitus*[11] enquanto histórica e socialmente

---

[9]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVA DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998a), op. cit., p. 22.

[10]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998a), op. cit., p. 25.

[11]. Bourdieu define *habitus* como *"sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles (os agentes sociais) adquirem através da experiência*

construído, não como uma propriedade naturalmente possuída, mas que se constrói permanentemente nas trajetórias dos agentes sociais e que se modifica sob o impacto de relações sociais novas e diferenciadas que se estabelecem ao longo da vida. Analisa a atuação do MST, em particular, em sua dimensão positiva de (re)construção do *habitus* dos assentados[12].

Em sentido semelhante, Luiz Inácio Gaiger aponta a existência de, basicamente, três modelos de *ethos* que exprimiriam a heterogeneidade do campesinato sem terra engajado no MST. Enquanto que a "base" dos agricultores seria portadora de um *ethos* "parcelar" ou "militante", as lideranças do MST estimulariam um processo de estruturação de um *ethos* tipo "trabalhador rural".

Segundo o autor, o *ethos parcelar*, encontrado principalmente entre aqueles trabalhadores com idade mais avançada e com uma família numerosa, representaria a (re)produção das mentalidades e atitudes habituais do campesinato meridional e, particularmente, do "colono", cujo processo de fabricação social remonta à ocupação da região do Planalto Gaúcho por imigrantes europeus a partir do século XVIII. Nessa perspectiva, corresponde à *"forma menos alterada dessa tradição cultural"*, em que pese o conjunto de transformações sócio-econômicas sofrida pela região, principalmente na segunda metade do século XX, e a experiência do engajamento na luta social pela terra.

> O ethos parcelar estrutura-se em torno de três referências primordiais: a terra, o trabalho e a família. A terra aparece como valor maior e como objetivo principal da luta. O trabalho é visto como elemento decisivo para que o pequeno agricultor tenha êxito na produção, embora a própria experiência pessoal demonstre o contrário. As vantagens prometidas pelas formas coletivas de produção são avaliadas com ceticismo. O trabalho familiar é preferido como meio de preservar a autonomia e a segurança. A família, além de fonte de auto-estima e de reconhecimento social, intervém assim na racionalidade econômica e funciona como elemento pivô de estratégias de médio e longo prazo. Estratégias que, embora incluam em seu horizonte o progresso material e social,

---

durável de uma posição do mundo social". BOURDIEU, Pierre, (1990). Espaço social e poder simbólico. In *Coisas ditas*, São Paulo, Brasiliense, p. 158.

[12]. GIACOBBO, Elisa Olívia, (1994). *A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de reforma agrária.* Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS/IFCH/UFRGS.

> direcionam-se na prática para a subsistência e a reprodução do ciclo familiar.[13]

O *ethos militante*, por sua vez, conforme Gaiger, representaria uma forma de transição assumida por aqueles agricultores que, embora mantendo os valores fundamentais do *ethos parcelar* (a terra, a família, o trabalho, a comunidade de interconhecimento), vão adquirindo, na experiência de novas práticas e saberes propiciados pela luta social, outras convicções, ideais e projetos. A vivência da práxis coletiva da luta pela terra abre a esses trabalhadores a possibilidade de aquisição de um conjunto de novos e outros conhecimentos. Conhecimentos de natureza diferenciada daquela que orienta o *ethos parcelar* (de tipo empírico); saberes que levam a desenvolver um raciocínio de tipo analítico, mais abstrato. Os valores morais já não mais orientam a compreensão da vida social, dando lugar à busca de compreender a sociedade em seu conjunto, como ela funciona e porque os indivíduos se comportam desta ou daquela forma. Transformações de natureza qualitativa, mas também quantitativa: o mundo a ser desvelado e compreendido não é mais o círculo próximo de convivência, a "comunidade", mas a sociedade como um todo. A pessoalidade dá lugar à impessoalidade e torna-se importante compreender o comportamento e o pensar de indivíduos com os quais o agricultor nunca tivera contato direto.

O *ethos trabalhador rural*, difundido pelo MST, mas que se restringe praticamente às suas lideranças, se caracterizaria por *"uma nova maneira de pensar e reagir face à realidade política e econômica e a convicção de que cabe ao homem constituir o mundo e construir soberanamente as suas próprias condições de existência"*[14]. Trata-se de um investimento no sentido de conformar novas formas de pensar e agir, não mais orientadas por um saber calcado na experiência concreta do aprendizado ao longo da vida e em valores morais e religiosos, mas por uma racionalidade abstrata. Desloca-se o papel preponderante exercido pela religião no *ethos parcelar* e o pensamento de tipo científico ganha primazia.

---

[13]. GAIGER, Luiz Inácio, (1994). A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à identidade ou à heterogeneidade cultural?. *Cadernos de Sociologia*, v. 6, Porto Alegre, p. 181-182.
[14]. GAIGER, Luiz Inácio, (1994), op. cit., p. 187.

> No nível da ação social, as noções de interesse e de eficácia, própria de um registro técnico, tomam a dianteira sobre as idéias de falta e de dever. O indivíduo orienta sua ação em função de fins abstratos, a planifica, entra num regime de previsão, distingue objetivos primeiros e segundos, táticas e estratégias. No campo econômico, por exemplo, a acumulação será vista como um fim e também como um meio, porquanto permite transpor etapas que levam a uma melhoria progressiva das condições de vida. Essa meta toma lugar, aliás, em um projeto mais amplo, qual seja, o de assegurar aos trabalhadores um futuro na sociedade e transformar a própria sociedade, a fim de tomá-la mais igualitária e democrática.[15]

Essa ação, em maior ou menor escala, despreza a trajetória cultural desses trabalhadores, seus saberes socialmente construídos. Características culturais dos trabalhadores, definidas como "vícios", devem ser eliminadas: o individualismo, o personalismo, o espontaneismo, o anarquismo, o imobilismo, o comodismo, o sectarismo ou radicalismo, o liquidacionismo, o aventureirismo e a auto-suficiência[16]. Trata-se de conformar novos valores e sociabilidades, *"trabalhar mais na consciência social os valores éticos. Que também são normas de comportamento social, mas acima de tudo são valores fundamentais que garantem a disciplina consciente e respeita a dignidade humana"*[17].

Um conjunto de discursos, técnicas e formas de intervenção material é colocado em prática no interior dos assentamentos propondo-se a levar saberes a quem deles estão excluídos. O próprio discurso revela a ação de um "nós" (a direção política do MST) em direção a um "eles" (os assentados): *"Em relação à consciência (dos assentados) podemos trabalhar para que ela vá avançando aos poucos e também aos saltos"*[18]. Habilitado por saberes ditos científicos, o Movimento se propõe uma ação de transformação cultural no sentido de "elevar" as formas de apreensão do mundo pelos agricultores (desqualificadas como regidas por mitos, superstições e tradições) para uma "consciência política", a qual, presumivelmente, alguns deteriam o monopólio. O Movimento atribui-se

---

[15]. GAIGER, Luiz Inácio, (1995). Entre as razões de crer e a crença na razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* nº 27, São Paulo, ANPOCS, p. 122.

[16]. Ver MORAIS, Clodomir S. de. (1986), Elementos sobre a teoria da organização no campo. *Caderno de Formação*, nº 11, São Paulo, MST.

[17]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1996). Cooperativas de produção: questões práticas. *Caderno de Formação*, nº 21, São Paulo, p. 56.

como tarefa *"... estabelecer uma relação no processo de formação política, que 'transforme essa natureza' complexa ingênua, em uma natureza 'descomplexa', 'desmitificada', a partir de novos referenciais e padrões de vida e convivência. Isso somente será possível através de uma organização política e social que atue, conscientemente, sobre a realidade humana, social e natural."*[19].

O fenômeno reflete uma clara diferenciação social interna ao Movimento, hierarquizando-se diferentes instâncias designadas como "direção", "militantes", "base" e "massa". O trabalho de difusão discursiva nos assentamentos é atribuído aos "militantes", *"as pessoas mais conscientes, que fazem o vínculo entre os objetivos e decisões que a organização toma"* enquanto que a "base" e a "massa" constitui *"a população atingida pelas mensagens"*[20].

A valorização de saberes científicos em detrimento de saberes de tipo "tradicional", "empírico" – designados por Michel Foucault como saberes subjugados[21], talvez seja o aspecto fundamental da matriz discursiva difundida pelo MST[22]. Materializa-se uma maquinaria discursiva que produz qualificações e desqualificações como efeitos de poder de um conhecimento científico que procura ordenar e hierarquizar outras formas de saber (*"locais", "descontínuos"*) em nome de um *"conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns"*[23]. Exerce-se um poder simbólico legitimado pela posse de uma leitura científica da realidade social e onde o discurso dos

---

[18]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993). A cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de Formação*, nº 20, São Paulo, p. 18.

[19]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998a), op. cit., p. 12.

[20]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1995). Vamos organizar a base do MST. *Cartilha nº 2*, São Paulo, s.p..

[21]. *"Por 'saberes subjugados' eu entendo igualmente toda uma série de saberes que se encontravam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados, saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requerida... este saber que eu chamaria de 'saber das pessoas', e que não é totalmente um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local, um saber diferencial...."*. FOUCAULT, Michel, (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, p. 12.

[22]. *"Nos lotes individuais, a autosuficiência de seu proprietário chega ao ponto de renegar todos os aspectos técnicos comprovados pela ciência e confronta raivosamente com seu ponto de vista histórico, muitas vezes corretos, mas na maioria dos casos completamente ultrapassados."* CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998a), op. cit., p. 14.

camponeses é considerado uma fala estranha, desqualificada e externa à racionalidade do pensar hegemônico.

Pierre Bourdieu denomina de "efeito de teoria" a essa potencialidade que o discurso em geral (o discurso científico das teorias sociais, em particular) tem de (re)produzir a realidade social, pois *"mesmo a descrição científica mais estritamente constativa está constantemente exposta a funcionar como prescrição capaz de contribuir à sua própria verificação, exercendo um efeito de teoria próprio a favorecer o acontecimento disto que ela anuncia."*.[24]

O marxismo, decorrente de uma perspectiva epistêmica de tipo objetivista[25] que entende que sua construção do real é o próprio real, têm funcionado, efetivamente, como um poder que impõe princípios de visão, classificação, divisão e hierarquização do mundo social[26]. Sua doutrina tem historicamente atuado num campo de lutas simbólicas pelo poder de produzir a representação de mundo legítima de determinados grupos ou classes sociais. Esse trabalho de imposição de uma visão legítima de hierarquização e codificação do mundo social se desenvolve em duas vertentes: na dimensão objetiva, na busca de dar visibilidade social, política e simbólica ao grupo ou classe social, de conferir reconhecimento a sua existência no espaço social; na dimensão subjetiva, procurando mudar as categorias de percepção e apreciação da realidade dos agentes sociais, trabalhando na transformação dos *habitus* dos indivíduos.

---

[23]. FOUCAULT, Michel, (1999), op. cit., p. 13.

[24]. BOURDIEU, Pierre, (1981). Decrire et prescrire: notes sur les conditions de possibilite et les limites de l'éfficacite politique. *Actes de la recherche en Sciences Sociales,* nº 38, Paris, p. 72.

[25]. *"Existe, neste pensamento, uma enorme desconfiança em relação ao mundo da representação, e, em relação à própria linguagem, busca-se continuamente suprimir a polifonia de vozes pela palavra única da verdade. Teme-se o mundo das palavras e busca-se encontrar sob ele um mundo concreto, real, que prescinda do discurso. O marxismo se arvora ser o último dos discursos. A ser aquele que instauraria de vez o encontro entre as palavras e as coisas, entre a representação e o referente, entre o significante e o significado, destruindo as rachaduras estabelecidas entre eles pela modernidade."* ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de, (1999), op. cit., p. 185-186.

[26]. Como um *regime de verdade,* nos termos de Michel Foucault. *"Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro."* FOUCAULT, Michel, (1985). Verdade e poder. In *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, Graal, 5ª ed., p. 12.

O discurso coletivista professado pelo MST, de matriz marxista-leninista[27], toma a realidade a partir de um ato de vontade, onde a coletivização é considerada como uma *"necessidade histórica"*, como realidade mesma, e não como uma simples representação do mundo social que a ideologia do MST advoga. Nessa perspectiva, não compreende-se que a realidade e a prescrição para sua conservação ou transformação não são mais do que construções sociais, imposições de visões de mundo, injunções de princípios de entendimento do mundo. Assim, a coletivização deve ser considerada como um dos elementos prescritivos decorrentes da visão do real que o MST procura difundir. O universo vocabular expresso em termos como *"necessidade histórica"* revela, em toda sua nitidez, o "efeito de teoria" e o objetivismo próprio à literatura de cunho marxista adotada[28].

Michel Foucault interrogava o marxismo não a partir da questão se a teoria constituía um corpo científico legítimo (com suas regras de construção, conceitos e metodologia próprios): pelo contrário, questionava-o exatamente por advogar-se enquanto ciência e, com isso, produzindo efeitos de poder sobre os indivíduos e o corpo social como um todo. Em vez de questionar a cientificidade ou não do marxismo, o genealogista, segundo Foucault, deveria indagar a seus produtores e difusores:

> Quais os tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser esse saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência e de saber vocês querem minimizar quando dizem: "eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista"? Qual vantagem teórico-política vocês querem

---

[27]. João Pedro Stédile afirma que a matriz discursiva do Movimento provém de *"várias matizes"*: Lênin, Marx, Engels, Mao Tsé-Tung e Rosa Luxemburgo. *"Nos abastecemos também em James Petras e Marta Harnecker e em muitos outros."*. Todavia, ao contrário do que professa o líder e ideólogo do MST, esses diferentes pensadores não constituem doutrinas de diferentes matizes, mas uma única: o marxismo. Além disso, *"o próprio Evangelho, não como uma religião mas como uma doutrina, também tem uma influência sobre nossos valores, nossa cultura, na forma de ver a mística, na forma de ver diferentes."* STÉDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano, (1999), op. cit., p. 60.

[28]. Do mesmo modo, o que é configurado como *"problemas dos assentamentos"* pelo MST ou mesmo pelo Estado (baixa produção agrícola, desorganização política, etc.) decorre não apenas das diferentes maneiras de percepção da "realidade social", mas também dos distintos interesses estratégicos em disputa nesse campo de lutas pela imposição legítima do real.

> entronizar, para destacá-la de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas de saber?[29]

São essas questões que também podem ser dirigidas ao MST, que advoga permanentemente a superioridade da análise científica da realidade social propiciada pelo marxismo, desqualificando os saberes tradicionais dos camponeses[30]. Nessa dimensão, o discurso dos camponeses é considerado um discurso exterior, estrangeiro, que não tem lógica. *"Não é sequer o discurso do adversário, pois eles não discutem com ele. É o discurso, forçosamente desqualificado, que se pode e se deve manter à margem, precisamente porque é preciso, como uma preliminar, anulá-lo, para que possa enfim começar – no meio, entre os adversários, acima deles -, como lei, o discurso justo e verdadeiro"*[31].

3.1. O ASSENTAMENTO OBJETIVADO PELO MST: emergência e trajetória

Fundado oficialmente em 1984, durante o I Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel-PR, o MST voltou-se, inicialmente, à expansão e consolidação da organização em nível nacional. O *slogan "Terra para quem nela trabalha"* refletia, em grande parte, a forte influência dos agentes de pastoral no interior do Movimento.

No I Congresso Nacional, em Brasília-DF, entre 29 e 31 de janeiro de 1985, as preocupações centralizaram-se nos debates relacionados ao Plano Nacional de Reforma Agrária, que estava sendo elaborado pelo Governo da "Nova República". O lema *"Ocupar é a única solução"*, então adotado pelo MST, refletia que as prioridades, naquele momento, se centravam exclusivamente em torno da articulação política da luta pela terra, estabelecendo a estratégia da ocupação de

---

[29]. FOUCAULT, Michel. (1999), op. cit., p. 15.

[30]. Michel Foucault aponta que um dos procedimentos mais eficazes de controle do processo de produção e difusão de discursos na sociedade é a *separação*, isto é, a exclusão, a simples desconsideração das falas *perigosas* aos princípios que conferem autoridade aos *discursos considerados verdadeiros*. Ver FOUCAULT, Michel, (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 3ª ed..

áreas consideradas improdutivas como forma de enfrentamento principal. Além disso, com essa palavra de ordem, o MST procurava se diferenciar das posições assumidas pela CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), que apoiava o projeto de reforma agrária então em gestação nas agências governamentais.

Seria somente no final de 1985 que os "assentamentos de reforma agrária" emergiriam como objeto de preocupação e intervenção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Durante o I Encontro Nacional dos Assentados, em Cascavel-PR, foram tomadas importantes decisões que diziam respeito à relação que o Movimento passaria a estabelecer com os agricultores assentados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária em execução.

Definiu-se que os assentados não constituiriam uma organização específica, mas também não deveriam simplesmente se vincular aos organismos sindicais formais: se partia do pressuposto que os assentados possuíam problemas e demandas específicas, relacionadas ao próprio processo de reforma agrária, que os diferenciariam do conjunto dos agricultores de tipo familiar e, portanto, deveriam se manter politicamente vinculados ao MST. Assim, foi criada a Coordenação Nacional dos Assentados, uma instância do Movimento especificamente voltada à articulação política e à formulação e implementação de diretrizes para o *"desenvolvimento dos assentamentos"*.

Embora essa fosse a orientação hegemônica[32], Neide Esterci indica que mesmo no interior do Movimento havia conflitos em relação à natureza da relação que a entidade deveria manter com os agricultores assentados:

> ... configurou-se uma tensão entre duas orientações política dentro do MST: a de implantar os assentamentos como locus produtivo de pequena produção, aceitando que sua preocupação estivesse, prioritariamente, voltada para este fim; e, uma outra tendência, requerendo dos grupos de 'assentados' uma continuidade de engajamento no processo de

---

[31]. FOUCAULT, Michel. (1999), op. cit., p. 68.

[32]. Pejorativamente, Roseli Salete Caldart afirma que em *"determinado momento chegou a surgir uma proposta de criação de outro Movimento, o Movimento Pé no Chão, que seria então a organização específica dos assentados para conquistar os direitos sociais que passavam a ser vistos como tão necessários como a terra. Mas foi uma proposta frágil e efêmera, tanto que quase não tem merecido registros mais detalhados na história do MST."* CALDART, Roseli Salete, (2000). *Pedagogia do Movimento Sem Terra.* Petrópolis, Vozes, p. 88.

> recrutamento, organização e respaldo aos segmentos sem-terra... Esta tensão expressava concepções diversas acerca do que seriam "lutas econômicas" e "lutas políticas"; do papel da luta pela terra no processo de transformação; e do lugar dos assentados na luta por terra.[33]

É preciso considerar que o estabelecimento de uma vinculação formal do Movimento com os assentamentos decorria não apenas da presumível necessidade dos agricultores se organizarem coletivamente para a demanda de políticas públicas relacionadas ao programa de reforma agrária em andamento, mas também do próprio interesse do MST em manter esses trabalhadores sob seu controle político, na medida em que os assentamentos passariam a constituir uma das principais fontes de recursos financeiros responsáveis pela manutenção e ampliação das frentes de atuação da Organização.

Já no final da década de 1980, a questão da contribuição financeira que os assentados deveriam fornecer ao Movimento passaria por um processo de normatização interna. As *"Normas Gerais do MST"*, uma espécie de regulamento definidor das relações entre membros e instâncias organizativas, estabeleceram que *"cada família assentada, individual ou grupo, contribua com 1% de sua produção anual, para o Movimento estadual e nacional."*. Além disso, fixou-se *"que seja repassado para o MST estadual e nacional, 5% do valor total de qualquer projeto de ajuda a fundo perdido ou como empréstimo de qualquer origem, nacional ou do exterior, para qualquer grupo de assentados ou de acampados do Movimento"* e que *"se garanta o recolhimento de 1% do PROCERA já aprovado pelos assentados como norma nacional, para o MST estadual e nacional."*[34].

Ou seja, partindo do pressuposto ambíguo de que todo recurso (público ou não) carreado para os assentamentos decorreria de sua ativa intervenção[35], o MST passou a vincular as formas de contribuição financeira aos próprios

---

[33]. ESTERCI, Neide, et al., (1992). Assentamentos rurais: um convite ao debate. *Reforma Agrária*, nº 3, vol. 22, Campinas, p. 8.

[34]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1989). *Normas gerais do MST*. São Paulo, s.p..

[35]. Numa perspectiva maniqueista que deslegitima o poder estatal, tornou-se corrente no interior do MST o entendimento que o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), por exemplo, não constituiria uma política de reforma agrária conduzida pelo Estado, mas uma *conquista do Movimento.*

financiamentos contraídos pelos assentados[36]. Numa perigosa confusão entre interesses públicos e privados, o Movimento procurava, com essa resolução, controlar a aplicação e distribuição dos recursos de origem estatal, objetivando punir, através do próprios agentes estatais, aqueles agricultores que não se dispusessem a contribuir:

> Que se garanta que o Mirad e os técnicos apliquem isso como norma nacional, e quem não contribuir seja excluído das próximas verbas do PROCERA.[37]

O MST assumia como encargo atribuições constitucionalmente conferidas ao Estado, enquanto detentor do monopólio de representação do interesse público. Procurava também regulamentar a conflituosa questão da distribuição e organização do espaço territorial dos assentamentos, quando, por exemplo, nos casos de desistência ou troca de lotes[38] *"as lideranças do assentamento e executiva estadual deverão decidir os critérios de substituição"* ou mesmo na destinação de uso de benfeitorias herdadas da propriedade que deu origem ao assentamento: *"Todas as benfeitorias que já existem na propriedade desapropriada como casas, galpões, cercas, açudes, mangueiras, etc., serão de uso coletivo."*.[39]

Nesse sentido, os assentamentos apareciam, aos olhos do MST, como um espaço social a ser governado, política e economicamente. Num primeiro momento, as atenções do Movimento para com os assentamentos estiveram particularmente centradas na questão da organização da produção agropecuária.

---

[36]. Ainda que seja uma orientação datada de final da década de 1980, apenas recentemente (decorrente do acirramento das relações entre Governo e Movimento) veio a público, particularmente através de reportagens no jornal Folha de São Paulo, o conhecimento que o MST cobraria um "pedágio" sobre os financiamentos públicos contratados pelos agricultores assentados. Ver FOLHA DE SÃO PAULO, (2000). *MST desvia dinheiro da reforma agrária*. São Paulo, p. A 13, de 14 de maio de 2000. Em meu estudo de caso, analisarei mais detidamente essa questão.

[37]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1989), op. cit., s.p..

[38]. Recentemente, a imprensa gaúcha noticiou os conflitos que resultaram na morte de um agricultor supostamente por um *"grupo de disciplina do MST"*, pelo fato de ter adquirido um lote no Assentamento Rondinha, em Jóia-RS, à revelia das instâncias organizativas do Movimento. Ver ZERO HORA, (2001). *Assassinato revela milícia do MST*. Porto Alegre, 14 de setembro de 2001.

[39]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1989), op. cit., s.p..

3.1.1. A Proposta de Desenvolvimento Econômico-social para os Assentamentos: a cooperação agrícola

Ao longo da segunda metade da década de 1980, a questão da viabilidade econômica dos "assentamentos" tornou-se um elemento central no debate político da reforma agrária na sociedade brasileira: defensores e adversários da redistribuição da propriedade fundiária no país passaram a produzir e difundir discursos e saberes que circunscreviam aqueles espaços sócio-produtivos a partir de distintos interesses estratégicos. Para os primeiros, tratava-se de ressaltar, sobretudo, a eficiência econômica conseguida pelos agricultores "beneficiados"; para os últimos, os assentamentos emergiam como demonstrações da ineficácia e inutilidade de políticas públicas de redistribuição fundiária.

Principal organização envolvida nos processos de luta pela terra na contemporaneidade brasileira, o MST tornaria a viabilização econômica dos assentamentos uma de suas principais frentes de atuação. A partir de 1986, o Movimento começou a publicar materiais escritos destinados a orientar os agricultores assentados na escolha da forma de organização da produção agropecuária a ser desenvolvida na *terra conquistada.*

A primeira publicação com esse caráter e finalidade é o *Caderno de Formação* nº 9, onde, pioneiramente, emerge uma discursividade que toma os assentamentos de reforma agrária como objeto. Mesmo que o próprio título do *Caderno* refletisse a prioridade política do Movimento de organização dos trabalhadores rurais para a luta pela terra – *Terra não se ganha, se conquista!,* começava a se perceber que os assentamentos também constituíam elemento estratégico no debate da reforma agrária, pois *"só ter terra não adianta. Os problemas para nós, trabalhadores, vão continuar. Conseguir a terra já é o primeiro passo, mas não é o fim da estrada."*[40].

O texto se propunha a discutir a questão de *"como trabalhar a terra"* nos assentamentos; ou seja, a preocupação era de ordem eminentemente econômica

---

[40]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986). Terra não se ganha, se conquista!. *Caderno de Formação*, nº 9, São Paulo, p. 10.

e seu objetivo estratégico era começar a disseminar entre os assentados discursos devotados à adoção de formas cooperadas de produção agrícola. Operava-se na perspectiva de construir uma percepção que as dificuldades econômicas dos pequenos proprietários derivariam de seu inerente isolamento social. *"Estão acostumados pelo sistema a só pensarem e agirem sozinhos, individualmente, e aí não tem força nenhuma para enfrentar a exploração."*[41].

Embora se afirmasse que *"cada companheiro, cada assentamento, deve discutir e escolher livremente o que se pode fazer em conjunto"*[42], a narrativa propalava não apenas as vantagens de se *trabalhar em conjunto*, mas também as dificuldades encontradas por aqueles que optam por *trabalhar sozinho* (falta de política agrícola, exploração dos comerciantes e bancos, intempéries climáticas, etc.). É nessa orientação que, por exemplo, trabalha o desenho que introduz o texto, onde aparecem quatro agricultores assentados sorridentes e felizes com a aquisição de um trator onde aparece a inscrição "associação". Obviamente, a figura age na perspectiva de compreensão pelo leitor (assentado) da mensagem que através da associação ele poderá adquirir bens que dificilmente conseguiria produzindo isoladamente.

Mesmo as chamadas *"perguntas para discutir"*, que se seguem ao texto, revelam subliminarmente sua intencionalidade produtiva, que é a de construir uma imagem positiva das formas associativas entre os agricultores. Quando formula-se a questão *"por que será que os ricos têm tanto medo quando os trabalhadores resolvem trabalhar em conjunto?"* se direciona a reflexão para determinados aspectos, através da inserção na própria questão de uma afirmativa previamente construída (que o trabalho dos agricultores em conjunto não é bom para os ricos), pois a resposta parece evidente quando se assume uma perspectiva dualista da vida social: se não é bom para os ricos, é bom para os trabalhadores, para os pobres.

Não apareciam, nessas primeiras formulações, propostas claras de coletivização dos meios de produção e de socialização do frutos do trabalho. As

---

41. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986), op. cit., p. 10.
42. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986), op. cit., p. 11.

"diversas formas de se organizar e trabalhar em conjunto" apresentadas estavam centradas em estratégias de associativismo que preservariam a autonomia e a propriedade familiar. Nesse momento, o MST se preocupava, especialmente, em garantir a reprodução econômica dos agricultores assentados através da adoção de formas associativas que atuassem principalmente na esfera da comercialização: compra de máquinas, implementos e insumos agrícolas e venda da produção. O estímulo às chamadas *"formas simples de cooperação"* (pequenas associações, "grupos semi-coletivos", mutirões, trocas de dias, etc.) revelava a ainda forte influência no interior do Movimento dos agentes de pastoral ligados à CPT (Comissão Pastoral da Terra), que viam nessas práticas organizativas tanto uma estratégia econômica, quanto uma maneira de cultivar valores cristãos como a solidariedade, a fraternidade e a união[43].

O *Caderno de Formação* nº 10 – *A luta continua: como se organizam os assentados*, publicado em junho de 1986, ratificava as idéias presentes no *Caderno* nº 9 e já continha as deliberações tomadas por ocasião do II Encontro Nacional dos Assentados, realizado em abril daquele ano, em Cascavel-PR, afirmando a disposição de *"colocar a questão da organização interna dos assentados, no sentido de cada vez mais evoluir no trabalho comunitário como bandeira de organização"* e como papel das comissões estaduais de assentados *"incentivar a formação de Associações"*[44].

Portanto, não havia uma discursividade construída no sentido de desqualificar a produção camponesa. Ainda que se colocassem restrições, as formas de organização propostas não visavam sua superação; pelo contrário, eram pensadas enquanto estratégias de viabilização econômica das unidades familiares. Propunham-se *"formas bem simples de organizar uma cooperação agrícola criada pelos trabalhadores dentro do próprio assentamento, visando se*

---

[43]. A experiência exemplar de "trabalho comunitário" que servia como referência para o MST, nesse período, era a organização dos agricultores do Assentamento Nova Ronda Alta, em Ronda Alta-RS, desenvolvida em terras cedidas pela Igreja e com acompanhamento de agentes de pastoral ligados à CPT da região.

[44]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986a). A luta continua: como se organizam os assentados. *Caderno de Formação*, nº 10, São Paulo, p. 31 e 32, respectivamente.

defender da exploração capitalista..."[45]. Nessa mesma perspectiva é que era proposto o uso de "tecnologias alternativas", isto é, de práticas que valorizassem o saber dos agricultores, a utilização dos recursos internos às unidades produtivas e a restrição ao uso de insumos de origem industrial (adubos químicos e agrotóxicos).

O que havia de muito particular nesse *Caderno* é que ganhava visibilidade o cuidado do MST em disputar com o Estado o direcionamento produtivo e a organização sócio-política dos assentamentos. O Movimento intentava asseverar o "assentamento" não como uma criação derivada da aplicação de políticas fundiárias pelo Estado brasileiro, mas como produto da luta conduzida pelos trabalhadores organizados no MST[46]. Disputas simbólicas que se refletiriam na própria terminologia utilizada: *"As áreas conquistadas pelos trabalhadores articulados no Movimento são conhecidas como assentamentos, e na terminologia oficial do INCRA ou das Secretarias de Agricultura são chamadas de projetos de assentamento."*[47].

O MST passava também a se inquietar com o controle político das instâncias de representação dos assentados, desqualificando aquelas organizações que teriam origem no trabalho desenvolvido por técnicos estatais (ligados ao INCRA, Secretarias Estaduais de Agricultura ou EMATERs). Afirmava-se a necessidade de criar associações comunitárias "combativas", que se diferenciassem daquelas *"formadas apenas pelas pessoas que aderem ao governo, que viram puxa-sacos dos funcionários do governo com objetivos de obter vantagens pessoais. Acabam servindo apenas para legitimar e favorecer as decisões tomadas pelo governo, fazendo de conta que a comunidade também apóia, através do apoio da tal comissão."*[48].

---

[45]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986a), op. cit., s.p..
[46]. Parte da produção acadêmica tem reproduzido acriticamente essa perspectiva simplista advogada pelo MST, assumindo como *verdade* que os assentamentos representam *"territórios conquistados"* e desconsiderando os fins estratégicos de tal discursividade. Ver, por exemplo, FERNANDES, Bernardo Mançano, (2000). *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis, Vozes.
[47]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986a), op. cit., p. 2.
[48]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986a), op. cit., p. 3.

O MST se dispunha a disputar com o Estado o próprio controle administrativo das áreas de assentamento, ao colocar em questão a definição das formas de propriedade da terra. A partir de uma compreensão maniqueista dos conflitos sociais, sustentava-se que *"o INCRA e os governos estaduais preferem sempre entregar os documentos individuais, para cada agricultor"* porque, presumivelmente, *"fica mais fácil tirar o agricultor da terra, por qualquer motivo: doença, foi mal na lavoura, não pagou o banco etc."*[49]. Declarando, subliminarmente, que o Governo fazia assentamentos para que não dessem certo, o MST procurava se legitimar como instância privilegiada na formulação e definição das configurações sociais, econômicas e políticas a serem implantadas nos assentamentos de reforma agrária[50].

O período 1987-1990 seria caracterizado por um processo acentuado e crescente de institucionalização do MST, que passaria a ganhar contornos de uma organização burocrática de tipo weberiana[51], particularmente através da criação dos chamados "setores do MST" (setor de assentamentos, educação, formação política, finanças, comunicação, etc.). O "Setor de Assentamentos", substituindo a Coordenação Nacional dos Assentados, responsabilizar-se-ia por estabelecer e discutir a questão da "cooperação agrícola" em bases empresariais; correlativamente, a matriz discursiva posta em prática se distanciava rapidamente da doutrina cristã e adquiria contornos do marxismo-leninismo[52].

O ano de 1989 foi particularmente decisivo na redefinição do perfil das formas cooperadas a serem estimuladas pelo Movimento[53]. Em julho, foi realizado

---

[49]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986a), op. cit., p. 14.

[50]. No I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1985, definira-se que, preferencialmente, o título de cessão da terra fosse dado ao conjunto das famílias assentadas e não individualmente.

[51]. A divisão de tarefas, a disciplina e a formação de quadros são alguns dos *"princípios organizativos do Movimento"*. Ver FERNANDES, Bernardo Mançano, (2000), op. cit..

[52]. Promoveram-se, nesse período, diversos seminários com o objetivo específico de discutir o tema da cooperação agrícola nos assentamentos. Desses seminários resultou a elaboração dos *"Manuais de Cooperação Agrícola I, II, III"*. Além disso, o Jornal Sem Terra passou a dedicar um espaço regular para divulgar as experiências coletivistas e associativistas em andamento nos assentamentos, visando difundir em sua base social o discurso que mostrava a viabilidade e as vantagens dessa forma de organização da produção.

[53]. Segundo Elizabete Ana Bonavigo, atualmente os dirigentes do MST tomam o ano de 1989, como marco temporal, e a posterior formação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), como marco simbólico, da emergência de uma proposta de cooperação agrícola no interior do

o III Seminário de Cooperação Agrícola, cujas resoluções apontaram para significativas modificações na proposta de "cooperação agrícola" para os assentamentos: definiu-se mais claramente os objetivos econômicos e políticos vinculados a sua adoção e se procedeu uma revisão crítica das experiências associativistas até então emuladas por não aplicarem *"métodos racionais de controle do trabalho"*. A concretização de uma nova discursividade operava na perspectiva de produzir uma imagem depreciativa das iniciativas de cooperação agrícola de tipo associativista, estigmatizando-as enquanto produtos de um suposto *"idealismo cristão"*:

> Persiste ainda, dentro do MST, uma visão muito artesanal sobre o desenvolvimento da cooperação agrícola. Em geral, pensa-se que basta juntar os pobres. Não se leva em conta que a cooperação agrícola está baseada nos fundamentos econômicos, da concentração dos meios de produção e na divisão do trabalho. Não se aplicam métodos racionais de controle do trabalho nas experiências desenvolvidas.[54]

Observa-se uma inflexão na matriz discursiva que fundamentava as propostas de cooperação agrícolas elaboradas pelo Movimento para os assentamentos: distanciava-se celeremente do "ideário comunitário-cristão" em direção a um discurso racionalizador fundado nas premissas da economia política de cunho marxista. Cada vez mais, se utilizava da legitimidade conferida pelo conhecimento científico como justificadora para as propostas de organização da produção formuladas para os assentamentos.

> Todas as bases do conhecimento científico e do desenvolvimento da humanidade indicam que a cooperação agrícola é a forma de avançar a organização da produção na agricultura e melhorar o desenvolvimento social dos que nela vivem e dependem.[55]

Movimento; enquanto os agentes religiosos tomam como referência a experiência do Assentamento de Nova Ronda Alta (1984). Delineia-se, assim, um campo de disputas pela memória onde o MST constrói uma perspectiva histórica que procura reafirmar um processo de diferenciação do Movimento em relação à Igreja, apagando ou ao menos atenuando a capacidade que agentes de pastoral tiveram, naquele momento, de imprimir determinadas concepções, visões de mundo e práticas sociais ao MST. Ver BONAVIGO, Elizabete Ana, (1998). Produção sócio-histórica da "cooperação agrícola" no Acampamento da Fazenda Annoni e no Assentamento 16 de Março: práticas cotidianas e produções de subjetividades. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

[54]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1989). *Manual de cooperação agrícola III*. São Paulo, p. 5.

[55]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1991), op. cit., p. 147.

Propunha-se, a partir de então, uma forma empresarial de organização da produção agrícola que tivesse como referência última a coletivização dos meios de produção, inclusive a terra. As chamadas CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária) se tornaram o modelo de organização da produção, sob o argumento de que constituiriam uma *"etapa superior de cooperação"* e uma *"nova mentalidade empresarial"* a ser implantada nos assentamentos sob influência do Movimento[56].

A "cooperação agrícola" não mais era discutida somente em termos de viabilidade econômica dos agricultores, mas incorporava outros objetivos estratégicos: a produção de um "novo homem" e de uma "nova mulher" a partir da transformação do camponês em operário e a liberação de lideranças dos assentamentos para as cada vez mais diversificadas instâncias organizativas do Movimento[57].

> Se tu for vê no Estado do Rio Grande do Sul, hoje, a maioria absoluta... 95% eu acho... dos militantes liberados são de cooperativas ou grupos coletivos. Dado a isso que o Movimento ultimamente vem intensificando essa questão do trabalho da cooperação. (...). A questão da cooperação tem proporcionado que os dirigentes, que os militantes possam ir fazê a sua militância... E quem tá individual tem muita dificuldade, porque a ajuda de custo que o Movimento dá é muito pequena e a exigência, vamo dizê assim, da militância é muito grande, você dificilmente consegue reservá uma semana prá você ficá na sua casa... (Irene, Dirigente estadual do MST, entrevistada por Andréa F. Delgado, em janeiro de 2000)

Essas redefinições desembocariam em transformações na própria estrutura orgânica do Movimento, pois a cooperação agrícola tornar-se-ia objeto de um discurso recorrente nas publicações do Movimento e expressão referencial de um "modelo de desenvolvimento" para os assentamentos. Para cumprir com mais eficiência esse papel foi criado, em 1990, o SCA – Sistema Cooperativista dos

---

[56]. Particularmente no Rio Grande do Sul, simbolicamente a "experiência modelar" de assentamento propugnado pelo MST deixava de ser o Assentamento Nova Ronda Alta e passava a ser representada pela Associação 6 de Janeiro (no Assentamento do Holandês) e, posteriormente, pela COOPTAR (Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda.) e pela COOPANOR (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada Ltda.), todas formadas por ex-acampados da Fazenda Annoni.

[57]. *"Que o desenvolvimento da cooperação agrícola, garanta que se consiga a liberação de militantes para outras atividades organizativas e políticas do MST."* MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1989), op. cit., s.p..

Assentados[58], em substituição à Coordenação Nacional dos Assentados (que, em caráter informal, já era designado por "Setor dos Assentamentos"). Isso significava que a temática ganhava o *status* de "setor do MST", o que implicava que passaria a constituir parte de sua estrutura diretiva e que deveria *"contribuir na construção e implantação da estratégia geral do MST"*[59]. Portanto, os assentamentos, de forma categórica e definitiva, passavam a ser encarados pelo Movimento como objeto estratégico do projeto político de transformação da sociedade brasileira.

A problemática da produção nos assentamentos cristalizava-se como questão fundamental nas políticas do Movimento, tanto quanto as preocupações com o avanço da luta pela terra através das ocupações de fazendas. O *slogan* orientador do V Encontro Nacional do MST, realizado em Sumaré-SP, entre 27 de fevereiro e 3 de março de 1989, definia com precisão essas novas diretrizes: *"Ocupar, resistir e produzir"*.

Não obstante, tais reorientações representavam a culminância de discussões que se desenvolviam no interior do MST desde meados de 1986, quando fora publicado o *Caderno de Formação* nº 11 – *Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo*, de autoria de Clodomir Santos de Morais. Seria baseado nessa *"teoria"* que o Movimento passaria a promover pelos assentamentos do país, em particular na região sul, os chamados Laboratórios Organizacionais de Campo (LOCs), espaços experimentais para a criação das CPAs.

Ao LOC era atribuído o papel de funcionar como um momento privilegiado no processo educativo de produção de novas formas de pensar e agir entre os agricultores assentados, definindo-se como um *"ensaio prático e ao mesmo tempo*

---

[58]. O SCA envolve três níveis de organização: local – através da criação das CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária); estadual – Cooperativas Centrais Estaduais; e nacional – representado pela CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda., fundada em 15 de maio de 1992. A COCEARGS – Cooperativa Central de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul foi criada em janeiro de 1991. Atualmente, o SCA/MST é formado por *"cerca de quatrocentas associações de máquinas, comercialização e serviços, setenta cooperativas de produção, duas cooperativas de crédito e 75 pequenas e média agroindústrias..."* PASQUETTI, Luis Antonio, (2000). O MST como uma empresa social. In *Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural,* Rio de Janeiro, cd-room.

[59]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1991a). *Sistema cooperativista dos assentados.* São Paulo, p. 9.

real no qual se busca introduzir em um grupo social a CONSCIÊNCIA ORGANIZATIVA que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada."[60].

O *Caderno de Formação* nº 11 simbolizava a emergência no interior do Movimento de uma discursividade que enfatizava, por um lado, o objetivo de transformar mentalidades, sociabilidades e formas econômicas dominantes nos assentamentos, desqualificando formas de pensar e comportamentos considerados tradicionais e conservadores; por outro, expunha concretamente o desejo de desenvolver formas produtivas que representassem a socialização dos meios de produção e a eliminação da exploração de tipo familiar.

O texto de Clodomir está alicerçado em duas premissas teóricas filiadas ao que se tem denominado academicamente de "marxismo vulgar". No primeiro capítulo, intitulado *"Origens da organização do trabalho"*, traça evolutivamente o processo crescente de divisão do trabalho desde as origens do trabalho comunal até a moderna especialização de tarefas imposta pelo sistema capitalista. Estrategicamente, a narrativa atua no sentido de difundir a idéia do inelutável desaparecimento da produção camponesa nas sociedades modernas, pela sua presumível incapacidade de concorrer em igualdade de condições técnicas de produção com as grandes empresas baseadas na exploração do trabalho assalariado. No segundo capítulo, *"Comportamento ideológico de estratos emergentes"* (ainda que não fique explicado o que entende por *estratos emergentes)*, o autor toma como tarefa fundamental associar a posição ocupado por um indivíduo na estrutura econômica com suas formas de pensar, com seu *comportamento ideológico.*

O autor classifica os comportamentos sociais e as formas de pensar de acordo com *estratos sociais* a que pertencem os indivíduos. Com uma postura epistemológica claramente essencialista, afirma que os camponeses não podem apresentar um comportamento político que não seja um desdobramento direto da forma como se desenrola seu processo de produção de mercadorias. *"O processo*

---

[60]. MORAIS, Clodomir Santos de, (1986). Elementos sobre a teoria da organização no campo. *Caderno de Formação*, nº 11, São Paulo, MST, p. 40 (grifos no original).

produtivo individual (unifamiliar) que o camponês desenvolve, determina a visão personalista como uma das características de seu universo cultural e das superestruturas sociais que abarca."[61].

Nessa ótica, o camponês é (des)qualificado como um indivíduo, em substância, socialmente arredio a toda forma de organização coletiva, seja de caráter político ou econômico, e psicologicamente avesso à vida social, *"isolacionista"*. Aos assalariados são imputados características complemente contrárias, pois *"tendem naturalmente à organização social porque, além de trabalharem socialmente organizados, operam dentro da complexa divisão social do processo produtivo..."*[62].

Numa escala linear de progressão na capacidade de desvendar o mundo e transformá-lo, aos camponeses é imputada uma *consciência ingênua,* aos semi-assalariados uma *consciência crítica* e aos assalariados uma *consciência organizativa,* pois *"é certo que o surgimento e a magnitude da consciência organizativa são diretamente proporcionais ao grau de Divisão Técnica do Trabalho..."*[63].

A construção narrativa utilizada operava estrategicamente na perspectiva de apontar para a necessidade de um trabalho entre os camponeses assentados numa dupla perspectiva: por um lado, seria preciso desenvolver formas de organização da produção que criassem as *condições objetivas* para a superação de formas de pensar consideradas inadequadas; por outro, trabalhar com as *condições subjetivas*, numa ação de difusão ideológica, de transformação das formas de consciência social.

O autor sugere um combate permanente ao que chama de *vícios e desvios*[64], propondo uma verdadeira normatização de condutas na empresa para

---

[61]. MORAIS, Clodomir Santos de, (1986), op. cit., p. 13-14.
[62]. MORAIS, Clodomir Santos de, (1986), op. cit., p. 14.
[63]. MORAIS, Clodomir Santos de, (1986), op. cit., p. 25.
[64]. São apontados como *"alguns vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho"*: o individualismo, o personalismo, o espontaneísmo, o anarquismo, o imobilismo, o comodismo, o sectarismo ou radicalismo, o liquidacionismo, o aventureirismo e a autosuficiência. Para a superação dos *vícios da consciência camponesa*, o autor propõe, entre outras iniciativas, a aplicação de *"cursos especiais como o 'Laboratório Experimental' para a formação de quadros de organizações de estruturas complexas."* MORAIS, Clodomir Santos de, (1986), op. cit., p. 18.

que o indivíduo se subordine aos interesses do coletivo. Os instrumentos adequados para a execução desse processo seriam a vigilância[65], a crítica e a reunião.

O controle sobre as ações e práticas sociais corresponde a um processo de exclusão das posturas e pensamentos considerados inadequados. *"Aqueles que transgridem inconscientemente os princípios da empresa, se comportam como inimigos ideológicos. Sendo advertido de seu erro e de forma organizada voltam a cometer os mesmos erros, reiteradamente, convertem-se em inimigos políticos. O inimigo político deve ser afastado imediatamente da empresa."*[66]. Clodomir identifica como inimigos ao avanço da organização aqueles trabalhadores portadores de formas de pensar e de comportamento herdados das formas artesanais de trabalho, que supostamente trabalhariam no sentido de *"minar pouco a pouco a unidade e a disciplina"* da empresa coletiva formada.

O *Caderno de Formação nº 11* representou, portanto, o ponto de partida para um processo gradativo de enrijecimento das propostas de cooperação agrícola formuladas pelo MST para os assentamentos. Até então, predominava a idéia de incentivar formas flexíveis de organização produtiva, especialmente através da formação de associações envolvidas especificamente na esfera da comercialização que preservassem tanto a propriedade da terra quanto o gerenciamento do processo produtivo pelo núcleo familiar. Com a publicação desse ensaio de Clodomir Santos de Morais ganhava primazia uma concepção acentuadamente empresarial, que ressaltava propagadas insuficiências econômicas da produção camponesa, assim como apontava uma incompatibilidade estrutural entre formas de produção centradas na família e a capacidade de desenvolver uma *consciência organizativa*.

A adoção das CPAs como modelo de organização social e econômica da produção não representava, todavia, a inexistência de conflitos e debates internos quanto a esta orientação. Já no início da década de 1990, tendo em vista as resistências impostas pelos assentados à generalização daquele formato

---

[65]. Sobre a vigilância como uma técnica de poder, ver FOUCAULT, Michel, (1989). *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis, Vozes, 7ª ed..

organizacional[67], emergiram vozes que entendiam que a inflexibilidade da proposta colocava em risco a própria representatividade política do MST no interior dos assentamentos.

Ademar Bogo, um dos ideólogos da entidade, colocava que a preocupação fundamental deveria estar relacionada à manutenção dos assentados como base social e política do MST, como *"massa organizada"*, mesmo que isso pudesse significar abrir mão de concepções doutrinárias em relação à forma de organização econômica a ser implementada. Bogo estava particularmente preocupado com o controle político dos assentamentos e de seu papel no projeto de transformação social. Para ele, *"os assentamentos devem ser vistos de forma estratégica na organização e mobilização de massa e menos pela estruturação e competição econômica"*[68].

O autor via na implantação ostensiva e mesmo autoritária das CPAs a possibilidade de um afastamento dos assentados das mobilizações políticas promovidas pelo Movimento e, por isso, advogava o não privilegiamento de uma forma modelar de organização econômica, mas de toda e qualquer forma de cooperação agrícola, mesmo aquelas que buscassem a reprodução das unidades de produção de tipo familiar[69]:

> Não devemos eleger uma forma única de cooperação, pois isto significaria excluir uma parte e privilegiar outra... todos devem constituir o Sistema (SCA) tendo em vista massificar as lutas e garantir a participação dos trabalhadores rurais no processo orgânico da transformação da sociedade.[70]

---

66. MORAIS, Clodomir Santos de, (1986), op. cit., p. 37-38.
67. Na realidade, as CPAs conseguiam abarcar um número relativamente insignificante do conjunto de assentados existentes, restringindo-se praticamente às lideranças mais diretamente vinculadas ao MST. Além disso, sua implantação normalmente tinha representado o acirramento de tensões e conflitos internos nos assentamentos, o que politicamente não era desejável para o Movimento.
68. BOGO, Ademar, apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1999), op. cit., p. 14.
69. Essa orientação já era posta em prática por alguns segmentos do MST. No Rio Grande do Sul, particularmente, representou a criação, em 1990, da COANOL – Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda., pelos assentados e acampados da antiga Fazenda Annoni, destinada a viabilizar os processos de comercialização tanto das associações, quanto dos *"produtores individuais"*.
70. BOGO, Ademar, apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1999), op. cit., p. 12.

Contudo, essa posição era minoritária nas discussões travadas no interior do SCA. O *Caderno de Formação* nº 20, publicado em abril de 1993, que refletia externamente a concepção oficial do MST sobre a organização econômica nos assentamentos, reafirmou a idéia que a meta fundamental era organizar cooperativas de grande porte que representassem a completa coletivização dos meios de produção, *"entendendo que esta forma representa um salto de qualidade e uma etapa superior de organização da produção dos assentados. (...).* ***Todos os assentamentos devem ter cooperativas.***"[71].

Reafirmando a convicção doutrinária que a "cooperação agrícola" representava a alternativa necessária ao inelutável desaparecimento da agricultura familiar[72], o MST assumia a tarefa de criar as *"condições subjetivas"* (isto é, as formas de pensar e a vontade dos assentados) para a implantação das cooperativas de produção.

A partir de um diagnóstico das "condições subjetivas" presentes no assentamento (*"poucos quadros qualificados", "baixo nível de consciência da massa", "baixa capacidade administrativa"*), o MST assumia o papel de vanguarda política que conscientizaria a *"massa despolitizada"*. Assumia-se a necessidade de uma *"política ativa de conhecimento da companheirada sobre as vantagens, dificuldades e principalmente a necessidade da cooperação agrícola"*[73].

Nesse sentido, a proposição de formas cooperadas de produção agrícola está articulada não apenas a objetivos econômicos, mas também a todo um processo de reeducação do assentado, buscando transformar valores, formas de pensar e comportamentos considerados inadequados.

---

[71]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993). A cooperação agrícola nos assentamentos. *Caderno de Formação*, nº 20, São Paulo, p. 40, (grifos do autor).

[72]. *"...romper com o modelo tradicional da pequena propriedade individual e criar uma organização coletiva do trabalho nos assentamentos, transformando-os em grandes empresas cooperativas, parece ser a única alternativa contra a estratégia capitalista de extermínio dos pequenos produtores e inviabilização da Reforma Agrária em nosso país."* CALDART, Roseli Salete, SCHWAAB, Bernardete, (1991). A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In GORGEN, Frei Sérgio A., STÉDILE, João Pedro, (orgs.). *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.* Petrópolis, Vozes, p. 107.

[73]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993), op. cit., p. 17.

Esse *trabalho educativo* de transformação de consciências e de violência simbólica[74], que envolve conflitos e resistências por parte dos agricultores[75], implicava tanto um processo de difusão de um conjunto de enunciados discursivos que procurassem produzir um "indivíduo novo", quanto a aplicação de formas de controle de tipo coercitivo, através de sanções que visariam *"corrigir os desvios e faltas"*:

> Para corrigir os nossos desvios internos, sejam eles no trabalho, morais ou políticos, temos que ir criando mecanismos de controle corretivos que ajudem o indivíduo a superá-los. Já temos no MST até um manual de disciplina que pode contribuir para os grupos e CPAs. Orienta como corrigir nossas ações. Estes mecanismos servem para provocar cada um, para que tenhamos novas atitudes e as **penas** podem variar de acordo com a transgressão ocorrida, podendo ser políticas, econômicas etc..[76]

Partindo do entendimento de que *"... nossas cooperativas regem não apenas a vida econômica das famílias, mas também a vida social..."*[77], a intervenção do MST dar-se-ia igualmente em torno da organização do espaço físico dos assentamentos. Articulado ao projeto de cooperação agrícola, o Movimento propunha a constituição de agrovilas enquanto centro da vida social dos assentados. As vantagens apregoadas são igualmente de ordem econômica e política: facilidade de acesso à infra-estrutura (luz elétrica e escola, principalmente) e economia dos recursos produtivos como a terra, pois a agrovila possibilitaria o aumento da área destinada à produção agrícola; além disso, viabilizaria uma convivência social mais próxima, criando melhores condições para a mobilização política.

---

74. *"A violência simbólica é essa violência que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em 'expectativas coletivas', em crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica apoia-se em uma teoria da crença ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las."* BOURDIEU, Pierre, (1996). *Razões práticas*. Campinas, Papirus, p. 170-171.

75. Ver D'INCAO, Maria Conceição de, ROY, Gérard, (1995). *Nós, cidadãos. Aprendendo e ensinando a democracia.* Rio de Janeiro, Paz e Terra; BONAVIGO, Elizabete Ana, (1998), op. cit.; SOUZA, Maria Aparecida de, (1999). *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST*. Campinas, Tese de Doutorado em Educação/UNICAMP.

76. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1996). Cooperativas de produção: questões práticas. *Caderno de Formação*, nº 21, São Paulo, 2ª ed., p. 58.

77. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993), op. cit., p. 19.

> Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local da moradia. Dessa constatação veio a compreensão de que seria fundamental que os assentamentos tivessem agrovilas próximas aos lotes de trabalho. A agrovila é um elemento importante para o desenvolvimento social da comunidade.[78]

A proposta de organização do espaço físico-social, em particular do espaço de moradia nos assentamentos sob a forma de agrovila deve ser compreendida como algo socialmente construído. Michel Foucault, especialmente em *Vigiar e Punir*, apontou como o arranjo espacial e arquitetônico pode estar articulado a um sentido estratégico, cumprindo determinados fins de poder[79]. A idéia de criação de agrovilas reflete, portanto, determinados intuitos, não exclusivamente de natureza econômica, mas também política; reflete a busca da organização do território que possibilite a emergência e o desenvolvimento não só de determinadas formas de organização da produção – a produção coletiva, em particular – mas também de específicos modos de sociabilidade e subjetividade. Constitui-se em uma técnica de governo do assentamento que possibilite e incentive precisas formas de conduta e comportamento social.

No projeto do MST, o intento estratégico da agrovila está no entendimento de que *"permite quebrar o isolamento social das famílias e cria laços de integração comunitária"*[80]. Ou seja, a urbanização das moradias funciona como um mecanismo que possibilitaria tanto o acesso a um conjunto de benefícios infra-estruturais (educação, saúde, lazer, transporte, etc.), quanto a almejada transformação de formas de sociabilidade particulares ao modo de vida camponês. Estabelecendo uma relação determinista entre economia e cultura,

---

[78]. STÉDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano, (1999), op. cit., p. 100.

[79]. *"... para mim, a arquitetura, nas análises muitos vagos que eu pude fazer, constitui unicamente um elemento de sustentação, que assegura uma certa distribuição das pessoas no espaço, uma canalização de sua circulação, assim como a codificação das relações que as pessoas estabelecem entre si. A arquitetura não constitui, portanto, somente um elemento do espaço: ela é precisamente pensada enquanto inscrita em um campo de relações sociais, no seio do qual ela introduz um certo número de efeitos específicos."* FOUCAULT, Michel, (1994). Espace, savoir et pouvoir. In *Dits et écrits*, Tomo IV, Paris, Gallimard, p. 283.

[80]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998), op. cit., p. 25.

entende-se que devido ao tipo de organização do trabalho que adota, o camponês seria um agente essencialmente arredio à vida social e político-organizativa; assim, a agrovila é pensada como técnica de estruturação espacial capaz de criar as condições para a superação das formas de *"consciência camponesa"* e desenvolvimento de uma *"nova consciência baseada em novos valores"*.

Entretanto, a resistência dos agricultores muitas vezes se faz presente, colocando em confronto duas formas diferenciadas de pensar e viver o espaço: para os agricultores, o assentamento é o espaço privilegiado para (re)criar relações sociais já vividas em suas trajetórias, em particular relações familiares, de parentesco e de vizinhança[81]; para o Movimento, predominando uma perspectiva de caráter econômico-político, o local de moradia deve estar subordinado a "objetivos maiores" - a produção agrícola e a organização política.

Realizado em meio a uma grave crise econômica enfrentada pelas CPAs[82], o I Seminário Nacional de Cooperação Agrícola do MST (1994) marcou uma inflexão nessa discussão. As posições divergentes se formalizaram em dois textos preparatórios ao Seminário. *"A crise das Cooperativas de Produção Agropecuária"*, de autoria de Paulo Ceriolli e Pedro Cristófolli, ainda que admitindo os problemas enfrentados nas experiências até então desenvolvidas, entendia que a crise *"não representa um esgotamento da proposta de cooperação (especialmente das CPAs) e sim uma incapacidade de implementar o que já havia sido decidido até aquele período."*[83]. Nessa perspectiva, a reavaliação da experiência das CPAs não conduzia à crítica da concepção da proposta, mas atribuía os fracassos a problemas de ordem gerencial e administrativa.

Já o texto de Ademar Bogo, *"Perspectivas da Cooperação Agrícola no MST"*, ratificava sua posição anterior que a proposta de desenvolvimento econômico deveria estar subordinada ao propósito do MST em manter a coesão

---

[81]. Ver GIACOBBO, Elisa. (1994), op. cit..

[82]. Vários trabalhos acadêmicos apontaram as resistências e as dificuldades de sustentabilidade econômica das CPAs em diferentes assentamentos no sul do Brasil. Ver, por exemplo, NAVARRO, Zander, (1995). Formatos tecnológicos e organização produtivas: o caso dos assentamentos rurais no sul do Brasil. *Políticas Agrícolas*, vol. 1, nº 1, p. 81-117.

[83]. CERIOLLI, Paulo, CRISTÓFOLLI, Pedro, apud CONCRAB – CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1999), op. cit., p. 18.

de seu base social nos assentamentos. *"Nossa força, tanto política quanto econômica, dependem desta organização orgânica que temos nos assentamentos, por isso todos os assentados são considerados base do MST independentemente da forma como estão trabalhando."*. Segundo ele, *"deve-se organizar a cooperação pelas duas vias clássicas: produtiva e não produtiva"*[84]. Isso significava ao menos coadunar com aquelas formas de cooperação (especialmente as cooperativas de comercialização e de prestação de serviços) que garantissem a possibilidade de reprodução das unidades de tipo familiar nos assentamentos.

Os insucessos econômicos da maioria das cooperativas formadas e o acirramento de conflitos nos assentamentos entre *"individuais"* e *"coletivos"* criavam dificuldades para o Movimento em duas perspectivas. Primeiramente, uma crescente hostilização dos "individuais" em relação ao próprio Movimento, na medida em que a coletivização era percebida como sendo a proposta efetivamente incentivada; além disso, agregava-se o fato de que em grande parte os dirigentes do MST eram e são pertencentes a CPAs e o desgaste dessas lideranças no interior dos assentamentos implicava em um esgarçamento, ainda que relativo, da própria representatividade do Movimento. Em segundo lugar, porque o fracasso econômico dessas iniciativas debilitava a posição do Movimento no debate político da reforma agrária na sociedade brasileira; debate que tinha e ainda tem na questão da viabilidade econômica dos assentamentos um componente estratégico de importância fundamental.

Não obstante, a preocupação maior era que as CPAs abrangiam um contingente muito pequeno em relação ao número total de assentados. Isso representava, na prática, que a maioria dos assentados (*"individuais"*) ficavam relativamente à margem da influência política do Movimento. *"Temos nos assentamentos uma massa de 150 mil famílias e uma base social organizada de*

---

[84]. BOGO, Ademar, apud CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1999), op. cit., p. 18 e 19, respectivamente.

30 mil. O desafio está, então, em como organizar as 120 mil famílias de produtores individuais, como base social do MST."[85].

Colocava-se a necessidade de não mais relegar os *"individuais"* a um papel marginal e fora de influência do Movimento. Tratava-se de criar instrumentos que os "trouxessem" para a Organização[86], ainda que isso representasse abrir mão do projeto de cooperação agrícola idealizado. Na realidade, não significava uma negação da proposta de cooperação agrícola difundida, mas principalmente da forma com que se tentou implementá-la[87] – através dos Laboratórios Organizacionais de Campo – que, muitas vezes, mais do que adesão implicou no afastamento dos agricultores das formas associativas de produção até então existentes.

Ou seja, o objetivo do MST de ter o conjunto dos assentados sob seu controle político superava os imperativos de uma doutrina que advogava a generalização de formas coletivas de produção nos assentamentos. Colocavam-se perguntas e desafios até então ignorados: *"como trabalhar com **todos** os assentados?"; "como trabalhar com os individuais?"*[88].

Os *"assentados individuais"* tornar-se-iam um objeto específico de preocupação para o Movimento no que se referia às questões da organizações da

---

[85]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1994). *Como organizar os assentados individuais.* São Paulo, p. 8.

[86]. *"Os individuais enxergam o MST como uma entidade de fora. Não se sentem como parte dessa organização."* MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1994), op. cit., p. 8.

[87]. João Pedro Stédile também avalia que os problemas e resistências enfrentados pelas CPAs teriam decorrido de uma pretensa má aplicação metodológica. *"Não deu certo porque, em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo, porque ele não é um processo, é muito estanque. (...). Se criamos uma forma de cooperação que não era adequada às condições objetivas daquele lugar, não significa que a forma está errada."* STÉDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano, (1999), op. cit., p. 99 e 103. Darci Maschio, uma das principais lideranças formadoras do MST, por outro lado, afirma que as possibilidades de reprodução dessa organização, inspirada na experiência cubana, esbarrou nos constrangimentos colocados pela economia capitalista: *"... eu não diria copiamos... mas idealizamos as nossas CPAs a exemplo de Cuba e por isso eu acho que, em muitas coisas, a gente quebrou a cara! Porque uma CPA em Cuba, com o Estado na mão, com todo o apoio e planejamento de produção e comercialização garantida pelo Estado, e uma CPA dentro do capitalismo, na circunstância brasileira, a gente faz coisa... e por isso que a gente foi quebrando a cara, teve muitas dificuldades por causa disso."* (Darci Maschio, entrevistado pelo autor, em janeiro de 2000).

[88]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1994), op. cit., p. 9.

produção[89]. A opção política adotada, no sentido estratégico de *"organizar a base social"* nos assentamentos, foi de flexibilizar o entendimento que se tinha até então de "cooperação agrícola". O Movimento dera total primazia às CPAs, onde os processos de divisão do trabalho e de coletivização dos meios de produção são bastante acentuados. A partir de então, se colocava a necessidade de, ainda que mantendo a compreensão de que as CPAs constituiriam uma *forma superior de organização da produção*, estimular formas mais flexíveis e diversificadas de cooperação *"que incorporem o conjunto dos individuais"*: associações de máquinas e implementos, grupos de cooperação e, sobretudo, *"a partir de 1994[90], apostamos na massificação da cooperação através das cooperativas de prestação de serviços."*.[91] Todas essas iniciativas garantiriam a preservação tanto da propriedade da terra e dos meios de produção, quanto o gerenciamento do processo produtivo por parte do núcleo familiar.

Ainda que uma percepção economicista e determinista de desenvolvimento rural se reproduzisse, talvez pela primeira vez no MST, se admitia a possibilidade de que a agricultura de tipo familiar pudesse se mostrar como uma estratégia viável de viabilização dos assentamentos. Se até então acreditara-se na férrea convicção da inevitabilidade de desaparecimento da "economia camponesa", passou-se a acreditar *"na Produção Familiar Cooperativa ou organizada em alguma forma de cooperação"*[92]. Essa nova orientação determinaria o fortalecimento das "cooperativas regionais" (devotadas, principalmente, aos processos de comercialização: compra de insumos para a produção e venda dos produtos agrícolas produzidos pelos assentados) e o incentivo para que os "assentados individuais" se articulassem em iniciativas de cooperação agrícola de

---

89. *"O MST deve dar o mesmo tratamento dispensado aos coletivos, também para os assentados individuais, buscando recursos e assistência técnica para todos."* MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1994), op. cit., p. 18.

90. O ano de 1994 é tomado enquanto marco temporal tendo em vista que essas "reorientações" ficaram cristalizadas nas resoluções do I Seminário Nacional de Cooperação Agrícola – *"As Perspectivas da Cooperação no MST"*, realizado entre 02 e 04 de dezembro de 1994, na cidade de Caçador-SC.

91. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1999), op. cit., p. 23.

92. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVA DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1996). *Síntese do Seminário Nacional do SCA.* São Paulo, mimeo., s.p..

pequeno porte (seja na aquisição de meios de produção, seja, principalmente, na viabilização de pequenas agroindústrias processadoras dos produtos agropecuários).

Do mesmo modo, redirecionou-se o "padrão tecnológico" até então incentivado pelo Movimento. Se as CPAs representavam a aplicação de uma tecnologia de tipo "convencional", baseada em economias de escala e na utilização dos chamados "insumos modernos" (máquinas de grande porte, adubos químicos, agrotóxicos, etc.), a flexibilização das formas de cooperação propugnadas vinham acompanhadas do incentivo à aplicação de "princípios agroecológicos" aos processos de produção agropecuária.

Enquanto a proposta de criação e desenvolvimento das CPAs tinha se centrado em uma discursividade que procurava colocar os interesses do coletivo acima dos desejos e interesses individuais dos assentados (através, fundamentalmente, de uma lógica de tipo empresarial e economicista), a primazia do objetivo estratégico-político de reproduzir os assentamentos como uma base de sustentação política e econômica do MST levava a afirmar prioridades menos impessoais e mais diretamente vinculadas ao cotidiano dos agricultores: *"Temos que planejar a produção nos assentamentos/cooperativas em vista da SUBSISTÊNCIA e de garantir uma RENDA MÍNIMA para os assentados."*[93]. Ou seja, se as CPAs tinham sua justificação centrada numa racionalidade de tipo abstrata (uma suposta superioridade produtiva em relação a outras formas de organização produtiva), as novas formas de cooperação propostas, basicamente fundadas no que denominou-se de *"produção familiar cooperativada"*, se legitimavam a partir de objetivos bem menos pretensiosos: a busca da subsistência e de uma renda mínima que viabilizasse a reprodução social dos agricultores assentados[94].

---

[93]. II SEMINÁRIO NACIONAL DO SCA: perspectivas da cooperação no MST, apud SOUZA, Maria Aparecida de, (1999), op. cit., p. 238 (grifos no original).

[94]. O objetivo prioritário da subsistência era, até bem pouco tempo, internamente ao MST, desqualificado pelos defensores das CPAs. Segundo estes, a única possibilidade de viabilização dos assentamentos se dava através uma agricultura de grande escala, de alto padrão tecnológico e exclusivamente direcionada ao mercado.

É preciso entender esse reenquadramento da política de produção do MST para os assentamentos em seu sentido estratégico, não representando uma revisão do "projeto de desenvolvimento" até então preconizado[95], mas um mecanismo de manter os assentados sob a influência do discurso do Movimento e possibilitar que se trabalhasse "pedagogicamente" sua conversão para a proposta coletivista. Partia-se do pressuposto determinista de que a partir de *"formas simples"* de cooperação os agricultores *evoluiriam* para *"formas superiores"*.

A preocupação com os *"individuais"* não se dava unicamente em relação à questão da produção. O Movimento considerava que mesmo sendo essencial se envolver nas questões econômicas desses agricultores, procurando viabilizar seu desenvolvimento, era preciso *"entrar nos assentamentos por todas as portas possíveis, não apenas a da produção"*[96]. Afinal o que estava em risco não era apenas que a maioria dos assentados não optassem por formas de cooperação agrícola apregoadas pelo Movimento, mas sobretudo o seu afastamento da influência político-ideológica da Organização. O campo de intervenção no espaço social, portanto, envolveria diversificadas dimensões: econômica, mas também político-ideológica, cultural e religiosa. Era preciso viabilizar um *"trabalho permanente nos assentamentos"*[97], que se materializaria através da organização dos chamados "núcleos de base"[98], que não seriam instâncias organizativas exclusivamente ligadas ao SCA, mas ao conjunto do MST, ratificando-se o firme interesse em vincular o desenvolvimento de formas cooperadas nos assentamentos com a reprodução e ampliação da base social de sustentação econômica e social do Movimento.

---

95. Manteve-se o pressuposto doutrinário de que as CPAs constituiriam a *"forma superior de organização da produção agropecuária": "... entendemos de que a CPA é o modelo economicamente, socialmente e do ponto de vista ideológico, o modelo ideal do MST! Se toda a base do MST fosse CPA o nosso avanço político, econômico e ideológico seria outro. Indiscutivelmente!"* (Darci Maschio, dirigente fundador do MST, entrevistado pelo autor, janeiro de 2000).

96. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1994), op. cit., p. 12.

97. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1994), op. cit., p. 16.

98. *"Os Núcleos de Base estão vinculados organicamente ao MST. Os Núcleos de Base tem por finalidade: conscientizar e politizar os assentados; desenvolver atividades do Movimento; desenvolver a democracia de base no assentamento e na cooperativa a questão vinculados e ter atividades econômicas próprias."* CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998), op. cit., p. 10.

Um documento publicado recentemente estabelece o que o MST/CONCRAB define como uma avaliação crítica do trabalho desenvolvido nos assentamentos, que estaria excessivamente centrado na questão da produção agrícola. A reflexão levou ao entendimento que a intervenção deve se dar nas múltiplas dimensões da vida nesses espaços sociais: econômica, ideológica, social e cultural, conformando, assim, novas sociabilidades e subjetividades. Constatou-se que era preciso *"revisar o modelo de assentamento"* proposto pelo Movimento, passando-se a articular iniciativas não exclusivamente direcionadas ao incentivo de determinadas formas de organização econômica da produção, mas também interferir no campo da cultura, da difusão de novos valores sociais e humanos, no cultivo da memória da luta social, no exercício da mística. Enfim, esse entendimento implicava na diversificação das frentes de intervenção do MST nos assentamentos na tentativa de enquadrar e direcionar as múltiplas dimensões da existência humana.

> Precisamos avançar no entendimento de que os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas acima de tudo são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, etc... que precisamos estar atentos... para que os assentamentos cumpram sua missão histórica de semear as mudanças no meio rural.[99]

Enfim, na trajetória da política de cooperação agrícola do MST para os assentamentos sob sua influência se pode perfeitamente observar uma inflexão de suas práticas discursivas e não-discursivas a partir de meados dos anos 1990, ainda que não desconsiderando o incentivo a determinadas formas de organização da produção, no sentido do enquadramento do assentamento enquanto um espaço social sob controle político e ideológico do Movimento, enquanto espaço social organicamente vinculado a suas diferentes instâncias organizativas e como provedor da base social de sustentação política (constituindo uma *"massa permanentemente mobilizada"*) e econômica (fornecendo recursos financeiros e materiais) da entidade.

---

[99]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998a), op. cit., p. 25-26.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

3.1.2. As Iniciativas no Campo da Educação: a construção de uma *"escola do MST"*

Tendo na sua estrutura organizativa um chamado *Setor de Educação*, criado em 1987, responsável pela formulação das diretrizes pedagógicas a serem postas em prática, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atua no processo educativo em diferentes dimensões: na escolarização de crianças nos assentamentos e acampamentos, na *capacitação* dos professores, na alfabetização de adultos e na formação técnica e política de jovens e adultos. A *Agenda MST 1999* fornece alguns dados da magnitude desse trabalho educativo sob orientação do Movimento: 1.800 professores e 75.000 crianças envolvidos.

No que diz respeito à formação de professores, o Movimento, em convênio com a Universidade de Ijuí-RS, oferece um curso superior de Pedagogia voltado aos professores que trabalham ou irão trabalhar nas escolas de assentamentos. Além disso, dois cursos de magistério são mantidos, um no Rio Grande do Sul (na Escola Josué de Castro, em Veranópolis) e outro no Espírito Santo.

Em relação à capacitação técnica, o MST mantém, em nível médio, o TAC – Curso Técnico em Administração de Cooperativas do MST, desenvolvido pelo ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, na Escola Josué de Castro, no município de Veranópolis-RS. Além destas iniciativas, destaca-se o papel da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Caçador-SC, que desenvolve cursos de formação política dos jovens do Movimento, visando a produção de futuras lideranças, e as ações de Educação de Jovens e Adultos (centradas na alfabetização) desenvolvidas no interior dos assentamentos.

Minha intenção não é analisar o conjunto dessas experiências educativas, nem mesmo estabelecer uma discussão acerca dos princípios pedagógicos que orientam tais ações; desejo, a partir de uma perspectiva sociológica, interrogar os objetivos estratégicos a elas articulados e as técnicas de intervenção material e discursiva que visam enquadrar o espaço escolar nos assentamentos sob as diretrizes político-ideológicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A preocupação em tornar a escola dos acampamentos e, principalmente dos assentamentos, um dispositivo que assumisse atribuições formuladas pelo MST tem sua emergência no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Até então, os cuidados com a educação diziam respeito, prioritariamente, à necessidade de dar ocupação às crianças, na medida em que elas participavam diretamente dos acampamentos promovidos pelo Movimento. As iniciativas eram isoladas, desencadeadas por mães e professoras (principalmente, mães-professoras) que se inquietavam com a interrupção da vida escolar das crianças. A educação não constituía um horizonte de preocupação formalmente elaborado por uma instância organizativa e, igualmente, não se tinha sequer a perspectiva de propositura de uma pedagogia diferenciada daquela normalmente desenvolvida nas escolas públicas. Esse tipo de questão somente começaria a emergir a partir de 1984, com o surgimento daquela que é considerada a primeira escola de assentamento que se tem registro, no "Assentamento Nova Ronda Alta", em Ronda Alta-RS[100].

Com a criação do Setor de Educação, em 1987[101], o MST assumia a educação formal como uma área de intervenção estratégica nos assentamentos de reforma agrária, ainda que não tão importante quanto a questão de sua viabilidade econômica. *"O MST, como organização social de massas, decidiu, pressionado pelas mobilizações das famílias e das professoras, tomar para si ou assumir a tarefa de organizar e articular por dentro de sua organicidade esta mobilização, produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas, e formar educadoras e educadores capazes de trabalhar nesta perspectiva."*[102]. A "questão da escola" deixava de ser uma inquietação de mães e professoras preocupadas com o cotidiano e o futuro de seus filhos para tornar-se

---

[100]. Cf. CALDART, Roseli Salete, KOLLING, Edgar Jorge, (1997). O MST e a educação. In STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST.* Petrópolis, Vozes, 2ª ed., p. 223-242.

[101]. Esse período é denotado, no Movimento como um todo, por um processo acentuado de organização burocrática, com a criação dos chamados "setores" responsáveis pela elaboração, articulação e implantação das múltiplas diretrizes políticas nos acampamentos e assentamentos, particularmente nas áreas de educação, formação política e organização da produção agropecuária.

[102]. CALDART, Roseli Salete, (2000), op. cit., p. 145.

objeto de discursos que procurariam subordinar o espaço escolar a um projeto político.

Começava-se a discutir e elaborar as primeiras formulações pedagógicas que norteariam a construção de uma *"escola diferente"* nos acampamentos e assentamentos. Tanto assim, que no encontro nacional que criou oficialmente o Setor de Educação, no Espírito Santo, em 1987, as discussões estiveram norteadas por dois questionamentos centrais: *"o que queremos com as escolas de assentamentos?"* e *"como fazer a escola que queremos?"*. Estabelecia-se que, assim como as terras improdutivas, era preciso *"ocupar a escola"*, vinculá-la ao projeto político e à própria estrutura organizativa do MST, fazendo *"de cada escola conquistada uma escola do MST"*[103]. Esse período também ficou marcado pelo reconhecimento estatal da primeira escola de acampamento, na Fazenda Annoni, em Sarandi-RS, em 1987.

O MST passava a compreender a escola como um lugar privilegiado para uma dada e específica *"formação política"*[104], alinhada às concepções e propostas advogadas pelo Movimento, agenciando-a enquanto um dispositivo direcionada à própria (re)produção de suas instâncias organizativas na medida em que lhe era incumbida a tarefa de produzir militantes e lideranças. As próprias crianças e jovens, nesse sentido, são objeto de práticas discursivas que visam conformá-las à categoria "sem terra", mesmo sendo filhos e filhas de agricultores que conquistaram o acesso à propriedade fundiária[105]. Cabe às escolas do ensino fundamental (1ª a 8ª séries) vinculadas ao MST um trabalho de construção da identidade do *sem terrinha,* da criança que começa a se sentir como pertencente à organização e diretamente participante nas próprias mobilizações políticas promovidas pelo Movimento.

---

[103]. CALDART, Roseli Salete, (2000), op. cit., p. 160.

[104]. Uma *"formação política"* de caráter unívoco e não-pluralista, que não visa o debate e o confronto, mas a imposição de uma verdade única. Para uma crítica dos processos de formação política no MST, ver NAVARRO, Zander, (2000). *MST: decifrar é preciso.* Porto Alegre.

[105]. Veremos, no caso da Escola 29 de Outubro, no Assentamento 16 de Março, a prática do resgate da "memória da luta" constitui uma estratégia devotada à produção de um sentimento de pertencimento coletivo, à conformação da identidade de "sem terra".

A preocupação com a produção da identidade do *"sem terrinha"*, da criança vinculada politicamente ao Movimento, se tornou uma importante diretriz de trabalho do MST no interior dos assentamentos nos últimos anos. A publicação *Crianças em Movimento: as mobilizações infantis no MST*, de 1999, constitui uma peça discursiva de relevo nesse processo. O documento se propõe a *"apresentar a palavra das crianças, quem são elas, o que dizem delas e o que pensam delas próprias"*[106], dando uma determinada visibilidade a essas milhares de crianças que volta e meia aparecem aos olhos da sociedade brasileira através das imagens filtradas da grande imprensa nacional.

É preciso compreender o duplo sentido estratégico desse documento para o Movimento. Por um lado, cumpre uma função política mais ampla que é de mostrar à sociedade brasileira como o Movimento cuida de suas crianças, envolve-se com sua educação; enfim, que elas constituem um objeto de preocupação para o Movimento. Procura-se difundir uma determinada visão das crianças que compõem o Movimento, procurando-se com isso conquistar a simpatia da sociedade em relação a sua luta. Por outro, o documento está inserido em uma trama discursiva que tem como objeto as próprias crianças do Movimento. Ele cumpre a função de (re)produzir uma determinada criança: *ativa, consciente da história*.

Analisar o documento enquanto peça estratégica de uma teia de discursos (políticos e pedagógicos, em particular) que tem as crianças como objeto privilegiado, significa não tomá-lo como uma representação do que realmente são, nem do que realmente pensam as crianças que vivem nos assentamentos e acampamentos ligados ao Movimento, mas como uma prática discursiva que opera positividades, que constrói e difunde uma determinada visibilidade da *"criança sem terra"*.

> (As Crianças Sem Terra) descobrem, na prática, a força da união e da organização. E isso, sem dúvida as diferencia das outras crianças, como é o caso de crianças de rua, desprotegidas, abrigadas pela violência, ou crianças que vivem em apartamentos, protegidas demasiadamente. Nossas crianças trazem a marca de um amadurecimento precoce causado pelo sofrimento e sempre com novos desafios. Rapidamente,

---

[106]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999), op. cit., p. 7.

> amadurecem, assumem novas tarefas, aprendem a defender suas idéias e a buscar seus direitos como direitos de todos.

Ser *"Criança Sem Terra"* é mais do que ser apenas criança, é mais do que ser criança sem terra, é ser criança sem terra com letras maiúsculas, isto é, criança pertencente às fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *"Nessa condição, elas já não têm outra referência. O Movimento é sua família maior."*[107].

Não quero com isso entrar em uma discussão se esta representação das crianças "sem terra" é falsa ou verdadeira; busco tão somente mostrar esse discurso em sua positividade, isto é, enquanto dizibilidade que trabalha na perspectiva de (re)produzir crianças portadoras de determinadas características psicossociais e de determinados sonhos, desejos e projetos: *"crianças amadurecidas"*, que defendem seus direitos e idéias, *"crianças abertas ao novo"*, *"crianças amáveis e criativas"*, crianças *"que encaram a luta e as dificuldades com sabor de festa"*, *"de olhos espertos, raciocínio ágil, um coração grande e aberto. Há nelas grande disposição e vontade de crescer, de amar, de brincar e de estudar"*, crianças que *"alimentam um forte sentimento de pertença ao Movimento, o que significa não serem abandonadas, não ficarem fora da escola, não ficarem sem uma família."*[108].

Discursos que operam no interior de um campo de lutas simbólicas pela imposição de determinados princípios de visão e de divisão do mundo social e que trabalham no sentido estratégico de construir e reproduzir uma determinada visão do que é ser criança sem terra. Dizibilidades que tem o poder de fazer existir aquilo que enunciam, pois *"as representações que os agentes sociais têm das divisões da realidade contribuem para a realidade das divisões"*[109]. Esses discursos devem ser tomados, portanto, enquanto armas estratégicas da construção da identidade coletiva de um determinado grupo social, e, mais particularmente, de um determinado movimento social: o Movimento dos

---

[107]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999), op. cit., p. 19.
[108]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999), op. cit., p. 20, 21 e 22.

Trabalhares Rurais Sem Terra. Discursos e imagens que apagam possíveis conflitos e divergências e que ressaltam a homogeneidade de trajetórias sociais e de futuros possíveis. Enfim, discursos e imagens que procuram *"fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos sociais"*. Discursos e imagens que trabalham no sentido de impor uma determinada visão do mundo social e que quando se impõem ao conjunto do grupo, *"quando realizam o sentido e o consenso sobre o sentido"*, revelam toda sua positividade simbólica de fazer *"a realidade da unidade e da identidade do grupo"*[110].

Esse trabalho educativo de construção de identidades sociais não se dá exclusivamente na escola, mas também nas chamadas "mobilizações infantis", que *"poderão ser espaços de cultivo e amor ao MST, momentos fortes de aprendizagem que levam as crianças a terem orgulho de dizer 'sou sem terra, sou do MST'..."*[111].

Mobilizações que, para cumprirem os objetivos propostos pelo Movimento, devem seguir um conjunto de prescrições, de *"orientações metodológicas"*, *"o que não pode faltar en nenhum tipo de mobilização"*, que envolvem desde sua preparação, os procedimentos durante sua realização e a necessidade de sua avaliação posterior. Essas prescrições, que fazem uso de conjugações verbais do modo imperativo afirmativo (*"levante"*, *"discuta"*, *"elabore"*, *"planeje"*, *defina"*, *"observe"*, etc.), operam para que as mobilizações sejam eficazes tanto na ótica dos objetivos almejados (pressionar órgãos governamentais para a efetivação da política de reforma agrária, por exemplo) quanto funcionem como momentos privilegiados de educação política, de fortalecimento do sentimento de identidade e de pertencimento ao MST.

---

[109]. BOURDIEU, Pierre, (1989). A Identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In *O Poder Simbólico,* Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand do Brasil/Difel, 1989, p. 120.
[110]. BOURDIEU, Pierre, (1989), op. cit., p. 113.
[111]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999), op. cit., p. 25.

A escola como objeto de discurso do Movimento teve como marco de sua emergência a publicação do *Caderno de Formação* nº 18, *O que queremos com as escolas dos assentamentos*, publicado em 1991, documento-base de sua proposta pedagógica[112].

Inicialmente, as diretrizes e objetivos educativos elaborados estavam intimamente associados à preocupação central do Movimento naquele momento, que era o desenvolvimento econômico dos assentamentos através da criação das CPAs. O espaço escolar deveria constituir um canal de difusão do discurso coletivista emitido pelo MST:

> ... a escola assume um desafio...: como se integrar e participar com eficácia no trabalho cooperativo? Qual pode ser seu papel específico numa Cooperativa de Produção?[113]

É o caso da cartilha *"Estórias de Rosa"*, produzida pelo Setor de Educação do MST. *Rosa* é uma menina que vive em um assentamento de reforma agrária ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Rosa é apresentada como uma menina feliz: *"Amo minha família, meus amigos, e colegas de aula. Gosto da comunidade do assentamento, gosto da minha escola e tudo o que se aprende e faz!"*[114].

Essa apresentação introdutória da vida de Rosa cumpre um intuito bem definido: construir uma determinada visibilidade e dizibilidade da *"vida no assentamento"* pautada por positividades, como o bem-estar, a plena convivência, a ausência de conflitos. Estado de felicidade atual, contudo, que só foi possível através de uma história de *"muita dor, muita esperança, resistência, solidariedade e fé na vida"*[115]. Nesse sentido, *Estórias de Rosa* realiza o propósito pedagógico de transmitir ao leitor (crianças assentadas ou acampadas) a idéia básica contida em muitos outros documentos produzidos pelo Movimento: que a possibilidade de

---

[112]. Essa proposta passou a ser discutida e difundida a partir de diferentes publicações elaboradas pelo Setor de Educação do MST: os *Cadernos de Educação*, os *Boletins de Educação* e a *Coleção Fazendo História*.
[113]. CALDART, Roseli S., SCHWAAB, Bernadete. (1991), op. cit., p. 107.
[114]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (s.d.). *Estórias de Rosa*. São Paulo, p. 1.
[115]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (s.d.), op. cit., p. 1.

uma vida melhor na terra só é possível com muita luta e organização através do MST.

Contudo, o ensinamento básico que o documento procura difundir é da necessidade de organização das próprias crianças, particularmente, através da criação de uma *"cooperativa dos alunos"*, reproduzindo de alguma forma a experiência das cooperativas de produção agropecuária criadas pelos adultos. O documento, portanto, opera no sentido de difundir o discurso da necessária cooperação no processo de trabalho, através da divisão de tarefas: setores de limpeza da escola, embelezamento, horta, merenda, brinquedos, biblioteca e mística. Tanto que a história é concluída com o "ensinamento": *"Gostaríamos que esta nossa história pudesse contribuir com a organização de sua cooperativa..."*[116].

Assim, não apenas os adultos, mas também as crianças estão inseridos na trama discursiva que constrói a "cooperação agrícola" nos assentamentos de reforma agrária, pois *"as crianças devem aprender para que serve a cooperação agrícola, recebendo uma formação voltada para os princípios e valores do trabalho coletivo"*[117].

Uma *"educação para a cooperação"*, não obstante, também representa o desafio de produzir *"um novo homem e uma nova mulher"*, a construção de outras subjetividades, a fabricação do assentado idealizado pelo Movimento (*"consciente de seus interesses de classe"*, *"construtor de um mundo novo"*) e a conseqüente eliminação das condutas sociais e dos valores morais considerados nocivos. Nesse sentido, a atividade educativa acabaria por funcionar como um dispositivo de poder que opera qualificações e desqualificações:

> A escola deve ajudar a construir a nova mulher e o novo homem. Isto só é possível se ajudar a superar os hábitos negativos, como o individualismo, o autoritarismo, a acomodação, a corrupção, o personalismo e todos os outros ismos que atrapalham o avanço da organização e da luta. A escola deve ser o lugar da vivência e desenvolvimento de novos valores, como o companheirismo, a solidariedade, a responsabilidade, o trabalho coletivo, a disposição de

---

[116]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (s.d.), op. cit., p. 42.
[117]. CALDART, Roseli S., SCHWAAB, Bernadete. (1991), op. cit., p. 110.

> aprender sempre, o saber fazer bem feito, a indignação contra as injustiças, a disciplina,... chegando a uma consciência organizativa. [118]

Atrelando a atividade educativa em escolas de caráter público ao seu projeto político[119], o MST procura enquadrá-la sob o ditame da produção de futuras lideranças e militantes da Organização. Enfim, uma educação organicamente vinculada ao projeto político proposto pelo MST e que propõe-se a

> ... desenvolver atividades e estudar conteúdos intencionalmente voltados à formação político-ideológica dos/das estudantes. Entre outras coisas isto quer dizer dar ênfase ao estudo da história e da economia política, fazer uma abordagem crítica e problematizadora da realidade, trabalhar a mística da organização e do conjunto da luta dos trabalhadores, estimular e proporcionar a participação dos/das estudantes em atos e manifestações dos trabalhadores em geral, e do MST em particular, vincular a escola com a construção da organicidade do assentamento, do Movimento.[120]

Quais são as formas de controle inseridas na concepção de educação adotada pelo Movimento no intuito de atingir esses intentos estratégicos delegados ao dispositivo escolar?

- Controle do professor: o MST assume o papel de formação dos professores segundo suas diretrizes e metas. Na ótica do MST, o professor não deve ser exclusivamente um educador, mas também um militante do Movimento, um difusor de seus discursos e lutas. *"O professor deve participar da vida do assentamento. Só dar aula não chega. (...) O professor só será professor de verdade* ***quando assumir de corpo, mente e coração estes princípios pedagógicos e os princípios do MST****. Quando fizer sua a luta pela terra, pela produção, como a luta pela educação. Quando participar das lutas do Assentamento e dos trabalhadores em geral."*[121]

Essa tentativa de manter um controle político sobre o trabalho pedagógico dos professores das escolas de assentamentos levou a que, por muito tempo, o

---

[118]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993a). O que queremos com as escolas dos assentamentos. In *Caderno de formação*, nº 18, p. 8.
[119]. Esse atrelamento é simbolicamente representado pela cotidiana presença da bandeira do MST no espaço escolar. Na Escola 29 de Outubro, no Assentamento 16 de Março, por exemplo, existe uma enorme bandeira pintada em uma das paredes de maior visibilidade da escola.
[120]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993a), op. cit., p. 17.
[121]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993a), op. cit., p. 19, (grifos do autor).

MST advogasse que somente aqueles que morassem nos assentamentos e acampamentos e ligados politicamente ao Movimento poderiam ser *"um verdadeiro professor de sem terra"*. Uma percepção maniqueista que questionava o caráter universalista do processo educativo e que até mesmo deslegitimava a função constitucional do Estado como detentor do monopólio de designação dos agentes de educação da rede pública[122].

- Controle dos objetivos, princípios pedagógicos e conteúdos escolares: o Movimento prescreve as funções e as metas da escola. As cartilhas preparadas, pela própria forma como são construídas, constituem em realidade um receituário dos procedimentos a serem obedecidos pela escola. Exemplo disso é o *Caderno de Formação do MST* nº 18 - *"O que queremos com as escolas dos assentamentos"* - que expõe os princípios pedagógicos da concepção educativa do Movimento: apesar de em sua apresentação se propor a ser um instrumento de discussão, ao final de cada um dos diferentes pontos abordados são apresentadas indicações normatizadoras que não devem ser esquecidas pelos professores: *"**Resumindo**: a escola **deve** construir o novo"*, *"**Concluindo**: a escola **deve** gerar sujeitos da história"*, *"**Relembrando**: os objetivos das escolas dos assentamentos são..."* [123].

- Controle sobre a escola: segundo o Movimento, esse controle deve ser operado através da vigilância exercida pelos próprios assentados que *"devem acompanhar os professores para ajudá-los e para **ver se eles estão sendo fiéis às orientações do Assentamento e do MST**. Devem **conferir o que as crianças estão aprendendo**. Devem se organizar junto com a Escola para brigar por melhorias. Escola e Assentamento devem estar ligados igual aos namorados: são dois, mas tão agarradinhos que até parecem um só!"*[124].

---

[122]. Nessa perspectiva, caberia ao Estado tão somente o ônus financeiro de pagar a remuneração dos novos contratados, abdicando de qualquer ingerência nos processos pedagógicos e administrativos das escolas.

[123]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993a), op. cit.., (grifos do autor).

[124]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993a), op. cit., p. 16, (grifos do autor).

Estabelece-se que as *"as escolas dos assentamentos* ***devem ser*** *um lugar que: a)* ***"Prepare*** *as futuras lideranças e os futuros militantes do MST, dos sindicatos..."; "***Mostre*** a realidade do povo trabalhador, da roça e da cidade...* ***Mostre*** *o caminho de como transformar a realidade."; e "****Pense*** *como deve funcionar a nova sociedade que os trabalhadores estão construindo.* ***Compare*** *isto com os assentamento."*[125]. Observe-se que tanto a conjugação verbal utilizada (no imperativo afirmativo), quanto a significação das ações pretendidas remetem a uma polarização que coloca para a escola e, mais especificamente, para os professores, o papel privilegiado na ação educativa: quem deve mostrar, preparar, pensar e comparar... são aqueles considerados como transmissores de uma dada mensagem e discursivo educativo, os professores. Os alunos, nesse processo, aparecem como pólo receptor.

- Controle disciplinar no espaço escolar: a escola é entendida como instrumento de difusão do projeto político do Movimento, pois *"cabe ao professor, também, dar condições para que os alunos tomem decisões cada vez mais acertadas e coerentes com a vida do Assentamento e com os princípios do MST".* Processo disciplinar onde as crianças devem ser educadas para uma vigilância constante, não apenas de si mesmas, mas dos próprios colegas para que aprendam *"a superar os desvios e oportunismos dos colegas."*[126].

A escola representa, assim, um dispositivo onde se articulam práticas discursivas e não-discursivas que visam conformar e orientar padrões de conduta e formas de pensar consideradas desejáveis entre os agricultores dos assentamentos de reforma agrária diretamente vinculados ao MST.

3.1.3. A Produção de *"lutadores permanentes"* e de um Espaço Politicamente Mobilizável

---

[125]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993a), op. cit., p. 59-60, (grifos do autor).
[126]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993a), op. cit., p. 14.

As reorientações assumidas pelo MST a partir de meados da década de 1990 na perspectiva que a atuação nos assentamentos devia deixar de estar centralizada nas questões da organização da produção agrícola, levou ao desencadeamento de um conjunto de ações que buscariam interferir nas diferentes dimensões da vida naqueles espaços sociais.

Políticas como de "embelezamento dos assentamentos", de lazer, de incentivo à participação das mulheres, jovens e crianças e do fortalecimento dos assentados como base social organizada do Movimento entram nessa perspectiva. Nessa lógica, passava a ser objetivo do Movimento a colonização de todos os espaços sociais no sentido de torná-los canais por onde circulam seus discursos e de subordiná-los à dinâmica da "mobilização permanente" apregoada pela Organização. Como expressa uma de suas ideólogas, as múltiplas dimensões da existência do assentado devem se subordinar às necessidades determinadas pela dinâmica da luta social desencadeada pelo MST:

> A realidade de uma luta, que não tem data para terminar, exige que se quebre a lógica de que existe um tempo (ou um espaço) para lutar, outro para trabalhar, outro para estudar, para amar, para ter filhos, para ser feliz. O tempo de participar do Movimento deverá ser o da combinação de todos os tempos ou, do contrário, eles não acontecerão.[127]

O MST trabalha no sentido de que, após a conquista da terra, os trabalhadores não percam sua identidade de "sem terra" e compreendam que a *"a luta não chegou ao fim"*. Desencadeia-se, assim, um conjunto de ações que visam vincular politicamente o novo agricultor com a Organização, produzindo um *"lutador permanente"*. Ou seja, que o assentado continue a ser um "sem terra", identidade conferida não pela propriedade do bem fundiário, mas pelo seu pertencimento a uma organização coletiva e engajamento em uma luta de transformação social. *"Ser do Movimento significa participar não apenas da luta pela terra, mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação."*[128].

---

[127]. CALDART, Roseli Salete, (2000), op. cit., p. 133.
[128]. CALDART, Roseli Salete, (2000), op. cit., p. 129.

O agenciamento político dos assentamentos pelo MST se dá numa dupla perspectiva: através de um trabalho de construção dos assentados como uma base social permanentemente mobilizada para a luta política dirigida pelo Movimento, cujo canal de articulação fundamental são os chamados "núcleos de base"[129]; e pela tentativa de que os assentamentos constituam uma das fontes privilegiadas de sustentação econômica da estrutura organizativa do Movimento, o que se dá, basicamente, pela cobrança de uma "contribuição espontânea" dos assentados, que varia entre 2 e 5% da produção, normalmente; ou através da taxação dos empréstimos contraídos junto ao Poder Público (particularmente, o PROCERA).

Uma questão passou, particularmente, a direcionar a intervenção do Movimento: a procura em construir uma *"base social organizada"*, com a criação e/ou fortalecimento de diferentes instâncias de poder no interior dos assentamentos e acampamentos (*"grupos de base"*, *"núcleos por setores"*, *"coordenadores de grupos de base"*, *"direção do assentamentos"* e *"assembléia geral"*). O objetivo fundamental dessa proposta seria *"criar espaços para que todas as famílias, militantes, membros do MST, participem em atividades concretas no seu acampamento ou assentamento, relacionados com o MST."*[130]. Enfim, o novo tipo de agenciamento dos assentamentos pelo Movimento tem no plano *"político-organizativo"* o seu aspecto central, pois *"precisamos também organizar as formas de participação e de controle social sobre o assentamento"*[131].

Visa-se produzir um assentado permanentemente preparado para o embate, à convocação para a luta social, assim como um soldado para a guerra:

> ... porque nós achamo o seguinte: o assentado... nós temos critérios... ele tem que participá das reuniões e da luta. Prá sê do MST, tem isso... se nós queremos ser o Movimento que nós tamo apregoando ser (um movimento de luta permanente e que não tem época, que a luta vai de

---

[129]. Como veremos, no Assentamento 16 de Março as resistências dos agricultores se fazem sentir, havendo uma clara dissensão entre um desejo de estabilidade e as *"necessidades do Movimento"* de estar permanentemente mobilizado.

[130]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1995), op. cit., p. 11.

[131]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (2000). Assentamentos: construir uma nova estrutura social no meio rural. In MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio (textos para debate no 4º Congresso Nacional do MST)*, São Paulo, p. 49.

> janeiro a dezembro), nós precisamos estar sempre como um soldado do Exército, da Brigada, um soldado que tu tem que estar sempre de farda e de coturno e de arma na mão. (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS).

Os *"grupos de base"* e os *"núcleos por setores"* constituiriam, efetivamente, as instâncias responsáveis por manter a vinculação orgânica do assentamento com o MST. É fundamentalmente através delas também que se faria circular, ter capilaridade no assentamento, os discursos do Movimento que procuram conformar determinado modelo idealizado de assentamento e orientar as condutas dos agricultores.

Essas instâncias organizativas são alvo de todo um discurso regulamentador que vai desde sua composição (*"todas as famílias que estão no assentamento/acampamento* ***devem*** *estar participando num grupo de família, por proximidade de vizinhança, composto de 10 a 15 famílias"*), estruturação (*"cada grupo* ***deve*** *ter um coordenador e um secretário para anotar as decisões"*), funcionamento (*"cada grupo* ***deve*** *se reunir com regularidade. No mínimo, uma vez por mês."*), até a definição dos temas[132] a serem discutidos por uma instância maior do Movimento, num claro processo de controle da produção e circulação de discursos considerados verdadeiros (*"Os pontos que os núcleos/grupos de famílias* ***tem*** *que discutir serão encaminhados pela direção estadual.")*[133].

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a pauta das reuniões dos núcleos/grupos de base é fornecida através de uma publicação específica, o chamado *"Caderno do Núcleo: plantando valores, colhendo organização"*, editado mensalmente pela Coordenação Estadual do MST. O *Caderno* é estruturado em torno de dois eixos permanentes: uma primeira parte contém um breve relato valorativo da conjuntura política nacional e/ou estadual; uma segunda, intitulada "Campanha dos Valores", é por onde são veiculadas as mensagens do Movimento que objetivariam a produção do "novo homem" e da "nova mulher" (por exemplo,

---

[132]. Michel Foucault aponta que um dos principais mecanismos de poder é o controle sobre a produção e distribuição de discursos na sociedade através de um conjunto de *sistemas de exclusão.* O procedimento de *interdição* estabelece que não se pode dizer tudo, falar em tudo, em qualquer circunstância e que nem todos estão autorizados a falar. Ver FOUÇAULT, Michel, (1996), op. cit..

solidariedade, trabalho, embelezamento, etc.). Ambas partes são finalizadas por perguntas previamente elaboradas, visando direcionar a discussão para determinados pontos considerados importantes. Ao texto dedicado à "Campanha de Valores" se seguem também indicações de ações possíveis que representariam a colocação em prática dos valores apregoados (como doação de sangue, prestação de serviços voluntários, plantio de árvores, etc.).

É também através dos grupos de base e dos núcleos que são indicados os delegados representantes do assentamento nas instâncias deliberativas do Movimento (encontros e congressos regionais, estaduais e nacionais).

"Vamos organizar a base do MST" prescreve ainda *"o que discutir nas reuniões"*, divididos entre *"assuntos do dia-a-dia do assentamento"* e *"assuntos do MST e outros"*[134]. Nessas indicações, ressalta de sobremaneira o papel primordial a ser desempenhado pelos "grupos de base" dos assentamentos na arregimentação de pessoas para participar nas atividades de mobilização política do MST. É a essa instância que são delegadas as "cotas de participação" em diferentes manifestações públicas promovidas pelo Movimento. As direções nacional ou estadual designam o número de manifestantes desejados em determinado protesto público, distribuindo as "cotas de participação" de cada assentamento, que serão preenchidas pelos "grupos de base". Estes, por sua vez, estabelecem toda uma escala anual daqueles que irão participar dessas manifestações.

> Quando nós vamos fazer uma mobilização, se nós decidimos que nós precisamos botá 5.000 pessoas, nós calculamos a nossa base pelo número de núcleos e determinamos que, proporcionalmente, prá gente chegá a 5.000 pessoas, nós precisamos 50% da nossa base, então o meu núcleo, o nosso núcleo aqui sabe que na mobilização temo que ir em 50% do nosso núcleo! (Darci Maschio, dirigente fundador do MST).

Para cumprir tal papel, os núcleos são objetivados por um conjunto de normas prescritivas para seu funcionamento. Assim, ao *"núcleo de educação"* é atribuída a tarefa de *"aprofundar todos os assuntos relacionados à educação e*

---

[133]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1995), op. cit., p. 10-11, (grifos do autor).

encaminhar formas práticas para que todos os pais participem.". Além disso, caberia a esse núcleo *"ver formas de criar atividades para as crianças e envolvê-las nas atividades gerais do assentamento e do MST".* Ao "núcleo de formação" é incumbida a função de *"formação da massa assentada"*, através do estudo de materiais produzidos pelo Movimento como o Jornal Sem Terra e o Boletim do Militante. Ao núcleo do "Sistema Cooperativista dos Assentados" atribui-se o papel de difundir a proposta de organização da produção apregoada pelo Movimento: *"onde os assentados trabalham individualmente procurar discutir nos grupos de base a cooperação agrícola. Aos poucos ir optando por alguma forma de cooperação.".* O "núcleo da frente de massa", por sua vez, deve *"fazer levantamento nos assentamentos, do número de filhos de assentados, de sem-terras, etc., que querem ocupar. Apoiar as mobilizações e ocupação da Frente de Massa Estadual."*[135].

Há um preciso controle dos discursos que devem circular nesses núcleos, pois no documento é recorrente a afirmação que os *"materiais de discussão e estudo"* serão fornecidos pelos respectivos setores estaduais do MST[136].Assim, os agricultores assentados também têm acesso a um conjunto de outras publicações do Movimento que procuram orientar e direcionar as questões a serem discutidas nessa instância organizativa.

Um documento bastante significativo desse processo é *"A Vida no Assentamento"*, publicado pela COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul) e que circulou *"para discussão"* nos núcleos do Assentamento 16 de Março.

"A Vida no Assentamento"[137] é uma peça discursiva que tem dois alvos estratégicos: por um lado, é destinada aos próprios trabalhadores rurais

---

[134]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1995). Vamos organizar a base do MST. *Cartilha nº 2*, São Paulo, s.p..

[135]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1995), op. cit., p. 17, 18, 19 e 20, respectivamente.

[136]. No Assentamento 16 de Março, não foram implantados esses "núcleos por setores", mas as famílias estão organizadas em torno dos "grupos de base" que, presumivelmente, cumpririam todos os papéis designados aos diferentes "núcleos de setor".

[137]. COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL – COCEARGS, (1997). *A vida no assentamento.* Porto Alegre.

assentados no sentido que as experiências ali relatadas sirvam como exemplos para os demais assentamentos; por outro, é direcionada à sociedade em geral no sentido de funcionar como arma nos embates políticos da reforma agrária. Isto é, as oito relatadas experiências de assentamentos, onde, segundo o texto, os trabalhadores *"alimentam seus filhos com leite e mel em terras que só conheciam a soja e o veneno"* e *"cuidam de suas alfaces como cuidam de crianças pequenas e alimentam as minhocas com restos de maçã"*, operam discursiva e imageticamente no sentido da conformação de uma visão positiva sobre esses assentamentos, os quais passariam tanto a servir de espelho para outros, como conferindo legitimidade social ao processo de reforma agrária na medida em que "comprovam" sua produtividade econômica.

Essas funções estratégicas do documento são cumpridas através da utilização de alguns recursos, como a construção de tabelas onde se contrapõem diversos dados (habitantes, benfeitorias, produção agrícola e animal, equipamentos agrícolas, etc.) procurando confrontar a "realidade" antes da desapropriação das terras e a "realidade" depois de constituído o assentamento. Claramente esse artifício é utilizado no sentido de conferir legitimidade social à reforma agrária, através das provas de verdade de seu sucesso econômico. Ou seja, é uma construção discursiva dirigida principalmente no sentido de "conquistar" a opinião pública para o apoio ao processo de democratização fundiária.

Além desse público mais amplo, o documento é igualmente dirigido para leitores mais específicos: os assentados; isto é, é um documento para circulação no interior dos assentamentos[138]. Nesse aspecto, a centralidade da construção discursiva já não se dá em torno de uma contraposição entre dados econômicos de antes e depois do assentamento, mas na difusão de algumas experiências de assentamentos que operariam como "modelos", como experiências bem sucedidas que poderiam ser reproduzidas. Assim, é importante verificar quais os

[138]. Tive acesso a esse material através de um agricultor do Assentamento 16 de Março, durante a realização da pesquisa de campo.

recursos discursivos e imagéticos utilizados no sentido que apontar o que é entendido como sendo a "vida nos assentamentos".

Os relatos das oito experiências de assentamento apontadas estruturam-se em torno de um eixo comum, que é o mundo da produção agropecuária. Ou seja, o discurso que estrutura o que se entende por "vida nos assentamentos" diz respeito basicamente ao que se produz e como se produz nesses espaços sociais. Visa-se fornecer aos assentados a imagem que o sucesso dessas experiências está relacionado à adoção de algumas estratégias comuns às diferentes experiências: a cooperação agrícola, a agroindustrialização dos produtos, a prática de técnicas ecológicas de produção e a opção por culturas que fujam do binômio tradicional trigo-soja (frutas, verduras, erva-mate, frangos, suínos, etc.).

Portanto, "a vida nos assentamentos" não diz respeito a qualquer assentamento, mas a determinados assentamentos: aqueles onde os agricultores fizeram a opção pela organização de cooperativas de produção e/ou comercialização, principalmente com a criação de agroindústrias de transformação dos produtos agrícolas e pecuários. Além disso, remete a questões de natureza essencialmente econômicas, relegando a segundo plano ou mesmo omitindo aspectos da vida social, política e cultural dos assentamentos.

Seleção de assentamentos que falam e são falados e que, portanto, responde a objetivos bem definidos: (re)produzir uma determinada visão utilizada como arma na *"batalha de discursos e através de discursos"* que envolve o debate político da reforma agrária na sociedade brasileira; e construir e difundir discursos e imagens que incentivem os assentados na adoção de determinadas formas de organização da produção agropecuária – ou seja, que opere no sentido de produzir assentamentos com determinadas características e conformações.

Além dessas iniciativas devotadas a vincular organicamente os assentamentos à estrutura do MST, na segunda metade da década de 1990, principalmente, vem se fortalecendo no interior do Movimento a percepção que seria preciso não apenas se preocupar com a dimensão econômica dos assentamentos, mas em *"gerar novas pessoas, com um novo jeito de ser, de agir*

e de pensar o mundo."[139]. Poderíamos mesmo dizer que o Movimento, pela vez primeira, coloca a questão da dimensão subjetiva dos indivíduos como preocupação básica nas ações e objetivos da Organização. Passa-se a priorizar a meta de (re)produzir *"novos valores"* e *"novas formas de convivência social"*, assim como difundir entre os agricultores assentados o compromisso com o projeto político do MST de transformação da sociedade brasileira.

O próprio título do *Caderno de Formação* nº 26, *"A vez dos valores"*, publicado em 1998, de autoria de Ademar Bogo, deu visibilidade às novas diretrizes de intervenção do MST nos assentamentos. Procurando se distanciar de um viés nitidamente estruturalista que marcara as concepções e iniciativas da entidade até então, o texto é tecido na perspectiva de valorizar a dimensão subjetiva dos indivíduos, suas sensibilidades e emoções. *"Se não conseguirmos modificar o coração das pessoas, não modificaremos nada em termos de funcionamento da sociedade."*[140].

Estabelece-se como prioridade *"mudar o ser humano"*, difundido-se a prática de *"novos valores"*, como a solidariedade, a beleza, a valorização da vida, o gosto pelos símbolos do MST, o *"gosto de ser povo"*, a defesa do trabalho e do estudo e a capacidade de indignar-se.

Nessa perspectiva, por exemplo, o Movimento incentiva iniciativas no sentido do embelezamento dos assentamentos, de conformá-los sob um determinado padrão estético. *"Nossos assentamentos devem ser verdadeiros jardins. A beleza física é que deve chamar a atenção. Ali deve ter árvores, flores, frutos, água limpa, casas bonitas e limpas, roças bem cuidadas, pastos bem formados, animais bem tratados e pessoas saudáveis e bem alimentadas."*[141].

Observe-se o uso dos verbos na conjugação imperativa, o que revela que se procura intervir na configuração estética dos assentamentos com um caráter normativo, indicando-se inclusive o número de árvores que presumivelmente

---

139. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (2000), op. cit., p. 47.
140. BOGO, Ademar, (1998). A vez dos valores. *Caderno de Formação*, nº 26, São Paulo, MST, p. 9.
141. BOGO, Ademar, (1998), op. cit., p. 9.

deveriam ser plantadas por cada assentado: *"Devemos reflorestar os assentamentos. Não podemos perder tempo. (...). Cada assentado deve ter uma cota de 500 árvores para plantar."*[142].

Uma estética a serviço da política que almeja dividendos tanto na produção de sujeitos dotados de novos valores e sensibilidades, quanto na produção de uma imagem positiva dos assentamentos na sociedade brasileira. A meta de embelezar os assentamentos constitui um contraponto aos adversários da reforma agrária que produzem dizibilidades e visibilidades marcadamente negativas a respeito desses espaços sociais: baixa produção agrícola, fome, miséria, abandono e um espaço físico e social considerado esteticamente feio[143].

Nessa mesma perspectiva, procura-se emular e mesmo normatizar o uso dos símbolos do Movimento (principalmente, a bandeira e a insígnia) nos acampamentos e assentamentos. *"Assim, além de hastearmos a bandeira e tê-la em cada casa e em cada mochila de cada militante, devemos pintá-la nas paredes das escolas, dos armazéns e outros locais dentro dos assentamentos."*[144]. Além disso, passou-se a recomendar que, nas embalagens dos produtos produzidos nos assentamentos (erva-mate, farinha, arroz, carnes, feijão, etc.), aparecesse o símbolo do MST, procurando assim associar a imagem social positiva gerada por aquele produto – que não representa unicamente uma mercadoria passível de consumo humano, mas que também incorpora o efeito simbólico de difundir a imagem de um assentamento economicamente viável. Efeito simbólico que o MST procura capitalizar objetivando legitimar não apenas a bandeira política da reforma agrária, mas também a própria ação do Movimento na medida em que se identifique aquele produto como originário de um "assentamento do MST" (expressão, aliás, de uso corrente na sociedade e em pesquisas acadêmicas e que revela todo o trabalho de produção discursiva e imagética do Movimento que procura manter esse espaço social e produtivo ligado à sua imagem e às suas

---

142. BOGO, Ademar, (1998), op. cit., p. 10.
143. Em 1999, o MST lançou a campanha *"Plantando seremos milhões"*, que além de buscar cultivar simbolicamente a memória dos trabalhadores mortos no conflito de Eldorado de Carajás-PA, em 1996, se propunha também a difundir uma *consciência preservacionista* e a melhorar a estética dos assentamentos.
144. BOGO, Ademar, (1998), op. cit., p. 13.

instâncias organizativas – espaço social e produtivo que, produto de uma política fundiária, presumivelmente estaria sob o monopólio administrativo do Estado).

As diferentes designações conferidas a esse espaço, seja pelo conjunto da sociedade, pelos meios de comunicação e mesmo entre os próprios trabalhadores rurais, "assentamento do INCRA" ou "assentamento do MST", são emblemáticas das disputas simbólicas pelo poder de impor diferentes princípios de visão e divisão do mundo social; o que significa, disputas pelo próprio poder de representação política desses trabalhadores e de controle sobre esse espaço social e dos homens e mulheres que ali vivem. Enfim, disputas pelo poder de governar esse espaço social. Se o assentamento é agenciado pelo Estado no sentido do restabelecimento da ordem, da normalidade social perturbada pelo anomia representada pelos conflitos fundiários, é igualmente enquadrado por outros agentes sociais (como o MST, a Igreja, sindicatos, etc.), como territórios de utopias que deveriam indicar a possível instituição de outras sociabilidades e sensibilidades, que não aquelas da sociedade capitalista.

A busca de cultivar "novos valores" encontraria na prática da mística do MST uma de suas principais materializações. Retomando com novos significados a prática desenvolvida por agentes de pastoral nos primórdios de sua formação, o MST incorporou que tornou-se cada vez mais difícil produzir *"lutadores permanentes"* valendo-se, exclusivamente, de instrumentos racionais de análise da realidade. *"A experiência mostra que a lógica, dita racional, só é assimilada quando a pessoa já foi conquistada pela confiança em alguém que encarna o projeto popular. O coração decide mais porque é o centro de nosso sentir, do nosso fazer e do nosso pensar."*[145]. Portanto, o papel atribuído à mística é o de sustentar a luta social, pois apenas a razão não seria capaz de justificá-la.

A mística constituiria o *"fermento da luta"*, práticas que fundamentalmente trabalham na dimensão emotiva dos indivíduos, para que se sintam permanentemente motivados a continuar participando da luta social e das instâncias organizativas do MST. Nas palavras de ordem, no embelezamento dos

assentamentos, no cultivo da memória dos *"lutadores do povo"* (Che Guevara, Florestan Fernandes, Paulo Freire, José Marti, etc.), nos cantos, na agitação da bandeiras, no uso do boné do MST, no carregar a enxada e a foice pelas ruas dos centros urbanos, nas encenações dramáticas... os militantes encontrariam o exemplo e a força motivacional para continuar engajado na luta social e acreditando no projeto de transformação social difundido pelo MST. Nessa perspectiva, a mística não deixa de ter um sentido disciplinar, na medida em que estimula uma crença e uma confiança irredutível dos membros nas concepções e projetos utópicos advogados pelo Movimento[146].

O redirecionamento das ações do MST no interior dos assentamentos de reforma agrária se refletiu também na discussão da questão da mulher assentada. Passou-se a perceber que a reprodução e ampliação das bases de sustentação política e econômica do MST nos assentamentos deveria considerar a importância quantitativa da mulher. *"Não fossem elas, 50% da população de nossos acampamentos e assentamentos, poderíamos até desprezar sua força política. Como são elas este número, podemos afirmar que o sucesso de nossa empreitada depende de 50% de sua decisão."*[147].

A elevação da participação das mulheres na luta pela reforma agrária e nas instâncias deliberativas e de representação do MST se tornava um objetivo estratégico. *"Temos claro que o engajamento político e econômico da mulher é o sustentáculo do processo orgânico e massivo do Movimento Sem Terra, processo que irá garantir num futuro próximo a transformação de toda a sociedade."*[148].

---

[145]. PELOSO, Ranulfo, (1998). A força que anima os militantes. In MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. *Caderno de Formação*, nº 27, p. 11.

[146]. Talvez o que mais surpreenda na incrível visibilidade adquirida pelo MST na sociedade brasileira não seja unicamente o fato de trazer à arena política agente sociais (camponeses) que a modernidade pretensamente colocaria na obscuridade, mas também de conseguir produzir militantes que acreditam firmemente num projeto utópico fortemente abalado tanto pelo fracasso das experiências comunistas quanto pelo advento da sociedade de massas pós-industrial. O MST parece não se enquadrar no entendimento de que *"a crise do ideal de revolução provocada pelo advento da sociedade de massas pós-industrial força o ativista de esquerda a uma readaptação longa e dolorosa"* conforme analisa GIANNOTTI, José Arthur, (2001). O militante abandonado. In FOLHA DE SÃO PAULO, *Caderno Mais,* São Paulo, p. 14-15.

[147]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1998). *Compreender e construir novas relações de gênero: coletânea de textos.* São Paulo, p. 49.

[148]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1998), op. cit., p. 50.

Esse processo se cristalizaria com o estabelecimento de mecanismos de constrangimento a sua participação nas diferentes instâncias do MST. Assim, por exemplo, definiu-se que a coordenação dos "núcleos de base" nos assentamentos e acampamentos deveria, obrigatoriamente, ser constituída por um homem e por uma mulher. Nas próprias instâncias diretivas (como as Executivas Estaduais e Nacionais), ainda que não formalmente, passou-se a assegurar uma participação significativa de mulheres.

Em relação aos jovens, o regime discursivo adotado não difere substancialmente, ainda que essa preocupação seja mais recente no Movimento. Procurando *sensibilizar/conquistar* os jovens para permanecerem no processo de luta, foi elaborada uma "proposta" de trabalho junto aos jovens assentados centrada na idéia de criação de Centros de Cultura e Lazer nos assentamentos. Do mesmo modo que relativo às mulheres, as questões específicas aparecem subordinadas a uma meta "maior" que é o da formação político-ideológica; os objetivos desse trabalho seriam: *"desenvolver um amplo processo de discussão do papel da juventude na luta pela reforma agrária; criar a mística de integração que empolgue toda juventude nos acampamentos; resgatar a importância dos jovens na reeducação e construção de novos valores; despertar no jovem a consciência crítica, desenvolvendo um* processo de formação e organização *através do trabalho junto à comunidade; realizar intercâmbios; e incentivar e fortalecer o espaço dos jovens na vida da comunidade e na sociedade"*[149].

Em relação à organização econômica, o MST viria recentemente a assumir que a produção de tipo familiar constitui uma realidade dominante nos assentamentos mesmo sob sua influência e passa a propor formas organizativas que levem em conta essa realidade. Se, entre o final da década de 1980 e meados dos anos 1990, a propositura da organização social dos assentados em torno de uma agrovila representava, correlativamente, a adoção de uma forma de organização produtiva de tipo coletiva (as CPAs), hoje o MST propõe a implementação dos chamados *"núcleos de moradia"*, onde, ao mesmo tempo,

---

[149]. OLIVEIRA, Gilberto, (1998). *Proposta para a organização da juventude do MST.* Brasília, mimeo., s.p..

preservar-se-ia a exploração familiar da terra e buscar-se-ia criar uma forma de propiciar condições de interação social entre os assentados:

> O núcleo de moradia, nada mais é do que aproximar as casas das pessoas, dentro de cada lote. Isto implica na forma como iremos realizar o corte da área, considerando as águas, estradas e a topografia.[150]

Os *"núcleos de moradia"*, que aglutinariam de 15 a 20 famílias, teriam, ainda, uma *"área social, localizada no centro do núcleo de moradia"*. Seria exatamente nessa *"área social"* que se desenvolveriam novas formas de sociabilidade e convivência entre os assentados e as práticas de outros valores morais e éticos. *"Com este espaço organizado, deveremos aproveitá-lo para sempre que possível desenvolver atividades que resgatem o sonho das pessoas e que se projete a nova sociedade que queremos construir."*[151].

A *"área social"* deve também possibilitar a visibilização simbólica da identificação dos indivíduos que vivem naquele espaço social com a organização política que os representa: o MST. Ela passa a constituir um espaço estratégico que traz permanentemente à memória dos homens e mulheres que ali vivem que aquele lugar está ligado, por símbolos e práticas sociais, ao projeto político defendido pelo Movimento:

> ... a mensagem ideológica deve estar sempre presente, através dos símbolos da organização, dos símbolos do trabalho, com a memória dos que tombaram na luta dos trabalhadores e também pelas celebrações.[152]

Portanto, mais recentemente, o MST redirecionou suas estratégias de intervenção e agenciamento dos assentamentos de reforma agrária: do privilegiamento dos mecanismos de organização econômica da produção (particularmente, através das CPAs) passou a priorizar os mecanismos e instâncias que garantam a vinculação orgânica dos assentados ao MST (particularmente, através dos "núcleos de base") e a seu projeto político de transformação social. Se, anteriormente, se estava profundamente preocupado em

---

[150]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (2000), op. cit., p. 48.
[151]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (2000), op. cit., p. 48.
[152]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (2000), op. cit., p. 48.

organizar cooperativas de produção coletiva, hoje a entidade prioriza os assentamentos como um suporte econômico (através das contribuições financeiras) e político (através do fornecimento tanto da *"massa"* que participa das manifestações político-midiáticas – marchas, ocupações de terras e prédios públicos, bloqueio de estradas, etc., quanto dos dirigentes responsáveis pelas múltiplas instâncias organizativas) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

4. AS PRÁTICAS INSTITUINTES DO ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO

Na chuvosa madrugada de 29 de outubro de 1985, centenas de famílias de agricultores do norte do Rio Grande do Sul deixavam a tranqüilidade de seus modestos lares e embarcavam em caminhões, ônibus ou automóveis particulares para tomar parte naquele que seria considerado *"o maior acampamento de agricultores do país"*[1] realizado até então, o Acampamento da Fazenda Annoni. Iniciava-se, assim, para cerca de 1.500 famílias, um processo de luta social pela terra que se desdobrou por pelo menos 8 anos, quando, em 1993, se daria o assentamento definitivo daqueles ainda remanescentes sobre a área.

Neste trabalho, acompanharemos tão somente a trajetória de uma parte daqueles trabalhadores, hoje estabelecidos no Assentamento 16 de Março[2], situado em terras da antiga Fazenda Annoni e abrigando 81 famílias. Analiso os múltiplos agentes e instâncias envolvidos na produção e reprodução desse espaço social, procurando (re)construir, nos limites de meus instrumentos metodológicos, a singularidade dos múltiplos trajetos de vida percorridos pelos trabalhadores e trabalhadoras hoje assentados. Igualmente, procuro dar visibilidade às diferentes

---

[1]. ZERO HORA, (1999). Um marco na luta pela posse da terra: o maior acampamento de agricultores do país é montado na Fazenda Annoni, na década de 80. *Caderno Especial, Século XX: 100 fatos que marcaram o Rio Grande.* Porto Alegre, 15 de dezembro de 1999, p. 66.

[2]. O fracionamento da Fazenda Annoni deu origem a quatro diferentes assentamentos, que, por sua extensão, abrigam terras pertencentes a diferentes municípios: Pontão, Coqueiros do Sul e Sarandi. O Assentamento 16 de Março localiza-se em Pontão, município criado na primeira metade

agências sociais implicadas diretamente nessa história, particularmente as instituições estatais, os agentes de pastoral e, principalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que teve no "Acampamento da Annoni" o principal marco simbólico da sua implantação e estruturação no Rio Grande do Sul.

4.1. NARRATIVAS INDIVIDUAIS, TRAJETÓRIAS COLETIVAS

Distintamente do caminho percorrido pelos assentados goianos investigados, os agricultores do 16 de Março têm toda sua trajetória de vida marcada pela socialização no meio rural. "Caboclos" ou "colonos", esses trabalhadores vivenciaram intensamente a precarização de suas condições de existência a partir da década de 1970, quando as possibilidades de reprodução da agricultura familiar sulista foram seriamente comprometidas pelo processo de "modernização conservadora da agricultura".

Filhos de pequenos proprietários impossibilitados de acesso por herança ao escasso patrimônio fundiário dos pais, parceiros, assalariados e pequenos arrendatários[3] constituem as posições sociais predominantes entre aqueles que optaram, em outubro de 1985, por romper com o cotidiano de suas vidas e partir para uma experiência jamais vivida: o acampamento, a ocupação de terras pertencentes a proprietários privados.

São os diferentes itinerários de vida que passo a (re)construir tomando por base os relatos colhidos durante meu trabalho de campo, entendendo que

---

da década de 1990 em grande parte como decorrência da dinamização econômica propiciada pelos *"assentamentos da Annoni"*.

[3]. A amostragem construída por Pedro Antônio Bavaresco em sua investigação no "Assentamento Annoni Fase IV" indica que *"63% dos agricultores pesquisados trabalhavam com os pais ou parentes antes da ocupação da Annoni; 20% eram proprietários de pequenas áreas de terra (em média, menos de 6 ha), em geral acidentadas e pedregosas, e, por isso também, eram obrigados a arrendar outras áreas e/ou trabalhar como diaristas para garantir o sustento da família; 7% eram assalariados rurais, e outros 10% eram somente arrendatários (agregados)."* BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998). *Assentamento Annoni Fase IV (RS): uma análise do seu desempenho sócio-econômico.* Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA/UFRJ, p. 137.

constituem, em suas especificidades, trajetórias socialmente partilhadas[4] por diferentes categorias de trabalhadores rurais sulistas que participaram no processo de ocupação da Fazenda Annoni e que hoje vivem em diversos assentamentos espalhados pelo interior do Rio Grande do Sul. Afinal, como propõe Maurice Halbwachs, toda memória individual está articulada a uma memória coletiva, sendo expressão de uma dada reconstrução do passado socialmente partilhada por indivíduos inseridos em um contexto familiar, social e nacional[5].

Gilberto tem em torno de 40 anos e é o atual Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março. A história de vida por ele narrada tem como marcos biográficos elementos que constróem a memória da luta social pela terra no Estado. Membro de uma família de 8 irmãos, Dinho vivenciou a dramática expulsão dos chamados "colonos de Nonoai" pelos índios kainkangs, no final da década de 1970. *"Naquela época, nós era meio piazotão ainda, e daí houve o despejo da área dos índio. Os índio requerero a área deles de volta naquela época. E aí nós não tinha prá onde ir, voltamo prás terra dos parente nosso aqui em Liberato Salzano e aí ficamo um tempo lá."* (Gilberto, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Mobilizados por agentes religiosos da região e por técnicos ligados à Secretaria de Agricultura do Estado, Gilberto e sua família, juntamente com outras 109, estiveram envolvidos na ocupação da Gleba Macali da Fazenda Sarandi, em Ronda Alta, em 7 de setembro de 1979. Foram assentados pelo Governo do Estado, no ano seguinte, na própria Macali; todavia, não deixaram de sentir os mesmos desafios e impasses vivenciados pelo campesinato meridional: aliado às dificuldades de viabilização do processo produtivo e conseqüente processo de endividamento, apresentava-se o reiterado problema da insuficiência de terra capaz de permitir a reprodução do conjunto de filhos como agricultores.

---

[4]. Procuro, a partir de "relatos orais de vida", (re)construir a trajetória social de um grupo sem perder de vista os modos como essa experiência comum é vivida singularmente por cada entrevistado. Cf. MARRE, Jacques L., (1991). História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia: metodologias de pesquisa*, vol. 3, n. 1, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, p. 89-141.

[5]. HALBWACHS, Maurice, (1990). *A memória coletiva.* São Paulo, Vértice.

Enquanto solteiro, essas dificuldades tinham maiores possibilidades de serem enfrentadas, mas a constituição de um novo núcleo familiar representou a necessidade de pensar e materializar estratégias que até então eram apenas superficialmente aventadas. Tanto o exemplo da história familiar, quanto a formação do muito próximo Acampamento da Encruzilhada Natalino constituíram decisivos elementos estimuladores ao envolvimento de Gilberto e mais dois irmãos no processo de luta pela terra a partir de 1983.

> Era 15 ha e nós uma família de 8 filho, mais os dois velho, eram 10 né. E ali nós começamo a vê: '- *Mas o pai acampô prá ganhá terra. Nós também vamo fazê alguma coisa.*'. Aí nós começamo a pensá e vê que lá na terra do velho a gente não ia fazê nada. E prá se empregá a gente não tinha condição porque nós não tinha estudo nenhum. (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

Após tomar parte, juntamente com outras 30 famílias, de uma frustrada tentativa de ocupação de uma área pertencente ao Governo do Estado e previamente destinada ao assentamento de agricultores desabrigados pela construção da Barragem do Passo Real, Gilberto e seus irmãos passaram a participar ativamente dos "núcleos de sem terra" que estavam sendo formados na região por iniciativa de agentes de pastoral e sindicalistas. *"E daí eu começei participá das reunião do Movimento Sem Terra e começamo a vê que era importante nós começá a se organizá. Mas eu, num primeiro momento, eu começei ir nas reunião dos sem terra mais prá representá eu e mais meus mano né. Só que a gente viu a importância de começá de reuni mais gente, de somá força prá vim prá Fazenda Annoni, porque naquela época o sonho era ocupá a Fazenda Annoni."* (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

Seria, portanto, no interior do "núcleo de sem terra", envolvendo principalmente os filhos de assentados da Macali e Brilhante, e sob influência do trabalho de pastoral desenvolvido pelo Pe. Arnildo Fritzen, então Pároco de Ronda Alta, nas chamadas Comunidades Eclesiais de Base, que Gilberto se produziria e seria produzido como liderança envolvida na organização de famílias que participariam da ocupação da Fazenda Annoni:

> A gente trabalhô um ano, um ano e meio, se organizando, participando de reunião e tal... Daí eu passei a sê um coordenador daquela região ali, que era Macali, Brilhante e outras localidades vizinhas ali. E nós viemo

> acampá na Fazenda Annoni com 86 família, que eu consegui a corrê, coordená e organizá né. Daí quando ocupamo eu já entrei como se fosse um coordenador daquelas 86 família e aí continuei... (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

Ainda que apresente a especificidade de ser filho de assentado, a história de vida de Gilberto reproduz a trajetória mais comum entre aqueles que hoje residem e trabalham no Assentamento 16 de Março: filhos de pequenos proprietários fundiários impossibilitados de transmitir aos herdeiros um patrimônio fundiário capaz de viabilizar a constituição de um novo núcleo familiar.

Outros trabalhadores, pertencentes a uma faixa etária relativamente mais elevada, rememoram um itinerário marcado por uma relação extremamente precária com os meios de produção. É o caso, por exemplo, de Seu Oscar e Dona Odete, meeiros que, repentinamente, se viram desprovidos dos poucos pertences que haviam adquirido em virtude de um endividamento bancário ocasionado pela compra de um trator no ano de 1978. Tornados assalariados temporários, passaram a ver na mobilização coletiva de luta pela terra a alternativa mais adequada à situação de miséria e exclusão social em que estavam mergulhados.

> Aí vendê tudo aquilo prá pagá o banco! Vendemo tudo, mas também pagamo. Aí, o que tu ia fazê? Sem casa, sem terra... Aí que surgiu a idéia.... Isso era em janeiro de 84. Aí se organizemo com as família, sabe, nós trabalhava prá um granjeiro, nós comentava lá na granja, na roça, no caminho quando nós ia prá igreja, que nós tinha que parti prá ocupação, porque nós não tinha mais como vivê. Não tinha mais. O que tu trabalhava, tu comia tudo. (Dona Odete, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

Roberto representa aqueles trabalhadores que José Vicente Tavares dos Santos denominou de " colonos retornados" dos projetos de colonização na região amazônica, conduzidos pelo Governo Federal no início da década de 1980, e que tiveram papel fundamental nos desdobramentos da luta pela terra no Rio Grande do Sul[6]. Após se engajar, junto com seu sogro, em 1981, no Acampamento de Encruzilhada Natalino, Roberto foi para o Mato Grosso. Devido à precariedade das

---

[6]. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1985). A gestação da recusa: o "colono retornado" dos projetos de colonização da Amazônia. In TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (org). *Revoluções camponesas na América Latina.* São Paulo/Campinas, Ícone/Editora da UNICAMP, p. 167-185.

condições de vida oferecidas nos projetos de colonização[7], retornou ao Estado dois anos após, inserindo-se nas discussões e articulações do Movimento Sem Terra na região do noroeste gaúcho.

O comum de todos esses diferentes relatos é que a decisão de acampar não se dá de forma isolada e nem como decorrência natural das necessidades econômicas. Ela constitui o resultado de todo um intenso trabalho desenvolvido por agentes de pastoral e sindicalistas do norte do Rio Grande do Sul que apresentavam aos agricultores uma alternativa à difícil situação vivida: a estratégia da mobilização social, da luta social através da ocupação de terras consideradas improdutivas.

> Foi um padre da paróquia que chegou na nossa casa e disse: *"Nós temo uma reunião tal dia e vocês dois vão participá."*. Então a gente pegou, participamo da reunião e daí que o padre deu o pontapé inicial: *"Daí que, a partir de o dia de hoje, nós temo discutindo a questão do Movimento Sem Terra."* Aí começemo a se organizá, sonhando com a tal terra prometida. Prá mim, quem começou foi o padre. Um padre da paróquia diz: *"Oh, é por aqui o caminho. E nós seguimo."* (Manoel, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Qual o conteúdo discursivo empregado pelos agentes de pastoral, no sentido de conferindo uma determinada interpretação à realidade social vivenciada pelos "colonos sem terra", foi capaz de funcionar como elemento justificador do ingresso na luta social? Além do Estatuto da Terra (1964), principalmente textos bíblicos eram empregados pelos mediadores como dizibilidade atribuidora de legalidade e legitimidade às novas estratégias colocadas em prática.

> Ele (o padre) lia o Evangelho e explicava prá nós aonde que nós ia consegui uma terra que teria leite e mel, que é o quê a gente tá colhendo hoje. Ele levava a parte do Evangelho... tudo muito na realidade. Ele dizia que nós ia sofrê muito, tinha companheiros nossos que ia morrê na luta... colocava tudo mesmo o que aconteceu! Parecia que ele sabia. (Vera, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

Embora o trabalho de persuasão desenvolvido no interior dos "núcleos" tivesse instrumentalizado o exemplo dos acampamentos de Macali e Brilhante

---

[7]. *"Que nem no Mato Grosso foi difícil por causa da sobrevivência né, que ninguém tinha, ninguém tinha o custo, o plantio lá não dava... até água era difícil. Bastante difícil a água. Bastante difícil a sobrevivência da família né."* (Sônia, esposa de Gilmar, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

(1979) e, principalmente, da Encruzilhada Natalino (1981), como referencial para o estímulo ao ingresso no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e no processo de mobilização social, muitos assentados relataram que tinham uma percepção claramente negativa daqueles acampamentos. Isso revela que a decisão de acampar, ao contrário do que supõem perspectivas de análise de tipo determinista, constitui muitas vezes a opção por estratégias e rumos nunca previstos:

> Quando a gente passava na Natalino eu dizia: *"Meu Deus, o sofrimento daquela pessoa lá dentro! Como é que pode uma pessoa em vez de tá trabalhando, tá lá sem fazê nada, acampada?"*. Mas só que ninguém pensava que a gente um dia acabasse acampando né... (Maria, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

Os relatos de vida de Gilberto, Oscar, Roberto, Odete, Manoel, Vera, Sônia e Maria constituem apenas alguns personagens entre, aproximadamente, 1.500 famílias que na madrugada de 29 de outubro de 1985 adentraram na Fazenda Annoni e construíram o maior acampamento de agricultores sem terra até então registrado no país. Não obstante, suas experiências de vida não englobam a totalidade das trajetórias daqueles que participaram ativamente nos desdobramentos do que seria, futuramente, o Assentamento 16 de Março.

Muitas vezes colocados à margem da história por um trabalho social de enquadramento da memória que procura associar a formação dos assentamentos na Annoni como decorrência "natural" do acampamento e da ação política do MST, as famílias de "parceleiros da Annoni"[8] constituíram um grupo social e politicamente significativo nos acontecimentos que se deram no interior do acampamento e que se dão hoje no Assentamento.

Quando o acampamento foi formado, já havia no interior da Fazenda Annoni 54 famílias assentadas pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) em 1974, sendo que 30 delas vindas da região inundada pela construção da Barragem do Passo Real e 24 constituídas por pequenos arrendatários e

---

[8]. "Parceleiro" é uma designação criada no âmbito das instâncias estatais responsáveis pela execução dos chamados "projetos de colonização". "Parceleiro", nessa ótica, é aquele beneficiado pelas políticas públicas com uma "parcela" ou "lote" de terra.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

empregados que moravam no interior da própria fazenda. O assentamento dessas famílias fez parte da execução do "Projeto Integrado de Colonização Sarandi", que, após o ato de desapropriação da Fazenda, em 1972, previa o estabelecimento de, aproximadamente, 189 famílias atingidas pela construção da Barragem do Passo Real[9]. A operacionalização do restante do projeto, no entanto, foi sustada ainda no ano de 1974, quando os proprietários da Fazenda questionaram judicialmente a ação desapropriatória e a área foi declarada em *status quo,* isto é, insusceptível de qualquer intervenção das partes em litígio[10].

Lourenço tem cerca de 45 anos e é filho de um dos "parceleiros da Annoni". A narrativa de sua história de vida é construída tomando como marcos biográficos processos sociais bastante diferenciados daqueles expostos pelos "acampados da Annoni". Enquanto os "acampados" constróem seus relatos dando centralidade às motivações e circunstâncias que os levaram a se inserir em um processo de mobilização social, os "filhos de parceleiros" procuram legitimar sua inserção no Assentamento através de práticas discursivas que reafirmem que a Fazenda, inicialmente, estava destinada ao estabelecimento das famílias atingidas pela Barragem do Passo Real e não para reforma agrária.

Se os "acampados" utilizam como arma discursiva o relato da luta e do sofrimento no período de acampamento para afirmar o assentamento como *"conquista do acampamento"*, os "filhos de parceleiros" contrapõem afirmando que seus pais lutaram e sofreram tanto ou mais que os "acampados".

> Aquela época não podia lavrá, a polícia não deixava. Uma vez que tentemo lavrá, fomo tudo preso, o dia inteiro. A família era grande, vinha pouca comida do Incra. Passamo muita dificuldade. Até fome se passava! Porque eles não deixavam lavrá a terra prá plantá e não vinha recurso. Então foi difícil né. Colégio também nós não tinha. Quando tinha professora ela não ficava, porque não tinha luz, não tinha água, não tinha onde pará. Então foi muito difícil prá nós né. (Lourenço, filho de parceleiro, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

---

9. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1975). *Projeto Integrado de Colonização Sarandi: programação operacional.* Porto Alegre.

10. Em decorrência, os trabalhos do INCRA foram suspensos e foi instalado um posto da Brigada Militar no interior da Fazenda, visando evitar que as 54 famílias assentadas cultivassem as terras.

Submetidos à repressão policial e dos empregados da Fazenda, os "parceleiros" contam que por quase 20 anos seus pais utilizaram diferentes estratégias visando plantar nem que fosse uma pequena porção de terra que viabilizasse a subsistência da família, visto que a alimentação fornecida pelo INCRA era bastante escassa.

Tal situação colocava a necessidade, por exemplo, de buscar obter os meios de subsistência por outros meios, como através do assalariamento temporário entre os "granjeiros"[11] da região. Essa situação começou a ser alterada a partir de 1983, quando um acordo entre o INCRA, os proprietários, a Justiça e uma Comissão de Deputados da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, propiciou que pudessem passar a cultivar seus lotes. Mesmo assim, os conflitos com os proprietários prosseguiram, na medida em que periodicamente o gado da Fazenda era solto em meio às plantações dos agricultores, danificando-as.

Após quase 20 anos no interior da Fazenda, uma preocupação comum aos pequenos agricultores começava a surgir entre os "parceleiros": as dificuldades de transmissão do escasso patrimônio fundiário aos herdeiros. Lentamente começou a se gestar a reivindicação que os "filhos de parceleiros"[12] tivessem a prioridade de assentamento quando as terras da "Annoni" fossem finalmente desapropriadas. Assim, foi criada uma "comissão" encarregada de negociar com os órgãos estatais a demanda da *"prioridade de assentamento"*. Segundo um "filho de parceleiro", a criação dessa Comissão teria se dado sob iniciativa e controle de políticos tradicionais da região, *"porque a gente nem entendia direito e alguns deputados começaram fomentá aquela idéia da gente podê tê terra e tal e a gente se articulô, então."* (Paulinho, filho de parceleiro, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

O cotidiano dos "parceleiros da Annoni" foi substancialmente modificado com a formação do Acampamento. Principalmente para os filhos que vinham reivindicando o assentamento na área, a criação do acampamento passaria a representar uma ameaça a seus interesses e reivindicações, ocasionando uma

---

[11]. No norte do Rio Grande do Sul, são considerados "granjeiros" aqueles produtores agrícolas que desenvolvem um sistema de produção (geralmente trigo-soja) em bases empresariais, com larga utilização de meios de produção de origem industrial e mão de obra assalariada.

[12]. Relatos indicam que seriam em torno de *"50 filhos de agricultores que cresceram aqui dentro"*.

relação de estranhamento e incompatibilidades que se desdobraria, posteriormente, em diferenciações políticas.

> Então, por exemplo, a própria visão da gente... a gente chegava e ficava quase revoltado: *"- Bah, mas nós aqui do costadinho fazendo esse clima aqui. Agora, tanta gente... vão pegá e tirá o direito da gente né!"*. Quer dizer, a gente não tinha muita essa coisa de se organizá. (Célio, filho de parceleiro, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

A partir da madrugada de 29 de outubro de 1985, as vidas de nossos narradores se cruzariam, compartilhando entre si desejos, esperanças e sonhos, mas também controvérsias e conflitos.

4.2. ACAMPAMENTO DA FAZENDA ANNONI: VIDA COTIDIANA, RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS

4.2.1. 29 de Outubro de 1985: milhares de homens e mulheres, crianças e adultos, cruzam a madrugada em busca de um sonho

Mesmo que a possibilidade de ocupação da Fazenda Annoni fizesse parte do imaginário dos trabalhadores rurais sem terra da região norte do Estado há bom tempo[13], foi somente durante a realização da "concentração" de Palmeira das Missões, promovida pelo MST e pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), em julho de 1985, que a estratégia começou a ganhar materialidade. Nesse encontro, cerca de 3.000 famílias de "sem terra" foram cadastrados pelo MST como possíveis beneficiários da aplicação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), então em implantação. O Movimento reivindicava que aquelas famílias fossem assentadas no curto período de 30 dias, caso contrário mobilizaria os agricultores para a estratégia de ocupação de terras consideradas improdutivas na região.

---

[13]. Possivelmente pelo fato que a desapropriação da Fazenda se encontrava em litígio judicial. Tanto assim que, em setembro de 1980, cerca de 80 famílias de colonos expulsos da Reserva Indígena de Nonoai, que não haviam sido contemplados com os assentamentos nas Glebas Macali e Brilhante, tentaram montar um acampamento no interior da Fazenda; no entanto, logo no dia seguinte, foram despejados por ação da Brigada Militar que guarnecia a área. Cf. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit..

Evidentemente, tal exigência esbarrava na impossibilidade operacional do aparato estatal em atendê-la, o que indicava que a real intenção do MST era, além de demarcar uma posição política de repúdio às metas estabelecidas pelo PNRA, se firmar como interlocutor privilegiado nas discussões nacionais acerca da reforma agrária e como efetivo representante dos "sem terra" gaúchos.

Em primórdios do mês de outubro, reunida em Porto Alegre, a Coordenação Estadual dos Sem-Terra decidiu que, diante da "inoperância" dos órgãos governamentais, não restava outra alternativa senão a mobilização dos trabalhadores para a ocupação de fazendas no interior do Estado. Imediatamente, como decorrência da decisão tomada, os "núcleos de sem terra" existentes em diversos municípios do norte do Estado (principalmente nas chamadas "regiões" de Ronda Alta e Três Passos) foram mobilizados, para que se preparassem para uma possível ocupação de terra nos próximos 30 dias. Alertava-se que os agricultores deveriam providenciar lonas, usadas na armação das barracas, e armazenar alimentos não perecíveis, necessários à subsistência nos primeiros dias do futuro acampamento. Contudo, visando impedir a ação repressiva dos órgãos de segurança pública, os "núcleos" não foram informados nem da data exata, tampouco da área a ser ocupada[14].

Somente no dia anterior à ocupação é que as famílias mobilizadas ficariam sabendo que a ação se desdobraria na madrugada do dia 29 de outubro[15]; não obstante, muitos agricultores relatam que subiram nos caminhões, ônibus e veículos particulares utilizados sem sequer saberem de seu destino:

> E aí a gente veio. Mas a gente veio sem noção, sabe, do que era, como é que era, o quê que ia sê. Saímo de lá de noite, embarcamo num caminhão enlonado... A gente sabia que ia prá cima de uma área, mas também não sabia aonde que era. Porque eles não esclareciam, de medo de vazá essa conversa e, de repente, dá zebra né... (Zezé, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

---

[14]. Cf. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit..

[15]. Darci Maschio, então coordenador da Comissão Regional dos Sem Terra (região de Três Passos), relata que *"mesmo com chuva na nossa região de Três Passos, eu corri os 13 municípios que eu coordenava, de tarde, chovendo, prá dizê: 'É hoje de noite!". E aí, de noite, saímo de lá era o quê? 1 hora da manhã, nos caminhão. Outros saíram às 11 da noite... E aí eu vim coordenando esses 33 caminhão."* (entrevistado pelo autor e por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

Ainda que inicialmente tivesse sido programada a realização de duas ocupações, uma na "região de Ronda Alta" e outra na "região de Três Passos" (onde se concentravam os "núcleos de sem terra), em virtude de fatores que não pude esclarecer, às vésperas da data marcada para a realização das ocupações, o MST decidiu que a ocupação se centralizaria exclusivamente na Fazenda Annoni. Assim, a partir da zero hora da chuvosa madrugada do dia 29 de outubro de 1985, "colonos sem terra" pertencentes a 32 diferentes municípios do norte do Estado, começavam a se movimentar[16] em direção àquele que foi considerado o maior acampamento de agricultores sem terra até então realizado no país.

4.2.2. A Entrada na Fazenda e a Organização do Acampamento

Embora a polícia militar tivesse montado barreiras de contenção dos agricultores que tentavam chegar à Fazenda Annoni[17], a grande maioria das famílias mobilizadas nos diferentes "núcleos de sem terra" começaram a ocupar a área no começo da madrugada. Primeiro iam chegando aos que moravam mais próximos, principalmente do município de Ronda Alta. Aqueles que vinham de municípios mais distantes, todavia, tiveram maiores dificuldades tendo em vista que, com o passar do tempo, a Brigada Militar foi reforçando o cerco à Fazenda.

> E os último foram atacado. Os último já foram atacado, porque a Polícia já viu. E era 3 hora da madrugada e tinha ainda gente vindo né. (...). E a Polícia atacando já os mais tardio né. E ficavam lá. Os outros foram liberados às 10 horas no outro dia, porque nós íamos buscá eles. (Vera, assentada).

Nas narrativas dos agricultores, além da insegurança ocasionada pelo desconhecimento do destino e do medo da repressão policial, um elemento reiteradamente presente é a recordação, com certa surpresa, da coragem que tiveram em romper com a rotina da existência e partir para uma experiência que

---

[16]. Apesar da dificuldade de se obter uma informação precisa, a imprensa aponta que teriam sido utilizados no transporte dos agricultores 100 caminhões, 30 ônibus e dezenas de automóveis particulares. Cf. ZERO HORA, 15 de dezembro de 1999, op. cit., p. 66.

nada assegurava, onde tudo era incerto e imprevisível. Porque *"queira ou não, nós tinha uma casinha, era pequena, mas servia né. E, de repente, tu se dá com um capinzedo daquele e uma lona!"* (Zezé, assentada).

Entusiasmados, contam que um dos momentos mais dramáticos foi a chegada nas margens da Fazenda Annoni e o rompimento da cerca de arame que definia os limites da propriedade privada. Claro que é preciso considerar que os agentes de mediação e representação sistematicamente recorrem à imagem da cerca rompida em seus trabalhos de "conscientização" e organização e que isso contribui de sobremaneira para que tal ato adquira uma significação simbólica acentuada no trabalho de (re)construção do passado pelos agricultores; no entanto, não se pode também ignorar que cortar a cerca significava colocar em questão um preceito incorporado às disposições culturais do campesinato meridional, o direito de propriedade; o que é por eles considerado, numa perspectiva do passado a partir do presente, uma *"vitória"*, uma superação das próprias formas de pensar e representar o mundo:

> Daí, quando viemo, mas Nossa do Céu, que coisa mais linda do mundo! Tu sabe o que era 2.500 família! Era uma alegria! Uma alegria! Todo o povo sabendo o que queria: uma terra! Cortemo o arame, em primeiro lugar, a torquez pegou no arame, cortemo a cerca, entremo prá dentro... aquilo foi uma vitória, já era uma vitória. (Vera, assentada).

Ainda que alguns reconstruam a "chegada na Fazenda" com traços heróicos, como um momento marcado pela alegria, pelo enfrentamento e pela coragem, para a grande maioria foi vivido sob o impacto da incerteza, da dúvida tão comum ante acontecimentos nunca experimentados. Na foto abaixo, registrada na madrugada da ocupação, o olhar das crianças, entre surpreso e apreensivo, parece refletir essa sensação de insegurança em relação ao que viria pela frente e como que se perguntando *"por que estamos nos mudando no meio da noite?"*.

---

[17]. Era praticamente de domínio público que o MST promoveria a ocupação da Fazenda, não se sabendo com exatidão a data prevista.



Foto de Daniel de Andrade, in MST, (s.d.). *A luta dos trabalhadores sem terra.* São Paulo. (Álbum de fotografias).

Difícil realmente é imaginar como, em plena escuridão da madrugada fria e chuvosa do Planalto Gaúcho, milhares de famílias[1] conseguiriam se organizar e tomar iniciativas que refletissem uma ação coordenada e planejada.

> Isso era um tedéu, como se diz (risos). Era caminhão entrando, caminhão já saindo, que já tinha descarregado o pessoal ali... Isso era um formigueiro! Praticamente dito um formigueiro porque tu escutava o pessoal montando os barraco, batida de martelo, outros berrando, outros... caminhão buzinando. Só quem assistiu, quem participou mesmo prá imaginá... porque era incrível! (Zaqueu, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Adentrados à Fazenda, colocava-se a necessidade de construir os barracos, utilizando-se da lona trazida e das taquaras obtidas nas áreas de mato da Fazenda. A preocupação prioritária era estabelecer as famílias na área, pois, no plano político-organizativo, a única ação imediata foi a formação de uma "equipe de segurança", procurando evitar uma intervenção da Brigada Militar que visasse desalojar os ocupantes.

No final da tarde do mesmo dia 29 de outubro se deram os primeiros desdobramentos na interlocução entre ocupantes e instâncias estatais. Após uma reunião às margens do acampamento entre o Secretário de Agricultura do Estado,

o Superintendente Estadual do INCRA e lideranças do acampados, ficou definido que os "colonos" poderiam permanecer na área até a conclusão da perícia judicial da Fazenda, que duraria em torno de 30 dias. Entretanto, o superintendente do INCRA advertira que o objetivo do órgão era utilizar a área para o assentamento dos chamados "afogados", agricultores desalojados pela construção da Barragem do Passo Real, e que nesse período seriam providenciadas outras áreas para o assentamento das famílias ocupantes.

Em outra reunião, em Porto Alegre, acordou-se com o Governo do Estado, através de uma comissão de deputados estaduais e representantes de entidades de apoio aos "sem terra", que a Brigada Militar apenas permaneceria no local para evitar qualquer acirramento de conflitos com os proprietários da Fazenda. Entretanto, na manhã seguinte, o acampamento estava totalmente cercado por um cordão de isolamento e os policiais cumpriam a firme determinação de impedir qualquer entrada ou saída[19].

Esse primeiro acordo foi recebido com entusiasmo pelos trabalhadores, pois, de alguma forma, o prazo estabelecido correspondia às suas expectativas iniciais que o acampamento representaria uma situação transitória e que o conflito seria rapidamente resolvido. Muitos afirmam que se soubessem, de antemão, que o impasse se prolongaria por tanto tempo sequer teriam participado da mobilização.

Em uma assembléia realizada na tarde de 29 de outubro, definiu-se a primeira forma de estruturação do acampamento, com a criação de 9 equipes responsáveis pelo atendimento das diferentes necessidades de uma vida em coletividade: saúde, alimentação, imprensa, higiene, animação, abastecimento de água, segurança, relações públicas e organização dos barracos[20]. Além disso,

---

[18]. Alguns estimam que, entre ocupantes e "apoiadores", em torno de 8.000 pessoas participaram da entrada na Fazenda.

[19]. *"... nós ficamos 4 meses cercados, cercados pela Brigada. Tu não saía sem eles te revistá tudo e a tua sacola, te pisá nos dedo... era o diabo né! Era preferível as vez tu saí pelo mato, pelo campo, do que tu passá por aquela, por toda humilhação que tu passava nas barreira!"* (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

[20]. Segundo depoimento de uma liderança, a partir da experiência dos acampamentos anteriores (principalmente, Encruzilhada Natalino e Erval Seco), o MST *"já tinha planejado antes da ocupação*

definiu-se que a estrutura básica de poder no assentamento seriam os chamados "grupos de famílias", constituídos, em média, por 10 famílias provenientes, preferencialmente, de um mesmo "núcleo de sem terra" ou município. A instância dirigente máxima era a "Coordenação Geral do Acampamento" formada por representantes de cada uma das "equipes" e por membros de cada um dos 32 municípios envolvidos. Posteriormente, seria formada a "Executiva", composta por um número menor de membros (cerca de 20 pessoas), responsável mais direta pelo encaminhamento das deliberações tomadas na Assembléia Geral. Além de cumprir essas atribuições formais, a Executiva era a instância de poder onde se dava efetivamente a elaboração das estratégias de luta, *"seria o grupo que pensava, com o Pe. Arnildo, o Frei Sérgio*[21]*..."* (Pedro, então membro da Executiva, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Revelando toda a importância que a religiosidade adquirira não apenas como fator motivador para a ação coletiva, mas também como atribuidora de significados para a luta social e para a compreensão da realidade vivida pelos agricultores, uma das primeiras iniciativas tomadas foi de viabilizar a realização de uma celebração religiosa no acampamento já no dia seguinte à ocupação. *"Nós fomos comunicá (do acampamento) ao Bispo de Passo Fundo, Dom Urbano Algayer, convidamos ele e ele veio celebrá a missa no mesmo dia, de tarde".* (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS). O contato com a instância máxima da Igreja Católica na região refletia, igualmente, o interesse político das lideranças do MST tanto de garantir legitimidade social à luta, quanto de criar os laços capazes de assegurar a continuidade do apoio material e simbólico da Instituição à manutenção do acampamento.

---

de formá essas comissões prá podê mantê pelo menos a organização do acampamento." (Suca, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

[21]. Frei Sérgio Görgen atuava como agente de pastoral da CPT do Rio Grande do Sul no Acampamento da Annoni. Tornar-se-ia, posteriormente, um dos principais ideólogos do MST gaúcho.

4.2.3. A Reorganização da Vida no Acampamento

O "acampamento de sem terra" pode ser percebido como um momento provisório marcado pelo caos, pela desarticulação e desestruturação de formas de vida e de valores legitimados pela tradição. Particularmente para os "colonos" sulistas, o acampamento é uma situação marcada pelo sofrimento, pela quebra de laços sociais tradicionais, mas também de reorganização de formas de sociabilidade herdados da vida comunitária nas "linhas" ou "colônias" do norte do Rio Grande do Sul.

> Então foi difícil né porque a gente, nós tava mal lá, economicamente sem esperança, sem futuro nenhum se nós ficasse lá né... mas a gente tinha um básico né! Então enfrentá no outro dia um acampamento, a vida... a vida do acampamento, embaixo de um barraco... é difícil! É um choque que a pessoa leva! Porque uma coisa era nós falá que tinha que ir prá um acampamento, lutá pela terra, que era a saída! Mas outra coisa é você vê na prática aquilo ali, tu enfrentá na pele aquilo ali! (Antônio, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

A "comunidade", depois da família, constitui a unidade social básica da rede de sociabilidades tecida pelos "colonos", representando uma referência central de pertencimento onde as relações sociais são asseguradas, principalmente, por compromissos mútuos de base moral. *"Pertencer a uma comunidade significa inserir-se num sistema de trocas econômicas (participações em mutirões, em eventuais formais conjuntas de comercialização, em empréstimos mútuos de maquinário agrícola, etc.), sociais (matrimônios, herança, compadrio, etc.) e simbólicas (normas e valores), além de partilhar espaços comunitários diversos (capela, escola, cancha de bocha, etc.) e atividades coletivas (celebrações e festas religiosas, torneios de bocha, jogos de futebol, etc.."*[22]. O acampamento, embora percebido como circunstancial e provisório, representa a desorganização de toda essa estruturação da vida dos "colonos" e, quem sabe, o assentamento seja visto pelos acampados, primordialmente, como o tempo almejado de reconstrução desse espaço social idealizado que é a "comunidade" de origem.

---

[22]. FRANCO, Mariana C. Pantoja, (1992). *Xagu: de sem-terra a assentado.* Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS/IFCS/UFRJ, p. 50-1.

O acampamento (foto abaixo) foi vivenciado pelos agricultores acampados na Annoni como um tempo de exceção, de descontinuidades com as formas de vida anteriores, de redefinição de sonhos e desejos. O acampamento foi, sobretudo, um espaço de ressocialização, de colocação em questão de concepções, valores morais e princípios éticos com os quais foram socializados.



Fonte: Arquivo de Pe. Arnildo Fritzen (autor ignorado).

Uma das principais dificuldades vivenciadas pelos agricultores no interior do acampamento foi o rompimento da tradicional articulação existente entre trabalho, terra e família, constitutiva do *ethos de colono*. O cotidiano do acampamento implicava uma ruptura com a rotina da vida, dilacerando-se a unidade e o equilíbrio entre o tempo de trabalho e o tempo livre[1]. Se na "colônia" o trabalho aparece como centralizador da vida e como princípio moral, na situação extraordinária do acampamento o cotidiano passa a ser regulado por outras demandas, principalmente aquelas acarretadas pela imposição da mobilização política e mesmo pelo ócio. Esse processo é, majoritariamente, percebido sob uma valoração negativa, causador, inclusive, de perturbações nervosas e de doenças psicossomáticas:

> O que acaba com a pessoa dentro do acampamento é a questão psicológica! Porque lá (na casa dos pais) nós tava envolvido com o trabalho, a gente sempre teve o nosso tempo ocupado com o trabalho. E ali a gente ficava embaixo de um barraco... fazendo o trabalho de organização interna, mas aquilo ali não preenche... não preenche o pensamento da pessoa! Que é a terra né. Então aquilo ali corrói a pessoa, sabe? Eu começei ficá doente... e tudo questão de nervo, problema de nervo que os médico me disseram depois. (Antônio, assentado).

Momento de ruptura, mas também de reorganização, de ressocialização com novas concepções, sociabilidades e valores, *"de criação de novas formas de organização, de invenção de novas maneiras de lutar, novas maneiras de viver"*[24]. Momento particularmente propício à adesão a novas formas de organização familiar e da produção agrícola, ao comprometimento com outros projetos políticos, econômicos e sociais. Momento e espaço social, portanto, fecundo à produção e difusão de discursos capazes de conferir novos sentidos e significados à vida dos agricultores, discursos produtores de novas formas de pensar, de outros valores éticos e morais, de outras sensibilidades e de conformação de novas relações sociais.

Ainda que não se apaguem as específicas trajetórias de vida, as diferenciações simbólicas, as heterogeneidades sócio-econômicas e mesmo possíveis conflitos de desejos e interesses, o acampamento é um momento onde as condições de possibilidade à coesão social são marcadamente positivas; as diferenças tendem a ficar diluídas e os conflitos internos "congelados" em decorrência da própria situação de fragilidade, vulnerabilidade (econômica e emocional), insegurança e imprevisibilidade em que vivem os acampados[25]. Nessa perspectiva, o acampamento, caracterizado por uma situação de limite de sobrevivência para a maioria dos agricultores, torna-se um espaço e tempo

---

[23]. Fenômeno também verificado em acampamentos paulistas por TURATTI, Maria Cecília M., (1999). Acampamentos do MST: uma discussão crítica sobre sociabilidade e poder. Caxambu- MG, XXIII Encontro Anual da ANPOCS.

[24]. GOMES, Iria Zanoni, (1995). *A recriação da vida como obra de arte no assentamento: a desconstrução/reconstrução da subjetividade.* São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH/USP, p. 149.

[25]. No entanto, julgo necessário desnaturalizar a idéia por vezes propagada que o acampamento constitua uma "comunidade", livre de conflitos e disputas, percebendo-o como uma idealização discursivamente construída e que tem objetivos estratégicos bem definidos: a solidificação do

amplamente favorável ao trabalho das diferentes agências que procuram objetivar os homens e mulheres que ali vivem, conformando identidades coletivas e (re)construindo subjetividades individuais.

Além disso, a situação de limiaridade vivida propicia o estabelecimento de laços de dependência quase absoluta em relação às instâncias de mediação e representação política, como o MST, a CPT ou os sindicatos, na medida em que a *"conquista da terra"* está objetivamente vinculada à capacidade dessas agências se credenciarem enquanto interlocutores "oficiais" dos acampados junto ao Estado. Para o aparato técnico-burocrático estatal, responsável pela execução do "Programa de Reforma Agrária", os agricultores sem-terra acampados apenas ganham visibilidade social e política através de uma organização que represente a coletividade, que fale pelo conjunto, que seja efetivamente o porta-voz do grupo e não deste ou daquele indivíduo[26].

É essa posição de subordinação em relação às organizações coletivas e a convicção que o acampamento representa uma situação efêmera e necessária para a "conquista da terra" (transitoriedade e caminho inelutável propagados pela discursividade das instâncias de mediação e representação, principalmente o MST), que possibilita, por exemplo, o estabelecimento e a aceitação de normas disciplinares que regulam as práticas e os comportamentos individuais no interior do acampamento. Regulação de condutas não apenas políticas, mas também morais, estabelecendo tênues linhas de separação entre espaços público e privado:

> Cachaça não entrava no acampamento. Dizem que entrava até em taquara, dentro de taquara entrava cachaça! (risos). Mas nós nunca peguemo! Peguemo em garrafão, em coisa assim. Além disso, se um cara se comportasse mal com uma companheira e fosse prá avaliação... tu tá louco! O cara passava um vexame que ele ia pro barraquinho dele, pegava as coisa e ia embora. A lei nossa era rígida ali dentro. O cara que não comportasse podia contá que ia embora mesmo! (Oscar, membro da "comissão de segurança").

---

grupo social, a construção da identidade coletiva e a legitimação social do monopólio da representação do grupo por diferentes agências (MST, CPT, sindicatos ou outras entidades).

[26]. BOURDIEU, Pierre, (1989). Espaço social e génese das "classes". In *O poder simbólico*, Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 133-161.

> Controlava-se também a saída do pessoal de cada núcleo... a saída prá visitá seus familiares fora era por ficha. Quer dizer, tinha 10 pessoas no meu núcleo, poderia saí três... tudo com uma ficha, com dia marcado prá voltá. Quando aqueles três saía, só ia saí mais três quando aqueles voltavam. (Antônio, assentado).

Normatização que deve ser analisada em sua positividade e não enquanto aparato coercitivo e repressor, pois visava produzir um grupo socialmente mobilizado para os enfrentamentos impostos pela luta pela terra, delineando, nesse processo a própria construção da identidade de "colono sem terra" e de "acampado"[27].

É a esperança da conquista da terra que justifica e legitima não apenas a submissão da individualidade ao coletivo, dos desejos pessoais aos interesses coletivos, mas também o sofrimento. Reproduzindo a discursividade proferida pelos agentes de pastoral, os agricultores tomam o sacrifício como um mal necessário, identificando a luta social pela terra a uma caminhada que envolve privações e renúncias pessoais[28].

No entanto, o acampamento é tanto um espaço de conformação de identidades políticas e um tempo de lutas e enfrentamentos, quanto um espaço de (re)socialização, de constituição de outras relações sociais que envolvem coesão e conflito. *"Tempo que vai construindo um espaço de sociabilidade, no qual laços são mantidos, transformados e recriados, ao mesmo tempo em que vão se desenhando novos mapas de interação."*[29].

---

[27]. Conforme me relatou a filha de um assentado, no momento da pesquisa participando de um acampamento no município de Lagoa Vermelha, o MST estabelece todo um estrito código normativo de condutas que vai desde a regulação da entrada e saída de pessoas, definição de horários de banho, ao controle dos rendimentos auferidos pelos agricultores em trabalhos externos ao acampamento.

[28]. *"... a religião fornece aos homens não apenas interpretações para os fatos, mas interpretabilidade nos momentos em que a realidade dos fatos parece confrontar o homem com o caos. A importância de um quadro de referência religioso está exatamente nessa sua propriedade de operar nos limites do significado, fornecendo aos homens um repertório para enfrentar a 'realidade' da vida como sofrimento e luta, dando-lhes ânimo para continuar vivendo e lutando contra as várias formas de sofrimento que, se não abolidas, tornam-se menos sofríveis."* MACEDO, Carmem Cinira, (1986). *Tempo de gênesis: o povo das comunidades eclesiais de base.* São Paulo, Brasiliense, p. 42.

[29]. SCHMITT, Cláudia J., (1992). *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do "colono sem-terra".* Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS/IFCH/UFRGS, p. 460.

Cláudia J. Schmitt, com propriedade, ressalta que a organização do acampamento implica em transformações profundas na estruturação da vida familiar. Na situação excepcional do acampamento, a família deixa de ser o espaço principal de decisão dos destinos de seus membros; impõe-se a contingência das decisões coletivas, tomadas em fóruns mais amplos, como as assembléias gerais e, principalmente, os "grupos de família" e as "equipes de trabalho". Decisões relativas à obtenção de alimentação, à localização dos barracos, às instalações sanitárias, às normas de segurança e comportamento moral e político, da saúde e da educação, por exemplo, transferem-se da esfera doméstica para a esfera pública e, em conseqüência, *"aquilo que antes era "assunto de casa" torna-se tema a ser tratado em reunião e o sistema de regras que existia no interior de cada família passa a ser objeto de avaliações e questionamentos, surgindo, assim, a necessidade de negociar o 'jeito de fazer as coisas'."*[30].

Se o *"tempo de acampamento"* é rememorado pelos homens predominantemente sob a perspectiva de sua dimensão política, de valorização dos enfrentamentos e mobilizações promovidas, as mulheres normalmente acentuam uma outra dimensão: à medida que a duração do acampamento se prolongava para além do inicialmente previsto, colocava-se a necessidade de conformar o acampamento enquanto um espaço de sociabilidade, de tessitura de novas relações sociais, de (re)construção de relações de vizinhança perdidas quando se decidiu acampar. *"Na época de verão, tinha árvores perto do barraco, uma sombra, as mulheres da vizinhança se reuniam lá, uma fazia crochê, a outra tricô, a outra bordava, coisas assim... A gente se reunia e ficava conversando e fazendo alguma coisa."* (Maria, assentada).

Enquanto o relato masculino se centraliza em ações no espaço público, a narrativa feminina dá visibilidade a um cotidiano marcado pela precariedade vivida no espaço doméstico. É a vida familiar e a preocupação com a obtenção dos meios de subsistência da família que constitui o eixo articulador do *"tempo de acampamento"* narrado pelas mulheres. O acampamento é (re)construído

---

[30]. SCHMITT, Cláudia Job, (1992), op. cit., p. 505.

discursivamente menos como um momento heróico de enfrentamentos e conflitos com a polícia e mais como um tempo marcado pela dificuldade de cozinhar, de lavar roupa, de tomar banho, de cuidar das crianças, das doenças, de ter privacidade...

> A gente cozinhava num pedacinho de lata assim, uma chapa no chão em cima dos tijolo. Deus o livre! Era sofrido. A roupa era ruim de lavá, Nossa Senhora! E se a gente queria ir lavá nos tanque tinha que levantá às 4 hora da manhã e ir lavá roupa! E ainda a gente chegava nos tanque e tava cheio de gente lavando. (Dona Aurora, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000)

> O que deu dor de vista nas criança era a fumaça. Porque o nó de pinho faz uma fumaça forte, aquilo parece que gruda e ela gruda com a fumaça e daí decerto aquilo que deu dor de vista. Meu Deus! As criança ficavam só deitada assim com a cabeçinha embaixo do braço da gente. As vista que era um bolo assim. Olha, eu acho que ficaram uns 6 mês com dor de vista! Nossa Senhora! E febre, febre... que a dor de vista dá febre... (Dona Aurora, assentada).

A foto abaixo mostra o tipo de fogão dominante no acampamento e relatado por Dona Aurora: uma chapa de ferro, sustentada por alguns tijolos cimentados, sobre as brasas.



Foto obtida in HERMANNS, Johannes, (1988). *Ich habe den Schrei meines Volkes gehört.* Alemanha, p. 86.

Além da feitura da comida, a própria questão da obtenção dos alimentos necessários à subsistência do grupo familiar é um aspecto reiteradamente presente nos relatos das agricultoras, revelando que, mesmo na situação singular do acampamento e diante das insistentes reivindicações das lideranças políticas que participassem dos atos e manifestações públicas, elas dominantemente reproduziam os papéis socialmente atribuídos à mulher entre o campesinato sulista. Todavia, é preciso não desconsiderar a importante participação das mulheres nas mobilizações políticas e, principalmente, nos conflitos travados com a Brigada Militar. *"Porque na hora da barreira da Polícia, quem ia na frente era as mulher! A primeira barreira das mulher e a segunda dos homem. Era decidido porque as mulher tinha mais força e a Polícia não batia em mulher. E daí, prá defendê os marido, nós ia de boa vontade na frente! Nós defendia a família, a mulher que defendia!"* (Vera, assentada).

Diante da insuficiente ajuda governamental e dos intermitentes auxílios de organizações sociais (principalmente eclesiásticas), foi preciso articular outras estratégias, como o trabalho assalariado temporário e, principalmente, a recorrência à ajuda da família. Ainda que muitas vezes a decisão de acampar tenha se dado em meio a tensões e divergências no interior da família, isso não implicou no rompimento do compromisso moral do auxílio diante de dificuldades. Esse fenômeno aponta para a compreensão que o espaço social do acampamento envolve tanto a inserção em novas relações sociais e o estabelecimento de outras sociabilidades, quanto a (re)criação de redes tradicionais de solidariedade anteriores ao próprio engajamento na luta social pela terra. Ou seja, foi a "comunidade" de origem e, sobretudo, a família que constituiu o ponto de apoio fundamental à manutenção no acampamento, seja no aspecto material ou emocional. Alguns, principalmente filhos de pequenos proprietários, cujas famílias moravam próximas ao acampamento, saíam por 3 ou 4 dias do acampamento para cultivar reduzidas extensões de terra exclusivamente dedicadas à autosubsistência.

> Eu não tenho dúvida que o apoio da família pesa muito, porque não foi poucas vezes dentro do acampamento a gente pensava em desisti. Mas vinha o pai, vinha o irmão, vinha a mãe e dizia: *"- Oh, calma que tu vai*

> *chegá lá. Fica aí que vai valê a pena. Tu vai sê recompensado.".* Aquilo ali pesô muito né, aquele apoio, aquela palavra né prá gente permanecê. (Antônio, assentado).

Conformação de sociabilidades que não envolveu apenas momentos prazerosos e de solidificação de laços de coesão e solidariedade, mas também na necessidade de conviver com pessoas desconhecidas, com *"gente que a gente nunca pensô que ia tê que lidá"* e com fatos desagradáveis e indesejados, como o furto de comida e roupas.

> Ganhamo a carne, ponhamo a fritá e se descuidemo um pouquinho... quando fumo lá, cadê a panela? Não tinha mais. A fome era demais, daí todo mundo queria carne e ninguém tinha. Daí, quando a gente ganhava, a gente tinha que ficá cuidando a panela em cima! Porque senão... roubavam. (Dona Conceição, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira em janeiro de 2000).

4.2.4. Os "Grupos de Famílias" e a "Política de Formação" no Acampamento

Criados nos primeiros dias de acampamento com a finalidade de constituírem a unidade organizativa básica onde se discutiriam e se encaminhariam os problemas surgidos no dia-a-dia, os "grupos de famílias"[31], com o passar do tempo, acabariam por ganhar um conotação adicional, tornando-se, acima de tudo, o mecanismo fundamental através do qual se daria o que os agentes de pastoral e lideranças do MST passaram a denominar de "política de formação".

Essa "formação" consistia num trabalho discursivo e não-discursivo, colocado em prática pela chamada "Equipe de Formação"[32], devotado à

---

[31]. Constituídos, em média, por 10 famílias, teriam existido no Acampamento da Annoni, aproximadamente, 150 "grupos de famílias".

[32]. Segundo relatos, a "Equipe de Formação" teria sido criada por iniciativa de um frei franciscano e teria reunido em torno de 40 lideranças. *"E ele (Frei Antonello) trabalhou com uma metodologia que ele não falava muito. Ele dava alguns materiais prá gente estudá e depois que conversava um pouco com nós deixava uma tarefa, dava uma espécie de uma aula, ajudava nós, ensinou nós a planejá como faria, quantos grupo, quem faria e com quem faria. Ia embora, deixava a gente e nós*

construção da identidade política daquele grupo social, dando continuidade a um processo que se desenvolvera no interior das Comunidades Eclesiais de Base, no Acampamento da Encruzilhada Natalino e que se desdobrara nos "núcleos de sem terra" formados em diferentes municípios do norte gaúcho a partir de 1983[33]. *"Porque a prática, desde o Natalino, é de organizá o grupo em pequenos grupos, seja prá discussão de texto bíblico, seja prá tomá decisões políticas."* (Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Darci Maschio, então membro da Executiva do Acampamento e da Direção Nacional do MST, aponta, por outro lado, que essa *"política de formação"* , ao menos num primeiro momento, não visava *"elevá o nível político e ideológico desse povo. Não passava por nossa cabeça isso."*. A idéia original ao se formar a "Equipe de Formação" era propiciar o controle político das discussões no interior dos "grupos de famílias", procurando evitar, na medida em que se prolongava o impasse nas negociações com o Governo Federal, que grupos de dissidência política passassem a ter influência nas decisões e encaminhamentos da luta social. *"Então, se começasse a havê blocos, pessoas que começaram a formá em torno deles blocos com uma outra avaliação, com uma outra interpretação da realidade, nós não manteria a unidade mais! Nós iria perdê a nossa base! O povo ia começá a virá em fraçãozinhas."* (Darci Maschio).

Os conteúdos de discussão que circulavam no interior desses grupos podem ser agrupados em torno de três eixos referenciais: a análise e debate da conjuntura política e dos encaminhamentos da luta social; a interpretação dos textos bíblicos, construindo uma analogia entre a realidade vivida pelos agricultores sem terra e o "povo de Israel"; e a questão das formas de organização da produção a serem adotadas quando a terra fosse "conquistada".

---

saía no acampamento fazendo aquele trabalho. ***E assim ele construiu um grupo de lideranças*** *que hoje a gente (o MST da região) tem."* (Paulinho, membro da "Equipe de Formação").

[33]. Não quero com isso afirmar que a produção da identidade política do "colono sem terra" resulte exclusivamente do trabalho discursivo posto em prática pelos agentes de mediação e representação. As experiências históricas vivenciadas pelo grupo social e as práticas sociais dos grupos identificados como opositores também são elementos fundamentais no processo de produção de identidades coletivas. Nessa perspectiva de trabalho, recomendo a leitura de SCHMITT, Cláudia, (1992), op. cit..

Além de ser a instância organizativa primária por onde circulavam as informações e se davam as primeiras discussões acerca das deliberações que seriam tomadas na Assembléia Geral, o "grupo de família" passou a ser instrumentalizado pelas lideranças como um espaço conformador de identidades. Através do delineamento do campo de forças sociais direta ou indiretamente envolvidas no conflito, os líderes do MST e os agentes de pastoral, através de uma discursividade que hierarquizava a sociedade sob uma perspectiva dualista (ricos x pobres, burgueses x trabalhadores), operavam estrategicamente na produção da identidade do "sem terra" e do "acampado"[34].

> No começo, a gente trabalhou mais na correlação de forças. Mostrando quem era nós e quem que era o Governo e quem que tava do nosso lado e quem que não tava. Porque, como eram 1.500 famílias, nem todas tinham clareza de porque tavam ali. A gente primeiro fez esse trabalho com as famílias, discussão as vez do dia todo no grupo. (Nestor, membro da "Equipe de Formação", entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

À medida que a vida no acampamento ia se rotinizando, em decorrência do passar do tempo e dos impasses na resolução do conflito, os "grupos de famílias" foram adquirindo outros sentidos estratégicos na luta social. Na ótica das lideranças e mediadores, era preciso desenvolver um trabalho na perspectiva que os acampados compreendessem que a *"conquista da terra"*, diferentemente das expectativas iniciais, não se daria de forma imediata, mas resultaria de um processo de luta contínuo e persistente.

As passagens bíblicas, particularmente aquelas fornecidas pelo Livro do Êxodo, passariam a ser agenciadas na dimensão que os agricultores acampados tomassem, como exemplo de obstinação, sofrimento e persistência necessários para o almejado acesso à terra, a *"caminhada"* do *"povo de Israel"* em direção à *"Terra Prometida"*[35]. Tratava-se tanto do objetivo de evitar possíveis desistências

---

[34]. Conforme Alain Touraine, a construção da identidade de um grupo ou classe social envolve, necessariamente, a percepção de quem são seus opositores. TOURAINE, Alain, (1989). *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina.* São Paulo/Campinas, Trajetória Cultural/Editora da Unicamp.

[35]. *"Então uma coisa que ele colocava prá nós, o Pe. Arnildo, é que a luta pela terra não é uma luta que começou agora. No Antigo Testamento o povo já lutava pela terra, houve conflito pela terra. Se nós olhá do ponto de vista da Bíblia, os conflito pela terra houve desde o começo... Então ele citava uma passagem da Bíblia onde que o povo de Israel saiu do Egito, onde eram escravos do Rei Faraó, e que Deus chamô eles prá uma terra longe dali, uma terra que era prá eles. Mas eles*

diante das frustrações iniciais, quanto de estimular o ativo envolvimento dos acampados nas diferentes formas de mobilização e protesto social postos em prática. Diferentemente de uma leitura tradicional do Texto Sagrado, onde o sofrimento aparece comumente associado à resignação, se pretendia que os acampados encontrassem nas metáforas bíblicas o estímulo à continuidade na luta social, *"porque a Bíblia incentiva muito a questão da força, da organização, da união. Então a gente trabalhou essa questão da Bíblia justamente prá mantê o pessoal unido. Que o pessoal percebesse que a fé, que a perseverança ia tá presente na organização do Acampamento. Ia ajudá na conquista. Então a gente fez esse trabalho de interpretação, do pessoal fazê as leitura."* (Nestor, membro da "Equipe de Formação").

Esse trabalho pastoral através dos textos bíblicos seria também instrumentalizado na discussão das formas de organização produtiva a ser adotadas não apenas no futuro assentamento, como também no próprio acampamento. Além do exemplo das "primeiras comunidades cristãs", os Livros do Êxodo e do Deuteronômio foram utilizados como recursos imagético-discursivos voltados à estimular os agricultores a adotarem formas coletivas e/ou comunitárias de produção agrícola. A demonstração das formas "igualitárias" de vida e trabalho na *"terra de Canaã"* estava, portanto, devotada a produzir efeitos de positividade.

O que se propalava como "coletivismo" ou "comunitarismo" não representava uma completa socialização dos meios de produção e dos resultados do processo de trabalho. Inspirados em valores morais do cristianismo, como a igualdade, a fraternidade e a solidariedade, MST e agentes de pastoral emulavam

---

tavam lá dentro daquele país lá escravo na mão do Rei. Então ele mandô um líder lá organizá aquele povo lá e falá prá eles que eles tinham que saí dali... É uma história longa que a Bíblia fala que houve 40 ano do dia que eles saíram até chegar nessa Terra Prometida, que é a Terra de Israel. ***Então ele (o Pe. Arnildo) falava essas coisa prá nós que vinha batê mais ou menos por aí com a nossa história!*** *Nós tinha que saí de uma terra assim... que não dava prá nós lá, nós não tinha futuro nenhum ficá ali e nós tinha que vim prá essa terra que aqui nós ia progredi, nós ia tê condição de vivê dignamente. E assim foi! E as dificuldade nós passemo também né, inúmeras né... Então era nessa linha que ele colocava prá nós e aquilo ali encorajava né! Com certeza, nós cabisbaixo ali, sabe, cheio de problema de tudo que era tipo, e ele chegava e no momento da oração aquilo ali parece que aliviava, acabava aquela tensão, aquele nervosismo, e a gente juntava forças de novo prá continuá lutando pela terra né!"* (Antônio, assentado).

formas diversificadas de organização, centradas na prática do associativismo que preservasse a autonomia e a propriedade familiar.

Nessa perspectiva, se propiciou as condições à criação e desenvolvimento de formas associativas que visassem atuar seja na esfera da comercialização (principalmente na compra de máquinas, implementos e insumos agrícolas) ou da produção. Em decorrência, as chamadas pelo MST de *"formas simples de cooperação"* (pequenas associações, "grupos semi-coletivos", "grupos coletivos", "grupos de vizinhos", mutirões) proliferaram no acampamento, particularmente a partir do final de 1986 quando os acampados tiveram acesso provisório às terras da Fazenda Annoni para o cultivo de meios de subsistência.

A precariedade econômica dos agricultores e as amplas condições de possibilidade de eficácia da discursividade produzida e difundida por lideranças e mediadores fizeram com que tivesse sido grande a adesão às formas de cooperação propostas: dezenas de grupos e associações comunitárias foram formadas[36]. Todavia, muitos acampados resistiram à proposição[37], decidindo por formas produtivas centradas no gerenciamento e trabalho familiar, alegando que o *"coletivo"* não se adequaria àqueles que tinham família numerosa por, supostamente, colocar em risco a subsistência da mesma e ocasionar a ociosidade no aproveitamento da mão de obra dos filhos:

> Eles (as lideranças) não queriam nada mais a não sê que todo mundo trabalhasse coletivo! Que eu não sou contra o coletivo, não sou, mas não dá prá levá, não funciona! O coletivo funciona conforme eles ali que eram solteiro, no caso, pouco filho, nenhum, a maioria... aí o coletivo funciona! Agora prá nós, que temo uma porção de filho e mulher, não funciona: onde que eu ia ponhá os meus trabalhá? Eu ia vesti eles de que jeito? E assim acontecia pros outros também... a maioria tinha bastante filho. (Marcos, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

---

[36]. A grande aceitação das formas coletivas e comunitárias de produção pelos "colonos" devem ser também analisadas no contexto de provisoriedade da própria situação de acampamento. Se, principalmente para lideranças e agentes de pastoral, essas práticas constituiriam um aprendizado das relações a serem vividas na *"terra conquistada"* (no futuro assentamento), para boa parte dos agricultores representavam tão somente uma estratégia decorrente das circunstâncias emergenciais colocadas pela situação de acampamento e que deveriam se esgotar assim que as famílias tivessem acesso definitivo à terra.

[37]. Desmistificando-se uma imagem construída, por lideranças do MST e mesmo por pesquisadores sociais, que no Acampamento da Annoni todos trabalhassem em grupos ou associações.

Foi na então florescente experiência do "Assentamento de Nova Ronda Alta", geograficamente muito próximo à Fazenda Annoni, que lideranças e agentes de mediação encontraram a referência que pudesse dar a confiança aos temerosos "colonos" de que a prática da "cooperação agrícola" poderia dar resultados econômicos satisfatórios.

> Na época, nós tinha um grande espelho concreto que era a Nova Ronda Alta, que era um grupo de 8, 10 famílias, naqueles 108 ha de terra lá e era um grupo coletivo. Todos os nossos olhos eram voltados prá aquilo! O acampamento todo se envolveu nisso e nós saía do acampamento, ia lá pro Salão Paroquial de Ronda Alta, fazia o debate, ouvia da companheirada que tinha já a experiência concreta e ia lá olha a experiência objetiva deles. (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS).

É importante observar como o que era designado por "trabalho pastoral" não era desenvolvido exclusivamente por agentes religiosos, mas também por algumas das principais lideranças do Acampamento, revelando que, naquele momento, havia uma baixa diferenciação entre as atividades do MST e da CPT. Pode-se dizer que, pelo menos no primeiro ano de acampamento, praticamente havia uma indistinção entre trabalho pastoral e "política de formação", assim como não existiam separações nítidas entre práticas religiosas e mobilizações políticas. Pois, *"era a partir da reza que tu juntava o povo! O Mário*[38] *era um... que na época até o pessoal chamava ele de "Ministro da Eucaristia", porque ele vinha com uma leitura bíblica e até, na época, era orientado pelo Frei Sérgio."* (Lorena, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

4.2.5. Os Agentes de Pastoral e o "Trabalho de Animação": a prática da mística e a simbologia da luta social

Além do trabalho pastoral desenvolvido no interior dos "grupos de famílias" e das atividades ligadas à "formação de lideranças"[39], os agentes religiosos se

---

[38]. Então liderança do acampamento e hoje dirigente nacional do MST.

[39]. *"Aí se começou a trabalhá também a formação de lideranças, o que antes não era possível. Nós trazia aqui pro Salão Paroquial de Ronda Alta. E aqui vinham o João Pedro (Stedille) e outras*

envolveram ativamente no que ficou conhecido entre os acampados como *"animação da luta"*.

Particularmente a ação do Pe. Arnildo Fritzen, então Pároco de Ronda Alta, emerge repetidas vezes na narrativa dos agricultores sobre o *"tempo de acampamento"*. Sua atuação é (re)construída como mecanismo imprescindível para a continuidade da luta diante da situação de precariedade e liminaridade enfrentada pelos acampados.

Cotidianamente no acampamento, Pe. Arnildo não apenas era responsável pela celebração de cultos ecumênicos quase diários ao entardecer, como é relembrado como alguém *"que não deixava ninguém triste, ele queria que o povo desse risada, ficasse faceiro né..."*. Desenvolvendo um trabalho especial com as crianças, o agente de pastoral se utilizou de suas habilidades de tocador de sanfona e exímio comunicador de massas para viabilizar que o grupo não se dispersasse e adquirisse a *"animação"* necessária ao prosseguimento na luta social:

> O Pe. Arnildo vinha lá todo dia rezá a missa, chegava no microfone e dizia: *"Boa tarde, pessoal."*. Tudo os barraco escuitava, sabe, ele dizê. Daí todo mundo, dizia: *"Boa tarde!"*. E daí era aquele corrimaço de gente, tudo indo prá missa. E daí o padre ficava as vez a tarde inteira. Ele vinha perto do portão ali, com a gaita, sentava no chão, e dele tocá gaita! Reunia uma piazadinha... mas aquilo era um lista de piá vendo o padre tocá! Se não era o Pe. Arnildo eu acho que muita gente ia desisti! (Dona Conceição, assentada).

Esse trabalho de emulação, de prática da mística, não faria uso tão somente de discursividades faladas e escritas, mas também de imagens, de símbolos da luta social de matiz claramente político-religioso. Assim como já se dera nos conflitos das Glebas Macali e Brilhante e no Acampamento da Encruzilhada Natalino, representando a clara continuidade da influência dos agentes de pastoral na condução da luta pela terra no Estado, a cruz foi o primeiro símbolo de luta e de identificação do grupo adotado no Acampamento da Annoni.

---

liderança dá curso de formação. Formá lideranças de cada núcleo, lideranças do movimento das mulheres, lideranças prá luta política, negociação, lideranças também prá educação... Se trabalhou bem isso lá! Foi certamente um dos avanços principais na Annoni. Inclusive pro Movimento depois tê lideranças prá trabalhá prá fora." (Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral).

A cruz edificada pelos acampados na Annoni, no entanto, tinha uma particularidade. Ao invés da tradicional cruz de madeira com escoras, optou-se pela construção de uma cruz formada por 32 pedras, cada uma contendo a inscrição dos diferentes municípios de origem dos agricultores envolvidos na ocupação da Fazenda. Segundo o Pe. Arnildo Fritzen, essa escolha teria se dado no interior dos "grupos de famílias" tomando como inspiração a leitura da passagem bíblica *"onde falava das antigos tribos, como é que elas se organizaram prá entrá nas terras. E daí a conclusão foi de numa celebração nós levantá uma cruz de pedra com 32 pedras prá dizê: 'Nós somos um povo resultado de uma união grande de 32 lugares diferentes.' Essa cruz ainda tá lá na Annoni, mas tá meio demolida.".*

A foto abaixo, registra o Pe. Arnildo Fritzen, as crianças às quais dedicava especial atenção e a cruz formada por 32 pedras.



Foto de Daniel Cerqueira (Arquivo de Pe. Arnildo Fritzen).

Qual a mística da cruz? Que atribuição de significados representava para os acampados e para os agentes de pastoral? O papel social do símbolo era funcionar como elemento "místico" motivador da luta social e como elemento justificador de todos os percalços e dificuldades enfrentados nas condições de acampamento. Para os agentes de pastoral envolvidos nesse trabalho, simplesmente o objetivo de buscar a terra necessária à reprodução do grupo familiar não se mostrava suficiente à sustentação da luta e era preciso, em conseqüência, articular estratégias que conjugassem o racional e o emocional. Porque *"o símbolo é vital prá qualquer caminhada, prá qualquer luta, porque ele mexe com o coração! As pessoas se educam ou se animam e criam a mística a partir de uma questão bastante íntima ou emocional e do coração mesmo. Uma coisa que é só racional desgasta!"* (Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral).

Assim, o sofrimento de Jesus na cruz é associado analogamente ao sofrimento da "caminhada" dos sem terra com o objetivo estratégico não de emular a resignação, mas a crença motivadora na possibilidade de *"conquista da terra através da luta"*, pois *"a cruz é sinal de sofrimento, mas ela também pode sê sinal de vitória. Por exemplo, Ele ressuscitou e isso é sinal de vitória. Ele venceu e nós também podemos vencer! E a cruz nossa hoje é o acampamento!"* (Pe. Lauro, agente de pastoral no Acampamento da Annoni, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

A simbologia político-religiosa da luta social empreendida pelos "colonos da Annoni" atingiria seu clímax com a realização da "Romaria Conquistadora da Terra Prometida".

4.2.6. A "Romaria Conquistadora da Terra Prometida" e a Produção de Distensões entre a Igreja e o MST

Tendo em vista o não cumprimento de um acordo firmado entre MST e MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) que previa o assentamento das famílias acampadas na Annoni em 32 mil ha de terra em

diferentes áreas do território gaúcho[40], os agricultores decidiram pelo desencadeamento de um conjunto de iniciativas políticas voltadas tanto a pressionar o Governo Federal quanto a angariar o apoio da sociedade gaúcha aos "colonos sem terra" diante do impasse e postergação da solução do conflito.

Em 1º de maio de 1986, um grupo de agricultores voltou a Porto Alegre, dessa vez montando um acampamento no pátio em frente à sede do INCRA/RS. Mas foi a realização da "Romaria Conquistadora da Terra Prometida", uma "caminhada" de aproximadamente 350 km entre a Fazenda Annoni e a capital do Estado, realizada por cerca de 250 trabalhadores e "apoiadores", que ganhou maior visibilidade política e que ficaria fortemente marcada na memória dos acampados e acampadas.

As duas estratégias de luta social (o acampamento em frente à sede do INCRA/RS e a "caminhada") refletiam as distensões e conflitos entre MST e agentes de pastoral que começavam a se desdobrar no interior do acampamento. Enquanto, principalmente o Pe. Arnildo Fritzen, defendia formas de ação política, como a Romaria, que visassem, simultaneamente, a conquista da "opinião pública" e o fortalecimento da crença dos agricultores na *"conquista da Terra Prometida"*; as lideranças ligadas ao MST[41] passaram a apregoar, diante da "inércia" governamental, a adoção de práticas de enfrentamento político mais direto com o Estado e com os proprietários fundiários, como as ocupações de prédios públicos e de propriedades particulares.

---

[40]. Acordo decorrente da ocupação da sede da Superintendência Estadual do INCRA/RS por um grupo de acampados, em fevereiro de 1986.

[41]. Particularmente, um grupo de jovens agricultores, solteiros e dedicados quase que exclusivamente à militância política e à doutrinação ideológica (que ficou conhecido no acampamento como "grupo dos piá") e que já ocupavam postos nas instâncias de direção do MST estadual e nacional. Há que se frisar, por outro lado, que vários componentes da Coordenação Geral do Acampamento tinham um ligação muito estreita com os agentes de pastoral, mesmo se assumindo como membros do MST. Começava, assim, no interior da Annoni, a se delinear um processo de diferenciação político-ideológica entre as lideranças: *"Naquela marcha que nós fizemo da Annoni até Porto Alegre, de a pé, aquela vez, então até certas lideranças, certos dirigentes na época me chamavam de "gigolô de padre", "igrejeiro", não sei o quê... porque em todos os atos nas cidades que nós chegava, então eu era um dos oradores lá né, e eu jamais, em momento algum, eu deixei de lembrá a grande ferramenta do povo de Deus que é a Bíblia! E isso soava muito mal no ouvido de certos dirigentes da época... até hoje alguns ainda continuam sendo dirigentes... E tem gente que, ao invés de refleti sobre a Bíblia, são os grandes beatos de Che Guevara!"* (Pedro,

> Um exemplo bem concreto: a caminhada que nós fizemo a Porto Alegre foi chamada de **Romaria** Conquistadora da Terra! Nós, na época, o **grupo de piá** nosso... eu não diria que tinha mais capacidade de análise, mas que se habituava a fazê isso... já achamo que meio que engolimo aquilo! E, ao decorrer da marcha, foi ficando mais explícito (as divergências)... (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS).

Apesar dos confrontos, tanto a legitimidade adquirida pelo trabalho pastoral entre os acampados, quanto a avaliação consensual da necessidade que a mobilização ultrapassasse as cercas da Fazenda Annoni, possibilitou que, em 27 de maio, cerca de 250 "colonos" acampados partissem na *"caminhada para Porto Alegre"*. Seguindo um roteiro estrategicamente elaborado, passando pelas regiões de colonização alemã e italiana, objetivando *"conscientizar"* os trabalhadores de zonas consideradas pelos agentes de pastoral como *"mais conservadoras"*, a *Romaria Conquistadora* foi marcada, sobretudo, por um conjunto de manifestações que iam tecendo a identidade do "colono sem terra" sob matizes de claro conteúdo político-religioso. *"Na chegada nas comunidades, o forte era os atos de chegada, a celebração, a missa nos lugar..."* (Lorena, assentada).

A foto abaixo registra uma dessas celebrações político-religiosas, na qual um dos momentos da liturgia foi a exposição da primeira criança nascida no acampamento, transformada em símbolo da luta e tornando o ato biológico do nascimento um fato sócio-histórico significador das possibilidades de constituição de uma vida nova.

---

então membro da Executiva do Acampamento da Annoni, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).



Foto do Arquivo de Pe. Arnildo Fritzen (autor ignorado).

A cruz de madeira carregada pelos "colonos" ao longo do trajeto procurava igualmente não apenas produzir uma imagética que reforçasse entre os agricultores um sentimento de pertencimento a uma coletividade em luta, com objetivos comuns, mas também forjar uma determinada imagem dos "sem terra" que sensibilizasse a sociedade, associando sua "caminhada" ao sofrimento de Cristo.



Fonte: Arquivo de Pe. Arnildo Fritzen (autor ignorado).

Nesse sentido, na discursividade de natureza político-religiosa hegemônica naquele momento, a caminhada não representava tanto o enfrentamento político, a estratégia racional que procurava através da pressão social agilizar a ação estatal para a execução da reforma agrária, quanto tinha um sentido pedagógico conferido pelo sofrimento. Caminhar 350 km, se submetendo a todas as provas e dificuldades materiais e emocionais, constituiria para os "colonos", na ótica dos agentes de pastoral, uma "prova de fogo" que serviria para amalgamar um sentido de identidade e de legitimação das reivindicações perante o Estado e a sociedade.

> A caminhada ajuda muito os sem terra, educa, torna mais companheiros e faz as pessoas compreenderem a luta pela terra, o que ela significa. (...). Além disso, permitia que um grupo de 250 acampados que se propõe a atravessá o Estado e dizê prá toda a população, em primeiro lugar, dizê prá eles quem nós somos, o que nós queremos e porque nós estamos lutando pela terra. (Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral).

Em 23 de junho de 1986, 28 dias após a partida da Annoni, os "caminhantes" chegaram à capital do Estado. No entanto, não são mais 250 agricultores, mas uma grande multidão, estimada pelos organizadores em cerca de 30 mil pessoas, mobilizada por setores "progressistas" da Igreja, por partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais. Pe. Arnildo Fritzen, principal idealizador e organizador da *Romaria*, (re)constrói esse momento sob traços épicos:

> Mas entrá em Porto Alegre com 30.000 pessoas! Isso foi fortíssimo! (...). E lá entramos prá dentro com todas as bandeira, a cruz vinha na frente, e como era Romaria nós tinha um sino e esse sino ia tocando prá anunciá que tá chegando o povo que quer terra... (emocionado). Impressionante! No meio daqueles edifício, tocando um sino! Era um negócio impressionante! E a aceitação popular! O que jogaram de papel picado dos edifício! Era uma coisa marcante! (Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral).

Após o ato de entrega da "chave da cidade" pelo Prefeito Alceu Collares (PDT), a *Romaria* se dirigiu para a Praça da Matriz, próxima ao Palácio Piratini, sede do Executivo gaúcho, e da Assembléia Legislativa. Esse momento foi marcado pela efetivação de outra manifestação política de inspiração nitidamente místico-religiosa: os 250 "colonos sem terra" e agentes de pastoral se deitaram ao solo, manifestando que aguardariam, passivamente, uma solução para as famílias acampadas na Annoni.



Foto de Daniel de Andrade, in MST, (s.d.). *A luta dos trabalhadores sem terra.* São Paulo. (Álbum de fotografias).

A realização desse tipo de protesto, que buscava conquistar o apoio popular pela via emotiva, *"pegá as pessoa pelo coração"*[1], serviu para instigar ainda mais as divergências entre agentes de pastoral e um segmento importante das lideranças ligadas ao MST, que iam delineando uma perspectiva de luta política centrada na racionalidade dos conflitos sociais. Esses confrontos se acirraram ainda mais com a propositura de duas estratégias diferenciadas: enquanto líderes do Movimento propunham que os agricultores se adicionassem ao grupo acampado no pátio em frente à sede do INCRA/RS, os agentes de pastoral[2] decidiram aceitar o convite feito pelo então Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Valdomiro Lima (PDT), para que pernoitassem aquela noite no interior da casa legislativa. Conseqüência: a maior parte do grupo, (re)construído na narrativa histórica dos agricultores como o *"grupo do Pe. Arnildo"*, acampou no interior da Assembléia[3], enquanto o segmento mais

---

[1]. Pe. Arnildo Fritzen, agente de pastoral.
[2]. É preciso, entretanto, relativizar essa polarização do campo de conflitos interno à Annoni, na medida em que alguns agentes de pastoral (como o Frei Sérgio Antônio Görgen) passaram a assumir posições cada vez mais próximas às diretrizes propostas pela direção do MST.
[3]. Como afirma Carlos Wagner, *"o que era para ser o abrigo por uma noite para os colonos virou uma ocupação de 61 dias."* WAGNER, Carlos, (1989). *A saga do João Sem Terra.* Petrópolis, Vozes, 2ª ed., p. 102.

identificado com as diretrizes propostas pelo MST, (re)construído como *"grupo dos radical, da piazada"*, se manteve no acampamento em frente ao INCRA/RS.

> Havia uma divergência bem visível entre quem tava no INCRA e quem foi na caminhada. Quem foi na caminhada, uma visão extremamente religiosa, e quem tava no INCRA, extremamente política e ideológica! (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS).

Ainda que a presença de "colonos" acampados no interior do espaço legislativo fosse um fato absolutamente inusitado e extraordinário, após 2 meses de poucas novidades nas negociações[45] e uma relativa desconsideração por parte dos órgãos de imprensa, desencadeou-se uma discussão acerca das novas estratégias de luta a serem postas em prática. Novos impasses e controvérsias entre lideranças e mediadores afloraram, tendo em vista que enquanto as lideranças do Movimento propunham que os dois grupos acampados na Capital voltassem para a Fazenda Annoni e preparassem novas ações políticas, o Pe. Arnildo e as lideranças a ele ligadas entendiam que a melhor estratégia era permanecer na Assembléia Legislativa, *"que não se devia abandoná o espaço conquistado"*.

O "grupo do INCRA" acabou por impor sua convicção da necessidade de articular novas formas de enfrentamento social e, em 25 de setembro de 1986, os "colonos" regressaram à Fazenda Annoni e começaram a preparar a ação de ocupação das áreas em processo de desapropriação na região de Cruz Alta e sob impasse judicial[46]. Essa decisão, segundo então lideranças do MST, constituiu um marco referencial nas novas relações que estabelecer-se-iam entre os acampados, o MST e os agentes de pastoral, porque aquele teria sido o momento quando

---

[45]. O Governo Federal decretara a desapropriação de duas fazendas na região de Cruz Alta. Todavia, o processo de assentamento estava bloqueado pelo questionamento judicial da medida por parte dos proprietários.

[46]. Em 29 de setembro, ao tentarem sair da Annoni em direção à Cruz Alta, os acampados entraram em acirrado conflito com a Brigada Militar, que na noite anterior cercara o acampamento. Violentamente reprimidos, os "colonos" retornaram ao acampamento com um saldo de mais de 50 feridos. Impedidos de sair da Fazenda pelo cerco policial que durou vários dias, os "colonos" colocaram na entrada do acampamento uma placa com os dizeres "Presídio Jair & Brossard", em "homenagem" aos então Governador do Estado e Ministro da Justiça, respectivamente. Cf. WAGNER, Carlos, (1989), op. cit..

> nós começamo a caminhá com as nossas perna. (...). Voltamo e fizemo aquela caminhada prá Cruz Alta, fomo preso no Barreiro... isso foi o corte! E daí começamo a não convidá mais muitos agentes (religiosos) prá avaliação! E aí eu acho que a gente fez... eu tenho dito isso... fez que nem criança que quando ela tá querendo caminhá, a gente, o pai ou a mãe, tá agarrado na camisinha dela, na roupinha, prá ela não tropeçá! No momento que ela começou a dá os primeiros passos... pode cuidá, toda criança é assim! Ela não quer ser agarrada! De jeito nenhum! Prefere cair, quebrar os beiço, mas... briga se alguém ficá segurando! E nós fizemo a mesma coisa! Começamo a caminhá com nossos passos, fazê avaliação a partir de outra ótica e não da Bíblia e aí começamo, de certa forma, demo um certo gelo em muitos agentes de pastoral!" (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS).

Se na ótica dessas lideranças do MST no Acampamento o distanciamento é (re)construído como um desdobramento "natural" dos impasses vividos pelos agricultores e da necessidade de compreender os conflitos sociais por uma racionalidade de natureza política e não moral ou religiosa, ao menos alguns agentes de pastoral que vivenciaram diretamente aquele processo entendem que as discordâncias derivaram de diferentes posturas em relação à condução política do acampamento. Para o Pe. Lauro, agente de pastoral na Annoni, a polarização teria se dado pela contraposição entre diferentes metodologias de trabalho, onde enquanto os agentes religiosos propunham *"ir a pé"* (isto é, fazer um trabalho lento e evolutivo de "conscientização" dos agricultores e da sociedade), os dirigentes do MST preferiam *"ir de avião"* (isto é, privilegiar as estratégias de enfrentamento, de acirramento do conflito social). *"Nós diríamos assim: dentro do Movimento Sem Terra, do MST, também algumas lideranças queriam ir de avião! Queriam ir logo pro pau! Logo prá luta! Logo tem que conquistá! Sem respeitá o processo né."* (Entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Esse processo de distensão entre MST e o trabalho pastoral representaria o gradativo afastamento de alguns agentes religiosos da vida cotidiana do acampamento e de suas instâncias diretivas (particularmente, do Pe. Arnildo Fritzen) e a redefinição da função atribuída a outros (como do Frei Sérgio A. Görgen), que passaram a desenvolver um trabalho mais afinado às diretrizes estabelecidas nas instâncias diretivas do Movimento[47].

---

[47]. Sobre essa diferenciação de papéis entre agentes de pastoral ligados à CPT do Rio Grande do Sul, ver BRITO GOES, César Hamilton, (1997). *A Comissão Pastoral da Terra: história e*

Correlativamente a essa "autonomização" do MST, foi sendo produzida uma outra simbologia da luta social, que não mais remetesse a referências de natureza religiosa, mas de conteúdo sócio-político. A bandeira vermelha e os instrumentos de trabalho (a foice, o facão, a enxada...), gradativamente, passariam a preencher as imagens marcantes das mobilizações dos "sem terra" em substituição à cruz, aos lenços brancos, às "romarias", às celebrações...[48]. À "mística religiosa" começava se sobrepor à "mística política" e à construção da identidade dos "sem terra" como o "povo de Deus" ganhava prioridade um trabalho que visava a conformação de uma classe social (a classe trabalhadora) em confronto com outras classes sociais (a burguesia, os proprietários fundiários) e com o Estado (representado, numa perspectiva maniqueista, como o representante dos interesses das classes dominantes).

> Então, ao invés de você cravá uma cruz, que a primeira coisa que se fazia quando chegava no latifúndio era cravá uma cruz! Aí você começa onde a primeira coisa é a bandeira! Você não deixa a cruz, mas você começa a introduzi a simbologia do Movimento. Você começa a introduzi as músicas do Movimento, a mística do Movimento. (Márcia, membro da Executiva Nacional do MST/RS, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

O relativo distanciamento dos agentes religiosos provocou profundas alterações nas práticas cotidianas dos agricultores no interior do Acampamento da Annoni. Marco biográfico recorrente das narrativas sobre o *"tempo de acampamento"* tecidas pelos agricultores hoje assentados, as rezas e missas diárias ao final da tarde passaram a sofrer restrições por parte das lideranças que tentavam impor ao conjunto do acampamento novas dizibilidades e visibilidades, não mais centradas em referências religiosas, mas numa análise "científica" da realidade social, dos grupos e classes sociais em disputa e do papel do Estado nesse processo.

> Então, a gente começou a sê as vez até grosso nas brincadeira, negócio de cruzes, abandonamo esse negócio de reza... Porque no Acampamento da Annoni nós tinha reza todo dia de tardezinha! Todo

---

ambivalência da ação da Igreja, no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH/UFRGS.

[48]. Algumas manifestações de origem religiosa foram convertidas a uma imagético-discursividade de natureza política, como, por exemplo, a transformação da "romaria" em "marcha".

> santo dia tinha uma reza! E quando nós cortamos isso... nós dizia: *"Paremo com aquela folia!"*. Nós fazia assembléia política e paramo com aquelas reza! Então, isso foi um negócio que chocou... (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS).

Não obstante, os conteúdos da "formação política" que se dava até então no interior dos "grupos de famílias", centrados fundamentalmente nos textos bíblicos, não sofreram grandes transformações em decorrência desses conflitos, mesmo porque as lideranças percebiam a extrema eficácia do discurso político-religioso na manutenção da mobilização social do grupo. *"Então permanecia igual a formação, não houve essa ruptura: até aqui é isso, daqui prá frente é outra! Até porque na formação era mais difícil de tu fazê esse corte, porque daí era um corte notável culturalmente das pessoas... que tu tava mexendo com pessoas com fé popular, então tu não podia fazê isso!"* (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS).

A "autonomização" do MST em relação à CPT no Estado se cristalizaria em 1987, quando suas instâncias diretivas decidiram radicalizar os enfrentamentos, adotando a estratégia de resistência armada às ordens judiciais de desocupação de fazendas ocupadas, principalmente no Acampamento do Salto do Jacuí e nas Fazendas São Juvenal e Santa Elmira, em Cruz Alta. Mas, sem dúvida, esse processo teve suas raízes nos desdobramentos políticos no interior do Acampamento da Annoni.

4.2.7. A Criação do "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino"

Após um conjunto de manifestações promovidas pelos "colonos" e a resolução do impasse judicial que impedia a imissão de posse da Fazenda Annoni em favor do INCRA, no final de outubro de 1986 a área foi liberada para a implantação do "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino", prevendo, inicialmente, o estabelecimento de 220 famílias[49]. Diante da impossibilidade de

[49]. O "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino" foi oficialmente criado pelo INCRA através da Portaria nº 843 de 07 de novembro de 1986. A denominação, segundo documento do órgão

viabilização de acesso à terra ao conjunto das, aproximadamente, 1.500 famílias acampadas, a então Superintendente Estadual do INCRA/RS, Rejane B. Filippi, que assumira o cargo recentemente, apresentou a proposta da efetivação de um "assentamento provisório" de todas as famílias nos cerca de 3.500 ha agricultáveis da Fazenda, até que o INCRA viabilizasse a desapropriação de outras áreas. Isso representava a fragmentação da *"cidade de lona"* e a dispersão dos acampados em 16 áreas físicas da Fazenda.

É interessante observar que a ação estatal, por força da pressão organizada dos acampados e do MST, redefinia os planos inicialmente traçados pelo INCRA em relação à Fazenda, pois a Annoni constituía a chamada Gleba 2 do PIC – Sarandi (Plano Integrado de Colonização), que previa o estabelecimento de famílias de agricultores que tiveram suas terras inundadas pelas águas em decorrência da construção da Barragem do Passo Real[50]. O próprio processo administrativo de criação oficial do Assentamento revela a relatividade da normatividade estatal e o jogo de forças sociais que interferem na definição das prioridades do aparato institucional, no caso, especificamente em relação aos efetivos "beneficiários" do acesso à terra, quando afirma que *"a partir do acampamento foi necessário rever a posição inicial de destinar a área aos 'afogados' do Passo Real, pois não era possível desconsiderar a presença de tão grande contingente organizado dentro da Fazenda."*[51]. Veja-se que o próprio texto explicita que a ação estatal, naquele momento, respondia às circunstâncias impostas pela presença de um *"contingente organizado"* , indicando que não é a simples existência de uma necessidade social que define as prioridades de intervenção do Estado, mas, sobretudo, as diferentes potencialidades dos grupos sociais de transformar uma necessidade em reivindicação. Evidentemente a

---

estatal, *"foi discutida com os assentados, foi estabelecida tomando como referência o antigo acampamento, do qual vários dos atuais beneficiários participaram, e a localização do Projeto situado à pequena distância da Encruzilhada Natalino."* INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1990). *Programa de trabalho/1990. Anexo 4: Informação sobre o Acampamento Encruzilhada Natalino e Ocupação da Fazenda Annoni.* Porto Alegre, p. 3.

[50]. Popularizados sob a pejorativa alcunha de "afogados do Passo Real".

capacidade organizativa dos "sem terra", particularmente expressa através das ações do MST e do apoio de instituições sociais legitimadas, como a Igreja, era bem superior à dos "afogados", que mostravam enormes dificuldades de se articular politicamente.

Qual era a racionalidade administrativa que regia a proposta estatal de criar um "assentamento provisório" que propiciasse o precário acesso de todas as famílias acampadas às terras da Fazenda Annoni? Não há dúvida que a impossibilidade operacional de viabilizar o assentamento imediato de todos em diferentes áreas no Estado pesou significativamente na definição dessa estratégia. No entanto, era também objetivo do INCRA/RS postergar a resolução de quem seriam os "beneficiários" definitivos do assentamento, diante dos conflitos de interesses existentes entre "acampados" e "afogados". O "assentamento provisório" era uma estratégia que visava a *"aproximação dos dois grupos, buscando uma composição que interessasse a ambas as partes."*[52]. Além disso, os custos financeiros com o fornecimento sistemático da alimentação aos "acampados" teria influenciado na decisão, pois, ao permitir que os "colonos" cultivassem ao menos os meios de subsistência alimentar básicos o INCRA *"em pouco tempo deverá se desobrigar de continuar fornecendo alimentação para o acampamento, como vem fazendo até agora."*[53].

Também não se pode desconsiderar que o órgão operacionalizador da reforma agrária no Estado estava premido pela necessidade de dar respostas à reivindicação dos agricultores, na medida em que tanto as manifestações promovidas (principalmente, a *"Romaria Conquistadora da Terra Prometida"*) como os conflitos com a Brigada Militar tinham sensibilizado fortemente a "opinião pública" gaúcha. O "Acampamento da Annoni" ganhara grande visibilidade política,

---

[51]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1986). *Proposta de criação do P. A. Encruzilhada Natalino – Município de Sarandi.* Porto Alegre, p. 2.

[52]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1986), op. cit., p. 1.

[53]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1986), op. cit., p. 1.

merecendo destaque rotineiro na imprensa falada e escrita estadual[54]. Diante disso, *"seria difícil explicar à sociedade como um todo a permanência da terra sem utilização produtiva, considerando o amplo debate público e discussão na imprensa sobre a questão dos agricultores sem terra e o compromisso do governo de realizar a Reforma Agrária no país"*[55].

Emanada do aparato estatal, essa proposta, inicialmente, foi recebida com certo descrédito pelas lideranças e pelos acampados, na medida em que todos acreditavam na perspectiva de uma solução rápida e definitiva para o conflito. Entretanto, diante das várias dificuldades enfrentadas internamente, os "colonos" decidiram aceitá-la.

Na perspectiva das lideranças do acampamento, a proposta de "assentamento provisório", senão plenamente satisfatória, ao menos serviria para manter o controle político sobre os agricultores, na medida em que conflitos, principalmente entre "acampados", "filhos de parceleiros" e "afogados", começavam a provocar fortes tensões internas. A direção do acampamento já começava a perceber a produção de *"muitos desgastes e até problemas de organização e participação dos acampados"*; com isso, o acesso à terra, ainda que em condições precárias e provisórias, *"ajudará muito a nossa reorganização interna, aliviará as tensões e teremos oportunidades para nos subdividir na área em diversos grupos"*[56].

O "assentamento provisório" propiciaria às lideranças e agentes de pastoral efetivar, na prática, o trabalho de estímulo à formação de grupos coletivos e comunitários de produção desenvolvido desde os primórdios do acampamento no interior dos "grupos de famílias". Esse processo seria facilitado pelo fato que o próprio INCRA estabelecera que a *"implantação de lavouras comunitárias"* seria *"a*

---

[54]. Tanto que seria considerado, posteriormente, pelo jornal Zero Hora, um dos "100 fatos que marcaram o Século XX no Rio Grande do Sul".

[55]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1986), op. cit., p. 4.

[56]. COORDENAÇÃO GERAL DO ACAMPAMENTO DA FAZENDA ANNONI, (1986). *Projeto de trabalho comunitário da Fazenda Annoni.* Mimeo., s.p..

única forma de ocupação possível"[57] diante da premência em viabilizar o preparo do solo e a implantação das culturas de verão.

Se, para o órgão estatal, a "proposta comunitária" decorria, ainda que não exclusivamente, de critérios de natureza técnica[58], para a Coordenação Geral do Acampamento e para as lideranças do MST ela propiciaria a experiência de novas formas de organização do trabalho que ajudaria *"todos a viver como companheiros"*[59]. A idéia era que todos os "grupos de famílias" existentes no Acampamento passassem a produzir coletiva ou comunitariamente, organizando diferentes formas de cooperação ("grupos coletivos", "grupos semi-coletivos", "associações", etc.) tomando como referência modelar o "Assentamento de Nova Ronda Alta".

> Eu diria que a idéia das associações ainda surgiu da parte da CPT, da Igreja. Por exemplo, o Pe. Arnildo e o próprio Frei Sérgio e tomando por exemplo a Nova Ronda Alta. (...). A gente fez uma maratona de visitas à Nova Ronda Alta. Então, todo dia, imagina 1.500 famílias, levá todas num dia só não dava prá levá, então todo dia a gente, ou era uma kombi ou era na carroceria de um caminhão, então a gente anunciava no som e os núcleo iam ali e inscreviam: *"Olha, do meu grupo, vai duas famílias..."*. Sempre levava o casal. Então esse povo ficava, de manhã ou à tarde, lá conversando com os assentado. Isso influenciou na questão da formação do trabalho coletivo e dos núcleo. Queira ou não queira, a minha avaliação é essa! Que a menina dos olhos verdes foi o Assentamento da Nova Ronda Alta. (Pedro, membro da "Equipe de Produção").

Ainda que uma grande parcela dos "grupos de famílias" tenham efetivamente se transformado em "grupos de produção" ou "associações", um contingente significativo de agricultores optou pela produção de tipo familiar[60], cultivando gêneros de subsistência nos, aproximadamente, 2 ha de terra a que cada família teve acesso. Esse processo de diferenciação entre os agricultores acampados foi ratificado pela ação discriminatória e seletiva de entidades de apoio, principalmente aquelas ligadas à Igreja Católica, que auxiliaram economicamente na viabilização dos "grupos de produção" e associações".

---

[57]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1986), op. cit., p. 4.

[58]. Ainda que não se possa desconsiderar fatores como a adesão ideológica de técnicos estatais a propostas de organização produtiva dessa natureza, como também a influência política do MST nas definições do próprio órgão.

[59]. COORDENAÇÃO GERAL DO ACAMPAMENTO DA FAZENDA ANNONI, (1986), op. cit., s.p..

"Inclusive veio projetos da Cáritas diocesana prá dentro, aonde que foi comprado descascadores de arroz, o próprio maquinário também, tratores, trilhadeiras, juntas de boi, vacas... isso foi conseguido através da Cáritas de Passo Fundo. Aonde que aí começou a se dá o rumo dessas associações." (Pedro, membro da "Equipe de Produção").

Nessa mesma perspectiva, lideranças do MST e do acampamento[61] colocavam em prática a estratégia de angariar recursos que viabilizassem a implantação do "projeto comunitário". Nesse sentido, militantes viajariam à Europa munidos de um documento bastante elucidativo das dizibilidades e visibilidades do Acampamento estrategicamente produzidas pelas lideranças com o intuito de *"buscá apoio, recursos prá podê plantá toda a Fazenda"*. O *"Projeto de Trabalho Comunitário da Fazenda Annoni"* produzia a percepção de que todos os acampados, indistintamente, estavam engajados nas iniciativas de *"trabalho conjunto"*; em decorrência, os recursos destinar-se-iam, exclusivamente, em prol dos "grupos organizados", excluindo-se os "individuais". Portanto, as diferentes potencialidades de falar e de se fazer ouvir acabariam por ratificar processos de diferenciação de poder internas ao acampamento, num claro privilegiamento daqueles que aderiam às diretrizes políticas e de organização produtivas propostas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

É interessante que, hoje, o passado é (re)construído sob ângulos bastante diferenciados daqueles então considerados pelas lideranças. Atualmente, entendem que a descentralização do acampamento e sua divisão em 16 grandes áreas propiciou uma relativa desmobilização política dos acampados, na medida em que, a partir de então, os agricultores não mais estariam permanentemente disponíveis à participação nas manifestações em virtude do envolvimento também com as atividades produtivas.

> Porque tu não juntou mais o povo prá ir prá uma mobilização, prá liberá prá uma área. Nas área onde cada um ficou, cada um começou a tê um bichinho, uma vaca, um porquinho... e daí como é que saía e largava tudo? Foi se enraizando, foi ficando uma coisa que já me segurava aqui.

---

[60]. Pejorativamente qualificadas, pelas lideranças, como "individuais".

[61]. É preciso ter presente que, naquele momento, há praticamente uma indiferenciação entre lideranças estaduais e mesmo nacionais do MST e as lideranças do Acampamento da Annoni.

> ... Inclusive a avaliação do pessoal foi que a história de nós se dividi na Annoni foi o fato que ocasionou a demora de assentá todo o povo da Annoni. (Lorena, assentada).

Na maioria das narrativas, contudo, a possibilidade do acesso provisório à terra é (re)construída sob uma visibilidade marcadamente positiva, na medida em que teria propiciado a possibilidade de melhorar as condições de sustentação no acampamento, principalmente através do cultivo de gêneros alimentares básicos. A descentralização do acampamento representava para os agricultores uma relativa reorganização da vida como "colono", pois, por um lado, proporcionava, ainda que precariamente, a reincorporação do processo de trabalho ao seu cotidiano e, por outro, a reconstrução de sociabilidades específicas do campesinato meridional. O "assentamento provisório" representou, sobretudo, a possibilidade de reconstrução de um espaço familiar dilacerado pela vida na *"cidade de lona"*:

> Foi uma melhora toda vida! Foi uma diferença assim que... Lá não tinha como tu vivê! Era muita gente, muito barraco um pertinho do outro. Já, quando a gente veio em cima dessas áreas, daí tu vê, tu tinha espaço prá tu tê a tua hortinha, prá tê as coisas assim. Era longinho uma casinha da outra... (Maria, assentada).

A distribuição do acampamento por 16 áreas no interior da Fazenda Annoni não apenas produziu dificuldades para mobilizar os acampados, como também criou as condições de possibilidade para o acirramento de conflitos internos que permaneciam em estado de latência. Na medida em que já sofria de um desgaste político decorrente tanto da ausência de uma solução definitiva para o conflito, quanto, principalmente, das divergências de estratégias entre aqueles mais ligados ao MST e aqueles mais próximos ao trabalho desenvolvido pelos agentes de pastoral (e da figura carismática do Pe. Arnildo), a Coordenação Geral do Acampamento, com a dispersão espacial dos agricultores, via ainda mais diminuída sua capacidade de controle político sobre o conjunto dos acampados.

> Porque nós fomo enfraquecendo né. A gente tentou fazê essa divisão no sentido de podê ocupá toda a área e, além do mais, nós colocamo em prática o que nós tinha feito aqui na Nova Ronda Alta: todo mundo em grupos e tal. Só que aqui tudo era pertinho! Aí tu conseguia reuni todos, era fácil. Lá na Annoni, imagina, as distâncias... uma coisa impraticável né! E por aí nós perdemo muito o *elan* da luta e por isso que vários saíram, uns se revoltaram, teve um racha entre as próprias lideranças,

> uma série de problemas... Toda uma história de problemas que eu atribuo, de fato, à falta de nós... nós perdemo a coesão com a divisão e ocupação das áreas, de espaços diferentes. (Pe. Amildo Fritzen, agente de pastoral).

Em conseqüência, a reivindicação de "afogados" e "filhos de parceleiros" de primazia no assentamento começava a tomar vulto e se materializaria na criação da AGRA (Associação Gaúcha de Reforma Agrária), organização formada no final de 1987, que se propunha a disputar o monopólio da representação dos "colonos" acampados na Annoni com o MST.

4.2.8. A Ação Estatal: os primeiros assentamentos e a seleção por "grupos de famílias"

Com a imissão de posse da Annoni em seu favor, o INCRA/RS, a partir de janeiro de 1987, em acordo firmado com os acampados, efetuou o assentamento definitivo, em 1.047,98 ha de terras da Fazenda, de 57 famílias de agricultores desalojados pela Barragem do Passo Real[62]. Esse grupo de "afogados" havia, inclusive, em janeiro de 1986, tentado montar um acampamento "paralelo" ao organizado pelo MST no interior da Fazenda, o que talvez justifique, além do fato da área ter sido desapropriada para essa finalidade, a prontidão com que o órgão estatal agilizou seu estabelecimento, agindo no sentido de aplacar as tensões existentes entre os dois grupos.

Nos meses subseqüentes, novas áreas foram desapropriadas no Estado, com a específica finalidade de assentar os acampados da Annoni, como as fazendas Santa Rita (Santiago-RS), Bela Vista (Tupanciretã-RS) e São Pedro (Guaíba-RS), que propiciariam terra a 177 famílias.

O que foi bastante peculiar nesse processo foram os critérios de seleção das famílias "beneficiárias" aplicados pelo órgão estatal responsável pela

---

[62]. Oficialmente, designado por "Assentamento Encruzilhada Natalino – FASE I". Cf. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1991). *Quadro atualizado de ocupação da área da Fazenda Annoni.* Porto Alegre, s.p..

operacionalização do "Programa de Reforma Agrária". Enquanto a normatividade estatal, materializada nas diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Terra (1964), previa o núcleo familiar como unidade básica *"beneficiária da Reforma Agrária"*, o INCRA/RS, entre os acampados na Annoni, adotou o até então inédito critério de "seleção por grupos".

No processo administrativo que criou o "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino", no item que diz respeito aos "beneficiários", se afirma que *"as famílias acampadas estão organizadas em núcleos de vizinhança e em grupos para assentamento, o que facilitará o trabalho de seleção e discussão sobre a implantação do projeto, tanto na etapa emergencial que ora se inicia, como na etapa definitiva, quando o INCRA dispor de novas áreas."*[63].

Quais os interesses estratégicos do INCRA/RS ao operacionalizar tal procedimento de seleção? Por um lado, não se pode desconsiderar tanto as facilidades administrativas e operacionais, quanto a "simpatia" político-ideológica que tais práticas despertavam entre os técnicos estatais, na medida em que os "grupos de famílias" estavam potencialmente propensos a adotar formas coletivas e comunitárias de produção agropecuária. Por outro, deve igualmente ter influenciado nessa decisão as pressões exercidas pelas lideranças do Acampamento e do MST.

Para o MST e mediadores, a seleção por grupos seria a mais adequada, pois permitia a continuidade das formas organizativas implantadas no Acampamento, que funcionavam como instâncias de "base" para a mobilização e controle político e criavam as condições para o estabelecimento de experiências de coletivização do trabalho e da produção. Entretanto, nos relatos tecidos pelos assentados, emerge uma discursividade que aponta para outros fatores motivadores, como um presumível mecanismo que teria propiciado o assentamento dos jovens solteiros (muitos deles, inclusive, lideranças do Acampamento e adeptos dos "grupos coletivos" e "semi coletivos").

---

[63]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1986), op. cit., p. 2.

> Então formavam o grupo por vizinhança ou por município prá concorrê nas áreas (terras para assentamento em outros municípios). Então, começô a levá junto aquela leva de jovens junto com os grupos mais pontuados. Porque o que eles avaliavam? Bem, se tem um casal com 9, 10 filhos: *"Levá um jovem não vai caí muito a nossa pontuação..."*. Então cada grupo levava um ou dois jovens, gurias ou rapazes junto. (Pedro, assentado).

Esse mesmo procedimento se repetiria em relação à seleção das primeiras 35 famílias acampadas a serem assentadas em 723,48 ha de terras da Fazenda Annoni[64], em maio de 1987[65]. Se até então prevalecera o critério da "pontuação média dos grupos", no caso do "Assentamento do Holandês", como ficaria vulgarmente conhecido, os agricultores apontam para um processo pouco transparente, pois *"até hoje ninguém sabe direito quais foram os critérios adotados para selecionar as 35 famílias que foram para o Assentamento Holandês, o que a gente suspeita é que elas foram escolhidas a dedo."*[66].

Em 1987, já se desdobrava no interior do MST a proposta de uma forma de organização da produção nos assentamentos sob sua influência política que superasse o *"idealismo cristão"* pretensamente presente nas associações comunitárias e grupos de cooperação até então estimulados. Ganhava corpo uma concepção empresarial de organização produtiva baseada na formação de cooperativas coletivistas que representassem a completa socialização dos meios de produção. Assim, parece ter sido posto em prática, na Annoni, um processo de seleção que privilegiava aqueles trabalhadores que não apenas se dispusessem a desenvolver tal experiência de cooperação, como também que aqueles tivessem tido trajetórias anteriores de trabalho com "tecnologia moderna", como capatazes de granjas, por exemplo.

Tais "critérios", na ótica das então lideranças do Acampamento e do MST, viabilizariam a produção de um assentamento modelar que viesse substituir o "Assentamento de Nova Ronda Alta" como marco simbólico da "política de

---

64. Área popularmente conhecida como "Fazenda do Holandês", por estar arrendada a um empresário rural de origem holandesa.
65. Oficialmente, designado como "Assentamento Encruzilhada Natalino – Fase II". Cf. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1991), op. cit., s.p..
66. Ex-acampada da Annoni, citada por BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit., p. 55.

cooperação agrícola" proposta pelo Movimento e "provar" a eficácia da reforma agrária como instrumento de desenvolvimento rural[67]. Fabricação de um "modelo" que representava a inclusão de uns e a exclusão de outros.

> Porque a Fazenda Annoni, vamo dizê assim, era prá sê e acho que é, o espelho da reforma agrária. Porque ali eles (as lideranças, o INCRA) apostaram que desse certo mesmo! (Zaqueu, assentado).

> ... quem definiu isso, na verdade, foi esse grupo da direção (do MST). O critério que eles tinham era assim: "nós queremos já de cara fazer um assentamento modelo" e para ter um assentamento modelo você tem que ter pessoas que peguem no pesado, gente acostumada ao trabalho e gente que possa dar uma demonstração de capacidade e tal. (...). Foi muito manipulado! Então essas coisas foram acelerando as divisões internas. O objetivo era ter um grupo modelo. Quem apoiou eles foi a direção.[68]

De qualquer forma, o processo revela a flexibilidade da normatividade estatal quando submetida ao jogo de forças sociais e políticas organizadas. Igualmente, dá visibilidade à marcante presença do MST no cenário político do Estado, detentor do monopólio da representação política da luta social pela terra naquele momento, e, em conseqüência, capaz de intervir diretamente na formulação e aplicação dos critérios de seleção das famílias "beneficiárias" do Programa de Reforma Agrária (tarefa, presumivelmente, de exclusiva competência do aparato técnico-administrativo do INCRA).

4.2.9. As Disputas Pelo Monopólio da Representação dos Acampados

Várias lideranças e mediadores políticos resgatam que o período que se sucedeu à descentralização do acampamento e a conseqüente possibilidade de cultivo de pequenas porções de terra pelos agricultores foi caracterizado por uma sensível diminuição da capacidade de mobilização das famílias acampadas. Não

---

[67]. Pedro Antônio Bavaresco afirma que tal entendimento coincidia com os posicionamentos do então Superintendente Estadual do INCRA/RS, Celso Gaiger, ex-desembargador e militante da Comissão Pastoral da Terra. Cf. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit..

[68]. Agente religioso, citado por BONAVIGO, Elizabete Ana, (1998). *Produção sócio-histórica da "cooperação agrícola" no acampamento da Fazenda Annoni e no Assentamento 16 de Março.* Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia/UERJ, p. 114.

apenas as novas necessidades ocasionadas pelo trabalho nos "pequenos lotes" e nos grupos de cooperação (associações de máquinas, grupos de produção coletiva, etc.) passaram a competir com as demandas da política e da luta social, como também os descontentamentos com a forma pouco clara pela qual tinha se dado a seleção daqueles que foram assentados no "Holandês".

Muitos trabalhadores começavam a questionar a radicalização das formas de luta social colocada em prática pelo MST. Desde o acirrado conflito com a Brigada Militar na saída do Acampamento da Annoni, no final de setembro de 1986, quando tentavam partir para ocupar áreas de terra em processo de desapropriação na região de Cruz Alta, que resultara em aproximadamente 50 feridos, o MST adotara a estratégia política do enfrentamento social e da resistência às ordens judiciais de desocupação das áreas, como no caso da Fazenda São Juvenal, em julho de 1987[69].

Depois de dois anos de acampamento, as tensões entre acampados, "filhos de parceleiros" e "afogados" e os questionamentos à eficácia das formas de luta para desencadear o processo de assentamento das famílias pelo INCRA começavam a se tornar mais intensos, tendo em vista que tão somente 249 haviam sido assentadas em caráter definitivo[70].

Esse clima de insatisfação crescente materializar-se-ia na criação da AGRA (Associação Gaúcha de Reforma Agrária), que passaria a disputar com o MST o controle político do Acampamento da Annoni. Em assembléia geral realizada em 19 de novembro de 1987, os "colonos" acampados destituíram a antiga Coordenação Geral do Acampamento (sob domínio do MST) e elegeram uma nova, controlada hegemonicamente pela AGRA. Na prática, no entanto, esse

---

[69]. Zander Navarro toma a resistência ao despejo na Fazenda São Juvenal, em Cruz Alta, como o fato que *"redirecionou a ação dos colonos sem-terra em direção a uma maior radicalização"* (NAVARRO, Zander, (1996). Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander (org.), *Política protesto e cidadania no campo*: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da Universidade (UFRGS), p. 95. Já Cláudia J. Schmitt aponta que essa ocupação *"sinalizaria um novo padrão de relacionamento entre os agentes sociais envolvidos na luta pela terra no Rio Grande do Sul. Foi nessa ocupação que, pela primeira vez, registrou-se a presença direta da UDR em uma situação de conflito, mobilizando os fazendeiros, 'em defesa da propriedade'."* SCHMITT, Cláudia Job, (1992), op. cit., p. 426-427.

processo representou a cristalização do fracionamento político do acampamento, na medida em que, a partir de então, passou a haver duas instâncias de representação dos acampados junto aos órgãos estatais[71].

Divisões políticas que foram percebidas negativamente por aqueles que, acima de tudo, sonhavam com o acesso à terra e ficavam como que alheios às disputas internas:

> Enfim, foi onde que deu o tal de racha no Acampamento. Uma parte trabalhava de um jeito e uma parte de outro. Aí onde nos incomodaram 5 ano, batendo cabeça e não alinhava. Um ia lá e fazia uma proposta e outro ia lá e fazia outra proposta. (Marcos, assentado).

Os principais dirigentes da AGRA eram, em sua maioria, os chamados "filhos de parceleiros". Esses jovens, anteriormente à formação do acampamento, já tinham organizado uma "comissão de negociação" voltada a reivindicar perante o Estado o direito de acesso à terra na própria Fazenda Annoni. Segundo um "filho de parceleiro", a criação dessa Comissão teria se dado sob iniciativa e controle de políticos tradicionais da região. Com a formação do Acampamento na Fazenda ocorreu a divisão política dessa "comissão dos filhos de parceleiros", sendo que uma parcela de seus dirigentes se agregou às instâncias organizativas dos acampados e do MST. Outros, no entanto, optaram por manter uma organização específica, ainda que não formalizada.

Esse grupo de "filhos de parceleiros", que recusou a estratégia de se agregar ao acampamento dos "sem terra" ou mesmo que adentrou no acampamento e mantinha a reivindicação básica do direito à terra na Annoni, passou a demandar, perante o INCRA, a prioridade de assentamento, na medida em que, na sua ótica, a Fazenda havia sido desapropriada para o estabelecimento dos "afogados" e dos que nela já residiam e trabalhavam e não dos "sem terra"[72].

---

[70]. Além das já citadas, foram assentadas 24 famílias no "Assentamento Padre Josimo" (Guaíba-RS) e outras 13 no "Assentamento Tempo Novo" (Taquari-RS), no segundo semestre de 1987.

[71]. Relatos colhidos estimam que em torno de 60% das famílias acampadas se alinharam com o MST e 40% com a AGRA.

[72]. Em novembro de 1987, 30 famílias de "filhos de parceleiros" e de ex-empregados e arrendatários, que moravam no interior da Fazenda, foram oficialmente instaladas na área, dando origem ao "Assentamento Encruzilhada Natalino – Fase III", na designação oficial, ou "Assentamento Rio Bonito", na designação dos agricultores. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE

Como não poderia deixar de ser, isso gerou reações dos acampados, criando-se um clima de tensões e conflitos entre "acampados", "afogados" e "filhos de parceleiros".

> Porque nós entendíamos que filho de parceleiro teria direito a mais porque muitos quase que nasceram aqui. A gente não pode estudá, ajudando o pai, a gente entendia quase que era herdeiro da Annoni. E, de repente, houve algumas divergência entre os acampados e filhos de parceleiro e parceleiros também. Por exemplo, eles até não reconheciam nós como alguém que tinha prioridade prá pegá terra na Annoni. Eles não reconheciam muito né. Que seriam mais eles, no caso, que entraram aqui, enfrentaram um acampamento e tudo. (Célio, filho de parceleiro, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Mesmo que o MST detivesse o controle hegemônico do Acampamento, a reivindicação e organização "informal" dos "filhos de parceleiros" constituía um incômodo a ser enfrentado. No processo de descentralização do acampamento em 16 áreas, por exemplo, em novembro de 1986, a Coordenação Geral adotou o procedimento estratégico de distribuir os "dissidentes" em diferentes regiões da extensa Fazenda, tentando criar assim obstáculos à formalização de uma organização coletiva que representasse questionamentos às diretrizes colocadas pelo MST:

> No espalhá a Fazenda Annoni qual foi a estratégia que a gente montou junto com a direção do Acampamento? De que nós dividia eles (os filhos de parceleiros) nas área. Nós pegamo e fizemo a divisão do grupo que ainda restava e botamo alguns deles em cada área, imaginando que eles seriam absorvidos. Só que esse pessoal se articulô, mas a idéia de que eles tinham mais direito do que os outros não foi matada. Isso não morreu. E ela teve reflexo na AGRA e tem reflexo ainda hoje. (Paulinho, dirigente do MST).

Embora a formação da AGRA estivesse ligada a um conjunto complexo de fatores (divergências entre MST e agentes de pastoral, desgaste político da Coordenação Geral[73], disputas internas...), a rearticulação política desse grupo

---

COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1991), op. cit., s.p..

[73]. Carlos Wagner aponta um fator causador desse desgaste político que também percebi em minha investigação: na medida em que a estruturação do MST do Rio Grande do Sul absorvia imensamente as lideranças do Acampamento, *"a direção da Annoni passava mais horas com os traseiros nos bancos dos carros, varando o Rio Grande do Sul de um lado para o outro, do que escutando, discutindo e informando o pessoal acampado sobre o que estava acontecendo."* WAGNER, Carlos, (1989), op. cit., p. 120-121. Darci Maschio, então dirigente do MST nacional e do acampamento da Annoni, fala de sua própria experiência: *"Então, o que eu fazia? Eu vinha,*

desempenhou um papel significativo, imprimindo à nova forma organizativa a mesma marca que havia caracterizado as concepções e o perfil da antiga "comissão": a prioridade na estratégia da negociação, do não enfrentamento e da utilização de "políticos tradicionais" como intermediários de suas reivindicações junto aos Governos Federal e Estadual.

A batalha discursiva que tecia as disputas entre os dois grupos estavam centradas, sobretudo, em torno das diferentes táticas e estratégicas de luta social a serem postas em prática[74]. A AGRA procurava alicerçar sua legitimidade política entre os acampados acusando a antiga Coordenação Geral do Acampamento e a Executiva Estadual do MST de submeterem os agricultores a conflitos despropositados com o Estado e com os proprietários fundiários que não redundavam no assentamento das famílias, além de manipular o processo de seleção das famílias "beneficiárias" e de desviar recursos do acampamento para atividades políticas do Partido dos Trabalhadores[75]. Enfim, a AGRA entendia, diferentemente do MST, que a estratégia da negociação e não do aberto enfrentamento político com os Governos Federal e Estadual constituiria a melhor forma de materializar o acesso à terra das famílias acampadas[76].

As lideranças ligadas ao MST, por sua vez, além de pregarem a estratégia do confronto com o Estado, passaram a desqualificar a ação de seus opositores como sendo o resultado da artimanha de políticos da região (como o Prefeito de Sarandi) e do Governo do Estado para provocar dissidências entre os acampados. No jogo das disputas de poder internas ao acampamento, o acampado é (re)construído não como alguém capaz de decidir por outros rumos e posições, mas como objeto passivo de manipulação pela ação de agentes externos à luta

---

participava das negociações, das discussões internas, das assembléias e aí logo ou tinha reunião em São Paulo ou... eu tava muito mais nos ônibus do que no acampamento!".

[74]. Segundo o depoimento de alguns agricultores, os embates não se circunscreveram às assembléias gerais e às instâncias organizativas do Acampamento, envolvendo também *"situações polêmicas, de muito tiro, muito tiro. Nunca ninguém ficou ferido, mas a coisa foi conduzida na base do cartucho!"* (Paulinho, assentado, entrevistado pelo autor e por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

[75]. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit..; WAGNER, Carlos, (1989), op. cit..

[76]. Sendo o assentamento politicamente hegemonizado pelo MST, foi impossível colher relatos daqueles agricultores que participaram da organização da AGRA, que explicitamente se recusaram

social. *"Daí começô uma certa divisão aqui dentro da Fazenda Annoni. Mas isso foi puramente por influência de pessoas e políticos que não tinham interesse nenhum de vê o Movimento Sem Terra se organizá."* (Gilberto, Coordenador geral do Assentamento 16 de Março).

Reivindicando o monopólio da verdade sobre as formas legítimas de luta social, as lideranças do MST (re)constróem o "grupo da AGRA" sob as matizes pejorativas da *"acomodação política"*, da submissão ao Governo e aos *"políticos tradicionais"*:

> Eles queriam sê mais pacífico, vamo dizê assim, sê mais puxa-saco do Governo e tal e coisa. Sabendo que já era mais de 2, 3 ano que nós tava aqui e não tinha conseguido nada né. Então eles achavam que tinha que sê tudo tranqüilo, ficá sentado debaixo do barraco esperando a terra vim, o recurso vim, tudo vir por conta. E eles achavam que não, que tinha ficá de braço cruzado esperando. Só isso que eles discordavam do Movimento. (Manoel, assentado).

O resultado desses conflitos foi que, a partir do final de 1987, as aproximadamente 1.200 famílias ainda acampadas na Fazenda Annoni, passaram a ser representadas junto aos órgãos estatais por duas diferentes "coordenações": uma ligada ao MST e outra à AGRA.

4.2.10. O "Acordo" para a Seleção das Famílias

Embora ao longo de 1988 o INCRA/RS tivesse propiciado a desapropriação e o assentamento de dezenas de famílias[77], no final daquele ano havia ainda cerca de 700 famílias acampadas na Fazenda Annoni. O lento processo de resolução do conflito estava relacionado tanto às crescentes dificuldades internas de mobilização do grupo acampado[78], decorrente das disputas internas entre MST

---

a (re)construir a memória desse processo de disputas internas ao acampamento. Um deles chegou a afirmar: *"É melhor nós esquecê tudo isso prá gente não se chateá mais."*.

[77]. Foram assentadas 58 famílias na Fazenda Itapuí (Canoas-RS); 35 famílias na Fazenda Seival (Cruz Alta-RS); 36 famílias na Fazenda Corticeira (Cruz Alta-RS); 64 famílias na Fazenda Santa Tecla (Jóia-RS); e 34 famílias na Fazenda Etel (Guaíba). Cf. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit..

[78]. Desde a ocupação da Fazenda São Juvenal, em junho de 1987, as lideranças do MST na Annoni conseguiram promover apenas a ocupação da Fazenda Palma, pertencente à Universidade

e AGRA, quanto ao fato que a Fazenda Annoni deixara de constituir o pólo exclusivo de atenções por parte do INCRA/RS, da grande imprensa[79] e mesmo do MST.

No I Seminário Estadual dos Sem-Terra, realizado em abril de 1987, o MST deliberou que o *"problema da Annoni era um e o dos sem-terra era outro";* ou seja, definia-se a necessidade de descentralizar a atuação do Movimento e promover a mobilização de outras famílias sem terra no norte do Estado. Orientação que se materializaria na realização de duas massivas ocupações de terra na madrugada de 22 de novembro de 1987, quando cerca de 2.800 famílias, procedentes de mais de 30 municípios das regiões do Alto Uruguai e das Missões, adentraram, simultaneamente, nas fazendas do Salso, em Palmeira das Missões, e Itati, em São Nicolau[80]. O envolvimento do MST nessas ações provocava, correlativamente, um relativo enfraquecimento político das reivindicações dos "colonos" junto ao Estado, na medida em que novas demandas passavam a competir com o "velho" problema da Annoni.

Essa situação foi provocando o acirramento das tensões no interior do acampamento, tendo em vista que, após mais de 3 anos de acampamento, a solução definitiva ainda estava por vir.

Em contrapartida, com a extinção do Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (MIRAD), em 1989, refletindo o debilitamento político da proposta de Reforma Agrária no cenário político nacional, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, diante dos inúmeros focos de conflitos agrários, decidiu assumir, através de sua Secretaria de Agricultura, a efetivação de assentamentos de reforma agrária no território gaúcho[81].

Federal de Pelotas, por 46 famílias. Ao longo de 1988, nenhuma mobilização ou ocupação de terras envolveu acampados da Fazenda Annoni.

[79]. A cobertura da imprensa gaúcha em torno da Annoni desviou-se da reivindicação da terra para o problema do roubo de madeira nas matas da Fazenda, denunciando a conivência e a participação de acampados. Isso, indiretamente, contribuía para o debilitamento das reivindicações dos agricultores.

[80]. Posteriormente, após sucessivos despejos, os agricultores foram reunidos no "Acampamento do Ivaí", em Salto do Jacuí.

[81]. Esse período foi marcado por uma ação efetiva do Governo Estadual de Alceu Collares (1991-1994) na compra de terras para assentamento com a utilização de recursos do Fundo de Terras (FUNTERRA). Cf. NAVARRO, Zander, MORAES, Maria Stela, MENEZES, Raul, (1999). Pequena

Diante da dificuldade em adquirir terras no norte do Estado, devido a seu elevado valor, o Governo gaúcho anunciou que pretendia comprar áreas para assentamento dos agricultores na Campanha, região caracterizada por solos de baixa fertilidade natural e tradicionalmente destinados à exploração extensiva da pecuária, mas onde os preços eram mais acessíveis.

Essa pretensão do Governo esbarrava na forte predisposição dos "colonos" acampados de permaneceram na região de origem e, preferencialmente, na própria Fazenda Annoni. Contava nessa pretensão não apenas o fato material de que a região constitui o centro de produção agrícola do Estado, a chamada "região celeiro", e os solos da Fazenda fossem de boa fertilidade natural e propícios à mecanização agrícola, mas, sobretudo, os laços afetivos e simbólicos que ligavam aqueles agricultores a seus familiares e a suas "comunidades". Permanecer na região significava a possibilidade de, em momentos de dificuldade, recorrer ao apoio familiar e às redes tradicionais de solidariedade:

> O pessoal gostaria de ficá perto do pai e da mãe. Então ficava mais fácil, porque o pai tinha recurso de ajudá um filho. Agora, se eu saísse desse projeto aqui e ia prá um outro assentamento, eles não tinham como me ajudá lá! Então o pessoal trabalhou muito em cima disso aí, sabe. Pela família tá mais perto, que teria mais ajuda prá dá um pique na pessoa, prá não se dependê de recurso de outras coisa. (Lourenço, filho de parceleiro, assentado).

E os relatos colhidos indicam, com bastante evidência, que as mulheres tiveram uma participação fundamental nessa tomada de decisão, revelando a importância que a (re)produção da unidade familiar adquire na "perspectiva feminizante" de percepção e codificação do mundo social:

> E aquela vez, todas as mulheres, eu me lembro bem, diziam: *"Se for de Cruz Alta prá cá alguma área, pode inscrevê o grupo."*. E se fosse de Cruz Alta prá lá ninguém queria ir! De Cruz Alta prá lá, pro lado de Bagé, Dom Pedrito... Porque todo mundo era dessa região. (Maria, assentada).

Temerosos do deslocamento para uma região distante de seus familiares, os acampados passaram a demandar junto ao INCRA/RS que fossem definidas as

---

história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, Leonilde S. de, LEITE, Sérgio, (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.* Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, p. 19-68.

150 famílias[82], dentre as aproximadamente 550 ainda existentes no acampamento em meados de 1989, que deveriam ser assentadas nas desejadas terras da Fazenda Annoni.

Diante da pressão dos agricultores em permanecerem na Fazenda, as lideranças da AGRA e do MST chegaram a um acordo com o INCRA/RS de que se diminuiria o tamanho dos lotes previamente estabelecidos pelo órgão de 20 ha[83] para 15 ha, permitindo, em conseqüência, o assentamento de 200 famílias nas terras da Annoni. Os próprios termos do "acordo" indicam como as normas emanadas do Poder Público são sempre relativizadas quando inseridas na dinâmica das disputas e conflitos entre diferentes agentes sociais, ao afirmar que *"a redução do módulo, inicialmente definida pelo INCRA em 20 ha, decorreu de* ***pressão*** *dos 2 (dois) movimentos* (MST e AGRA)."[84].

Se para os agricultores hoje assentados a redução do tamanho dos lotes é considerado, principalmente por aqueles que pegaram áreas destinadas à reserva florestal, um fator que limita suas potencialidades econômicas; para o INCRA, em contrapartida, a solução encontrada decorreu tanto da reivindicação dos próprios agricultores, quanto de uma análise técnica do órgão de que tal redução não implicaria na inviabilização da reprodução dos produtores, desde que adotassem linhas de produção agropecuária adequadas:

> E as famílias lutavam prá não ir prá 30 ou 40 ha na metade sul e queriam ficá com 15 ha naquelas terras da Fazenda Annoni, que no inverno e no verão tem potencialidade, além da regularidade da questão climática. E o INCRA, a avaliação que se tinha na época, é que aquela matriz produtiva que tinha na Fazenda Annoni, que era soja e trigo, nenhum lote de 20 ha se viabilizaria lá com aquela matriz produtiva. Então uma redução de área de 5 ou 7 ha, com uma alteração na matriz produtiva prá fruticultura, silvicultura, mel, leite, agroindústria..., poderia ser viabilizada. (Jânio

---

82. Após a efetivação das Fases I, II e III do "Assentamento Encruzilhada Natalino", em 1987, o INCRA/RS estabelecera que os 3.743,21 ha restantes da Fazenda deveriam ser destinados ao assentamento de 150 famílias (obedecendo-se o módulo rural regional de 20 ha para cada "lote") e à preservação da reserva de mata nativa determinada pela legislação ambiental.

83. O módulo rural regional era tomado como critério básico para determinação do tamanho dos "lotes". Posteriormente, essa metodologia seria modificada com a introdução do PVT – Plano de Viabilidade Técnica do Assentamento, que passaria a determinar a "capacidade de assentamento" utilizando-se de critérios como aptidão agrícola dos solos, recursos hídricos, vegetação, topografia, etc..

84. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989). *Relatório do trabalho de seleção de beneficiários da Fazenda Annoni.* Porto Alegre, p. 1 (grifos do autor).

> Guedes, então superintendente estadual do INCRA/RS, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001).

Sabedores que a maioria não seria contemplada no processo de seleção, lideranças e famílias acampadas chegaram, internamente, a um consenso que previa que aqueles não selecionados teriam o direito de permanecer em terras da Annoni até que fosse viabilizado o seu assentamento em outras áreas; além disso, se estipulou que seriam rejeitadas as propostas de estabelecimento das famílias em terras situadas fora da região norte do Estado[85]. Com isso, pretendia-se, estrategicamente, assegurar que não se estabelecesse um ambiente de confrontos e hostilizações no interior do acampamento entre "selecionados" e "excedentes", o que colocaria em risco o próprio controle político pelas agências de representação.

Além da diminuição do tamanho das parcelas de terra, o acordo estabelecia também, diante da existência da divisão política existente no acampamento entre MST e AGRA, a proporcionalidade do número de selecionados ao número de famílias ligadas a esta ou aquela instância de representação. Novamente, portanto, o Estado abria mão de sua prerrogativa de controlar o processo de seleção das famílias "beneficiárias". Aos critérios estritamente técnicos se adicionavam elementos de pertencimento político a uma ou outra das entidades de representação dos trabalhadores. Em decorrência, se tornou necessário o levantamento dos acampados "afiliados" à AGRA ou ao MST:

> Daí passô, foi até uma coisa engraçada, porque passô um caderno pegando a assinatura de quem quer ficá na AGRA e quem quer no Movimento Sem Terra! Então houve essa divisão aqui dentro, mas naquela época ficô mais do lado do Movimento do que do lado da AGRA, a AGRA ficô com menos famílias aqui dentro. (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

Feito esse levantamento por uma equipe composta de representantes da AGRA, do MST e do INCRA/RS, ficou definido que, *"para o preenchimento das*

---

[85]. Cf. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit..

200 vagas existentes", "de acordo com o número de participantes de cada um dos 2 grupos, ficaram estabelecidas 102 vagas para o MST e 98 para a AGRA."[86].

No entanto, a capacidade de influência das forças sociais organizadas nas definições e operacionalização do processo de assentamento das famílias acampadas na Annoni não se restringiu a esses aspectos. Particularmente o MST exercia um forte redirecionamento na definição dos "critérios de seleção", talvez não apenas pela competência e preparo de seus dirigentes, mas também pela simpatia e guarida que desfrutava no interior do aparelho estatal executor do processo de reforma agrária no Estado.

O Movimento teve aceita sua reivindicação que as 102 famílias sob sua influência política fossem selecionadas não exclusivamente segundo os critérios regularmente adotados pelo INCRA (tamanho da família, força de trabalho da família, idade do candidato, tempo na atividade agrícola, etc.), mas também segundo o critério da disposição em desenvolver a produção no futuro assentamento sob moldes coletivistas. Assim, definiu-se que 50% das "famílias do MST" seriam selecionadas pelos critérios rotineiros do INCRA e 50% pela avaliação das presumivelmente melhores propostas de trabalho coletivo – os "grupos organizados". A idéia original do MST (dos *"solteiros"*, segundo alguns) era que todos devessem ser selecionados por *"propostas de trabalho"*, mas os que *"tinham família"* exigiam a seleção pelos critérios convencionais, visando assegurar que no assentamento pudessem reproduzir a posição de agricultores de tipo familiar. *"Então, nós peguemo os lote, exigimo os lote tudo individual. Nós era velho, tudo criado, nós sabia o que precisava! E tinha aquela cabeça do tempo de antes..."* (Marcos, assentado).

As 98 famílias ligadas à AGRA, por sua vez, seriam selecionadas por "grupos de famílias", a partir de uma média de pontos obtida através da avaliação de cada uma das famílias pelos critérios de seleção rotineiros do INCRA. Procedimento, aliás, que já vinha sendo aplicado para a escolha daqueles que se dispunham a ser assentados em outras áreas do Estado.

---

[86]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989), op. cit., p. 1.

Quais os interesses estratégicos dos diferentes agentes envolvidos nesse "acordo" para a seleção das famílias "beneficiárias"? Por um lado, a AGRA via atendida a reivindicação básica de que fossem selecionadas as famílias com "mais pontos", pois a grande maioria de sua base social não tinha em vista desenvolver práticas de cooperação agrícola quando assentada. Por outro, o MST via no procedimento da seleção por "grupos organizados" a grande possibilidade de materializar e incentivar a adoção e desenvolvimento de formas de organização produtiva de tipo coletivista, pois 1989 corresponde exatamente ao período em que o Movimento definiu a criação de "cooperativas empresariais" como paradigma de cooperação agrícola a ser adotada nos assentamentos sob seu agenciamento político. Inclusive, internamente às lideranças do MST no acampamento, houve propostas de que todas as 102 famílias fossem escolhidas pela predisposição a práticas de coletivização da produção. O que era politicamente inviável pois mesmo entre as famílias ligadas ao MST o desejo majoritário era da prática de agricultura de tipo familiar. *"... aí não beneficiaria todas as famílias e também daria um problema interno pro Movimento."* (Nestor, então dirigente do MST/RS).

Assim como se dera em relação à formação do "Assentamento do Holandês", essa proposta do Movimento se baseava na convicção que era viável e necessário tornar o assentamento a ser criado uma referência exemplar da viabilidade política e econômica da Reforma Agrária no Brasil. O que, ao menos na ótica de alguns, implicava no privilegiamento de alguns, os "melhores", e na exclusão de outros, o "lumpen"[87]:

> Havia uma idéia que aqui na Annoni teria que sê uma central do Estado, que ia tê influência a nível nacional, que tinha que dá resultado, que aqui não podia ficá lumpen... (Pedro, assentado).

Nas redes discursivas que hoje perpassam o Assentamento, no entanto, o processo de seleção das famílias não é dominantemente (re)construído sob as matizes da racionalidade política ou dos projetos de viabilização econômica em

---

[87]. "Lumpesinato" é uma terminologia criada por Marx para designar uma determinada categoria social, mas conjunturalmente agenciada pelo MST para desqualificar aqueles resistentes às suas diretrizes políticas e às formas de organização econômica propostas.

perspectiva. Nas conversas tecidas na esfera doméstica, espaço relativamente distante do comprometimento que assuntos "perigosos" podem causar na rede de sociabilidades internas ao assentamento, é o jogo dos interesses particulares que dá visibilidade a esse processo. Essa temática também é objeto das "fofocas" que cruzam esse espaço social, que cumprem a função de dar vazão a intrigas e confrontos silenciadas por uma dada discursividade hegemônica[88].

Mesmo assentados ligados ao MST afirmam que a proposição dos "grupos organizados" visou propiciar que as então lideranças do Movimento[89], na sua grande maioria jovens solteiros ou com famílias recém constituídas, fossem beneficiadas, na medida em que os *"critérios normais do INCRA"* privilegiavam aqueles agricultores que tivessem famílias mais numerosas.

> Então, eu nunca me interessei de descobri a fundo porque os solteiros foram sorteados aqui na Annoni. Nunca pedi assim prá uma pessoa do INCRA: *"Mas por que os rapaz solteiro tiveram mais chances que grupos que eram só famílias?".* Eu nunca cheguei a pedi isso pro pessoal do INCRA. (Elson, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

> Porque se fosse os critério do INCRA eles (os "solteiros", lideranças do MST) não tinham ganhado terra! (Dona Odete, assentada).

Lutas pela (des)legitimação do processo que se corporificam nas terminologias empregadas por cada uma das posições: a designação de *"grupos quentes"*[90], adotada por aqueles que questionam os critérios de seleção propostos pelas lideranças do MST, procura subliminarmente combater um processo que

---

88. O belo trabalho de Norbert Elias e John L. Scotson expõe as múltiplas naturezas e funções que os "mexericos" podem exercer nos processos de diferenciação social de uma pequena "comunidade". ELIAS, Norbert, SCOTSON, John, (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

89. Essas lideranças constituíam o que ficou popularmente conhecido, na rede de intrigas internas ao acampamento, como "grupo dos piá", formado por jovens, em sua maioria solteiros, que se dedicavam integralmente ao trabalho da militância política, seja nas instâncias organizativas do Acampamento, ou, principalmente, nas direções nacional e estadual do MST. *"... nós 8 era organização 100%. Era um grupinho de grupinho de 8 jovem meio idealista, que tinha uma concepção de mundo e sociedade... E acabamo combinando de morá junto os 8. E ali, eu hoje... era na verdade um núcleo de ativista, idealista, que nós tinha no acampamento e com funções políticas no acampamento e no MST."* (Darci, dirigente fundador do MST/RS).

90. *"Então nós apelidamo de "grupo quente" porque ele automaticamente não entrava em sorteio nenhum, automaticamente já tava sendo assentado na Annoni! Ele não fazia mais parte de nem outros processos, mais nada. Não entrava por pontuação, nada, nada mais. Aonde que foi apelidado de "grupo quente" por esse lado aí, sabe."* (Lourenço, filho de parceleiro).

teria privilegiado aqueles com poder, com capacidade de impor ao órgão estatal critérios que preservassem seus interesses; a denominação *"grupos organizados"*, por outro lado, denota a valoração simbólica da participação em uma organização coletiva e, nessa ótica, ser "organizado" ou produzir sob forma coletiva ou comunitária credenciaria automaticamente ao processo de assentamento porque revelaria uma concepção superior de organização da produção. Assim, na ótica das lideranças, a seleção por *"grupos organizados"* não representava a defesa de interesses particulares, mas a materialização das concepções políticas e das propostas de organização da produção formuladas pelo MST para os assentamentos de reforma agrária.

Estabelecidas as premissas que orientariam a escolha das 200 famílias a serem contempladas com o assentamento na Annoni, formou-se uma "equipe de avaliação", formada por 6 técnicos do INCRA/RS, responsável pela seleção tanto das 98 famílias politicamente vinculadas à AGRA, quanto das 102 ligadas ao MST sob "grupos de famílias" ou *"grupos organizados"*.

É importante apontar que aos técnicos estatais se colocava a necessidade de estabelecer uma metodologia específica para a seleção dos "grupos organizados", uma vez que as demais famílias seriam selecionadas de acordo com os critérios rotineiros utilizados pelo órgão. Para tanto, foram utilizados como instrumentos de avaliação *"um formulário, entrevista com o grupo nas dependências do CETAP e visita a grupos, previamente escolhidos, em seus locais de moradia"*[91].

Através das técnicas do questionário e da entrevista, o INCRA/RS procurava identificar: a história de formação do grupo; a origem dos seus membros; o tempo de existência do grupo, as experiências de trabalho individual e coletiva; os resultados obtidos e sua distribuição e aplicação; a organização interna do grupo; a participação na vida do acampamento e no MST; a apropriação de bens de produção e a forma de sua aquisição e a dinâmica do

---

[91]. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989), op. cit., p. 1.

grupo durante a entrevista[92]. Chama particularmente a atenção a existência não apenas de critérios de natureza "técnica", que presumivelmente denotariam a capacidade do grupo se viabilizar economicamente, mas também político-ideológicos, como a identificação com o MST.

A técnica metodológica de "visita aos grupos", por sua vez, visava observar, *in loco, "a organização e sua distribuição no espaço, criatividade na solução dos problemas do cotidiano, a capacidade de trabalho, a integração do grupo e a participação de cada membro nas atividades internas"*[93].

Embora na discursividade estatal os "grupos" a serem selecionados apareçam idealizados como resultado de afinidades individuais e, principalmente, como resultado de uma experiência de "trabalho comum" já desenvolvido durante os quase 4 anos de acampamento (através, principalmente, das associações comunitárias, "grupos coletivos" e "grupos semi-coletivos"), na prática muito deles foram formados exclusivamente visando serem contemplados com o assentamento nas terras da Fazenda Annoni.

Relatos colhidos narram que muitos grupos foram formados exclusivamente visando o processo de seleção para assentamento na Annoni, principalmente aqueles a serem escolhidos pelos critérios tradicionais de "pontuação" do INCRA. Uma prática acionada foi o mecanismo de trocas de famílias entre os diferentes grupos, objetivando atingir uma média aritmética de pontuação mais alta; outra estratégia foi a exclusão dos mais jovens ou daqueles solteiros que determinavam um rebaixamento da pontuação média do grupo:

> Na hora de inscrevê na pontuação, ele (meu irmão) somava pouco, somava 62, 65 a pontuação dele... aí não tinha como encaixá dentro do grupo que nós tinha, porque daí caía tudo nós fora! Não garantia nenhum, nem ele, nem eu. Então fizemo uma discussão com ele. Coloquei prá ele: *"- Vamo fazê o seguinte, tu fica fora, tu é novo ainda, tua família é pequena ainda – a recém ele era casado né – e eu que já tenho a família grandinha né eu vô me colocá o quanto antes porque não dá mais aguentá"*. (Olavo, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

---

92. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989), op. cit., p. 1.
93. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989), op. cit., p. 2.

Em decorrência dessa exigência de formação de grupos para a seleção, muitas associações e grupos coletivos e semi-coletivos foram formados, sempre considerando o objetivo de obter uma média de pontos a mais alta possível. No entanto, esse fenômeno não indicava uma efetiva adesão aos ideais coletivistas propostos por agentes mediadores e técnicos estatais; representava muito mais uma estratégia provisória que visava, de acordo com as regras do jogo "impostas", assegurar o almejado acesso à terra e aguardar o momento mais adequado para colocar em prática o projeto de desenvolvimento de uma agricultura de base familiar:

> Nós formemos um grupo de cinco. Mas, com o passar do tempo, dois ou três anos, teve alguns que preferiram trabalhar individual, eles já tinham um pouquinho mais... já tinham condição de tocar a lavoura meio por conta, sozinho. (...). Nós pensava o seguinte: se nós fosse prá cima da terra nós não teria condição de tocá a lavoura... **Não seria eterno a questão do grupo, seria um processo até o cara se manter, se estruturar.**[94]

Esse processo revela que se, por um lado, o critério inédito de seleção por "grupos de famílias" e por "grupos organizados" adotado pelo INCRA visava materializar interesses tanto do Estado[95] como, principalmente, das agências de representação política (MST); por outro, os agricultores tinham a capacidade e a possibilidade de engendrar estratégias de resistência que tinham em vista a concretização do sonho que movera a mobilização de 1.500 famílias na madrugada de 29 de outubro de 1985: o acesso às promissoras terras da "mítica" Fazenda Annoni.

---

[94]. Assentado, citado por BONAVIGO, Elizabete Ana, op. cit., p. 119, (grifos do autor).

[95]. O discurso do INCRA, nos termos do acordo firmado, ratificava a tradicional pressuposição entre técnicos estatais que somente práticas de associativismo poderiam viabilizar economicamente os agricultores assentados, na medida em que havia sido diminuído o tamanho da área dos lotes inicialmente previsto. Assim, *"para tornar viável a exploração econômica da terra **impõe-se a necessidade** de formação de grupos, de no mínimo 5 (cinco) membros, para trabalho associativo."* INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989),op. cit., p. 1.

4.2.11. Os Conflitos entre "Selecionados" e "Excedentes"

A operacionalização do "acordo" firmado entre INCRA, MST e AGRA resultou na eleição de 200 famílias para serem assentadas na Annoni, sendo 150 selecionadas utilizando-se a metodologia tradicional da "pontuação"[96], baseada em critérios denominados de "complementares" (tamanho da família, quantidade de força de trabalho na família, idade, tempo de atividade agrícola) e "suplementares" (moradia no município, renda da família, práticas de associativismo, etc.). Outras 50 famílias, integrantes de cinco diferentes *"grupos organizados de produção"*, foram selecionadas a partir dos específicos critérios propostos no "acordo". Esses 5 grupos se uniriam e formariam, em janeiro de 1990, a COOPTAR (Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda.).

Esquadrinhando-se o *"Relatório do Trabalho de Seleção de Beneficiários da Fazenda Annoni"*, produzido pela *"Equipe de Trabalho"* do INCRA/RS designada para tal, ganha visibilidade o fato que dos 5 *"grupos organizados"* selecionados tão somente um já desenvolvia, naquele momento, práticas efetivas de trabalho produtivo sob forma coletiva ou cooperada. Parece que mais do que experiências concretas pesaram na seleção convicções político-ideológicas que tornassem os agricultores predispostos à adoção de futuras práticas de coletivização da produção agropecuária no assentamento. Assim, por exemplo, aponta-se nesse relatório que um determinado grupo colocou que *"a teoria, para esta prática comunitária, a buscam através do CETAP, do MST, de palestras, leituras e do exemplo de outros países que estão se organizando para atingir o socialismo"*[97].

Além disso, ressalta de sobremaneira a importância atribuída à participação nas instâncias diretivas do MST. Particularmente dois dos 5 grupos selecionados eram compostos por lideranças políticas que atuavam internamente ao acampamento e nas coordenações estadual e nacional do Movimento. O chamado

---

[96]. Ressalvando-se, no entanto, que na Annoni as pontuações por família eram utilizadas para a obtenção da pontuação média de cada "grupo de família". Na prática, portanto, a seleção era feita por grupos e não por famílias.

[97]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989), op. cit., p. 3.

"Grupo dos Piá", segundo o *Relatório,* tinha como *"afinidade maior a participação política"* e evidenciavam seu *"espírito coletivista"* na *"dedicação à luta pela Reforma Agrária"*[98]. O *"Grupo de Afonso Dalla Nora"*, por sua vez, tinha a "credencial" de possuir quatro membros da Direção do Acampamento, além de uma professora integrante do Setor de Educação do MST no Rio Grande do Sul, *"outro membro participou dos Movimentos Populares e outro participa do CETAP* (Centro de Tecnologias Alternativas Populares)."[99].

Concebida idealmente como solução para os conflitos políticos que se desdobravam no interior do Acampamento, a seleção das 200 famílias a serem assentadas na própria Fazenda Annoni acabaria por gerar e dar vazão a novos enfrentamentos. Particularmente entre os acampados dirigidos pelo MST surgiram fortes distensões, relacionadas, sobretudo, ao questionamento da legitimidade do processo de seleção por aqueles que não foram beneficiados com o assentamento. Para alguns, a seleção por *"grupos organizados"* visava beneficiar as principais lideranças do acampamento e do MST do Rio Grande do Sul e que dificilmente seriam selecionadas de acordo com os critérios tradicionais utilizados pelo INCRA:

> Dessa história de grupo organizado, grupo quente, quem seria? Seria mais as lideranças que andavam, porque sabiam da história. E os tongo velho que só ficavam mais nessas lutas mais por baixo, mais grosseira, nunca iam se organizar, porque não iam saber. Para se organizar, os cara foram em São Paulo, Rio de Janeiro, Alemanha buscar instrução. Deu uma meia dúzia das lideranças, para falar bem a verdade, porque eles estavam mais por dentro. Naquela hora, cada um puxa a brasa para o seu assado, cada um quer defender o seu...[100].

Os argumentos empregados por esse agricultor, que necessariamente devem ser considerados não como uma verdade essencial, mas como componente da tessitura de conflitos que se desdobravam no interior do acampamento, permitem vislumbrar as distintas possibilidades de exercício do poder no interior do acampamento, relacionadas às diferentes condições de

---

98. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989), op. cit., p. 5.
99. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989), op. cit., p. 3.
100. Assentado, citado por BONAVIGO, Elizabete Ana, op. cit., p. 118.

acesso ao saber[101] (representado não apenas pela instrução escolar, mas também pelas diferentes capacidades de produzir e emitir discursos[102]), e, conseqüentemente, de intervir nas prioridades e metodologias operativas do órgão estatal responsável pela produção do "projeto de assentamento". Não resta dúvida que, naquele momento, as lideranças dispunham dos recursos simbólicos que lhes conferiam uma posição privilegiada nesse campo de disputas internas, ainda que, na sua ótica, a opção por aquela metodologia de seleção não representasse a busca de privilégios pessoais, mas a implementação de um assentamento que guardasse as características centrais do modelo propagado pelo MST (que tinha a formação de "cooperativas coletivas de produção agropecuária" (CPAs) como objetivo primordial.

O próprio processo seletivo se deu em meio a confrontos e intrigas entre grupos que ocupavam distintas posições de poder no interior do acampamento e do próprio MST. Um assentado, então integrante do selecionado "Grupo dos Piá", constrói uma narrativa que reflete sua posição no interior desse campo de intrigas, apontando, subliminarmente, que as principais lideranças do Movimento no Acampamento trabalharam para que um *"grupo organizado"*, ligado politicamente ao Pe. Arnildo Fritzen, não fosse contemplado, sob a alegação que, além de ter "manipulado" processos seletivos anteriores, teria sido beneficiado com recursos financeiros captados junto a uma entidade católica alemã sem a intermediação das instâncias diretivas do MST[103].

> Então esse grupo trabalhou meio por fora (do Movimento). Esse grupo daria quase todo o total de famílias que teria de ficá do lado do Movimento, mas daí esse grupo foi o que usou o dinheiro... já tinham comprado, com o financiamento via Paróquia, tinham conseguido com dinheiro da Alemanha a fundo perdido comprá trator, equipamento, máquinas, caminhão, tudo... Então o Incra achou que esse grupo não deveria ficá! (...). **Porque podia caí qualquer grupo, menos aquele!** Se

---

[101]. As relações saber-poder são objeto da obra de Michel Foucault. Cf. FOUCAULT, Michel, (1999). *Em defesa da sociedade.* São Paulo, Martins Fontes.

[102]. Pierre Bourdieu fala em "competência lingüística", não o dom, mas a capacidade social e historicamente adquirida de através do domínio do poder da palavra se impor sobre uma coletividade. BOURDIEU, Pierre, (1996), op. cit..

[103]. *As "Normas Gerais do MST"* estabelecem que *"seja repassado para o MST estadual e nacional, 5% do valor de qualquer projeto de ajuda a fundo perdido ou como empréstimo de qualquer origem, nacional ou exterior...".* MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1989). *Normas Gerais do MST.* São Paulo, s.p.

> caísse aquele grupo, aí sim! Ia sê pior ainda! Então, os critérios que o INCRA usou... Aí o pessoal aqui dentro, mesmo as famílias que não foram sorteadas na época, ficaram faceira porque não tinha caído aquele grupo. E apoiavam o que o INCRA tinha feito. Porque eu acho que o importante era não caí aquele grupo. (Nestor, assentado).

Esse grupo supostamente excluído, formado por 93 famílias, em discordância com as principais lideranças do MST no Estado, rompeu com a Coordenação Central do Acampamento, *"acusando-a de protecionista, na medida que apenas os grupos 'fielmente' alinhados a essa coordenação haviam sido selecionados"*[104]. Em decorrência, essas famílias, ainda acampadas, formaram, no final de 1989, a Central de Associações, representando politicamente oito grupos de cooperação agrícola[105].

Pensado como mecanismo para acalmar as tensões internas, o processo seletivo redundaria na produção de um ambiente marcado pela hostilidade entre "selecionados" e "excedentes" (360 famílias de agricultores acampados que permaneceram nas terras da Fazenda Annoni até que fosse viabilizado o assentamento em outras áreas do Estado[106]), expresso até mesmo em conflitos armados.

> Ali nós fomo com uns 15 trator prá lavrá tudo num meio dia! Mas saía tiro prá tudo que é lado. A maioria dava uns tiro prá cima. Nós tinha arma também, mas nós não provocava eles. A provocação maior foi de nós lavrá as terra, que, na verdade, eram nossa e nós tinha que plantá! E eles (os "excedentes") não queriam ir prá nenhum lado. Eles queriam ficá aqui dentro. (Marcos, assentado).

Enquanto os "selecionados" reivindicavam a liberação da terra e a demarcação dos lotes, o que permitiria tanto o pleno cultivo das terras, como a liberação dos recursos de financiamento por parte do INCRA (auxílios habitação e fomento e PROCERA para plantio e investimento)[107]; os "excedentes" resistiam, seja porque questionavam a legitimidade do processo seletivo, seja pela não

---

[104]. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit., p. 69.

[105]. Após uma série de conflitos, essas famílias aceitaram o assentamento, no segundo semestre de 1992, no município de Trindade do Sul, região norte do Estado.

[106]. A permanência na Fazenda ficara definido nos termos do "acordo" firmado entre INCRA, MST e AGRA.

[107]. *"Nós era dono da terra e não era, porque nós tinha que plantá junto com eles. Então, prá nós era uma coisa muito ruim, porque nós fiquemo como sorteado, mas não como assentado."* (Dona Odete, assentada).

efetivação de novos assentamentos que pudessem tornar possível sua saída da Fazenda Annoni ou mesmo porque recusassem terras distantes da região onde foram sociabilizados.

Nos relatos que (re)constróem, a partir do presente, esse emaranhado conflitivo vivido num período passado, ressalta a visibilidade dos então "excedentes" como um grupo de *"acomodados, que não queria saí daqui"* e que se negava à participação em ocupações de terras promovidas pelo MST gaúcho em outras regiões[108]. Por outro lado, o que é silenciado por essa discursividade é que ao menos uma parte dos agricultores "excedentes" questionava a legitimidade do processo de seleção conduzido pelo INCRA e pelo MST, manifestando seu desacordo através da permanência nas terras da Fazenda e, principalmente, na área que fora destinada à instalação da COOPTAR (Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda.), que abrigava em seus quadros exatamente aquelas lideranças responsáveis pela elaboração dos termos do "acordo de seleção"[109]. Assim, para os "excedentes", permanecer na Fazenda[110] não era expressão de acomodação e preguiça, mas constituía uma estratégia de resistência e rebeldia às instâncias de poder dominantes no acampamento naquele momento e das quais se sentiam excluídos.

---

[108]. Lideranças do Assentamento 16 de Março e do MST afirmam que o assentamento dos "excedentes" somente foi viabilizado através de um acordo interno ao MST gaúcho, segundo o qual essas famílias seriam contempladas em assentamentos criados a partir de outros acampamentos controlados pelo Movimento.

[109]. *"Nós ficamo desde 89 até 92, três anos nós ficamos sem podê tomá iniciativa inclusive de produção, porque a área nossa, que era do outro ali, o pessoal que não tinha saído, não tava assentado, ficô em cima! (...). E nas outras áreas foi limpando, o pessoal foi indo embora e os daqui foram ficando. E uma boa parte era daqueles que concordavam com a pontuação né, que eram contra a nossa posição dos grupos... Inclusive nós era a maioria solteiro né, o pessoal dos grupos de discussão, o pessoal que mais discutia, mais participava, então tinha mais uma visão que tinha que sê a questão dos grupo, dos núcleo de produção. Então esse atrito também se deslocô meio também depois, que o pessoal não concordava que fosse nós que tivesse sido assentado né... pessoal pai de família, com família, sem assentá e os solteiro assentado né! Isso então criou toda essa situação."* (Augusto, ex-membro da COOPTAR, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

[110]. Ou mesmo o ato de queimar a primeira casa construída na área da agrovila da COOPTAR: *"Nós ocupamo a área e ali nós tivemo vários enfrentamento. Assim meio que direto. Na época que viemo ocupá essa área nós tinha trazido uma casinha e o pessoal queimou a casa. Não deixaram nós colocá a casa na época e de noite queimaram a casinha. Não tinha ninguém dentro e queimaram."* (Mauro, membro da Cooptar, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

No período compreendido entre o segundo semestre de 1989 e 1993 a maioria dos "excedentes" da Annoni foram assentados em outras áreas do Estado do Rio Grande do Sul[111]. Todavia, em 1993, ainda restavam 37 famílias na Fazenda, impedindo na prática a operacionalização do assentamento pelo INCRA. Essas famílias remanescentes não aceitavam, em hipótese alguma, o assentamento na região da Campanha Gaúcha (sul do Estado) e demandavam terras na própria Annoni ou em terras da "região colonial" (norte do Estado).

Esse impasse somente foi resolvido através de um compromisso firmado entre INCRA, MST, IBAMA, Prefeitura Municipal, Procuradoria da República, "selecionados" e "excedentes", que previu a utilização de parte da área de mata destinada à preservação ambiental[112], viabilizando o assentamento de outras 32 famílias[113].

Novamente a pressão social, os conflitos e o desejo dos agricultores de permanecerem na Fazenda redundava na flexibilização da normatividade estatal que regulava o programa estatal de reforma agrária, revelando que a ação do Estado não obedece unicamente a uma lógica de natureza técnico-administrativa, mas também à dinâmica de forças sociais em conflito.

---

[111]. Um total de 333 famílias "excedentes" do Acampamento da Fazenda Annoni deram origem a 8 assentamentos: "Assentamento Santa Helena", em São Miguel das Missões (91 famílias); "Assentamento Sepé Tiarajú", em Santiago (25 famílias); "Assentamento Guabiju", em Guabiju (40 famílias; "Assentamento 29 de Outubro", em Trindade do Sul (47 famílias); "Assentamento Novo Guabiju", em Nova Prata (27 famílias); "Assentamento Novo Gramado", em Gramado dos Loureiros (50 famílias); "Assentamento Nova Sociedade", em Piratini (21 famílias) e "Assentamento "Inhacapetu", em Santiago (32 famílias).

[112]. Originalmente, o "Projeto de Assentamento" formulado pelo INCRA/RS previa, conforme determinação legal, a preservação 2.200 ha de reserva florestal. Em decorrência do acordo, ao invés da tradicional manutenção da reserva florestal como área de domínio público, os poucos mais de 500 ha remanescentes foram incorporados aos lotes como área de preservação permanente. Em contrapartida, os "colonos" assumiam o compromisso tanto de preservar a área de mato que restava, quanto de reflorestar as áreas devastadas. Cf. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit.. Muitos colonos "excedentes" já haviam se instalado no interior das áreas de reserva, derrubando a mata para instalação de lavoura ou mesmo para a venda de madeira. Sobre esses conflitos em torno da reserva florestal da Fazenda Annoni, ver SCHMITT, Claudia Job, (1995). Meio ambiente e luta pela terra: o caso da Fazenda Annoni. *Políticas Ambientais,* nº 8, maio de 1995, p. 6-9, que expõe a resistência dos ambientalistas da região em relação aos termos do acordo.

[113]. As 5 famílias remanescentes permaneceram sobre as terras demarcadas e foram, nos anos subseqüentes, assentadas em outras regiões do Estado. Apenas em 1998 o impasse foi plenamente resolvido.

Esse acordo, finalmente, viabilizava a efetivação pelo INCRA/RS do "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino – FASE IV" (1993), com a demarcação dos lotes que propiciariam a 232 famílias acampadas o acesso a 3.738,80 ha das desejadas terras da Fazenda Annoni. Era chegada a vez daqueles, que desde 1989, sabiam que ali ficariam, mas que sentiam a insegurança de não ver seu sonho materializado. *"Porque a bem dizê, nós fiquemo sorteado primeiro, mas nós fumo assentado por último! Só o nome de assentado no começo né..."* (Olavo, assentado).

Em conseqüência da forte pressão social dos agricultores acampados sobre o INCRA/RS, o número total de famílias assentadas na antiga Fazenda Annoni foi bastante superior ao inicialmente projetado, acarretando uma redução significativa da superfície dos lotes, principalmente daqueles da chamada "Fase IV"[114].

Tabela 1. Execução do "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino"

ASSENTAMENTO	ANO	TAMANHO MÉDIO DOS LOTES (ha)	NÚMERO DE FAMÍLIAS
FASE I	1987	19,2	57
FASE II	1987	20,6	35
FASE III	1987	23,6	30
FASE IV	1993	16,1	232
TOTAL	-	-	354

Fonte: INCRA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1999). *Assentamentos implantados a partir de 1986.* Porto Alegre.

[114]. A *"Proposta de criação do P. A. Encruzilhada Natalino – Município de Sarandi"*, elaborada pelo INCRA/RS, em novembro de 1986, previa o assentamento de *"aproximadamente 220 famílias, considerando-se o módulo médio da região, de 20 ha."*. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1986), op. cit., p. 3. Esses dados excluem as 54 famílias assentadas em 1974 pelo "Projeto Integrado de Colonização – Sarandi".

4.2.12. Práticas de Delineamento de um Assentamento Modelar do MST: a formação da COOPTAR, a realização do "Laboratório Organizacional de Campo" e a construção da agrovila

Muitas vezes a narrativa construída pelo pesquisador social se desencontra com o tempo em que cronologicamente se desenvolvem os processos analisados. Pagando um pouco esse custo, volto no tempo para analisar um dos acontecimentos mais marcantes na trajetória de produção social do que viria a ser, posteriormente, o Assentamento 16 de Março: a formação da COOPTAR.

A COOPTAR foi criada por 46 famílias, no final de 1989, logo após a definição das famílias selecionadas para assentamento na própria Fazenda Annoni, e oficializada em janeiro de 1990. Seus sócios fundadores eram, em sua quase totalidade, aquelas famílias que haviam sido credenciadas pelo critério de *"grupos organizados"* predispostos à adoção de práticas de coletivização da produção agropecuária no futuro assentamento e entre eles estavam as principais lideranças do Acampamento e do MST gaúcho.

O surgimento da COOPTAR representava a colocação em prática das reorientações em torno da discussão das formas de cooperação agrícola mais adequadas a serem incentivadas nos assentamentos controlados politicamente pelo MST. Desde 1988, se gestava no interior do Movimento a convicção doutrinária de que era necessário superar as *"formas artesanais de produção"* (produção camponesa) e o *"associativismo ingênuo de inspiração cristã"* (pequenas associações, grupos semi-coletivos, grupos coletivos, mutirões, etc.) e incentivar a adoção de uma *"forma superior de organização produtiva"*, representada pelas chamadas CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), que teriam como característica central a completa socialização dos meios de produção e dos frutos do trabalho.

Nos relatos biográficos tecidos pelos agricultores hoje assentados, que participaram ou ainda participam da COOPTAR, a idéia de formação de uma cooperativa organizada sob moldes radicalmente distintos daqueles em que haviam sido socializados no processo de trabalho agrícola (seja como

camponeses, meeiros, pequenos arrendatários ou assalariados) emerge como diretamente associada a um trabalho de produção e difusão discursiva operada pelas principais lideranças do MST no Acampamento. Ganha visibilidade marcante nesses relatos a menção que a experiência lhes era estranha e sua aceitação estava relacionada tanto à ascendência política dos dirigentes sobre o grupo, quanto à capacidade destes em professar as supostas vantagens da produção coletiva.

> Quando foi conhecido as família sorteada na Fazenda Annoni, a liderança maior que tinha sugeriu pros núcleo uma discussão prá formá uma cooperativa, sabe. Onde nós não tinha, por exemplo, um conhecimento maior do que era trabalhá dentro de uma cooperativa de produção. E foi feito várias discussão nessa linha, em cima desse objetivo, onde então nós topemo a proposta. (Antônio, ex-membro da COOPTAR).

Não se deve ignorar que aquele momento, marcado pela alegria dos "selecionados" de terem sido beneficiados com a terra na almejada Fazenda, era bastante favorável à adesão a experiências novas e arrojadas. Considere-se também o estado de extrema carência econômica dos agricultores, que após, aproximadamente, 4 anos de acampamento não dispunham de praticamente nenhuma máquina ou implemento de produção agrícola, o que representava um horizonte de extrema dificuldade em sua nova condição de agricultor assentado. Em contrapartida, os dirigentes apontavam que com a cooperativa tudo seria mais fácil, na medida em que, com uma economia de escala, seria possível adquirir todos os meios de produção de origem industrial necessários.

Não obstante, o trabalho discursivo operado pelos dirigentes não se esgotaria no convencimento dos agricultores a participarem da criação da cooperativa. Era preciso, após oficialmente criada a organização produtiva, não apenas transformar as formas de pensar, mas, sobretudo, alterar os padrões de comportamento em relação ao trabalho herdados da prática de uma agricultura de base camponesa – num jargão comum dos militantes do MST na época, era preciso combater e superar os *"vícios e desvios da ideologia camponesa"*[115] – em

---

[115]. Numa perspectiva nitidamente essencialista de análise de comportamento das classes sociais, estabelecia-se que eram *"vícios"* característicos dos camponeses o individualismo, o personalismo,

favor de uma *"mentalidade de tipo empresarial"*, que teria na disciplina organizativa um de seus pilares primordiais[116].

Os chamados "Laboratórios Organizacionais de Campo" (LOCs) constituiriam a estratégia metodológica fundamental enquanto processo educativo devotado à produção de novas formas de pensar e agir entre os agricultores assentados. O LOC é definido como *"um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada."*[117].

O texto de apresentação da *"Memória do Laboratório Organizacional de Campo Sarandi – RS, Assentamento Fazenda Annoni"* coloca com precisão esse conjunto de metas do LOC ao afirmar que *"para criar estas empresas é necessário romper com as formas artesanais de produção, baseadas na divisão natural do trabalho, juntamente com a mentalidade e os vícios artesanais de trabalho desta forma de produzir; ao mesmo tempo, capacitar os assentados para um novo processo produtivo, iniciar a especialização da mão de obra e da divisão do processo produtivo, para propiciar o surgimento da consciência organizativa."*[118].

Foi com esses objetivos "educativos" e "conscientizadores", que as lideranças da COOPTAR promoveram, no interior da Annoni, entre 8 de setembro e 13 de outubro de 1991, o LOC. O específico da Annoni é que, diferentemente do que propõe a referida metodologia, que prevê o Laboratório como passo primeiro para a fundação de uma CPA, o mesmo foi realizado após decorrido mais de um ano de criação oficial da COOPTAR. Assim, o LOC foi encarado pelos dirigentes

---

o espontaneismo, o anarquismo, o imobilismo, o comodismo, o sectarismo, o liquidacionismo, o aventureirismo e a auto-suficiência. Esses *"vícios"* deveriam ser substituídos por dois outros elementos fundamentais que caracterizariam um nível de *"consciência organizativa"*: a unidade e a disciplina.

[116]. Os militantes do MST encontravam na "Teoria da Organização no Campo", proposta por Clodomir Santos de Morais e fundada numa base doutrinária de cunho marxista-leninista, a matriz discursiva delineadora de um campo de verdades a serem difundidas no interior dos acampamentos e assentamentos agenciados politicamente pelo Movimento. Ver MORAIS, Clodomir Santos de, (1986). *Elementos sobre a teoria da organização no campo.* São Paulo, *Caderno de Formação do MST,* nº 11.

[117]. MORAIS, Clodomir Santos de, (1986), op. cit., p. 40.

[118]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL/COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, (1991). *Memória do Laboratório Organizacional de Campo Sarandi – RS, Assentamento Fazenda Anonni",* p. 2.

da Cooperativa como uma iniciativa devotada a eliminar ou amenizar as imensas dificuldades organizativas vivenciadas na curta vida de duração da empresa.

> Na COOPTAR, o objetivo é fazer com que seus participantes avancem na forma de organização da produção, fazendo uma experiência da Divisão Social do Trabalho e iniciando a especialização da mão-de-obra, através dos vários cursos que irão acontecer durante o período do laboratório.[119]

Essas dificuldades diziam respeito tanto a aspectos gerenciais e administrativos (como o alto endividamento decorrente da apressada compra de máquinas agrícolas quando sequer havia a possibilidade de pleno cultivo das terras ainda não liberadas pelo INCRA para assentamento devido à presença das 360 famílias de "excedentes"), quanto aos descontentamentos expressos por parte dos associados que através do trabalho na Cooperativa não conseguiam obter os recursos financeiros mínimos necessários à subsistência familiar. Alguns não conseguiam entender o paradoxo existente entre a extrema penúria vivida pelos seus membros e os grandes investimentos feitos pela COOPTAR na aquisição de máquinas e implementos agrícolas, pois *"nos primeiros anos, nós pagamo as prestações tudo em dia, só que as família não tinham comprado nem uma mamadeira prás crianças!"* (Pedro, ex-membro da Cooptar).

Essa fala do agricultor revela que se gestava na COOPTAR, já em seus primórdios, um conflito de concepções, racionalidades e projetos de vida que marcaria boa parte de sua existência: enquanto os seus principais dirigentes (principalmente o chamado "Grupo dos Piá") defendiam a continuidade dos investimentos recorrendo a uma discursividade que tinha numa confusa articulação entre racionalidade econômica empresarial e doutrina político-ideológica[120] os seus marcos principais; para a maioria dos associados colocava-se como prioridade absoluta a reprodução familiar, a obtenção dos meios de

---

[119]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL/COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, (1991), op. cit., p. 149.

[120]. Nas formulações do MST acerca das CPAs se afirma que elas representam, concomitantemente, uma organização de base empresarial (que se assemelha, em muitos aspectos, às empresas capitalistas) e a expressão ideológica da construção de uma sociedade socialista. Uma visão crítica dessa concepção é proposta por NAVARRO, Zander, (1995). Formatos tecnológicos e organização: o caso dos assentamentos rurais no sul do Brasil. *Políticas Agrícolas*, vol. 1, n. 1, 1995, pp. 81-117.

subsistência básicos através do próprio trabalho – práticas sociais e formas de pensar conformes ao *ethos de colono*. Confronto de lógicas que se expressavam, na percepção dos próprios "colonos", como diferentes interesses entre os *"solteiros"* e os *"que tinham família"*.

> Pro grupo dos piá, dos solteiro, prá eles tudo era fácil! Prá eles faltava bóia, corria prá casa dos pai, vinha com a bolsa cheia, trazia comida prá dentro dos barraco! Agora, as famílias com um certo número de filhos já era mais difícil! (Pedro, ex-membro da COOPTAR).

Adicionava-se a isso o elemento que boa parte do "Grupo dos Piá" fazia parte das instâncias de direção nacional e estadual do MST, o que acarretava o afastamento periódico do cotidiano de trabalho e funcionamento da COOPTAR, mantendo ainda a capacidade discursiva e a autoridade simbólica (conferida pelo MST) de influenciar nas principais decisões da empresa.

> Tinha poucas famílias envolvidas no processo produtivo, porque ainda a maioria eram jovens e esses jovens continuaram a militância dentro do Movimento, a articulação de novos acampamentos, assessoria... Então, quando eram prá sê tomadas as linhas políticas, o rumo, então tinha que passá pela assembléia. Então, vinham os pára-quedistas e vinham com todo aquele cenário bonito lá de fora, davam aquelas idéias loucas que nós ninguém entendia nada, e no outro dia sumiam! Então quem ficava aqui prá tentá por em prática as idéias inovadoras que vinham de fora, por não conhecê o processo, não entendê o processo, já começaram a botá os pé pela cabeça! Isso aconteceu. (Pedro, ex-membro da COOPTAR).

Foi nesse ambiente já marcado por tensões internas e dificuldades gerenciais que se realizaria o Laboratório Experimental de Campo, que contou com a participação de todos os associados da COOPTAR e também de assentados de outras cooperativas da região, com exceção da COANOL (Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda.)[121]. Ainda que contasse em sua organização com o apoio de um conjunto de entidades governamentais e não-governamentais (IATERMUND, EMATER, INCRA, Prefeitura Municipal de Sarandi, Cáritas Regional, Diocese de Passo Fundo, CETAP e outras) toda organização, preparação e operacionalização do Laboratório esteve sob total controle de instâncias diretamente vinculadas ao MST (principalmente do

Departamento de Formação do MST/RS e da COCEARGS), além das principais lideranças da COOPTAR, integrantes da chamada "Coordenação Geral do LOC".

O MST manteve o controle global do processo, começando pela seleção dos técnicos (os *"instrutores"*) a serem convidados para ministrar os cursos de especialização dos agricultores nas diferentes linhas de produção supostamente possíveis de serem desenvolvidas futuramente pela COOPTAR[122].

> A escolha dos instrutores também seguiu alguns critérios: *"- Bom, vamo pegá gente que tenha condições de dá um recado técnico e tal, mas que não vá miná a nossa concepção..."*. (Daniel, técnico extensionista da EMATER/RS, participante da Coordenação Geral do LOC Sarandi, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001).

Tanto assim que mesmo instrutores não afinados com o modelo de organização da produção e do padrão tecnológico estimulado[123], como os técnicos do CETAP foram convidados. Tinha-se a convicção que era possível controlar o discurso desses instrutores, fazendo com que suas intervenções se dessem nos limites do repasse de tecnologias. A intervenção dos instrutores durante o LOC era bastante pontual e fragmentada, pois, após cumprirem sua específica missão, não mais participavam do restante das atividades do Laboratório. Com isso, se procurava evitar as condições de possibilidade de emergência de uma discursividade que colocasse em questão os fundamentos e concepções doutrinárias que orientavam o funcionamento do Laboratório e da Cooperativa. *"Eles (as lideranças do MST) tinham um controle suficientemente articulado do processo todo que podia outras pessoas dar uma curso lá, como o P., que trabalhou a parte de solos... sem que isso abalasse, digamos assim, a estrutura do*

---

[121]. O total de inscritos no LOC foi de 132 agricultores e agricultoras. Cf. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/RS, COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, (1991), op. cit..

[122]. Conforme a *"Memória do Laboratório..."* foram oferecidos durante o LOC/Sarandi 33 cursos: Teoria da Organização no Campo, Economia Política, Cooperativismo, Pintura em Tecido, Overlok, Construção, Culinária, Veterinária, Corte e Costura, Mecânica Pesada, Olericultura e Plasticultura, Produção de Grãos, Conservação do Solo, Tricô e Crochê, Alfabetização, Planejamento Global, Eletricidade de Casa, Xadrez, Suinocultura, Apicultura, Datilografia, Eletricidade Mecânica, Operação e Conservação de Máquinas, Contabilidade Empresarial, Medicina Alternativa, Avicultura, Administração Rural, Cabeleireiro, Creche, Jornalismo, Manejo de Gado Leiteiro, Pomar e Reflorestamento e Irrigação.

prédio do LOC, sem que isso ferisse as premissas. (...). A idéia é que os cursos fossem essencialmente tecnológicos mesmo. Sem muita margem prá discuti formas de produção, de organização e tal." (Daniel, técnico extensionista da EMATER/RS, membro da Coordenação Geral do LOC Sarandi).

Uma determinada *"ordem discursiva"* ditava um regime de verdade hegemônico que operava concretamente através de dispositivos restritivos e coercitivos à circulação de todo e qualquer discurso no interior do Laboratório[124]. Ao instrutor e aos participantes não se oferecia a possibilidade de colocar em questão o estabelecido como verdadeiro, pois *"aconteceu durante o Laboratório de alguém questioná algumas coisas e de imediatamente sê tachado, sê rotulado, sê enquadrado dentro de algum daqueles vícios, daqueles 'desvios ideológicos'."* (Daniel, técnico extensionista da EMATER/RS, membro do Coordenação Geral do LOC Sarandi).

Os instrutores deveriam, previamente, entregar à Coordenação Geral um programa geral do curso a ser ministrado, contendo os objetivos, os conteúdos e a metodologia. Ainda que o currículo dos cursos, de natureza essencialmente técnica, fosse elaborado pelo técnico convidado, o formato era pré-determinado pela Coordenação Geral, devendo incluir necessariamente três partes: teórica, prática e avaliativa. Assim, de antemão, os dirigentes tinham a possibilidade tanto de avaliar a pertinência do curso proposto e, assim propor possíveis reformulações, quanto de saber (e, em conseqüência, deter o poder de controlar) o tipo de abordagem a ser desenvolvida.

> Tinha uma preocupação, um cuidado... e eles pediam, foi pedido pros instrutores que vinham dá o seu curso de que eles não estimulassem o individualismo, a produção individual dos assentados... Tinha uma conversa preliminar com os instrutores... (Daniel, técnico extensionista da EMATER/RS, membro da Coordenação Geral do LOC Sarandi).

---

[123]. Na época, o MST estimulava a criação de grandes unidades de produção agrícola baseadas na larga utilização de insumos de origem industrial. Para uma visão crítica dessa postura, ver NAVARRO, Zander, (1995), op. cit..

[124]. Michel Foucault afirma que a (re)produção de um dado regime de verdade exige a colocação em prática de procedimentos de *"interdição"* e *"restrição"* de determinados discursos: não se pode dizer tudo, nem falar em tudo em qualquer circunstância. Cf. FOUCAULT, Michel, (1996). *A ordem do discurso.* São Paulo, Edições Loyola, 3ª ed..

Entretanto, este controle não constituía mais do que um meio para a efetivação do objetivo central do Laboratório: transformar as formas de pensar e de comportamento tradicionais dos agricultores em prol de uma suposta *"mentalidade empresarial"* e de uma *"consciência organizativa"*. Nesse sentido, era sobretudo sobre os "colonos" participantes do Laboratório que atuavam os mecanismos mais incisivos de regulação de condutas e discursos.

Na formulação de sua proposta dos "Laboratórios de Campo", Clodomir Morais dos Santos estabelecia que a vigilância e a crítica constituiriam as técnicas mais adequadas de evitar os *"desvios e vícios que minam pouco a pouco a unidade e a disciplina"*[125] e garantir que o indivíduo se subordine aos interesses da empresa coletiva[126]. Relatos de agricultores e técnicos que participaram do LOC Sarandi afirmam que o ambiente vivido e sentido no cotidiano do Laboratório era de uma vigilância e cobrança permanente, onde a disciplina constituía um instrumento de poder rotineiramente acionado. *"Olha, eu não teria medo de compará com os primeiros dias da gurizada que chega no quartel... com aquele primeiro mês que dá o choque!* (Daniel, técnico extensionista da EMATER/RS, membro da Coordenação Geral do LOC Sarandi).

A regulação das condutas dos agricultores, visando educá-los às formas de divisão do trabalho vigentes nas CPAs propostas pelo Movimento, se dava principalmente através do controle permanente do tempo, fazendo com que nunca estivessem ociosos, mesmo que executando tarefas absolutamente despretensiosas e improdutivas. Era a aplicação tacanha do princípio da educação pelo trabalho:

> E num ritmo que não é o ritmo normal do agricultor! Se procurava quebrá o cotidiano deles, o ritmo normal de trabalho que o agricultor tem no campo! A ociosidade, tu não tá envolvido com uma tarefa pré-determinada, tu tê um tempo livre durante o dia, era um mau exemplo pros colegas de Laboratório! Eu soube de histórias que caras que não tinham eventualmente uma tarefa, um trabalho prá executá, que mandavam alguém ir buscá um balde de água lá longe e trazê e varrê e

---

[125]. MORAIS, Clodomir Santos de, (1986), op. cit., p. 37.

[126]. Mais do que um objetivo, a disciplina é um instrumento de poder a que se recorre para modelar comportamentos e práticas sociais, produzir aptidões, potencializar capacidades produtivas, intensificar desempenhos; mecanismo de produção de corpos e mentes dóceis e úteis. Cf. FOUCAULT, Michel, (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis, Vozes, 7ª ed..

> limpá 4 ou 5 vezes por dia o assoalho! Prá mostrá que os cara não tão parado, que tão ocupados! (Daniel, técnico extensionista da EMATER/RS, membro da Coordenação Geral do LOC Sarandi).

A Coordenação Geral, principal instância de poder do Laboratório, responsável pelo completo planejamento e funcionamento de todas as atividades desenvolvidas, realizava, diariamente, reuniões de avaliação que visavam, a partir da análise do que estava acontecendo, tomar as providências julgadas cabíveis, inclusive com a advertência dos agricultores considerados faltosos ou que não desenvolvessem adequadamente o trabalho delegado[127]. Essa avaliação era feita, principalmente, a partir dos relatos e "fichas de controle" fornecidos pelos coordenadores dos diferentes setores de produção. *"Eram reuniões com roteiro muito bem definido... Tinha controladores. Tinha um esquema muito forte prá que ela (a Coordenação Geral) pudesse ter sempre o domínio do que tava acontecendo."* (Gervásio, técnico extensionista da EMATER/RS, membro da Coordenação Geral do LOC Sarandi, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001). Controle que, segundo a mesma fonte, era aplicado internamente à própria Coordenação Geral, exigindo-se que seus membros se tornassem o exemplo de um comportamento disciplinado e adequado à construção de uma *"consciência organizativa"* no interior da empresa cooperativa[128].

A dinâmica do Laboratório consistiu na realização dos 33 referidos cursos, dos quais apenas três deveriam ser necessariamente presenciados por todos os participantes: "Elementos sobre a Teoria da Organização", "Economia Política" e "Cooperativismo", exatamente os três cursos que definiam as premissas da "filosofia" do Laboratório e que tinham como núcleos temáticos conteúdos supostamente confirmadores da superioridade econômica e política das

---

[127]. Clodomir Santos de Morais expunha que as reuniões deveriam constituir um dos principais momentos para a crítica corretiva de comportamentos inadequados: *"... existe uma atitude fundamental que o grupo terá de aceitar e assumir durante o 'Laboratório', que é uma atitude de análise frente a tudo que está acontecendo, por meio de um elemento que deve ser descoberto e utilizado sistematicamente pelo grupo, ou seja, a crítica."* MORAIS, Clodomir Santos de, (1986), op. cit., p. 42.

[128]. *"Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, terminará por interiorizar ao ponto de se observar ele próprio; cada um, dessa maneira, exercerá esta vigilância sobre e contra ele próprio. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo a um custo irrisório!"* FOUCAULT, Michel, (1994). L'oeil du pouvoir. In Dits et écrits, tomo III, Paris, Gallimard, p. 198.

organizações produtivas de tipo coletivista (as CPAs) e de momentos propícios à difusão das formas de pensar e de comportamento consideradas apropriadas ao sucesso de tal empreendimento econômico.

Era com esse objetivo estratégico que, durante esses três cursos "teóricos", os "colonos" tinham acesso a textos escritos relacionados às referidas temáticas. Através da *"Memória do Laboratório"* pude constatar que foram utilizadas, basicamente, três diferentes fontes bibliográficas desses textos: o Caderno de Formação nº 20 do MST, *"Elementos sobre a teoria da organização no campo"*, de Clodomir Santos de Morais, centrado na exposição dos princípios organizativos de uma empresa, dos comportamentos e consciências característicos de cada classe e grupo social e dos *"mecanismos para combater os vícios ideológicos"*; o chamado *"Documento Básico do MST"*, que expõe as linhas político-ideológicas do Movimento, as suas instâncias organizativas e os princípios que devem reger a conduta de seus militantes; e diferentes números do *"Jornal Sem Terra"*, falando das mobilizações dos trabalhadores rurais no Brasil em torno da luta pela reforma agrária.

Perscrutando-se esse conjunto de fontes discursivas chama a atenção a aplicação de uma metodologia que tinha a leitura como instrumento central entre agricultores poucos afeitos a essa rotina. Além disso, ao menos alguns desses documentos são elaborados em uma linguagem de difícil (talvez impossível) compreensão por trabalhadores escassamente escolarizados. Surpreende a importância estratégica atribuída a esse trabalho, na medida em que operava, durante a realização dos referidos cursos, um sistema de *"controle de leitura"* de cada participante, que consistia numa ficha contendo normalmente 8 perguntas[129] que deveriam ser respondidas pelo participante, por escrito e na própria ficha, e entregues à Coordenação Geral do LOC em data e hora previamente fixadas (os agricultores tinham em torno de 4 dias para efetuar a leitura do material

---

[129]. Exemplifico com apenas algumas: *"O que é divisão natural do trabalho?"; "O que é que determina o valor de troca de uma mercadoria?"; "O que determina o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho?"; "Defina você o artesão?"; "Quais são as três ferramentas que devemos usar para superar os vícios ou desvios ideológicos?"*. Cf. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL, COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, (1991), op. cit., p. 139-140.

bibliográfico e responder às questões formuladas). Pode-se presumir que o objetivo pedagógico esperado não poderia ser além da simples repetição mecânica pelos agricultores daquilo que os textos doutrinariamente transmitiam[130]; processo de repetição que tem um efeito positivo de poder, que visa a inculcação, sem questionamentos, de um conjunto de enunciados e preceitos doutrinários tomados como verdade única.

Além dos cursos, desenvolvidos apenas durante algumas horas do dia, os agricultores e agricultoras deveriam desenvolver, obrigatoriamente, as atividades práticas no interior do "setor de produção" da COOPTAR ao qual estavam vinculados. Atividades essas que eram rotineiramente controladas pelo "coordenador de setor", responsável pelo preenchimento de uma "ficha de controle de atividades"[131], diariamente repassada à Coordenação Geral, para efeitos de avaliação do desempenho produtivo e disciplinar do setor e de cada trabalhador individualmente.

Michel Foucault aponta que onde há poder, há sempre resistências, pois o poder não constitui uma essência, mas uma relação[132]. Ainda que o Laboratório fosse marcado por um ambiente de cobranças e controles relativamente rigorosos, os agricultores, consciente ou inconscientemente, manifestavam seu descontentamento ou mesmo seu desconforto em relação aos desdobramentos tanto em relação ao andamento do Laboratório, quanto da própria Cooperativa.

---

[130]. A "Avaliação Final do Laboratório" aponta que uma das principais dificuldades enfrentadas foi que *"o pessoal se assustou com os Controles de Leitura"*, revelando a inadequação da metodologia pedagógica em relação à realidade dos educandos. Cf. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL, COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, (1991), op. cit., p. 147.

[131]. Nessa ficha, deviam constar, além da atividade a ser desenvolvida, o cronograma de sua execução (o que visava controlar a produtividade do trabalhador), o responsável pela execução e o "controlador" (responsável pela avaliação se a atividade foi efetivada a contento). Conforme MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL, COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, (1991), op. cit., p. 146.

[132]. *"Porque se é verdade que, no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma 'insubmissão' e liberdades essencialmente rebeldes, não há relações de poder sem resistência, sem escapatórias ou fugas, sem indagações eventuais; toda relação de poder implica, portanto, ao menos de forma virtual, uma estratégia de luta, sem que todavia elas venham se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir."* FOUCAULT, Michel, (1994). Le sujet et le pouvoir. In *Dits et écrits*, tomo IV, Paris, Gallimard, p. 242.

Resgato essas tensões utilizando-me dos relatos orais dos agricultores e dos documentos fornecidos pela *"Memória do Laboratório"*. Por exemplo, no *"Informe e Balanço Crítico de 20 de setembro de 1991"*, elaborado pela Coordenação Geral, ganha bastante visibilidade os *"fatos negativos"* que se desenrolavam no cotidiano do Laboratório, como a falta de pontualidade dos trabalhadores às atividades previstas em cada "setor de produção" da empresa. *"Há falta de responsabilidade e de dedicação. Há pessoas chegando atrasadas para o trabalho e às reuniões e chegam a se retirar antes do término. (...). Por parte de alguns há abuso, pois a atividade poderia ser realizada em um quinto (1/5) do tempo gasto. Todas estas faltas colocaram a unidade e a disciplina da empresa em perigo."*[133]. A Coordenação propunha também os mecanismos corretivos "apropriados", como *"que o setor de administração veja a mão-de-obra necessária para cada setor e redistribua a restante. Não podemos sustentar lumpen."*[134]. Novamente, a estigmatização como *"lumpen"* daqueles que não se enquadravam às posturas consideradas positivas ganhava emergência.

Cabe ao pesquisador social problematizar não apenas o que é falado, mas também o que é omitido. Os registros narrativos dos trabalhadores reconstróem processos conflitivos totalmente silenciados pelo que se pretende ser a memória completa de tudo que se deu no interior do Laboratório. A *"Memória do Laboratório..."*, por exemplo, ignora os impasses gerados pela implantação de um "refeitório coletivo", onde todos os agricultores deviam fazer suas refeições diárias, rompendo com a tradição cultural das refeições como um momento fundamental de socialização no ambiente doméstico dos camponeses. Aliás, o refeitório tinha exatamente esse papel estratégico que o trabalhador passasse a considerar a empresa como o espaço fundamental de sua existência, em detrimento da família.

Se as lideranças (re)constróem o término da experiência do "refeitório coletivo" como decorrente da *"falta de preparo das cozinheira, que faziam uma*

---

[133]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL, COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, (1991), op. cit., p. 148.

[134]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL, COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, (1991), op. cit., p. 149.

comida mal feita, muito banhenta", desconsiderando que o ato de comer não é apenas um processo biológico, mas sociocultural, os agricultores percebiam o refeitório como uma violência aos seus costumes e tradições:

> Surgiu a idéia de fazê tipo um restaurante, tipo refeitório... Bom, eu tinha minha casa, minha casa podia sê um barraquinho, mas tinha, e tinha que almoçá tudo lá! Quer dizer, vinha os parente passeá, visitá eu, e nós tinha que ir prá aquele refeitório! Eu não podia fazê uma comida prás visita na minha casa. (Onélio, ex-membro da Cooptar, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Não obstante, a mais evidente expressão de resistência dos agricultores se deu por ocasião da saída, ainda durante a realização do Laboratório, de um grupo de 13 famílias pertencentes à COOPTAR. Na *"Memória do Laboratório..."* há um único e rápido registro desse acontecimento no *"Informe e Balanço Crítico de 11 de outubro de 1991"* quando é avaliado *"que várias transformações nos setores"* teriam prejudicado o *"bom andamento da empresa"*, entre as quais as *"demissões de associados"*. É flagrante o objetivo, por parte daqueles responsáveis pela elaboração do documento, de secundarizar e não dar visibilidade social e política a um fato tão significativo e que teve graves conseqüências para o prosseguimento do Laboratório e da COOPTAR, afinal 13 famílias representavam quase 1/3 do total de associados da Cooperativa.

Na memória daqueles agricultores que tomaram tal decisão, todavia, a saída da COOPTAR é configurada como um momento marcante, de ruptura, que envolveu considerações de ordem racional e emocional. Mesmo que muitos ressaltem que a atitude decorreu das dificuldades econômicas enfrentadas pela Cooperativa e da insuficiente geração de renda para os seus associados, o Laboratório teria servido como exemplo que o tipo de organização do trabalho proposto, centrado na disciplina e na forte divisão do trabalho, entrava em choque não apenas com as expectativas dos agricultores, mas também com as concepções, valores morais e práticas sociais componentes de seu *habitus* camponês.

> Durante o laboratório clareou prá nós que aquilo ali não era o que nós queria! Nós vimo que aquilo ali ia dá problema se nós acabasse ficando ali... Assim, a gente resolveu saí mais cedo porque nós avaliemo que nós tava perdendo tempo ali, sabe. Então, de certa forma, laboratório aquele foi bom porque ele clareou prá nós. (Antônio, ex-membro da Cooptar).

Pensado como mecanismo de estímulo às práticas de cooperação agrícola propugnadas pelo MST, o Laboratório acabava por produzir resultados adversos e imprevistos. Foi sobretudo a resistência à forma de organização do trabalho em um empresa cooperativa, claramente explicitada no andamento de funcionamento do LOC, como a fixação de horários para execução das tarefas, os mecanismos de controle de sua execução, a subordinação de muitos por alguns e a especialização de atividades produtivas, que determinou a saída daqueles agricultores. Essas características de organização do cotidiano do trabalho se apresentavam em evidente contradição com tudo aquilo com que haviam sido socializados como "colonos" na região norte do Rio Grande do Sul. Para eles, aquilo representava uma contradição com seu modo de ser e com seus projetos de se reproduzir como agricultores de tipo familiar, visando sua transformação em operários agrícolas.

Internamente ao Laboratório, a saída das 13 famílias[135] foi tratada pelos seus coordenadores como um fato que ratificava aquilo que a *"teoria da organização"* procurava mostrar aos participantes: muitos não conseguem superar os *"vícios e desvios característicos da ideologia camponesa"*. Para os dirigentes, não se colocava a necessidade de discutir o andamento do LOC e muitos menos a convicção doutrinária que as CPAs constituem uma *"forma superior de organização da produção"*; a reação, pelo contrário, era a desqualificação daqueles que mostravam resistências e descontentamentos.

> Se dizia que as pessoas não estavam preparadas prá esse tipo de organização superior, prá esse estágio mais evoluído que se estava construindo ali. Ou seja, se fazia uma desqualificação das pessoas. E se fazia uma certa intimidação... (Daniel, técnico extensionista da EMATER/RS, membro da Coordenação Geral do LOC Sarandi).

Um dos desdobramentos do LOC foi a materialização de uma proposta que vinha sendo discutida desde as primeiras reuniões que deram origem à COOPTAR: a construção de uma agrovila. Nas formulações difundidas pelo MST,

---

[135]. É interessante apontar que essas famílias constituíam 2 "grupos de famílias", que a partir de então passaram a desenvolver formas associativas de trabalho (aquisição de máquinas, venda conjunta, etc.), o que coloca em questão a desqualificação de *"individualistas"* que lhes foi imputada pelos coordenadores do LOC e da COOPTAR.

a formação de uma CPA sempre aparecia associada à efetivação de uma agrovila, pois esta apresentaria um conjunto de vantagens em relação aos lotes individuais: desde a possibilidade de manutenção das terras indivisas e a prática de uma agricultura de escala, até os presumíveis benefícios sociais (eletrificação, estradas, rede de esgoto, transporte escolar, práticas de lazer, etc.) e políticas (facilidade de comunicação, reunião e intercâmbio entre os trabalhadores). Além disso, a moradia em agrovila criaria as condições de possibilidade para a efetivação de um dos principais objetivos do MST ao propor a formação de cooperativas coletivizadas: a liberação das principais lideranças para o exercício de funções organizativas nas suas instâncias diretivas, subordinando, assim, a escolha das formas de sociabilidade dos agricultores aos interesses de reprodução da Organização. *"Porque se cada um pegasse o seu pedaço de terra e saísse trabalhá, o Movimento ia terminá... No momento que tu pegasse a tua parcela tu ia se desligá do Movimento! Talvez você não ia dá conta nem do que tu tinha que fazê e ainda tu não ia trabalhá mais pro Movimento. E aí tinha que tá dentro de uma agrovila, dentro de um grupo, mais de preferência dentro de uma cooperativa, prá tê mais disponibilidade."* (Roberto, ex-morador da agrovila).

No aparato discursivo acionado, a experiência da agrovila do "Assentamento Nova Ronda Alta" foi empregada como um exemplo de como aquela forma de organização espacial podia dar certo. *"Era muito bonito a gente ir lá e vê aquelas morada deles. (...). Foi um grupo que avançou muito, até porque era os primeiro assentado da nossa região. E aí a gente achou que dava certo. E aí começava a discuti no acampamento. Com a experiência deles, que a gente foi, visitou e chegou à conclusão que era aquilo, né, uma das soluções prá nós."* (Roberto, ex-morador da agrovila). O apoio dado por técnicos do INCRA[136] à iniciativa também emerge na memória dos agricultores como um fator que os condicionou muito à aceitação da inovadora proposta.

Idealizada e projetada por uma expressiva liderança do acampamento e do MST estadual, a agrovila foi precariamente instalada na chamada "Área 1" do

"assentamento provisório". Na medida em que ainda havia muitos "excedentes" na Fazenda, impedindo a demarcação daquela que representaria a efetiva área territorial da COOPTAR, a agrovila era constituída praticamente apenas pelas casas dos associados e pelas primeiras instalações da Cooperativa. Embora alguns exprimissem ceticismo[137], a maioria se convenceu de que a criação de uma cooperativa, onde todos os meios de produção eram socializados, praticamente determinava a necessidade de tal sistema de moradia.

Em 1992, a agrovila foi transferida para a atual localização, compondo-se das 26 moradias dos então associados, dispostas ao longo do perímetro de uma área retangular. Sua localização definitiva não se deu a esmo, imprimindo na cartografia do espaço as marcas das relações de poder que se desdobravam no interior do Acampamento naquele momento: a agrovila da COOPTAR se situaria numa área privilegiada, próxima à escola, às fontes de água e à estrada que cortava a Fazenda. Segundo depoimentos de alguns assentados, a definição dos lotes (ainda que não oficialmente demarcados pelo INCRA) teria privilegiado os *"grupos maiores e mais fortes"*, em detrimento dos "individuais" ou grupos menores que tiveram que mudar dos locais onde estavam acampados. O relato de uma "filha de parceleiro", pertencente ao grupo dos "individuais" e politicamente dissidente do MST, aponta que sua família foi forçada a abandonar a área que foi delimitada como sendo da COOPAGRI (Cooperativa de Produção Agropecuária[138]): *"Nós plantava 5 ha lá na Área 9. Só que o grupo da cooperativa queria liberá na marra aqueles 5 ha! Daí ficava tudo prá eles. Lá onde tem aqueles chiquerão... lá nós plantava. Daí eles queriam tirá nós na marra dali."* (Eliane, filha de parceleiro, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

---

[136]. Na racionalidade estatal, a agrovila aparece como uma alternativa bastante positiva, na medida em que permite a otimização de recursos escassos na implantação da infra-estrutura do assentamento.

[137]. *"Prá falá a verdade não gostava muito da agrovila, morá tudo junto assim... Porque a gente sabia que de um jeito ou outro a gente sempre ia se incomodá!"* (Sônia, ex-moradora da agrovila, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

[138]. A COOPAGRI situa-se em terras do chamado "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino - Fase IV", mas não do Assentamento 16 de Março.

Na cartografia do "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino – Fase IV" é bastante evidente que as cooperativas (COOPTAR e COOPAGRI) ocupam as terras de mais fácil acesso, como maior área agricultável e mais próximas aos recursos de infra-estrutura; enquanto os "individuais" ocupam posições geograficamente marginais e, em alguns casos, em solos de menor fertilidade e fortemente erodidos. Elizabete Ana Bonavigo em sua pesquisa aponta que a configuração espacial do Assentamento apresenta recortes espaciais claramente delimitados por fatores de natureza política, configurando uma divisão geográfica entre os *"organizados"* e os desqualificados como *"lumpen"* (não pertencentes aos quadros do MST ou menos atuantes politicamente, ocupantes das Áreas 10 e 11[139], menos valorizadas)[140].

Este processo que mostra que a conformação de um assentamento está longe de ser a expressão do monopólio do poder pelo Estado, fundado nos estritos limites da racionalidade técnica; o "assentamento de reforma agrária" é a conjugação de um conjunto de forças que atuam em sua estruturação, onde o poder também é exercido por aqueles que, teoricamente, seriam seus *"beneficiários"*[141].

Para muitos agricultores, essa discriminação teria se dado com a conveniência dos técnicos do INCRA, que em 1993 somente teriam oficializado as demarcações estabelecidas anteriormente sob o domínio político das lideranças ligadas às cooperativas (que ocupavam posições de poder no interior do Acampamento) e do MST.

Em que pese as controvérsias, a realização do Laboratório serviu para ratificar ainda mais a convicção entre os dirigentes da COOPTAR que o caminho correto era a produção de grãos em larga escala, baseada no alto investimento

---

[139]. Denominações estabelecidas quando da criação do "assentamento provisório", em novembro de 1986 pelo INCRA/RS, que dividiu a Fazenda em 16 porções.

[140]. *"Assim, a organização do espaço que se estabeleceu no momento da demarcação dos lotes não se deu por acaso e nem de forma pacífica; foram as relações de poder naquele cotidiano e naquele momento que definiram a configuração espacial do assentamento."* BONAVIGO, Elizabete Ana, (1998), op. cit., p. 117.

[141]. Para Michel Foucault, o poder não constitui uma propriedade que alguns detêm e outros são suas vítimas; o poder funciona em rede, perpassando, percorrendo todo o corpo social. *"Em outras*

em insumos de origem industrial, desconsiderando o fato que continuava o impasse na liberação da área para o assentamento definitivo, pois permaneciam os "excedentes" no interior da Fazenda. Além disso, a opção por lavouras de grãos mecanizadas (principalmente, soja e milho), ocasionava uma grande ociosidade da farta mão de obra existente na Cooperativa. Um endividamento crescente e as poucas possibilidades de geração de renda para os associados[142] continuava, em conseqüência, a produzir descontentamentos. Uma tentativa de amenizar esse quadro foi a abertura de um "mercado", em 1991, voltado à compra da produção agrícola dos acampados (não pertencentes aos quadros da Cooperativa) e sua revenda ao conjunto dos agricultores; no entanto o mau gerenciamento do empreendimento e o pouco ou nenhum poder aquisitivo dos trabalhadores determinou o seu fracasso e a sua conseqüente venda, em 1993, para a COANOL.

O mesmo destino teve a iniciativa de um projeto de produção de roupas, através da aquisição de máquinas "overlock" com recursos conseguidos junto à Cáritas. *"Só que quando veio esse projeto, que chegô a máquina, ninguém era profissional prá isso, não se preocupamo em profissionalizá alguém, com exceção de algum cursinho, alguma costura que as mãe já sabiam fazê... E que quando foi feito as primeiras peças de roupas se deu por conta que valia à pena designá 3 ou 4 pessoas por semana e ir em Blumenau, Santa Catarina, comprá as roupa, que o custo era mais barato que nós comprá os tecido e fabricá dentro da Cooperativa."* (Pedro, ex-membro da COOPTAR). Fenômeno semelhante ocorreria com a aquisição de vacas de alto padrão genético, demandantes de uma alimentação farta e de um aperfeiçoado controle sanitário, que encontraram agricultores desabilitados ao seu perfeito manejo técnico. *"Então muitas dessas vacas acabaram morrendo, por problema sanitário, mastite... que era só capim annoni,*

---

palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles." FOUCAULT, Michel, (1999), op. cit., p. 35.

[142]. Na medida em que os associados recebiam por hora trabalhada, a pouca disponibilidade de trabalho determinava um baixo rendimento para as famílias.

solo degradado. E as coisas continuavam sempre no vermelho." (Pedro, ex-membro da COOPTAR)[143].

Essas novas frustrações teriam profundos desdobramentos, agravando a crise financeira da Cooperativa, afetada também pelas sucessivas quebras de safra ocasionadas por estiagens na região. *"Era proibido alguém ficá doente aqui dentro, não tinha... o dinheiro era contado, não tinha condições mesmo de nada, nada, nada. E aí o pessoal começou a se desanimá mais ainda né. O pessoal achou que era o fim da Cooperativa. Daí o restante dessas famílias saíram né. Daí acabaram desistindo, saíram da Cooperativa."* (Nestor, membro da COOPTAR).

Assim, um novo "grupo de famílias" (cerca de 12), abandonaram a COOPTAR no final de 1993. Na reconstrução do processo, os agricultores e agricultoras apontam um conjunto diversificado de motivos para a saída. Todos esses fatores, no entanto, encontram no *habitus* do campesinato meridional a sua racionalidade estratégica, onde as práticas econômicas e não-econômicas se articulam ao objetivo central de reprodução da família.

No emaranhado discursivo tecido pelos agricultores que tomaram tal atitude emerge com grande visibilidade o desejo recorrente de se viabilizarem como agricultores de tipo familiar, em que pese todo o trabalho de produção e difusão de enunciados em proveito da "cooperação agrícola" pelo MST ao longo do período de acampamento e, principalmente, no interior da COOPTAR e durante a realização do LOC[144].

> Então nós decidimos, quando nós saímo, nós tê o nosso lote, nós tê a nossa terra e nós trabalhá da maneira que nós trabalhava lá fora. Aquele trabalho familiar, trabalhando individualmente, dentro de sua terra, mas nunca se distanciamo da luta, do MST. (Antônio, ex-membro da COOPTAR).

---

[143]. José de Souza Martins aponta os prejuízos causados por lideranças e agentes mediadores que, movidos por um voluntarismo utópico, lançam os agricultores familiares em iniciativas que contrariam a racionalidade de mercado. Ver MARTINS, José de Souza, (2000). *Reforma agrária: o impossível diálogo.* São Paulo, EDUSP.

[144]. O que revela o poder do *habitus* e as dificuldades que coloca à aquisição de novas predisposições mentais e práticas sociais em ruptura com ele. *"História incorporada, feita natureza, e por isto esquecida enquanto tal, o habitus é a presença ativa de todo o passado do qual ele é o produto: portanto, ele é isto que confere às práticas sua independência relativa em relação às determinações exteriores do presente imediato."* BOURDIEU, Pierre, (1980). Structures, habitus, pratiques. In *Le sens pratique,* Paris, Éditions de Minuit, p. 94.

Além da importância atribuída à propriedade da terra, de *"tá em cima do que é meu, de tê as coisa da gente"* e da acusação de que uns trabalhariam menos do que outros, a maioria deles apontam que o grande problema da COOPTAR estava relacionado à crescente inviabilização da reprodução do grupo familiar. Para muitos, era inadmissível o fato que, enquanto os associados passassem dificuldades, a Cooperativa investisse em lavouras para comercialização e na aquisição de máquinas e implementos agrícolas de alto custo; revelando, assim, a emergência de um conflito de racionalidades centradas na lógica empresarial, por um lado, e na subsistência familiar, de outro.

Na construção narrativa de alguns assentados, esse problema de subsistência decorria do fato que as famílias, no interior da Cooperativa, teriam perdido aquilo que é mais característico do camponês: a autonomia relativa da família em controlar o processo de produção agrícola, determinando, por exemplo, as diferentes plantas a serem cultivadas. Na Cooperativa, a família deixava de ser o núcleo central das decisões estratégicas, substituída pelas "assembléias gerais" e pelo "interesse coletivo". Processo avaliado em toda a sua negatividade:

> Porque no coletivo não é todos que pensa igual. Por exemplo, a gente individual pensa em primeiro em plantá arroz, feijão, produzi o sustento básico. E lá às vezes na Cooperativa, porque têm tantos que pensa, um pensa de um jeito, outro não. Eu não sei se não dão importância... acham que é mais fácil pegá na prateleira do mercado... ou não dão importância prá subsistência das família! Porque eu, em primeiro lugar, é guardá pro ano e depois o que sobra a gente vende prá frente. (Manoel, ex-membro da COOPTAR).

Não produzir os gêneros básicos de subsistência (o feijão, o arroz, a batata, a mandioca, as galinhas, os porcos, etc.) implicava na obrigatoriedade de adquirir no "mercadinho da Cooperativa" aquilo que historicamente os agricultores tinham aprendido a produzir no espaço doméstico. A racionalidade meramente contábil que regia o funcionamento da empresa esbarrava nas predisposições culturais adquiridas pelos agricultores em sua socialização como camponeses.

Se esse tipo de relação seria encarada normalmente por operários de uma indústria, onde o trabalho é socializado e a apropriação é privada, para os agricultores representava uma irracionalidade incompreensível que não pudessem consumir aquilo que foi produzido com seu próprio trabalho. *"Se tu queria um pé*

de salada ia prá tua ficha. Tu queria uma cabeça de repolho ia prá tua ficha. Tudo assim! Um quilo de feijão, era na tua ficha! Então, tu produzia aquilo e, na verdade, tu tinha que comprá! Prá nós... o que levou nós saí da Cooperativa foi isso! (Zezé, ex-membro da COOPTAR).

Outro motivo bastante ressaltado pelos agricultores para sair da COOPTAR foi a resistência às formas de controle do processo de trabalho. A imposição de uma rígida disciplina de horários e de mecanismos de controle e avaliação crítica das atividades desenvolvidas por cada um em seu respectivo "setor de produção" se chocava com a liberdade (ainda que relativa) que goza o agricultor familiar. A rotina do trabalho socializado impunha ao agricultor a necessidade de romper com práticas herdadas da tradição, como deixar de freqüentar a "bodega"[145] nos dias de chuva ou de decidir o momento de iniciar ou abandonar uma determinada atividade. A dinâmica de funcionamento da Cooperativa fazia com que o trabalhador deixasse de se considerar um associado do empreendimento para tornar-se um operário, posição social tradicionalmente rejeitada pelo campesinato sulista.

> Então, a Cooperativa era fugi do que a gente sempre queria né! Porque era prá se torná uma empresa né, tu era dono e empregado ao mesmo tempo, mas não combinava com o que a gente queria né: a gente foi acampá prá que? Prá ter um pedaço de terra, prá tu trabalhá ela... Por exemplo, lá tu tinha que cumpri horário, e isso e aquilo... A gente se perguntava: *"- Mas eu vô pegá a terra prá eu trabalhá de empregado em cima da minha terra?"* (Arnaldo, ex-membro da COOPTAR, entrevistado pelo autor e por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

Alguns levantam ainda a questão de que, com a ociosidade de mão de obra existente na Cooperativa, muitos filhos *"ficavam sem fazer nada"* , rompendo com a tradição da socialização das crianças e jovens no próprio processo de trabalho agrícola. Nesse sentido, a Cooperativa foi sendo considerada, ao menos para alguns, como um problema quando se pensava no futuro dos filhos e na impossibilidade de transmissão hereditária de um patrimônio fundiário.

Um aspecto importante nesse processo de saída das famílias da COOPTAR foi o papel preponderante assumido pelas mulheres nessa tomada de

decisão. Acredito que esse fenômeno é bastante significativo porque, normalmente, no mundo camponês sulista, o homem detém o poder simbólico. Podemos creditar isso não apenas à politização vivida por aquelas mulheres, mas também porque a decisão dizia respeito às possibilidades de reprodução de um espaço tradicionalmente sob domínio feminino, o espaço doméstico e a questão da subsistência alimentar do grupo familiar. Era sobretudo as mulheres que apontavam o suposto paradoxo existente na COOPTAR entre a priorização de culturas comerciais e o estado de extrema carência de gêneros alimentares vivido pelas famílias. Em alguns casos, a saída envolveu conflitos familiares que expressavam inserções diferenciadas dos gêneros masculino e feminino na vida da Cooperativa; enquanto que tal decisão, para os homens, era mais traumática (pois envolvia compromissos pessoais e políticos assumidos com *"companheiros"*), para as mulheres predominava uma percepção mais pragmática do problema.

> Lá na Cooperativa tu tinha que comprá de tudo! De tudo. E uma coisa que eu não entendia, sabe, da Cooperativa, que eu me revoltei tanto era... eu não podia entendê e não entendo até hoje... por isso que acabemo saindo né. Brigava com o marido todo o dia, porque ele era a favor de ficá prá vê o que ia dar e eu era contra porque via que não ia prá frente. Não adiantava. Então era aquela briga. (Vera, ex-membro da COOPTAR).

A saída da Cooperativa representou também um momento marcado por tensões, não apenas pelo fato de que pessoas amigas rompiam laços estabelecidos desde os primórdios do acampamento, mas também porque envolvia interesses econômicos diferenciados, um "acerto de contas" que deixou marcas negativas na memória de muitos. Na ótica de quem ficava, os que saíam deveriam unicamente ter o direito de acesso ao lote de terra que seria determinado pelo INCRA, não comprometendo o patrimônio da empresa, nem ocasionando o agravamento do endividamento já existente; para os que saíam era importante que não herdassem as dívidas contraídas no interior da Cooperativa,

---

145. Pequeno estabelecimento comercial de secos e molhados, tradicional nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

representadas pelos empréstimos obtidos através do PROCERA[146]. Apesar dos conflitos, a decisão normal foi que aqueles que saíam não receberiam nenhuma contrapartida e, além do mais, permaneceriam com o ônus da quitação dos débitos contraídos[147], comprometendo as possibilidades de sucesso na nova condição. Para muitos, a experiência do trabalho coletivo na Cooperativa, é (re)construída como um *"tempo perdido"* para a concretização do projeto de se tornar um agricultor de tipo familiar. *"Eu não me lembro mais... se foi 1 ou 2 Procera que nós deixemo na Cooperativa. Então, se nós, vamo dizê, nem tivesse entrado na Cooperativa, pegado esses Procera e recuperá justamente a nossa terra, o nosso lote, era melhor!"* (Zezé, ex-membro da COOPTAR).

Em 1995, das 45 famílias fundadoras da COOPTAR tão somente 15 ainda faziam parte de seus quadros. E esse período é caracterizado pelo redirecionamento das suas atividades produtivas: da produção de grãos em grande escala se passou a privilegiar a agroindustrialização da carne, com a criação de um frigorífico próprio, viabilizado através de recursos do chamado PROCERA – Teto 2, visando uma otimização do uso da mão de obra. Na ótica dos atuais associados, essa reorientação marcou uma virada na história da COOPTAR, significando uma melhor adequação das demandas de trabalho à mão de obra existente e uma considerável elevação nos níveis de produtividade da empresa. *"Prá ti tê uma idéia: nós tinha 32 vacas de leite e eram 8 pessoas que trabalhavam no Setor. Hoje nós temo 126 cabeça de gado e é duas pessoas que trabalham!"* (Nestor, membro da COOPTAR).

---

[146]. Os empréstimos do PROCERA (custeio e investimento) eram contraídos individualmente e aplicados na Cooperativa.

[147]. A difícil situação econômica vivenciada pela Cooperativa, onde o montante de débitos superava o próprio capital, provocou uma modificação de seus estatutos originários, que previam, em caso de desistência do associado, que este não receberia nenhuma parte correspondente ao patrimônio da empresa, mas também não arcaria com as dívidas contraídas.

4.2.14. A Formação da COANOL e as Disputas Internas ao MST da Região

Em fevereiro de 1990, foi fundada a COANOL (Cooperativa Agrícola Nova Sarandi Ltda.) destinada a propiciar aos assentados e acampados da região melhores condições de comercialização, seja na venda de sua produção agrícola ou na aquisição de insumos (adubos, sementes, rações, medicamentos veterinários, agrotóxicos, etc.). Particularmente, naquele momento a "cooperativa regional dos assentados" surgia como uma tentativa de fortalecer as diversas associações de produtores existentes no interior do Acampamento da Fazenda Annoni.

A criação da COANOL deve também ser analisada como um desdobramento das divergências que se davam no interior do MST acerca da "política de cooperação agrícola" a ser estimulada nos assentamentos de reforma agrária controlados pela Organização. Mesmo que as principais lideranças nacionais determinassem a orientação dominante, que pregava a necessidade da coletivização dos meios de produção através da criação das chamadas CPAs (como a COOPTAR), alguns líderes, de influência mais regional, passaram a advogar, a partir da experiência dos próprios acampados da Annoni, que o Movimento tomasse como centralidade o apoio e estímulo às formas associativistas, que aglutinavam um número bem superior de produtores em relação às CPAs. Assim, para se filiar à COANOL era necessário pertencer a alguma forma associativista (associações de máquinas, grupo semi-coletivos, grupos coletivos, etc.) [148].

Essas diferenças de concepção acerca da política de desenvolvimento dos assentamentos no MST da Regional de Sarandi ficaram polarizadas entre lideranças da COOPTAR e lideranças da COANOL e se acentuaram com o transcorrer do tempo, à medida que gradativamente a COANOL foi criando uma estrutura administrativa e patrimonial significativa. Dirigentes da COOPTAR

passaram a questionar esses desdobramentos da cooperativa regional, afirmando que cada vez mais a cooperativa regional se assemelhava às cooperativas "convencionais", mais voltadas para a edificação de uma estrutura própria do que para a melhoria das condições de produção e remuneração dos associados. Também criticavam a COANOL por, supostamente, não seguir as orientações políticas do MST acerca do incentivo à cooperação agrícola, contribuindo, mesmo que de forma indireta, para a crescente desarticulação das associações de produtores e não para seu *"crescimento"*, isto é, para sua transformação progressiva em experiências *"mais avançadas"* de coletivização, até mesmo em CPAs.

> Em algumas reuniões do Conselho Deliberativo da COANOL, do qual a COOPTAR participava, era comum um certo atrito, um choque de idéias entre a direção da COOPTAR e da COANOL! Mas o que eu acho que tava mais forte era essa visão conflitiva entre o projeto coletivo, no qual a Cooptar apostava as fichas e era o paradigma. A COANOL era muito vista como muito mais próxima dessas cooperativas convencionais pela Direção do Movimento... como mais perto da COTRISAL do que de uma CPA! (Daniel, técnico extensionista da EMATER/RS).

A esse arcabouço discursivo se agregava a acusação que as "cooperativas regionais" não contribuiriam com o próprio avanço organizativo do Movimento, na medida em que apenas as CPAs teriam condições de liberar pessoal para as instâncias diretivas da Organização. O que, de fato, é um fenômeno que pode ser empiricamente verificado: as principais lideranças do MST são normalmente pertencentes a CPAs, fato que decorre não apenas de uma forte vinculação político-ideológica dessas cooperativas à entidade, como também pelas possibilidades oferecidas pelo tipo de organização do trabalho nelas prevalecente.

Fruto desses embates políticos foi a não participação dos dirigentes da COANOL no "Laboratório Experimental de Campo", promovido pela COOPTAR em setembro de 1991. Delineava-se com maior nitidez um campo de disputas de influência sobre os acampados e assentados da região, configurado, de um lado, por líderes da COANOL, com forte representatividade e enraizamento na "base"

---

[148]. Das então mais de 500 famílias ainda acampadas na Annoni, tão somente 45 compunham a COOPTAR. Alguns estimam que existiam aproximadamente 18 associações de produtores no interior da Annoni, no momento de criação da COANOL.

do MST da região[149], e que alicerçam sua ação em princípios mais pragmáticos do que doutrinários; de outro, pelos dirigente da COOPTAR, alguns dos quais responsáveis pela formação do MST no Rio Grande do Sul e ocupando cargos nas principais instâncias dirigentes a nível nacional e estadual, mas com menor representatividade local e tendo uma atuação matizada pelo forte conteúdo ideológico.

Apesar das alegações que teria se desviado das orientações do MST em relação às formas de cooperação agrícola a serem incentivadas nos assentamentos, é inegável que a COANOL apresenta uma estreita afinidade com o Movimento, sendo que muitos agricultores apontam que seria uma instância do próprio Movimento. Aliás, o conjunto de placas presentes na entrada da Cooperativa (ver foto abaixo) não deixam dúvidas de que há um explícito trabalho de construção de identificação, no qual a cooperativa é visibilizada não apenas como uma forma de organização econômica, mas também como uma expressão das posições político-ideológicas do MST. No discurso dos assentados, inexiste a diferenciação: *"Porque a COANOL é a cooperativa do Movimento, o cara diz COANOL, mas muito confundem que o Movimento é uma coisa e a COANOL outra, só que é a mesma coisa. Quando tu vai lá discuti a coisa, tu tá discutindo as coisa do Movimento. A Cooperativa é do Movimento."* (Alfredo, assentado, entrevistado pelo autor e por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

[149]. O primeiro presidente da COANOL seria, posteriormente, eleito por duas gestões prefeito do município de Pontão.

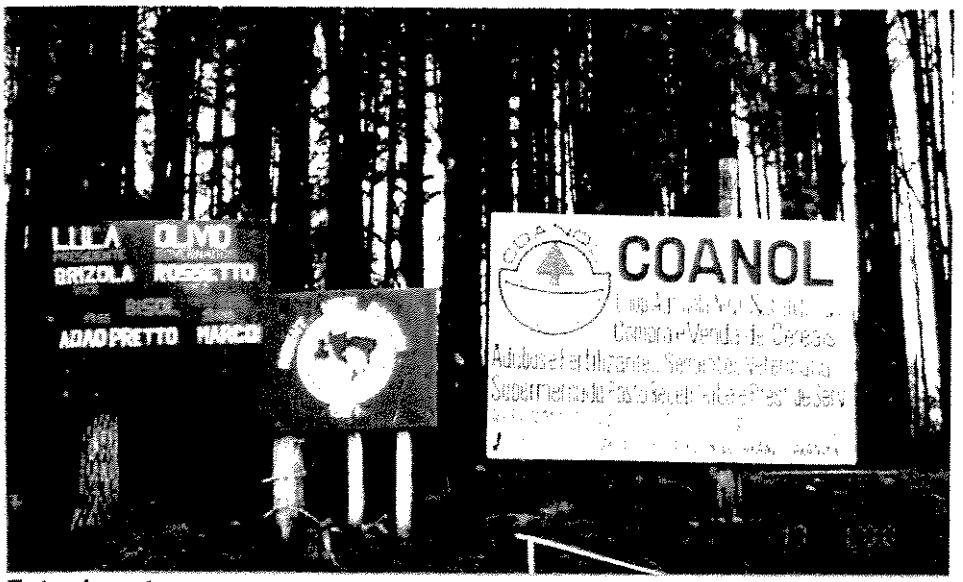


Foto do autor.

Fundada por 171 assentados, hoje a COANOL abriga aproximadamente 1.000 famílias associadas e dispõe, além de um corpo técnico voltado à prestação de assistência técnica aos assentados, de um considerável patrimônio físico: dois silos graneleiros e um armazém com capacidade para armazenar 4.200 toneladas de grãos, um secador de grãos, cinco caminhões, três carretas, um posto de resfriamento de leite com capacidade de 25.000 litros, uma fábrica de erva-mate com capacidade de produção de 1.200 kg/hora, um posto de venda de combustíveis e dois mini-mercados, um deles inclusive instalado no interior do Assentamento 16 de Março[1].

4.3. ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO E AS PRÁTICAS DE AGENCIAMENTO PELO MST

Em 1993, finalmente as 232 famílias "selecionadas" tiveram sua situação regularizada pelo INCRA/RS, com a demarcação dos lotes e a criação oficial do "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino – Fase IV". Todavia,

---

[1]. Cf. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit..

imediatamente após, os agricultores assentados, à revelia do ordenamento estatal, subdividiram o Assentamento com a criação de 4 "comunidades": 16 de Março (81 famílias), Santa Cruz (63 famílias), Nossa Senhora Aparecida (43 famílias) e Nossa Senhora de Fátima (45 famílias).

Quando fazia a pesquisa documental na Superintendência Estadual do INCRA/RS, em Porto Alegre, me deparei com uma circunstância que, num primeiro momento, foi motivo de muita surpresa: em todos os documentos oficiais não constava a existência de um assentamento designado como "16 de Março"; segundo a terminologia estatal, o fracionamento da antiga Fazenda Annoni teria dado origem a único assentamento: o "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino", materializado em etapas temporais diferenciadas: Fase I (1974), Fase II (janeiro de 1987), Fase III (maio de 1987) e Fase IV (1993).

Esse fato me conduzia a interrogar sobre as possíveis causas desse desencontro de designações entre a terminologia oficial e os pretensos beneficiários dessa ação estatal. Durante a investigação, fui procurando dar visibilidade à trama, subliminar e não perceptível à primeira mirada, que envolvia tal conflito. Pude então perceber que enquanto a designação oficial exprimia uma racionalidade de ordem burocrático-administrativa, cumprindo unicamente a necessidade de conferir um nome a um espaço social sob intervenção de políticas agrárias,

> ... a gente libera crédito, libera recursos prá assistência técnica, tudo considerando o assentamento como um todo. (Jânio Guedes, Superintendente Estadual do INCRA/RS).

para os agricultores assentados a denominação "16 de Março" incorpora um sentido simbólico-político, exercendo a função de trazer permanentemente à memória dos visitantes e dos próprios assentados que aquela é uma área conquistada através de um processo de intensa e acirrada luta social, que envolveu sacrifícios, derrotas, alegrias, conflitos, sofrimentos e lágrimas. Dizer que aquele espaço social e territorial se designa "16 de Março" e não "Fase IV" representa a luta pela imposição simbólica do assentamento não como produto da intervenção de políticas agrárias conduzidas pelo Estado brasileiro, mas como resultado de uma ação coletiva conduzida pelo MST e pelos agricultores, pois 16

de Março (de 1993) representa a data em que efetivamente os "colonos" tiveram acesso às terras da Fazenda Annoni, após, aproximadamente, 8 anos vivendo sob as precárias condições do acampamento. O discurso do Coordenador Geral do Assentamento dá total visibilidade à importância que a questão da designação assumiu para os assentados, tanto pela discussão travada nas instâncias organizativas do Assentamento (os núcleos), quanto pelo deliberado trabalho posterior de afirmação simbólica da designação junto ao INCRA, ao MST e aos outros assentamentos do Estado.

> Então pro INCRA era a Fase IV naquela época lá, mas nós não concordava muito com isso porque Fase IV não simbolizava nada prá nós. Aí nós juntamo as família, na época eram 81 famílias, nós reunimos e começamo a discuti: *"Vai ficá a Fase IV conforme o INCRA deu o nome ou vamo nós aqui tirá um nome pro assentamento?"*. Aí deu uma discussão, porque nós já tinha essa organização interna do assentamento, que é os núcleo, aí começô uma discussão dentro dos núcleo como é que nós ia dá o nome pro assentamento. Aí nós fizemo a assembléia e cheguemo à conclusão que nós deveria botá o nome do assentamento não Fase IV, mas sim Assentamento 16 de Março. Aí começô toda a história. Foi longe pro pessoal começá a entendê que aqui era um assentamento e tinha um nome. Tu saía aí fora e o pessoal dizia: *"Bah, mas lá na Fazenda Annoni..."*. E nós, com o tempo, começamo esse trabalho de orientá o pessoal de que aqui nós tinha botado um nome no assentamento e tal... daí passou a sê conhecido e hoje é conhecido em todo o Estado, todos os assentamento que tivé eles sabem que aqui na Fazenda Annoni tem o Assentamento 16 de Março! (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

A designação "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino – Fase IV", ainda hoje presente nos documentos oficiais, revela o descompasso existente entre os processos burocráticos e a dinâmica das relações que se desdobram naquele espaço social. Nas práticas e representações sociais dos agricultores assentados não mais existe a "Fase IV": nos últimos anos, as 232 famílias, motivadas por interesses e desejos os mais diversos, deram origem a quatro distintas organizações comunitárias.

O Assentamento 16 de Março, objeto particular de minha investigação, foi composto exatamente por aqueles "colonos" mais identificados politicamente com o MST, sendo que daqueles 5 grupos de famílias selecionados pelos critérios propostos pelo Movimento ao INCRA/RS (os *"grupos organizados"*, com propostas

de organização produtiva sob moldes coletivistas), 4 ficaram no 16 de Março[151]. Assim, o 16 de Março emergia com uma característica central: entre todos os assentamentos criados a partir do Acampamento da Fazenda Annoni, era o que, potencialmente, mais se aproximava do "modelo de assentamento" proposto pelo MST, pois, além de dispor de uma CPA (a COOPTAR) e de uma agrovila[152], grande parte das famílias se compunham de ativos militantes políticos (alguns, inclusive, lideranças expressivas do MST estadual e nacional).

Construo minha narrativa acerca da (re)produção do Assentamento 16 de Março tendo como centralidade a análise histórico-sociológica das múltiplas práticas discursivas e não discursivas que tecem o seu cotidiano, principalmente aquelas que procuram imprimir em sua visibilidade as marcas de um assentamento referencial não apenas para o MST, mas também para os órgãos estatais relacionados ao processo de reforma agrária em andamento no país[153].

4.3.1. Transformações na Política de Cooperação Agrícola do MST: da idealização das CPAs à priorização do controle político sobre o assentamento

A partir de meados dos anos 90, o MST reorientou as diretrizes de sua política de incentivo à cooperação agrícola nos assentamentos sob sua influência. As dificuldades de viabilização econômica das "cooperativas de produção" formadas até então e o acirramento de conflitos entre assentados *"coletivos"* e *"individuais"* redundavam em dificuldades para o Movimento manter esses

---

[151]. Três deles ainda estavam inseridos, naquele momento, na COOPTAR.

[152]. Entretanto, em torno de 2/3 das 81 famílias, mesmo antes da demarcação oficial dos lotes, já haviam optado pelo desenvolvimento de uma agricultura de tipo familiar, ainda que com a adoção de práticas de associativismo.

[153]. Quando visitei a sede do INCRA/RS, em janeiro de 2001, na ante-sala do Gabinete do Superintendente Estadual havia um mural com fotos mostrando, sobretudo, a produção agrícola nos assentamentos gaúchos. A maioria dessas fotos eram do "Assentamento Encruzilhada Natalino" (do qual o 16 de Março faz parte), mostrando a colheita de trigo, a escola e o empacotamento de erva-mate na COANOL. Destacava-se, ainda, pendurado na parede, um calendário promocional da erva-mate "Sarandi", industrializada pela COANOL a partir da matéria-prima produzida pelos "Assentamentos da Annoni".

espaços sob seu controle político. Por um lado, crescia a "desconfiança" dos "individuais" em relação ao próprio MST, na medida em que a coletivização era percebida como sendo a proposta efetivamente incentivada, com, inclusive, a canalização privilegiada de recursos obtidos junto a entidades governamentais e não-governamentais[154]. A esse elemento se agregava o fato que a maioria dos principais dirigentes do MST eram pertencentes a CPAs e o desgaste político dessas lideranças no interior dos assentamentos implicava em um esgarçamento, ainda que relativo, da própria representatividade do Movimento.

Na Annoni, ainda que seja inquestionável a identificação política dos assentados com o MST, se percebe, claramente, que as lideranças que ocupam cargos nas estruturas diretivas da Organização (em geral, pertencentes à COOPTAR) têm, relativamente, um pequeno poder de influência sobre as decisões locais, sendo percebidos pelos assentados como uma elite política.

O que mais preocupava a Organização era que as CPAs abarcavam um contigente reduzido em relação ao número total de assentados[155]. Com a crescente politização do Movimento, implicando que não apenas a reforma agrária, mas a transformação da sociedade brasileira se tornaria o objetivo estratégico central, se reavaliava que era necessário estabelecer diretrizes que fortalecessem os laços de vinculação e identificação do conjunto dos assentados com o MST. Ainda que mantendo a convicção doutrinária das CPAs como uma *"forma superior de organização da produção"*, procurar-se-ia estimular formas mais flexíveis e diversificadas de cooperação *"que incorporem o conjunto dos individuais"*: associações de máquinas e implementos, grupos semi-coletivos e, sobretudo, *"a partir de 1994, apostamos na massificação da cooperação através*

---

[154]. Pedro Antônio Bavaresco aponta que uma estratégia utilizada pelo MST/RS para induzir a cooperação agrícola nos assentamentos gaúchos foi garantir, através da Comissão Estadual do PROCERA, *"a prioridade na liberação de crédito aos 'grupos organizados'"* e aos assentamentos vinculados politicamente ao Movimento. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit., p. 91.

[155]. Das 232 famílias assentadas na Fase IV, em 1993, tão somente 35 (15%) constituíam a COOPTAR e a COOPAGRI. Hoje, no Assentamento 16 de Março, das 81 famílias assentadas, apenas 14 (17%) compõem a COOPTAR.

das cooperativas de prestação de serviços"[156]. Todas essas iniciativas garantiriam a preservação tanto da propriedade da terra e dos meios de produção, quanto o gerenciamento do processo produtivo por parte do núcleo familiar. Enfim, essas transformações indicavam que ao MST o interesse estratégico de alicerçar e ampliar o controle político e ideológico sobre os agricultores assentados e tornar o assentamento um espaço social organicamente vinculado a suas diferentes instâncias organizativas e como provedor da base social de sustentação política (constituindo uma *"massa permanentemente mobilizada"*) e econômica (fornecendo recursos financeiros e materiais) se sobrepunha a eventuais concepções doutrinárias acerca das formas supostamente mais adequadas de desenvolvimento econômico dos assentamentos de reforma agrária.

Esse processo desencadearia por parte do MST um conjunto de iniciativas que objetivavam vincular politicamente o novo agricultor com a Organização, no sentido da construção da identidade de um *"lutador permanente"*, ou seja, de alguém que assume o pertencimento a uma organização coletiva que luta tanto por políticas públicas que atendam a seus interesses específicos, quanto pela transformação social. *"Ser do Movimento significa participar não apenas da luta pela terra, mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação."*[157].

Isso implicava no fortalecimento das "cooperativas regionais", até então relegadas a um *status* secundário nas estruturas de poder do MST, como instrumento articulador das novas diretrizes; nessa engenharia política, a COANOL assumiria novos papéis estratégicos na relação com o conjunto dos assentados não apenas do 16 de Março, mas de toda a região. Produto disso é que, em 1996, uma alteração estatutária oficializou algo que já vinha ganhando corpo: deixava de existir a obrigatoriedade de pertencimento a uma forma de

---

[156]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1999). A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 8, São Paulo, p. 23.

[157]. CALDART, Roseli Salete, (2000). *Pedagogia do Movimento Sem Terra.* Petrópolis, Vozes, 2ª ed., p. 129.

cooperação agrícola (associações, grupos, etc.) para ingressar em seu quadro social; a partir de então, mesmo os assentados "individuais" poderiam se tornar seus sócios. A COANOL passava por um processo de *"massificação"* de seu quadro social.

> Porque no começo só se aceitava sócio se fosse... isso era estatutário né... tinha que sê em grupo de no mínimo 5 família prá associá, não associava ninguém individual. Então, com essas mudanças que houve, houve alteração no estatuto também e então prá associá na Cooperativa abriu-se o estatuto prá quem fosse individual. **No sentido de consegui envolvê todos os assentado!** Uma forma de todos os assentado pudesse ter a oportunidade de se associá na Cooperativa. Foi o que aconteceu! Todo mundo associô, independente da forma de trabalhá, todo mundo associô! (Volmir, Presidente da Coanol, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000, grifos do autor).

A partir de 1995, foi delegado à COANOL o papel de canalizar o repasse dos recursos do PROCERA aos assentados[158], função até então exclusivamente assumida pelo Banco do Brasil. Embora os dirigentes do MST alegassem que o exclusivo objetivo era agilizar um processo que ocasionava, muitas vezes, atrasos na liberação dos recursos e, conseqüentemente, na implantação das culturas agrícolas, não se pode ignorar o caráter atípico de uma organização voltada à comercialização e à mobilização social assumir encargos tradicionalmente desempenhados por instituições financeiras. Na minha perspectiva, esse processo representava um passo do Movimento no sentido de ampliar suas práticas de agenciamento dos assentamentos, assim como se deu em relação à própria seleção das famílias "beneficiárias", disputando com o Estado o controle da aplicação de políticas públicas específicas ao "Programa de Reforma Agrária" do Governo Federal.

De acordo com a normatividade do PROCERA, o órgão repassador dos recursos públicos deveria assumir, correlativamente, a responsabilidade pela montagem de um corpo técnico encarregado, por um lado, pela elaboração dos "projetos técnicos" destinados à solicitação do financiamento pelo Programa e, por outro, da fiscalização da aplicação dos recursos fornecidos em conformidade com

---

[158]. A partir de 1998, utilizando-se da estrutura existente na COANOL foi criada uma cooperativa especificamente voltada a essa finalidade, a CREHNOR (Cooperativa de Crédito Novo Horizonte Ltda.).

o previamente projetado[159]. Tal mecanismo tornava obrigatório que os assentados se vinculassem à COANOL para que pudessem fazer a solicitação do empréstimo através do "projeto técnico"[160].

Não obstante, para receber os recursos do PROCERA via COANOL, os assentados não poderiam fazê-lo individualmente, devendo constituir grupos, de no mínimo 5 famílias. Tal exigência, alheia às normativas do Programa, foi homologada pela Comissão Estadual do PROCERA, controlada politicamente pelo MST. O próprio Banco do Brasil viu com muito bons olhos a iniciativa, pois a arquitetura dos "grupos" possibilitaria condições para a redução da alta inadimplência existente no Programa: com esse objetivo, todos os membros dos grupos deveriam assinar um único contrato, denominado de *cédula solidária*, através da qual tornar-se-iam co-responsáveis pelo montante da dívida. Assim, se um agricultor não honrasse seus compromissos, todos os demais eram considerados devedores ativos e, portanto, impossibilitados de contrair novos empréstimos.

No caso específico dos assentamentos criados a partir do Acampamento da Fazenda Annoni, a necessidade de pertencimento a esses grupos, que tornar-se-iam os "núcleos do MST", constituiu um estratégia eficiente de reconquista e ampliação da hegemonia política sobre os assentados da região, principalmente porque representava um constrangimento para que os dissidentes[161] voltassem a estabelecer vínculos políticos com a Organização, como confirma o próprio Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março:

> A minha avaliação é que (o retorno ao Movimento) foi mais por necessidade e não por segui as linha do Movimento. Se tornou quase uma obrigação das famílias deles (dos dissidentes) tá dentro dos núcleo prá eles fazê parte do Assentamento. E prá eles tê acesso a certos créditos (o PROCERA) que tinha, eles tinha que tá dentro de um núcleo. Então foi quase que uma obrigação do pessoal participá do

---

[159]. Para tal, segundo as normas do PROCERA, a instituição repassadora recebe 5% do montante do empréstimo contraído.

[160]. Ainda que os técnicos do Banco do Brasil pudessem elaborar os "projetos técnicos" quando solicitados por algum assentado dissidente da COANOL e do MST, a própria agência local do Banco estimulava o repasse do PROCERA através da Cooperativa.

[161]. Os dissidentes do MST são, principalmente, os chamados "filhos de parceleiros", que haviam exercido papel fundamental na criação da AGRA no período de acampamento.

> Assentamento, da Cooperativa e do MST. O povo se viu meio com a corda no pescoço, como se diz... daí voltaram pro Movimento! (Gilberto).

O objetivo estratégico do Movimento era tanto estimular formas associativas de cooperação agrícola, quanto, sobretudo, tornar esses "grupos" ou "núcleos" instâncias orgânicas do MST no interior dos assentamentos. Ou seja, o Movimento passou a agenciar recursos financeiros de caráter público com o objetivo de enquadrar os assentados como uma base social permanentemente mobilizável para as manifestações de pressão política rotineiramente promovidas (marchas, ocupações de prédios públicos e bancos, passeatas, etc.).

Os interesses do MST ao assumir tal função não se restringiam ao aumento do quadro social da Cooperativa ou ao objetivo de incentivar formas orgânicas de vinculação política dos assentados com a Organização, mas também à possibilidade de, através desse mecanismo, tornar os assentamentos um de seus principais suportes econômicos. Isso porque, quando do repasse dos recursos, a COANOL passou a reter 4% do valor do financiamento para fins de "contribuição ao Movimento". O discurso de um membro do "corpo técnico" da Cooperativa oscila dubiamente entre o entendimento de que tal prática corresponderia a uma "cobrança" (imposta)[162] ou uma "contribuição" (espontânea):

> O Movimento tem o critério que os recursos que forem conseguidos por força da Organização, a exemplo do PROCERA, **o Movimento sempre cobrou a contribuição**, pediu que os agricultores contribuíssem. As formas internas que o Movimento tem de receber essa contribuição são as mais variadas possíveis e são definidas pelos próprios assentados. **O que os assentados definiram?** Que a gente pagasse com os resultados da produção. (Arlindo, técnico da COANOL, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001, grifos do autor).

Na ótica do MST, a legitimidade para a intervenção sobre o repasse dos recursos do PROCERA é construída pela percepção de que o "assentamento de reforma agrária" e os próprios financiamento públicos, mais do que a expressão da aplicação de uma política estatal, constituem uma *"conquista da luta do MST, porque se os assentado têm alguma linha de crédito subsidiado foi graças à*

---

[162]. Reportagens, principalmente do jornal *Folha de São Paulo*, definiram tal procedimento como prática de cobrança de *pedágio* do MST sobre recursos de natureza pública. Ver FOLHA DE SÃO PAULO, (2000). *MST desvia dinheiro da reforma agrária*. São Paulo, p. A 13, de 14 de maio de 2000.

organização do Movimento Sem Terra depois que teve o acampamento." (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março)[163].

A perspectiva de análise por mim adotada torna absolutamente infundada qualquer emissão de juízo a respeito de tais procedimentos; busco tão somente entendê-las na trama das relações de poder que tece a vida cotidiana do Assentamento 16 de Março, delineando formas de dominação, mas também conflitos, resistências, impasses. Ainda que a grande maioria dos trabalhadores por mim pesquisados tenham manifestado concordância com a "contribuição" (o que apenas ratifica a alta identificação política do Assentamento com o MST e de que não se trata, necessariamente, de uma prática coercitiva[164]), segundo agricultores dissidentes da COANOL e do Movimento, a *"contribuição"* não seria espontânea e não se daria com a doação de parte da produção obtida, mas através da taxação (4%) quando os recursos do PROCERA são recebidos pela Cooperativa e repassados aos agricultores. Prática que levou 8 famílias do Assentamento 16 de Março a deixar os núcleos e, portanto, não receber recursos do PROCERA através da CREHNOR:

> E, depois, quando a gente pega um projeto a gente... que sai por intermédio da Coanol né... tu tem que deixá 4% pro Movimento! É, do dinheiro que tu pega ali tu tem que deixá 4% pro Movimento! Já nem te liberam, fica prá caixinha do Movimento! Então, não quiseno participá mais, não quis mais pegá esse verba (do PROCERA) por esse motivo. (Eliane, filha de parceleiro, assentada).

O que acontece caso o assentado se recuse a "contribuir"? Ainda que eu não tivesse, durante a pesquisa, encontrado um fato concreto, é voz corrente entre todos os assentados (simpáticos ou não ao MST) que existe a ameaça de que a COANOL se desresponsabilizaria pelo encaminhamento do "projeto técnico" e pelo repasse dos recursos do PROCERA. Isso acarretaria que o agricultor,

---

[163]. O Superintendente Estadual do INCRA/RS revela a atual intenção do órgão de quebrar esse mecanismo que confere poder ao MST no interior dos assentamentos. Práticas que configuram os "assentamentos de reforma agrária" como um campo de disputas entre o Estado e o MST pelo seu controle: *"É uma briga permanente entre o Movimento que quer ter uma hegemonia global, quer ser o interlocutor único, e um órgão público, o Incra, que deve olhar os interesses de toda a sociedade, do público."* (Jânio Guedes).

[164]. Em assembléia realizada em 14 de maio de 1996, o Assentamento 16 de Março decidiu *"que* ***todos devem contribuir com o quatro por sento (4%) para a Regional e também o um por sento (1%) para o Asentamento."*** **ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO, *Ata nº 1/1996.***

individualmente, deveria negociar junto ao Banco do Brasil a aprovação e a liberação dos recursos de financiamento[165]. Em assembléia de 14 de maio de 1996, os assentados do 16 de Março decidiram que *"cazo não haver a contribuisão fica a critério da Cordenasão dos Assentados discutir se o indivíduo vai ter asseso a recursos que vier para o Assentamento."*[166].

Mas a resistência dos agricultores a esses mecanismos de controle político e de constrangimento econômico por parte do MST não se dá necessariamente através da contraposição explícita e formalizada. Práticas silenciosas, muitas vezes, cumprem funções clandestinas e o que comumente é visibilizado como conformismo pode representar formas de rebeldia. É o que acredito que ocorre em relação aos assentados que discordam das práticas do Movimento, mas que se viram no impasse de formar "núcleos" para recebimento dos recursos e, assim, se vinculando economicamente à COANOL e politicamente ao MST. Na representação desses "dissidentes", os núcleos, longe de cumprir os papéis estratégicos propostos pelo Movimento, emergem como meros organismos formais impostos pela necessidade de acesso ao PROCERA, não servindo como instâncias organizativas e de mobilização social e nem desenvolvendo práticas de cooperação agrícola. *"Só temo grupo prá recebê projeto. Isso aí não vamo fugi: só prá recebê projeto!"* (Marcos, assentado).

Em contrapartida, tais núcleos, claramente identificados pelas lideranças do MST no Assentamento 16 de Março, são estigmatizados como *"desmobilizados"* e compostos pelo *"lumpen"*[167]. Outros, com um clara conotação pejorativa, chamam de *"grupo dos baianos"*, aludindo a uma suposta falta de disposição para o trabalho. Pude observar durante o período de pesquisa de campo que, visando ter

---

165. Durante o período em que realizei a pesquisa, em janeiro de 2000, comentava-se a rearticulação de uma oposição ao MST no interior dos "assentamentos da Annoni", visando propiciar, principalmente, que os recursos do PROCERA pudessem ser repassados por outra cooperativa que não a CREHNOR.

166. ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO, *Ata nº 01/1996.*

167. Sobre a estigmatização como recurso de poder, de legitimação de posições dominantes, ver ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L., (2000), op. cit.. Todavia, diferentemente do caso analisado pelos autores, onde a estigmatização visa demarcar para sempre as posições de estabelecidos e outsiders, no 16 de Março a estigmatização cumpre funções integradoras, pois através dela as lideranças visam normatizar condutas capazes de (re)construir uma pertença comunitária

o controle político do Assentamento, tanto as instâncias de representação regional do MST, quanto o Coordenador Geral, têm um mapeamento cartográfico sobre a distribuição espacial dos *"núcleos mais próximos ou mais distantes do MST"*. Essa diferenciação é agenciada pelas lideranças como forma de supor comportamentos esperados e também para estabelecer mecanismos capazes de convencer esses agricultores a se aproximarem mais do Movimento, prá *"que eles não se percam de vez! Não é que esses núcleo são contra o Movimento Sem Terra, mas eles têm um sistema diferenciado um pouco. Mas não podemo também perdê eles de vista né. Tem que tá acompanhando."* (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

4.3.2. *"Só vai ganhá recurso quem participá!"*: os constrangimentos do MST à mobilização política nos assentamentos

Os objetivos do MST ao propor e difundir o sistema de nucleação no interior dos assentamentos sob sua influência política não visava, exclusivamente, o envolvimento daqueles que desenvolviam uma agricultura de tipo familiar (os *"individuais"*) em formas diversificadas de cooperação agrícola que pudessem "evoluir" para CPAs no futuro, mas acima de tudo criar as condições de possibilidade de uma inserção mais ativa e cotidiana na vida dos agricultores, *"entrando nos assentamentos por todas as portas possíveis, não apenas a da produção"*[168]. Estabelecia-se os núcleos como a instância que garantiria a difusão das propostas e encaminhamentos da Organização e como instrumento fundamental de efetivação de um *"trabalho permanente nos assentamentos"* que visasse torná-los uma base social prontamente mobilizável para a luta política dirigida pelo Movimento.

---

estilhaçada pelos *"desvios"* e *"vícios"* cometidos por alguns. Em síntese: através da estigmatização, os dirigentes objetivam integrar os "desgarrados" a um "nós" idealmente construído.

[168]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1994). *Como organizar os assentados individuais.* São Paulo, p. 12.

No 16 de Março, 75 (92%) das 81 famílias assentadas estão organizadas em 11 núcleos[169]. Ainda que alguns deles sejam considerados meramente formais, *"só prá pegá recursos do PROCERA"*, aos núcleos cabe as funções de analisar e solucionar os problemas internos do Assentamento, estabelecer laços de cooperação entre os produtores (compra conjunta de máquinas e equipamentos, associações para agroindustrialização dos produtos agrícolas, comercialização conjunta e direta ao consumidor, etc.) e discutir a pauta de assuntos conjunturais propostos pelo Movimento:

> Aqui a gente não discute só a questão dos recursos, a gente discute tudo o que se passa dentro do Movimento Sem Terra a nível de Estado e Nacional também. Muitas vez nós fizemo reunião aqui aonde que a gente só discute assuntos fora do Assentamento. Quase que reunião mensal a gente faz aqui no Assentamento prá discuti as questões estratégicas do Movimento Sem Terra no Estado e no país. (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

A meta das lideranças da COANOL e da Coordenação do Assentamento é fazer com que os núcleos não funcionem *"só prá pegá PROCERA, mas que, além da discussão política, fazê também a discussão do planejamento da produção, prá discuti o quê e de que forma vão produzi. Então, claro, há ainda uma certa resistência nesse sentido, mas que já começô a mudá alguma coisa."* (Volmir, Presidente da COANOL). O dirigente admite, portanto, a dificuldade de inserção de práticas associativas entre os assentados, que continuam a optar preferencialmente pelo desenvolvimento de uma agricultura familiar tradicional.

Pelo que pude observar ao longo da pesquisa de campo, a característica central dos núcleos é o seu agenciamento como uma instância claramente devotada a viabilizar a mobilização dos assentados pelo MST para a participação em diferentes manifestações políticas (marchas, acampamentos, ocupações, etc.). E o principal artifício engendrado para tal é o uso do poder de controle sobre o repasse de recursos de natureza pública aos assentados: ao menos discursivamente, dirigentes da COANOL e do MST explicitam uma vinculação entre a continuidade no repasse dos empréstimos do PROCERA pela CREHNOR

---

[169]. Ao menos alguns desses núcleos são constituídos pelas mesmas famílias do período de acampamento, revelando que sua existência não pode ser analisada como decorrente unicamente

à participação dos assentados nas mobilizações políticas promovidas pelo MST. Porque a *"a lei do Movimento é essa, tu tem que segui a regra deles senão tu é cortado (do PROCERA)!"* (Eliane, filha de parceleiro, assentada).

> Se o cara não quer participá, a Cooperativa faz o projeto, só que daí prá frente se ele quer encaminhá ele que vá procurá. Ele é livre, que vá procurá nos banco... onde tivé o projeto dele. Nós não vamo pleiteá prá ele! **A punição é essa**. Daí ele vai se batê. Como aconteceu aí... Porque nós temo 78 família organizada, nós somo 81, mas 75 que tá na Organização. Então, a Cooperativa faz tudo por nós. Se tivé uma pessoa meio assim complicada, indimplente no Banco, ela vai lá e negoceia e ajeita. Se ela não tá do lado da Organização, ele que vá peliá sozinho! (Oscar, assentado, grifos do autor).

A instrumentalização política do PROCERA pelo Movimento[170] se dava também de outras formas. Um técnico extensionista da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/RS), responsável pela elaboração dos "projetos técnicos" e pela fiscalização da adequada aplicação dos recursos, antes que a COANOL assumisse tal encargo a partir de 1995, me relatou que anualmente os técnicos se reuniam com os dirigentes do MST da região para avaliar a possibilidade de eventuais cortes de repasse dos recursos do PROCERA. Segundo ele, além dos critérios técnicos previstos pela normatividade do Programa (desvio da aplicação dos recursos, mau uso, etc.), as lideranças do MST propunham que se considerassem também critérios de natureza eminentemente política, como a aceitação da contribuição "espontânea" ao Movimento e a participação em suas instâncias organizativas e nas mobilizações de pressão social. Seu relato dá visibilidade a toda uma maquinaria de poder que revela, por um lado, toda ambigüidade da ação de técnicos estatais[171], e, por outro, a praticamente indistinção entre esferas pública e privada.

> Nós fazíamos os projetos e fazíamos os laudos do PROCERA, que era a fiscalização. Teve alguns problemas inclusive de cortes, que o Movimento também acabou assumindo junto. O Movimento tinha os seus critérios também. Critérios mais de ordem organizativa, a questão da contribuição... Tinha problemas de desvios de recursos, desvios escancarados de finalidades, de mau uso... problemas também de venda irregular de lotes, de troca... que, de fato, configuravam a má aplicação

---

das políticas de controle social do MST sobre o Assentamento.

[170]. O que talvez seja uma das razões de sua extinção pelo Governo Federal no final de 1999.

[171]. Técnicos que se movem entre a racionalidade técnico-administrativa emanada por seu empregador (o Estado) e a simpatia político-ideológica ao MST.

> de recursos públicos, do PROCERA. Mas o Movimento tinha a sua lista de critérios... eu não me lembro eles de cabeça, mas que eram discutidos em reuniões regionais... que iam pro quadro e que, internamente, as lideranças respaldavam os técnicos prá alguns cortes. Mas foram casos de exceção, que não chagaram a sê quantitativamente representativos! (Daniel, técnico extensionista da EMATER/RS).

Pedro Antônio Bavaresco cita, apesar de não indicar a fonte documental, que o MST impunha um conjunto de pré-requisitos aos assentados para a continuidade do repasse dos recursos através da COANOL: a obrigatoriedade de associação à Cooperativa; a entrega de ao menos 75% da produção à Cooperativa; a aplicação dos recursos conforme o previsto no "projeto técnico"; o pagamento da taxa de contribuição ao MST de 4% do valor do financiamento contraído; a proibição de arrendamento do lote; a proibição de difamar a Cooperativa; não estar inadimplente com a Cooperativa, entre outros[172].

Mostrando que essas formas de dominação não operam no nível coercitivo, mas principalmente simbólico, uma assembléia dos assentados do 16 de Março decidiu *"que fica a critério do Assentamento discutir se a pessoa faz parte do Assentamento ou não quando não contribui para o Assentamento ou não participa das reuniões ou não participa das mobilizações."*[173]. Todavia, não se pode perceber uma assembléia a partir da perspectiva sociologicamente ingênua que constituiria um espaço de expressão de iguais; as assembléias representam *"momentos de consagração"* das lideranças perante os representados, o palco por excelência para o exercício do *"efeito de oráculo"*, de imposição de uma *"competência lingüística"*, histórica e socialmente adquirida, daqueles que tem o domínio dos códigos de comunicação[174].

Maria Conceição D'Incao e Gerard Roy, relatando o desenrolar de uma assembléia em um assentamento de reforma agrária no interior paulista, descrevem a capacidade das lideranças ditarem pautas, imporem e substituírem assuntos conforme seus interesses. A assembléia torna-se o espaço de consagração de sua capacidade discursiva, o exercício do monopólio da fala. A contrapartida é a passividade da maioria, pois *"não há eco significativo à altura do*

---

[172]. BAVARESCO, Pedro Antônio, (1998), op. cit., p. 159.
[173]. ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO. *Ata nº 01/1996, de 14 de maio de 1996.*

discurso dos dirigentes. Somente comentários isolados, que não encontram aprovação suscetível de constituir uma contestação."[175].

Destituídos de uma competência discursiva, a resistência dos representados é expressa por uma presumível indiferença às decisões tomadas e, principalmente, através do silêncio e do olhar distante. Relações que, em aparência, revelariam um espaço público e democrático, onde as decisões seriam tomadas pela maioria, mas que denotam um encontro de desiguais, providos e desprovidos de um poder de se impor pelas palavras.

Embora o rompimento com a Cooperativa não implique no completo impedimento do acesso ao PROCERA pelo assentado, que pode fazê-lo diretamente através do Banco do Brasil, não se deve desconsiderar que há toda um esquema montado no sentido que o repasse seja mais rápido através da CREHNOR. Além do mais, o próprio agente financeiro exige o estabelecimento de contrato de empréstimo através da *"cédula solidária"* (onde um grupo de produtores assume a co-responsabilidade da dívida), o que é bastante difícil para alguém que provavelmente saiu sozinho do núcleo ao qual estava ligado. Esses constrangimentos induzem o agricultor a pensar melhor, analisando perdas e ganhos, antes de romper politicamente com o MST e com suas instâncias organizativas.

Além de mecanismos de natureza punitiva, opera um sistema de controle que acaba por produzir diferenciações entre os assentados que participam e aqueles com baixo envolvimento político. Normalmente, é estabelecido pelo MST uma cotização de participação que caberia aos assentamentos, que, segundo informação que obtive, varia entre 10 e 20% do total de membros dos núcleos, conforme o tamanho da manifestação promovida[176]. Cabe ao Coordenador Geral

---

[174]. BOURDIEU, Pierre, (1996). *A economia das trocas lingüísticas.* São Paulo, EDUSP.
[175]. D'INCAO, Maria Conceição, ROY, Gérard, (1995). *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia.* São Paulo, Paz e Terra, p. 64.
[176]. Por exemplo, para o Encontro Estadual do MST gaúcho, em dezembro de 1999, se estabeleceu que de cada núcleo deveria participar 1 casal. Cf. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/REGIONAL DE SARANDI, (1999). *Relatório do Encontro Regional.*

do Assentamento verificar em que medida cada núcleo correspondeu à participação que lhe foi invocada[177], pois

> na próxima reunião dos líder de grupo, o Coordenador do Assentamento vai cobrá do líder de grupo porque o grupo dele não compareceu com uma pessoa, ou duas, ou quantas forem necessárias... Então, ocorre muito desses casos aqui dentro. Isso não adianta te escondê. É uma coisa que tô sendo sincero contigo. Muitas vezes é uma cobrança mais séria. Mas o pessoal tem muito cuidado prá não acontecê isso. Mesmo o próprio meu grupo, a maioria do grupo tem muito cuidado de não deixá esses furo aí. (Elson, líder de núcleo).

A Regional Sarandi do MST dispõe de um mapeamento de cada um dos núcleos dos assentamentos da região. Tive a oportunidade de ter acesso a um documento intitulado *"Relação dos núcleos que assumiram a luta do MST Regional de Sarandi"* onde constam o nome do assentado, seu CPF e sua assinatura. Acredito que além de servir como uma espécie de levantamento do contingente total de assentados mobilizável pela Organização na região e de fixação do compromisso de participação nas convocações do Movimento (o que justifica a assinatura), esse documento também deva representar uma autorização para o desconto da "contribuição" quando do repasse dos recursos do PROCERA pela CREHNOR – o que justificaria a necessidade de constar o número de CPF do assentado.

Em conseqüência, a diferenciação interna no 16 de Março não ocorre mais, ao menos predominantemente, entre *"individuais"* e *"coletivos"*, como se dava até meados da década de 1990; a estratificação mais marcante se dá entre *"mobilizados e organizados"* e *"acomodados"*, refletindo os diferentes níveis de participação e adesão ao MST. Um exemplo bastante significativo desse processo pude verificar quando tive o primeiro contato com o Coordenador Geral do Assentamento visando esclarecer os objetivos de minha investigação e obter sua ajuda para o contato com o conjunto das famílias assentadas. Procurando solidificar uma determinada visibilidade para o Assentamento, o Coordenador me propôs que as entrevistas seguissem uma determinada seqüência de realização,

---

[177]. Quando realizava minha pesquisa (janeiro de 2000) se discutia no Assentamento o pedido feito por um dos núcleos de que fosse *"avaliada"* a (não)participação de membros de outro núcleo no Encontro Estadual do MST gaúcho que tinha se realizado em dezembro de 1999.

cujo critério era um ordenamento dos núcleos mais atuantes aos menos atuantes - segundo ele, os *"mais organizados"* e os *"mais atrasados"*, o quê, pretensamente, contribuiria para a construção de uma visão mais favorável do Assentamento por parte do pesquisador. Além do mais, procurando elidir a trama de conflitos interna ao Assentamento, me omitiu que 6 famílias não faziam parte de nenhum dos 11 núcleos. Quando questionei sobre o fato de que o número total de nucleados não coincidia com o número total de assentados, indicou duas famílias não nucleadas, mas me solicitou que elas fossem procuradas somente após as entrevistas com os nucleados.

Cientes de que *"não podem deixá furo, senão eles caem em cima"* , os núcleos trataram de elaborar um sistemática que impedisse, que a cada convocação do Movimento ou da COANOL, surgissem conflitos na determinação dos membros que deveriam *"ir prá peleia, nos boleio"*. Assim, anualmente, cada núcleo estabelece uma escala de participação (por ordem alfabética ou outra qualquer).

> Não tem dizê que não! Caiu fulano, vai fulano! Hoje, vamo supor, tem a mulher doente, não pode ir, troca, troca com outro. Daí na próxima vai você! Mas não falha, tem que ir! É um propósito que a gente fez: se for prá ajudá os outros, a gente vai; se for prá nossa luta, prá consegui terra pros outros. (Vera, assentada).

Não obstante, seria simplista atribuir exclusivamente às formas de controle e de punição a alta participação dos assentados do 16 de Março nas mobilizações e nos eventos promovidos pelo MST. Não se pode desconsiderar toda a trajetória de luta percorrida por esses "colonos", que criou laços sólidos de identificação coletiva; afinal, eles cumpriram papel preponderante na própria formação do Movimento em território gaúcho. Para alguns, o núcleo não é o produto de uma imposição, mas espaço privilegiado de exercício de uma sociabilidade de tipo comunitária, onde prevalecem os valores da confiança mútua, da reciprocidade, do companheirismo, da fidelidade, extravasando, assim, as próprias funções que lhe são estrategicamente delegadas.

> As nossas famílias do nosso núcleo são os nossos parente, é como se fosse nossos amigo íntimo, parente, irmão. (...). Uniu por um fator muito básico e claro de entendê: que se nós nos dispersá, que se nós não lutá junto, nós não... sozinho ninguém vai a lugar nenhum, nós aprendemo

> isso! Nós aprendemo que nós só fumo forte, fumo grande, quando nós se uniu. Nos piores momentos de acampamento, nas dificuldade então essas família que hoje é meu núcleo nós era como irmão, como parente... No momento de dificuldade, quando uma família faltava alguma coisa, eu tinha um prato de farinha eu dava meio, faltava um feijão prá mim ele me dava uma xícara de feijão... Então aquilo ali ficou uma aproximação de amizade que hoje não... é assim e ninguém abre. Então não perdemo mais um companheiro daquela época, daquele núcleo formado lá. Então, realmente é uma força muito grande, no núcleo a gente se reúne não prá discuti só questões política, do assentamento no caso né, se reúne também prá rezá, se reunimo prá comemorá o aniversário de uma pessoa de uma família do núcleo a gente se reúne, fizemo um arroz com galinha, um garrafão de vinho... (Antônio, assentado).

Dos 11 núcleos existentes no Assentamento, um tem como característica notável os laços de parentesco existentes entre 4 das 5 famílias que o compõem. Esse grupo é composto por parte daquelas famílias que saíram da COOPTAR durante a realização do Laboratório Organizacional de Campo, em 1991, desenvolvendo atividades associativas tanto na esfera da comercialização, como da produção. Para eles, a prática da cooperação agrícola, mais que uma convicção ideológica, é viabilizada pela confiança existente entre os familiares, *"porque daí a gente sabe que se um vai fazê, vai fazê valendo. Então o cara pode tá tranqüilo porque sabe que todos do grupo tão defendendo seriamente a coisa!"* (Alfredo, assentado).

Por outro lado, ainda que a visibilidade maior do 16 de Março seja seu elevado grau de politização e de identificação com o MST, a pesquisa sócio-antropológica que ultrapasse a primeira mirada permite trazer à tona imagens e discursos silenciados e subterrâneos. Pude perceber a existência de uma conflitualidade entre as necessidades da organização política proposta pelo Movimento e os imperativos do regime de trabalho agrícola[178]. Muitos agricultores falam da dificuldade de participar em momentos do ciclo de produção de grande demanda de força de trabalho; alguns mais indignados constróem uma clara distinção entre ser militante e ser assentado, entre a "racionalidade da luta" e a "racionalidade do trabalho", afirmando que *"tem pessoal do Movimento que eles*

---

[178]. *"Porque as vez a pessoa tá no trabalho e, de repente, surge reuniões... é difícil a semana que não surge reuniões! As vez duas reuniões por semana né. E aí tem que largá o trabalho, tem que ir*

são assalariado, eles são programado prá tá fazendo política! Nós não semo programado prá isso! Nós semo programado prá trabalhá, prá cuidá da nossa agricultura." (Gerônimo, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000). Outros indicam a obrigação contratual do pagamento dos empréstimos contraídos para privilegiar o trabalho em detrimento da participação nas manifestações do MST[179]. Por outro lado, em alguns núcleos o forte sentimento de pertencimento ao MST se coaduna com os laços de fidelidade e compromisso moral que unem as famílias, possibilitando a superação de eventuais contratempos entre participação política e atividades agrícolas que não existiam durante o tempo de acampamento: *"Porque hoje não é mais que nem uma vez que a gente tinha só um barraco ali e o cara fechava e ia. Hoje a gente tem uma propriedade, tem os animais prá cuidá e tudo... Mas a gente dá um jeito assim de quando um companheiro vai eu vô cuidá as coisa prá ele. Depois, quando eu vou, os outros cuidam prá mim."* (Antônio, assentado).

Outros ainda apontam críticas a um sistema de coerção colocado em prática pelo Movimento para que os agricultores cumpram suas "cotas de participação", como a ameaça de corte de créditos do PROCERA. Observei, igualmente, que muitos assentados colocam em prática a estratégia de privilegiar a ida dos seus filhos nessas manifestações, procurando dessa forma amenizar os entraves trazidos por uma possível ausência daquele normalmente responsável pela principais decisões na unidade de produção. A delegação dessa tarefa de participação aos jovens, ainda que muitas vezes ocultada por um discurso da necessidade dos jovens se inserirem no Movimento, reflete igualmente o que alguns definem como um *"certo cansaço com a luta"*.

> Esses dia eu prometi: *"Eu não vô nem em reunião mais.". "Mas, por quê? Por que não vai?". "Eu não vô pelo seguinte: eu já sou banana velha que deu cacho!".* Nós, o nosso grupo priorizou o piazedo. Que vão eles, que eles assumem, que essa luta é prá eles daqui prá frente! (Marcos, assentado).

---

lá discuti, tem... que nem o líder de grupo, tem que voltá, comunicá todos os membros do grupo, sentá, avaliá... então, é bastante difícil. É bastante difícil né." (Célio, assentado).

179. *"Claro que tu tem que brigá. Só que também depois que o cara fez a dívida, assinô os contrato e tudo, acho também que a gente tem que tá preocupado em produzi prá podê dá o jeito de pagá quando chega os vencimento. Então, me representa que nós tamo sendo judiado um pouco pelo Movimento nesse sentido aí."* (Zaqueu, assentado).

Outros assentados vão ainda mais longe, afirmando que há uma aberta incompatibilidade entre as demandas colocadas pelo Movimento e as necessidades colocadas pela nova condição de agricultor com terra. Emerge um discurso que constrói uma ruptura entre uma condição anterior de sem terra e a atual de agricultor assentado – segundo eles, no máximo se poderia participar de mobilizações cujas reivindicações dissessem respeito especificamente a necessidades imediatas do assentamento (crédito, infra-estrutura, etc.), mas de forma alguma como "massa" para engrossar protestos políticos e, principalmente, ocupações de terra. Ganha visibilidade no discurso desses agricultores a percepção que eles já não mais se consideram "trabalhadores rurais sem terra", pois sua luta já não mais seria por terra, mas por uma política agrícola que atenda seus interesses; o que contrasta com toda construção discursiva produzida pelo Movimento no sentido de que assentados ou acampados teriam uma mesma identidade coletiva. O trabalho discursivo operado pelo Movimento trabalha exatamente para que o assentado, ainda que com demandas específicas, não se perceba como um diferente, mas como um *"lutador permanente"* pertencente a uma organização que objetiva a reforma agrária e a transformação da sociedade: *"O objetivo é transformar todos os assentados (individuais ou não) em nossa base organizada."*[180].

Para as lideranças do MST, a única forma de superar essas dificuldades e conflitos seria a materialização de práticas de cooperação agrícola (cujas CPAs seriam o paradigma) que permitissem a sistemática liberação dos membros para participar ativamente do MST[181]. Acontece, todavia, que os assentados, com exceção de uma minoria, têm mostrado forte resistência a estratégias produtivas que limitem a capacidade de controle do processo produtivo pelo grupo familiar, indicando que o 16 de Março, apesar de todo o trabalho discursivo e não discursivo operado, está relativamente distante do assentamento modelar

---

[180]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1995), op. cit., p. 22.

[181]. *"As várias formas de cooperação na produção é o que garante ao Movimento continuá visualizando e avançando no rumo da sociedade que quer e na construção do cidadão que se quer, com novos valores, novo homem, nova mulher."* (Darci Maschio, dirigente fundador do MST/RS).

propugnado pelo MST. Afinal, entre a idealização e a materialização de um projeto existem as dificuldades colocadas pela dinâmica conflitiva das relações sociais.

4.3.3. Os "Não-nucleados": estigmatização e resistência

Em janeiro de 2000, das 81 famílias existentes no Assentamento, em torno de 6 (7,5%) não eram filiadas à COANOL e explicitamente se diziam como não pertencentes às fileiras do MST, não participando, portanto, de nenhum dos 11 núcleos organizados. Mostrando como esse tipo de diferenciação perpassa o Assentamento em todos os seus espaços e dimensões, esse grupo de "dissidentes" também não se envolve nas atividades sociais e esportivas da Comunidade 29 de Outubro, optando por filiarem-se à Comunidade do Rio Bonito, fundada pelos "parceleiros" da Annoni quando de sua chegada à Fazenda em meados da década de 1970. Para alguns, a esse conjunto de diferenciações se adiciona o fato de que não pertenceriam ao mesmo partido político:

> Eles (os parceleiros e filhos de parceleiros) são contra o Movimento. E tem uns que foram assentado que nem nós e eles são contra, são contra e são até de outros partido também. Tem uns que não tem... que não aceitam nada. Não ajudam. E se vão fazê uma reunião lá com eles, dá briga. São meio entre eles só. Até na Igreja, até no balãozinho as mulher não se acertam muito. (Dona Conceição, assentada).

Os agricultores "não-nucleados" são, em sua grande maioria[182], os "filhos de parceleiros" que tiveram um papel ativo na formação da AGRA. Pelo que pude observar, após um período de adesão ao Movimento, propiciado principalmente pelos mecanismos de controle do repasse dos recursos do PROCERA, muitos decidiram romper politicamente, se desfiliando da COANOL num passado recente ao período em que fazia minha pesquisa de campo.

As feridas abertas por esse processo conflitivo e, sobretudo, o controle exercido pelas lideranças do Assentamento sobre seu discurso, me colocaram enormes empecilhos para que pudesse ter contatos com esse grupo. Como

---

[182]. Constatação que pode ser generalizada para o conjunto dos assentamentos criados a partir do Acampamento da Fazenda Annoni.

estratégia de resistência, os "dissidentes" tinham optado pelo silêncio, repetindo seguidamente que não desejavam conversar sobre os problemas de relacionamento com a Comunidade, com a COANOL e com o MST. Alguns claramente argumentavam que tinham medo de represálias ao falarem sobre fatos e processos que as lideranças *"não iriam gostá, que pode dá rolo"* e que só poderiam falar alguma coisa desde que não fosse gravado. Legitimavam essa sua posição alegando que numa pesquisa anteriormente realizada haviam concedido entrevistas que teriam sido instrumentalizadas pelas lideranças para criticá-los e ameaçá-los com sua expulsão dos quadros da Cooperativa.

O silêncio dos "dissidentes" tem razões complexas, onde o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável inserem-se nas redes de poder que atravessam aquele espaço social[183]. Calar sobre o passado não significava necessariamente um ato falho ou um simples esquecimento; por um lado, cumpria a função de jogar à sombra acontecimentos que implicariam empecilhos, desconfortos nas possibilidades de convivência social no presente. *"Não mexer com isso"* representava um verdadeiro trabalho de gestão da memória individual visando preservar as condições de diálogo com o universo social próximo, de convivência amigável com a vizinhança, por exemplo[184]. Por outro lado, o não-dito está também relacionado a processos de controle político dos discursos, isto é, às condições de possibilidade de que algo possa ser dito em relação ao regime de verdade vigente; o silêncio pode estar relacionado à possíveis punições pelo que se diz, aos riscos de ser mal interpretado, de sofrer sanções ou recriminações[185].

Em conseqüência, das 6 famílias, somente uma aceitou realizar a entrevista, depois de muita insistência da minha parte. Precisei, no entanto, provar

---

[183]. *"Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos."* FOUCAULT, Michel, (1985). *História da Sexualidade I: a vontade de saber.* Rio de Janeiro, Edições Graal, 6ª ed., p. 30.

[184]. Em seu trabalho com relatos de vida de sobreviventes dos campos de concentração nazistas, Michael Pollak afirma que o silêncio cumpre o papel estratégico de *"esquecer para poder retomar uma vida normal"*. POLLAK, Michael, (1985). Enquadramento e silêncio: o trabalho da memória. In *Pénélope, Mémoires de femmes,* Cahier nº 12, Paris, p. 36.

[185]Cf. FOUCAULT, Michel, (1996), op. cit...

que era professor universitário e não alguém a serviço do MST. Além disso, tive que prometer que o assunto principal da conversa não seriam os problemas que tinham recentemente vivenciado, mas toda sua trajetória de vida.

A condição de falar somente sobre sua história e não sobre os conflitos revelava a existência de mecanismos de constrangimento à livre produção e circulação de discursos no interior daquele espaço social: discursos dissidentes ao hegemônico eram relegados ao silêncio, restringidos, quando muito, ao espaço doméstico, não devendo atingir a esfera pública. O que, todavia, o meu entrevistado não percebia é que sua atitude tinha ao pesquisador pleno significado sociológico, não apenas porque seu silêncio deveria ser interpretado na trama conflitiva que tece o cotidiano do 16 de Março[186], mas também porque sua explícita disposição em falar sobre sua trajetória indicava, ainda que inconscientemente, que desejava dar visibilidade a fatos e processos secundarizados pela história hegemônica dos períodos de acampamento e assentamento.

Meu entrevistado queria dar voz a uma história silenciada pelo discurso dominante, dar emergência a uma memória subterrânea[187]: a vida e luta dos "filhos de parceleiros". Seu relato deslumbrava um processo de batalha pela memória verdadeira do 16 de Março, procurando legitimar a posição desse grupo no interior do espaço social através da afirmação de que o Assentamento não seria o produto do Acampamento, *"como afirmam alguns"*, mas do sofrimento e da luta enfrentada pelos parceleiros e seus filhos desde a década de 1970.

> A gente, como eu já te disse no início, a gente lutou, sofreu muito mais que o acampamento... Eles tinham que tê mais respeito pela gente. Como não tem... A pessoa tinha que sê mais respeitada, na minha opinião. Então eu já me isolo um pouco nesse lado aí porque... por vários

---

[186]. O silêncio incomoda, perturba, provoca incertezas quanto à eficácia do poder. Michel Foucault chega a afirmar que *"a melhor forma de protesto é o silêncio, a total abstenção."* FOUCAULT, Michel, (1994). M. Foucault. Conversation sans complexes avec le philosophe qui analyse les "structures du pouvoir". In *Dits et écrits*, tomo III, Paris, Gallimard, p. 670.

[187]. *"O discurso de negação é distorcido, enterrado, desviado e permitido a emergir somente entre linhas, como sonho, metáfora, lapso, digressão, erro, difamação, ucronia – todas as formas que permitem ao relator dar asas aos seus sentimentos e, não obstante, controlar a tensão por intermédio de uma organização formal do discurso."* PORTELLI, Alessandro, (1993). Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, nº 10, São Paulo, p. 56.

> outros fatores. Porque misturam coisas dentro da Comunidade... coisas que a gente não gostaria que eles misturassem! (Lourenço, filho de parceleiro, assentado).

Usando de alguns artifícios, pude fazer emergir durante a conversa temas reiteradamente evitados pelo entrevistado, particularmente aqueles relacionados à saída da COANOL e o rompimento com o MST. Mais uma vez as esposas tiveram um papel importante nessa decisão, talvez pelo motivo de que o envolvimento nas mobilizações do Movimento redundasse na ausência do marido por um ou vários dias do espaço doméstico ou ainda pelo fato que elas percebam uma relativa incompatibilidade entre a mobilização política e as necessidades de trabalho e de obtenção dos meios econômicos necessários à subsistência familiar.

> O Movimento é muito exigência, nós peguemo tudo os recursos, menos do ano passado prá cá. Porque é muita exigência: tu tem que ir prá estrada, tu quem as vez tirá dinheiro dos filho prá dá pro Movimento, que vem ameaça... se tu não acompanhá, eles te cortam! Então tu vai cansando... Então, chegamo à conclusão, conversando com ele, de não pegá recurso nenhum! (Eliane, filha de parceleiro, assentada).

Os argumentos tecidos pelas famílias dissidentes estão centrados na crítica à "contribuição ao MST" sobre os empréstimos contraídos através da COANOL e, principalmente, na permanente reivindicação de participação nas diferentes formas de pressão política promovidas pelo Movimento. Alguns, todavia, ressaltam que as divergências se dariam no campo da política partidária, na medida em que, segundo eles, as lideranças ficam cobrando que *"todo mundo seja do PT"*. Para meu entrevistado, a melhor atitude foi se desligar da Cooperativa, deixando assim de receber o repasse dos recursos do PROCERA e evitando pontos de atrito. Portanto, os conflitos acabam por extravasar o campo das divergências políticas, invadindo a esfera das sociabilidades, bloqueando as possibilidades de convivência na diferença: *"Então, prá eles não me perseguirem, achei melhor ficá isolado. Me dar com todo mundo prá não sê perseguido. Porque tem gente aqui dentro se tu puxá falá do Movimento, te pulam! Então a gente não procura esse tipo de gente, a gente procura ficá de fora disso aí."* (Lourenço, filho de parceleiro, assentado). Daí decorre a estratégia de se filiar à distante Comunidade do Rio Bonito (localizada no "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino – Fase III) e

não à fisicamente próxima Comunidade 29 de Outubro (localizada no Assentamento 16 de Março).

Longe da imagem consensual e harmônica construída por suas lideranças, o Assentamento 16 de Março emerge como uma espaço cortado por disputas explícitas ou subterrâneas; ainda que visualizado hegemonicamente como um "assentamento do MST", não se pode desconsiderar a rede de intrigas e relações de poder que tecem seu cotidiano, configurando grupos e indivíduos, que apesar de trajetórias sociais semelhantes, vivem as tensões de interesses e desejos diferenciados.

4.3.4. A Estética a Serviço da Política: a prática de embelezamento do assentamento

A segunda metade da década de 1990 ficou caracterizada por uma acentuada reorientação das práticas políticas do MST em relação aos assentamentos. Ainda que a preocupação com as questões econômicas e o incentivo a formas associativas e coletivas de produção permanecessem sendo o mote principal de intervenção nesses espaços sociais, o Movimento passou a dar importância também a aspectos que dissessem respeito à subjetividade dos assentados, à produção de *"novos valores", "novas formas de convivência social"*, outras sensibilidades, de *"um novo jeito de ser, de agir e de pensar o mundo"*[188]. Esse processo está relacionado à preocupação em construir uma visibilidade mais positiva dos assentamentos, muitas vezes enquadrados por adversários da reforma agrária como espaços que pareceriam "favelas rurais".

Foi nessa perspectiva que o Movimento começou a incentivar que os assentamentos tomassem como uma de suas prioridades a preocupação com o perfil estético do conjunto do assentamento e também dos jardins e casas dos

---

[188]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (2000). Assentamentos: construir uma nova estrutura social no meio rural. In MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio (textos para debate no 4° Congresso Nacional do MST)*, São Paulo, p. 47.

agricultores. No Rio Grande do Sul, inclusive, se estabeleceu que anualmente seria premiado, durante a realização do Encontro Estadual, o *"assentamento mais bonito"*: *"É, pediram prá plantá. Agora, não faz muito, que disseram que vão dá um prêmio prá assim o lugar, a morada mais bonita que tive. Que vão dá um prêmio!"* (Zezé, assentada).

No 16 de Março e nos assentamentos da Regional de Sarandi do MST, nos últimos anos, foram distribuídas gratuitamente cerca de 100 mil mudas de árvores nativas e de frutíferas, que foram plantadas sob a orientação agronômica dos técnicos da COANOL. De alguma forma, se procurava também reduzir os impactos ambientais causados pelos assentamentos na região, na medida em que mesmo as áreas de reserva legal da mata haviam sido severamente atingidas durante o período de acampamento e, principalmente, com o seu fracionamento para o assentamento de mais 32 famílias em 1993.

Durante o trabalho de campo, me chamou muito a atenção a existência de jardins floridos, normalmente em frente às moradias (ver foto abaixo), e o plantio de girassóis em diferentes partes do Assentamento, sem qualquer finalidade econômica. O MST, em 1999, havia distribuído sementes de girassol para seu cultivo nos assentamentos do Estado, com a estrita finalidade de embelezamento.

Ainda que se deva considerar que a existência de jardins em frente às casas constitua um costume entre camponeses do sul do país (principalmente aqueles de origem européia), não se pode menosprezar a influência que o MST possa estar exercendo nesse processo, principalmente se levarmos em conta que, muitas vezes, a prática da monocultura da soja tenha determinado a ocupação até mesmo do espaço tradicionalmente reservado ao cultivo de flores.

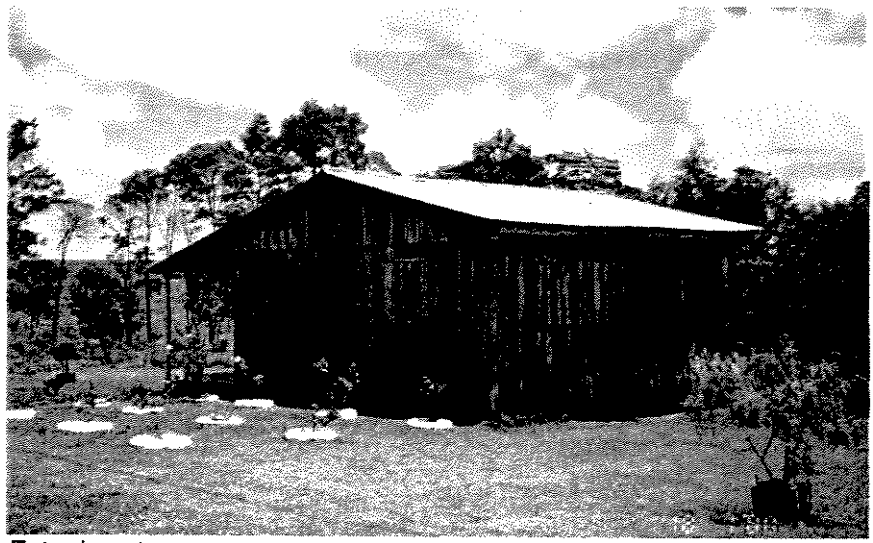


Foto do autor.

4.3.5. A Escola e o Trabalho de Construção da "Memória da Luta"

A questão da escola foi uma preocupação constantemente presente entre os agricultores do Assentamento 16 de Março. Já no final de 1985, no então acampamento, um grupo de mulheres e professoras tomava a seu encargo, sob restrições das lideranças do Acampamento, a responsabilidade de criar as condições para que, no início de 1986, as crianças não tivessem interrompidas suas carreiras escolares. Surgia, assim, aquela que seria considerada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a primeira escola de acampamento no Brasil (ver foto abaixo), tendo como características o exercício da docência por acampadas que dispunham do curso de Magistério, de Licenciatura ou simplesmente do primário completo e o seu desenvolvimento sob um barraco de lona[1].

---

[1]. *"De início, a gente fez um levantamento de quantas criança existia no Acampamento e deu em torno de 600 criança de 7 a 14 ano. E a gente fez também de professores que existia dentro do Acampamento e a gente conseguiu um grupo de... se não me engano, era em torno de 13, 13 a 15 professores. Que tinha o primeiro grau, algumas tinham Faculdade também... duas. As outras com segundo grau, umas incompleto, outras completo."* (Helena, professora e assentada, entrevistada por André Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

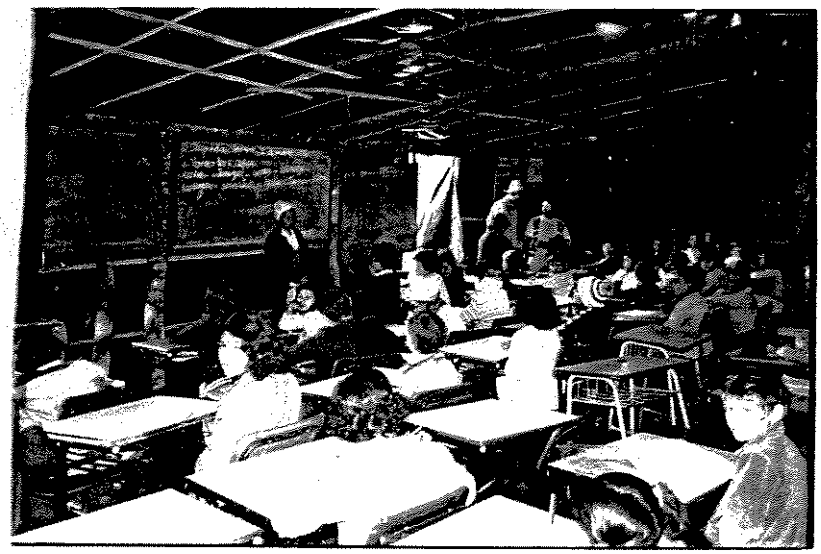


Foto de Roberto Cerqueira (Arquivo de Pe. Arnildo Fritzen).

Através de negociação com a Secretaria Estadual de Educação, a *"escola de lona"* foi oficialmente reconhecida ainda naquele ano. Algumas das professoras do Acampamento tiveram papel fundamental na inserção da discussão dos problemas da educação dos "sem terra" no interior do MST, pois, num primeiro momento, as principais lideranças entendiam que o objetivo da luta social não era por escola, mas simplesmente por terra[1]. Essas professoras atuaram decisivamente na formação, em 1987, do Setor de Educação do MST, que assumiria a responsabilidade de formular e difundir uma concepção pedagógica do Movimento para as escolas de acampamentos e assentamentos, centrada no pressuposto de uma educação voltada à realidade vivida pelos "sem terra". Na Annoni, isso correspondia tanto a introduzir a escola no cotidiano do acampamento quanto o acampamento na vida da escola, delineando a construção de uma identidade coletiva e de uma subjetividade ligada à luta social mesmo entre as crianças.

---

[1]. *"Quando a gente começou a lutá por escola teve uma certa resistência pelas lideranças e até pelos pais. Não muito pelos pais, mas mais pelas lideranças. Porque a gente percebia que, na época, no início, a terra, a luta pela terra era uma coisa bastante forte e se entrasse uma outra, um outro sentido de luta, parecia que isto ia complicá, ia dá outra... ia desviá a atenção!"* (Helena, professora e assentada).

> Então a gente organizava as crianças prá elas também entendê todo o processo que a gente tava passando. Porque tinha que tê uma consciência de todos, senão a luta não ia adiante. Como a gente ia levá a luta adiante se não houvesse a consciência e o sabê porque que tava lá? (Helena, assentada e professora).

Com a criação oficial do Assentamento, em 1993, foi criada também a Escola Estadual de 1º Grau 29 de Outubro, atendendo em torno de 230 alunos dos diferentes assentamentos criados a partir da antiga Fazenda Annoni[191]. Todavia, diferentemente do que se dera durante o período de acampamento, o corpo docente da Escola é formado quase que exclusivamente por professoras e professores oriundos da zona urbana de Sarandi e somente por duas professoras-assentadas[192]. Essa circunstância foi constantemente ressaltada por meus entrevistados, evidenciando que esse fenômeno constituía, em sua ótica, um *"problema"* para que a 29 de Outubro cumprisse todas as expectativas idealizadas. Para a maioria dos assentados, a Escola *"hoje deixou um pouco de lado as coisa do Movimento, ela não tá mais cumprindo o que a gente discutia no acampamento, que a escola fosse voltada à realidade mesmo, à luta pela reforma agrária... ela foge bastante hoje... devido também ao quadro de professores que não são todos eles ligados ao Movimento Sem Terra também né... Porque se fosse todo o quadro de professores ligado ao Movimento Sem Terra era bem diferente."* (Manoel, assentado)[193].

Embora haja todo um investimento, formulado nas diretrizes educacionais do MST, no sentido de estabelecer uma vinculação, uma relação de controle do espaço escolar pelo conjunto do Assentamento[194], a Escola 29 de Outubro parece garantir uma autonomia relativa. Com dificuldade de perceber o caráter universal

---

191. Situada no interior da área física do Assentamento 16 de Março, a escola abriga todos os estudantes de primeiro grau desse assentamento.

192. No momento da pesquisa de campo, uma delas estava licenciada da Escola, ocupando o cargo de Secretária Municipal de Educação de Pontão.

193. Essa insatisfação com a Escola 29 de Outubro também estava relacionada ao fato que a Escola Roseli Nunes, localizada em outro assentamento da região, havia sido recentemente premiada pelo MST estadual pela realização de um trabalho de resgate da memória da luta pela terra e do Movimento.

194. *"Escola e Assentamento devem estar ligados igual aos namorados: são dois, mas tão agarradinhos que até parecem um só!"* MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993). O que queremos com as escolas dos assentamentos. In *Caderno de formação*, nº 18, p. 16.

do processo educativo e sua inerente vinculação às diretrizes emanadas pelo Poder Público[195], o Movimento e os assentados acabam vendo frustradas suas idealizações de produzir uma *"escola ocupada pelo MST"*.

Tentativas de controle da Escola que procuram interferir no próprio processo administrativo, elegendo diretores simpáticos ao MST:

> As vez a gente tenta até impor alguma regra na escola. Na questão da direção da escola, por exemplo, a gente tentaria passar um que fosse um pouco mais ligado ao Movimento... mas às vezes a gente é infeliz, não consegue passá o diretor do Colégio que seja ligado ao Movimento e daí dificulta um pouco depois no relacionamento com o Movimento. (Manoel, assentado).

Pelas informações que obtive, a participação do conjunto de assentados nas decisões da Escola é relativamente pequena, sendo que as interferências sobre as decisões administrativas e pedagógicas se dão pela ação de um grupo reduzido de pais, principalmente aqueles que ocupam ou ocuparam posições de liderança do Movimento e dispõem de conhecimento de suas propostas para as escolas.

Em que pese essas restrições pelos agricultores, pude observar a existência de um conjunto de práticas claramente devotadas a fazer com que a 29 de Outubro se enquadre aos interesses definidos pelo Assentamento, pela Comunidade e pelas instâncias organizativas do MST em seu interior (os núcleos). Uma dessas estratégias é a colocação de um membro do Conselho Escolar representando a Escola na estrutura orgânica da Comunidade 29 de Outubro, tentando materializar a interrelação Assentamento-Escola.

Essa busca de identificação da 29 de outubro como uma *"escola do MST"* se reflete também na constante presença no espaço escolar (em seus murais, paredes de corredores e salas de aula) de símbolos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse fenômeno fica particularmente evidenciado pela pintura, na parede externa da Escola, de uma enorme bandeira do Movimento (ver foto abaixo), indicando, supostamente, que aquele espaço sócio-

---

[195]. Pierre Bourdieu aponta que o poder simbólico do Estado nas sociedades modernas tem na escola o seu principal instrumento. Cf. BOURDIEU, Pierre, (1996). *Razões práticas*. Campinas, Papirus.

educativo está *"ocupado"* e seguindo suas diretrizes e orientações pedagógicas. Mesmo que muitos professores tivessem se manifestado contrariamente, o Conselho Escolar, com o apoio da então Diretora, aprovou a medida no final de 1999.

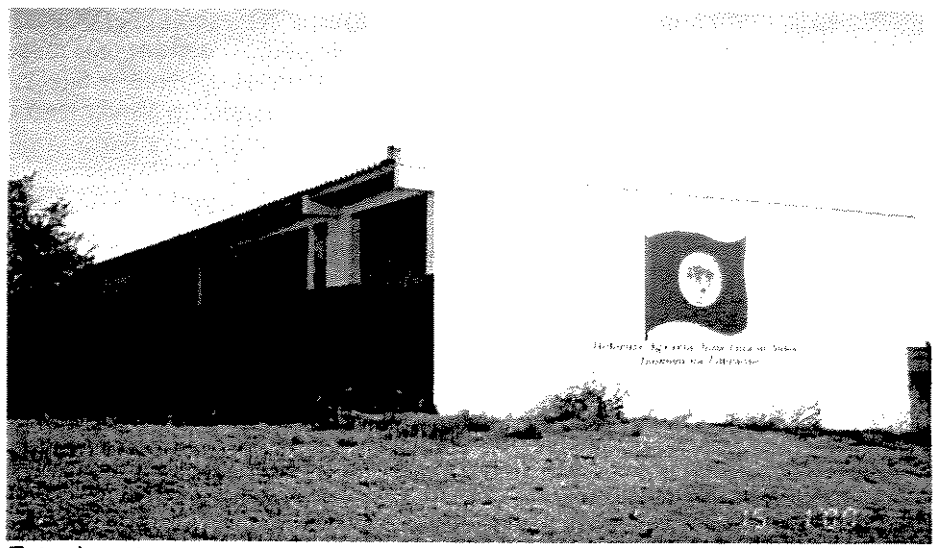


Foto do autor.

Outro processo que indica a relativa capacidade do Movimento e do Assentamento influírem na dimensão pedagógica da Escola, diz respeito ao ativo envolvimento da mesma num trabalho de produção e difusão da "memória da luta" dos sem terra acampados na Fazenda Annoni[1]. A partir de 1998, o Assentamento conseguiu que a Escola participasse diretamente da organização e desenvolvimento das comemorações anuais de aniversário da ocupação da Fazenda; assim, na semana de 29 de outubro, se promovem, no interior da Escola, atividades destinadas a reconstruir o dia-a-dia de dificuldades e de conflitos vivenciados pelos pais dos alunos no *"tempo de acampamento"*:

---

[1]. Michael Pollak ajuda a entender esse trabalho de produção e difusão da memória coletiva em uma perspectiva crítica, enquanto processo de dominação ou violência simbólica e enquanto inserido numa batalha pela imposição da memória legítima. Assim, a memória se insere num campo de disputas, de enfrentamentos pela imposição, afirmação e legitimação de um determinado "regime de verdade" sobre o passado. Cf. POLLAK, Michael, (1989). Memória, esquecimento, silêncio. In *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, p. 4.

pesquisas, com o recurso das histórias orais relatadas pelos assentados[197], palestras, murais, vídeos[198], encenações teatrais e a montagem de um *"barraco de lona"* similar àqueles existentes no Acampamento são alguns dos recursos utilizados nesse trabalho de (re)produção da "memória da luta".

> Então a gente acaba conversando, falando como foi (o acampamento), prá eles fazê a redação deles. Daí até tá ajudando prá não entrá em esquecimento pros filhos. O colégio, queira ou não queira, é uma grande força que a gente tem na mão, o colégio nosso, os professor tem o interesse de mantê a história da Annoni... porque, queira ou não queira, a Annoni foi o começo do MST... (Arnaldo, assentado).

Essa mesma perspectiva se repetiu com a participação dos alunos da Escola 29 de Outubro no *"2º Concurso Nacional para as Escolas e os Estudantes do MST"*, realizado em 1999 e intitulado *"1999: Feliz Aniversário MST"*, inserido nas comemoração dos 15 anos de existência do Movimento e que procurava *"cultivar a memória da luta pela terra e pela Reforma Agrária em cada uma das nossas comunidades"*[199].

Ainda que as normas do Concurso afirmassem que *"cada escola poderá definir o jeito de fazer a pesquisa"*, constata-se um conjunto bastante amplo de prescrições tanto referentes à forma do trabalho, quanto em relação ao conteúdo da pesquisa histórica. Não se pretende fazer emergir qualquer memória, mas uma memória determinada: aquela que ressalta a unidade do grupo, seu passado comum de lutas, seu pertencimento à organização MST, enfim, a memória que trabalha no sentido de produzir a identidade do "sem-terra"[200]. Propõe-se, assim,

---

[197]. Em belo trabalho, Jorge Larrosa aborda o uso pedagógico de histórias de vida na construção de uma identidade única dos sujeitos sociais (como a do "sem terra"), eliminando-se todas as possibilidades de emergência da aleatoriedade dos acontecimentos e da diversidade de tramas narrativas, conjurando-as em nome de uma totalidade e linearidade histórica. LARROSA, Jorge, (1995). Tecnologias do eu e educação. In SILVA, Tomaz Tadeu da, (org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos.* Petrópolis, Vozes, 2ª ed., p. 35-86.

[198]. São recorrentemente utilizados na Escola os filmes de Tetê Morais: *"Terra para Rose"* (1987), que reconstrói as dificuldades e os conflitos no período de acampamento na Fazenda Annoni; e *"Sonho de Rose"* (1995) que procura reencontrar os mesmos personagens do filme anterior quando já assentados em diferentes assentamentos do território gaúcho.

[199]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999). *1999: feliz aniversário MST. 2º Concurso Nacional para as Escolas e os Estudantes do MST.* São Paulo, p. 8.

[200]. O enquadramento da memória como instrumento de construção de identidades sociais é analisado por Michael Pollak. *"Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido, etc. – veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma."* POLLAK, Michael, (1989), op. cit., p. 9.

aos participantes, que o trabalho de pesquisa deve ser desenvolvido através de *"entrevistas que tragam* ***a memória*** *de todas as lutas realizadas pelo assentamento ou acampamento até hoje"*[201].

Trabalho da memória que tem o sentido político-estratégico de manter o vínculo do assentamento ou do acampamento com o Movimento através dos laços da história. Produzir uma memória que cruze a história do assentamento com a história do Movimento, que ressalte que o assentamento só foi possível através da organização dos trabalhadores em torno do MST. Um trabalho da memória, portanto, diretamente vinculado a necessidades políticas do presente: reafirmar a importância do assentado pertencer ao Movimento.

Processo de reconstrução do passado que não significa o simples levantamento de um passado trilhado em comum, mas que, sobretudo, crie as condições de possibilidade de orientar a construção do futuro desejado. *"O caminho é ainda longo e extenuante, mas olhando para trás temos certeza da vitória."*[202]. Ou seja, resgatar a memória adquire uma dimensão plenamente político-pedagógica que é a do (re)aprendizado constante das "lições tiradas da história", que os sem-terra podem se tornar *"sujeitos de sua própria história"* e de que *"lutar sempre vale a pena"*. A rememoração do passado traz em si a possibilidade de vermos o presente não como uma realidade fixa e imutável, mas como produto humano, como um momento de passagem, uma ponte através da qual o passado constrói o futuro; nesses termos, o "trabalho da memória" opera na construção de um grupo mobilizado, ativo, capaz e desejoso de transformar a realidade presente.

Quais os objetivos estratégicos desse cultivo da "memória da luta"[203]? Na ótica das lideranças do MST, ela constitui um instrumento privilegiado de revivificar permanentemente entre os assentados não apenas o sentimento de que o assentamento constitui uma conquista da luta coletiva empreendida pelos "sem

---

[201]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999), op. cit., p. 9, grifos do autor.
[202]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999), op. cit., p. 25.
[203]. *"... a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objectivo de poder."* LE GOFF, Jacques, (1984). Memória. In *Enciclopédia Einaudi,* vol. 1, Memória-História, Portugal, p. 46.

terra" e sua Organização, mas também de que é preciso aprender a lição de que a *"luta continua"*, que é preciso participar do Movimento para que novas conquistas sejam possíveis. Ou seja, além da construção de uma identidade coletiva de "sem terra", se objetiva sedimentar os laços de identificação do Assentamento com o MST.

Em decorrência, a seleção dos trabalhos também obedece a determinados parâmetros pré-configurados: é uma determinada história ou memória que se quer continuar a (re)produzir; uma reconstrução que busca solidificar específicos acontecimentos, personagens e lugares. Não obstante, uma memória que apaga os vestígios pessoais e as marcas de uma trajetória que não se enquadra nas fronteiras delimitadas pelo aparato discursivo do Movimento; que obscurece os conflitos e as percepções divergentes; que sombreia os acontecimentos discordantes da linha narrativa linear construída e difundida pelo Movimento; que renega antigas lideranças que hoje já não se enquadram nos pressupostos pregados pelo Movimento; e que joga para um plano secundário toda a riqueza de percursos individuais marcados por incertezas, desconfianças, recuos, discordâncias, em nome de uma história linear e totalizante[204].

Memória hegemônica, legitimada e agenciada pelo Movimento[205], que procura obscurecer memórias subterrâneas, conflitivas, não oficiais. Enquadramento do passado a partir dos conflitos políticos do presente, a memória dominante do "Acampamento da Annoni" busca configurar o Assentamento 16 de Março como decorrência exclusiva da luta dos "sem terra" acampados,

---

[204]. Em acordo com minha postura epistêmica, rejeito qualquer pretensão de qualificar memórias verdadeiras e falsas; intento tão somente inseri-las nos embates sociais e políticos que tecem o Assentamento 16 de Março. Enfim, não pretendo *"... tentar decidir a história de quem é a 'correta' (como faria um juiz) ou provar que o que tomamos como realidade é uma ilusão (como faria um filósofo), mas usar as histórias para reconstruir as atitudes e valores dos narradores, empregando um conflito de narrativas para compor uma narrativa de conflitos."* BURKE, Peter, (2000). Desafios de uma história polifônica. In *Cadernos Mais!, Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de outubro, p. 18.

[205]. Pollak afirma que nem toda memória produzida e difundida é automaticamente eficaz; há uma "exigência de credibilidade" ou, nos termos de Pierre Bourdieu, a necessidade de um capital simbólico acumulado capaz de conferir a quem produz e difunde essa memória coletiva um poder de fazer crer e ver. Cf. POLLAK, Michael, (1985), op. cit., p. 35-39.

obscurecendo ou omitindo a participação de "parceleiros" e "filhos de parceleiros" (base social de oposição política ao MST na região) nesse processo[206].

> Porque eles (os parceleiros) tavam aqui 16 anos antes e não tinham nenhuma comunidade! Fomo nós que montemo a comunidade! Nós já temo o início de uma Igreja lá, temo um salão grande que conquistemo com a organização... Antes não tinha nada! 16 ano que eles tavam ali e nem a terra era liberada prá eles! Nós que conseguimo liberá a terra! (Vera, assentada).

Numa batalha pela apropriação do passado, "parceleiros" e "filhos de parceleiros", por sua vez, constróem uma outra versão para a história, procurando estrategicamente atribuir o Assentamento como produto das reivindicações e mobilizações anteriores ao próprio acampamento, dando visibilidade às fissuras e limites do trabalho de enquadramento da memória.

> O acampamento esse que surgiu em 85 tem que dá graças aos parceleiro que eles ficaram ali! Só que na realidade, hoje, não é reconhecido isso aí. Mas eles (do MST) não querem nem ouvi a história! Não querem nem sabê a história dos filho de parceleiro! Eles querem sabê da história deles só. (Lourenço, filho de parceleiro, assentado).

Na batalha pela memória, os "filhos de parceleiros" se percebem como um grupo marginalizado no espaço escolar, na medida em que *"o ensino da escola tá sendo muito em cima do que o Movimento diz que foi a história"* (Odete, filha de parceleiro, assentada. Reclamam, por exemplo, que seus filhos trazem para casa como tarefa uma redação que resgate a história da vida no *"tempo de acampamento"* contada pelos pais; se vêem, assim, na situação constrangedora de ter que explicar aos filhos que não participaram do acampamento e que, portanto, não podem fazer a redação nos moldes propostos pela professora.

Igualmente interessante é a participação da Escola 29 de Outubro na construção da identidade do *"sem terrinha"*, de crianças-assentadas modelares, *"conscientes da história"* e que percebem o Movimento como sua *"família maior"*. Em 1999, 9 alunos da Escola participaram do III Encontro Estadual de Sem Terrinhas, que ratificava o trabalho permanente de revivificação da "memória da

---

[206]. Esse trabalho de construção e solidificação de uma determinada memória da luta pelo MST representa, igualmente, o obscurecimento do papel fundamental desempenhado pelos agentes religiosos no "tempo de acampamento". Processo simbolizado pelo atual abandono daquele que foi

luta" através da temática *"Somos filhos e filhas de uma história de luta"*; em seu retorno, elaboraram um documento de avaliação da experiência, que foi discutido no interior da escola. Nessa avaliação, alunos de 3ª a 6ª séries, afirmavam que *"aprendemos a ser um Sem Terrinha sem ter vergonha de assumir esta identidade e divulgar o MST"*[207].

Assim, pelo que pude observar, o cotidiano da Escola 29 de Outubro é atravessado pela ambigüidade: em que pese todas as práticas de agenciamento operadas pelo Assentamento e pelo MST para que se torne uma *"escola ocupada"* e *"do MST"*, ela ainda guarda as especificidades de uma instância de natureza pública, expressão do monopólio do Estado na definição de suas diretrizes pedagógicas, de seu quadro docente e de seus procedimentos administrativos. Advém daí, as insatisfações expressas por agricultores e, principalmente, por lideranças do Movimento da região de que a 29 de Outubro *"ainda não é a escola que queremos"* (Lorena, assentada).

4.3.6. As Práticas de Envolvimento de Mulheres e Jovens Assentados no MST

A centralização dos assentamentos como uma base social a ser permanentemente mobilizada para a luta social pelo MST, a partir da segunda metade da década de 1990, teria nas mulheres e nos jovens um dos alvos discursivos preferenciais. *"Temos claro que o engajamento político e econômico da mulher é o sustentáculo do processo orgânico e massivo do Movimento Sem Terra, processo que irá garantir num futuro próximo a transformação de toda a sociedade."*[208].

---

um dos principais símbolos da luta naquele período: a cruz de pedra com inscrições dos 32 municípios participantes da ocupação na madrugada de 29 de outubro de 1985.

[207]. Avaliação do III Encontro Estadual de Sem Terrinhas, sem data. (Arquivo da Escola 29 de Outubro).

[208]. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1998). *Compreender e construir novas relações de gênero: coletânea de textos.* São Paulo, p. 50.

Em que pese se afirme o objetivo de *"construir novas relações de gênero"*, não resta dúvida que há a priorização da dimensão política nesse processo, na medida em que opera todo um trabalho voltado à inserção da mulher nas diferentes instâncias organizativas do Movimento e do Assentamento. No 16 de Março, pude verificar, por exemplo, que há uma expressa deliberação do Movimento que todas as "coordenações de núcleos" devam ser exercidas, obrigatoriamente, por um homem e por uma mulher. *"Então, são essas normas aí que vai garanti a participação da mulher lá. Porque se deixa assim solto, na vontade, nunca vai havê essa igualdade..."* (Helena, professora e assentada).

Pelo que pude observar durante o período de investigação de campo, participando inclusive de reuniões dos núcleos, na maioria das vezes a existência de uma coordenadora é meramente formal[209], o que revela que a prática é muito mais derivada de uma orientação externa do que a ratificação de práticas sociais já assumidas pelos próprios assentados. Tanto assim, que, no interior do Assentamento, os núcleos são popularmente designados pelo nome de seu coordenador (exemplo: "núcleo do Pedro"; com exceção do "núcleo da COOPTAR").

Recentemente, a COANOL também tem se envolvido nesses mecanismos estimuladores da participação política da mulher. Segundo seus dirigentes, os objetivos de tal estratégia não residem apenas na tentativa de massificar os quadros militantes do Movimento, mas procurar fazer com que as mulheres atuem decisivamente na definição do planejamento do processo produtivo. Entendem que a mulher pode se tornar um importante aliado na implementação das propostas de redefinição da pauta de cultivos e das formas de produção tradicionalmente adotadas pelos assentados.

Essa redefinição proposta pela Cooperativa diz respeito, sobretudo, a uma transformação da matriz produtiva reinante na região, mesmo entre os assentados, de privilegiamento das monoculturas de milho, trigo e, principalmente,

---

209. O mesmo acontece com as coordenadoras gerais do Assentamento. Um fato se tornou muito significativo para mim desse processo: quando indaguei ao Coordenador Geral do Assentamento quem eram as mulheres que faziam parte da Coordenação, ele me disse, constrangido, que *"não lembrava direito, porque elas não assumiram o trabalho."*

soja que, segundo os dirigentes, estariam determinando um progressivo endividamento dos produtores. Entende-se que as mulheres podem auxiliar na adoção de práticas de diversificação produtiva, estimulando o plantio de culturas de subsistência na medida em que estariam mais ligadas às demandas prioritárias do grupo familiar, particularmente da alimentação. Foi com esse mesmo sentido que o Movimento encaminhou a reivindicação ao INCRA que todo projeto de financiamento do PROCERA fosse assinado tanto pelo homem quanto pela mulher contratantes do empréstimo.

> Então, nessa questão da produção, nós tava com muita dificuldade da diversificação, de planejá, de fato, o próprio sustento. Passamo a achá que a mulher era importante nessa discussão. Elas começam a discuti a questão da aplicação do projeto, e como a mulher é muito prática, porque ela precisa do arroz, do feijão prá comê... a mandioca, ela precisa da verdura, na hora de fazê o projeto ela sabe de algumas coisas básicas que precisam sê produzidas, sê plantadas. Por isso que o próprio Setor de Cooperação Agrícola/MST começô a convocá a participação das mulheres. (Márcia, membro da Executiva Nacional do MST).

Nessa perspectiva, a COANOL passou a exigir que as mulheres assentadas começassem a participar não apenas das reuniões dos núcleos[210], mas das próprias reuniões da Cooperativa devotadas à discussão da "questão da produção" nos assentamentos, e, principalmente, nos momentos de formulação dos "projetos técnicos" necessários aos pedidos de financiamento. *"Agora, nas reunião da Regional que tem, daí tem que ir um casal, uma mulher e um homem, que uma vez sempre ia os homem, daí começaro a reclamá e coisa e tal, então agora tem que ir o casal sempre participá."* (Alfredo, assentado).

Todavia, aos mecanismos constrangedores à participação se opõem práticas de resistência das mulheres, que defendem as prioridades da esfera doméstica em relação à pública. Educadas na tradição da diferenciação sexual dos espaços sociais, a maioria das assentadas, em que pese todo o relativo envolvimento com a luta social em suas trajetórias individuais e coletivas, entendem que as questões da política e da produção ainda são temas

---

[210]. Presenciei a reunião de um núcleo considerado dos *"mais organizados"*, do qual, inclusive, participa o Coordenador Geral do Assentamento. Havia uma significativa presença de mulheres, sentadas próximas umas das outras. No entanto, a participação feminina durante as discussões se

prioritariamente masculinos e na sua argumentação para a não participação reforçam as temáticas e encargos tradicionais da mulher: o cuidado com as coisas da casa, com o preparo da alimentação, com a educação das crianças. Assim, as mulheres acabam por naturalizar as relações de dominação simbólica[211] que sofrem, aplicando à percepção e compreensão da realidade em que se vêem envolvidas *"esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica"*[212]. Ao trabalho discursivo e não-discursivo de agentes políticos que propõem a ruptura com essas divisões do mundo social se opõe a força estruturada e estruturante das práticas e representações sociais do *habitus*, o peso da tradição na (re)produção da segmentação sexual dos papéis sociais.

> Não precisaria tá os dois participando. (...). Eu não sei porque que agora eles tão exigindo isso da mulher participá também. Porque nenhuma (mulher) tem condições de largá a casa e ir. Porque, tu vê, de manhã tem a vaca, tem o bicharedo de cuidá, tem a criança que vai na aula... daí não tem como tu largá a casa, largá a criança que vai no colégio prá tu saí, passá o dia ou as vez ir de manhã e voltá de meio dia! (Maria, assentada).

É tão somente nos tradicionais espaços da prática religiosa e das reuniões da escola dos filhos onde as mulheres extrapolam os estreitos limites da esfera doméstica. Pude perceber durante a realização de uma festa de confraternização no Centro Comunitário, a tradicional divisão sexual de papéis: enquanto homens jogavam canastra e sinuca ou tomavam cerveja, as mulheres se amontoavam na cozinha, preparando o "risoto" para o almoço.

Aquelas poucas que se dedicam intensamente à prática política são construídas sob uma imagem onde predominam as matizes da depreciação simbólica: *"Tem umas que... Deus o livre! Se é prá ir corrê na estrada, elas correm! Tem, sim, mas é poucas. A maioria não querem nem sabê. Tem uma que*

---

restringiu a escutar os homens e, quando falavam, o fizeram com voz fugidia, de fundo, sussurrada e sem despertar muito a atenção dos presentes.

211. *"... o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem."* BOURDIEU, Pierre, (1989). Sobre o poder simbólico. In *O poder simbólico,* Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 7-8.

212. BOURDIEU, Pierre, (1999). *A dominação masculina.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 45.

outra que quer tá sempre na estrada. Sei lá! Acho que é fanatismo." (Oneide, assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

Em relação aos jovens assentados ocorre um processo semelhante. Deliberadamente as instâncias do Movimento na região têm articulado mecanismos para estimular os jovens a participaram mais intensamente das atividades promovidas e mesmo assumir cargos nas diretorias. Pude observar estratégias nesse sentido, como, por exemplo, a utilização das atividades esportivas como espaço de socialização política. Mas o que mais me chamou a atenção foi a iniciativa de formação e desenvolvimento dos chamados "grupos de jovens" nos assentamentos da região, sua instrumentalização como espaços de discussão das questões propostas pelo MST, de construção de uma identidade coletiva e como canais de incentivo à participação nas manifestações patrocinadas pela Organização[213].

> Então começa no grupo de jovens a relação deles com o Movimento Sem Terra. Hoje os grupos de jovem aqui dos assentamentos, a maioria deles tem esse cuidado também de discuti as questões do Movimento Sem Terra. Ali começa a formação deles e eles se identificá com o Movimento. (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

Esse trabalho das lideranças locais passa pela tentativa de construir Grupos de Jovens radicalmente distintos daqueles tradicionalmente criados nas "colônias" do interior do norte gaúcho, que se notabilizam como espaços devotados prioritariamente ao lazer, à promoção de festas e bailes. Mesmo que eventualmente possibilitem essas práticas, os Grupos de Jovens idealizados pelas lideranças do MST são entendidos, sobretudo, como espaços de socialização política, onde se discutam os problemas específicos do Assentamento e dos jovens assentados, mas também a realidade nacional e o papel do Movimento e dos jovens na transformação da sociedade brasileira. *"Isso que é a idéia do Grupo de Jovem hoje: pensá mais nessa linha. É fazê o pessoal enxergá a visão política que hoje tem dentro do país. Não aquela visão que nós tinha lá fora, que era ficá acomodado... Que a idéia do Grupo de Jovem é tentá levá mais na questão*

---

[213]. O Coordenador do Grupo de Jovens do Assentamento 16 de Março me contou que a Direção Regional do MST o convocou para uma reunião e propôs abertamente que ele se responsabilizasse por *"montá um Grupo de Jovens dentro da Comunidade"*.

política." (Mauro, Coordenador do Grupo de Jovens "Os Revolucionários", entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

O caráter assumido por esses Grupos fica evidenciado pela própria designação que recebem: no Assentamento 16 de Março, depois de várias tentativas frustradas, vinha se viabilizando a formação do Grupo de Jovens "Os Revolucionários", indicando o tipo de visibilidade que tal organização pretendia assumir e o tipo de dizibilidades que circularia em seu interior. *"Revolucionários... acho que vem da idéia também que o povo da Fazenda Annoni foi um povo revolucionário. Então, o nosso grupo escolheu este nome porque nós queremos também ser revolucionários como os nossos pais foram. Como todo mundo que ocupou a Fazenda Annoni aqui foi revolucionário! Então nosso grupo também escolheu este nome por isso. Porque queremos mudar essa sociedade!"* (Carla, filha de assentado, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

As próprias lideranças do Movimento, por outro lado, admitem que a maioria dos jovens assentados é ainda muito reticente ao "novo" caráter assumido pelo Grupo de Jovens e mesmo à participação nas reuniões dos núcleos e aquelas promovidas pela COANOL e pela Regional do MST. *"Nós temo uma certa dificuldade em organizá nossa juventude, certos jovens prá futuras ocupações e sê mantê organizado dentro do Movimento. Eu não sei o quê que há com eles né... não querem segui. Tem uns que empunham a bandeira, mas tem outros que tem barriga de pobre e a cabeça de rico."* (Manoel, assentado).

As resistências da juventude a essa instrumentalização reside na tentativa de evitar que esse espaço de socialização perca o caráter que tradicionalmente assumiram. Nesses grupos informais e prazerosos é que os jovens, em especial, entabulam as primeiras conversas e práticas sobre o mundo da sexualidade; ali moços e moças podem falar de problemas e expor inquietações que são inibidas pelo ambiente familiar camponês, onde impera uma moralidade rígida.

Carlos Rodrigues Brandão, com sabedoria, expõe que, ainda que a família seja a unidade de referência social fundamental, onde se dá o básico do processo de socialização individual, *"nada mais insuportável do que viver só para ela, dentro dela"*. Os "grupos de idade" e os "grupos de interesse" constituiriam, nessa ótica,

pontos de fuga, de resistência e de prazer, espaços de transgressão dos limites impostos pela vida familiar. *"... tais grupos autônomos são o lugar coletivo da fuga da servidão que existe na estrutura e na dinâmica das relações passadas dentro do grupo doméstico e dentro do grupo escolar."*[214].

Há também uma relativa contradição entre o que o MST entende que deve ser o caminho a ser trilhado pelos filhos de assentados e os projetos de vida delineados por estes. Ainda que os filhos de assentados constituam uma das principais bases sociais de recrutamento do MST na formação de novos acampamentos no Estado e vários agricultores tenham me relatado que não resta outro caminho para seus filhos do que *"acampá prá conquistá terra"*[215], muitos pais e até mesmo jovens afirmam estratégias que passam pela escolarização e pela tentativa de conseguir, futuramente, um bom emprego na cidade.

> Tu tirá um filho do estudo prá acampá, eu já não tiro o meu do estudo prá botá acampá, mas de jeito nenhum. E o Movimento, eles querem que o cara faça isso né, que faça a juventude acompanhá... Eu quero garanti o estudo do meu, nem que eu... nem que eu trabalhe só prá isso. Eu quero vê se consigo dá estudo... (Horácio, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

> Eu não penso em acampá. Porque eu também morei com eles, bem pequena, acampá na Fazenda Annoni. E foi muito difícil! Deus, tudo que a gente enfrentou! Então eu não penso em acampá. Quem sabe trabalhá? Eu quero trabalhá, sem dúvida, quero procurá um emprego agora em Sarandi. Mas acampá, eu não penso. (Carla, filha de assentados).

Portanto, discursos e práticas especificamente direcionadas aos jovens e às mulheres também operam no cotidiano do Assentamento 16 de Março, na tentativa de delinear um espaço permanente de mobilização e vinculação política ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Apesar da relativa eficácia dessas intenções, é inegável que elas encontram resistências e oposições de jovens e mulheres que afirmam subjetividades e projetos pessoais que não condizem com as idealizações produzidas; intenções que esbarram,

---

[214]. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1995). *A partilha da vida.* São Paulo, GEIC/Cabral, p. 139 e 157, respectivamente.

[215]. Alguns ainda falam das possibilidades de que os filhos ingressem nas escolas profissionalizantes (magistério e técnico em cooperação agrícola, principalmente) sustentadas pelo MST.

recorrentemente, em formas de pensar e práticas sociais culturalmente construídas na trajetória histórica do campesinato do sul do país.

4.3.7. As Disputas pelo Controle do Assentamento: a questão da troca de lotes e da "emancipação"

Já analisei como o MST atuou decisivamente nos processos de seleção das famílias que seriam assentadas na Fazenda Annoni e na intermediação dos recursos públicos do PROCERA destinados aos financiamentos de custeio e investimento na produção agropecuária dos agricultores assentados. Contudo, há ainda uma outra dimensão onde o Movimento parece assumir encargos e atribuições que seriam monopólio exclusivo do Estado: os conflitivos processos de venda e troca de lotes pelos beneficiários do "programa de reforma agrária".

Ainda que o INCRA reivindique o monopólio do controle administrativo sobre as vendas e trocas de lotes no Assentamento,

> O INCRA teve uma política muito forte lá que toda a irregularidade de venda de lote e de troca de lote, o INCRA imediatamente entrava com um ação de reintegração... Então houve lá uma meia dúzia de casos, nós fomos prá Justiça... Então aquilo eliminou qualquer possibilidade do agricultor vender o lote ou negociar, fazer o brique do lote. Então, esse processo na Annoni tá bem controlado. Deu alguns problemas e a gente agiu imediatamente! (Jânio Guedes, Superintendente Estadual do INCRA/RS).

é inegável a capacidade das instâncias organizativas do MST, enraizadas no Assentamento através dos "núcleos", de gerenciar e controlar esse processo. Ao menos dois agricultores com quem conversei haviam *"bricado"* o lote: um, proveniente do Assentamento da Nova Ramada[216], e outro, que residia em uma pequena propriedade próxima ao Assentamento, me relataram que, para adentrar ao Assentamento, tiveram que, primeiramente, ser aceitos pela Comunidade e somente depois é que procuraram a aprovação do INCRA, conferida pela concessão oficial da "carta de anuência".

> Ele (o meu irmão) ajeitou um brique prá mim, no caso, esse lote aqui, que faz divisa os nossos lote... Ele ajeitou com o cara que tava aqui antes prá... no caso, não era muito de serviço e coisa... prá nós fazê um brique. (...). Mas daí o INCRA não aceitava né. Ele não aceitava porque naquele tempo o INCRA tinha posto uma, vamo dizê, uma lei que ninguém mais trocava então tinha eliminado essas troca. Mas continuava aquele troca-troca de lote. E de repente uns vendia e coisa... Daí proibiu essa troca... Daí pegamo e fizemo igual, contra a ordem deles! A Comunidade não queria mais ele aqui. Daí todo mundo assinou a favor, deu 100% e daí fizemo a troca igual. (Horácio, assentado).

O interessante é que no momento em que se deram essas "trocas" ainda havia três famílias de agricultores "excedentes" no interior do Assentamento. Talvez fosse o mais lógico que na saída de alguém, uma dessas famílias fossem contempladas. Isso, no entanto, não se deu provavelmente porque os "excedentes" tinham um histórico de conflitos com os dirigentes do MST da região e da Comunidade, pois questionavam os critérios de seleção dos "beneficiários" conduzido pelo Movimento em 1989.

Esse processo indica que o processo de entrada e saída de agricultores no Assentamento 16 de Março se dá sob uma permanente e eficaz rede de controle, que tem no Conselho Comunitário e, principalmente, nos núcleos do MST as principais instâncias de poder. Dificilmente alguém poderá conseguirá ingressar no Assentamento sem o consentimento dessas formas de organização e regulação da vida comunitária, ainda que a normatividade legal estabelecesse que tal controle deveria ser monopólio do órgão estatal operacionalizador da reforma agrária – o INCRA[217]. O próprio Superintendente Estadual do órgão admite que é comum que *"quando tem a venda de um lote ou troca de um lote ou um lote vago, o Movimento no assentamento se adianta e já indica alguém."* (Jânio Guedes, Superintendente Estadual do INCRA/RS).

Ou seja, nessa dimensão também se expressam as lutas pelo controle do espaço social "assentamento de reforma agrária" entre o Estado e o MST. Enquanto o Estado reivindica o monopólio do poder simbólico e legal de conferir o

---

[216]. Localizado em Júlio de Castilhos, no *Nova Ramada* foram assentadas, em 1989, famílias acampadas na própria Fazenda Annoni.

[217]. Recentemente, a imprensa gaúcha noticiou os conflitos que resultaram na morte de um agricultor supostamente por uma *"grupo de disciplina do MST"*, pelo fato de ter adquirido um lote

título de "assentado de reforma agrária" aos trabalhadores, materializado na concessão da "carta de anuência", o MST reivindica a legitimidade pretensamente conferida pela representação dos trabalhadores organizados que *"conquistaram a terra"*; ou seja, a legitimidade da representação política conferiria ao MST o poder de controlar e gerenciar os processos de troca e venda de lotes nos assentamentos.

Essas mesmas disputas entre o INCRA e o MST se dão na discussão da questão da "emancipação" dos assentamentos. Segundo o Superintendente Estadual do INCRA/RS, não apenas o 16 de Março, mas todos os assentamentos derivados do que o órgão denomina de "Projeto de Assentamento Encruzilhada Natalino", encontram-se em condições de serem declarados, de acordo com a nova terminologia administrativa do INCRA, como "consolidados"[218], isto é, como tendo recebido todos os benefícios de infra-estrutura e de crédito previstos pelo "Programa de Reforma Agrária", estando aptos os agricultores a serem enquadrados como agricultores familiares (beneficiários do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e não como "assentados de reforma agrária". Além disso, os agricultores, com a "consolidação", passam a ter o direito ao título definitivo de propriedade da terra; em contrapartida, devem restituir ao Estado o valor da área, num prazo de 20 anos, com 3 anos de carência.

Quando desenvolvia meu trabalho de campo no 16 de Março, essa polêmica questão estava começando a ser discutida no interior dos 11 "núcleos do MST" existentes no Assentamento. Todavia, esse debate já nascia pautado pela posição assumida pelo MST nessa questão, formulada em sua cartilha *"A Emancipação dos Assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter"*: a publicação estabelece já no seu prefácio que visa orientar *"a todos*

---

no Assentamento Rondinha, em Jóia-RS, à revelia das instâncias organizativas do Movimento. Ver ZERO HORA, (2001). *Assassinato revela milícia do MST*. Porto Alegre, 14 de setembro de 2001.

[218]. Terminologia criada nos últimos anos, substituindo ao processo de "emancipação" previsto no Estatuto na Terra.

os assentados da base do MST a serem contra o processo de emancipação levado a cabo pelo governo."[219].

Embora se possa questionar as intencionalidades do Estado brasileiro quando propõe um processo generalizado de "consolidação" dos assentamentos, sabendo-se das precariedades sociais e econômicas vivenciadas[220], é preciso colocar em questão igualmente quais os interesses do MST ao assumir uma posição doutrinária contra esse processo. Mesmo que se argumente que o objetivo estatal seria simplesmente de natureza econômico-financeira (contenção dos gastos públicos com a reforma agrária), efetivamente a "consolidação" ou "emancipação" representa uma ameaça ao controle político dos assentados pelo MST, na medida em que os agricultores deixariam, de acordo com a normatividade estatal, de serem *"beneficiários da reforma agrária"* para se tornarem beneficiários das políticas públicas destinadas ao conjunto do setor agrícola. O próprio Movimento admite que *"se os assentados são emancipados e não puderem mais lutar para PROCERA e melhorias no assentamento, vai enfraquecer o MST e a própria luta dos assentados"*[221].

Quando justifica sua posição contrária à emancipação, o MST assume como primeiro argumento que *"famílias sem terra beneficiadas devem se manter unidas, para poderem ir melhorando suas condições de vida, e tendo melhores condições de progredir. Isso somente vão conseguir de continuarem unidos. Individualmente como pequenos agricultores nunca conseguirão nada. Aliás esse é um dos motivos do porque tantos pequenos agricultores perdem as terras que possuem. Porque estão isolados e não conseguem se organizar."*[222]. Ou seja, a afirmativa associa organização política com o MST, como se este constituísse o único canal de luta e representação dos pequenos produtores agrícolas. Ignora-se

---

[219]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA./MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1998). A emancipação dos assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter. *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 6, São Paulo, p. 5.

[220]. SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco C., ROSA, Sueli L. C., (orgs), (1998). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.* Brasília, Editora Universidade de Brasília.

[221]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1998), op. cit., p. 15.

que não necessariamente os assentados emancipados tornar-se-iam indefesos e isolados, pois as instâncias sindicais (a CONTAG, por exemplo) podem perfeitamente passar a representar seus interesses, assim como do conjunto dos produtores familiares. Além disso, é inadmissível pressupor que a ação estatal deva ser regulada pela (in)capacidade dos trabalhadores se organizarem politicamente; ao Poder Público cabe formular instrumentos de política agrária embasados não em uma racionalidade político-ideológica, mas técnico-administrativa.

4.3.8. Vida Comunitária: identidades e conflitos

O traço marcante da Comunidade 29 de Outubro, formada por 55 das 81 famílias pertencentes ao Assentamento 16 de Março[223] é sua explícita vinculação política com o MST. Entre seus participantes, sejam eles produtores de tipo familiar ou membros da experiência de produção coletiva da COOPTAR, predomina claramente uma forte identificação com o Movimento, não apenas porque fizeram parte de sua própria história de fundação no Rio Grande do Sul, mas também porque entendem que somente através dele criarão as condições de possibilidade de sua reprodução como assentados. Embora admitindo demandas específicas, se reconhecem como portadores de um compromisso ético e político com outros trabalhadores rurais, com os "sem terra" e, sobretudo, com a causa da reforma agrária.

---

[222]. CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1998), op. cit., p. 17.

[223]. Segundo o Coordenador Geral do Assentamento, algumas famílias que pertencem ao Assentamento não participam da Comunidade por problemas de distância geográfica, na medida em que suas residências se situariam mais próximas de "centros comunitários" de outros assentamentos da região. Ainda que essa explicação possa justificar a não participação de alguns, ela omite que aquelas famílias não identificadas com o MST e que não participam dos núcleos igualmente não participam da Comunidade 29 de Outubro. É o caso, particularmente, dos identificados como "filhos de parceleiros" que se mantêm preferencialmente ligados à organização comunitária existentes anteriormente ao acampamento (Comunidade do Rio Bonito), mesmo que geograficamente mais distante.

> Não pode se desligá Movimento com assentamento, tem que andá junto, Movimento e assentamento não pode sê separado, tem que andá junto porque é oriundo do sem terra e vai pro assentamento e luta pros outros que ainda não têm terra. Movimento e assentamento prá mim é casado e não pode descasá. (Manoel, assentado).

Esse poder de hegemonia do MST naquele espaço social se reflete, por exemplo, no fato, de que seja aos "núcleos", mesmo que não constituam uma estrutura organizativa da Comunidade 29 de Outubro e sim uma instância representativa do Movimento no conjunto do Assentamento, que se recorra para a realização das promoções da Comunidade, evidenciando como as fronteiras entre MST, Assentamento e Comunidade são bastante permeáveis. Outro fato que revela essa identificação entre instâncias teoricamente diferenciadas, é que o Coordenador Geral do Assentamento é também o Coordenador do "Conselho Comunitário de Pastoral", formado por 13 representantes dos setores de Catequese, Liturgia, Grupos de Famílias, Zeladoria, Clube de Mães, Esporte, Coordenação do Assentamento, núcleos, escola, Igreja Congregacional do Brasil, Igreja de Confissão Luterana do Brasil, Assembléia de Deus e COOPTAR.

Essa identificação da Comunidade com o Movimento emerge igualmente através da colonização dos espaços de sociabilização por imagens e símbolos. A foto abaixo registra o interior do Centro Comunitário, lugar tradicional onde os assentados se reúnem nos finais de semana para conversar, tomar uma pinga ou cervejinha e jogar baralho e sinuca ou mesmo para eventos extraordinários, como festas e bailes. As faixas e bandeiras presentes cumprem imageticamente tanto a função de cultivar a "memória da luta" e que tudo (não apenas a terra, mas também o ginásio, os créditos fundiários, a assistência técnica, a escola, etc.) foi conquistado através do MST, quanto de re(produzir) insistentemente um sentimento de pertencimento ao Movimento.



Foto do autor.

É também corriqueiro encontrar "colonos" vestindo camisetas e bonés do MST, assim como bandeiras hasteadas em frente às casas ou mesmo pintadas em suas paredes (foto abaixo), cumprindo-se as orientações do Movimento[1] para que se procure emular a mística de pertencimento aos seus quadros. *"É, nós discutimo nas reunião do Assentamento a importância do pessoal se identificá com algum símbolo do Movimento Sem Terra. Nós discutimo nas reunião do Assentamento e depois o pessoal discute nos núcleo."* (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

[1]. Em assembléia de 15 de março de 1998, os assentados definiram que *"as famílias assentadas se comprometem em receber a bandeira do Movimento dos Sem Terra, a nossa bandeira de luta, e asteá-la em suas casas no mês de março e outubro."* ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO. *Ata nº 001/98* de 15 de março de 1998.

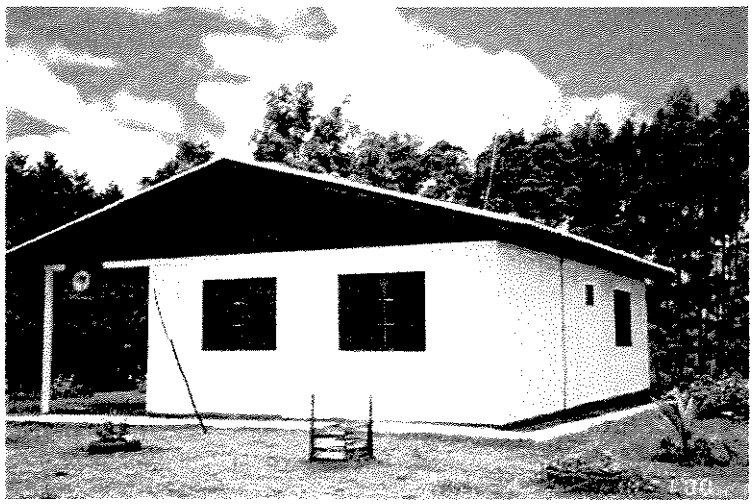


Foto do autor.

Além das imagens e símbolos, um conjunto articulado de práticas sociais e de discursos são instrumentalizados para construir a identificação da Comunidade e do Assentamento 16 de Março com o MST. Um exemplo bastante interessante desse fenômeno é o agenciamento das práticas de lazer comunitário por um discurso que objetiva conferir-lhes determinados significados e sentidos políticos. É especificamente o que ocorre com o chamado "bolãozinho", ainda que os resultados não sejam os mais satisfatórios aos olhos das lideranças.

O "bolãozinho" é um jogo praticado especificamente pelas mulheres, que se reúnem no terceiro domingo de cada mês nas dependências do Centro Comunitário. O jogo é coordenado pelo "Clube de Mães" da Comunidade, composto por em torno de 43 componentes.

Nesse sentido, por ação de agentes locais do MST, espaços tradicionalmente dedicados ao lazer, à realização de atos não ligados ao trabalho na família, espaços transgressores onde conversas sonegadas à esfera familiar ganham livre curso, são colonizados por uma discursividade que visa politizá-los, transformando-os de espaços de convivência[1] em instâncias de participação sócio-política.

---

[1]. Carlos Rodrigues Brandão, analisando "comunidades rurais paulistas", aponta que uma das principais causas de "projetos participativos", de caráter estatal ou não, não lograrem êxito nas comunidades camponesas reside na completa ignorância da existência desses espaços de convivência informal, ou, principalmente, na tentativa de negá-los ou de transformá-los em espaços

Na contramão das idealizações produzidas pelas lideranças de uma politização dos momentos de lazer, o "bolãozinho" é percebido pelas mulheres participantes essencialmente como uma atividade prazerosa, de convivência descompromissada, lugar de conversar e se divertir e não de discussão de problemas ou estratégias de luta. *"Ah, isso eu gosto muito. Porque tu passa o domingo ali e tu não pensa em outra coisa. Tu passa ali se divertindo. Pelo menos um domingo de alegria, eu já digo né."* (Maria, assentada). O "bolãozinho" constitui para as mulheres do Assentamento 16 de Março um espaço e momento diferenciado da rotina do trabalho doméstico e mesmo da discussão dos problemas políticos; para elas, o "bolãozinho" é o lugar da sociabilidade descompromissada e não-constrangida, onde as pessoas se reúnem sem objetivos práticos pré-determinados, momento *"que o sujeito interpessoal se apropria e reserva para a realização de seus desejos menos dirigidos para uma razão prática, por uma lógica produtiva."*[226].

O fato de ser um espaço e momento de *"não pensá em outra coisa"*, essencialmente voltado à diversão de mulheres tradicionalmente confinadas à esfera doméstica, é exatamente o quê causa restrições por parte das lideranças do MST no Assentamento a essa prática de lazer. Para essas lideranças, o bolãozinho deveria se constituir em um instrumento de "conscientização" das mulheres, de discussão de seus problemas específicos, do Assentamento e, acima de tudo, convencê-las da necessidade de participação nas instâncias do Movimento. *"Falta muito trabalho no aspecto mais político, numa atividade que politize mais, porque o próprio bolãozinho passou a sê mais um lazer do que qualquer outra coisa. Então falta fazê um casamento aí, que ao mesmo tempo que tu reúne prá uma atividade de lazer, você aproveitá prá politizá também. E eu acho que isso nós ainda não encontramos o caminho."* (Márcia, membro da Executiva Nacional do MST). Por isso, constróem uma visão negativa da

---

agenciados por outra racionalidade (econômica ou politicamente produtiva) que não aquela da simples convivência espontânea, sem compromissos, da fruição prazerosa da companhia de amigos e companheiros. Cf. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1995), op. cit..

[226]. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1995), op. cit., p. 156.

experiência, o que decorre exatamente do fato que não conseguiram, até o momento, modelá-la aos seus interesses e objetivos.

O mesmo processo verifiquei em relação à prática do futebol pelos homens. A grande diferença é que as medidas de normatização das condutas esportivas, quando realizava a pesquisa, estavam em pleno andamento, viabilizadas pela participação direta do Coordenador Geral do Assentamento na própria "Equipe de Esporte". O interessante é que o conteúdo das práticas discursivas professadas para o "esporte" difere sensivelmente daquelas direcionadas às mulheres no "bolãozinho": como os homens participam rotineiramente dos espaços de sociabilização política (os núcleos, as Assembléias, as reuniões da COANOL, etc.) o objetivo não é tornar o esporte um canal para a mobilização, mas, principalmente, agenciar a prática esportiva para a construção de uma imagem socialmente positiva do Assentamento 16 de Março e, corolariamente, do MST e da causa da reforma agrária:

> A gente fez o que pôde prá mostrá prá eles (os times adversários) que o assentado não é bem o que o pessoal de fora pensa, que a gente trata bem... eles gostaram muito, acharam beleza e eles tinham outra idéia e aqui deu prá vê, alí na saída, quando eles saíram, teve um deles que falou umas palavra... disse que gostaram muito! Disse que eles tinham outra idéia do assentamento, dos acampado. Então, prá conservá essa... esse bom andamento, a gente quer colocá uns critério prá que ande bem sempre, prá que o esporte seja um divertimento e não uma guerra. (Horácio, membro da "Equipe de Esportes").

Os "critérios" da prática do futebol dizem respeito, sobretudo, à disciplinarização das condutas de jogadores e dirigentes, regulamentando punições (como suspensão e expulsão) a todos aqueles que contribuem para construir *"uma imagem ruim do Assentamento lá fora. Porque no momento que a gente colocá esses critério num livro de ata que nós vamo comprá, prá fazê a lista de sócio dos que vão participá mesmo do esporte, aqueles que vão acompanhá, participá, vão assiná o livro de ata né. E daí vai ter os critério no lado... tanto pro treinador, como pros jogador e prá direção."* (Horácio, membro da "Equipe de Esporte").

O grau de mobilização sócio-política da Comunidade 29 de Outubro pode também ser percebida pela sua influência nas instâncias de poder municipal,

particularmente através da escolha do *"candidato da comunidade"* nas eleições para a Câmara Municipal de Pontão[227]. Escolados pela experiência da luta pela terra e pelo estímulo do MST à participação nos partidos políticos, os assentados não vêem o Estado como uma entidade abstrata, mas como a representação do conjunto de interesses presentes no interior da sociedade. Se, por um lado, essa concepção tem o efeito positivo de estimular sua participação na esfera política, por outro, não deixa de dar vazão a uma visão um tanto maniqueista e corporativa, onde o aparato estatal deve se colocar a serviço de seus interesses e não do conjunto da sociedade. *"É preciso ter gente nossa lá na Prefeitura, na Câmara. Gente que defenda os nosso interesse, que beneficie o Assentamento."* (Roberto, assentado).

O processo seletivo desse candidato mobiliza todos os núcleos, que discutem e indicam os possíveis pretendentes em uma Assembléia Geral da Comunidade: o mais votado pelo conjunto dos assentados é designado como o *"candidato da comunidade"*. Não obstante, há um conjunto de credenciais exigidas para que alguém se torne o representante da Comunidade, explicitando as diferenciações de poder que atravessam esse espaço social: primeiramente, deve ser alguém de participação ativa na vida política e comunitária do Assentamento, *"um militante do povo... Tem que tê um passado! Uma pessoa que é atuante na discussão, em todas as instância. Senão não passa."* (Oscar, assentado); deve também ser alguém pertencente aos quadros do Partido do Trabalhadores.

> Vem de cima prá baixo que deveria abraçá só um Partido. Sim, ali, do nosso assentamento, 80% é filiado no Partido... então eles (as lideranças) acham que todo mundo tem que sê... Inclusive eu era filiado... Porque o PT se criou praticamente, o Partido dos Trabalhadores praticamente se criou dentro do acampamento... (Zaqueu, assentado).

Nos dois últimos pleitos municipais, a Comunidade 29 de Outubro escolheu como candidato a vereador o seu próprio Coordenador Geral (que também é o Coordenador Geral do Assentamento), sendo que o mesmo foi eleito em ambas

---

[227]. As duas últimas eleições para prefeito do município de Pontão foram vencidas por um assentado da Annoni, concorrendo pelo Partido dos Trabalhadores.

as vezes. Além dele, na última eleição (2000), outros três assentados também foram eleitos pelo Partido dos Trabalhadores[228].

Em que pese a hegemonia política exercida pelo MST e pelo Partido dos Trabalhadores no Assentamento e no Município, existem fissuras e contradições. Em vários contatos com lideranças, pude perceber que claramente identificam os "filhos de parceleiros" como a oposição ao MST e ao PT existente no interior dos assentamentos da região.

Ao menos três dos entrevistados declararam que as lideranças do Acampamento, da COANOL e do MST constrangem para que todos os agricultores participem ou votem no PT. Esses mecanismos operam, sobretudo, durante o período eleitoral, quando os ânimos se acirram e os conflitos vêm à tona; denunciam que durante a última eleição municipal *"a Comunidade não aceitou os outro Partido fazê comício. Só se permitiu fazê comício do Partido do PT.... Aí já é uma ignorância, esse tipo de coisa eu não aceito."* (Zaqueu, assentado). Ouvi até mesmo relatos da feitura de emboscadas e do controle do recebimento em casa da visita de candidatos de outros partidos políticos pelos assentados "suspeitos". Alguns afirmam que a própria COANOL funcionaria nesse sistema de constrangimentos, *"porque ali na Coanol... ali se não é PT, que não acompanha o Movimento e não entra nas normas deles, no caso, nos regimentos deles... nem se assoceia! Eles fazem vista grossa se eu chego lá e digo que sou de outro Partido! Então, a política tá influindo bastante no Assentamento."* (Marcos, assentado). Um assentado não nucleado, que se recusou peremptoriamente a gravar a entrevista, afirmou que fora afastado da Cooperativa porque não apoiara o candidato do PT à Prefeitura de Pontão nas últimas eleições.

Enquanto no conjunto do Assentamento 16 de Março a principal diferenciação se dá entre os *"organizados"* (militantes e participantes ativos do MST) e os *"desmobilizados"* (reticentes ou declarados oponentes do MST), na Comunidade 29 de Outubro as divisões se dão entre *"coletivos"* (pertencentes à COOPTAR e moradores da agrovila) e *"individuais"* (agricultores de tipo familiar,

---

[228]. Do total de 7 vereadores da Câmara Municipal de Pontão, 4 são assentados.

que moram em seus lotes de aproximadamente 15 ha), ainda que todos sejam convictos adeptos do MST.

Essas tensões foram tecidas ao longo da trajetória do grupo, desde o período de acampamento, particularmente durante o processo de seleção das famílias que permaneceriam na Annoni (1989), quando muitos *"individuais"* questionaram a legitimidade do critério de escolha dos *"grupos organizados"* proposto pelas principais lideranças do MST. A imagem de privilegiamento pelo MST e pelo INCRA do *"grupo dos piá"* ou dos *"solteiros"*, criadores da COOPTAR, viria ainda a ser ratificada posteriormente, quando, em 1995, a Comissão Estadual do PROCERA aprovou a concessão de um crédito adicional especificamente destinado às cooperativas de assentamentos de reforma agrária, o chamado PROCERA – Teto II. Novamente, o Movimento conseguia aprovar no interior da Comissão Estadual do PROCERA o direcionamento privilegiado de recursos públicos para o incentivo das formas modelares de organização produtivas por ele propugnadas para os assentamentos. *"A forma foi a seguinte: o movimento social pressionou o Governo Federal por uma política de verticalização, de agroindústria, de crédito diferenciado prá grupos organizados... Principalmente o Movimento Sem Terra fez essa pressão e vendeu bem a idéia pro Governo Federal e o Governo Federal encampou a idéia."* (Jânio Guedes, Superintendente Estadual do INCRA/RS).

Essa decisão, por um lado, reafirmava a capacidade do MST estadual influir decisivamente nas políticas de reforma agrária no Estado, particularmente mobilizando as decisões da Comissão Estadual do PROCERA; por outro, demonstrava a permanente simpatia dos técnicos do INCRA (motivada por fatores ideológicos ou por uma racionalidade técnico-administrativa) às propostas de desenvolvimento de formas de organização produtiva de tipo coletivista no interior dos assentamentos.

A própria discussão sobre a quem deveria beneficiar o chamado "Teto 2" revelava as cisões internas ao MST da região, basicamente entre o grupo que comandava politicamente a COANOL e o grupo formador da COOPTAR (onde vários membros participavam e ainda participam das principais instâncias diretivas

do MST gaúcho e nacional). Como concebido originalmente, a iniciativa beneficiaria unicamente as CPAs[229]; todavia, frente à resistência das lideranças da COANOL e dos *"individuais"*, estabeleceu-se que estes teriam acesso a um fundo rotativo (30% do valor do Teto 2), administrado pela COANOL, desde que constituíssem grupos de cooperação na produção; ou seja, necessariamente os projetos seriam voltados à aquisição de máquinas e implementos em forma associativa.

Essa solução que, visava acalmar os ânimos, não atenuou a reprodução das diferenciações internas ao Assentamento 16 de Março, servindo para fortalecer diferenciações construídas a partir da suposição que a COOPTAR era sempre privilegiada em detrimento dos demais agricultores. Essa discriminação é representada simbolicamente no discurso dos "individuais" pela possibilidade da COOPTAR construir, com os recursos do "Teto 2", o seu frigorífico.

> Eu tô em dúvida até hoje o que acontece que eles inventaram lá o tal de Teto 2! Que teto 2 se nós era tudo igual! Como é que tinha diferença nas verba que vinha? Daí só pegou a COOPTAR, a COANOL, a COOPAGRI, um grupo lá da Semapa, que pegaram esses Teto 2! Então, diferenciaram nós (os individual). Nós fomo ficando prá trás e eles construíram um frigorífico. (Marcos, assentado).

Ressentimentos também advêm dos conflitos quando da saída de algumas famílias da COOPTAR, gerados pela dificuldade de um acerto de contas amigável. Alguns expressam uma espécie de sentimento de revanchismo com a Cooperativa, afirmando uma suposta melhor situação financeira atual como agricultor familiar em relação à situação passada de membro da Cooperativa: *"O mundo é tão pequeno né e o vento sopra de um lado, sopra de outro, separa os grãos de areia e depois unifica... que hoje quem colhe as lavouras da COOPTAR são os excluídos da COOPTAR, que até foram tachado que amanhã ou depois teriam que pedi uma latinha de banha emprestada pros donos da COOPTAR!"* (Pedro, ex-membro da Cooptar).

Esse processo se desdobra nas lutas políticas internas ao MST da região – a chamada Regional de Sarandi. Enquanto os membros da COOPTAR denotam

---

[229]. No conjunto de assentamentos criados a partir da Fazenda Annoni existiam, na época, três CPAs: a COOPTAR, a COOPAGRI e a Associação 6 de Janeiro.

sua atividade no interior do MST pelo exercício de importantes cargos nas instâncias diretivas nacional e estadual[230], as demais lideranças do Assentamento se caracterizam pela ação de caráter mais local e regional, *"na base"* como procuram se legitimar – o Coordenador Geral do Assentamento, por exemplo, ex-membro da COOPTAR, nunca ocupou nenhum cargo importante no interior do MST, mas é vereador do Município há duas gestões[231]. Se os dirigentes da COOPTAR se notabilizam por um discurso político de forte conteúdo doutrinário, de matriz marxista-leninista, as lideranças da COANOL e do Assentamento recorrem permanentemente a uma discursividade e práticas de raiz político-religiosa que tem forte apelo entre o conjunto dos assentados; por exemplo, no último ano o Coordenador Geral do Assentamento e vereador municipal tinha entregue à maioria dos assentados (excluindo-se os "não nucleados"[232], a oposição política), com a suposta finalidade *"de agradecer o apoio recebido"*[233], quadros de parede com figuras de santos religiosos (para os católicos) e bíblicas (para os evangélicos). Durante a realização das entrevistas, pude verificar que a grande maioria exibe, em local bastante visível e destacado, esses quadros de "agradecimento", denotando que aquele espaço social também não está isento das práticas tradicionais de clientelismo político.

Em conseqüência, existe no interior do Assentamento uma certa visão crítica sobre os "liberados da COOPTAR", ressaltando que sua contribuição se daria mais *"prá fora"* do que *"prá dentro do Assentamento"*:

---

[230]. Além de quadros "históricos" participantes da fundação do MST gaúcho, das 14 famílias componentes da COOPTAR, em janeiro de 2000, 4 estavam "liberados": dois eram membros da Executiva Nacional do MST, um era presidente da COCEARGS e outro, indicado pelo MST, ocupava cargo de confiança na Secretaria de Reforma Agrária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo as normas da Cooperativa, esses "liberados" são remunerados pela carga normal de trabalho (9 ou 7 horas diárias), devendo, em contrapartida, entregar os rendimentos auferidos como dirigentes do MST (ajuda de custo).

[231]. Outro ex-membro da COOPTAR é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontão. O próprio prefeito do Município, em segundo mandato, nunca se destacou por ocupar cargos nas instâncias diretivas do MST.

[232]. Inclusive, os membros de uma dessas famílias, durante a entrevista, afirmaram que estavam muito magoados porque não haviam recebido o quadro, mesmo que tivessem votado no Coordenador para vereador do município.

[233]. Nesses quadros aparecem as seguintes inscrições: *"Lembrança a esta família quem em todas as horas estão ao meu lado e eu quero muito bem. Do amigo e vereador..."*.

> Ah, tem algumas pessoas que o povo não gosta né. Falando certo aí, tem pessoas que são liberado e seriam esses que tinham que vir trabalhar com o povo, mas não vem fazê nenhum trabalho junto com a base, com o povo. Então o povo não gosta disso aí. O povo detesta esse tipo de coisa! Só aparecem quando tem um ato político, um ato assim e nada mais. Eles não dão satisfação pro povo né. (Manoel, assentado).

Exemplo marcante desse processo é que nos momentos de definição do *"candidato da Comunidade"* o núcleo da COOPTAR nunca conseguiu fazer com que um de seus membros fosse o indicado, ainda que tentativas houvesse nesse sentido. *"Até uma vez tiraram um candidato a vereador lá (no núcleo da COOPTAR), achavam que só com o voto deles, ali por em roda, ia sê eleito... em vez, não conseguiram nada! Porque o povo em volta não gosta, tem gente que não gosta deles, porque saiu com queixa.* (Vera, assentada).

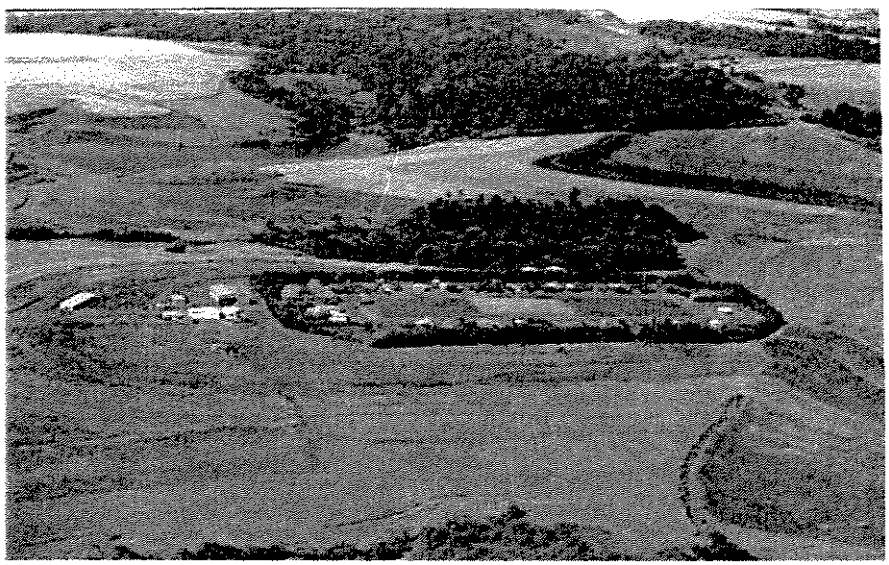
Os membros da COOPTAR buscam construir sua legitimidade como lideranças expressivas do Movimento a partir de outros referenciais de avaliação. Subliminarmente assumindo-se como uma espécie de elite política, suas lideranças estabelecem seus marcos de legitimação não na atuação direta entre os assentados, mas na definição das diretrizes políticas e ideológicas do Movimento. *"Nós temo assim na questão política, nós temo algum privilégio de tê um grupo mais... um grupo que consegue enxergá mais longe. Nós temo vários problema na questão política, que os demais se sentem bem inferior por nós tê esse grupo mais esclarecido aqui dentro né. Mas esse privilégio não dá prá escondê que nós temo!"* (Mauro, membro da Cooptar). Se contrapõem às lideranças locais (principalmente aos dirigentes da COANOL), afirmando que aqueles que criticam o fato de atuarem fora do Assentamento *"não enxergam mais longe que o próprio umbigo"* e não vêem a importância da construção do Movimento como uma força social de transformação do conjunto da sociedade brasileira e não apenas da vida dos assentados. Essa forte identificação da COOPTAR com o Movimento se expressa, entre outras dimensões, no fato de que aqueles que abandonam as atividades de trabalho para participar das mobilizações políticas têm essas horas contadas como efetivamente trabalhadas.

Disputas que se desdobram ao nível simbólico, nas lutas pela imposição de diferentes visibilidades ao Assentamento 16 de Março. Logo nos primeiros

contatos com aquele espaço social eu pude ir percebendo essas tensões ao constatar que o Coordenador Geral do Assentamento tinha explicitamente me agradecido por tê-lo procurado para pedir contribuição no desenvolvimento de minha investigação. Estranhando aquela atitude, indaguei-lhe do motivo de tal agradecimento; explicou-me, então, que era rotineiro que tanto pesquisadores como outros visitantes (estudantes, estagiários, estrangeiros, etc.) se dirigissem diretamente à COOPTAR e não à Coordenação Geral do Assentamento. Expressava, assim, a queixa que o MST estadual e nacional, indiretamente, contribuiria para a construção da imagem hegemônica do 16 de Março como o "Assentamento da COOPTAR", como um assentamento onde se desenvolvem as experiências "avançadas" de coletivização da produção e de habitação em agrovila.

> E hoje ali fora a imagem do nosso Assentamento é vendido mais como se fosse a COOPTAR e na prática aqui o trabalho é feito por outras pessoas, mas quem leva o nome é a COOPTAR! Eu confesso que muitas vez eu fico até meio sentido com isso, porque a gente tem tido um cuidado muito grande nesses 8 ano de tê um assentamento com uma organização muito grande, mas que na hora de sê reconhecido o Assentamento é reconhecida a COOPTAR e não o Assentamento. (Gilberto, Coordenador Geral do Assentamento 16 de Março).

Outro fenômeno que contribui para a (re)produção dessas diferenciações é a existência da agrovila, que ocupa um lugar privilegiado na cartografia do Assentamento 16 de Março. Reservada a um território delimitado (foto abaixo), mas com grande visibilidade social e política, a agrovila representa não apenas um recorte espacial, mas também um fragmento do território onde se desenrolam formas de trabalho e de sociabilidade diferenciadas em relação ao conjunto do Assentamento.



Fonte: Arquivo da COOPTAR (autor ignorado).

A conformação de específicas sociabilidades na agrovila está diretamente associada à forma de organização do trabalho assumida pela COOPTAR. Na medida em que os associados da Cooperativa tem uma rotina de trabalho no frigorífico que reproduz a organização fabril (9 horas diárias para os homens e 7 para as mulheres), que eventualmente pode ser ultrapassada, a conseqüência é a própria organização diferenciada do tempo sobrante em relação ao conjunto dos agricultores familiares do Assentamento, que possuem a autonomia relativa de fixar seus horários de labuta e de lazer[1]. Assim, práticas costumeiras no vida do campesinato meridional, como as visitas entre vizinhos e os encontros de fim de tarde na "bodega", vão caindo em desuso entre os moradores da agrovila; em contrapartida, a esses espaços mais ampliados de sociabilidades vai se construindo outro, mais próximo e restrito aos companheiros de trabalho na Cooperativa.

> Porque, uma, que o nosso trabalho exigi muito tu ficá restrito aqui dentro. Eles (os "individuais") já lá têm, por exemplo: *"Das duas às quatro não vou prá roça carpi, vou lá na fulana tomá um mate."*. Nós, no abate, não tem essa chance! Lá dentro tem que entrá e é até as 6 né! Por isso que

[1]. Por isso, para alguns membros do Assentamento, o trabalho na COOPTAR é considerado *"meio que um trabalho escravo"*. Um membro da Cooperativa afirma que *"o pessoal acha que nós semo louco prá trabalhá. A gente sabe coisas assim... a gente não sabe onde que o pessoal tira coisas que... fofocas, conversas que não tem fundamento!"* (Nestor, membro da COOPTAR).

> eu te digo: é tipo uma firma mesmo, uma empresa que te exige tu tá as 8 horas por dia ali. (Beatriz, membro da COOPTAR, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000).

É muito presente nas falas dos moradores da agrovila a valoração de práticas e representações (disciplina, obediência a normas de conduta coletiva, cumprimento de horários...) que os distinguiriam das posturas anômicas dos *"individuais"*, onde, presumivelmente, *"qualquer um faz o que quer, na hora que quiser"*.

Esse processo vai construindo a imagem do *"pessoal da agrovila"* como um grupo fechado, que se relaciona pouco com os outros assentados e que tem pequena participação nas atividades promovidas pela Comunidade 29 de Outubro. Reclamam que os membros da COOPTAR costumam promover churrascos e jogar futebol apenas entre eles, mesmo que exista um campo para tal prática na área comunitária. Mesmo nas festas promovidas pela Comunidade, há a queixa de que constituam grupos separados, que só conversam entre eles. Fato que não chega a ser negado pelos próprios membros da COOPTAR: *"Eu acho que a gente se fecha bastante. A gente às vezes no final de semana em vez de ir lá (no Centro Comunitário) jogá carta, joga carta aqui! Então o lazer tu cria o lazer aqui dentro. Enquanto que isso prás família que tão individual o ponto de encontro seria lá e não aqui! Então esse é um fator diferente que se dá..."* (Augusto, morador da agrovila, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000). Nas primeiras concepções da agrovila, inclusive, se pensava em construir um centro comunitário destinado exclusivamente aos associados da Cooperativa.

Fenômeno semelhante ocorre com as próprias crianças, que inseridas no espaço mais restrito da agrovila, vão sendo socializadas com práticas pouco costumeiras ao campesinato gaúcho. Vivenciando formas educativas até então estranhas ao meio agrário, onde a socialização primária se dá tradicionalmente no espaço doméstico, as crianças da agrovila que freqüentam a creche - a *"ciranda infantil"*, mantida pela COOPTAR (visando viabilizar o trabalho feminino no frigorífico), vão adquirindo outros costumes, comportamentos e sensibilidades e vão sendo educadas para uma rotina de trabalho que se aproxima muito mais do mundo operário do que camponês. Chamou-me muito a atenção, por exemplo, o

fato de algumas crianças da agrovila demonstrarem estranhamento e medo de um contato mais próximo com vacas, por exemplo; uma mãe admitiu que recomendava esse cuidado porque, diferentemente dos "individuais", as crianças da Cooperativa *"não tem a convivência de todo dia com os animais. É diferente das outras criança que vão junto com a mãe tirá leite e já fica conhecendo o animal. Então eu procuro cuidá isso com as criança."* (Beatriz, membro da COOPTAR). Esse fato, por mais elementar que possa parecer, demonstra um processo de produção de sensibilidades pouco comuns no mundo agrário da região.

Ainda que freqüentem a mesma escola, pude observar que as crianças da agrovila têm um relativo distanciamento em relação às outras crianças do Assentamento. Isso é particularmente promovido pela existência uma grande área de lazer no interior da agrovila, possibilitando que a prática do futebol, por exemplo, se dê exclusivamente entre elas (conforme mostra a foto abaixo).



Fonte: Arquivo da COOPTAR (autor ignorado).

As crianças da agrovila também participam de um projeto educativo que se dá fora do horário normal da escola, desenvolvido a partir de 1998. Tendo em vista que os pais trabalham o dia inteiro nos diferentes setores produtivos da Cooperativa (frigorífico, leite, suínos e lavoura) se decidiu *"garantir atividades*

formativas e educativas para o turno em que não estão em sala de aula"[235] para aquelas crianças/adolescentes entre 7 e 16 anos.

É explícita a idéia de que o objetivo de tal iniciativa é evitar que as crianças fiquem ociosas, "desocupadas", durante o período em que os pais trabalham. Sua concepção educativa está orientada, portanto, pela necessidade que as crianças da Cooperativa sejam educadas na rotina do trabalho socializado, disciplinado e temporalmente controlado e não à rotina normal das crianças filhas de produtores familiares. Portanto, não apenas uma educação para e pelo trabalho, o que é um processo normal entre camponeses, mas para uma determinada relação com o trabalho que é estranha ao mundo camponês. Assim, o quê na tradição camponesa é simbolicamente valorizado – a relativa liberdade de determinar o tempo de efetivação do trabalho – passa a ser desqualificado como exemplo de indisciplina e de ociosidade.

Por isso, além das atividades de lazer e de estudo (leitura ou feitura das tarefas escolares, limitadas a uma hora) o projeto prevê como princípio básico a inserção das crianças nas atividades produtivas da Cooperativa *"prá ensiná eles, prá eles criá gosto pelo trabalho. Porque a nossa preocupação como pais também está nisso: 'Nós temo o coletivo, tamo tocando isso, mas nós tamo pensando em deixá isso prá vocês e vocês tocá isso prá frente. Daqui uns ano nós vamo pará, mas vocês vão continuá.'. Tu criá um amor pelo trabalho neles... Senão ele vai achá que é só brincá, jogá bola, se diverti, estudá e depois ir prá uma cidade."* (Lorena, membro da Cooptar, idealizadora do "projeto"). Trata-se, então, através dessa iniciativa, de propiciar a socialização infantil no processo de trabalho, pois, ao contrário do que acontece com os produtores familiares (onde a socialização se dá no próprio espaço doméstico), na Cooperativa foi preciso criar uma estratégia para cumprir tal papel. Até mesmo porque muitas crianças, durante os vários anos de acampamento, onde eram restritas as atividades produtivas, não tiveram a oportunidade de adquirir o saber-fazer do ofício de agricultor.

---

235. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/SETOR DE EDUCAÇÃO, (1998). *Orientações para um trabalho infantil educativo.* São Paulo, p. 8.

Entretanto, o objetivo fundamental dessa prática educativa não é o produto gerado pela força de trabalho das crianças (o trabalho efetivado nas tarefas escolares ou setores da Cooperativa) mas na forma como é executado, através da disciplinarização de horários e do controle do tempo livre.

Essa educação e disciplinarização para o trabalho socializado se expressa também no fato que as crianças e adolescentes têm sua assiduidade controlada para fins de remuneração mensal. De igual forma aos mecanismos existentes na COOPTAR, cada participante do projeto tem uma *"ficha"* onde eles próprios preenchem as atividades que realizaram naquele dia. No final do mês, a ficha é analisada pela "professora" responsável e estabelecida a remuneração a que a criança tem direito. *"Claro, a remuneração não é em relação ao trabalho deles... era mais um incentivo à participação. E aí não valia só a história de quem vinha na hora do estudo. Tinha que participá na hora da atividade ou mesmo tá lá na hora, no momento de lazer, jogos..."* (Lorena, membro da Cooptar, idealizadora do "projeto").

Enfim, diante da análise desse conjunto diversificado de práticas sociais, dilacera-se a imagem construída por suas lideranças de que o Assentamento 16 de Março é um exemplo modelar do que é advogado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em que pese a hegemonia política do Movimento sobre esse espaço social, emerge uma visibilidade de imposições, de subordinações, mas também de resistências e de disputas. Às práticas de enquadramento e modelação emerge a diversidade de projetos, interesses e subjetividades individuais; à homogeneização das práticas sociais se contrapõe a possibilidade de afirmação da convivência na diferença.

PARTE II

ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA:

TERRITÓRIO DE UTOPIA NA CARTOGRAFIA LATIFUNDIÁRIA

1. A PRODUÇÃO SOCIAL DO "PEÃO GOIANO": trajetórias de trabalhadores rurais em Goiás

Ao (re)construir o processo histórico-social de produção do "peão goiano", não interessa analisar e apontar as presumíveis racionalidades estruturais que orientaram a metamorfose do escravo em trabalhador agregado, mas, sobretudo, perceber como esse processo implicou na tessitura de determinadas formas de sociabilidade e na formação de um trabalhador rural com específicas características sociais e formas de pensar e com especiais interesses e desejos.

Objetivo com essa reconstrução do processo de produção do "peão goiano" delinear algumas características gerais que conformam o *habitus* dos trabalhadores rurais do Estado. Julgo isso de relevância na análise de meu específico objeto de estudo na medida em que entendo que todo esse processo histórico-social está, de forma direta ou indireta, incorporado, interiorizado[1] pelos agentes sociais assentados na Lavrinha, pois muitos deles (ou seus ascendentes familiares) vivenciaram as trajetórias sociais aqui delineadas. Apreendo os princípios geradores das práticas[2] (que representam princípios de classificação,

---

[1]. O processo através do qual se dá a interiorização da realidade do mundo social é a socialização. Cf. BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas, (1990). *A construção social da realidade.* Petrópolis, Vozes, 8ª ed..

[2]. Para Pierre Bourdieu, a prática social, as tomadas de posição, as estratégias, decorrem, fundamentalmente, do *habitus* construído a partir de condicionamentos sociais: *"O habitus, como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas... é porque o habitus faz com que os*

hierarquização e visão do mundo social) dos agentes por mim investigados, reconstruindo a fabricação social do *habitus,* ou seja, refazendo, através dos instrumentos do pensar sociológico, o processo de gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do *habitus.*

Reconstruo as condições sociais de existência, o processo de socialização dos indivíduos ao longo de sua trajetória, dos condicionamentos sociais que (re)produziram um *"sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações"*[3] – o *habitus* do trabalhador rural goiano, para colocá-lo em relação com as condições sociais em que hoje ele opera, orientando determinadas práticas e formas de pensar e representar o mundo social dos agricultores assentados por mim pesquisados.

Trabalho de construção de relação entre o presente e o passado incorporado no indivíduo que não é um produto natural, um registro passivo e objetivo do fenômeno, mas uma tarefa científica que busca construir sociologicamente o objeto pesquisado.

1.1. Trajetória Histórica das Relações Sociais na Agropecuária Goiana

A atividade agropecuária em Goiás é um processo histórico extremamente contemporâneo. A ocupação demográfica da então Província de Goyaz pelo homem branco remonta há menos de três séculos, quando o movimento bandeirante, ávido por riquezas minerais e humanas, incursionou pelo cerrado e fundou os primeiros núcleos populacionais. A cidade de Goiás, localizada na região do Mato Grosso Goiano, tem sua origem histórica nos antigos arraiais

---

agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias.". BOURDIEU, Pierre, (1990). A codificação. In *Coisas ditas,* São Paulo, Brasiliense, p. 98.

[3]. BOURDIEU, Pierre, (1980). Structures, habitus, pratiques. In *Le sens pratique,* Paris, Éditions de Minuit, p. 88.

formados por ocasião do surto de mineração do ouro que se desdobrou ao longo dos séculos XVIII e XIX[4].

A obtenção de rendimentos fáceis e rápidos, tão sonhados pelos mineradores, catalisou todos os esforços econômicos, não propiciando o desenvolvimento de outras atividades econômicas na região. Mesmo porque, visando a máxima ocupação do trabalho escravo nas minas de ouro, a Coroa Portuguesa tinha expressamente proibido a utilização de áreas à prática da agricultura ou da pecuária. Em conseqüência, durante o período minerador, os pequenos núcleos de população se encontravam em quase total dependência da importação de gêneros alimentícios de outras Províncias para seu abastecimento. As raras fazendas então existentes se dedicavam a uma rudimentar agricultura que tinha por finalidade central a subsistência de seus próprios proprietários e trabalhadores.

Os "homens livres e pobres", dedicados a uma agricultura de excedentes, tão apontados pela literatura historiográfica nas regiões da plantation canavieira do Nordeste e cafeeira do Sudeste, eram praticamente ausentes na área mineradora de Goiás, pois todos as forças estavam centradas na procura do metal precioso. Em decorrência, a população se debatia periodicamente com a completa falta de gêneros alimentícios ou com seus altíssimos preços.

Entretanto, baseada no emprego da mão de obra escrava e na utilização de técnicas rudimentares de extração na procura de um minério que se apresentava à superfície (ouro de aluvião), a atividade mineradora logo mostrou sinais de decadência. Já na aurora do século XIX, a população local começou a articular alternativas econômicas substitutivas ao monopólio centralizador até então exercido pela cata do ouro; para alguns brancos, o destino foi o retorno às zonas litorâneas, para outros poucos o aposseamento de terras até então abandonadas à livre ocupação constituiu a melhor alternativa.

---

[4]. O "Assentamento São João da Lavrinha", às margens do Rio Vermelho, localiza-se no Distrito de Buenolândia, antigo Arraial da Barra, fundado por Bartolomeu Bueno da Silva em 1726 e que consistiu num dos primeiros povoados formados na Província em decorrência da incursão dos sertões desencadeada pela busca do metal dourado e de índios. Provavelmente, a designação "Lavrinha" provenha da história dessa área, originalmente dedicada à mineração.

Com o declínio da mineração, principiou a se desenvolver na Província uma rudimentar e precária atividade agropecuária, baseada em sistemas produtivos de caráter extensivo e no uso de escravos negros deslocados do trabalho das minas. A criação de gado, complementada por uma agricultura de subsistência, expandiu-se em Goiás, vinda principalmente da Bahia, do Maranhão e de Minas Gerais, e compôs a nova, débil e quase única base regular de sustentação da economia agrária que se estabelecia.

Nessa fase, as formas de acesso à terra se davam através da forma legal existente na época, a obtenção da carta de sesmarias, ou, principalmente, por meio do simples aposseamento das áreas[5]. Uma sociedade de fazendeiros e lavradores lançava seus gérmens e representaria a face mais visível de Goiás até hoje.

Essa opção pela atividade pecuária estava alicerçada num conjunto de elementos que, se por um lado, colocavam entraves à expansão de determinadas atividades econômicas (como a agricultura, por exemplo), por outro, estimulavam a criação de gado: a existência de pastagens naturais, a baixa exigência quantitativa tanto de capitais quanto de mão-de-obra (tão escassos naquele momento) e, principalmente, a farta disponibilidade de terras livres à ocupação. Além disso, num contexto de enormes dificuldades de comunicação com as principais regiões econômicas do país, o gado tinha uma enorme vantagem: era uma mercadoria que se autotransportava. São essas possibilidades que justificam, ao menos em parte, a permanência histórica da pecuária como a principal atividade econômica de Goiás[6].

Os processos produtivos agropecuários, no entanto, também encontravam obstáculos estruturais que dificultavam sua expansão e intensificação. O praticamente inexistente mercado consumidor local, as precárias condições de

---

[5]. A exigência legal que a terra deveria ser cultivada no prazo de dois anos estimulava que muitos sequer tivessem o interesse em regularizar a situação de suas terras. Como afirma Bernardo Élis, *"dono do chão era quem possuíse gado nele empastado. Até onde andasse o gado com a marca, até aí ia a propriedade do dono desta marca."*. ÉLIS, Bernardo, (1988). *O tronco.* Rio de Janeiro, José Olympio, 8ª ed., p. 35.

[6]. CAMPOS, Francisco Itami, (1985). *Questão agrária: as bases sociais da política goiana (1930-1960).* São Paulo, Tese de Doutorado em História Social, USP.

comunicação e transporte com os centros consumidores do centro do país, as longas distâncias que afastavam o sertão do litoral e a inexistência da disponibilidade de capitais para investimento criavam as condições, quanto muito, para a prática de uma atividade agropecuária voltada para a autosubsistência e para a comercialização de excedentes no mercado local. Durante a primeira metade do século XIX, a escassez de gêneros alimentícios se tornou um quadro crônico nos núcleos urbanos. Carlos Rodrigues Brandão afirma que *"uma região que nunca foi muito rica tornou-se rigorosamente pobre. Não há, portanto, uma 'segunda febre' econômica em Goiás. Há uma penosa e necessária retirada dos povoados para as roças e fazendas."*[7].

A transição do ouro para uma economia centrada na agropecuária representou igualmente modificações ao nível das relações entre patrões e trabalhadores. Em plena crise do escravismo, o que ocasionava uma acentuada elevação nos preços da mão de obra negra, os fazendeiros goianos optaram por uma relação de trabalho que lhes fosse mais favorável: em grande parte já alforriados, os negros foram convertidos em agregados. A polaridade mineiro-escravo deu lugar, gradativamente, a novas hierarquias sociais centradas na relação fazendeiro-agregado e camaradas[8]. Além disso, os brancos e mestiços pobres também constituiriam a força de trabalho demandada pela exploração pecuária. A ainda sociedade colonial tornava-se, gradativamente, cada vez menos escravocrata.

Acontece que a atividade pecuária de caráter extensivo, exigente de uma relativamente pequena quantidade de força de trabalho, tornava ocioso um trabalhador que implicava em custos de subsistência ao seu dono. Manter um escravo tornava-se cada mais caro ao fazendeiro, na medida em que eram

---

[7]. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1977). *Peões, pretos e congos: relações étnicas e de trabalho em Goiás.* Goiânia, Editora da UnB, p. 52.

[8]. O que não quer dizer, entretanto, que não se fazia uso do trabalho escravo. Excetuada a atividade de cuidado do gado, era comum ainda o emprego dos escravos nos trabalhos domésticos, nas pequenas lavouras de subsistência e nos engenhos de produção de açúcar e cachaça. Eurípedes A. Funes aponta em Goiás, nesse período, a existência da "brecha camponesa", isto é, a possibilidade dos próprios escravos cultivarem pequenas lavouras destinadas a sua própria subsistência nos finais de semana, liberando os proprietários do ônus de

escassas as possibilidades do aproveitamento produtivo dessa força de trabalho. É em função disso que muitos escravos foram alforriados e liberados partiram para outras regiões do país ou então se transformaram nos vaqueiros e agregados das grandes fazendas de gado.

Outro fator, entretanto, também propiciou a configuração de relações de trabalho desse tipo: a farta disponibilidade de terras e, conseqüentemente, o seu baixo valor econômico. Nesse período, o que confere riqueza e poder é o gado e não a propriedade da terra. O chamado "sistema de terra cedida" tornava-se amplamente vantajoso aos olhos do fazendeiro, pois, em troca da força de trabalho, não era necessário dispender os parcos recursos monetários disponíveis e, muitos menos, se responsabilizar pelos custos de reprodução do trabalhador. Possibilitar, através do acesso à terra, que os próprios trabalhadores arcassem com o ônus da reprodução de sua força de trabalho consistiu na estratégia utilizada pelos fazendeiros para fazerem frente às dificuldades de continuidade do regime escravocrata[9]. Assim, desde as primeiras décadas dos anos 1800 a meados do século XX, as relações de "agregação" consistiram na forma dominante de contrato de trabalho na agropecuária goiana e, particularmente, na região do Mato Grosso Goiano.

O "sistema de terra cedida" permitia ao agregado que ele se dedicasse, em terras da grande fazenda, ao cultivo de uma lavoura destinada à subsistência de seu grupo familiar. A "vantagem" desse sistema, na ótica do agregado, é que ele não tinha nenhuma obrigação de ceder ao fazendeiro parte do que colhia sazonalmente; em correspondência, devia estar permanente disponível ao patrão, principalmente no atendimento de tarefas esporádicas demandadas pelo *criatório.* No entanto, a grande contrapartida devida ao proprietário era que, normalmente após 3 anos de dedicação a uma *"roça de toco"*[10] de milho, arroz e feijão, ele

---

sua reprodução biológica. FUNES, Eurípedes Antônio, (1986). *Goiás, 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária.* Goiânia, Editora da UFG, p.126-7.

[9]. MARTINS, José de S., (1990). *O Cativeiro da terra.* São Paulo, Hucitec, 4ª ed..

[10]. Consiste no cultivo da terra imediatamente após a derrubada e queima da mata original, sem o uso do trator, permanecendo os tocos das árvores maiores, que não foram totalmente carbonizados, em meio à lavoura implantada.

deveria devolver a terra com a mata já derrubada e *"formada com pasto"*, ou seja, pronta para a introdução do gado do fazendeiro.

Assim, as relações de agregação propiciavam o estabelecimento de formas de dominação pessoal dos trabalhadores pelos grandes proprietários, uma vez que se fundamentavam em um "pacto de reciprocidade" na prestação de favores: o acesso à terra pelo agregado aparecia assim, nos termos da relação, como uma doação, uma concessão, um favor; em contrapartida, o trabalhador não estava unicamente constrangido a prestar trabalho produtivo ao proprietário, mas também se comprometia moralmente a atender a toda e qualquer demanda, política ou militar. Os agregados, *"destituídos de meios próprios de subsistência e com uma vida despojada de significado para aqueles de quem dependiam, tudo deviam e nada de essencial podiam oferecer aos senhores das fazendas onde se fixavam. Por isso mesmo, transformavam-se em seus instrumentos para todo e qualquer fim, inclusive os de ofensa e da morte."*[11].

O naturalista-viajante Saint-Hilaire, percorrendo o cerrado do centro-oeste brasileiro no século XIX, com o olhar propiciado pela cultura européia, tecia a construção da imagem depreciativa do agregado: *"... indivíduos que nada possuem de seu, e que se estabeleciam em terrenos de outrem, vivendo em estado precário, mal vestidos, indolentes e embrutecidos pela falta de convivência com seus semelhantes."*[12].

Além do agregado, outro figura social de destaque nas relações sociais do meio agropecuário goiano era o vaqueiro. Até muito recentemente, o vaqueiro era remunerado *"na sorte"*[13] e no *"sistema de quarta"*, isto é, tendo direito a um de cada quatro bezerros nascidos do gado sob seus cuidados. O acordo entre vaqueiro e fazendeiro era de natureza verbal, assentado em relações de recíproca

---

[11]. FRANCO, Maria Sylvia de C., (1997). *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo, Editora UNESP, 4ª ed., p. 153.

[12]. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de São Paulo e resumos das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. Cit. por FUNES, Eurípedes Antônio, (1986), op. cit., p. 135.

[13]. *"O sistema de partilha das crias era feito com base no sorteio, assim se evitava que uma das partes lucrasse mais do que a outra ao ficar com as melhores crias, podendo ainda o empregado receber em dinheiro o pagamento referente às crias que lhe cabiam."*. FUNES, Eurípedes Antônio, (1986), op. cit., p. 141.

confiança pessoal e, normalmente, o trabalhador acabava vendendo os animais que recebia para o próprio fazendeiro. Atualmente os vaqueiros constituem trabalhadores em regime de assalariamento.

Hugo de Carvalho Ramos, um dos expoentes do regionalismo literário goiano, autor de *Tropas e Boiadas,* constrói uma imagem não muito grandiloqüente das "fazendas de criação" desse período em Goiás, da precariedade das formas de manejo do gado à abstinência dos seus proprietários, e nos delineia alguns elementos das relações sociais e dos modos de vida que ali se desdobravam:

> Os seus proprietários, quase sempre ricos-homens ou chefes políticos de prestígio, vivem comumente nas cidades... Lá aparecem somente pela época das vaquejadas, quando se tem em vista fazer a contagem das crias do ano, a sua ferra, tirar a marca de tala, remuneração do vaqueiro, ou vender as boiadas a compradores que surgem com as primeiras chuvas. (...). Confiam no vaqueiro, que substitui e faz com absoluta fidelidade as vezes do chefe. A cultura da terra ali é mínima, senão nula, limitada apenas aos gastos do pessoal. Disso se incumbem dois ou três camaradas, em furados de mata enxuta, aos pés dos morros. O passadio consta habitualmente de carne seca (...) que se come com pirão de leite frio e farinha de milho. (...). Toda a vida se resume (...) na criação do gado e de manada cavalar.[14]

As relações sociais e de trabalho estabelecidas entre os grandes fazendeiros com seus trabalhadores constituíram a base de legitimação de uma forma de poder característica da região – o coronelismo[15]. O pacto de reciprocidade pessoal que envolvia as relações entre patrão e peão não se resumia às contrapartidas de prestação de serviços pessoais mútuos, mas ganhavam também a esfera política, o compromisso do voto nos candidatos indicados pelos grupos oligárquicos regionais. No campo da política institucional se reproduzia a mesma relação social que sustentava as trocas de trabalho por moradia e alimentação, aparecendo o voto como um ingrediente a mais no mesmo "caldo cultural": *"Votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar*

---

[14]. RAMOS, Hugo de C. O interior goiano. Cit. por CHAUL, Nasr Fayad, (1997). *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.* Goiânia, Editora da UFG, p. 88.

[15]. Para uma análise mais apurada dos processos de (re)produção do poder coronelista em Goiás indico a seguinte bibliografia: CAMPOS, Francisco Itami, (1983). *Coronelismo em Goiás.* Goiânia, Editora da UFG; CHAUL, Nasr Fayad (coord.), (1998). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.* Goiânia, Mestrado em História/UFG/KELPS.

passivamente a vontade deste; é dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo, ou se almeja obter algo."[16].

O controle sobre a propriedade fundiária era, portanto, um requisito fundamental, ainda que não exclusivo, ao exercício do poder coronelista. Era o monopólio sobre a terra que dava possibilidades de afirmação de um poder pessoal sobre os homens – agregados, vaqueiros, camaradas[17]. Monopolizando a terra, os patrões asseguravam a contraprestação de favores e compromissos pessoais que extravasavam o domínio estritamente privado e se expandiam para a esfera público-institucional.

Na ótica do fazendeiro, a *"terra cedida"*, a proteção física e a assistência também não apareciam como um direito de cidadania, mas como uma concessão que exigia, como compensação, a fidelidade na prestação dos serviços na fazenda e também no mundo da política eleitoral. Em interessante trabalho que procura estabelecer as bases sociais da permanência histórica dos Caiado[18] na política goiana, o discurso de uma liderança da família dá plena visibilidade ao pacto de compromissos que sustenta a relação entre patrões e peões na região: *"Tem peão que nasce e morre com a gente. Pode estar sem dinheiro, que adoeceu filho de peão, a gente leva e socorre, arruma dinheiro. Isso vem de tradição."*[19].

Hugo de Carvalho Ramos tece com delicadeza uma prosa que constrói a figura de um sertanejo oprimido pelos laços da dominação coronelista. Ramos expõe as parcas possibilidades de superação de uma realidade marcada pela temeridade ao patrão e pela obediência inconteste. O personagem Benedito, do conto "Gente da Gleba", por exemplo, aparece como o *"peão de fiança do Coronel"*, uma figura apática, obediente, servil, *"pau prá toda obra"*, de vaqueiro a

---

16. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira, (1976). *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.* São Paulo, Alfa-Ômega, p. 178.
17. Trabalhadores das fazendas remunerados monetariamente, responsáveis pelo cultivo das pequenas lavouras de subsistência e, eventualmente, nas lidas de criação do gado.
18. Diferentes membros da família Caiado, desde o final do século XIX, tem, reiteradamente, ocupado posições de destaque na política goiana, refletindo a importância do pertencimento a determinadas famílias como requisito ao exercício do poder no Estado.

jagunço, incapaz de perceber o mundo para além da concretude das relações onde se inseria: *"Benedito sentiu aquilo tudo, confusamente; mas nem por sombra lhe passou pelo juízo contrariar as ordens do Coronel. Desde pequeno, achara as coisas naquele pé, e assim como estavam, haviam de continuar até quando fosse Deus servido em comandar o contrário."*[20].

O escritor explora, em particular, a vida na fazenda, as relações sociais estabelecidas entre patrões e camaradas. Conta a saga de Malaquias, ex-escravo tornado camarada nas lidas de criação do gado, que, *"furtando-se à velha dívida do ajuste, abrira o pala à meia-noite, montado na melhor besta de sela da fazenda"*[21], fugira da escravidão por dívida. Narra a perseguição de Dito à procura de Malaquias pelos ermos do cerrado goiano para lhe dar o "castigo exemplar" no antigo tronco, símbolo que mostrava que a escravidão tinha fincado raízes. O autor dá, portanto, dizibilidade literária às formas de dominação impostas pelo patrão a seus empregados, onde a violência aparece como recurso rotineiro na solução de conflitos e como prática socialmente legitimada pelo código de condutas que rege a "sociabilidade sertaneja": *"Gaste eu um conto de réis nesta empreitada, mas a fama do Quilombo não há de ficar desmerecida; nesta fazenda cachorro vadio teve sempre ensino, ninguém foge aqui ao trato firmado! É dar em riba do negro e trazê-lo amarado pelo cangaço ao moirão do curral, que o resto havemos de ver."*[22].

Bernardo Élis, em *O Tronco,* confere visibilidade às formas de rebeldia dos trabalhadores rurais às imposições dos fazendeiros. Os vaqueiros Belisário e Casemiro engendram a revolta ao se darem conta de que a forma de remuneração de seu trabalho, a *quarteação,* propiciava ao patrão a oportunidade de sonegar o direito de formarem seu próprio plantel de gado. *"Casemiro*

---

[19]. RIBEIRO, Miriam Bianca A., (1998). Memória, família e poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. In CHAUL, Nasr F. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias.* Goiânia, Mestrado em História/UFG/Editora Kelps, p. 277.

[20]. RAMOS, Hugo de Carvalho, (1998). *Tropas e boiadas.* Goiânia, Cultura Goiana, 8ª ed., p. 108. Sobre como as relações coronelistas aparecem aos olhos dos literatos goianos, ver FERREIRA, Gracy Tadeu da S., (1997). *Coronelismo em Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela História e Literatura.* Goiânia, Dissertação de mestrado em História das Sociedades Agrárias/UFG.

[21]. RAMOS, Hugo de C., (1998), op. cit., p. 103.

matutava. (...). Nas fazendas de Artur, como na de todos os criadores, de cada quatro bezerros nascidos um pertencia ao vaqueiro. Mas se um boi espaduava, se morria, se sumia, se era roubado por índios, quem pagava era o vaqueiro. O resultado era que o vaqueiro estava sempre endividado. Belisário tinha razão: aquilo era roubo e roubo descarado."[23].

Belisário, por sua vez, se negava a fazer as funções de jagunço a serviço da *"política do patrão": "Eu cá num vou. Num vou nessas tropelias de coronel. Estou aqui para cuidar de gado e não para fazer arrelias. Se eu gostasse de cangaço, estava mais os jagunços de Pernambuco."*[24].

Já Carmo Bernardes, em *"Perpetinha, um drama nos babuçuais"*, explora as várias facetas da vida dos sertanejos do norte goiano, dando ênfase às parcas possibilidades de contestação de uma ordem social, política e econômica marcada pelo mandonismo daqueles que detém o monopólio da propriedade da terra e pela obediência dos desprovidos. O autor dá visibilidade, sobretudo, a um processo de interiorização das práticas de obediência pelos trabalhadores, incapazes de tecer caminhos alternativos às suas condições de vida:

> Camarada não tem iniciativa de tocar a vida sem ser mandado. A nova ordem desempregou quem era ajustado, mas a terra toda é alheia, tem quem manda nela. A pobreza não possui um canto para morar, e também é como o camarada ajustado. Não tem iniciativa de agir a vida por conta própria, como aconteceu na antigüidade com os escravos alforriados.[25]

Essas breves incursões sobre os principais nomes da literatura goiana, revelam a importância do discurso literário para a compreensão das relações sociais que historicamente se desdobraram no espaço agrário do Estado. Na sua especificidade, o discurso literário, enquanto produto e produtor das realidades sociais, pode propiciar às Ciências Sociais elementos importantes no sentido de dar visibilidade às práticas culturais que tecem o cotidiano das relações sociais no campo goiano, o que, muitas vezes, não é propiciado por um discurso acadêmico excessivamente estruturalista.

---

22. RAMOS, Hugo de C., (1998), op. cit., p. 104.
23. ÉLIS, Bernardo, (1988), op. cit., p. 45.
24. ÉLIS, Bernardo, (1988), op. cit., p. 44.

É preciso deixar frisado que os processos de ocupação demográfica e de atividade econômica no Estado, até as primeiras décadas do século XX, são muito tênues. *"No deserto sem fim, as cidades e povoados são minúsculas ilhas distantes umas das outras dezenas de léguas. Os sítios ou fazendas, quando existem, são como navios perdidos no ermo."*[26]. Para muitos historiadores goianos, o período compreendido entre a crise da mineração (primeira metade do século XIX) e as primeiras décadas do século XX é caracterizado pela decadência econômica do Estado[27]. O povoamento do território somente se incrementará efetivamente a partir dos anos 20/30 do século passado, propiciado principalmente pela substancial melhoria nas condições de comunicação com a região através da construção de rodovias e, principalmente, da estrada de ferro ligando o norte de Minas Gerais à Anápolis.

Esse fenômeno representa, na esfera econômica, a integração da região à economia nacional, possibilitando o incremento das trocas mercantis do Estado com o centro do país. Através do processo imigratório, não apenas de grandes fazendeiros, mas também de trabalhadores em busca de terra e de oportunidades de trabalho, diversifica-se a atividade agrícola, particularmente com a expansão da cultura do arroz, nas regiões do Mato Grosso e do Sudeste Goiano, que passa a constituir, depois do gado, o principal item da pauta de exportação e o principal produto agrícola do Estado[28].

A ocupação demográfica de Goiás vai ser incrementada principalmente a partir dos anos 30/40 quando o Governo Federal passou a formular políticas públicas especificamente orientadas para o incentivo à integração nacional, através da colonização de regiões de fronteira agrícola do país (especificamente Goiás, Mato Grosso e Paraná). A chamada "Marcha para o Oeste", formulada por Getúlio Vargas na vigência do Estado Novo (1937-1945), *"vai englobar muitos*

---

[25]. BERNARDES, Carmo, (1991). *Perpetinha, um drama nos babaçuais*. Goiânia, CEGRAF/UFG, p. 107.
[26]. ÉLIS, Bernardo, (1988), op. cit., p. 60.
[27]. Para uma discussão historiográfica sobre a caracterização desse período como "decadente", ver CHAUL, Nasr Fayad, (1997), op. cit..
[28]. BORGES, Barsanulfo Gomides, (2000). Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960. Goiânia, Editora da UFG.

interesses coincidentes. Os problemas de segurança, de mercado, de produção, de fonte de riqueza, de reforço do ideal nacional de exigência de vastos territórios acompanham a necessidade de posse da terra para pequenos lavradores e da possibilidade de dirigir as correntes migratórias."[29]. Esse processo vai simbolizar, efetivamente, a incorporação da região na economia nacional, cumprindo o papel, por um lado, de abastecimento de matérias-primas e produtos agropecuários dos grandes centros industriais e, de outro, de absorção de excedentes populacionais de outras regiões do país, especialmente de áreas sob tensão social[30].

Uma das diretrizes da "Marcha para o Oeste" era a criação de "colônias agrícolas", visando dar acesso a terra a pequenos agricultores. Em Goiás, é criada em 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que posteriormente daria origem ao atual município de Ceres, foi criada por força do Decreto-Lei nº 6882 de 19 de Fevereiro de 1941, em terras cedidas pelo Governo Estadual[31]. A fundação da Colônia representou um significativo fluxo de imigração para a região do Mato Grosso Goiano, atraindo principalmente trabalhadores rurais de outras regiões do país, principalmente de Minas Gerais, que não tinham possibilidades de acesso à propriedade fundiária em seus locais de origem.

Em decorrência, o fluxo migratório para o Estado intensificou-se fortemente entre os anos 40-50, atingindo uma taxa de 4,9%, enquanto que a média nacional era de 3,2% ao ano[32]. Esse contigente populacional expressivo, no entanto, não foi plenamente contemplado pelas políticas de colonização. Em grande parte, ele

---

[29]. DAYRELL, Eliane G., (1974). *A colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Goiânia, Dissertação de mestrado em História/UFG, p. 69-70.

[30]. *"A fronteira seria o locus da recriação da produção camponesa resultante da expropriação do pequeno produtor pelo grande proprietário de terras ou da expulsão do trabalhador rural das regiões de agricultura desenvolvida com a expansão das relações capitalistas de produção. A fronteira era, assim, o destino dos pequenos agricultores excluídos ou dos excedentes populacionais."*. BORGES, Barsanulfo Gomides, (2000), op. cit., p. 72.

[31]. Para um conhecimento mais detalhado dessa experiência, recomendo as leituras de PESSOA, Jadir de Morais, (1999). *A igreja da denúncia e o silêncio do fiel*. Campinas, Kairós; DAYRELL, Eliane G., (1974), op. cit.; NEIVA, I., (1984). *O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás*. Brasília, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

[32]. BORGES, Barsanulfo Gomides, (2000), op. cit., p. 83.

é espontâneo e o acesso à terra se deu sobretudo pela ocupação de terras, principalmente no centro-norte do Estado. Com a sobreposição entre a "frente de expansão", representada pelos posseiros, com a "frente pioneira"[33], personificada na apropriação capitalista da terra, a região tornou-se palco de marcantes conflitos pela terra, principalmente configurados na revolta camponesa de Formoso e Trombas[34].

Enquanto que nas primeiras décadas do século XX a expansão da atividade agrícola tinha se dado sobretudo no sudeste, após 1940 a fronteira agrícola atingiu a região do Mato Grosso Goiano[35], a qual se tornou um dos principais focos de produção agrícola do Estado. *"Segundo dados do Censo Agrícola de 1960, o Mato Grosso Goiano produziu, em 1959, cerca de 26% do arroz, 34% do milho, 48% do feijão e 68% do café produzidos em Goiás."*[36].

A formação da Colônia Agrícola e os processos de imigração espontânea delinearam importantes transformações nas relações sociais, particularmente na região do Mato Grosso Goiano. Em meio à configuração latifundiária da estrutura agrária, um campesinato começava a ganhar materialidade e visibilidade, não apenas configurado em pequenos proprietários, mas principalmente sob a forma de posseiros, agregados, assalariados temporários, pequenos arrendatários e parceiros[37].

Num contexto de relativa facilidade de acesso à terra, onde muitas áreas ainda eram consideradas devolutas e obtidas através de simples doação pelo Estado[38], *a* imigração de mineiros envolveu diferentes segmentos sociais do

---

[33]. MARTINS, José de Souza, (1975). *Capitalismo e tradicionalismo.* São Paulo, Pioneira.

[34]. Sobre a história desse conflito, ver CARNEIRO, Maria Esperança F., (1988). *A revolta camponesa de Formoso e Trombas.* Goiânia, Editora da UFG; MARTINS, José de Souza, (1983). *Os camponeses e a política no Brasil.* Petrópolis, Vozes; GUIMARÃES, Maria Teresa C., (1988). *Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64).* Goiânia, CEGRAF/UFG.

[35]. Região onde localiza-se a cidade de Goiás e, portanto, o Assentamento São João da Lavrinha, objeto do presente estudo.

[36]. BORGES, Barsanulfo Gomides, (2000), op. cit., p. 99.

[37]. Foram as relações de arrendo e parceria que desencadearam, no final dos anos 40, principalmente na região sul do Estado, a organização dos trabalhadores em torno das "ligas camponesas", incentivadas pelo Partido Comunista do Brasil, que tinham por principal reivindicação *"a baixa da taxa do arrendo"*. Ver GUIMARÃES, Maria Teresa C, (1988), op. cit. e LOUREIRO, Walderês N., (1988). *O aspecto educativo da prática política.* Goiânia, CEGRAF/UFG.

[38]. O Censo de 1920 apontou que tão somente 38,7% da área total de Goiás havia sido até então apropriada privadamente. CARNEIRO, Maria Esperança F., (1988), op. cit., p. 72.

mundo rural. Não apenas grandes fazendeiros em Minas Gerais viram no território goiano a possibilidade de aumentar seu patrimônio fundiário, mas também setores do campesinato mineiro (sem terras, camponeses expropriados ou mesmo filhos de pequenos agricultores premidos pelas dificuldades de acesso à herança fundiária) chegaram à Goiás na perspectiva de reconstruir suas vidas através da exploração agrícola pelo trabalho familiar[39]. Portanto, a constituição de um segmento de pequenos proprietários na agropecuária goiana é um processo extremamente contemporâneo, que vai delinear os contornos da atual estrutura fundiária do Estado caracterizada pela extrema polarização: de um lado, um pequeno contigente de grandes propriedades que detém grande parcela da propriedade fundiária e, de outro, um enorme número de pequenos estabelecimentos que detém pequena parte do território agricultável do Estado.

Até então, na região do Mato Grosso Goiano, reinavam absolutas grandes propriedades fundiárias dedicadas a uma pecuária em regime extensivo, de baixo nível tecnológico e com restrito emprego de mão de obra. Nessas fazendas praticava-se uma agricultura que visava fundamentalmente o atendimento das necessidades dos que nela vivam e trabalhavam, até porque as possibilidades de escoamento da produção eram muito precárias. Esse quadro, onde o valor mercantil da terra é muito baixo e a mão de obra escassa, favorecia o estabelecimento de relações de trabalho do tipo "sistema de terra cedida", onde o agregado, em contrapartida ao trabalho prestado ao fazendeiro, tinha possibilidade de se dedicar a uma pequena lavoura de subsistência nas próprias terras da fazenda.

Estabelecendo uma agricultura de tipo comercial, principalmente no cultivo de arroz, ou mesmo intensificando a exploração pecuária, os imigrantes mineiros provocaram significativas transformações não apenas de caráter tecno-produtivo, mas também nas relações costumeiras entre patrões e trabalhadores da região. Seja em virtude da crescente valorização do preço da terra ou pelo interesse de

---

[39]. A expansão da fronteira agrícola no Estado está particularmente relacionada aos processos de apropriação privada da terra em Minas Gerais, com sua conseqüente valorização e expulsão dos posseiros. Dados censitários de 1950 indicam que 53,32% dos imigrantes de Goiás provém de Minas Gerais. BORGES, Barsanulfo Gomides, (2000), op. cit., p. 83.

transformar terras de pecuária em terras de lavoura, o "sistema de terra cedida" deu, gradativamente, lugar ao "sistema de parceira", principalmente de meação (onde, em troca da cedência da terra e alguns meios de produção, o proprietário tem direito a 50% da produção obtida pelo trabalhador rural) para o plantio de milho, feijão e, principalmente, arroz. O pequeno arrendamento e o assalariamento temporário também ganharam impulso com a mercantilização da produção agropecuária na região.

> Na região, em geral, o sistema mais usado é o de parceria sob formas de meia e de arrendo. O dono da terra marca um pedaço de terreno. Se o lavrador 'arranca toco', ara tudo por sua conta, paga um arrendo mais barato. Geralmente passa de 50% para 30%. Se é o fazendeiro quem prepara a terra, dá o inseticida, a semente, etc., a produção de cereais é dividida 'meio a meio'. A maioria dos fazendeiros proíbe que o arrendatário ou o 'meeiro' plante uma roça ou crie alguns animais para consumo próprio.[40]

Essas transformações nas relações de trabalho na região foram estimuladas por um conjunto de fatores sócio-econômicos que vão desde a formação de um mercado de cereais no Estado (principalmente com a fundação de Goiânia, na década de 1930), melhoria das condições de comercialização da produção com a abertura de estradas asfaltadas comunicando a região com os centros consumidores regionais (Goiânia, Brasília e Anápolis, em particular), até, nos anos 60, com a implantação de instrumentos de legislação trabalhista como o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estabelecia direitos aos trabalhadores até então tradicionalmente ignorados nas relações entre fazendeiros e agregados, e o Estatuto da Terra (1964), que poderia ser utilizado pelos lavradores como instrumento de reivindicação à propriedade da terra.

Nesse momento, há um efetivo aumento da população camponesa na região, dedicada principalmente ao cultivo de cereais, não apenas, ainda que majoritariamente, no "sistema de meação", mas também com o estabelecimento na região de pequenos e médios proprietários provindos principalmente de Minas Gerais e, mesmo daqueles originários da própria região que conseguiram comprar

---

[40]. RAMALHO, José Ricardo, (1986). Posse e uso da terra e relações de trabalho em Mossâmedes. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues, RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato goiano: três estudos.* Goiânia, Editora da UFG, p. 103.

uma pequena porção de terra através do acúmulo de economias oriundas de seu trabalho como empregados ou parceiros. Estes pequenos produtores dedicam-se a uma lavoura de subsistência e, periodicamente, se assalariam nos momentos de maior demanda de força de trabalho nas grandes plantações de arroz. Podem, eventualmente, também *"tocar roça na meia"* em terras de grandes proprietários.

Em síntese, pode-se identificar a presença dos seguintes agentes sociais que conformam as relações de produção na agropecuária da região: os grandes e médios proprietários fundiários, que exploram suas terras utilizando-se tanto do trabalho assalariado quanto das relações de parceria e arrendamento; os pequenos proprietários dedicados a uma agricultura de baixo nível tecnológico e voltada à subsistência do grupo familiar, que eventualmente também vendem sua força de trabalho ou estabelecem relações de parceria com grandes e médios proprietários fundiários; pequenos arrendatários e meeiros; e trabalhadores assalariados, representados, na pecuária, pela figura do vaqueiro e, na agricultura, pelo lavrador diarista. Enquanto, os grandes e médios proprietários são, regionalmente, designados como "fazendeiros" e os camponeses proprietários como "sitiantes", todas as demais categorias de trabalhadores são qualificados como "peões"[41].

Essa transformação do agregado em meeiro ou mesmo em trabalhador assalariado diarista implicou geralmente na transferência espacial do trabalhador rural para a periferia dos núcleos urbanos regionais. Ali residindo, esse trabalhador vai conciliar o trabalho rural nas épocas de maior demanda de sua força de trabalho nas fazendas (plantio, limpa e colheita) com o eventual e sempre escasso trabalho em "bicos" na cidade. Mesmo aqueles trabalhadores que exploram pequenas parcelas de terra em regime de parceira (*"à meia"*) cada vez mais acentuadamente têm se deslocado para a periferia dos núcleos urbanos regionais, tornando cada vez mais reduzido o número de trabalhadores residentes nas fazendas.

---

[41]. Como "lavradores" são designados todos aqueles que trabalham, seja na fazenda do patrão ou em seu próprio sítio.

> De acordo com a distância de suas roças em parceria ou dos locais onde o lavrador está trabalhando para um fazendeiro, ele ou se desloca diariamente para o local de trabalho retornando à noite para a casa; ou deixa a família na cidade e reside em alguma fazenda por um período que pode ir de uma semana útil (retorna sempre nos fins de semana, depois de 'receber', quando é um diarista) a espaços de um mês ou mais, principalmente quando é um parceiro em épocas de mais intenso trabalho rural.[42]

A chegada dos mineiros, além das transformações na estrutura fundiária e produtiva da região do Mato Grosso Goiano, ocasionou, corolariamente, modificações no campo simbólico, com a qualificação do imigrante enquanto um indivíduo empreendedor, aberto à inovação tecnológica e ao estabelecimento de novas relações sociais e econômicas, e a desqualificação do "goiano" como rotineiro, passivo, pacato e sem ambição:

> Goiano morava a vida toda aí numa fazenda e nunca passava daquilo que era, porque não sabia aproveitar a terra, não sabia aproveitar o gado. Se uma vaca fosse boa de leite, então ele não vendia ela, deixava morrer velha. O mineiro não, a vaca perdeu um peito ele vendia logo para corte, comprava outra novilha e punha no lugar. E era assim, eles ficaram ricos.[43]

Os trabalhadores da região identificam a introdução do "sistema de arrendo e meia" com a chegada dos mineiros à região, em meados do século passado. Segundo eles, teriam sido os mineiros os responsáveis pela quebra de relações de trabalho assentadas na reciprocidade pessoal e na ausência de interesses econômicos (onde *"só se plantava prá comer"*) e pela introdução de relações marcadas pela "ambição", pela exploração do trabalhador e por inviabilizar as condições de acesso à subsistência:

> Na fazenda do **meu padrinho** era os dois. Não havia ambição né? Cada um pelejava pro outro também obter. A facilidade de terra era muita, ninguém ligava não. O sujeito dava meia de roça aí era por 2 anos. A fartura era demais né? O senhor plantava uma quarta de arroz tranqüilo. Até o tamanho da saca era maior. **Não tinha ambição como hoje**. Hoje parece que é um castigo, o sujeito planta e não colhe nem 10 sacos. Mas sempre tá querendo mais.[44]

---

[42]. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1981). *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano.* São Paulo, Graal, p. 30.
[43]. Lavrador, cit. por RAMALHO, José Ricardo, (1986), op. cit., p. 95.
[44]. Lavrador, cit. por BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1983). A fala subalterna: a visão da vida e do trabalho entre lavradores de Mossâmedes, Goiás. In *Casa de escola,* Campinas, Papirus, p. 189, grifos meus.

A substituição da agregação pela parceria, entretanto, não significou a transformação radical nas relações pessoais entre trabalhador e proprietário. Pelo contrário, as bases do "contrato de produção" estabelecidos entre ambos são estabelecidas em termos verbais e reguladas por relações de confiança mútua, onde os preceitos legais (Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural) são praticamente ignorados. *"O peão refere-se vagamente a leis, mesmo quando seja através delas que expressa uma das poucas vantagens dos 'dias de hoje' sobre o 'tempo antigo'. Os seus tratos com o patrão são, em princípio, um compromisso pessoal de pessoas conhecidas entre si e na região. Seus termos devem ser os mesmos, consagrados pelos costumes do lugar e são o seu caráter pessoal e a chancela dos 'usos' o que mais atribui valor efetivo a um contrato."*[45].

Portanto, mesmo no sistema de parceria, o peão permanece enredado num conjunto muito semelhante de formas de submissão e controle pessoal ao patrão, mesmo porque o proprietário da terra tem interesse no próprio resultado final do processo de produção conduzido pelo meeiro.

Carlos Rodrigues Brandão analisou as representações que os trabalhadores rurais da região elaboram desse processo de crise do "sistema de terra cedida" e de ascensão do "sistema de parceria" e do assalariamento temporário. Designado como *"tempo antigo"*, o período de prevalência das relações fazendeiro-agregado é qualificado positivamente pelo trabalhador, a partir de uma dupla consideração. Primeiramente, o *"tempo antigo"* corresponderia a um *"tempo de fartura"*, não apenas em função de variáveis de caráter ecológico (que a terra era mais *"forte"* e, portanto, tinha maior produtividade), mas sobretudo porque o tipo de relações sociais estabelecidas com o fazendeiro permitia que o trabalhador utilizasse a terra para o cultivo dos gêneros essenciais à subsistência de sua família e mesmo a criação de uma pequena criação de animais (vacas, galinhas, porcos, etc.). Ou seja, visto que as possibilidades de comercialização dos produtos agrícolas no mercado regional eram bastante reduzidas e o preço monetário da terra era relativamente baixo, criavam-se as condições para o

---

[45]. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1986). Representações do trabalho entre lavradores de Mossâmedes. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues, RAMALHO, José Ricardo. *Campesinato goiano:*

desenvolvimento de uma agricultura de pequeno porte marginal à grande exploração pecuária desenvolvida nas fazendas. *"Fartura. Ninguém vendia um litro de leite, um queijo, e a gente tinha sempre muita coisa em casa."*[46].

O *"tempo antigo"* é igualmente valorado positivamente pelo trabalhador rural da periferia da cidade de Goiás na medida em que seria caracterizado por um período onde as relações entre fazendeiro-agregado eram qualificadas como solidárias, fundadas em sentimentos de respeito e fidelidade, em contrapartida à ambição, à ganância que caracterizaria o atual comportamento dos atuais patrões em relações aos peões. *"Eu tô falando pro senhor. Naquele tempo patrão nem somava com a gente não. Eles davam terra, roça pra gente plantar e não queriam nem saber."*[47].

Para os trabalhadores, no *"tempo antigo"*, identificado como um *"tempo de fartura"* (onde se podia plantar e colher o necessário à subsistência do grupo familiar e, mesmo, possuir *"algum gadinho"*), o patrão se interessava pessoalmente pelo peão, se preocupava com sua saúde e com a educação dos seus filhos. Era uma relação de *"compadres"*, onde haveria respeito entre as partes, garantido por uma solidariedade costumeira. Hoje, na meação, por outro lado, os patrões só visariam seus interesses particulares, obter o máximo de produção ao menor custo, sem considerar *"a parte do trabalhador"*. O trabalhador, portanto, vê com certa saudade o *"tempo antigo"* onde ainda era possível ser agregado do patrão e, portanto, poder morar e viver "encostado" nas terras do fazendeiro. Um tempo reconstruído na memória do trabalhador como sendo regido por compromissos de fidelidade pessoal, onde patrões e peões eram devedores de favores recíprocos.

Na ótica dos lavradores diaristas ou meeiros, pesquisados por Brandão na periferia da cidade de Goiás, o antigo *"sistema de terra cedida"* é percebido como um tempo onde as possibilidades de reprodução social e econômica do trabalhador seriam muito mais favoráveis, principalmente porque os fazendeiros se preocupavam com os trabalhadores, dispensavam-lhes proteção e cuidados e

---

três estudos. Goiânia, Editora da UFG, p. 146.

[46]. Lavrador, cit. por BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1977), op. cit., p. 110.

apenas solicitavam, como contrapartida, a *"terra com capim plantado"*. Mesmo que após um certo tempo (em torno de 2 ou 3 anos, normalmente) o trabalhador tivesse que devolver a terra para o proprietário, as possibilidades de conseguir reproduzir em outra fazenda as condições da *"terra cedida"* eram muito grandes, na medida em que ainda havia uma larga disponibilidade de terras não aproveitadas economicamente.

Ou seja, quando resgatam através da memória o tempo em que viviam como *agregados* (trabalhadores morando nos domínios da grande propriedade e podendo cultivar os produtos necessários à alimentação da família) os trabalhadores não o enfocam sob a ótica negativa da sujeição, da submissão pessoal ao proprietário; pelo contrário, expressam uma saudade dos "tempos de fartura", onde os patrões não eram movidos pela ganância e pela cobiça de ganhar cada vez mais em detrimento dos trabalhadores, mas por um sentimento de justiça e de reciprocidade onde todos seriam beneficiados se cumprissem o que fora estabelecido em acordo'[48].

Os lavradores consideram que eram propiciadas condições vantajosas ao agregado em relação ao trabalhador rural de hoje, pois a ele era permitido derrubar a mata e estabelecer a "roça de toco" que garantia a subsistência da família. Além disso, a ele era facultado se apropriar de toda a produção colhida e criar animais domésticos e cultivos de quintal e mesmo possuir algumas cabeças de gado criadas nos pastos da fazenda.

Mais recentemente, principalmente a partir da década de 1970, com a crescente mecanização do processo produtivo, desenvolveu-se acentuadamente na região o regime de assalariamento temporário. Surgiu a figura social do lavrador diarista que, normalmente morando na periferia das cidades, recebe parcos rendimentos monetários pela execução de esporádicas tarefas nas fazendas, por ocasião das atividades de plantio, limpa e colheita. Passaram a existir restrições à própria cedência de terras *"à meia"*, pois os proprietários tinham cada vez mais interesse em plantar as suas próprias roças, incentivados pelas

---

[47]. Lavrador, citado por BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1977), op. cit., p. 111.
[48]. BRANDÃO, Carlos R., (1981), op. cit..

políticas públicas (principalmente de crédito agrícola subsidiado e assistência técnica) de incentivo à modernização tecnológica.

Além disso, a transformação de *"terras de cultura"* em *"terras de gado"* representou uma significativa diminuição das possibilidades de ocupação de trabalhadores nas grandes fazendas, seja na forma de parceria ou mesmo assalariamento, na medida em que a demanda de força de trabalho na criação pecuária é bastante incipiente. Em decorrência, é cada vez mais comum que os trabalhadores deixem o meio rural e vivam na periferia das cidades regionais. *"A vinda para Goiás altera, em suas carreiras, a condição anterior de agregados. Tornam-se então peões empregados 'por dia' sob as ordens de vários patrões fazendeiros. Alguns alternam, com o trabalho em 'roças na meia', os seus empregos eventuais no plantio, na limpa e na colheita das fazendas da região."*[49].

Brandão aponta que esses trabalhadores vindos para a periferia da cidade de Goiás, em particular, podem traçar tanto trajetórias sociais ascendentes quanto descendentes. O percurso mais corriqueiro é do antigo agregado tornar-se um lavrador diarista vendendo sua força de trabalho de fazenda em fazenda, intermitentemente ao longo do ano agrícola. Boa parte desses trabalhadores conjugam essa atividade com um subemprego urbano não-qualificado ou mesmo tornam-se trabalhadores assalariados ou não de tipo urbano, como funcionários públicos, artesãos, serventes de pedreiros, carpinteiros, etc.

Para o trabalhador que se converte em lavrador diarista (aquele que presta eventualmente serviços aos grandes proprietários, seja na pecuária e, principalmente, nas lavouras de cereais) o quadro é percebido sob matizes ainda mais cinzentas. Ele se percebe não apenas como um expulso da terra, mas também do trabalho, pois, devido às condições climáticas particulares em Goiás, somente é possível uma safra agrícola anual e, portanto, a demanda por força de trabalho é bastante restrita ao longo do ano. A prática de uma pecuária de caráter extensivo, pouco demandante de força de trabalho, vem acentuar ainda mais esse problema. É muito comum que esses trabalhadores sejam constrangidos a morar na periferia das cidades regionais, não apenas porque os proprietários já não mais

lhes garantem a "terra cedida", mas também porque isso lhes propicia a oportunidade de, eventualmente, trabalhar em atividades urbanas que requerem uma mão-de-obra de baixa especialização. Nessas condições de grande ociosidade, agravada com a crescente mecanização do processo produtivo agrícola, o diarista só vê minorada a sua penúria se tiver condições e possibilidade de estabelecer uma lavoura no sistema de "meia".

Por outro lado, alguns lavradores conseguem realizar o antigo sonho da estabilidade na terra, adquirindo pequenas porções de terra, depois de um longo período de poupança, onde podem desenvolver uma *"roça". "Esta é uma carreira oposta à anterior e vai do peão e parceiro ao camponês. É também muito mais rara que todas as outras."*[50]. Essa trajetória ascendente, no entanto, é pouco comum na região.

1.2. A (Re)produção de uma "Cultura da Dádiva" e do Personalismo nas Relações Sociais

A partir dessa (re)construção das transformações históricas das relações sociais na agropecuária goiana, quero ressaltar um aspecto que vai refletir em muito as formas de pensar e de se comportar dos trabalhadores rurais no Estado, principalmente na conformação de uma determinada cultura política[51]. As relações de caráter nitidamente pessoal entre "patrões" e "peões" afirmavam um horizonte onde as condições de possibilidade de ascensão social e simbólica dos trabalhadores rurais aparecia, fundamentalmente, como uma concessão propiciada pelo próprio fazendeiro. O acesso à moradia e a possibilidade de

---

[49]. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1977), op. cit., p. 94.
[50]. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1977), op. cit., p. 95.
[51]. Utilizo-me aqui da definição proposta por Eduardo Viola e Scott Mainwaring. *"Entendemos por cultura política os valores políticos que provêm a base tanto do discurso e das ideologias políticas como da prática política. Os valores políticos são orientações básicas, que determinam as formas de compreensão da realidade; estão incorporados ao discurso político e ao estilo da prática política."*. VIOLA, Eduardo, MAINWARING, Scott, (1987). Novos movimentos sociais. Cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J., *Uma*

cultivo da terra na propriedade do fazendeiro não eram percebidas como uma conquista do trabalhador, mas como uma dádiva do proprietário. O latifúndio aparece, aos olhos do trabalhador rural, como o grande provedor e o proprietário assume as imagens e funções da figura paterna[52].

Um traço que marca a socialização dos trabalhadores rurais goianos (em clara oposição ao colonato sulista) é que ela se dá em forte relação de dependência (econômica e política) em relação aos grandes proprietários fundiários. Ou seja, eles são socializados em relações sociais que implicam mando e subserviência, dependência pessoal e troca de favores e serviços. Homens e mulheres, nesse mundo social, desde cedo aprendem que *"manda quem pode e obedece quem tem juízo"*.

Trocas que não se estabeleciam sob os princípios de uma racionalidade mercantil, mas reguladas por um estrito "código de honra" que estipulava os comportamentos possíveis e desejáveis. Não era, portanto, um simples intercâmbio de mercadorias, de terra por força de trabalho ou da terra por parte dos produtos agrícolas produzidos, mas que envolvia igualmente uma recíproca lealdade em outras esferas da vida social, desde a tutela dos filhos do agregado pelo proprietário (o compadrio) à contraprestação como força militar e fidelidade política expressa no voto eleitoral pelo trabalhador.

Se o imaginário da ascensão social do camponês sulista está claramente articulado ao trabalho – isto é, *"só progride quem trabalha"*, para o trabalhador rural goiano, inserido nas relações de agregação, parceria e arrendamento, a ascensão social está na dependência das benesses concedidas pelo grande proprietário fundiário. Vimos que um dos principais desejos dos trabalhadores é o acesso ao *"sistema de terra cedida"*, isto é, quando eles podem morar no interior da fazenda e ter a possibilidade de cultivar um pedaço de chão para a

---

revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo, Brasiliense, p. 107.

52. *"Não se trata apenas do 'dom' das condições materiais do trabalho, mas de 'dom' do uso de seu próprio tempo, de seu próprio corpo. A distinção entre trabalho para si mesmo, a exemplo do roçado, e o trabalho para o patrão, no canavial, é obscurecida, ou mesmo negada, pela interiorização da disponibilidade ao senhor. No limite, tudo se passava como se todo ato do*

subsistência do grupo familiar. "Sistema de terra cedida" que cria, por outro lado, todas as condições favoráveis à reprodução das tradicionais relações de dependência pessoal, de troca de favores, entre trabalhadores e fazendeiros. O acesso à terra e, em última instância, as possibilidades de obtenção dos meios de subsistência material, nessa relação, aparece aos olhos do trabalhador como uma concessão do fazendeiro. *"Assim, em sua vida de favor, a dominação foi experimentada como uma graça e ele próprio reafirmou, ininterruptamente, a cadeia de lealdades que o prendia aos mais poderosos. Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de ele nem sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito."*[53]. Progredir social e economicamente, na visão do trabalhador, está na dependência dos fazendeiros possibilitarem a (re)produção da agregação.

Do mesmo modo, nas situações imprevistas, difíceis e extraordinárias da vida cotidiana, como nas brigas, nos nascimentos, nas mortes, era ao poder protetor e assistencial do grande proprietário que se recorria. Em contrapartida, essa proteção tinha um preço: a inteira disponibilidade às necessidades do fazendeiro, estando o trabalhador sempre pronto a executar todas suas ordens, à noite ou de dia.

Teresa Sales sugere que é nas relações de mando e subserviência que davam fundamento ao domínio do grande domínio territorial no período colonial-escravista, particularmente nas relações entre latifundiários e homens pobres e livres (os pequenos sitiantes, os agregados, os moradores...), que se deve procurar as raízes produtoras de uma "cultura da dádiva" na sociedade brasileira, que se reproduziria até os dias atuais não mais apenas entre latifundiários e trabalhadores rurais, mas também no meio urbano (particularmente, entre patrões e trabalhadoras domésticas ou nas relações entre cidadãos e serviços públicos)[54].

---

morador fosse um dom do senhor, ou obedecesse à sua vontade tácita ou explícita." . GARCIA Jr., Afrânio Raul, (1989), op. cit., p. 42.

[53]. FRANCO, Maria Sylvia de C., (1997), op. cit., p. 111.

[54]. *"No âmbito da sociedade escravocrata os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores de terras, amesquinharam-se na sombra de suas dádivas. A cultura política da dádiva sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da*

Segundo a autora, a abolição da escravatura (1888) e a proclamação da república (1889) não teriam representado rupturas significativas nas relações entre proprietários fundiários e trabalhadores rurais. Mesmo com a supressão do trabalho escravo, teriam permanecido os vínculos de dependência pessoal expressos, por exemplo, nas relações estabelecidas na *morada* (particularmente no Nordeste brasileiro), no agregamento e nos diferentes e múltiplos acordos estabelecidos nos contratos de arrendamento e parceria. São relações sociais que nunca expressam acordos formais entre indivíduos despersonalizados, mas tratos entre pessoas que se conhecem e que juram fidelidade; que não implicam apenas compromissos econômicos, mas também políticos e morais.

Se a relação agregado-fazendeiro era fundada em um contrato de reciprocidade, de fidelidade pessoal, nada mais natural que o trabalhador percebesse o conteúdo dessa relação a partir de critérios de natureza moral, a partir da qualificação pessoal dos sujeitos envolvidos. A pesquisa de Brandão aponta que o trabalhador rural percebe o patrão do *"tempo antigo"* a partir de uma designação que revela boa parte da natureza dessa relação: o fazendeiro é o *"meu patrão"*. Já o patrão dos *"dias de hoje"* : *"Ah, é muito difícil. Não tem patrão bom mais. É muito difícil ele dar atenção pro empregado. Só zela quando tá dando lucro. Quando acabou, joga fora."*[55].

Na perspectiva do peão, portanto, o "patrão bom" é aquele que possibilitava o acesso à terra para obtenção dos gêneros de subsistência e mesmo aquele que oferecia ao agregado alimentos excedentes na fazenda, como a carne e o leite; ou aquele que concedia criar um gadinho no espaço da lavoura; ou até mesmo aquele que permitia prolongar a permanência do agregado na fazenda para além do prazo inicialmente combinado; mas "patrão bom" é igualmente o fazendeiro zeloso por manter as relações de confiança mútua reproduzindo uma relação entre "compadres". Portanto, seja na esfera da relação econômica ou das relações

---

escravatura, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias.". SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* ANPOCS, nº 25, ano 9, junho de 1994, p. 26. Ver também MARTINS, José de S., (1994). *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.* São Paulo, Hucitec.

[55]. *Lavrador,* cit. por BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1977), op. cit. 124.

pessoais, o "patrão bom" se materializa, aos olhos do trabalhador da região, como um provedor generoso e desinteressado, seja de terra, de alimentos ou de proteção física. A relação de agregação, no universo simbólico do trabalhador, é qualificada positivamente na medida em que ele não se representava como um simples empregado do fazendeiro, mas se sentia como um pequeno proprietário, visto que tinha possibilidade de cultivar o alimento necessário através do próprio trabalho e de sua família.

Se, para o trabalhador, o *"patrão bom"* é aquele que cuida e protege o seu empregado, o agregado via-se na contingência de corresponder às mesmas expectativas por parte do patrão. O próprio peão passa a se qualificar a partir de critérios basicamente elaborados a partir dos interesses e olhos do fazendeiro; ou seja, um *"peão bom"* é aquele que cumpre todos os requisitos necessários a reproduzir uma relação de confiança pessoal: não apenas produtivo, trabalhador, mas também fiel, leal e que está sempre disponível quando o patrão demandar[56]. Em conseqüência, o atestado do trabalhador sobre suas qualidades seriam dadas pelo seu próprio patrão:

> O senhor pode pedir notícia de mim para qualquer um desses fazendeiros aqui. Todos eles, é só querer, tão lá me esperando de volta.[57]

Na medida em que o feixe de relações entre patrões e peões está fundado num implícito pacto de reciprocidade de cunho moral, a perenidade desse tipo de relação está estritamente dependente da continuidade de sentimentos de confiança pessoal. O esgarçamento dos compromissos de confiança mútua pode dar lugar, com extrema facilidade, a expressões de violência, *"... não uma violência espúria, fortuita, ocasional, mas uma violência até certo ponto previsível, já que inscrita como virtualidade na própria natureza dessas relações."* [58]. O

---

[56]. *"É pelo juízo de patrões a seu respeito que, em última instância, o peão se reconhece como pessoa produtiva e trabalhadora. Como um produtor digno de confiança por sua conduta; um alguém que não dá nem 'prejuízo' nem 'trabalho' aos outros. Ainda que o fazendeiro seja apresentado como um produtor antagônico, é a ele que o peão convoca invariavelmente para confirmar os atributos positivos de seu ofício, como um atestado indiscutível de suas qualidades de produtor e de pessoa."*. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1983), op. cit., p. 206.

[57]. Lavrador, cit. por BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1977), op. cit., p. 125.

[58]. MUSUMECI, Leonarda, (1988). *O mito da terra liberta*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, p. 350.

emprego da violência constitui, não obstante, uma prática legitimada na relação entre patrão e agregado, pois expressaria o rompimento das obrigações morais, espontaneamente assumidas, por uma das partes contratantes; ainda que implícita e velada, a violência é uma prática prevista pelo próprio acordo. É a quebra do "pacto de reciprocidade moral", expresso na falta de respeito, de lealdade, de confiança e retribuição à ajuda propiciada pelo patrão que, mais comumente, justifica o recurso à violência.

Configura-se, assim, outro elemento presente nas formas de sociabilidade dos trabalhadores rurais em Goiás, pouco apontado pelos estudiosos das "comunidades camponesas": a prática rotineira da violência como mecanismo de resolução de impasses e conflitos sociais e pessoais. Maria Sylvia de Carvalho Franco, pioneiramente, apontou como no "código do sertão" o recurso à agressão física é uma técnica de poder natural e naturalizada, que percorre e atravessa as relações sociais. Segundo a autora, o aproveitamento apenas circunstancial da força de trabalho nas grandes fazendas (em tarefas não adequadas ao uso da valorizada mão-de-obra escrava, como na derrubada das matas para a implantação da lavoura cafeeira, em São Paulo, e da pecuária, como em Goiás) ou mesmo a execução de uma empobrecida e marginalizada agricultura de subsistência não teriam criado as condições favoráveis ao estabelecimento de fortes vínculos de coesão social e a produção de um estrito código moral e comportamental que regulamentasse as relações de conflito. Nessas condições, a violência torna-se corriqueira e é nesse ambiente que se (re)produz um *habitus* que tem na prática da violência uma estratégia possível na resolução das desavenças sociais, públicas ou privadas.

Apesar dos estreitos laços comunitários, a violência aparece como elemento intrínseco da "sociabilidade sertaneja". Longe de constituir uma anomia, a violência no mundo rural tradicional aparece como componente intrínseco de mediação das relações sociais; constitui, portanto, uma violência de tipo costumeiro, cotidiana, que atravessa a organização social. A violência se expressa na "comunidade camponesa" nas relações cotidianas entre vizinhos, *"como forma rotinizada de ajustamento nas relações"*, e mesmo naqueles momentos e espaços

fortemente caracterizados por seu caráter integrador e de vivência comunitária, como os mutirões. E as próprias relações entre parentes comumente são mediadas por agressões, onde o exercício da violência tanto não é condenado, como constitui um comportamento positivamente valorado e sancionado nas condutas sociais[59].

Outra característica desses trabalhadores, que decorre diretamente do *"sistema de terra cedida"*, é a grande mobilidade espacial, uma vez que devendo devolver a terra ao proprietário, estavam intermitentemente constrangidos a sair da fazenda em busca de outras *'terras cedidas"*, na mesma fazenda, ou mais freqüentemente, em outras propriedades da região ou mesmo fora dela. Essa migração de fazenda em fazenda, entretanto, podia estar ligada aos próprios interesses e desejos do lavrador, na medida em que algum proprietário tivesse oferecido condições relativamente melhores de trabalho.

A migração é uma marca do trabalhador rural goiano[60] e é a barreira do acesso à propriedade da terra, ainda que talvez não exclusiva, que constitui importante fator estimulador desse fenômeno. Permanentemente em busca de oportunidades de trabalho e de obtenção dos meios de subsistência mínimos necessários, o trabalhador rural foi socialmente constrangido a se tornar um permanente migrante.

> O peão se considera suficientemente desapegado de pessoas e lugares para sempre sair de onde está em direção a locais de supostas melhores condições de vida. 'Lugar bom é onde a gente vive melhor'. Após haver deixado a terra natal e, sobretudo, alguma propriedade rural familiar, depois de cuja venda o co-proprietário acabou por tornar-se um peão, qualquer lugar é tido como transitório e, cada vez com maior freqüência – sobretudo para o lavrador jovem – a vinda para uma das cidades da região pode ser considerada como um estágio intermediário entre o campo e uma grande cidade (Goiânia, Anápolis e até Brasília).[61]

---

[59]. FRANCO, Maria Sylvia de C., (1997), op. cit..

[60]. A mobilidade social é apontada como uma característica tanto dos trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro quanto dos caipiras de São Paulo. Ver SALES, Teresa, (1994), op. cit.; FRANCO, Maria Sylvia de C., (1997), op. cit.; CÂNDIDO, Antônio, (1982). *Os parceiros do Rio Bonito.* São Paulo, Duas Cidades, 6ª ed.; QUEIROZ, Maria Isaura P. de, (1976). *O campesinato brasileiro.* Petrópolis, Vozes, 2ª ed..

[61]. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1986), op. cit., p. 141.

Teresa Sales indica a alta mobilidade espacial como uma espécie de "válvula de escape" historicamente utilizada como estratégia dos trabalhadores rurais brasileiros para fugir das relações de mando e subserviência; o que, por outro lado, não colocaria em questão a própria existência desse tipo de relações[62].

Antônio Cândido, por sua vez, apesar de afirmar que as causas básicas dessa falta de fixação a um determinado lugar para viver e morar devam ser atribuídas à insegurança do trabalhador em relação à posse ou propriedade da terra e à instabilidade ocasionada pela extrema dependência em relação ao fazendeiro, também aponta para possíveis efeitos positivos desse fenômeno, na medida em que contribuiria para a preservação da cultura e autonomia camponesa. *"Com efeito, a possibilidade de deixar a fazenda no fim do ano agrícola acarreta ônus e prejuízos ao parceiro; mas, em compensação, lhe permite subtrair-se parcialmente a imposições eventuais dos fazendeiros, buscando noutra parte condições mais compatíveis com o seu desejo de independência. Ela aparece, aí, como fator de integração social e, consequentemente, de preservação da cultura."*[63].

Outro elemento conformador de uma determinada sociabilidade nessa região é o tipo de inserção desses trabalhadores no mundo da produção. Tanto nas relações de trabalho estabelecidas entre trabalhadores e grandes proprietários fundiários, onde efetuam serviços desqualificados e temporalmente intermitentes, como na execução das próprias tarefas em sua lavoura de subsistência, os trabalhadores foram sociabilizados através de mecanismos fracamente disciplinadores das atividades de trabalho[64].

---

[62]. Hugo de Carvalho Ramos constrói em sua prosa uma perspectiva semelhante ao apontar que a saída do trabalhador camarada de uma para outra fazenda representa a reprodução das mesmas relações de obediência: *"Um a um, valendo-se de novos contratos com fazendeiros do arredor, os camaradas do sítios se tinham ido, numa passividade fatalista de rebanho, das ferropéias dum jugo para as de outro, quem sabe, mais duro e cruel..."*. RAMOS, Hugo de C., (1998), op. cit., p. 152.

[63]. CÂNDIDO, Antônio, (1982), op. cit., p. 203.

[64]. Maria Sylvia de Carvalho Franco indica que o pouco apego do caipira ao trabalho regular e sistemático (estereotipado na figura literária do Jeca Tatu, construída por Monteiro Lobato) resulta da *"... forma de inserção dessas populações à estrutura da sociedade brasileira, que as tornou marginais em relação ao sistema socioeconômico, numa terra farta e rica, e colocou-as, assim, a um só tempo, diante da quase impossibilidade e da quase desnecessidade de trabalhar."*. FRANCO, Maria Sylvia de C., (1997), op. cit., p. 60-1.

Antônio Cândido atribui o pouco apego do caipira[65] à atividade disciplinar do trabalho não à uma natureza social propensa à vadiagem e devotada ao lazer, mas a um conjunto de condicionamentos sociais e culturais que colocavam como horizonte de realização do trabalhador a obtenção dos "mínimos vitais": trabalhava-se o suficiente para obter os meios de subsistência necessários à reprodução do grupo familiar. Assim, *"desambição e imprevidência devem ser interpretadas como a maneira corrente de designar a desnecessidade de trabalho, no universo relativamente fechado e homogêneo de uma cultura rústica em território vasto."*[66].

Emerge, assim, outro traço distintivo do *habitus* dos trabalhadores rurais goianos em relação ao colonato sulista: sua socialização não se dá num meio onde o trabalho constitui um valor moral, uma qualidade pessoal. Por outro lado, também não são socializados em de relações sociais marcadas pela rigidez, controle e disciplina do processo de trabalho.

O trabalhadores rurais goianos, principalmente agregados e meeiros, foram historicamente socializados em relações sociais marcadas por laços de frouxidão com o mundo do trabalho. Nas grandes fazendas dedicadas a uma pecuária extensiva, os agregados não eram constrangidos pelo patrão a um trabalho regular, pois as próprias demandas do criatório eram muito esporádicas. Por outro lado, em seu "roçado", também o trabalhador não desenvolvia uma atividade regular e intensa, pois seus objetivos de produção estavam circunscritos às necessidades mínimas para o consumo do grupo familiar.

Essa mesmas contingências são vivenciadas pelos lavradores diaristas, pois apenas eventualmente prestam serviços às fazendas da região, em atividades, normalmente, demandantes de baixa qualificação profissional. Executam trabalhos pontuais e, portanto, não dominam o conjunto do processo de trabalho e de produção agropecuária. Além disso, não há qualquer vínculo trabalhista que o ligue ao patrão, estando permanentemente perambulando entre

---

[65]. Entendo que o interior goiano constitui parte do que Antônio Cândido denominou como *"lençol da cultura caipira"*, mesmo porque grande parte dos trabalhadores rurais goianos são emigrantes de Minas Gerais a partir das primeiras décadas do século XX.
[66]. CÂNDIDO, Antônio, (1982), op. cit., p. 87.

diferentes povoados e cidades da região à procura de trabalho, mesmo em serviços considerados apenas como "bicos", "quebra-galhos" diante da ausência de melhores oportunidades de emprego.

É essa frouxidão de laços, inclusive, que permite e mesmo estimula a migração permanente dessa força de trabalho em busca de novas ocupações, quase sempre sazonais. Migrar, não se fixar (bem diferente do colono sulista que tem na "linha", na "colônia", um ponto fixo que representa o território e o espaço social em que se dá a socialização[67]) é marca característica desses trabalhadores rurais, camponeses ou não. Basta lembrar que grande parte do campesinato goiano tem origem na migração contemporânea, principalmente de mineiros e nordestinos que buscam as oportunidades de terra e trabalho que se tornaram escassas em suas regiões de origem.

Esses elementos, de forma fragmentada e parcial, constituem o *habitus* dos trabalhadores rurais goianos, um conjunto de disposições incorporadas pelo indivíduo em suas trajetórias coletivas e individuais que marcam o processo de socialização, não funcionam tão somente como *estruturas estruturadas,* mas também enquanto *estruturas estruturantes,* ou seja, como princípios que direcionam o indivíduo no sentido de determinados comportamentos e estratégias sociais conformes a sua própria reprodução. Assim, historicamente socializados em relações sociais que envolviam a dependência pessoal em relação ao patrão, os assentados, mesmo após a conquista da terra estão condicionados a reproduzir esse mesmo tipo de conduta pessoal, na medida em que *"habitus está ligado geneticamente (e também estruturalmente) à uma posição... ele está no princípio das estratégias de reprodução que tendem a manter as distâncias, as relações de ordem, concorrendo, dessa maneira, na prática (e não de forma consciente e deliberada) a reproduzir todo o sistema de diferenças constitutivas da ordem social."*[68].

---

[67]. O que, especialmente em situações de crise das possibilidades de reprodução social, não elimina as estratégias de migração, de colonização de novas regiões em busca do "sonho da terra", como mostrou José Vicente Tavares dos Santos, (1993), *Matuchos: exclusão e luta.* Petrópolis, Vozes.

[68]. BOURDIEU, Pierre, (1989). *La noblesse d'état.* Paris, Éditions de Minuit, p. 9.

Nesse sentido, as formas de pensar, as práticas sociais e as estratégias observadas entre os assentados pesquisados no Assentamento São João da Lavrinha estão intimamente relacionadas a esse processo histórico de socialização a que são submetidos os trabalhadores rurais na região, na medida em que o *habitus* é o produto da história a partir da história.

2. IGREJA E TRABALHADORES RURAIS EM GOIÁS: estratégias e trajetórias

O objetivo do presente capítulo é analisar as diferentes práticas discursivas não-discursivas engendradas pelos agentes religiosos envolvidos na organização e mobilização social dos trabalhadores rurais em Goiás. Delineio a trajetória de intervenção da Igreja nos processos sociais do espaço agrário goiano, procurando verificar como, pela história e através da história, os agentes religiosos adquiriram autoridade e legitimidade simbólica para falar dos e para os "assentados de reforma agrária".

A segunda metade do século XX é caracterizada, em Goiás, por uma ativa presença da Igreja Católica nos processos de organização dos trabalhadores rurais. Ainda que orientada por concepções, práticas e objetivos diversificados ao longo do tempo, a Igreja constituiu nesse período, ao lado ou em contraposição a outros agentes e instituições sociais, um dos principais interlocutores da "questão agrária" no Estado.

A inserção da Igreja nos processos de organização coletiva dos trabalhadores rurais em Goiás não se deu num vazio de relações sociais; ela se debateria com outros organismos sociais devotados a direcionar e dar significado político às lutas sociais no campo. Destaque-se que o PCB (Partido Comunista do Brasil), no final dos anos 40, já desenvolvia um trabalho de formação de ligas camponesas e de associações dentro de sua estratégia de luta voltada à superação do "atraso no campo".

Essas ligas e associações congregavam, particularmente, trabalhadores que estabeleciam relações de arrendamento e parceria com os grandes proprietários fundiários. Ainda que não exclusiva, a principal reivindicação era a *'baixa da taxa do arrendo"* de em torno de 50-70% para, no máximo, 20%.

As ligas camponesas surgiram na região sul do Estado, principalmente nos municípios de Itauçu, Orizona, Catalão, Nova Aurora, Urutaí e Pires do Rio, onde estabelecera-se uma agricultura de tipo comercial, de média e grande escala, especializada na produção de arroz[1]. Enquanto essas associações no sul do Estado baseavam suas reivindicações na baixa da taxa de arrendamento, no meio norte goiano os conflitos estavam centrados na luta pela terra entre posseiros ocupantes e fazendeiros/grileiros – destacando-se o conflito de Trombas e Formoso entre os anos de 1954 e1964[2].

A generalização das ligas e associações como forma de organização dos trabalhadores rurais proposta pelo PCB estava relacionada com os entraves legais existentes à criação de sindicatos. A partir dos anos 60, entretanto, com a legalização dos sindicatos, o incentivo à sindicalização tornou-se a principal estratégia não apenas do PCB, mas também do próprio Estado e da Igreja Católica para a conquista do controle político dos conflitos sociais no campo, configurando-se um campo de lutas pelo monopólio da representação dos trabalhadores rurais em Goiás.

O Governo de Mauro Borges (1960-1964), preocupado com os desdobramentos violentos dos conflitos agrários no Estado, principalmente de Trombas e Formoso, articulou estratégias de intervenção visando ampliar sua capacidade de influência e regulação das lutas, assim como tentou dar uma solução, ainda que paliativa, às reivindicações dos trabalhadores em luta pela terra. Assim, de um lado, estimulou a sindicalização dos trabalhadores rurais,

---

1. GUIMARÃES, Maria Teresa C., (1988). *Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64).* Goiânia, CEGRAF/UFG; LOUREIRO, Walderês N., (1988). *O aspecto educativo da prática política.* Goiânia, CEGRAF/UFG.

2. Para maiores detalhes sobre o conflito de Trombas e Formoso, ver CARNEIRO, Maria Esperança F., (1988). *A revolta camponesa de Trombas e Formoso.* Goiânia, CEGRAF/UFG; MARTINS, José de S., (1983). *Os camponeses e a política no Brasil.* Petrópolis, Vozes; GUIMARÃES, Maria Teresa C., (1988), op. cit..

através da criação, em 1963, da SETAS (Secretaria do Trabalho e Ação Social), e desenvolveu projetos de colonização de terras devolutas no Estado, por meio da criação dos chamados "combinados agro-urbanos" e da regularização de antigas posses, objetivando disciplinar as tensões sociais. O Governo de Mauro Borges, portanto, implementava a nível estadual a política nacional que visava enquadrar os movimentos sociais às regras do pacto de poder populista.

2.1. DA REFORMA AGRÁRIA MODELAR À SINDICALIZAÇÃO: estratégias da Igreja Católica em Goiás, nos anos 60

No campo de lutas pelo monopólio da representação dos trabalhadores rurais, a Igreja colocou em prática um conjunto de iniciativas no sentido de competir com o trabalho até então desenvolvido pelo PCB na organização dos trabalhadores rurais no Estado, principalmente na criação das ligas camponesas e das associações de produtores voltadas à *"baixa da taxa de arrendo"*. O desenvolvimento do MEB - Movimento de Educação de Base, a criação da FAGO – Frente Agrária Goiana, a experiência de reforma agrária "exemplar" na Fazenda Conceição e as iniciativas de criar sindicatos constituíram as principais estratégias da Igreja na região, articuladas principalmente pela Arquidiocese de Goiânia, liderada por Dom Fernando Gomes dos Santos, no sentido de direcionar as reivindicações de diferentes segmentos de trabalhadores rurais e combater o *"abuso dos métodos adotados no aliciamento das classes rurícolas por parte daqueles que, sem escrúpulos, faltam à verdade e procuram ilaquear a boa fé dos agricultores neste Estado"*[3].

[3]. Dom Fernando Gomes dos Santos in REVISTA DA ARQUIDIOCESE, ano VI, nº 3 e 4, março/abril, 1962, p. 129, cit. por AMADO, Wolmir T., (1991). *A Igreja Católica e a questão agrária em Goiás, na década de 50 a meados de 60*. Goiânia, Dissertação de mestrado, Mestrado em História das Sociedades Agrárias/UFG, p. 43.

2.1.1. A Experiência Modelar de Reforma Agrária na Fazenda Conceição[4]

A Igreja Católica (ou pelo menos parte dela), nos anos 50-60, justificava sua adesão à proposta de reforma agrária a partir de critérios de fundamentação humanista. Evidentemente operavam outros fatores, como o avanço de organizações propostas por militantes do PCB entre os trabalhadores rurais, mas entendia-se que *"o ponto inicial de todo desenvolvimento e de todo progresso é sempre a pessoa humana, assim como a fonte de toda riqueza é sempre a terra. Desprezar o homem, desprezar a terra e, pior ainda, desprezar o homem da terra, o rurícola, o camponês, é cometer o supremo desatino e promover, lentamente, a morte do povo."*[5].

Dom Fernando Gomes dos Santos, então Arcebispo de Goiânia, expressava que a distribuição da terra constituía um instrumento de realização de todas as potencialidades da pessoa humana (dos trabalhadores rurais), até então, na sua visão, humilhados e abandonados à própria sorte ou sob a influência de iniciativas de *"inspiração materialista"*. Seu discurso, entretanto, expressava que a reforma agrária representaria não apenas uma possibilidade concreta de melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, mas também se harmonizaria com os próprios interesses da Instituição na manutenção de sua influência junto a seus "beneficiários", na medida em que *"uma reforma agrária de inspiração cristã terá que valorizar, educar e cristianizar o homem, antes e acima de tudo, defendendo seus interesses e deveres, suas liberdades fundamentais e suas prerrogativas de pessoa."*[6].

Uma reforma agrária de inspiração cristã e humanista era, portanto, propugnada por Dom Fernando Gomes dos Santos e por boa parte do episcopado

---

[4]. A análise dessa experiência baseia-se nas informações contidas em AMADO, Wolmir T., (1991), op. cit.; AMADO, Wolmir T., (1996). *A Igreja e a questão agrária no Centro-oeste do Brasil (1950-1968).* Goiânia, Editora da UCG.

[5]. Revista da Arquidiocese, vol. II, ano 04, junho, 1960, p. 4, cit. por AMADO, Wolmir T., (1996), p. 27.

[6]. Revista da Arquidiocese, nº 2, fevereiro de 1961, p. 77, cit. por AMADO, Wolmir T., (1996), p. 29.

católico nos anos 1950 e 1960[7]. Em uma área de 1.016 hectares, localizada no município de Corumbá, a 60 km de Goiânia, Dom Fernando organizou, a partir de 1959, a *"primeira experiência de reforma agrária em terras da Igreja na América Latina"*. Na chamada Fazenda Conceição, em terras recebidas como doação no início do século, foram assentadas 56 famílias de trabalhadores rurais vindas do interior de Goiás e de outras partes do país.

Através desse ensaio, a Igreja em Goiás[8] não pretendia assumir a responsabilidade pela execução de uma tarefa delegada aos órgãos públicos, mas dar um exemplo ao Estado e aos setores sociais contrários à reforma agrária (principalmente os grandes proprietários) que era possível desenvolver um programa de acesso à terra aos trabalhadores rurais de forma pacífica (e, portanto, em contraposição às iniciativas das Ligas Camponesas) e sob as diretrizes da *"doutrina cristã"*:

> Há anos, o Episcopado vem se preocupando com o tema da reforma agrária, considerando, de um lado, a situação infra-humana da maioria das famílias rurais e, de outro, as tentativas de modificação de nossa estrutura rural em termos mais ou menos violentos e contrários à sua doutrina social... Depois, que não bastava um esclarecimento teórico dos ensinamentos da Igreja. Seria para desejar-se pelo menos uma experiência prática capaz de estimular a outros a demonstrarem a eficácia da doutrina da Igreja.[9]

O processo de elaboração do chamado *"Projeto Piloto"* ficou a cargo exclusivamente da Igreja, sob o comando de Dom Fernando, auxiliado por técnicos de órgãos federais e estaduais com os quais foram estabelecidos convênios de cooperação, não havendo qualquer participação dos trabalhadores "beneficiários". Tratava-se de uma iniciativa para os trabalhadores e não dos

---

[7]. Segundo José de Souza Martins, nesse período, as orientações da Igreja Católica em relação à questão agrária teriam sofrido uma forte inflexão: das orientações anticomunistas de cunho tradicionalista passou-se ao privilegiamento de ações voltadas à integração dos trabalhadores do campo na modernização econômica nacional em curso. Daí suas estratégias de apoio a iniciativas de reforma agrária, de aplicação da legislação trabalhista, de sindicalização e de "educação popular". MARTINS, José de S., (1989). *Caminhada no chão da noite*. São Paulo, Hucitec.

[8]. Incentivada por discussões do episcopado simpático à reforma agrária, principalmente pela figura emblemática do Arcebispo do Recife, Dom Hélder Câmara.

[9]. Revista da Arquidiocese, nov/dez, 1961, p. 770, cit. por GUIMARÃES, Maria Teresa C., (1988), op. cit., p. 80.

trabalhadores, de forte conteúdo assistencial e reproduzindo relações de paternalismo marcantes na cultura política regional.

Coordenando a seleção dos beneficiados a partir de determinados critérios, estabelecendo as formas de organização da produção (em lotes individuais e com a criação de uma cooperativa responsável pelas relações de comercialização da produção e dos insumos necessários à produção e ao consumo) e de estruturação da vida social (com a conformação de um "Centro Social Urbano", que nada mais era do que uma agrovila), a Igreja exercia a governabilidade do projeto. Ou seja, quem se dispunha a participar do projeto sabia, de antemão, o conjunto de constrangimentos e condicionamentos econômicos, sociais e comportamentais a que estaria sujeito.

O projeto tinha objetivos ambiciosos, não se restringindo à viabilização econômica dos agricultores assentados. Consistia, fundamentalmente, num empreendimento de natureza educativa, fundado na *"doutrina cristã"*, que visava a produção de sujeitos portadores de determinadas subjetividades, de trabalhadores que se dispusessem a *"reabilitarem-se pelo esforço próprio e a sujeitar-se à disciplina que lhes será imposta com o objetivo de educá-lo, orientá-lo no trabalho, aplicar bem sua produção, garantir o futuro da família."*[10].

Esses objetivos estratégicos seriam viabilizados através de uma determinada conformação espacial que teria no "Centro Social da Colônia" o seu ponto referencial principal: ali se desenvolveriam o conjunto de iniciativas devotadas à educação integral do trabalhador. Uma *"educação religiosa e moral"*, que visava *"dar ao homem uma concepção de vida"*; uma *"educação social"*, que visava estimular a vida comunitária, o associativismo, a integração social; uma *"educação técnico-profissional"*, com a finalidade de formar agricultores aptos e capazes de se viabilizarem economicamente; e também uma *"educação doméstica"*, que se destinava a difundir noções de higiene, alimentação, combate às doenças, educação dos filhos e economia doméstica[11].

---

[10]. Termos do "Plano Piloto" citados por AMADO, Wolmir T., (1996), op. cit., p. 178.
[11]. AMADO, Wolmir T., (1996), op. cit., p. 178.

Um projeto educativo, portanto, dirigido a produzir homens e mulheres em suas múltiplas dimensões, transformando não apenas formas de pensar e de comportamento, mas também conformando específicas sensibilidades; a fabricar indivíduos regulados de acordo com os preceitos da "doutrina cristã" e portadores de um determinado conjunto de valores morais e éticos; a criar sujeitos capazes de estabelecer determinadas formas de convivência social, assentadas no ideal comunitário e na vida familiar; a compor trabalhadores capazes de executar o ofício da agricultura com eficiência e presteza, devotados ao trabalho e capazes de bem gerenciar e administrar um empreendimento econômico.

O "Centro Social e Urbano", entretanto, não se restringia unicamente ao local onde se propiciava esse trabalho educativo; a conformação espacial na forma de uma agrovila não respondia unicamente a interesses de ordem econômica (facilidade de acesso à infra-estrutura e aos serviços de educação, lazer e abastecimento), mas também tinha a finalidade político-pedagógica de produzir determinadas formas de convivência social, de tipo comunitário, propostas pela Igreja. Quase sempre idealizadas pelos outros e indesejadas pelos que nelas vão viver e morar, as agrovilas rotineiramente constituem objeto de conflito e resistência. Na "Fazenda Conceição" não foi muito diferente: freqüentes brigas e intrigas teciam o cotidiano daqueles trabalhadores[12].

O "Plano Piloto" igualmente previa a organização produtiva que deveria ser desenvolvida: ainda que trabalhando com suas famílias nos lotes individuais, os agricultores deveriam constituir uma cooperativa que teria a finalidade de centralizar todas as operações de comercialização do "projeto", tanto na aquisição dos bens de produção e consumo, quanto na venda da produção obtida. Formada a partir de recursos financeiros doados pela Igreja (especialmente granjeados em entidades católicas internacionais), a cooperativa assumiu um conjunto de outras atribuições que iam desde a captação e gestão de empréstimos bancários até a construção das casas dos agricultores e das diversas instalações.

---

[12]. Tanto assim que, quando o projeto entra em crise, uma das primeiras iniciativas dos agricultores foi abandonar a agrovila e construir as moradias em seus lotes individuais.

A *"experiência exemplar"*, entretanto, não daria os resultados esperados: resistências à forma de vida social em agrovila, mau gerenciamento da cooperativa, não prestação de conta dos recursos obtidos junto às entidades internacionais, acusações de corrupção e desqualificação profissional dos "beneficiários" constituíram alguns fios do emaranhado discursivo das presumíveis causas do "fracasso" da experiência a partir de 1966.

> O abandono e ocaso na Fazenda levaram a que cada família aí residente se voltasse sobre si, recolhendo-se às glebas, plantando individualmente e comercializando através dos intermediários, ignorando a cooperativa. As casas do centro urbano foram demolidas e seu material foi vendido ou usado para construir ou melhorar as casas já existentes nos lotes. A escola deixou de funcionar e a agrovila foi totalmente destruída. A sede social, as dezenas de casas, os armazéns, a serraria, tudo isso deixou de existir. Hoje, nada mais resta, senão 2 famílias de assalariados, que trabalham para um dos agricultores que recebeu um 'lote' e, depois, comprou também a gleba que havia sido destinada à agrovila.[13]

Era o fim da *"primeira experiência de reforma agrária em terras da Igreja"* no Estado de Goiás.

2.1.2. A Criação da FAGO (Frente Agrária Goiana)

Preocupada com o avanço entre os trabalhadores rurais goianos de organizações ligadas a partidos de esquerda – como os sindicatos e as Ligas Camponesas, a Arquidiocese de Goiânia, seguindo orientações nacionais da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), estimulou a criação da FAGO (Frente Agrária Goiana), em 1962, que teria a finalidade de constituir *"uma frente de orientação para* ***levar os camponeses*** *a participarem do debate de tudo quanto diga respeito aos interesses básicos do homem do campo."*[14]

A entidade, reunindo principalmente líderes católicos e grandes fazendeiros, seria a responsável por um conjunto de iniciativas destinado a estimular os trabalhadores rurais a agirem, orientados por preceitos cristãos, no

---

[13]. AMADO, Wolmir T., (1991), op. cit., p. 260-1.

sentido de transformarem a realidade de pobreza e resignação a que estariam submetidos. As semanas rurais, os cursos de formação de lideranças, os programas radiofônicos, os cursos paroquiais, as publicações impressas, as palestras e os estudos sobre os problemas agrários, que visavam a formulação de *"uma legislação justa e adequada às diversas regiões do país, segundo os princípios marcantes da Mater et Magistra"*[15], constituíram estratégias importantes desse "trabalho educativo" desencadeado pela FAGO. Intentava-se, em última instância, conquistar não apenas o controle político dos sindicatos, que congregando harmonicamente os interesses de patrões e peões, mas os corações e mentes dos trabalhadores rurais goianos. Assumia-se a clara orientação de combater o *"avanço comunista"*, adotando uma discursividade abertamente conservadora[16].

Além da sindicalização, outro objetivo estratégico da FAGO era propiciar as condições para a fundação de cooperativas de produção e consumo *"nas áreas onde os camponeses já tiveram atingido espírito associativo suficiente para poderem assumir a direção e responsabilidade de tais empreendimentos"*[17]. Portanto, a entidade assumia o encargo de constituir um canal de profusão da "doutrina cristã" entre os homens do campo em Goiás e trabalhava ativamente para configurar um leque específico e determinado de soluções possíveis para os problemas detectados.

---

[14]. Revista da Arquidiocese, set/dez, 1961, p. 774, cit. por GUIMARÃES, Maria Teresa C., (1988), op. cit., p. 84, grifos meus.

[15]. Revista da Arquidiocese, ano VI, nº 3 e 4, mar/abr, 1962, p. 129, cit. por AMADO, Wolmir T., (1991), op. cit., p. 133.

[16]. Acredito que, das iniciativas da Igreja goiana nesse período, a FAGO foi a que mais se aproximou, tanto em sua orientação doutrinária e ações, quanto em sua composição social, das formas de organização propostas no final dos anos 40 por Dom Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha (MG), que convocava todos os cristãos a *"anteciparem-se à revolução"*.

[17]. Jornal Brasil Central, ano XXX, nº 399, 24 de fevereiro de 1963, p. 1, cit. por AMADO, Wolmir T., (1991), op. cit., p. 134.

2.1.3. MEB (Movimento de Educação de Base): da alfabetização à "conscientização sindical"

No início da década de 60, a Igreja Católica envolveu-se ativamente em programas voltados à educação escolar das populações rurais no Brasil. Uma das principais iniciativas nesse sentido foi o MEB (Movimento de Educação de Base), que, através de um convênio com o Ministério da Cultura e Educação, objetivava tanto alfabetizar as massas rurais, quanto possibilitar *"educação sanitária, iniciação agrícola, educação política democrática e formação cristã"*[18].

Em Goiás, o programa teve início em 1961, com a instalação em Goiânia do SETERGO (Sistema Educacional Tele-Radiofônico de Goiás). Foram criadas no Estado 270 "escolas radiofônicas", atingindo um público de 4.298 alunos. Nessas *"escolas radiofônicas"*, os alunos se reuniam para escutar as aulas emitidas a partir dos estúdios de uma estação de rádio sediada em Goiânia. O conteúdo das aulas visavam a aprendizagem do ato de ler e escrever e também de noções de higiene, agricultura, "formação para o lar", educação cívica e religiosa, relações humanas, noções de linguagem, aritmética e "economia doméstica". As aulas eram ministradas à noite, após o horário normal de trabalho nas atividades rurais[19].

A partir de 1963, as diretrizes do Movimento foram alteradas no sentido de que o trabalho educativo não estivesse exclusivamente orientado para a alfabetização, mas para uma *"ação transformadora da realidade"*. Seguindo os preceitos pedagógicos propostos por Paulo Freire, a educação passaria a constituir instrumento de *"conscientização"*, particularmente no desenvolvimento de uma ação que levasse os próprios trabalhadores a se organizarem coletivamente – principalmente em sindicatos. *"O MEB tinha por missão a educação sindical, mas via a necessidade de os cristãos trabalharem em uma frente sindical e procurava ajudar sempre com um caráter transitório e supletivo."*[20]

---

[18]. AMADO, Wolmir T., (1996), op. cit., p. 141.
[19]. AMADO, Wolmir T., (1996), op. cit., p. 142.
[20]. Boletim MEB, Rio de Janeiro, nº 1, p. 4, cit. por GUIMARÃES, Maria Teresa C., (1988), op. cit., p. 89.

Nessa perspectiva, foi criado, em 1963, o Setor de Sindicalismo Rural, que passou a utilizar a estratégia educativa das *"escolas radiofônicas"* para estimular a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos. Portanto, distinguiam-se duas orientações distintas no interior da própria Igreja goiana no trabalho de incentivo à sindicalização rural: enquanto a FAGO, caracterizadamente anticomunista e composta por setores clericais conservadores e mesmo por grandes latifundiários, procurava combater outras influências políticas entre os trabalhadores; o Setor de Sindicalismo Rural do MEB tinha uma orientação mais "à esquerda", sendo composto por pessoas majoritariamente ligadas à Ação Popular.

As técnicas de trabalho do Setor de Sindicalização do MEB tiveram na transformação dos conteúdos transmitidos pelos programas radiofônicos (em especial , o "Programa Zé Goiano") a sua principal expressão. Além disso, encontros, cursos de formação sindical, reuniões nas comunidades rurais, festas populares e a produção de cartilhas, que miravam a produção de lideranças rurais e a formação e o reconhecimento legal dos sindicatos criados, representaram importantes instrumentos de trabalho dos agentes do MEB.

Portanto, a ação da Igreja Católica junto aos trabalhadores rurais goianos, centradas na criação da FAGO, do MEB e da pioneira experiência na Fazenda Conceição, pautadas na aplicação da "Doutrina Social da Igreja", deve ser compreendida enquanto inserida no campo de disputas pelo monopólio da representação dos trabalhadores rurais no Estado na década de 1960. Além disso, simbolizaram efetivas iniciativas que objetivavam produzir e difundir entre os agricultores uma determinada forma de apreensão do mundo social centrada na possibilidade de harmonização das relações entre peões e patrões. José de Souza Martins entende que constitui uma visão reducionista tentar analisar a prática social e política da Igreja Católica a partir unicamente de uma ação anti-comunista. Segundo ele, nos anos 50-60, a Igreja já começava a se preocupar igualmente com a integração dos trabalhadores rurais no desenvolvimento econômico-social, com sua inserção *"no moderno mundo capitalista, basicamente*

no mundo da igualdade jurídica e dos direitos civis"[21]. Seria, aliás, essa compreensão da necessidade de modernizar as relações sociais no campo que teria justificado o seu apoio à intervenção militar de 1964, na esperança que os militares efetivassem uma reforma agrária "de cima para baixo".

Esse trabalho de cunho pastoral, entretanto, foi bloqueado politicamente com o advento do golpe militar de 1964, acarretando a dissolução do conjunto de iniciativas de organização dos trabalhadores rurais no Estado. Ostensivamente reprimidos ou desmobilizados, ligas camponesas, associações, sindicatos e iniciativas no campo da "educação popular" deram lugar a um inserção cada vez mais acentuada do Estado no sentido de controlar as reivindicações sociais no campo, principalmente através da transformação dos sindicatos em espaços de prestação de serviços, como previdência social e assistência médica.

2.2. AS PRÁTICAS DA "IGREJA DO EVANGELHO" NA DIOCESE DE GOIÁS

Se as iniciativas da Igreja Católica no Estado durante a década de 1960 estiveram basicamente centralizadas na Arquidiocese de Goiânia, sob a liderança de Dom Fernando Gomes dos Santos, a partir da década de 1970 grande parte das iniciativas de organização dos trabalhadores rurais tiveram lugar na Diocese de Goiás, sediada na Cidade de Goiás, sob o comando de Dom Tomás Balduíno.

Esse deslocamento não é unicamente de ordem temporal e espacial. Os anos 70 foram caracterizados por uma profunda transformação na matriz discursiva e na práxis social e política da Igreja Católica em relação ao problema fundiário e aos conflitos sociais. Diante de uma sociedade civil impedida de se expressar livremente, a Igreja, ainda que com fissuras internas, passou a atuar como porta-voz e canal de expressão do descontentamento latente no corpo social e de reivindicação das necessidades sociais. Particularmente em relação à questão agrária, a Igreja entrou em claro confronto com o regime militar que tinha

---

[21]. MARTINS, José de Souza, (1989), op. cit., p. 45.

se comprometido com a reforma agrária e que, na prática, tinha possibilitado e estimulado um processo de desenvolvimento agrícola e agrário centrado na expansão dos grandes empreendimentos agropecuários que acabou por agravar a já absurda concentração da propriedade da terra no país.

O discurso e a prática da Igreja Católica nesse período já não mais eram regidos pela preocupação de conter o "espectro vermelho" que ameaçaria a paz social e cristã, mas por uma outra concepção evangelizadora que tinha como núcleo atuar enquanto ponto de apoio, de assessorar, de *"colocar-se a serviço dos trabalhadores"*.

O ano de 1973 pode ser considerado um marco temporal nessa trajetória de reorientação da ação pastoral da Instituição, quando foi lançado um conjunto de documentos por diferentes bispos brasileiros, estabelecendo as bases discursivas de uma nova postura diante dos problemas sociais e, em especial, dos conflitos fundiários; representando, sobretudo, o desejo e a vontade de participar ativamente na organização dos trabalhadores rurais. *"O povo do campo e a Declaração Universal dos Direitos do Homem"* (Diocese de Crateús), *"Eu ouvi os clamores do meu povo"* (bispos e superiores religiosos do Nordeste), *"A marginalização de um povo"* (bispos da região Centro-Oeste), *"Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer"* podem ser considerados os documentos-monumentos que materializaram uma transformação na matriz discursiva da Instituição em relação aos trabalhadores rurais[22].

Personagem central na elaboração do texto *"A marginalização de um povo"*, Dom Tomás Balduíno[23] implementou na Diocese de Goiás[24] uma nova orientação pastoral que, em relação aos trabalhadores rurais, representou um apoio efetivo à constituição da chamada "oposição sindical" e, posteriormente, na estratégia de

---

[22]. Esse conjunto de manifestos representavam os desdobramentos no Brasil das reorientações da Igreja Católica a nível mundial proporcionadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1966) e pela Conferência Episcopal de Medellin (1968).

[23]. Dom Tomás Balduíno, goiano, de formação dominicana, tinha anteriormente desenvolvido trabalho missionário na conflituosa região de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, em conjunto com Dom Pedro Casaldáliga.

[24]. A Diocese de Goiás foi criada em 1956 e está localizada na região centro-oeste do Estado de Goiás, abrangendo 21 municípios das micro-regiões do Planalto e do Mato Grosso Goiano.

ocupação de terras como instrumento de luta e conflito social[25]. O documento apontava os elementos legitimadores dessa nova práxis social e política, considerando que o papel da Igreja seria *"tudo fazer para que todos os trabalhadores (e todos os que não têm trabalho) abram os olhos, descubram isso que os marginaliza. Isto é educar e se educar: criar condições para que nosso povo possa tomar atitude em favor da libertação que é uma exigência do Evangelho"*[26]. O texto reflete uma condição afirmativa e ativa da Igreja na educação dos trabalhadores, assumindo como seu papel *abrir os olhos* dos trabalhadores para as injustiças sociais, para que eles *descubram* algo que os agentes religiosos já descobriram e para que participem ativamente no processo do que é designado por *libertação* do mundo.

Designado para a Diocese de Goiás em 1967, Dom Tomás Balduíno logo de imediato imprimiu um conjunto de transformações na organização hierárquica da Instituição. A *"Igreja do Evangelho"*[27] passou a promover o incentivo à participação dos leigos tanto nas práticas sacramentais, quanto nas instâncias de poder diocesano, o que constituiu uma das principais marcas de suas orientações. A criação das chamadas "assembléias diocesanas" refletiam esse espírito de estímulo à participação de todos nas instâncias decisórias das diretrizes e objetivos da Diocese a partir de então.

A Diocese, nesse período, tornou-se uma referência nacional não apenas por essa transformação das estruturas eclesiais e das práticas e representações religiosas, mas também por estimular um processo de reflexão no campo

---

[25]. Carlos Rodrigues Brandão afirma que até então *"bispos, padres e leigos das irmandades senhoriais, reproduziam entre eles o pequeno jogo usual de alianças e prestações de serviços através dos quais os interesses, poderes e símbolos de legitimidade da Igreja Católica, da elite governante e dos grandes senhores de terras perpetuam-se, reforçam-se e mutuamente se auxiliam."*. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1988). Crença e Identidade: campo religioso e mudança cultural. In: *Coleção Trabalhos em Antropologia*, Campinas, UNICAMP, nº 3, p. 13.

[26]. BISPOS DO CENTRO OESTE, (1973). *Marginalização de um povo: grito das igrejas.* Goiânia.

[27]. Designação construída pelas próprias lideranças eclesiásticas da Diocese que, dessa forma, estabeleciam um marco simbólico que representava um aparato discursivo e de práticas religiosas diferenciado em relação às orientações pastorais dominantes na Diocese anteriormente e, além disso, fixava uma determinada leitura dos textos bíblicos como sendo a verdadeira.

teológico[28]. Em 1971, foi criada a *"Escola do Evangelho"*, que tinha por objetivo formar religiosos identificados com as diretrizes assumidas pela Diocese liderada por Dom Tomás Balduíno. Ela, todavia, não se propunha a produzir sacerdotes, na medida em que a própria opção pelo sacerdócio não constituía condição *sine qua non* para desempenhar o trabalho de agente de pastoral na Diocese. A *Escola* deveria possibilitar a conjugação da práxis social e política na organização e apoio aos trabalhadores da região com uma formação religiosa na linha da "Teologia da Libertação"[29].

Outra prática instituída foi a realização de pesquisas com o objetivo de se *"conhecer a realidade social para poder transformá-la"* . A mais significativa delas foi desenvolvida no ano de 1971 por uma equipe do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, *"Pesquisa sobre as condições de vida e situação de trabalho do povo de Goiás. As pessoas e as famílias"*, que serviu, nos anos seguintes, para orientar e delimitar as prioridades de trabalho. Os resultados da pesquisa apontaram para a existência de uma população significativa de pobres na região, vivendo basicamente na agricultura, na condição de pequenos sitiantes e, em sua maioria, não proprietários (pequenos meeiros e arrendatários, agregados e diaristas assalariados). Nesse momento, a questão da reforma agrária e da luta pela terra não emergiu na discursividade dos agentes de pastoral diocesanos; foi a estratégia do incentivo à sindicalização dos trabalhadores rurais que ganhou primazia.

A pesquisa revelou
Qual era a situação:
Miséria, fome, injustiça
Problemas sem solução.
Um meio era o sindicato,
Cuidaram da fundação. [30]

---

[28]. Afluem para a região agentes de pastoral de diferentes partes do país, mas, em especial, da cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, onde havia um *"trabalho popular"* desenvolvido pelo COM – Centro de Operação Missionária.
[29]. Eram ministrados cursos nas áreas de Teologia, História, Sociologia e Política.
[30]. DIOCESE DE GOIÁS, (1978). *Dez anos da caminhada da Igreja de Goiás*. Cidade de Goiás, s.p.

A 5ª Assembléia Diocesana, realizada entre 27 e 31 de julho de 1972, estabeleceu as principais diretrizes e prioridades do trabalho de pastoral a ser desenvolvido pela *"Igreja do Evangelho"*. Tendo como tema *"Nosso compromisso cristão em face de nossa realidade"*, estabeleceu-se como principais definições:

- que a Diocese passaria, em sua atividade pastoral, a dar *"uma atenção preferencial aos marginalizados pela sociedade e pela Igreja"*;
- que o trabalho da Diocese dar-se-ia através de uma prática de evangelização, *"a fim de chegar a comunidades formadas por cristãos conscientes e comprometidos na transformação da realidade"*;
- que o espaço fundamental desse trabalho de evangelização seriam os "Grupos de Evangelho", *"grupos que deverão ser o fermento de comunidades cristãs dentro das áreas marginalizadas da região."*[31].

Em função disso, as prioridades estratégicas de ação pastoral passaram a ser direcionadas para a organização dos trabalhadores rurais, particularmente no incentivo à sindicalização, através da qual os trabalhadores poderiam criar uma instância de representação não apenas na negociação com os patrões, mas principalmente na reivindicação da aplicação dos preceitos da legislação trabalhista em vigor. Visava-se fundar novos sindicatos ou mesmo conquistar aqueles já existentes através da chamada "Oposição Sindical", que buscava implementar um *"sindicalismo combativo"*, que *"lute pelos interesses dos trabalhadores"*, em contraposição ao *"corporativismo e peleguismo"* reinantes nas estruturas sindicais no Estado[32].

Na Diocese de Goiás, para assumir particularmente esse trabalho de articulação, foi criada uma *"Equipe da Terra"*, instância de caráter não-eclesial, que se utilizava dos recursos materiais e humanos da Diocese no

---

[31]. Resoluções contidas no Documento 5ª Assembléia Diocesana de Goiás, Julho de 1972, cit. por MOURA, Ivanilde G. de, (1989). *A Igreja do Evangelho: a construção de um sonho. A Diocese de Goiás nos anos setenta.* São Paulo, Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP, p. 67-68.

[32]. Sobre a formação da "Oposição Sindical" e a atuação da Igreja, ver especialmente REVERS, Isidoro. (1999). *Oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás (1973-1993): concepção e prática sindical a partir da ação pastoral da Igreja.* Goiânia, Dissertação de mestrado em História das Sociedades Agrárias/UFG; e DUARTE, Elio Garcia, (1998). *Do mutirão à ocupação de terra:*

desenvolvimento de suas atividades. O que os agentes de pastoral da Diocese de Goiás entendiam por *"sindicalismo combativo"*?

> ... uma direção colegiada, uma prática sindical voltada prá problemática dos trabalhadores e, em seqüência, um sindicalismo desatrelado do Estado. Todos esses elementos conformavam o chamado "sindicalismo combativo" que os agentes de pastoral procuravam desenvolvê em Goiás. (Secretário Nacional da CPT, ex-agente de pastoral da Diocese de Goiás, entrevistado pelo autor em novembro de 2000).

No terreno mais específico da "evangelização", os chamados "Grupos de Evangelho" passaram a constituir o espaço privilegiado da ação pastoral. Na linguagem da concepção pastoral que assumiu a Diocese, significavam a cristalização de um jeito de professar a fé em completa ruptura com a "Igreja da Tradição", supostamente alicerçada em práticas sacramentais *"alienantes"* e que serviam aos *"interesses das classes dominantes"*. Tratava-se de construir uma Igreja *"compromissada com os pobres e os marginalizados"* e com a *"transformação de uma realidade de injustiças"*:

> Quem quiser entrar na caminhada, entre no Grupo de Evangelho, que é a base da nossa igreja.[33]

Formados normalmente nas moradias de trabalhadores da cidade ou do campo, os "Grupos de Evangelho" se efetivaram como o lugar privilegiado para a materialização das práticas religiosas em substituição ao espaço tradicional da Paróquia. Utilizando a leitura metafórica da Bíblia como instrumento pedagógico fundamental, articulada ao estudo das leis trabalhistas e de regulação fundiária, os "Grupos de Evangelho" se propunham não apenas a difundir uma outra discursividade, mas produzir novas práticas religiosas e sócio-políticas no sentido da construção de *"verdadeiras comunidades cristãs"* assentadas em valores morais como a solidariedade, a fraternidade e a igualdade:

> A Diocese, em toda a sua ação pastoral, decide dar menos tempo ao trabalho de tipo sacramental, para consagrar-se mais à evangelização e para organizar grupos que sejam fontes de comunidades de gente decidida, comprometida na transformação da realidade de egoísmo e na

---

manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. São Paulo, Tese de doutorado em História Social/USP.

[33]. DIOCESE DE GOIÁS, (1975). *As boas notícias: mensagem da Igreja de Goiás*, nº 22. In MOURA, Ivanilde G. de, (1989), op. cit., p. 116.

> criação de um mundo de irmãos que dêem um testemunho de verdade e de justiça.[34]

Os "Grupos de Evangelho" constituíam, portanto, espaços de produção de outras subjetividades, pois em seu interior leigos e agentes religiosos elaboravam, professavam e praticavam específicas formas de sociabilidade e sensibilidade[35], passando a representar a vida social sob determinados princípios de inteligibilidade, de visão de mundo e de si mesmos e projetando uma ação histórica direcionada a uma sociedade idealizada enquanto possibilidade concreta – o *"mundo novo"* ou o *"Reino de Deus na Terra"*.

Vai ser todos iguais, todos como irmãos,
ninguém explora o outro e nem tem ambição,
Avareza e egoísmo vai acabar
E de braços dados nós vamos cantar.[36]

As relações de dominação, de exploração social (a falta de terra, os baixos salários, as precárias condições de saúde, moradia e educação...) ganhavam visibilidade na discursividade produzida a partir e pelos agentes de pastoral. Os "Grupos de Evangelho" eram, apesar dos discursos em contrário, um espaço de indivíduos desigualmente dotados dos instrumentos simbólicos e materiais capazes de construir uma percepção totalizante do mundo social. Nas resoluções da 4ª Assembléia Diocesana, em 1971, se explicita o caráter ativo que assumem os agentes de pastoral, na medida em que seu papel é definido como sendo de *"**formar homens** capazes de instaurar a justiça no mundo, através da conversão, que transforma os corações, e de processo de educação que ensinem estes valores humanos e cristãos, e estimulem a busca de uma justiça integral."*[37].

---

[34]. 6ª Assembléia Diocesana, Julho de 1973, mimeo, cit. por MOURA, Ivanilde G. de, (1989), op. cit., p. 84.

[35]. *"Vamos continuar a formar Grupos de Evangelho, porque queremos construir verdadeiras comunidades cristãs."* DIOCESE DE GOIÁS, (1975). *As boas notícias: mensagem da Igreja de Goiás*, nº 22, cit. por MOURA, Ivanilde G. de, (1989), op. cit., p. 116.

[36]. Cântico muito utilizado pelos agentes religiosos na animação dos encontros e assembléias da Diocese de Goiás. Citado por PESSOA, Jadir de M. (1999a). *A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel.* Campinas, Kayrós, p. 152.

[37]. 4ª Assembléia Diocesana. Julho de 1971, mimeo, cit. por MOURA, Ivanilde de G. (1989), op. cit., p. 128, grifos meus.

Jadir de Morais Pessoa aponta que foram, particularmente, duas as *"estratégias pedagógicas"* utilizadas pelos agentes religiosos visando a "conscientização" dos trabalhadores: o *"recurso aos casos já acontecidos"* e a utilização sistemática de metáforas estimuladoras da *"reflexão crítica"* a partir dos textos bíblicos[38]. A fala de um ex-pároco da cidade de Ceres, então envolvido no trabalho da "Igreja do Evangelho" promovido pela Diocese de Goiás, dá total visibilidade e dizibilidade a uma prática utilizada enquanto estratégia "conscientizadora", na medida em que se utilizava da leitura e reflexão de uma passagem bíblica com um resultado previamente projetado pelos agentes de pastoral: desvelar uma realidade de injustiça que levasse os participantes a se engajarem em ações de natureza política.

> Nosso trabalho era sempre feito a partir do Evangelho. Sempre buscávamos textos que ajudavam a refletir a vida. Por exemplo: o que é timbete e o que é arroz? Tinha uma interpretação mais moral (pessoa de coração ruim, ambicioso). Espontaneamente o povo ficava nisso. Nós tínhamos que puxar para uma interpretação mais social e política. A gente queria falar era sobre a saúde do pessoal, a terra, os preços para os produtos.[39]

Conscientizar pressupunha possibilitar às pessoas a superação de uma visão "ingênua" do real (espontaneamente produzida pelo povo) em prol de uma visão "objetiva" (que só através do trabalho mediador dos agentes seria possível alcançar). Ingênuo é pensar que indivíduos dotados de saberes tão disparamente valorados pela sociedade moderna, possam estabelecer relações de igualdade. Considerando-se que saber é poder, e, portanto, fundamenta relações entre desiguais, destaca-se que o trabalho pastoral longe de representar um mero *"estar junto com os trabalhadores", "se colocar a serviço dos trabalhadores",* representa um trabalho efetivo de produção do real e de subjetividades de homens e mulheres que dele são objeto.

Os "Grupos de Evangelho" constituíram um espaço social estrategicamente construído no sentido de forjar uma identidade de interesses entre os trabalhadores ali reunidos, que deveria se materializar, naquele momento, na

---

[38]. PESSOA, Jadir de M., (1999a). *A revanche camponesa.* Goiânia, Editora da UFG.
[39]. PESSOA, Jadir de M., (1999), op. cit., p. 117.

criação de sindicatos ou na afiliação à "Oposição Sindical", no desenvolvimento de práticas de associativismo (como a "Associação da Vaca", em Itapuranga, que visava a compra e corte comunitário de cabeças de gado; a "Associação Pró-Leite" e a "Associação do Pequeno Produtor", no município de Ceres) e de roças comunitárias, como em Itaberaí.

Um recurso utilizado estrategicamente no sentido de difundir uma determinada visão de mundo e estimular a identificação de interesses entre os trabalhadores foi a "colonização" da prática cultural tradicional na região das modas de viola e das trovas por uma determinada discursividade. Documentos de difusão e mesmo as deliberações das Assembléias Diocesanas recorriam à linguagem poética popular como instrumento de *"conscientização da realidade"*.

Ainda que produzidas pelos próprios trabalhadores, não resta dúvida que esses produções culturais emergiam estimuladas e instrumentalizadas por uma determinada discursividade que tinha no trabalho de pastoral a sua principal referência. Elas refletiam uma determinada leitura da realidade que tem muito a ver com aquela produzida pelos agentes de pastoral em seu *"trabalho de reflexão"*. Tanto assim, que a Igreja passou a assumir o papel de propiciar a difusão dessa produção cultural, utilizando-a enquanto instrumento difusor de uma determinada apreensão do mundo. A própria Diocese de Goiás, entre 1978 e 1979, tornou possível a realização de dois encontros de violeiros na cidade de Itaberaí e criou as condições para sua transformação em disco[40].

A cantiga o *"Esteio da Nação"*, por exemplo, denunciava as condições de exploração que o proprietário fundiário submetia os meeiros da região:

Peço a Deus para ajudar
Nosso povo no sertão
Que está passando apertado
Nas garras dos tubarão;
Trabalhando só a meia
multa falta está sofrendo
No fim não sobra nada
ao patrão fica devendo.

---

[40]. REVERS, Isidoro, (1999), op. cit..

Só o juro carrega tudo,
Colheita não dá prá pagar.
Todo ano é assim,
E não tem prá quem queixar.
O patrão enche o armazém
Tem dinheiro à revíria
O pobre que trabalhou
Fica com a tuia vazia.

Por qualquer de cá uma palavra,
Manda embora da fazenda;
Não Preciso de você,
Arritira sua tenda.
Minha gente, está errado.
A terra Deus que deixou;
Quem morre não leva nada,
Quem morreu nunca levou.

Nosso Brasil é um ouro
Dá produto e tem riqueza
Só falta lá no sertão
Pro caboclo uma defesa.
Que trabalha o dia inteiro,
Capinando o seu roçado;
É os caboclo verdadeiro,
Brasileiro consagrado.

Isto eu falo de verdade
Vocês pode observar:
Os pobre não tem valor
Quase não tem onde morar
Eu peço nosso governo,
Dá uma volta no sertão,
Prá ter dó dos lavrador
Que é o esteio da nação.
(Pedro)[41]

Os "roçados comunitários" foram outra atividade bastante incentivada pelos agentes de pastoral da Diocese de Goiás no sentido de emular a produção de relações sociais assentadas na solidariedade, na fraternidade e na igualdade. Mais do que concretas iniciativas no sentido de melhorar as condições de

---

[41]. Contida nas deliberações da 8ª Assembléia Diocesana, julho de 1975, cit. por MOURA, Ivanilde G. de, (1989), op. cit., p. 179.

subsistência das pessoas neles envolvidos, os *"roçados comunitários"* constituíam espaços que oportunizavam a discussão de certos problemas e a vivência de determinados valores humanos. Eles representariam espaços exemplares da possibilidade da utopia almejada, da construção de relações de tipo comunitário, cujo referência histórica é dada pelos primeiros cristãos. Enfim, propiciariam *"o encontro das pessoas para abrir os olhos, soltar a língua, transformar sua maneira de pensar e agir, animar sua organização"*[42].

Ivo Poletto, sociólogo e participante ativo desse trabalho pastoral na Diocese de Goiás, aponta que o incentivo dos agentes de pastoral às práticas coletivas de produção e trabalho não podem ser explicadas unicamente pela aplicação dos princípios de "vida comunitária" contidas nos textos bíblicos. Segundo ele, durante as décadas de 70 e 80, muitos agentes de pastoral, algumas vezes ligados a partidos tradicionais de esquerda, tinham forte resistência ao trabalho com pequenos proprietários, pois reproduziam a concepção que os operários constituíam a única e efetiva força social revolucionária; para eles, o camponês era um entrave à transformação social[43]. Como a Igreja se propunha a trabalhar com todos os pobres do campo, *"uma das saídas para o impasse foi a condicionalidade trabalho coletivo para dar sentido às iniciativas junto aos novos proprietários. De preferência, a terra não deveria ser titulada para cada família, mas ser coletiva. O processo de trabalho deveria ser coletivo também. O exercício do coletivo era visto como uma espécie de batismo, uma prática capaz de evitar que o egoísmo camponês corrompesse os que nunca foram proprietários."*[44].

A principal experiência nessa linha foi a constituição da *"Promoção Social Jussarense"*, no município de Jussara, entre os anos de 1971 e 1977, estimulada pelo Pe. Francisco Cavazutti, cuja terra e meios de produção foram adquiridos com recursos financeiros oriundos de entidades religiosas internacionais. Apesar

---

[42]. DIOCESE DE GOIÁS, (s.d.).*As boas notícias: mensagem da Igreja de Goiás.* Mimeo, cit. por MOURA, Ivanilde G. de, (1989), p. 106.
[43]. Ver MARTINS, José de S., (1983), op. cit..
[44]. POLETTO, Ivo, (1997). A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da história da CPT. In SECRETARIADO NACIONAL DA CPT. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois.* São Paulo, Paulus, p. 37.

do tempo relativamente longo em que se desenvolveu, a experiência acabou por repetir a trajetória rotineira do "fracasso", atribuído, na ótica dos agentes de pastoral, a problemas como *"individualismo"* e à *"ausência de consciência moral, política e religiosa dos trabalhadores"* que impediriam o cooperativismo, o companheirismo e a união. A desqualificação simbólica constituiu quase sempre o *"lugar comum"* explicativo para o baixo resultado de projetos propostos aos agricultores.

As resistências ao desenvolvimento desse trabalho não foram pequenas e seus resultados foram muito questionados. Ao propor uma "nova evangelização" centrada na idéia da produção de homens e mulheres comprometidos com uma prática libertadora que visasse a transformação de uma realidade qualificada como injusta e opressora, a *"Igreja do Evangelho"* acabou por desqualificar não apenas as práticas religiosas arraigadas no catolicismo popular, como também as práticas rituais e sacramentais tradicionalmente difundidas pelo catolicismo oficial.

Foram desprezadas as práticas sacramentais tradicionais como o batismo, a primeira comunhão, a crisma, as novenas, as rezas de terço e mesmo a missa em prol de práticas consideradas menos rituais e centradas não mais no espaço físico da catedral, mas nos "grupos de evangelho". Além disso, as festas religiosas tradicionais do catolicismo popular da região (particularmente, as chamadas Folias de Reis) foram abertamente desestimuladas e, durante um certo período, proibidas. Nessa perspectiva, pode-se apontar que a "nova ação evangelizadora", que se propunha libertadora, envolveu uma prática de violência simbólica sobre homens e mulheres que exercitavam uma religiosidade alicerçada tanto no exercício de determinados cultos e ritos professados historicamente pela Igreja, quanto em expressões lúdico-religiosas (as festas de padroeiros, as Folias de Reis, as festas juninas, as procissões, etc.) construídas na vivência do cotidiano da vida rural[45].

---

[45]. Para uma análise mais detalhada remeto o leitor a PESSOA, Jadir de M., (1999a), op. cit. e MOURA, Ivanilde de G., (1989), op. cit..

2.3. EMERGE OUTRO AGENTE DISCURSIVO: A CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA)

A partir de um encontro realizado em Goiânia, em 1975, coordenado por Dom Moacyr Grecchi e com a ativa participação de Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduíno, foi fundada a Comissão Pastoral da Terra[46]. Ela nascia sob a égide das preocupações com o acirramento dos conflitos sociais no campo, em particular na Região Amazônica, onde os planos econômicos governamentais estimulavam a expansão de grandes empreendimentos agropecuários e a especulação fundiária e a conseqüente expropriação de pequenos agricultores desprovidos do título legal de propriedade da terra (posseiros) e índios. Seus objetivos iniciais estavam voltados, sobretudo, à denúncia das formas de violência que se exerciam sobre os posseiros e índios da Amazônica e à formação e desenvolvimento de um *"trabalho pastoral"* que se propunha a *"apoiar e assessorar"* os trabalhadores rurais em suas lutas de resistência à expropriação.

> Evitando ser um movimento, para não repetir experiências anteriores e para não substituir as iniciativas e organizações autônomas dos trabalhadores, ela deveria ser uma comissão: um serviço em favor do crescimento da articulação, proporcionando as assessorias necessárias, promovendo a dinamização dos trabalhos pastorais em favor das comunidades camponeses da região (amazônica).[47]

O trabalho pastoral que estimulava e mesmo coordenava a implantação e desenvolvimento da "Oposição Sindical" no Estado de Goiás foi acrescido, a partir de 1976, com a criação da CPT – Regional de Goiás. CPT e Diocese de Goiás

---

[46]. A CPT é uma entidade de caráter ecumênico, ainda que seja dominante a presença de representantes do credo católico. Sua estrutura organizacional é composta por um Secretariado Nacional, localizado em Goiânia-GO, e por 21 regionais cujos escritórios normalmente se localizam nas capitais dos Estados. Além disso, muitas dioceses mantêm igualmente escritórios locais (como é o caso da Diocese de Goiás). Ainda que vinculada à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) possui autonomia administrativa e pastoral: seus dirigentes e as principais deliberações são tiradas em assembléias nacionais e regionais compostas pelo clero e também por leigos. Sobre a trajetória institucional da entidade, ver BRITTO GOES, César Hamilton, (1997). *A Comissão Pastoral da Terra: história e ambivalência da ação da Igreja, no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Dissertação de mestrado em Sociologia/UFRGS; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1983). *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis, Vozes; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1985). *Conquistar a terra, reconstruir a vida*: CPT – dez anos de caminhada. Petrópolis, Vozes e COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1997). *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo, Paulus.

passaram, conjuntamente, a desenvolver *"um trabalho de educação e formação política. Agiram produzindo material, viabilizando cursos, encontros e reuniões que resultaram na organização da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais do Estado de Goiás."*[48]. Além desse trabalho ativo no campo sindical, que resultará na formação da CUT-GO (Central Única dos Trabalhadores), os agentes de pastoral tiveram forte influência na formação do PT (Partido dos Trabalhadores) em Goiás, no final da década de 1970.

Como observa um membro da CPT envolvido nesse trabalho de organização sindical, a chamada "Oposição Sindical", embora com o controle da direção de alguns sindicatos municipais de trabalhadores (Anápolis, Boa Vista e Nova Veneza), tinha baixa capacidade de capilaridade e o trabalho, na prática, era desenvolvido pela própria CPT Regional e pela Diocese de Goiás:

> Mas esse trabalho tinha muito mais repercussão do que a CPT fazia do que a organização dos trabalhadores dessa Oposição Sindical. A força política era muito pequena a nível de mostrar prá sociedade que eram os trabalhadores rurais que estavam organizados. A fachada ainda levava era a CPT. Não era uma organização dos trabalhadores rurais. (entrevistado por Jadir de Morais Pessoa, em março de 1994).

Em 1982, a CPT – Regional de Goiás realizou uma pesquisa no sentido de identificar as diferentes categorias de trabalhadores rurais presentes na região de abrangência do trabalho pastoral desenvolvido e, a partir disso, estabelecer as principais diretrizes e prioridades de ação. O interessante, contudo, é observar como a própria efetivação da pesquisa e o uso de seus resultados estavam estrategicamente articulados ao trabalho desenvolvido pelos agentes de pastoral.

Nessa perspectiva, fez-se uso da metodologia de "pesquisa participante", a qual consistiria numa *"forma educativa que leva o grupo que a executa a um conhecimento da sua realidade"*[49]. Ou seja, os trabalhadores envolvidos no trabalho pastoral foram, ao mesmo tempo, pesquisadores e pesquisados. As questões propostas, de acordo com os formuladores da pesquisa, *"permitem a compreensão e o entendimento da realidade em que se encontram"*; nesse

---

[47]. POLETTO, Ivo, (1997), op. cit., p. 35.
[48]. REVERS, Isidoro, (1999), op. cit., p. 108.
[49]. REVERS, Isidoro, (1999), op. cit., p. 129.

sentido, a própria investigação operava no sentido de estimular uma reflexão entre trabalhadores que legitimasse as formas de apreensão e hierarquização do mundo social proposta pelos agentes de pastoral em sua discursividade. Perguntas como *"quais os problemas que mais atrapalham a vida do trabalhador rural?", "porque acontecem estes problemas?", "por que os trabalhadores muitas vezes não exigem seus direitos no trabalho e na Justiça"* e outras agiam para que o trabalhador passasse a pensar a sua "realidade" como configurada a partir de uma polarização social com os fazendeiros da região; do mesmo modo, operavam no sentido de que o trabalhador se desse conta que a saída para os seus problemas consistia naquela proposta pelos agentes religiosos: a organização coletiva e, particularmente, a sindicalização.

Os resultados obtidos pela pesquisa eram utilizados também com o estratégico fim de ajudar na "conscientização" dos trabalhadores. Uma cartilha intitulada *"Uma luta encolhida"*, produzida pela CPT - Regional Goiás, expondo os principais resultados da pesquisa, passou a funcionar como um *"material para conscientizar os trabalhadores assalariados da sua área, estimulando a sua organização através do sindicato, na luta pelos seus direitos"*[50].

Além desse trabalho na área sindical, a CPT Regional Centro-Sul de Goiás, sempre em ação conjunta com os agentes de pastoral da Diocese de Goiás, a partir da primeira metade da década de 1980, se envolveu ativamente na mobilização e organização dos trabalhadores em luta pela terra, particularmente através das ocupações de fazendas consideradas improdutivas.

Ainda que a ocupação da Fazenda Mosquito, na Cidade de Goiás, em 1985, seja considerada "oficialmente" o marco histórico referencial da retomada da luta pela terra no Estado[51], outros conflitos haviam se desdobrado anteriormente, como as "resistências na posse" na Fazenda Maria Alves, em 1980, município de Itapuranga, e nas Fazendas Estiva, na Cidade de Goiás, e Serra Branca, em

---

[50]. REVERS, Isidoro, (1999), op. cit., p. 130.

[51]. Em meu entender, resultado de um trabalho de monumentalização operado por diferentes entidades que visou, estrategicamente, consagrar simbolicamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos processos de luta pela terra no Estado a partir de então. Jadir de Morais Pessoa analisa o fenômeno sob a mesma perspectiva. Ver PESSOA, Jadir de Morais, (1999a), op. cit..

Itapirapuã, no ano de 1984. A luta desses posseiros teve a participação ativa dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga e Goiás, da Diocese de Goiás e da CPT.

Estimulada pelos conflitos na região e pelos ecos da organização dos "colonos sem terra" no sul do país, a CPT assumiu o papel de articular a organização do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no Estado. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a participação de trabalhadores rurais e agentes de pastoral goianos no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Curitiba-PR, em janeiro de 1985. *"De Goiás vão 30 companheiros com o compromisso de levar a situação dos sem-terra e trazer experiências novas que possam ajudar na nossa luta pela terra."*[52].

Nesse mesmo ano, a Diocese de Goiás promoveu a vinda de quatro representantes do Movimento Sem Terra do sudoeste do Paraná, para que auxiliassem no trabalho de articulação do Movimento no Estado e ajudassem na preparação daquela que seria a primeira ocupação de terra em Goiás – a Fazenda Mosquito:

> Então, todo o trabalho feito pelos dois companheiros que vieram do Paraná, foram nas comunidades e repassaram de uma forma como eles mesmos sabem, as questões mínimas para a organização dos trabalhadores sem terra. O que é necessário, tirar comissões, tirar pessoas que sejam responsáveis prá ver o problema de alimentação, prá ver o problema da lona, transporte, ver o local que vai ser feita a ação... O objetivo nosso era para que os trabalhadores sem terra do Estado de Goiás pudessem estar ouvindo dos trabalhadores sem terra do Paraná, como é que eles estavam fazendo a sua luta em prol da conquista da terra. (Secretário da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, entrevistado por Jadir de Morais Pessoa, em março de 1994).

> A Mosquito foi a primeira ocupação organizada no método do MST! Tanto que o MST nasce aqui meio misturado, ninguém sabia bem quem era CPT e quem era MST. Havia uma identificação de tal forma que se misturava às vezes e não se tinha uma distinção de função, de tarefas, de atuação no comando político e tal. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás, entrevistado pelo autor em novembro de 2000).

---

[52]. CPT REGIONAL CENTRO SUL DE GOIÁS, (1985). *O plantador.* Goiânia, fevereiro, cit. por CURADO, Fernando F., (1998). *Ocupação e assentamento na Fazenda Rio Vermelho: a constituição do agricultor assentado na região de Goiás.* Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, p. 77.

O MST foi oficialmente criado em Goiás em 1986, com a realização do 1º Encontro Estadual dos Sem Terra, com o estabelecimento de uma Comissão Estadual Provisória e com a instalação da Secretaria do Movimento, sediada em Goiânia. O responsável pela Secretaria e representante oficial do Movimento no Estado foi indicado pela CPT e pela CUT-GO e tinha sua trajetória marcada pelo trabalho com "educação popular" nas Comunidades Eclesiais de Base em São Paulo[53].

> Nas discussões nossas dentro da CPT era a idéia de trabalhá no sentido de que o Movimento Sem Terra pudesse fazê o casamento, a integração com o movimento sindical. E a gente consegue tê uma Secretaria da Oposição Sindical e do Movimento Sem Terra na CUT. Então, se trabalhô nessa perspectiva. Por isso que alguns sindicatos se envolveram nessa luta. (Secretário da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Centro-Sul de Goiás).

No entanto, essa tentativa de aproximação entre o MST e o "movimento sindical", representado pelo Departamento Rural da CUT-GO e pela "Oposição Sindical", não se concretizaria. Pelo contrário, rapidamente, as relações entre as duas instâncias se distenderam e demarcaram-se campos de atuação bastante distintos. Essas divergências estavam centradas, por um lado, no entendimento do Movimento de que sua ação deveria ser autônoma, completamente desatrelada das esferas de decisão da burocracia sindical e, por outro, na priorização pelos órgãos sindicais das lutas travadas pelos assalariados rurais.

Assim, CPT e MST desenvolveram, a partir de então, um trabalho articulado de organização dos trabalhadores na luta pela terra diante da ausência da instância oficial de representação sindical do trabalhadores rurais no Estado – a FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás). No entanto, no final da década de 1980, começaram a se expressar as primeiras divergências quanto *"às formas de organização dos trabalhadores rurais"*. Aliada a discordâncias "metodológicas", a fraca estruturação do MST no Estado contribuiu de forma expressiva para que a CPT passasse gradativamente a assumir a própria responsabilidade pela organização dos trabalhadores para a luta pela terra, principalmente na Cidade de Goiás:

---

[53]. CURADO, Fernando F., (1998), op. cit., p. 90.

> ... quando ele (o Movimento) diz: *"Nós precisamos ser autônomos."*, ele faz isso como todo movimento que tá buscando autonomia, de certa (forma) com o rompimento sério... mas ele não tinha estrutura suficiente ainda prá canalizar toda luta e ai ficou um vácuo que consequentemente e naturalmente a gente (CPT) vai assumir.[54]

Ainda que atuassem conjuntamente nas ações de ocupações de terra no Estado, as relações entre agentes religiosos e MST eram marcadas por uma tensão permanentemente. Segundo um agente de pastoral me relatou, havia um questionamento até mesmo das orientações do Movimento em esfera nacional, colocando-se em discussão o caráter *"muito sulista"* da Organização, que não respeitaria a heterogeneidade dos personagens sociais em luta pela terra nas diferentes regiões do Brasil.

Em Goiás, que naquele momento ainda abrangia o território do futuro Estado de Tocantins, as lutas dos posseiros contra grileiros e grandes empreendimentos agropecuários que se estabeleciam na região do chamado "Bico do Papagaio" (região localizada ao sul dos Estados do Pará e Maranhão e norte do então Estado de Goiás) eram, embora com dificuldades de adquirir visibilidade social e política, as que mais demandavam a atenção do trabalho dos agentes religiosos.

> Eu diria que enquanto o pessoal do Movimento Sem Terra fazia muito alarde da coisa, do embate político, os posseiros do Bico do Papagaio, silenciosamente, eles tinham que fazê sua resistência, inclusive armada, prá defendê as suas lavouras do gado do latifúndio que tocava o boi lá prá dentro. Então era um confronto já existente e nem sempre o Movimento Sem Terra levou isso em consideração! (Secretário da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Além disso, segundo o mesmo agente de pastoral, na segunda metade da década de 1980, o Movimento teria começado a priorizar uma discussão em torno da questão da produção nos assentamentos, estimulando a adoção de modelos de organização técnico-produtiva de caráter modernizante e produtivista. Essa priorização do aumento de produção e produtividade, na ótica do agente, não se coadunaria com a realidade dos posseiros da região, onde *"era uma resistência a tudo. Não adiantava você tentá modernizá uma agricultura aqui porque você não ia tê mercado mesmo! Você tinha que era se protegê e tentá uma sobrevivência!*

---

[54]. Agente pastoral da Diocese de Goiás, cit. por CURADO, Fernando F., (1998), op. cit., p. 96.

Isso não se casa, isso não se incorpora, isso não se integra no processo do Movimento Sem Terra" (Secretário da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

O envolvimento com a organização dos trabalhadores não se dava, entretanto, unicamente ao nível institucional. Os agentes de pastoral passaram a assumir o entrelaçamento com a luta social não apenas na mediação e representação política, mas também através da ação direta e emocional nas estratégias adotadas:

> Inclusive só nessa região eu ajudei cortá 48 arames... Eu fazia questão de ir junto, 2 horas da madrugada, e cortá o primeiro arame! Com boina e tudo! (risos). A gente se empolga. E nessa empolgação e sem a CPT tê uma identidade... até a CPT tava achando bom isso, porque a CPT também começô a criá nome e tudo. (ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás de Goiás, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001).

O agravamento dos conflitos entre MST e CPT e as grandes dificuldades de inserção e legitimação do Movimento na condução da luta pela terra no Estado, levou a que, rapidamente, a CPT cumprisse esse papel. *"A CPT, em vez de só assessorar, começou a definir rumos."*[55].

Um ex-agente de pastoral da Diocese de Goiás, no entanto, percebe com outros olhos esse conflito no campo da representação entre CPT e MST. Segundo ele, *"prá nós estava claro, quando nós sentávamos e discutíamos, estava claro o papel da CPT. Só que para os trabalhadores já não estava mais!"*. Ou seja, na sua percepção, ainda que a CPT estivesse ciente do papel arriscado que estava assumindo nos processos de luta pela terra no Estado, ela teria sido envolvida pela demanda dos próprios trabalhadores diante da debilidade ou ausência de outros órgãos de representação:

> Nós praticamente assumimos a liderança da luta pela terra na região. Então, nós começamos concorrê no mesmo campo. Antes, a gente era uma entidade que tava fazendo nascê a coisa, promovendo a luta, mas na perspectiva de o trabalhador sê o sujeito da sua própria luta. E durante muitos anos, a partir da Lavrinha, nós praticamente nos transformamos no movimento de luta pela terra e na terra. Tanto que o Movimento teve uma presença muito limitada e até os dias de hoje ele

---

[55]. Agente de pastoral, cit. por KREUTZ, Ineiva T., (1999). *Religião e educação: a face (re)velada do movimento social rural.* Goiânia, Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira/UFG, p. 80.

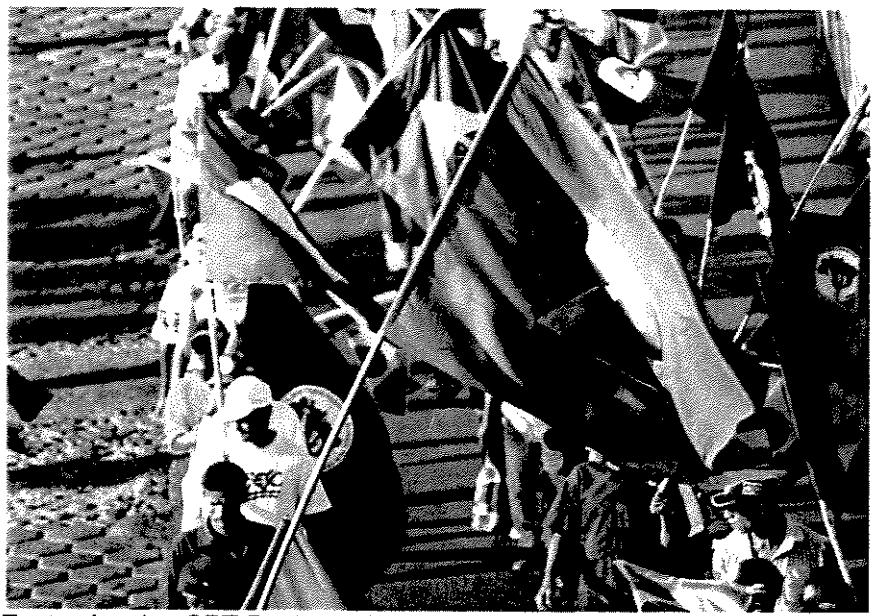
> tem problemas aqui no Município. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás, entrevistado pelo autor em novembro de 2000).

Alguns dados da Reforma Agrária em Goiás, obtidos junto ao INCRA, constróem uma idéia ao menos aproximada da intensidade da capacidade de intervenção da CPT na organização dos trabalhadores rurais sem terra em Goiás, principalmente na área de abrangência da Diocese de Goiás. Até 1994, quando a CPT e a Diocese constituíram as principais entidades de organização da luta pela terra no Estado, dos 22 assentamentos de reforma agrária existentes no Estado, 7 (31,8%) deles localizavam-se no município de Goiás; do total de 1.242 famílias assentadas, 266 (21,41%) o foram em Goiás; e do total de 98.568,46 ha desapropriados, 10.558,53 (10,7%) constituíam parte territorial do município de Goiás[56].

Na foto abaixo, aparece claramente, ao lado das bandeiras do MST, uma bandeira da CPT na famosa "Marcha dos 100 mil", em Brasília, em 1999. De acordo com informações obtidas com um assessor pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, essa bandeira teria sido levada pela delegação dos trabalhadores rurais da Paraíba. Segundo ele, em Goiás, foi discutida a possibilidade do uso de uma bandeira da CPT no trabalho de organização dos trabalhadores rurais, mas Dom Tomás Balduíno teria sido contra a idéia pois em sua ótica era preciso cultivar e veicular os *"símbolos produzidos pelos próprios trabalhadores rurais"*. De qualquer forma sua presença é claramente indicativa da ambigüidade de papéis que assumiam os agentes religiosos em seu trabalho pastoral junto aos trabalhadores rurais.

---

[56]. INCRA SR 04, (1999). *Relação dos projetos de assentamento criados no Estado de Goiás.* Goiânia.



Fonte: Arquivo CPT Regional Centro-Sul de Goiás (autor ignorado).

Na ótica dos agentes de pastoral, a CPT assumiu a liderança na organização da luta pela terra no Estado não a partir de um interesse deliberado previamente, mas como decorrência de contingências: a baixa receptividade das formas de mobilização e organização propostas pelo MST no Estado em decorrência do uso de *"métodos de trabalho inadequados"*, autoritários, impositivos e desrespeitosos à cultura dos camponeses. A fala de um agente de pastoral revela, contudo, também uma certa desilusão com a perda do controle político de lideranças que teriam sido incentivados a entrar na luta a partir do trabalho da Igreja mas que estavam se afastando e adotando outras posturas e discursos:

> Vários fatores que levaram a esse conflito, mas o principal problema que eu acho que atrapalhô um pouco a atuação do MST foi quando eles tentaram formá a segunda leva de lideranças. Que eles levaram alguns jovens daqui pro Rio Grande do Sul e os meninos que foram todos cheios de fé, religiosos, voltaram ateus. Voltaram ateus e pregando o ateísmo pros trabalhadores. E aí se deram mal porque os trabalhadores são profundamente religiosos e aí imediatamente começô a havê uma divergência séria e um afastamento desses trabalhadores do Movimento. A Pastoral da Terra acho que não teve a maturidade suficiente prá percebê esse momento e acabô assumindo as funções do MST. Nós praticamente assumimos a liderança da luta pela terra na região. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

O quadro de disputas pelo monopólio da representação dos trabalhadores rurais goianos se acirrou, significativamente, em 1992, com a filiação da FETAEG à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a formação de uma nova diretoria que representava uma outra composição de forças políticas. A partir de então, reconfigurou-se um quadro em que a FETAEG, assessorada pela CPT[57], passou a atuar na organização das ocupações de terra, contrapondo-se às iniciativas articuladas pelo MST, que encontrava enormes dificuldades de se expandir no Estado:

> ... quando a CPT incorporou junto com a Federação mais visivelmente, ai sim o racha com o MST cresceu mais.[58]

Fortalecida por toda a histórica inserção da Igreja na organização dos trabalhadores rurais do Estado, a FETAEG, na década de 1090, se tornou a principal força de organização e estímulo às ocupações de terra.

> Na atualidade, dos 60 projetos de assentamento acompanhados pelo Incra em Goiás, 47 deles já foram implementados, sendo 33 pré-assentamentos e 14 assentamentos. Dos pré-assentamentos, 27 deles (82%) estão sob a coordenação da FETAEG e apenas 6 (18%) são resultantes do trabalho do MST. Além dos 13 projetos em implementação, existem 22 acampamentos ainda sem ter sequer iniciado o processo de desapropriação. Desses, 17 (77,3%) ligados à FETAEG e os 5 restantes (22,7%) ao MST.[59]

Apresentando dados do *"DATALUTA: Banco de dados da Luta pela Terra"*, Bernardo M. Fernandes expõe que, de 113 assentamentos de reforma agrária existentes em Goiás até 1999, apenas 16 seriam ligados politicamente ao MST (13% do total); do mesmo modo, apenas 9% das famílias assentadas seriam vinculadas ao MST[60]. Ratificando a baixa inserção do Movimento no processo de organização e articulação política da luta pela terra no Estado.

---

[57]. Ao contrário de outros Estados (especialmente no sul do país) onde o fortalecimento do MST praticamente representou o afastamento da CPT do papel de organizar os processos de luta pela terra e o corolário privilegiamento das chamadas "lutas na terra" (especialmente no trabalho junto aos agricultores familiares); em Goiás, a CPT, conjugada à FETAEG, constitui agente ativo na mobilização de trabalhadores rurais em luta pela terra, principalmente através das ocupações de terra.

[58]. Agente de pastoral, cit. por CURADO, Fernando F., (1998), op. cit., p. 104.

[59]. Jornal da Segunda, Goiânia, 14/04/97, p. A5, cit. por CURADO, Fernando F., (1998), op. cit., p. 105.

[60]. FERNANDES, Bernardo M., (2000). *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis, Vozes.

Um relato me parece bastante elucidativo dos conflitos que se travavam entre CPT e MST nos processos de organização da luta pela terra no Estado. Divergências que não se explicitariam apenas no campo do método, mas também na dimensão da afirmação dos símbolos representativos da luta social:

> Dentro do método de ocupação, nós tínhamos no nosso pensamento que as pessoas precisavam sê tratadas com mais humanidade! Com mais humanidade e não com muita coisa áspera. E aí já criava um conflito com o método do MST. Nós também tínhamos uma idéia de que precisávamos respeitar a cultura, a cultura religiosa das pessoas que estavam ali. E aí no R. G. aconteceu uma coisa muito chata... O R., que era do MST, ele fazia tiro ao alvo na cruz que o pessoal levava e fincava na terra! Porque era uns menino que pegavam uma formação em São Paulo e no Espírito Santo que parece que parava a formação deles na Idade Média... Eles não compreendiam as transformações da Igreja depois do Concílio Vaticano II... E eles não relativizavam as coisas, que tinha Bispos na luta... Eles colocavam tudo no geral de que a Igreja era conservadora. Então esse era um conflito. (ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Observa-se um evidente trabalho discursivo do ex-agente no sentido de qualificar positivamente as formas de ação dos religiosos (respeito à cultura, método humanista, sensibilidade com a diversidade, flexibilidade) e, em contrapartida, desqualificar o "método do MST" (desrespeito à religião e à cultura dos camponeses, falta de maturidade porque eram uns "meninos", rigidez e ortodoxia nas formas de trabalho). Enquanto os agentes de pastoral centrariam seu trabalho na preservação da pessoa, de sua individualidade, o MST é construído como exclusivamente preocupado com as estratégias, privilegiando o enfrentamento político em detrimento dos interesses imediatos daqueles envolvidos nos processos de conflito social:

> O MST privilegiava a estratégia e nós privilegiávamos a pessoa. Esse é outro ponto de divergência. Porque em alguns acampamentos, na hora do despejo, que tinha uma roça prá colhê, a gente preferia negociá, prá colhê a roça, prá depois saí. Eles não! Eles preferia a estratégia do enfrentamento prá forçá a negociação! (...) Não dá prá gente negá que a prioridade é a pessoa humana, porque isso faz parte do nosso ponto de referência, que é a perspectiva da fé e da defesa da pessoa. Em muitos momentos, a gente achô que o Movimento usava muito as pessoas em função das estratégias sem levá em conta os riscos dessa utilização! Então, esse foi outro dos motivos que levô a gente a tê um certo distanciamento. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Além disso, segundo o mesmo agente de pastoral, a Igreja tinha outras fontes de legitimidade do seu trabalho, particularmente conferida pelo histórico

trabalho de organização das Comunidades Eclesiais de Base (os "Grupos de Evangelho") na periferia da Cidade de Goiás – *"aí você cria referência"*, e também pela própria vantajosa estrutura de apoio que o nascente MST não tinha condições de oferecer: *"Nós tínhamos 3 caminhões, carro, comida, pouso... isso influi muito na cabeça dos trabalhadores! E com isso, a Igreja criô a hegemonia na luta pela terra..."* (ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Conflitos entre MST e agentes de pastoral que não se expressaram unicamente na divisão entre ocupações de terra organizadas por uma ou outra entidade, mas também em disputas no interior dos próprios acampamentos (na disputa por quais famílias seriam assentadas na área ocupada) e assentamentos (na disputa por diferentes projetos de organização da produção) e mesmo na disputa de uma mesma área de terra por diferentes grupos de trabalhadores representados pelas duas entidades[61].

Na segunda metade da década de 90, segundo alguns agentes de pastoral, teria havido uma rediscussão do papel da CPT na organização da "luta pela terra" no Estado. *"A partir de 96, nós já começamos a fazê uma análise, uma autocrítica. Percebendo que a gente tava assumindo funções que não eram nossas."*[62]. Decorre disso, então, que apesar de continuar a assessorar diretamente a FETAEG tanto no campo da formação sindical, quanto no trabalho em acampamentos e assentamentos, a CPT passou a acentuar um caráter mais evangelizador em seus trabalhos, particularmente através da realização das "Jornadas Bíblicas".

> Então, a gente tá entendendo que o papel da CPT, hoje, é o fortalecimento do MST, o fortalecimento do Sindicato, das Cooperativas, dos trabalhadores! A gente começa a percebê que as organizações começam a reflorescê no Município. Isso por quê? Porque a gente tá assumindo um outro ponto de vista. A gente não tá aceitando mais coordená um acampamento, a montá um acampamento, a prepará um acampamento... Não aceitamos! Não é papel nosso. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

---

[61]. CURADO, Fernando F., (1998), op. cit.; KREUTZ, Ineiva T., (1999), op. cit.; PESSOA, Jadir de M., (1999b). *A revanche camponesa.* Goiânia, Editora da UFG e SOUSA, Regina Sueli de, (1997). *Ordem e contra-ordem: o processo político constitutivo do MST na especificidade do Assentamento Rio Vermelho.* Brasília, Dissertação de Mestrado em Política Social/UnB.

[62]. Agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás, novembro de 2000.

Portanto, os anos 1990 representaram o alastramento da estratégia da ocupação de terras pelos trabalhadores no Estado e a cristalização de uma polarização no campo da representação caracterizada, por um lado, pela ação da FETAEG, assessorada pela CPT, e, de outro, pela crescente influência (ainda que minoritária) do MST na organização principalmente de trabalhadores vivendo na periferia da cidade de Goiânia ou mesmo de municípios do interior do Estado.

2.4. A IGREJA E AS PRÁTICAS PRODUTORAS DE SUBJETIVIDADE DOS TRABALHADORES RURAIS EM GOIÁS

Ao longo dos anos 1980 e 1990, a CPT Regional Centro-Sul de Goiás e a CPT Diocesana de Goiás colocaram em ação um conjunto de estratégias orientadas no sentido de materializar seus objetivos de contribuir com a organização dos trabalhadores rurais no Estado, tanto no que diz respeito à *"luta pela terra"* quanto à *"luta na terra"*. Esquadrinho, especificamente, as iniciativas devotadas a estimular os trabalhadores a se engajarem em processos de luta social pela terra e a conformar determinadas formas de pensar e específicas sociabilidades, sensibilidades e práticas sociais.

Parto do pressuposto de que tanto a subjetividade individual e coletiva, quanto as práticas sociais, não são o reflexo direto das determinações de uma superestrutura ideológica e de presumíveis "condições objetivas", muito menos o mero produto de uma introspecção individual. A subjetividade consiste numa específica maneira de ver e construir o mundo que, simultaneamente, produz e é produzida pelo mundo social; é um elemento estruturante e estruturado do mundo social[63]. A subjetividade é, nessa perspectiva, produto do agenciamento de múltiplos discursos e práticas sociais que instituem o sujeito: familiares, escolares, religiosos, dos meios de comunicação, da cultura, da política, do trabalho. Enfim, a

[63]. BOURDIEU, Pierre, (1990). Espaço social e poder simbólico. In *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense; ELIAS, Norbert, (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

subjetividade é construtora e construída nos múltiplos feixes de relações sociais em que o indivíduo se socializa ao longo de sua existência.

Na medida em que subjetividade e práticas sociais são fabricadas e modeladas no registro social[64], analiso aqui como a Igreja em Goiás, particularmente através de seu trabalho "pastoral", tem engendrado um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas devotados à produção de determinadas formas de pensar, sentir e agir entre os trabalhadores rurais do Estado.

2.4.1. A Cultura Camponesa e seu Agenciamento pelas Práticas Discursivas dos Agentes de Pastoral

Um dos recursos estratégicos utilizados no trabalho de "conscientização" dos trabalhadores rurais pelos agentes de pastoral é o incentivo às formas de produção cultural típicas das populações rurais do sertão brasileiro. Isso significa dizer que diferentes manifestações da "cultura camponesa" passam a ser agenciadas como instrumentos de difusão da discursividade elaborada pelos agentes religiosos.

Analiso especificamente como o trabalho pastoral em Goiás se valeu das músicas populares regionais como forma de difundir uma determinada percepção do mundo social e de propor caminhos possíveis para a superação de uma realidade produzida enquanto marcada pela injustiça e pela desigualdade social. A arte, nessa perspectiva, se torna o espelho de uma determinada realidade e se coloca a serviço de um discurso ético, representando muito mais do que uma expressão estética; além disso, assume um caráter instrumental, na medida em que passa a operar como um instrumento político-pedagógico devotado à formação de "subjetividades revolucionárias". Assim, a expressão artística assume a função *"não só de representar o real, mas explicá-lo, descobrindo o processo social que o determina. Deve ser uma arte presa aos limites da verdade, da*

---

[64]. GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely, (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo.* Petrópolis, Vozes.

consciência, do real, da revolução, da política, deve ser um conhecimento submetido a fins éticos previamente traçados."[65].

"Cantos dos Lavradores de Goiás" é uma publicação organizada pela CPT Regional Centro-Sul de Goiás que contém as letras de 21 músicas compostas por trabalhadores rurais goianos, acompanhada por uma fita cassete contendo as gravações sonoras das referidas músicas. Na apresentação da brochura, os responsáveis pela publicação apontam que o processo de seleção das músicas foi orientado pela preocupação de divulgar aquelas que *"são fáceis de cantar e que ajudem bastante a animar os companheiros nas suas lutas e organizações"*[66]. Torna-se claro, então, os fins explicitamente estratégicos do documento: é destinado ao uso no próprio trabalho pastoral, seja durante os encontros bíblico-pastorais, celebrações ou mesmo reuniões e assembléias. A música assume o papel de animar, de celebração mística nos encontros entre agentes de pastoral e trabalhadores rurais. Mística que é entendida como a motivação para transformar o presente e construir a utopia sonhada – o Reino de Deus, *"paixão teimosa e garra militante do dia a dia", "atitude profética militante"*[67].

Se a mística *"motiva e ilumina a prática da luta pela terra e na terra"* e se *"celebrar é tão importante quanto reunir, organizar, articular ou assessorar os trabalhadores rurais e suas instâncias"*[68], então a música, utilizada no trabalho pastoral, deixa de ser tão somente um exercício lúdico e propiciador de momentos de diversão para passar a constituir um instrumento estratégico voltado à produção de consciências e à ação transformadora do social. Uma expressão artística com uma positividade política que difunde discursos que se materializam em práticas, em instituições, em organizações e movimentos sociais e políticos e, principalmente, em subjetividades individuais e sociais.

---

[65]. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de, (1999). *A invenção do nordeste e outras artes.* Recife, FJN/Ed. Massangana, São Paulo, Cortez, p. 191.
[66]. CPT REGIONAL CENTRO SUL DE GOIÁS, (s.d.). *Cantos dos Lavradores de Goiás.* Goiânia, p. 5.
[67]. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1995). Terra e mística frente ao projeto de exclusão. *Debate e Formação*, nº 4, Goiânia, p. 31 e 32.
[68]. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1995), op. cit., p. 19.

Os agentes de pastoral estimulam a produção e difusão de uma "arte realista", politicamente engajada e que procura operar na construção da identidade de classe dos trabalhadores rurais: uma arte a serviço da política. Assim, as músicas tematizam, em sua grande maioria, as condições sociais de existência desses trabalhadores, caracterizando-as a partir de relações de exploração e dominação social, hierarquizando o mundo social entre pobres e ricos, pequenos e grandes.

A construção objetivista da realidade é particularmente expressa na música elucidativamente intitulada "Espelho da Realidade", de autoria dos irmãos Pedro e Onofre. Ela reflete o tipo de transformações que estavam em curso na segunda metade do século XX na região, particularmente na transformação do agregado das fazendas em meeiro ou lavrador diarista e na expansão das grandes fazendas de gado.

Os patrão que tem fazenda
Pros pião já tem falado
"Vou arranjá um vaqueiro
Não quero mais agregado
Vou deixá de tocar roça
Os meus plano tá mudado
Vou fazer esta colheita
Porque sou financiado
Lavoura não dá mais nada
Eu já tô sacrificado
Minhas máquinas tudo é cara
Adubo é um preço danado
Na lavoura eu ponho capim
Vou formá pasto pro gado"

O pobre do lavrador
Já fica bem apertado
Não tem roça prá plantá
Já fica encabulado
Vem mudando lá da roça
Prá cidade e povoado
Acaba tudo que tem
Fica bem desiquilibrado
Seu dinheiro já acabou
Começa comprá fiado

Serviço ele não acha
Não pode ficá parado
O nome dele acaba
Ele fica desmoralizado

Imagina a sua vida
Deste jeito aqui não dá
Lá na casa não tem nada
Não tem jeito de comprá
Vai beber uma pinguinha
Prá poder se disfarçá
Fica tonto o dia inteiro
Cai aqui cai acolá
Chega em casa embriagado
Com a família vai brigá
Não tem fogo falta a lenha
Nada tem prá alimentá
A situação obriga
Ele resolve a roubá

A discursividade é construída tanto para "revelar" uma dada realidade social, caracterizada por um momento de desagregação das relações tradicionais do "sistema de terra cedida" e pela correlata emergência de novos interesses dos grandes proprietários de terra (a substituição das lavouras de cereais pela pecuária extensiva poupadora de mão-de-obra que "expulsa" o trabalhador e o torna sem terra), quanto opera no sentido de qualificar essas transformações enquanto indesejáveis. A nova vida urbana do trabalhador é representada negativamente não apenas porque ali se tornariam mais difíceis as possibilidades de reprodução social e biológica, mas também porque constituiria um meio social propício ao desregramento de valores morais tradicionalmente cultivados.

"Esta terra não é de vender", de autoria de Zé Pureza, por sua vez, dá vazão a uma leitura da realidade agrária do país formulada, no início dos anos 1980, pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) no documento intitulado *"Igreja e Problemas da Terra"* e que tem orientado as posições da Igreja nas discussões sobre a questão agrária. Nesse documento, formula-se o entendimento de que no campo brasileiro se enfrentariam duas concepções antagônicas da terra: para os camponeses, a terra constituiria fundamentalmente

um meio de trabalho necessário à obtenção da subsistência familiar (a *"terra de trabalho"*); para os grandes proprietários fundiários, pelo contrário, a terra representaria um objeto de especulação imobiliária ou, na ótica empresarial, um meio de obtenção do lucro através da exploração da força de trabalho de outros (a *"terra de negócio"*).

"Esta terra não é de vender" constrói essa contraposição de lógicas entre o camponês e o grande proprietário e projeta um caminho alternativo para a solução do conflito: a reforma agrária.

Esta terra não é de negócio.
Esta terra não é de vender. (bis)
Ela é pros homens lavrá
Prá arrancar o pão pros filhos comer. (bis)

Mas está muito diferente
Olha nossa situação.
O lavrador precisa da terra
E não tem terra nas mãos.
Ela está com as grandes empresas
Com latifundiários e os grandes tubarão. (bis)

Esta é uma grande injustiça
Que acaba com a população.
É por isso que estamos exigindo
Uma grande reformulação.
Bem urgente e bem adequada
Porque esta é a nossa solução. (bis)

Mas esta reforma agrária
É um pouquinho meio diferente.
Não é feita pelo governo
Que não interessa por esta gente.
É feita pelos trabalhador
E por quem tem boa mente. (bis)

Vamos em frente meus companheiros,
Não deixem seus filhos morrer de fome.
Porque você produz o alimento
Mas o alimento os seus filhos não comem.
Vamos mostrar pros carrancudos

Se o povo sofrido também não tem nome. (bis)[69]

A maior parte das músicas do encarte, além dessa denúncia das condições sociais de existência dos trabalhadores rurais, convocam homens e mulheres para a luta social, para "fazer história". É a construção de um olhar que denuncia o presente, que projeta o futuro, que invoca mudanças sociais; uma dizibilidade que visa revelar a miséria e as injustiças sociais presentes, projetando um amanhã utópico, um espaço regido por relações antagônicas às da sociedade capitalista.

"Conselho de um Lavrador", após invocar a exploração que fundamenta as relações entre proprietários da terra e meeiros, convoca (através de um conselho) os trabalhadores para que se unam em torno do sindicato para mudar essa situação:

Nossa luta na lavoura
Não tá dando prá sobrar.
Nós trabalha o ano inteiro
E quando vai apurar,
Paga o fiscal da nação
E a meia ao patrão
E não adianta reclamar.

...

Meus amigos companheiros,
Um conselho vou lhe dar,
Que seja um associado
Do sindicato do seu lugar.
Precisamos de união
E de mais organização
Prá conseguirmos chegar lá.[70]

Portanto, essa manifestação cultural, ainda que produzida pelos próprios trabalhadores, se utilizava dos recursos discursivos emitidos pelos agentes religiosos em seu trabalho pastoral. Tanto assim que ela passa a ser utilizada

---

[69]. CPT REGIONAL CENTRO SUL DE GOIÁS, (s.d.), op. cit., p. 20.
[70]. CPT REGIONAL CENTRO SUL DE GOIÁS, (s.d.), op. cit., p. 11-12.

recorrentemente enquanto instrumento de "conscientização" e "animação para a luta" nas práticas dos agentes.

2.4.2. As Romarias da Terra

Organizadas pelas equipes regionais e locais da CPT, as "Romarias da Terra" também constituíram e ainda constituem importantes momentos que representam o trabalho de produção de uma determinada subjetividade dos trabalhadores rurais realizado pelos agentes de pastoral, na medida em que através da celebração ocasiona-se a oportunidade para a reflexão, à luz dos textos bíblicos, de determinadas temáticas que diriam respeito às condições de existência daqueles que lutam pela terra, propiciando a (re)produção de uma determinada forma de ver e construir o mundo[71].

Elas constituem espaços de difusão de uma dada dizibilidade que convoca os trabalhadores à transformação de uma realidade percebida como injusta e opressora e que, implica, igualmente a desconstrução de uma determinada *subjetividade capitalística*[72] e a construção de outra em que predomine os valores da solidariedade, da fraternidade, da igualdade, da união.

As "romarias da terra" não obedecem ao sentido e à significação tradicional de práticas religiosas como as peregrinações e as procissões; não visam um determinado louvor a um santo ou a Deus. As "romarias da terra" representam a apropriação de uma prática tradicional do catolicismo pela "Igreja Popular", retirando-lhe seu caráter marcadamente penitencial (de pagamento de promessas) e de contrição (arrependimento pelos pecados cometidos) e conferindo-lhe o papel

---

[71]. Na mesma linha de raciocínio, ver GOMES, Iria Z., (1995). *A recriação da vida como obra de arte no assentamento: a desconstrução/reconstrução da subjetividade.* São Paulo, Tese de doutoramento em Sociologia/FFLCH/USP.

[72]. Iria Z. Gomes, a partir das formulações de Félix Guattari, entende que *"subjetividade capitalística expressa o homem-máquina. Opera no interior da sociedade capitalista, em práticas de melhor desempenho, ajustamento, competitividade, auto-afirmação, racionalidade. Obedece ao ritmo do tempo do relógio, da produtividade, da disciplina. Homogeniza, lamina, classifica, divide.".* GOMES, Iria Z., (1995), op. cit., p. 34.

de possibilitar a "conscientização" dos trabalhadores sobre seus problemas e de estimular a luta pelas transformações sociais.

A "Romaria da Terra" constitui uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra que resgata tanto as referências bíblicas das caminhadas (em particular, de Abraão e dos hebreus no antigo Egito) quanto as peregrinações populares no Brasil (como aquelas de Trindade, em Goiás, de Aparecida do Norte, em São Paulo ou de Canindé e Juazeiro do Norte, no Ceará), submetendo-as a um trabalho de ressignificação e de transformação não apenas dos conteúdos professados, mas também dos objetos e objetivos celebrados:

> Estas (as romarias da terra) ligam as lutas do povo lavrador à força da fé cristã e à experiência de peregrinações do povo da Bíblia, continuadas na tradição popular brasileira, que sempre uniu a sua procura de Deus à busca da terra prometida.[73]

Em Goiás, realizadas, em seus primórdios, anualmente e, posteriormente, a cada dois anos, as "romarias da terra" têm sempre uma temática previamente definida, que funciona como o eixo orientador das reflexões a serem conduzidas e que, normalmente, estão relacionadas à conjuntura das lutas sociais no campo.

A 1ª Romaria da Terra foi realizada no Estado em 1984, a partir da grande influência da tradicional romaria do Divino Pai Eterno, no município de Trindade. Teve como tema *"A reforma agrária será obra dos trabalhadores"* e refletia o intenso debate nacional travado naquele momento em torno da "questão agrária". No contexto local, a Romaria se deu fundamentalmente marcada pelo acirramento dos conflitos que se desenrolavam na Fazenda São João do Bugre, na Cidade de Goiás, onde, desde o início da década, um peão da fazenda resistia ao processo de expulsão pelo proprietário.

Um ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás identifica esse conflito como o marco temporal de envolvimento efetivo tanto da Diocese quanto da CPT Regional com a luta pela terra no Estado, pois *"a partir daí nós entramos na luta"*.

---

[73]. BARROS, Marcelo, PEREGRINO, Artur, (1996). *A festa dos pequenos: romarias da terra no Brasil.* São Paulo, Paulus, p. 17-8.

> Eu lembro que depois da Romaria da Terra, em Trindade, nós viemos em dois caminhões cheios de gente já se solidarizando com ele (o peão agregado da Fazenda). Foi o primeiro assentamento originado não através de uma ocupação, mas foi uma organização sindical junto com a Diocese. Foi o Sindicato de Itapuranga que organizô lá, a partir da Romaria da Terra. Então, teve um aspecto religioso e sindical.

Seu relato igualmente dá visibilidade ao forte entrelaçamento que havia entre a realização da Romaria da Terra com os próprios conflitos e em que medida ela funcionava estrategicamente como um mecanismo de incentivo à luta social. Além disso, revela a estreita articulação que havia entre a ação pastoral e a atuação dos sindicatos da região ligadas à designada "Oposição Sindical":

A realização da 2ª Romaria, novamente em Trindade, em 1985, intitulada *"Sobre a terra o povo avança"*, teve como temática central o conflito que se desenvolvia na Fazenda Mosquito, na Cidade de Goiás.

A 3ª Romaria, de 1986, *"Só tenho terra debaixo da unha"*, também em Trindade, centrou-se na celebração mística das mortes de Pe. Josimo Tavares em Imperatriz do Maranhão-MA e do agente de pastoral Vilmar José de Castro, em Caçu-GO, assassinados por pistoleiros de aluguel.

A 4ª Romaria da Terra só voltaria a ser realizada em 1989, em Trindade, com o tema *"Na luta do povo, a conquista da terra"* e esteve marcada pela utilização dos assentamentos de reforma agrária "conquistados" até então no Estado como exemplo e estímulo para novas ocupações de terra.

Em 1991, a 5ª Romaria, *"Terra e trabalho, vida para todos"*, visava estimular a reflexão sobre o significado ético da conquista da terra para os trabalhadores, relacionando o acesso à terra com as possibilidades de reprodução da vida.

A partir de então, as romarias realizar-se-iam em diferentes Dioceses do Estado. Em 1993, foi organizada pela Diocese de Goiás, na Cidade de Goiás, sob a temática *"Terra, vida e moradia juntam o povo em romaria"*, procurando articular as lutas rurais pela terra e as lutas urbanas pela moradia sob o mesmo sentido ético da luta pela vida. Nessa romaria, centrou-se as práticas místicas na rememoração da tentativa de assassinato do Pe. Francisco Cavazutti, agente de pastoral da Diocese de Goiás.

A 7ª Romaria da Terra (1995) foi coordenada pela Diocese de Rubiataba – *"Na terra conquistada, a dignidade resgatada"* e refletia exatamente sobre as novas condições de vida presentes nos assentamentos de reforma agrária no Estado. Em São Luís de Montes Belos, em 1997, foi realizada a 8ª Romaria da Terra, sob o lema *"Terra de Deus, Direito dos Trabalhadores"* e, em 1999, em Trindade, foi realizada a 9ª Romaria da Terra e Grito dos Excluídos, *"Justiça, terra e trabalho"*, procurando conjugar as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade pelo direito ao trabalho.

O processo de "conscientização" é, particularmente, propiciado através dos chamados *"Encontros de Preparação"* para a Romaria, pois permitiriam *"preparar o coração para que a romaria seja uma visita de Deus na nossa vida."*[74]. Para esses encontros são sempre produzidos os "Cadernos de Preparação", que além de estimular que as pessoas se reúnam para discutir os temas propostos, constituem verdadeiros operadores discursivos que produzem e difundem determinadas formas de hierarquização do mundo social. O próprio ato de leitura do caderno representa um estímulo à construção de uma determinada subjetividade, que tem na organização coletiva, no processo de aglutinação das pessoas uma de suas características centrais. Contrapostas à subjetividade capitalística (que se basearia na competição, na auto-afirmação, na destruição do outro, no egoísmo, no individualismo[75]), a união, a solidariedade, a fraternidade, a organização coletiva e a luta seriam os elementos fundantes dessa subjetividade desejada.

Analiso, especificamente, o conteúdo discursivo do "Caderno de Preparação" à 1ª Romaria da Terra de Goiás, realizada em Trindade, em julho de 1984, e que teve como tema orientador *"A Reforma Agrária será obra dos Trabalhadores"*. Sua temática estava claramente relacionada à conjuntura que vivia o país naquele momento, com os intensos debates em torno da reforma agrária.

---

74. BARROS, Marcelo, PEREGRINO, Artur, (1996), op. cit., p. 93.
75. GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely, (1986), op. cit..

A "preparação" consistiu de nove encontros, sendo que cada um deles envolvia uma determinada reflexão. A dinâmica da reunião é, contudo, sempre a mesma: após um canto e uma oração iniciais, o agente de pastoral procede a uma *"introdução à leitura"* do texto bíblico que orientará as "reflexões" daquele encontro:

> Ontem nós começamos a recordar a situação do povo da Bíblia. Nós vimos como ele sofria debaixo da opressão dos reis. Vimos também como essas coisas se repetem hoje em dia. Só no Brasil, existem 12 milhões de famílias camponesas sem terra. Vamos lembrar agora a promessa de Deus a um homem sem terra. Abraão, o Pai da Fé e da Esperança, atento ao convite de Deus, lança-se na luta pela conquista da terra prometida.[76]

Sendo o texto bíblico de caráter metafórico e, portanto, susceptível de uma variada gama de leituras, a "introdução", sempre feita pelo agente de pastoral, agia estrategicamente no sentido de delimitar e direcionar o campo possível de interpretação do relato bíblico. A existência de uma "introdução" refletia o caráter pedagógico da "reflexão", visto que ela não se daria num vazio de referenciais, mas orientada pelas coordenadas estabelecidas de antemão pelo agente de pastoral – que, assim, ratificava a sua autoridade e sua legitimidade produtora da interpretação verdadeira do texto sagrado. A "reflexão", portanto, não seria qualquer forma de exposição interpretativa, mas uma determinada prática, controlada, enquadrada, orientada por um conjunto de questões previamente formuladas e que já traziam em si, não apenas a interpretação proposta pelo agente de pastoral, mas as próprias respostas e as iniciativas de ação que deveriam desencadear. Uma reflexão que *"ligava fé e vida"*.

Por exemplo, após uma passagem do Deuteronômio 9, 1-6 e 8, 7-10, que relata a travessia no deserto do "Povo de Israel" em busca da "Terra Prometida", é proposta aos participantes a seguinte "reflexão":

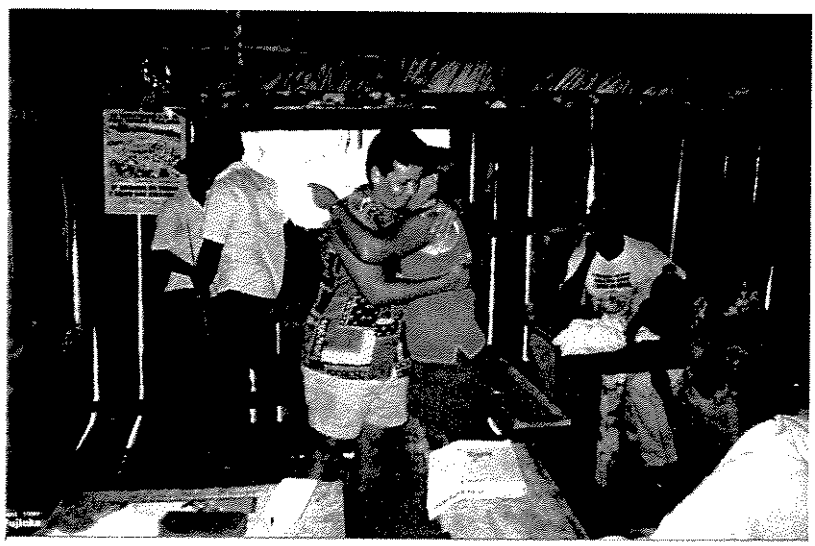
> 1) Deus promete a Terra e dá aos filhos de Abraão. Eles ganharam de mão beijada ou tiveram de lutar para conquistá-la? 2) A Terra é dom e é conquista. É presente de Deus. Deus nos dá a terra como posse. **Mas é preciso lutar para conquistá-la**. Como estamos nos organizando para conquistar essa terra que Deus deu prá nós? 3) Também hoje, posseiros

---

[76]. CPT REGIONAL CENTRO SUL DE GOIÁS, (1984). *Caderno de Preparação à Romaria da Terra*. Goiânia, p. 3.

> estão se unindo e conquistando o direito de permanecer na terra. Você conhece algum exemplo dessas conquistas? Conte.[1]

A "reflexão" não é um livre pensar; está enquadrada no interior de um conjunto de determinados e específicos códigos interpretativos que estabelecem o discurso verdadeiro acerca da passagem bíblica. E é esse discurso verdadeiro que regulamenta comportamentos, na medida em que legitima e estimula a adoção de determinadas práticas sociais: a organização coletiva e a luta pela *"conquista da Terra Prometida".*



Fonte: Arquivo da CPT Regional Centro Sul de Goiás (autor ignorado).

A foto acima registra um encontro de trabalhadores rurais visando a preparação para a "9ª Romaria da Terra", em Goiás, no ano de 1999. É importante observar como se cria todo um ambiente propício à difusão de determinados discursos: o cartaz de divulgação da Romaria afixado na parede; agricultor vestindo a camiseta de divulgação da Romaria; e a agenda do agricultor contendo em seu interior um exemplar da publicação informativa da CPT – Centro Sul de Goiás, *O Plantador.* Constata-se, igualmente, o cultivo de específicas formas de sociabilidade e sensibilidade, com a criação de um ambiente entre "irmãos", através de abraços afetuosos.

---

[1]. CPT REGIONAL CENTRO SUL DE GOIÁS, (1984), op. cit., p. 5-6, grifos do autor.

A Romaria é também um espaço privilegiado do cultivo da mística, funcionando como momento de estímulo para a luta de transformação dessa realidade construída a partir de qualificadores negativos. *"... as Romarias da Terra, sempre presididas pela cruz, de matizes e formatos diversos, animam a luta e a fé do povo na conquista de um pedaço de chão para trabalhar e nele viver dignamente."*[78]. Constitui prática rotineira que as delegações de diferentes municípios apresentem o grupo portando faixas que não apenas identificam sua região de origem, mas também contenham mensagens de denúncia de um determinado problema social ou mesmo que incitem os participantes à prática de outros valores sociais e morais e à transformação social.

Na foto abaixo, uma faixa portada pelos romeiros reproduz a discursividade da "Teologia da Terra" que professa a legitimidade da luta pela terra a partir do entendimento ético que ela não deve ser objeto de apropriação privada, como meio de exploração do homem pelo homem, pois ela é *"criação divina"* e, portanto, deve promover a vida. Ao mesmo tempo, a mensagem remete a uma determinada configuração nas relações entre os homens depois da "conquista da terra", nos assentamentos de reforma agrária: a terra deve propiciar um convívio harmonioso, comunitário, "entre irmãos", o que seria possível através de práticas coletivas de produção e comercialização.

---

[78]. BARROS, Marcelo, PEREGRINO, Artur, (1996), op. cit., p. 5.



Fonte: Arquivo CPT Regional Centro-Sul de Goiás (autor ignorado).

As faixas, palavras de ordem, cartazes, portanto, tem um papel estratégico. Clodovis Boff afirma que os slogans, além de repetidos continuamente para que sejam interiorizados pelo indivíduo, devem ser simples, claros e diretos para que possam representar uma expressão sintética de uma determinada forma de compreensão e que se articule com a ação histórica. Assim, a *"fórmula"*, segundo ele, *"precisa despertar associações agradáveis e estimulantes"*[1].

Outra prática mística muito recorrente durante a Romaria da Terra é o momento da oferenda dos alimentos produzidos pelos próprios agricultores (ver foto abaixo). O ato não representa apenas a manifestação política que os pequenos agricultores e os assentados seriam os principais responsáveis pela produção dos alimentos que abastecem a população brasileira, mas, sobretudo, simboliza *"o anúncio da esperança"*, isto é, o esboço de um tempo novo, onde os homens irmanados possam repartir comunitariamente os alimentos produzidos por todos. Simboliza, portanto, que a utopia dos romeiros deve ser a construção de um mundo regido por relações comunitárias, pela solidariedade e pela fraternidade – metaforicamente representada pelo texto bíblico do Êxodo, onde o "Povo de Israel", que peregrina em busca da "Terra Prometida", constrói a comunidade de Canaã, *"terra onde jorra leite e mel"*[2].

---

[1]. BOFF, Clodovis, (1995). *Como trabalhar com a massa.* Petrópolis, Vozes/CERIS, p. 41.
[2]. BALANCIN, Euclides M., STORNIOLO, Ivo, (1991). *Como ler o Livro do Êxodo: o caminho para a liberdade.* São Paulo, Paulus.



Fonte: Arquivo CPT Regional Centro-Sul de Goiás (autor ignorado).

Através desse conjunto de visibilidades e dizibilidades, procura-se difundir o ideal da construção dessa *"terra da libertação"* no cotidiano da vida dos romeiros: nas suas comunidades, nos seus assentamentos de reforma agrária.

> Na solidariedade com que os romeiros repartem entre si comida e água, se confraternizam e festejam a caminhada comum, **a romaria antecipa o dia em que haverá terra, teto e comida para todos**. Ali o povo mais sofrido demonstra a sua força na união, é incentivado a lutar para permanecer na terra que ainda tem, ou conquistá-la. Por isso, a Romaria da Terra expressa a solidariedade entre os próprios lavradores e também reforça a comunhão de muitos irmãos e irmãs que se juntam ao povo da terra nesta grande marcha de libertação.[1]

Discursividade que opera como convocação para a ação histórica e que invoca a prática de novas sensibilidades sociais, *"para um projeto de um mundo de paz e convivência justa entre os povos, como também de defesa da criação e de todo o planeta ameaçado em sua sobrevivência."*[2].

---

[1]. BARROS, Marcelo, PEREGRINO, Artur, (1996), op. cit., p. 65, grifos do autor.
[2]. BARROS, Marcelo, PEREGRINO, Artur, (1996), op. cit., p. 66.

A construção e perpetuação da memória de lideranças sindicais e de agentes religiosos mortos em conflitos de luta pela terra constituem igualmente momentos importantes de prática mística nas "Romarias da Terra". Em *"Como trabalhar com a massa"*, o teólogo Clodovis Boff aponta que uma metodologia adequada de *"trabalho com a massa"* deve estar centrada na percepção que *"o que move o povo"* não é a vontade ou a razão, mas *"forças em grande parte inconscientes e mesmo transconscientes: crenças, arquétipos, mitos, sonhos, utopias, símbolos"* e por isso é preciso trabalhar sobretudo com *"as emoções e as imagens", "apelar ao coração da massa", "apelar para a imaginação"*, pois *"o povo entende a linguagem do coração ou do sentimento"*[83]. A exaltação de *"heróis da luta"* cumpre essa finalidade estratégica.

Algumas romarias da terra, inclusive, surgiram como forma de resgate da memória dos *"mártires da terra"*. O sentido estratégico desse culto aos heróis é que esses personagens funcionem como exemplos e animem os trabalhadores rurais para seguirem suas trajetórias de lutas. *"É importante valorizar esta memória, acolher as (os) viúvas(os) de mártires da terra, cantar os hinos com que as comunidades honram os que deram a vida pela causa."*[84].

A foto abaixo registra o momento místico desse cultivo da memória do líder sindical goiano Nativo da Natividade durante a Romaria da Terra de 1999. Nativo da Natividade foi uma liderança sindical criada a partir do trabalho desenvolvido por agentes de pastoral na formação da chamada "Oposição Sindical" em Carmo do Rio Verde-GO e foi assassinado por pistoleiros em 1985.

---

[83]. BOFF, Clodovis, (1995), op. cit., p. 33-34.
[84]. BARROS, Marcelo, PEREGRINO, Artur, (1996), op. cit., p. 96.



Fonte: Arquivo CPT Regional Centro-Sul de Goiás (autor ignorado).

Os cantos constituem igualmente um instrumento de difusão da discursividade da "Teologia da Terra". *"Muitas Romarias da Terra têm descoberto como os salmos ajudam a ligar nossa caminhada de luta pela terra à Bíblia, fazendo, assim, da vida louvor e oferenda a Deus."*[1]. Para tanto, sempre é distribuído entre os participantes da Romaria um folheto contendo os cânticos que serão entoados durante a caminhada.

"Povo que é peregrino" traduz em versos os princípios legitimadores da luta pela terra professados pelos agentes religiosos: não apenas a romaria, mas a luta pela terra é analogamente comparada, através do texto bíblico do Êxodo, com a busca da "Terra Prometida" por Deus aos hebreus quando da fuga da opressão dos faraós do Egito.

Buscas a libertação. (bis)
Ergue teus olhos ao alto
Ao teu Senhor, teu Perdão. (bis)

---

[1]. BARROS, Marcelo, PEREGRINO, Artur, (1996), op. cit., p. 72.

A Terra que te prometo, terá leite, terá mel
Lembra-te dela meu povo, se a injustiça for fel.

Atravessando o deserto, faz de tua sede esperança
Supera todo cansaço, olha a terra prometida

Povo que tens como herança, Cristo que ressuscitou
Rompe os caminhos do medo, novo sol já despontou

Se a noite for prolongada e não houver mais luar
Pensa que são como estrelas, os sulcos dos passos teus.[86]

2.4.3. As "Escolas Bíblico-pastorais"

A partir dos anos 90, os agentes religiosos da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, em trabalho conjunto com a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Barromeo, mais conhecidas por Irmãs Carlistas Scalabrinianas, passaram a desenvolver um trabalho específico de "reflexão bíblica" junto a agricultores acampados e assentados intitulado "Escolas Bíblicas"[87]. Uma ação qualificada pelos agentes religiosos atuantes na iniciativa como sendo de cunho "evangelizador".

O tipo de trabalho não difere muito daquele desenvolvido por ocasião dos "encontros de preparação" para a Romaria da Terra. Consiste, basicamente, na utilização instrumental dos textos bíblicos, previamente selecionados, para estimular a reflexão sobre os problemas sociais vivenciados pelos agricultores.

> Pega um livro da Bíblia e leva a cabo. A partir daquela leitura ali, então, se ilumina o universo todo, com todas as dimensões: sócio-política, econômica e cultural.[88]

Ou seja, a leitura do texto bíblico atua como possibilitador do desvendamento de uma dada realidade, a "consciência" de um quadro pintado

---

[86]. CPT REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.). *Cantos Novena da Terra*. Goiânia, p. 11.
[87]. Alguns documentos se referem a "Jornadas Bíblicas".
[88]. Agente de pastoral, cit. por DUARTE, Elio G., (1998), op. cit., p. 259.

como injusto e egoísta, mas também emula seus participantes para a ação sócio-política[89]:

> Se a gente trabalha com a fé e a vida, vem também a questão política. Você levanta e faz uma pergunta sobre a realidade: 'Como essa palavra de Deus pode ajudar na caminhada?'. Aí o povo vem com a dimensão da realidade. E aí você trabalha com as duas: a realidade da vida e com a palavra de Deus. E a consciência vai se formando; e ao mesmo tempo a própria luta, que vai se fazendo.[90]

A prática da mística religiosa durante as "jornadas bíblicas" torna-se uma espécie de "combustível", de *"animação"* para a luta social. Um agente de pastoral me relatou que, em sua visão, a reocupação da Fazenda São Carlos pelos trabalhadores rurais, na Cidade de Goiás, em 1994, teria sido motivada por uma simbologia usada durante a "Jornada":

> ... nós fizemos uma Jornada Bíblica que chamô a atenção: porque naquele dia a gente tinha como símbolo um pote cheio de água. E a gente comparô a Jornada Bíblica com aquele pote de água, onde as pessoas se encontravam prá bebê daquela água, prá matá a sede e prá podê segui naquela caminhada. Eu peguei o copo d'água e tomei daquela água! E passei prá uma pessoa daquele grupo; é como se a gente bebesse da mesma fonte prá pode vivê esse enfrentamento coletivo. E naquele dia, a partir do primeiro que tomou daquela água, todo mundo quis tomá: formô uma imensa fila e todo mundo tomô daquela água do pote! Então, acontecia na Jornada Bíblica uma mística muito forte: que a água que estava naquele pote deixava de ser simplesmente água prá ser benção, prá ser um tipo de batismo do sentimento coletivo! (...) Então, a partir daquela jornada bíblica, fizemos aquele momento de espiritualidade, fizemos uma caminhada junto até um pequeno rego de água que tinha próximo do acampamento... E parecia que esse dia da Jornada Bíblica foi como um chamamento prás pessoas reocuparam a Fazenda São Carlos! E eles reocuparam a Fazenda São Carlos, depois dessa experiência bíblica, e lá resistiram num local de difícil acesso. Parece que aquela Jornada Bíblica os impulsionô em busca da vida, da terra. (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, outubro de 2000, grifos meus).

A especificidade da estratégia das "Jornadas Bíblicas" reside no fato de que se direcionam a um público bastante delimitado: os agricultores prestes a conquistarem a terra ("os acampados") e os "assentados de reforma agrária". Até então, a discursividade tinha um alvo mais abrangente: os trabalhadores rurais.

---

89. Trata-se, em última instância, da aplicação do *"método ver, julgar e agir"*, muito utilizado no *"trabalho popular"*. Ver BOFF, Clodovis, (1996). *Como trabalhar com o povo. Metodologia do trabalho popular*. Petrópolis, Vozes, 12ª ed.

90. Agente de pastoral, cit. por DUARTE, Elio G., (1998), op. cit., p. 259.

Tratava-se de desenvolver um trabalho pastoral que visa-se não mais apenas estimular os trabalhadores a se organizarem politicamente, mas também a adotarem determinadas formas de organização social, do trabalho e da produção na *"terra conquistada"*.

Esse trabalho envolvia, consequentemente, a produção de estratégias metodológicas e de materiais discursivos especificamente direcionados a esse público-alvo:

> Daí a preocupação em insistir na ligação: Bíblia, Realidade, Comunidade. Tem-se a preocupação de fazer uma leitura bíblica coletiva. Por isso usamos: cochicho, tempestade mental, dramatizações, estudo em pequenos grupos e algumas exposições informativas.[91]

O cronograma das "Jornadas Bíblicas" previa a realização do trabalho em três etapas. A primeira Jornada, intitulada *"Conhecimento do povo e introdução à Bíblia"* estava centrada no objetivo de estimular *"um jeito de ler a Bíblia"* que fosse capaz de propiciar uma articulação entre o *"texto bíblico, a realidade e a comunidade"*. Para tanto, a metodologia do relato das histórias de vida dos agricultores teria o objetivo de propiciar *"um paralelo com as histórias bíblicas"* e, além disso, permitir que o rememorar da vida e da trajetória social de cada um estimule uma reflexão crítica[92].

> Propomos sempre que os grupos contem suas histórias, onde nasceram, onde viveram, como viviam seus antepassados, se na zona rural ou na cidade, sua prática religiosa. Procuramos também perceber a rota migratória desses sujeitos de nossa formação. Quais cidades já moraram, se participaram de alguma organização, STR, associação, irmandades, grupos. Todos esses elementos possibilitam fazer uma ligação da luta que estamos fazendo com os valores culturais que cada um traz, facilitando a convivência de nós agentes com os trabalhadores e a convivência destes, no seio de suas organizações.[93]

A segunda Jornada, designada *"Formação do Povo de Deus"*, intentava relacionar o processo de formação do "Povo de Israel" com *"a situação do povo hoje e como Deus continua agindo"*. Nessa jornada, explicita-se uma dizibilidade

---

[91]. CPT REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.). *Avaliação do trabalho da CPT-GO nas suas linhas de ação bíblico-pastoral e formação"*. Goiânia, p. 1.
[92]. CPT REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.). *Jornadas bíblicas em acampamentos e assentamentos no Estado de Goiás*. Goiânia, p. 1.
[93]. Agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, cit. por DUARTE, Elio G., (1998), op. cit., p. 285.

que tinha por objetivo dar visibilidade às formas como os antigos judeus se organizaram na *"terra prometida"* e se uniram *"em torno da mesma fé e com o mesmo projeto igualitário de vida"*. Destacava-se que, naquele tempo, *"não havia rei em Israel, o povo vivia em tribos"* e que no sistema tribal a *"sociedade era igualitária"* e havia *"leis para defender a vida igualitária"* e *"autonomia na produção"*[94].

A *"leitura popular da Bíblia"* não opera unicamente enquanto instrumento de denúncia e que estimula a ação, mas que também aponta para *"experiências novas, modelos alternativos"*. É a idéia bíblica de que *"o povo de Deus tentou viver a terra como posse, como terra de trabalho"* no tempo de um *"tribalismo pré-estatal"* que funciona como recurso discursivo de incitamento à adoção de relações comunitárias de trabalho e de produção.

O texto do Deuteronômio, no Antigo Testamento, é utilizado no sentido de "conscientizar" os agricultores de que *"não basta possuir a terra. Para ser uma TERRA DE IRMÃOS, são necessárias LEIS que permitam sustentar a sua posse. Uma posse coletiva e fraterna, sem CERCAS."*[95].

A exposição de como se organizava a vida social e o trabalho na *"terra de Canaã"* (*"partilha comunitária da terra"*, *"organização fraterna da posse da terra"*) tinha o objetivo estratégico de estimular, direta ou indiretamente, a adoção de formas comunitárias de organização social e da produção nos assentamentos de reforma agrária. Era uma imagético-discursividade devotada a produzir efeitos produtivos.

A terceira jornada, *"Tempo da Monarquia e do Profetismo"* insere-se na mesma perspectiva. Sua programação estabelecia, como passo introdutório, *"ver a realidade hoje no mundo – país, estado, município e comunidade local"* e compará-la com a realidade vivida pelos hebreus quando da desagregação do "mundo tribal" e a ascensão da Monarquia a partir da leitura de Sm 8, 1-22. Além disso, o encontro visava discutir o papel social, político e religioso dos "antigos

---

[94]. CPT Regional Centro-Sul de Goiás, (s.d.). *Jornadas bíblicas em acampamentos e assentamentos nos Estados de Goiás.* Goiânia, mimeo, p. 2.
[95]. DIOCESE DE SANTARÉM, (1987). *Terra: ferramenta da vida. Leitura da questão agrária a partir da Bíblia.* São Paulo, Paulinas, p. 47, grifos no original.

profetas", que seria *"aquele que assume a luta política, que faz a opção pelos pobres e pela justiça, que vive uma profunda experiência de Deus, que nega a civilização de morte, que denuncia a alienação religiosa e apresenta uma nova proposta – mostra o projeto de Deus para o futuro do povo."*[1]. Ou seja, de alguma forma, a definição construída pelos agentes de pastoral sugere que seu próprio trabalho representaria uma missão profética.

> A partir das Escolas Bíblicas nasciam os grupos de mulheres, alguns encontros de jovens e crianças... Eles sentiam necessidade de se reuni e se organizá, mas nós não tínhamos mecanismos, um planejamento prá isso. A juventude, por exemplo, chamava: *"Vamo fazê uma plantação de não sei o quê só da juventude!"*. Mas nós não tínhamos mecanismos prá acompanhá. As pernas eram curtas... E nessa formação bíblica gerou muita coisa interessante. E era uma coisa contínua, nós começávamos da história da Criação até terminá, até o Apocalipse. Mas numa linha ligada à luta pela terra. Então o pessoal entendia com muita facilidade. Então isso influenciava pro pessoal continuá na terra, continuá a luta. (ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

A foto abaixo registra um dia de Jornada Bíblica em um assentamento de reforma agrária no Estado de Goiás:



Fonte: Arquivo CPT Regional Centro-Sul de Goiás (autor ignorado).

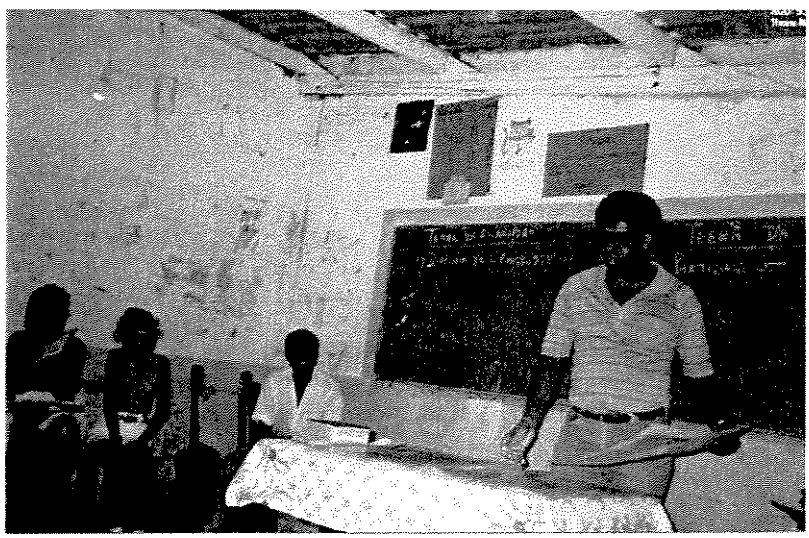
Observe-se a disposição espacial em círculo dos participantes, o que configura uma prática metodológica rotineira dos agentes de pastoral, que visaria

---

[1]. CPT REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.). *Jornadas bíblicas em assentamentos e acampamentos no Estado de Goiás.* Goiânia, mimeo., p. 2.

facilitar o diálogo e a "reflexão". Contudo, o agente de pastoral ocupa uma posição estrategicamente central no grupo, indicando a autoridade do seu discurso. Interessante também notar que não apenas mulheres participam (o que é muito comum em atividades ditas "de Igreja"), mas também homens e crianças. As "Jornadas Bíblicas", segundo depoimentos que coletei, depois de iniciadas, consistem em encontros quinzenais durante um dia inteiro em cada assentamento ou acampamento.

Esta outra foto é também muito ilustrativa dos conteúdos e da dinâmica das Jornadas Bíblicas:



Fonte: Arquivo CPT Regional Centro-Sul de Goiás (autor ignorado).

Os escritos no quadro negro, separados simetricamente, indicam duas concepções em contraposição em relação à terra: do lado esquerdo, pressupondo que serão primeiramente abordados pelo agente de pastoral, está escrito *"Terra de Escravidão"* e, logo abaixo, *"Divisão de Classes"*, estabelecendo uma relação de determinação entre escravidão e divisão classista da sociedade; do lado direito do quadro, aparece a inscrição *"Terra de partilha"*, supostamente a realidade social decorrente da superação do estado de *"Terra de escravidão"*. Atente-se, também, à esquerda da mesa do agente de pastoral, a presença de uma Bíblia.

Encostados à parede, aparecem três violões, indicativo de que serão entoados cânticos, atividade recorrente nos trabalhos de formação realizados por agentes de pastoral[97]. Chama igualmente a atenção a postura professoral do agente.

2.4.4. A Assessoria Técnica na Produção Agrícola

Na segunda metade da década de 1980, a CPT Regional Centro-Sul de Goiás começou a desenvolver um trabalho de assessoramento técnico a agricultores familiares e a assentados centrado na prática da chamada "tecnologia alternativa"[98]. Essa iniciativa dava operacionalidade a uma *"linha de ação"* que já vinha se esboçando no interior da entidade: que além da *"luta pela terra"*, seria preciso promover a *"luta na terra"*, isto é, auxiliar os *"pequenos agricultores"* a resistirem aos múltiplos fatores (baixos preços dos produtos agrícolas, altos custos de produção, altos juros dos empréstimos bancários, etc.) que estariam provocando sua expropriação:

> O que se colocava concretamente era a necessidade de acompanhar os assentados após a conquista da terra, ou mesmo os pequenos produtores de modo geral, no sentido de garantir sua permanência e subsistência na terra. Isso significava a busca de propostas organizativas de produção, industrialização e comercialização que fosse viáveis e representassem uma alternativa socioeconômica (sic) para estes segmentos camponeses.[99]

Nessa perspectiva, um conjunto de iniciativas passaram a ser incentivadas pelo trabalho pastoral: associações de agricultores, práticas agroecológicas de produção, bancos de sementes, cooperativas, comissões, fóruns, hortas comunitárias, experiências coletivas de comercialização *"brotam do trabalho da*

---

[97]. Na sugestão das técnicas e recursos que os agentes de pastoral deveriam utilizar no "trabalho com as massas", Clodovis Boff afirma que *"o canto possui muitas virtudes em ordem à pedagogia de massa: alegrar, congraçar, animar, instruir"*. BOFF, Clodovis, (1995), op. cit., p. 42.

[98]. Consiste na adoção de práticas de produção agrícola de caráter ambientalista e centradas na otimização dos recursos produtivos existentes na própria unidade de produção: adubação verde, adubação orgânica, controle biológico, etc.

[99]. SECRETARIADO NACIONAL DA CPT, (1997). Os rostos da CPT hoje. In SECRETARIADO NACIONAL DA CPT, *A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois*. São Paulo, Paulus, p. 220.

CPT nesta área". Se em algumas regiões estas práticas representaram, inclusive, uma reorientação do tipo de trabalho central da CPT[1], em Goiás apenas significou um acréscimo ao trabalho já consolidado de organização da luta pela terra. Restringir-me-ei à análise do incentivo às praticas de "tecnologia alternativa" propostas pela CPT Regional Centro-Sul de Goiás tanto a agricultores familiares quanto a assentados.

Sob iniciativa da CPT, foi realizado em junho de 1987, em Goiânia, o I Encontro Estadual de Tecnologia Alternativa, que contou com a participação de 27 associações de agricultores familiares de Goiás e mesmo de outros Estados, com o objetivo de possibilitar trocas de experiências e propiciar instruções técnicas de práticas de "Agricultura Alternativa". Segundo Isidoro Revers (1999), esse encontro estimulou o debate e desafiou o movimento de "Oposição Sindical" a introduzir a problemática da agricultura familiar na sua prática sindical.



Fonte: Arquivo CPT Regional Centro-Sul de Goiás (autor ignorado).

[1]. Na CPT Grande Região Sul passa-se claramente a privilegiar as estratégias de trabalho de "luta na terra" (fortalecimento e reprodução da agricultura familiar) em detrimento da "luta pela terra"; em virtude, em grande parte, da completa monopolização do processo de organização dos sem-terra na região pelo MST. Ver LEROY, Jean Pierre, RICCI, Rudá e COSTA, Beatriz, (1995). *"Se Deus quiser, amanhã chegaremos lá": uma avaliação da CPT nos anos 90.* Goiânia.

A foto acima registra um momento celebrativo durante a realização do I Encontro Estadual de Agricultura Alternativa, em Goiânia. Veja-se que mesmo durante a realização de um evento especificamente voltado às discussões sobre técnicas do produzir agrícola houve espaço para uma celebração que tem a oferenda de alimentos e de mensagens a Deus como centralidade. É a estratégia reiterada dos agentes de pastoral de articular fé, produção e política. Os alimentos simbolizam os frutos do trabalho, mas também a possibilidade de se fazer agricultura em ligação mística com Deus e com a natureza. Os cartazes contêm mensagens que exaltam a possibilidade de se fazer uma agricultura distinta da dominante e difundem a concepção dicotômica do ideário da *"Teologia da Terra"* – um deles contém a seguinte frase: *"A agricultura convencional procura dominar a natureza. A filosofia da agricultura alternativa procura mais trabalhar em harmonia com a natureza."*

Além da CPT, uma organização não-governamental tradicionalmente ligada à defesa dos direitos humanos no Estado, o IBRACE (Instituto Brasil Central) também desenvolveu um trabalho de assessoria no campo da educação popular, da formação de professores e do estímulo à aplicação de práticas de "agroecologia" nos assentamentos de reforma agrária, principalmente no Assentamento Rancho Grande, no município de Cidade de Goiás[101].

O caderno *"Agricultura Alternativa – Encontros com Trabalhadores Rurais"* passou a ser publicado pela CPT Regional Centro-Sul de Goiás com o objetivo de *"recuperar a memória e a experiência do trabalhador"* nos suas práticas de cultivo da terra. *"Através disso os trabalhadores, se organizando, encontram novas formas de trabalho, redescobrem sua capacidade de produzir e a importância do respeito pela vida do solo e das plantas."*[102].

Portanto, esse trabalho objetivava transformar as práticas do fazer agrícola "convencional", baseado no uso de insumos de origem industrial (como adubos químicos e agrotóxicos), por intermédio do resgate de formas de produção agrícola orientadas pelo saber empírico dos próprios camponeses. *"Queremos que*

---

[101]. Ver CURADO, Fernando F., (1998), op. cit. e SOUSA, Regina Sueli de, (19970, op. cit..

isto sirva de ferramenta para o trabalhador voltar a acreditar na sua capacidade de criar e produzir e, fundamentalmente, que seja um estímulo para a organização dos trabalhadores."[103].

Essa iniciativa da CPT em Goiás refletia um dos veios discursivos da chamada "Teologia da Terra" e derivava da concepção segundo a qual as relações do camponês com a terra seriam marcadas por laços maternos de fraternidade e amor: a terra seria a mãe de todos os homens, a *"Terra-Mãe"*. Reproduziam uma concepção essencialista das relações homem-natureza responsável por uma divisão maniqueista do mundo social onde os camponeses, preocupados unicamente em obterem os meios de sua subsistência, teriam *"um sentido natural de respeito pela terra"*, e os capitalistas, devotados à busca do lucro, seriam os exclusivos responsáveis pela exploração predatório do meio ambiente[104].

Isso decorreria, segundo os "teólogos da terra", da existência de duas concepções antagônicas sobre a terra: a *"terra território"* e a *"terra mercadoria"*. A *"terra território"* configuraria a visão das culturas tradicionais, dos camponeses e indígenas, onde a terra *"representa um espaço sagrado e vivo, manancial de onde vem a vida, algo que não se pode comprar nem vender, que se herda dos ancestrais para viver e gerar vida"*. A *"terra mercadoria"*, por sua vez, retrataria a concepção dominante na cultura moderno-ocidental, simbolizada na economia política liberal ou mesmo marxista, onde a terra materializa-se não apenas enquanto meio de produção de mercadorias e como objeto de compra e venda, deixando de ter um simples valor de uso e passando a ser *"explorada como fonte de enriquecimento"*[105].

Trabalha-se na perspectiva de que o camponês possuiria formas próprias de pensar e de sentir com respeito à terra: *"... frente à visão que o capitalismo tem da terra, o camponês autêntico tem seu próprio ponto de vista..."*[106]. Assumindo

---

[102]. CPT REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.). *Agricultura alternativa. Encontros com trabalhadores rurais*, nº 2, Goiânia, p. 1.
[103]. CPT REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.), op. cit., p. 2.
[104]. CODINA, Victor, (1996). *Teologia simbólica da terra.* Petrópolis, CPT/Vozes.
[105]. CODINA, Victor, (1996), op. cit., p. 11.
[106]. SOUZA, Marcelo B., CARAVIAS, José L., (1988). *Teologia da terra.* Petrópolis, Vozes, p. 76.

uma postura epistemológica de caráter essencialista, a "Teologia da Terra" advoga que não formularia discursos e práticas devotados à produção de uma determinada relação do agricultor com a terra e com a natureza, mas tão somente daria sistematicidade aos próprios discursos e práticas camponesas.

Essa discursividade produzida pelos agentes de pastoral não assume o papel ativo na elaboração de uma concepção das relações homem-natureza; pelo contrário, essas relações estariam dadas de antemão, visto que a *"Teologia da Terra"* seria apenas a expressão de concepções e relações já dadas e naturalizadas do camponês com a terra e o mundo social. Assim, a *"Teologia da Terra"* apenas sistematizaria as de concepções já presentes no próprio "povo", em sua essencialidade. Renega-se, com isso, o papel produtor desse enredo discursivo no sentido de conformar um determinado entendimento das relações do camponês com a terra e com a Natureza e de sua positividade na construção de um camponês *"em harmonia com a Natureza e com Deus".*

Positividade que igualmente se materializa na medida em que, embasados em tais premissas, os agentes de pastoral passam a emular específicas formas de pensar o mundo e a si mesmos e a estimular e propor aos camponeses determinadas formas de organização social e produtiva e também de especiais técnicas de produção agrícola. Seriam tanto as práticas de "tecnologia alternativa", quanto as formas de organização comunitária da produção, supostamente negadoras da visão *"que vem de fora e rompe com a relação íntima Deus-terra-campesinato",* instrumentos de reconstrução das relações culturais e místicas do lavrador com a terra e com a natureza[107].

Henri Mendras apontava que o ideário de que a terra seria a *"mãe dadivosa que pertence a todos, à coletividade, à linhagem, a Deus, mas não a um homem, sendo por conseguinte e normalmente não monetarizável"*[108] constitui não uma expressão da essencialidade da existência camponesa, mas uma concepção socialmente produzida, particularmente pela Igreja, representante legítima de

---

[107]. DUSSEL, Enrique, (1994). *Ética comunitária.* Petrópolis, Vozes.
[108]. MENDRAS, Henri, (1978).*Sociedades camponesas.* Rio de Janeiro, Zahar Ed., p. 147.

Deus na Terra, que, utilizando-se dessa visão de mundo, reafirmava seu poder e influência entre os camponeses.

Mendras afirma que muitos cientistas sociais caíram na armadilha de permanentemente procurar os "valores essenciais" do campesinato: *"erro científico que recai na ideologia da alma camponesa, da raça camponesa."*[109]. O mito do "amor à terra" seria um desses valores atribuídos ao campesinato, dos quais muitas vezes mediadores souberam tirar proveitos para difundir sua visão de mundo e exercer seu poder[110].

A dicotomização entre duas concepções opostas e mesmo inconciliáveis acerca da terra me parece bastante semelhante àquela formulada pelos bispos brasileiros no início dos anos 80, quando se estabeleceu a contraposição entre *"terra de exploração"*[111] e *"terra de trabalho"*[112] no documento *"A Igreja e os Problemas da Terra"*. Nesse documento, ficaram delineadas, por exemplo, algumas considerações acerca da organização produtiva nos assentamentos de reforma agrária:

> Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica reforma agrária, em várias oportunidades definida, que lhes possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo. **Para efetivá-la, queremos valorizar, defender e promover regimes de propriedade familiar, da posse, da propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária em que a terra é concebida como instrumento de trabalho.**[113]

Em outro documento, já em meados dos anos 1990, a CPT confirma que seu trabalho ampliou-se para além da atuação junto aos trabalhadores sem-terra, estando já a intervir nos processos de organização técnica e produtiva nos assentamentos de reforma agrária. Segundo o documento, a questão da

---

[109]. MENDRAS, Henri, (1978), op. cit., p. 190.
[110]. *"Não há uma alma camponesa como não existe uma natureza universal do campesinato; o que existe são condições históricas particulares a cada sociedade camponesa e, principalmente, suas relações com a sociedade envolvente."*. MENDRAS, Henri, (1978), op. cit., p. 142.
[111]. *"Terra de exploração é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros."* CPT NE III, (1981). *Igreja e problemas da terra.* Petrópolis, Vozes, p. 48.
[112]. *"Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse."* CPT NE III, (1981), op. cit., p. 48.

organização produtiva passou a figurar entre as diretrizes e linhas de ação a partir da Assembléia Nacional de 1993:

> A luta na terra foi ganhando cada vez mais espaço dentro da CPT. Tanto é assim, que na última Assembléia passou a figurar entre as diretrizes e linhas de ação para o biênio 1993-1995. Isso reflete as novas demandas do campo, por melhores condições de vida e de trabalho na terra. Cada vez mais agentes da CPT se envolvem com a conquista econômica da terra.[114]

Entretanto, já na 8ª Assembléia Nacional da entidade[115], em 1991, as questões relacionadas à produção faziam parte das reflexões dos agentes religiosos e ganharam total visibilidade nas resoluções do encontro. Já era bastante visível o crescimento, a partir do final da década de 1980, do número de agrônomos e técnicos agrícolas entre os agentes de pastoral, cuja ação estaria voltada ao trabalho prioritário com associações de pequenos produtores e com agricultores assentados. A realização do 1º Encontro Nacional de Técnicos Agrícolas e Agrônomos da CPT, em dezembro de 1990, indicava que, efetivamente, essas diretrizes iam ganhando primazia no trabalho da entidade e indicavam que à "luta pela terra" se somava a necessidade de desdobrar iniciativas de "luta na terra"[116].

> Porque, com a criação dos assentamentos, precisava dá uma resposta, atacá na questão da produção. Então, isso foi de fato o motivador. E, ao mesmo tempo, começa se reforçá esse movimento de contraposição ao modelo vigente da modernização tecnológica, que tinha expropriado gente... Então, precisava reforçá quem ainda tava na terra... porque a CPT tava trabalhando com posseiros, com assalariados agrícolas, com acampamentos e assentamentos e tava trabalhando com pequenos produtores. Porque a CPT nunca se contentô em ficá na questão estritamente pastoral! Esse pastoral compreendia também outras

---

113. CPT NE III, (1981), op. cit., p. 51, grifos do autor.
114. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1993). Estrutura Organizativa da CPT. *Debate & Formação*, Caderno nº 2, p. 4.
115. Nas resoluções da 7ª Assembléia Nacional da CPT constava como tarefa dos agentes de pastoral *"recolher e divulgar, especialmente entre os trabalhadores, as experiências que estão sendo desenvolvidas no campo da agricultura alternativa..."*. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1989). *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, ano XIV, nº 83, jul/ago de 1989, s.p.
116. Refletindo um ambiente de debates internos sobre o caráter da entidade, Ivo Poletto aponta que esse momento representou um período de transformação das práticas pastorais e mesmo de sua burocratização através da crescente contratação de assessores em detrimento dos agentes de pastoral, o que teria representado um encaminhamento *"para outras opções"*: *"um progressivo distanciamento das lutas concretas pela terra"* e *"crescendo sua atuação na assessoria às iniciativa na terra, com agrônomos e administradores de comercialização de produtos agrícolas."* POLETTO, Ivo, (1997), op. cit., p. 60.

> dimensões: da organização política, da produção... Ela compreendia também atendê as demandas concretas, a criação de mecanismos que possibilitassem a permanência do agricultor na terra. Tinha que se reforçá esse agricultor na terra. (ex-agrônoma da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, entrevistada pelo autor em agosto de 2000).

A 8ª Assembléia Nacional (1991) apontou a temática produção/comercialização/preservação ecológica como sendo *"fundamental para a viabilização dos pequenos produtores rurais no Brasil"*. Nesse momento, a "tecnologia alternativa" aparece como instrumento de trabalho dos agentes de pastoral no sentido de *"ajudar a construir um modo de vida alternativo"*:

> Daí vem a opção pela tecnologia alternativa, a diversificação de produtos, a preservação do ambiente, rejeitando o modelo oficial, predador, que não valoriza a pessoa dos lavradores e nem preserva a terra.[117]

A partir de então, a questão da tecnologia alternativa incorporou-se às diretrizes de trabalho da entidade, conjugada ao estímulo e desenvolvimento de práticas de associativismo, no sentido de constituírem instrumentos de luta pela reprodução da agricultura de tipo familiar.

> Não se trata de dar ênfase excessiva aos aspectos puramente econômicos, mas assessorar com competência os lavradores e trabalhadores rurais sobre produção, armazenamento, transporte, comercialização, associativismo, visando ao desenvolvimento de uma agricultura capaz de garantir a sobrevivência da pequena produção e do pequeno produtor, sem destruir a natureza.[118]

Em Goiás, a CPT Regional já vinha desenvolvendo um trabalho nessa área a partir da segunda metade da década de 80, através de um agrônomo que tinha, inclusive, a intenção de criar no Estado um "Centro de Tecnologias Alternativas"[119]. Esse técnico promovia periodicamente cursos de "agricultura orgânica" e passou a elaborar cadernos que transmitiam aos agricultores técnicas de cultivo de hortas, preparo de compostagem orgânica, controle de pragas, etc.

---

[117]. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1991). *Pastoral da Terra.* Ano XVI, nº 95, jul/ago de 1991, p. 3.

[118]. SECRETARIADO NACIONAL DA CPT, (1992). Solidários a serviço da criação. In COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, *Justiça social e preservação do ambiente,* Cadernos de Estudos, nº 5, p. 27.

[119]. Nos moldes dos Centros criados pela Rede PTA-FASE (ONG que desenvolve projetos de assistência social e técnica a agricultores familiares) em outras regiões do país.

A equipe seria reforçada, em 1988, com a contratação de uma agrônoma gaúcha que assumiu a responsabilidade pela elaboração de projetos de assistência aos produtores rurais, principalmente nas regiões de Itapuranga e de Abadiânia, que foram financiados pela entidade belga Misèreor. Esse trabalho se dava, sobretudo, nos municípios onde a "Oposição Sindical" já tinha conquistado o sindicato, possibilitando uma ação articulada. E assim, *"a CPT acabô virando uma referência da prática da agricultura alternativa no Estado."* (ex-agrônoma da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

A realização desse trabalho na questão técnica da produção agrícola, no entanto, não se dava desarticulado das outras dimensões do trabalho pastoral. Ainda que os agrônomos fossem contratados para, especificamente, assessorar pequenos agricultores e assentados na adoção de determinadas técnicas de produção e no estímulo a formas de organização coletiva (como associações, cooperativas e sindicatos), acabavam por se utilizar dos instrumentos e estratégias metodológicas típicos do trabalho pastoral que se mostravam eficazes e tinham boa receptividade por parte dos trabalhadores:

> O nosso trabalho, mesmo como técnica, tinha uma dimensão pastoral. Por exemplo, os encontros que eu fazia... não era raro eu começá, em muitos lugares, começá com uma pequena celebração. Em Anápolis, eu não começava nenhum encontro, com certeza, sem uma pequena celebração, uma coisa mais religiosa, uma oração... Porque isso era um aspecto importante pro pessoal: associá a discussão da terra, das alternativas prá agricultura com a questão religiosa! A gente puxava um texto da Bíblia e associava com aquilo que se pretendia discuti no encontro. (...) E eu respeitava, participava junto, cantava, animava... E isso é o negócio da mística, específico da CPT! E isso tornava fácil o diálogo, a comunicação, o trabalho. (ex-agrônoma da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Todavia, na segunda metade da década de 1990, essa diretriz de trabalho se enfraqueceu acentuadamente, motivada, principalmente, pelo desligamento de assessores dedicados especificamente à assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária e entre agricultores familiares. Nas entrevistas realizadas com agentes de pastoral, percebi que as motivações para esse processo pendulam entre duas orientações explicativas básicas: para uns, *"o que pesou mais"* foi a crise financeira vivida pela CPT com a implantação do Plano Real, em 1994, pois a política econômica de sustentação cambial de nossa moeda em relação ao dólar

redundou numa acentuada queda dos recursos captados pela entidade no exterior: *"... a gente convivia com contribuições externas... e dentro de uma economia inflacionária a gente, recebendo em moeda estrangeira, conseguia ganhá muito mais... houve um choque muito grande."* (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Outros preferem analisar o fenômeno sob uma perspectiva diferenciada: o enfraquecimento dessa linha de trabalho se deveria não à carência financeira, mas à uma redefinição interna do caráter da própria entidade que teria passado *"a se perguntá se ela deve se constitui como um escritório de assistência técnica ou se ela deve se voltá para a sua identidade mais pastoral e deixá essa assistência técnica para os órgãos do Governo."* (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, outubro de 2000). Assim, essa "crise" teria contribuído à redefinição da natureza do trabalho dos agentes de pastoral junto aos trabalhadores rurais de Goiás:

> Hoje, a gente acredita que o nosso papel não pode mais ser de prestar assessoria técnica pros agricultores e de influir nas suas formas de organização produtiva; o nosso trabalho deve ser voltado para um trabalho de tipo pastoral, no campo da espiritualidade, e um trabalho de assessoria político-organizativa. (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Alguns agentes religiosos, afirmando a diversidade e a relativa autonomia de trabalho de cada representação local da entidade, afirmam que *"não há uma CPT, mas várias CPTs"*. Na CPT Diocesana de Goiás essa reorientação das diretrizes de trabalho não parece terem ocorrido, pois atualmente uma das grandes preocupações é com a manutenção de uma equipe multiprofissional formada por um advogado e por dois agrônomos (um especialista em alimentação animal e o outro em produção agroambiental) e a procura por um economista. A idéia central é possibilitar uma assessoria de apoio à viabilização econômica dos assentamentos do município, não apenas no campo da produção, mas também da comercialização:

> Porque nós entendemos que não adianta pensá a produção se você não pensa primeiro mercado, não pensa beneficiamento... Porque nós tava fazendo o inverso: pensava primeiro na produção e depois correndo atrás do comércio! Então, foi uma falha muito grande, porque nós fizemo uma luta muito grande na perspectiva política, sociológica e não pensamos em

> trabalhá mercado, em conhecê o mercado, em vê como se coloca produtos de boa qualidade, ou seja, de pensá a produção em vista desse mercado. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Esses técnicos da CPT Diocesana, inclusive, tem participado ativamente da discussão de um projeto de assentamento na região que teria como diretrizes centrais a produção coletiva, a organização social e espacial em agrovila e a adoção de práticas agroambientais visando o aproveitamento e reprodução dos próprios recursos da fauna e da flora do bioma cerrado.

Todavia, os agentes de pastoral entendem que essa retomada do "trabalho técnico" com assentados na região não visa reproduzir a experiência anterior. Segundo eles, *"a gente tá retomando a partir de um outro ponto de referência"*. Qual é esse outro ponto de referência? A idéia de que a CPT não deve mais reproduzir posturas paternalistas, muito menos assumir o papel de representação política dos trabalhadores:

> Nós tamo querendo entrá muito mais, agora, numa perspectiva de assessoria, de presença e não de militância! (...) A nossa idéia é que os técnicos vá contribui na perspectiva técnica, mas respeitando o processo político que esses trabalhadores estão fazendo em suas organizações. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

De qualquer forma, essas ações indicam que o trabalho da CPT em Goiás continua a influenciar e a direcionar tanto as formas de pensar e de agir, quanto as formas de organização social e produtiva dos trabalhadores rurais goianos.

2.4.5. A Escola Família Agrícola: as práticas educativas e a viabilização econômica dos assentamentos

A Escola Família Agrícola (EFA), sediada na cidade de Goiás, foi fundada na primeira metade da década de 1990 sob iniciativa da Diocese de Goiás e da CPT e foi criada para atender uma clientela bem específica: os filhos de agricultores assentados e de produtores familiares da região. Seu surgimento esteve articulado à proliferação no município e região de assentamentos de

reforma agrária e à visualização que haveria a necessidade de se propiciar uma escola voltada à "realidade" dos camponeses locais[120].

A fala de um diretor da Associação de Pais e Alunos da EFA expõe esse processo em que ganha plena visibilidade o trabalho desenvolvido por agentes ligados à CPT e à Diocese de Goiás:

> A idéia de implantação da Escola Familiar Rural aqui na região começou a gerar a partir do momento que vários Assentamentos Rurais começaram a ser implantados aqui na região. Nesses Assentamentos e em várias comunidades de pequenos agricultores, com o trabalho da Diocese de Goiás voltado para a luta pela terra, voltada para os pequenos produtores, principalmente o trabalho da CPT, nós começamos a ver que o pessoal tinha alguns questionamentos sobre a educação na região... Os trabalhadores conversavam e colocavam essa preocupação da Escola Rural. Uma escola que respondesse às necessidades dos filhos...[121]

Um agente de pastoral, por sua vez, afirma que essa iniciativa tinha um objetivo estratégico bem definido: a sustentação e a viabilização da agricultura de tipo familiar na região.

> Então, a Escola Família teria essa preocupação de formá técnicos voltados para o horizonte da agricultura familiar. Uma Escola que tenha preocupação com a cidadania, não apenas em repassá um saber teórico, mas de formá cidadãos e cidadãs. Uma Escola que visualizasse a propriedade familiar, a pequena propriedade, diferente da empresa rural convencional. Uma Escola que pudesse pensá tecnologias adequadas à convivência sustentável do meio ambiente. Então, essa foi a grande motivação. (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

A criação da Escola inseria-se numa perspectiva estratégica mais ampla que era a de constituir um instrumento que auxiliasse na viabilização econômica dos assentamentos e dos agricultores familiares, formando alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, com qualificação técnica na área agropecuária[122]. A Associação de Pais e Alunos, criada em 13 de junho de 1992, é oficialmente a

---

[120]. Hoje já existe uma segunda Escola Família Agrícola, no município de Orizona, dedicada ao ensino médio, também criada sob incentivos da Igreja e do Sindicato de Trabalhadores Rurais local.

[121]. QUEIROZ, João Batista P. de, (1997). *O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás.* Dissertação de mestrado em Educação Brasileira, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, p. 103.

[122]. João Batista P. de Queiroz (1997) indica que, quando de sua pesquisa, 72% dos alunos da EFA-Goiás eram filhos de agricultores assentados.

mantenedora da Escola[123], sendo formada por 8 associações comunitárias de diferentes assentamentos de reforma agrária do município (inclusive do Assentamento São João da Lavrinha) e por 4 associações de pequenos produtores.

A primeira turma atendida foi em 1994, composta por 28 alunos, quando a Escola funcionava, de maneira provisória, num prédio da Escola do Lar São José. Em agosto de 1994, a EFA mudou-se para o prédio situado no Arraial dos Ferreiros, a 6 km da sede do município, numa propriedade de 7,2 ha. Os critérios de seleção dessa primeira turma foram: *"1. Ser filho de pequeno agricultor e trabalhar na roça; 2. Ter concluído a 4ª série;* ***3. Ser apresentado pelos animadores de comunidades****; 4. Passar uma semana na EFA, para adaptação; 5. Submeter-se a um teste de conhecimentos."*[124]. O terceiro item desses critérios de seleção demonstra a estreita vinculação da Escola com a organização comunitária existente no Município e estimulada pelo trabalho pastoral da CPT e da Diocese de Goiás.

A EFA baseia-se na chamada *"Pedagogia da Alternância"*, nos moldes das *"maisons familiales rurales"* francesas, onde os jovens permanecem, alternadamente, duas semanas na escola, em regime de internato, onde freqüentam aulas e desenvolvem práticas agrícolas[125], e duas semanas em casa com a família, onde devem tentar aplicar os conhecimentos recebidos na escola e se socializar no trabalho produtivo. Essa vivência do trabalho na unidade familiar de produção é utilizada pedagogicamente no sentido de resgatar o "saber empírico" dos próprios camponeses: *"Então a Escola visa propiciar que essa experiência, esse saber prático dos agricultores venha prá dentro da escola e a*

---

123. Responsável pela captação de recursos de organizações religiosas internacionais que, na prática, sustentam a Escola.

124. QUEIROZ, João Batista P. de, (1997), op. cit., p. 110, grifos meus.

125. O currículo é formado por um chamado "Núcleo Comum" (Português, Língua Estrangeira Moderna, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Física, Geografia, História, Educação Moral e Cívica, OSPB, Educação Artística, Ensino Religioso) e por uma "Parte Diversificada" (Agricultura Geral, Olericultura, Fruticultura, Silvicultura, Conservação e Utilização dos Recursos Naturais, Construções Rurais, Mecanização Agrícola, Administração e Economia Rural, Indústrias Rurais, Zootecnia Geral, Prática em Agropecuária). As aulas da Parte Diversificada compreendem também aulas práticas na propriedade da Escola (QUEIROZ, João Batista P. de, (1997), op. cit..

escola possa estar sistematizando esse saber e dando a esses educandos e às próprias famílias o conhecimento de novas tecnologias." (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

O instrumento pedagógico utilizado para efetuar esse processo de ligação do saber escolar com a *"realidade da agricultura familiar"* é o "Plano de Estudo", *"que é um questionário motivador que dá a possibilidade da família resgatá o que eles sabem sobre o trabalho rural nas suas várias dimensões. (...). E aquele questionário do Plano de Estudo permite trazê aquela realidade da família prá dentro da sala de aula prá socializá."* (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

A EFA estabeleceu, regimentalmente, como um de seus principais objetivos, *"mobilizar as comunidades adjacentes à escola para o intercâmbio de tecnologias alternativas e formas coletivas de produção, visando a organização das mesmas e a melhoria dos níveis de produtividade e de renda dos mesmos."*[126]. Portanto, a iniciativa emergia em estreita vinculação com outras estratégias igualmente estimuladas por agentes de pastoral ligados à CPT e à Diocese de Goiás no trabalho com os agricultores assentados: a organização comunitária, a adoção de formas coletivas de produção e a aplicação de "tecnologias alternativas" no processo de produção agrícola. A Escola Família Agrícola constituiria, então, mais um canal de difusão das propostas articuladas pela Igreja no sentido de viabilizar economicamente os assentamentos na região.

Juntando Fragmentos do Enredo...

Através de um aparato discursivo que tem na Bíblia a sua referência mais significativa, a Igreja participou, em Goiás, na conformação não apenas das formas de organização política dos trabalhadores rurais, mas também constituiu o principal agente discursivo que conferia determinada significação às práticas sociais efetivadas. Trabalhou ativamente na construção de específicas formas de

compreender e hierarquizar o mundo social capazes de dar legitimidade à luta social empreendida pelos trabalhadores rurais da região.

Analisando-se as diferentes estratégias de agenciamento postas em prática (músicas, romarias e escolas bíblicas, em particular) percebe-se que os núcleos discursivos são recorrentes[127]: a construção de analogias entre o "Povo de Israel" do Antigo Egito e os "sem terras" de hoje através da reflexão motivada por diferentes passagens bíblicas; o uso de questões "reflexivas" voltadas ao desvendamento de uma realidade construída sob os signos da injustiça, da opressão e da desigualdade; reflexão que se articula com a prática social, na medida em que através da revelação da "verdade divina" se constrói as bases legitimadoras de um ação transformadora do mundo social. Assim, "ser cristão", nessa perspectiva, significa trabalhar concretamente para a construção do Reino de Deus na Terra, através da luta social[128].

Trabalho social e discursivo que operou concretamente na produção de uma determinada subjetividade social e individual, que tem como alguns de seus elementos-chaves: a construção do mundo que configura uma polarização social entre ricos e pobres ou entre pequenos e grandes; a identificação da realidade como opressiva e marcada por valores "individualistas"; a afirmação da necessidade da luta para a transformação dessa realidade de opressão; o trabalho no sentido da construção de uma outra mentalidade que valorize os laços comunitários e de solidariedade social; e a inserção no processo de luta coletiva, pois, *"só com luta se consegue os objetivos"*.

Portanto, os agentes de pastoral, através de uma dada discursividade, que representava uma determinada forma de compreensão e hierarquização do

---

126. Citado por QUEIROZ, João Batista P. de, (1997), op. cit., p. 145.

127. A repetição, portanto, constitui uma estratégia de "conscientização". Clodovis Boff, estabelecendo as técnicas e recursos que os agentes de pastoral devem utilizar no trabalho com as "massas", afirma que *"uma vez que a mensagem para as massas deve se concentrar em coisas essenciais, é preciso repetir essas coisas muitas vezes para que se fixem e cresçam nelas."*. BOFF, Clodovis, (1995), op. cit., p. 41.

128. *"O Reino, na sua expressão temporal e histórica, tomará formas políticas e econômicas determinadas, sem ficar preso nelas... Portanto, para transformar a história dos homens em história salvadora, o cristão contribuirá na realização "aqui e agora" de projetos políticos e sociais, usando os instrumentos próprios como associações, sindicatos, partidos, etc..."*. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1987). *CPT: seu compromisso eclesial e político.* Goiânia, p. 19.

mundo social, atuaram em Goiás no sentido da *"emergência de uma identidade político-religiosa, como motor de luta, constituída de símbolos religiosos, de um estoque de argumentos bíblicos e de formas específicas de encaminhamento da luta de resistência (tais como: cânticos, caminhadas, acampamentos, roçados comunitários, missas campais, vigílias, etc.)."*[129].

Além disso, a difusão e estímulo ao emprego das chamadas "tecnologias alternativas" na produção agrícola e a criação da Escola Família Agrícola, no município de Cidade de Goiás, representaram iniciativas concretas no sentido de operacionalizar uma nova diretriz de trabalho que emergiu, no início da década de 1990, nos documentos da CPT: a chamada "luta na terra" , com o apoio a atividades destinadas à viabilização econômica e social de agricultores familiares, especialmente em assentamentos de reforma agrária.

---

[129]. NOVAES, Regina, (1987). *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.* São Paulo, Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais/IFLCH/USP. Ver também FRANCO, Mariana C. Pantoja, (1992). *Xagu: de sem-terra a assentado.* Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRJ.

AS PRÁTICAS INSTITUINTES DO ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA

O "assentamento de reforma agrária" é um espaço sócio-geográfico que envolve processos sociais complexos e multidimensionais, pois em seu processo de produção e reprodução entram em cena um conjunto diversificado de agentes e instituições sociais portadores de práticas e projetos em permanente conflito. Ainda que constituindo uma expressão da ação estatal no campo das políticas de reforma agrária, o assentamento é, igualmente, produto da ação histórico-social de trabalhadores, materializada em lutas e movimentos sociais, que colocam o acesso à terra como horizonte de concretização de interesses materiais e desejos simbólicos.

Analiso os múltiplos agentes e instâncias sociais que atuaram na conformação do "Assentamento São João da Lavrinha", localizado no município de Goiás, Estado de Goiás. Procuro (re)construir, não a partir de marcos de determinação estrutural, mas a partir da singularidade das histórias de vida dos próprios trabalhadores hoje assentados, a trajetória de homens e mulheres que, num determinado momento, decidiram abandonar a periferia de Goiânia e fazer a viagem de retorno ao campo.

Viagem que, não obstante, entre idas e vindas, significou o cruzamento com instâncias sociais com as quais nunca haviam tido qualquer contato. Esse processo significaria que, a partir de então, esses trabalhadores se tornariam alvo de determinadas práticas e objetivados por determinados discursos orientados por

diferentes interesses estratégicos. Que circunstâncias histórico-sociais e (des)venturas pessoais propiciaram esse encontro, esse cruzamento? Que desdobramentos implicaria na trajetória de vida daqueles trabalhadores? Que instâncias sociais eram essas? Que práticas discursivas e não discursivas foram postas em ação e que passaram a influenciar a vida, as formas de pensar e os comportamentos daqueles trabalhadores? Que interesses estratégicos articulavam essas práticas?

3.1. NARRATIVAS INDIVIDUAIS, TRAJETÓRIAS COLETIVAS

Em 27 de abril de 1995, na antiga Fazenda São João da Lavrinha, município de Goiás-GO, 28 famílias de trabalhadores, acampadas desde outubro de 1991, materializavam o desejo coletivo do acesso à terra. Com inteira justificação, aqueles trabalhadores comemoravam, ante a presença de representações de múltiplas entidades e instituições da sociedade civil e do Estado, a realização de um sonho. Só algo muito especial realmente justificaria, para indivíduos tão desprovidos dos recursos econômicos mínimos, uma festa onde havia em abundância algo que, muitos deles afirmam, ficaram privados durante os longos 3 anos e meio de acampamento: a carne. A partir de então, não mais seriam considerados pela sociedade e pelo Estado como "sem terra", mas qualificados como agricultores "assentados", *beneficiários* do Programa de Reforma Agrária conduzido pelo Governo Federal[1].

Quem eram essas famílias? Que múltiplas e tortuosas trajetórias individuais percorreram para, num determinado tempo e espaço, se cruzarem e construírem juntos um caminho de luta pela terra? Que vivências pessoais os estimularam a trilhar caminhos, muitas vezes, imprevistos e improváveis? Que agentes sociais

---

[1]. Os atos normativos estatais que configuram o processo de criação do "Projeto de Assentamento São João da Lavrinha" foram, respectivamente: o decreto presidencial de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária em 20 de dezembro de 1993; o auto de imissão de posse da área em favor do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 22 de setembro de 1994, pelo Poder Judiciário; e a criação oficial do "Projeto" pela Portaria nº 08, de 7 de fevereiro de 1995, emitida pelo INCRA – Superintendência de Goiás.

atravessaram suas trajetórias e, por vezes, provocaram desvios de rotas previamente concebidas? Que constrangimentos sociais e econômicos influenciaram o traçado desses itinerários que não eram apenas individuais mas também coletivos?[2]

A partir desse conjunto de questões, perscruto os múltiplos relatos de vida narrados pelos atuais agricultores do Assentamento São João da Lavrinha produzidos em meu trabalho de campo. Procuro, a partir de suas próprias falas, (re)construir a história de conformação desse grupo e o processo de instituição daquele espaço social. Espaço social e territorial produzido não apenas pela ação histórica de famílias que se unem identificadas por um desejo comum de *"ter um chão que fosse meu"*, mas também por um conjunto de diferentes instâncias sociais que passaram, em momentos diversificados da trajetória do grupo, a agenciar essa luta social.

Das 28 famílias originalmente assentadas, 26 tinham em comum uma trajetória recente marcada pela vida urbana; as outras 2 eram famílias que residiam na antiga fazenda, como agregados do antigo proprietário da Fazenda São João da Lavrinha[3]. Dessas 26 famílias, tão somente 3 não eram provenientes de bairros periféricos de Goiânia, mas da cidade de Trindade[4]. Pesquisa de Ana Maria Pinheiro indica que *"78,57%, com antecedentes rurais, trabalhavam como comerciantes, motoristas, vendedores ambulantes, empregados em firmas*

---

[2]. Nessa perspectiva, tomo como premissa metodológica a compreensão do "assentamento de reforma agrária" em sua historicidade, como um produto das lutas sociais. "*O recurso aos fragmentos da história anterior à constituição dos assentamentos aparece, no presente texto, como um sinal de alerta. Sem a reconstrução da historicidade do processo de lutas, correríamos o risco de absolutizar dados ou cair nas armadilhas de ver os assentamentos como questão do Estado, desvinculada de um campo de forças sociais.*" BERGAMASCO, Sônia Maria P. P., FERRANTE, Vera Lúcia S. B., (1998). No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco C., ROSA, Sueli L. C.. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.* Brasília, Editora da UnB, p. 178.

[3]. A Fazenda São João da Lavrinha fazia parte do espólio de Erotides França Berquó. Os Berquó são uma família de tradicionais advogados e grandes fazendeiros da região. Urbano Berquó era proprietário da Fazenda São Sebastião do Mosquito, ocupada em 1985 por trabalhadores rurais organizados pela CPT Diocesana de Goiás e por sindicatos da região. Após longa batalha judicial e conflitos entre acampados e policiais e jagunços contratados, a Fazenda Mosquito foi desapropriada em 1986 e viabilizado o assentamento de 43 famílias.

[4]. Trindade é um pequeno município situado a cerca de 30 km de Goiânia, nacionalmente conhecido pela Romaria do Divino Pai Eterno, realizada anualmente.

particulares, pedreiros, eletricistas. Cerca de 52,63% das famílias entrevistadas possuíam residência própria na cidade de Goiânia..."[5].

Todavia, todos os assentados entrevistados apontam que tiveram uma socialização primária no meio rural e que, em momentos de vida diversificados, se sentiram constrangidos a migrar para a cidade em busca de satisfatórias condições de vida. Na maior parte, filhos de parceiros, arrendatários ou mesmo de pequenos proprietários empobrecidos, esses trabalhadores delineiam a memória social de um campesinato regional freqüentemente marcada por andanças familiares em busca de terra ou de melhores oportunidades de trabalho, no campo ou mesmo na cidade. Trajetória campo-cidade que implicou em ressocializações das formas de agir e pensar tradicionais ao campesinato e, inclusive, na ruptura com saberes adquiridos na prática do ofício da agropecuária ou assimilados pela transmissão familiar.

O processo de socialização desses indivíduos, portanto, se deu no interior das transformações das relações sociais de produção que a agropecuária goiana sofreu, particularmente, a partir dos anos 1970, e que resultou num intenso processo de migração campo-cidade. A crise do tradicional *"sistema de terra cedida"* (agregação) representou a expropriação de trabalhadores do acesso à terra e, corolariamente, sua migração para a periferia de núcleos urbanos regionais ou mesmo para a capital do Estado.

A trajetória individual narrada por Seu Juca pode ser considerada como representativa das histórias de vida partilhadas por milhares de trabalhadores rurais no Estado de Goiás e, em particular, pelos agricultores hoje assentados no São João da Lavrinha. Sua narrativa constrói marcos temporais e espaciais que certamente são compartidos por muitos outros lavradores goianos; marcos biográficos que simbolizam não apenas rupturas e mudanças em sua vida

---

[5]. PINHEIRO, Ana Maria, (1999). *Assentamentos de reforma agrária em Goiás.* Goiânia, Editora UFG, p. 36.

pessoal, mas que dão visibilidade a processos sociais que são vivenciados coletivamente[6].

Tomando como marco biográfico inicial sua infância na casa dos pais, no município de Itapirapuã[7], a narrativa de vida construída por Seu Juca realça as difíceis condições de reprodução social do campesinato goiano, premido por uma estrutura fundiária fortemente concentrada e pelas remotas possibilidades de acesso ao patrimônio fundiário através dos mecanismos de herança familiar. A carência alimentar, as dificuldades de acesso à escola, as precariedades do processo de produção agrícola conformam a memória da infância e da adolescência da maioria dos trabalhadores pesquisados:

> Eu morava com meus pais aqui em Itapirapuã, aqui bem próximo. A luta... foi uma luta prá gente... no tempo de novo, era uma luta de muita pobreza, não existia prá gente grupos, não existia professor... Então, ali, o pai e a mãe, carregado de filho, que nós era 10 irmão na casa. E foi crescendo, foi lutando... a escola era a enxada, a foice e o machado. (Seu Juca, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001).

O segundo marco biográfico construído por nosso narrador é o casamento e a constituição de uma família. Diante da impossibilidade de fracionamento do sítio paterno, Seu Juca se vê constrangido, mesmo ainda residindo nas terras do pai, a começar trabalhar como agregado em terras de fazendeiros da região, no *"sistema de terra cedida"*, como é designado esse tipo de relação entre patrões e trabalhadores na região do Mato Grosso Goiano. Nesse "sistema", em troca da possibilidade de cultivo da terra por um período que normalmente gira em torno de 3 anos, o agregado é obrigado a efetuar a derrubada da mata original e entregá-la ao proprietário *"com capim formado"*.

Diante das dificuldades de manter a família, seja porque se desgostou com o *"sistema de terra cedida"*, seja porque não tivesse mais possibilidades de

---

[6]. Utilizo-me das proposições metodológicas de HALBWACHS, Maurice, (1990). *A memória coletiva.* São Paulo, Vértice; e POLLAK, Michael, (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212.

[7]. Município pertencente à região do Mato Grosso Goiano, cuja estrutura fundiária é caracterizada pela marcante presença de pequenos e micro estabelecimentos agrícolas.

reproduzir aquele tipo de relação social[8], Seu Juca decidiu migrar para o norte do Estado, em busca da materialização de um sonho: o acesso à propriedade da terra.

> Então eu fui desgostando com aquilo, mas continuei morando bastante tempo dentro do sítio do meu pai. Quando foi em 80, eu chamei a família e eu falei: *"-Meus filhos, vocês já tão grande, vamo resolvê a nossa vida! Vamo enfrentá o norte? Vocês topa? - Olha, papai, se você for nós vai. - Então nós vamo. E nós vamo prá Colina de Goiás."*. Aí eu falei com o papai: *"- Olha, eu resolvi ir embora pro norte! ... e eu vou prá lá a fim de que Deus vai me abençoá de que lá eu vô adquiri um pedacinho de chão prá mim acabá de criá essa família minha num lugar de cultura que não depende de trator, porque aqui eu não dou conta não. -Tudo bem! Se quer ir, o que se há de fazê? Porque aqui não tá fácil mesmo!"*.

A estada de 6 anos em Colinas de Goiás, entretanto, não representou a possibilidade de acesso à propriedade da terra e ainda foi marcada pela tragédia pessoal: com o assassinato de um filho, nosso narrador decidiu, em 1986, tomar novos rumos. Não retornou à casa dos pais em Itapirapuã, *"porque eu fui prá lá e tá a mesma luta!"*, mas decidiu traçar um itinerário inédito:

> Aí cheguemo em Goiânia, fiquei em Goiânia, alugamo uma casa, arrumei um serviço, os meus menino também arranjaram e nós fomo trabalhando. Aí ficou só uns 5 mês no serviço, apareceu uma chácara, bem pertinho, na saída prá cá e eu fui lá, combinei com o homem e lá nessa chácara eu fiquei 3 anos. Nessa chácara, trabalhando em lavoura de café, granja, mexendo com leite, esses trem... Mas sempre a mesma batalha: trabalhava cedo prá comê de tarde! Aí eu pensava: *"Ah, a gente nasceu prá sofrê e vai sofrê mesmo!"*.

A vida na capital, como para muitos, não foi nada fácil. *"Mas sempre na esperança que um dia Deus abria as porta, sabe!"*. Conforme a própria construção de Seu Juca, não foi bem Deus, mas talvez um emissário seu, quem lhe abriu as portas para a materialização do sonho de ter uma *"terra que fosse minha"*: a "Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás", mais precisamente, a figura emblemática de João Rosa ou "João Sem Terra".

> Aí num dia eu tô lá quando chegou um amigo da gente, no portão, e tocou a campainha. Ele entrou, sentou, conversamo e ele: "-Olha, eu tô aqui prá conversá um negócio com você. - Tudo bem. Vamo conversá. - Nós tamo formando um bloco aqui prá nós entrá numa terra. Eu vim avisá

---

[8]. Como mostrei anteriormente, a partir da segunda metade do século XX, na região do Mato Grosso Goiano, entram em crise as relações de agregação, substituídas pelo sistema de meação e, principalmente, de assalariamento temporário.

> prá ocê se ocê não se interessa se ocê acompanhá isso, porque a gente sabe como é a vida nossa, minha e sua... - Rapaz, você ainda vai procurá se eu quero? Aonde é essas terra? - Olha, é pro lado de Goiás. E aí? - Bom, é o meu lugar mesmo! Eu topo! - Pois é. À tarde, você vai lá no Nova Esperança, você dá o seu nome lá e confirma lá.". Aí eu fui e cheguei lá e confirmei tudo direitinho como é que era e tal e coisa... Ficou tudo arrumado.

O quê *"ficou tudo arrumado"*? No Setor Nova Esperança, na periferia de Goiânia, era onde ficava a sede da "Comunidade dos Sem Terra do Estado de Goiás". Seu Juca, como centenas de outros trabalhadores, ingressaram nessa entidade, sob a promessa que, através do pagamento de uma determinada contribuição, passariam a ser sócios da Comunidade e portariam uma carteirinha que lhes garantiria o direito de acesso a terras que estariam sendo desapropriadas pelo INCRA no Estado.

Carlos, traça um itinerário cujas linhas são distintas do de Seu Juca, porém seus caminhos se cruzaram num determinado ponto e, a partir de então, percorreram uma trajetória semelhante. Que caminhos traça Carlos para se encontrar com Seu Juca, de forma imprevista e imprevisível, no final da década de 1980, na Comunidade dos Sem Terra do Estado de Goiás?

Proponho ao leitor reconstruir brevemente os traçados geográficos (que são, necessariamente, também sociais) percorridos por Carlos, pois acredito que têm a propriedade de dar visibilidade a uma característica social muito particular dos trabalhadores rurais em Goiás: a mobilidade espacial, a falta de fixidez, a procura permanente e obstinada por um lugar que pudessem definir como sendo verdadeiramente deles. Em comum com Seu Juca, o sonho de ter uma *"terra que fosse minha"*.

A trajetória individual de nosso narrador constitui um exemplo paradigmático dos percursos percorridos pelos trabalhadores rurais da região, desprovidos de terra e de laços sociais firmes que os prendam a um local geograficamente determinado. A mobilidade espacial constitui, no horizonte desses trabalhadores, uma estratégia recorrente que visa se não o acesso à terra para nela viver e trabalhar, a busca de um emprego assalariado nas grandes cidades, ainda que temporariamente, como alternativa de subsistência. Se o

emprego assalariado é, para esses trabalhadores, uma alternativa sempre possível, a terra é o sonho sempre almejado:

> A gente já nasceu no campo, no interior de Jussara, e a gente já trabalhou, inclusive a gente foi pro interior de São Paulo, lá trabalhá. Mas a gente achava que o serviço do campo não era suficiente, a gente precisava de algo melhor. Então, a gente foi prá até a capital, São Paulo. A gente trabalhou lá 8 anos. E aí como era muito corrido, muito apertado a grande São Paulo, então a gente resolveu procurá um lugar mais pequeno e que tivesse bom emprego. E a gente veio, então, prá Goiânia. A gente tinha uns parente, irmão, irmã em Goiânia, então a gente ganhou lá o pouso de morá e a gente começô a trabalhá mais... mas a gente não achava o trabalho suficiente, de acordo com a profissão da gente, né, a profissão de motorista, por exemplo, guincheiro, várias profissão... Mas a gente não conseguia e então enfrentou todo tipo de serviço que aparecia! De servente prá cima, tudo nós enfrentamo! Então, era onde a gente pensava: "- *Oh, na roça a gente já é acostumado, então a gente vai vê se consegue.*". E eu cheguei a ir até no Pará, eu cheguei ir até no Rondônia, atrás de terra. Eu tinha uma chacrinha em Jussara, né, então eu pensava: "- *Eu vendo essa chacrinha... lá, prá lá é barato, então a gente consegue!*". Mas a gente não agradou assim o terreno, o tipo do lugar. Então, nós precisava de algo melhor. Eu gostei muito do Pará, de Tucumã do Pará, mas eu não consegui vendê a chácara na época que precisava. (...). E aí eu não consegui mais comprá o terreno lá no Pará. Então, eu resolvi voltá prá São Paulo novamente. E aí, eu voltando prá São Paulo novamente, de lá que eu resolvi vim prá Goiânia. E até passei em Brasília prá vê se eu conseguia, mas não consegui. E aí firmei em Goiânia mesmo. (Carlos, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001).

O sinuoso caminho de Carlos, marcado por perambulações em Jussara - Ribeirão Preto - São Paulo – Goiânia – Rondônia – Pará – São Paulo – Brasília – Goiânia, simboliza a sina daqueles que, desprovidos da propriedade da terra, cruzam o território brasileiro em busca de alternativas de vida. Trajetórias marcadas pelo desenraizamento e pelo estranhamento dos que ainda não encontraram um lugar que possam considerar como sendo efetivamente seus.

Sua história de vida dá visibilidade não apenas aos processos sociais e econômicos de expulsão dos trabalhadores do campo, mas a falta de possibilidades de uma adequada incorporação ao trabalho urbano. Em conseqüência, o elemento comum das trajetórias desses trabalhadores é a experiência de vida na cidade marcada pela dificuldade, pela execução de trabalhos não qualificados e, em conseqüência, mal remunerados. Revela-se a dupla face da exclusão social do capitalismo brasileiro: à expropriação rural soma-se a impossibilidade de integração plena à força de trabalho urbana.

Se, para alguns, as más possibilidades de remuneração da força de trabalho, articuladas à ausência de uma formação profissional específica, eram amenizadas pela propriedade de uma residência particular, para outros a *"falta de um teto para morar"* constituía um fator que não apenas agravava as condições de reprodução na cidade, mas também estimulava a busca de novos caminhos:

> A gente já não agüentava mais viver na cidade e não tinha mais como comprar um lugar prá morar. A gente não tinha casa na cidade, pagava aluguel. (Jurandir, entrevistado por Jadir de Morais Pessoa em abril de 1994[9]).

Precariedade de vida e consciência desse estado de carência que acaba por alimentar o desejo individual e coletivo de voltar ao campo, de ter uma *"terra que fosse minha"*.

> ... naquele sonho de voltar prá terra, mas voltar prá dentro de um pedaço de terra que fosse da gente. Aquele sonho não saía da cabeça da gente. Aí, surgiu esse senhor (João Rosa) e a gente procurou ele, entrosou com o pessoal dele e ficamos lá bastante tempo naquela luta, vendo se o sonho se realizava, de voltar novamente prá terra. (Bigode, ex-assentado, entrevistado por Jadir de Morais Pessoa[10]).

Portadores de histórias marcadas pela errância e pela procura de formas de vida e trabalho mais estáveis e melhor remuneradas, esses trabalhadores começaram a alimentar a esperança de uma vida mais tranqüila. É essa busca que justifica a permanente mudança de um lugar para outro, *"numa incessante demonstração de que é possível, sempre, recomeçar"*[11]. Assim, a decisão desses trabalhadores de voltar para o campo não deve ser compreendida – com exceção, talvez, daqueles mais idosos – como movida por inspirações nostálgicas de um tempo perdido, mas pelo desejo de reconstruir suas vidas em melhores condições. É, portanto, a ambição de um futuro mais promissor que os move e não a volta a um passado idealizado[12].

---

[9]. Arquivo do NEDESC (Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Sociedade e Cultura) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

[10]. Arquivo do NEDESC (Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Sociedade e Cultura) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás..

[11]. D'INCAO, Maria Conceição, (1991). A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. *Lua Nova*, nº 23, CEDESC/Marco Zero, março de 1991, p. 90.

[12]. Acredito que muitos deles, se tivessem possibilidade de reprodução de suas famílias sob condições economicamente satisfatórias na cidade, não optariam por retornar ao campo. O que

Para alguns dos trabalhadores hoje assentados, a estratégia de voltar a trabalhar na terra foi uma decisão abrupta, inesperada e que colocava em questão projetos familiares já delineados. A história da família de Dinho e Geni, por exemplo, nos mostra a debilidade de abordagens deterministas que procuram afirmar as iniciativas de retorno para o campo por trabalhadores urbanos como a oportunidade de resgate de uma presumível essencialidade camponesa dilacerada pela sociabilidade da vida moderna. Nem sempre a volta para o campo deve ser entendida como a expressão de um projeto coletivo ou mesmo de classe.

> Eu nem sei como é que eu tô aqui! Nunca me passô pela cabeça morá na roça! Meus pais, no tempo de solteira, moravam no interior, que é bem tranqüilo né, eu fui prá capital, lá eu conheci o Dinho... Mas a gente nunca tocô no assunto de morá na roça! Ele trabalhava na Aeronáutica, ele serviu o Exército, né... Nunca tivemo essa conversa. (...). E, há cinco anos atrás, a gente não tinha, nunca pensamo em morá numa roça. Mesmo porque os sonhos era outro! (Geni, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2001).

Esse relato dá visibilidade a um processo marcado pela provisoriedade, pela circunstancialidade e mesmo pelo acaso. Dinho e Geni foram para o Assentamento depois de sua criação oficial, em 1995, através de um processo de transferência de terra devidamente regularizado pelo INCRA, tendo em vista que o agricultor originalmente assentado tinha sérios problemas de saúde. Portanto, para eles, ao contrário da maioria dos agricultores assentados na Lavrinha, a propriedade da terra não fazia parte de um sonho, de um projeto de vida; possivelmente o agravamento das possibilidades de reprodução de um determinado modo de vida na cidade, repentino e inesperado, uma situação de crise, tenha contribuído para a escolha de uma estratégia que não se colocava no horizonte da família.

Para a maioria, entretanto, a volta para o campo dependeria do surgimento de possibilidades, já que motivações não faltavam. Depois de dois anos trabalhando em Goiânia em diferentes ocupações, quase sempre desqualificadas e com baixa remuneração, Carlos ficou sabendo, através de um colega, da

---

talvez justique porque a estratégia de, posteriormente, abandonar o Assentamento, retornando à cidade, seja uma possibilidade sempre presente.

existência de um *"tal de João Rosa, que lá no Jardim Nova Esperança, tá dando terra prás pessoas. É só chegá lá e fazê o cadastro."* (Carlos, assentado).

Foi assim que Jurandir, Seu Juca, Carlos e Jurandir e mais algumas centenas de pessoas moradoras da periferia de Goiânia passaram a fazer parte de uma mesma organização social, a Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás.

3.2. A COMUNIDADE SEM TERRA DO ESTADO DE GOIÁS: embuste ou *"a ação de Deus por linhas tortas"?*

A Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás foi juridicamente fundada em 1990, na cidade de Goiânia, a partir de iniciativas lideradas por um indivíduo conhecido pelos agricultores assentados na Lavrinha como "João Rosa" ou "João Sem Terra"[13]. Possuía duas sedes administrativas, uma no Setor Nova Esperança e outra no Setor Urias Magalhães. Segundo relatos colhidos, num primeiro momento, a Comunidade tinha 920 famílias inscritas; no entanto, alguns afirmam que, no ano subseqüente a sua criação, mais de 3.000 famílias estavam nela cadastradas.

Os agricultores falam que João Rosa prometia a todos os associados da Comunidade, ou seja, àqueles que contribuíssem periodicamente com a Organização, a posse de uma carteirinha que asseguraria o acesso a *"10 alqueire de terra prá cada um no bacuri"*[14].

> Então, nesse meio período, a gente incentivô a ir nessas reunião, porque pagava uma taxinha lá e quem não queria ganhá 10 alqueire de terra sendo que era trabalhador rural! (Ivo, assentado, entrevistado pelo autor, em janeiro de 2001).

---

[13]. "João Sem Terra" é uma figura mítica que periodicamente aparece nas lutas pela terra em diferentes regiões do Brasil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, também designou-se por "João Sem Terra" uma liderança da luta pela terra nos anos 60. Ver WAGNER, Carlos, (1989). *A saga do João Sem Terra.* Petrópolis, Vozes, 2ª ed..

[14]. Bacuri é uma palmeira característica da região do cerrado e, segundo os agricultores, *"terra de bacuri"* quer indicar solos de boa fertilidade natural, propícios ao uso agrícola.

Essa *"terra de bacuri"*, uma imagem edênica estrategicamente produzida no sentido de catalisar sonhos e desejos daqueles trabalhadores tão desprovidos dos capitais econômicos e culturais necessários a melhor analisar as iniciativas promovidas por "João Sem Terra", fazia parte do trabalho de construção simbólica do grupo.



Fonte: Arquivo pessoal de um agricultor do Assentamento São João da Lavrinha.

Como podemos observar, o símbolo da Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás era formado, basicamente, por quatro elementos: terra, enxada e duas árvores; todos esses componentes são envolvidos por um corte em "v". Que conteúdos procurava esse símbolo expressar? Que linguagem simbólica operava no sentido de conformar determinadas significações e objetivos para aquela entidade?

Com a ajuda dos relatos daqueles que participaram diretamente dessa organização social, podemos tentar decifrar alguns significados de difícil visualização à primeira mirada. Uma das árvores, aquela à direita do símbolo, sem dúvida, representa a palmeira, o *bacuri*, simbolizando a promessa de uma terra de boa qualidade, de solos férteis e favoráveis ao aproveitamento agrícola; a árvore à esquerda, é, não obstante, de mais difícil identificação. Segundo o depoimento do

então Secretário Geral da Comunidade Sem Terra[15], tratar-se-ia de uma jaboticabeira, que, *"segundo o que o João Rosa dizia, ela dava bons frutos e dificilmente ela dava fruto azedo. No modo dele, a fruta azeda era a terra que a gente não ia consegui...."*. Ou seja, do mesmo modo que o bacuri, a jaboticabeira indicaria que a terra prometida era de boa qualidade, fértil. Observando-se atentamente, se pode verificar, entre as duas árvores, a presença de uma enxada, que simboliza o instrumento de trabalho necessário ao cultivo da terra. Todos esses elementos, por sua vez, são envolvidos por um corte em "v", que significaria a vitória, a conquista do objetivo almejado; um gesto muito marcante da história política vivida pelo país naquele momento estaria relacionado a sua adoção:

> Era um jeito que só a gente que tava no meio prá entendê a cabeça dele (do João Rosa). Aquilo do "v" da vitória ele aprendeu com o Collor de Melo, que fazia aquilo. (Bigode, Secretário Geral da Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás, entrevistado pelo autor em maio de 2001).

Qual a expectativa e o retorno que as pessoas esperavam quando se filiaram a essa Comunidade? Certamente não era que, através dela, se envolvessem em um processo de luta social; pelo contrário, o acesso à terra era percebido pelos associados como um bem a que se teria direito como retribuição à contribuição financeira paga[16]. Assim como quando a gente se filia a um clube esportivo se espera a retribuição de poder freqüentar as dependências e os serviços oferecidos por esse clube, aqueles que se agregavam à Comunidade dela esperavam a terra como retribuição.

João Rosa acenava aos seus liderados que, através de negociações que mantinha diretamente com o INCRA, todos os que estivessem regularmente cadastrados na Comunidade teriam acesso à *"terra de bacuri"* no próprio Estado de Goiás. Assim, em maio de 1991, *"três ônibus cheinho de gente"* partiram de

---

[15]. Que tornar-se-ia, posteriormente, a principal liderança do acampamento e do Assentamento São João da Lavrinha.

[16]. As informações obtidas acerca das contribuições à Comunidade Sem Terra foram bastante discordantes. Para alguns, era pago uma mensalidade fixa; para outros, contudo, unicamente se pagava pelo acesso à carteirinha; e alguns ainda afirmam que, além das contribuições mensais, eram requisitadas aos associados doações esporádicas em vista de *"necessidades não previstas"*.

Goiânia, num final de tarde, em direção ao interior do município de Goiás[17], para adentrarem na Fazenda Lontra, que já teria sido, segundo João Rosa, *"negociada com o INCRA"*.

Os depoimentos apontam para uma completa sensação de abandono por parte do grupo naquele momento, visto que João Rosa tinha deixado o grupo lá acampado e não mais os procurara:

> Ficamo lá uns dia, sem assistência, sem nada... e sem ninguém sabê de nada também. Ele (João Rosa) chegava e prometia que os agrimensor vinha cortá a terra e todo mundo acreditava no homem! E vai, moço, o pessoal sofrendo demais naquele jeito e ninguém sabia como é que era as coisa. (Jurandir, assentado).

É interessante resgatar dessa fala duas expressões de um conteúdo sociológico de significativa relevância: *"sem assistência, sem nada..."* e *"ninguém sabia como é que era as coisa"*. A primeira expressão remete para a total dependência do grupo em relação aos encaminhamentos dados por João Rosa: nele todos tinham depositado suas esperanças de futuro e, naquelas circunstâncias, se viam como abandonados e despreparados para enfrentar uma situação completamente imprevista e indesejada[18]. A segunda expressão indica indivíduos desprovidos dos recursos culturais mínimos para uma análise mais apurada da situação que o grupo vivenciava naquele momento e para articular iniciativas no sentido de construir novos rumos. Enfim, o grupo se percebia como abandonado e completamente à mercê das circunstâncias, pois sequer se dava conta que havia invadido uma propriedade particular.

Em torno de 20 dias após acampados, indecisos sobre o que fazer, de como *"caçar um outro rumo"*, são pegos de surpresa pela visita de um Oficial de Justiça comunicando que deveriam, imediatamente, se retirar daquela área privada. Muitos chefes de família tinham deixado suas esposas e filhos em Goiânia e só pensavam em como voltar para a capital. No entanto, a Prefeitura de Goiás somente disponibilizou caminhões para deslocar o grupo até a periferia da

---

[17]. Antiga capital do Estado e considerada "patrimônio histórico da humanidade", a cidade de Goiás situa-se na Região do Mato Grosso Goiano, noroeste do Estado, a 128 km de Goiânia.

cidade, em uma área próxima do aeroporto. A partir dali, cada um, individualmente, procurou articular os meios necessários para voltar para a Capital com seus poucos pertences.

Essa primeira tentativa frustrada não arrefeceu a confiança dos trabalhadores naquele que consideravam ser o portador da solução dos problemas do grupo. No mês de setembro de 1991, em torno de 90 famílias, representadas, normalmente, pela figura paterna, voltaram novamente para o interior do município de Goiás. Desta vez, no entanto, não iriam adentrar em uma propriedade privada, mas, estranhamente, acampar às margens do Córrego do Uvá, a cerca de 15 km da sede do município. Nenhum dos participantes daquela iniciativa soube me precisar que objetivos o então presidente da Comunidade Sem Terra de Goiás visava com aquela estratégia, tendo em vista que ali permanecer não representava nem o acesso à terra que havia prometido, muito menos constituía um instrumento de pressão social sobre os órgãos estatais responsáveis pela execução da reforma agrária.

João Rosa, novamente, abandonou o grupo. *"Lá a gente ficô mais de 20 dias, acampados lá, e não tinha assistência de ninguém."* (Jurandir, assentado, entrevistado por Jadir de Morais Pessoa em abril de 1994[19]). A maior parte do grupo, principalmente aqueles que tinham residência própria em Goiânia, decidiu não permanecer nas precárias desse acampamento e retornaram para junto de suas famílias.

> Eu mesmo desisti. Desisti do grupo. Porque a família ficô em Goiânia, sem dinheiro, sem nada. Aí passô um caminhão lá e nós juntô um bocado de gente e a gente veio embora. Ficô lá poucas pessoa no Córrego do Uvá. (Maurílio, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001).

Desprovidos de lideranças capazes de articular iniciativas para o grupo – *"... tinha uns coordenador nosso, mas só que era a mesma coisa que nós, não sabia por onde agi."* (Nilo, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001), em

---

[18]. Assistência significa *"proteção, amparo, arrimo"*, conforme HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de, (1995). *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.* São Paulo, Folha de São Paulo/Editora Nova Fronteira, p. 67.

torno de 10 famílias optaram por permanecer ali acampadas. Essa decisão, contudo, não indicava a formulação de novas estratégias pelo grupo no sentido de empreender ações coletivas de conquista da terra, mas muito mais a completa falta de outras perspectivas, pois muitos já haviam abandonado tanto seus locais de residência, quanto as atividades profissionais em Goiânia. Alguns apostavam mesmo na possibilidade de ali *"ir ficando e vê se arrumava um emprego numa fazenda ali próxima."* (Serginho, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2001).

O que aqueles trabalhadores não imaginavam é que seria justamente naquele momento, considerado como de abandono e sem perspectivas, que suas trajetórias de vida sofreriam uma forte inflexão. Segundo alguns assentados com quem conversei, foi às margens do Córrego do Uvá que mantiveram um primeiro contato com um técnico do INCRA/GO, que lhes teria orientado que de nada adiantaria permanecerem naquele lugar caso desejassem conquistar a terra, pois aquilo não constituiria nem uma forma de pressão política contra o Governo e muito menos possibilitaria visibilidade social ao grupo.

> Ele falou assim prá nós, o pessoal do Incra, a equipe do INCRA falou assim: *"- Olha, vocês tem que procurá uma área dum proprietário prá vocês entrá. Se vocês ficá aqui do jeito que vocês tá aqui, vocês vão ficá o resto da vida! O povo vai pensá que vocês é uns pescador, que vocês tão aqui na boca da ponte só pescando! Vocês têm que procurá uma área. Se vocês nunca procurá vocês não arranja terra, não!".* O INCRA deu essa instrução prá nós! (Seu Juca, assentado).

Esse acontecimento coloca em evidência a especificidade de atuação dos técnicos estatais e as contradições internas que atravessam o órgão encarregado da operacionalização da Reforma Agrária. Os técnicos possuem uma autonomia bastante acentuada, sendo capazes, muitas vezes, de atuarem como orientadores e até mesmo ideólogos de grupos sociais em luta pela terra, agindo orientados muito mais por suas posições político-ideológicas do que pelas diretrizes administrativas a que estão subordinados[20].

---

[19]. Arquivo do NEDESC (Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Sociedade e Cultura) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

[20]. A principal liderança nacional do MST, João Pedro Stedile, por exemplo, participou ativamente da mobilização dos agricultores acampados na Encruzilhada Natalino e na formação do MST no

Para o grupo, entretanto, aquela orientação vinda de um técnico estatal tinha pouca utilidade prática, pois não dispunha nem de lideranças internas, nem de agentes externos capazes de conferir visibilidade social e política ao grupo; eram trabalhadores simbolicamente desprovidos dos instrumentos necessários a conferir existência política àquele grupo e, portanto, não estavam aptos a falar e ser ouvidos enquanto um coletivo com interesses comuns. Abandonados por aquele que era, até então, considerado o "condutor do rebanho", os acampados se sentiam totalmente sem perspectivas, sem horizontes do que fazer. A esperança de uma solução mágica provinda dos Céus parecia ser o único fio de sustentação da unidade do grupo:

> Até tinha um evangélico lá e todo dia nós pegava e pedia a Deus prá Deus abri uma porta prá nós, iluminá o caminho que nós... mostrasse prá nós o que nós poderia segui! (Ivo, assentado).

Esse quadro principiou a mudar radicalmente quando agentes de pastoral da CPT Diocesana de Goiás (Comissão Pastoral da Terra) , juntamente com um representante estadual do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entraram em contato com o grupo[21]. Ainda que, naquele momento, as relações entre CPT e MST estivessem fortemente tencionadas, principalmente ocasionadas pela atuante participação dos agentes de pastoral na articulação de uma chapa de composição para a direção da FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás), as primeiras aproximações com aqueles trabalhadores foram realizadas de forma conjunta. Um fator de ordem conjuntural contribuiu de forma decisiva para essa aproximação: após as fazendas São João do Bugre (1984), Mosquito (1985), Rio Vermelho (1987) e Europa (1989), as ocupações de terras em Goiás tinham sofrido um sensível decréscimo; era, portanto, estrategicamente importante para a CPT retomar o processo de luta pela reforma agrária através das ocupações. Na ausência de

---

Rio Grande do Sul, no início da década de 1980, quando exercia as atividades de técnico da Secretaria de Agricultura do Estado. Ver STEDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano, (1999). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

envolvimento, até então, do aparato sindical no processo de organização da luta pela reforma agrária no Estado, restava à CPT o incentivo ao MST para que atuasse na articulação política daquele grupo.

> Eu vou levá lá (no Córrego do Uvá) o Aparício do MST, que tava na Secretaria do MST aqui. Se faz uma primeira discussão... eu diria assim: por mais que, da minha parte, influenciado pelo trabalho da CPT, eu tenha críticas à forma da atuação do Movimento Sem Terra, mas, por outro lado, sou extremamente simpático à consolidação dessa ação que é de ocupação de terras. Então, era meu interesse levá o Aparício prá essa discussão porque nós tinha o interesse que o pessoal fizesse uma ação de ocupação de terras. (Secretário Geral da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, entrevistado pelo autor em novembro de 2000).

Se para aqueles trabalhadores, a terra aparecia como uma oferenda concedida por um enviado de Deus, a partir de então o acesso à propriedade de um *"chão que fosse meu"* estaria circunscrito por um discurso que politizava a questão do acesso à terra. Se tinham piamente acreditado na promessa de terra *"em troca de uma carteirinha"*, foram, daí em diante, submetidos a uma inflexão discursiva que afirmava que a *"conquista da terra"* estava condicionada à luta social, ao conflito e, em última instância, à estratégia político-social da ocupação de terras improdutivas.

> Aí eles (a CPT e o MST) foram lá e falaram assim: "Olha, se vocês tivé condição de juntá um grupo aqui nós vamo ajudá vocês. Nós vamo procurá uma fazenda e vamo ocupá.". (Jurandir, assentado).

O discurso da CPT e do MST operava em bases completamente distintas daquelas formuladas por João Rosa: a terra não seria um dom recebido, mas conquistado através do conflito, da luta social, cujas manifestações propostas eram a ocupação de fazendas particulares consideradas improdutivas e os acampamentos; *"do contrário, não dá prá fazer a luta"*. CPT e MST propunham ao grupo uma outra percepção do mundo social, regulado não por relações harmônicas, mas por conflitos de interesses e cujos direitos só seriam conquistados através da organização coletiva. Enfim, os agentes de mediação

---

[21]. Não consegui, através dos relatos obtidos, precisar de que forma CPT e MST tiveram conhecimento da existência daquele acampamento, mas é bem provável que tenha sido a partir de informações repassadas por aquele técnico do INCRA que tivera contato com o grupo.

propunham algo até então estranho àquele grupo social: a politização da questão agrária[22].

Nessa perspectiva, os agentes de mediação passaram a estimular práticas sociais de caráter eminentemente político. Quando o grupo formou esse acampamento embaixo da Ponte do Uvá não tinha em perspectiva nenhum conteúdo político, de luta social: as famílias, simplesmente, estavam em busca de um lugar para ficar, um abrigo mesmo que provisório, visto que estavam abandonados pelo antigo líder. Voltar para Goiânia não era visto como uma boa alternativa, muito menos ficar na cidade de Goiás (até porque uma ação repressiva das autoridades locais era bem provável).

Na ótica dos mediadores, seria preciso operar naquele grupo uma ruptura com as práticas até então adotadas, transformar um conjunto de famílias com poucas afinidades e ligações num grupo de pressão, conferindo-lhe uma identidade coletiva: um grupo que não apenas lutasse por um interesse comum (a terra), mas que passaria a ter formas de pensar e compreender o mundo semelhantes. Um trabalho de construção identitária, de conformação de um sujeito político[23], que visava fazer com que aqueles indivíduos passassem a se perceber como iguais, como pertencentes a um mesmo lugar no espaço social, como pertencentes a uma mesma classe social e como tendo interesses iguais que se contrapunham aos interesses de outras classes e grupos sociais[24].

---

[22]. Tratava-se, portanto, da colocação em prática de um trabalho de (re)construção das formas de ver e apreender o mundo social. *"O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo."* BOURDIEU, Pierre, (1989). Espaço social e génese das "classes". In *O poder simbólico.* Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand do Brasil/Difel, p. 142.

[23]. *"Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados."* SADER, Eder, (1988). *Quando novos personagens sociais entraram em cena.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 60.

[24]. Na perspectiva epistemológica proposta por Pierre Bourdieu, a "classe social" não é um dado imediato da realidade, mas resultado de um trabalho de produção que, envolve, necessariamente, a (re)produção de uma determinada forma de conceber o mundo social. *"Se há uma verdade, é que a verdade do mundo social é um objeto de lutas: porque o mundo social é, por uma parte, representação e vontade; porque a representação que os grupos se fazem deles mesmos e dos outros grupos contribui com uma parte importante a fazer isto que são os grupos e isto que eles fazem. A representação do mundo social não é um dado ou, isto que se toma a mesma coisa, um*

Não causa muito surpresa que o grupo social, num primeiro momento, tenha sido muito reticente às propostas dos agentes de pastoral e do MST: quando entraram na Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás, nunca imaginaram a possibilidade de enfrentar as penúrias impostas pela ocupação de fazendas particulares. A reação armada dos proprietários através dos jagunços, a moradia em barracos, as péssimas condições sanitárias, as dificuldades de alimentação, a falta de escolas para as crianças, o isolamento, as dificuldades de locomoção... constituam uma situação de "crise" para a qual aquelas famílias não tinham sido preparadas. A entrada na Fazenda Lontra, para o grupo, não tivera o significado político de uma ocupação, eles não se percebiam como alguém que colocava em questão o "direito sagrado da propriedade"; para os trabalhadores, tudo já teria sido acertado anteriormente entre João Rosa, INCRA e proprietário; se percebiam, portanto, como agraciados pela ação benfeitora de outros e não como sujeitos de conquista de um direito.

3.3. OS AGENTES DE MEDIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE UM GRUPO SOCIAL EM LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Como membros da Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás profundamente dependentes dos encaminhamentos propostos por seu presidente, a ação social daqueles trabalhadores certamente não poderia ser interpretada a partir da categoria sociológica de "movimento social", ao menos nos termos propostos por Alain Touraine. Segundo o sociólogo francês, um movimento social se caracteriza pela existência de três princípios básicos entre os atores sociais mobilizados: identidade, oposição e totalidade. Esses princípios não estavam presentes no grupo, na medida em que tanto não se percebiam como portadores de um conjunto de interesses comuns, como também não visualizavam os presumíveis grupos e classes sociais que se opunham à materialização desses

---

registro, um reflexo, mas o produto de inumeráveis ações de construção que estão sempre já feitas e estão sempre a refazer.". BOURDIEU, Pierre, (1977). Une classe objet. Paris, *Actes de la*

interesses. Muitos menos tinham uma compreensão da totalidade do sistema social que os inseriria num campo de disputas pelo controle dos principais recursos da sociedade ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento[25]. Mesmo porque toda a discursividade produzida pela liderança da Comunidade Sem Terra centrava-se não na construção de um mundo social marcado por rupturas e conflitos, mas pela compreensão que o acesso à terra se daria de forma negociada com o órgão estatal responsável pela efetivação da reforma agrária. A terra, para aqueles agricultores, não seria produto da luta social, da ação coletiva e nem um direito de cidadania, mas a concessão e o favor propiciados pela ação de uma liderança personalizada.

CPT e MST desenvolveriam, através de um conjunto de práticas discursivas e não discursivas, um trabalho no sentido da construção da identidade político-social daquele grupo, enfatizando não apenas que necessitariam engendrar estratégias de luta social, de enfrentamento político com o Estado e com os grandes proprietários fundiários da região, mas também tentando incutir-lhes a percepção que não lutavam para materializar seus desejos particulares, mas, sobretudo, representavam a busca de transformações sociais mais amplas na estrutura da propriedade da terra no país. Os trabalhadores passavam a ser construídos, a partir dessa discursividade, como um grupo social em luta pela reforma agrária.

Entretanto, a histórica socialização daqueles trabalhadores em relações marcadas pela dependência pessoal, pela política do favor e da clientela, constituía forte resistência à incorporação de novas práticas e representações sociais[26]. A forma como um agricultor assentado relatou esse momento da trajetória do grupo me chamou particularmente a atenção. Especificamente em relação ao contato que o grupo passara a ter com o MST, ele afirmou:

---

recherche en sciences sociales, nº 17-18, p. 2.

[25]. TOURAINE, Alain, (1989). *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina.* São Paulo/Campinas, Trajetória Cultural/Editora da Unicamp.

[26]. O que ao menos coloca em questão a idéia que a desagregação das tradicionais relações de trabalho (parceria, agregamento, morada...) implique necessariamente na produção de *"uma nova cultura dos pobres do campo"*, conforme propõe MARTINS, José de Souza, (1989). *Caminhada no chão da noite.* São Paulo, Hucitec.

> Aí nós já largou o João Rosa um pouco de lado, né! Aí nós já largou o João Rosa... porque o João Rosa não tinha prá onde a gente segui! Ele não tinha convênio com nada! Aí nós já foi trabalhá mais com o Aparício. Aí deu certo. (Nilo, assentado).

A relação que se estabeleceu com o MST, pelo menos na perspectiva desse trabalhador, reproduzia os mesmos termos da relação que haviam estabelecido com a Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás: era delegado a uma pessoa a capacidade de dar solução ao desejo de acesso à terra. Eles não se percebiam como integrantes de um movimento social, enquanto sujeitos da luta pela terra e pela reforma agrária. Na representação dos trabalhadores, o MST, personificado na figura de um de seus dirigentes estaduais (Aparício), não aparecia como uma organização social formada por eles próprios, mas apenas como uma outra entidade que se encarregaria de encontrar uma solução às demandas do grupo, *"a porta que Deus abriu prá nós"*.

Nessa perspectiva, é profundamente interessante verificar a construção discursiva que é tecida em torno da figura carismática e personalista de João Rosa ou "João Sem Terra". Deixo claro, portanto, que não pretendo decifrar quem foi o "autêntico" líder da Comunidade Sem Terra, mas configurar a conflitiva trama discursiva responsável pela (des)qualificação simbólica desse importante personagem da história individual e coletiva dos trabalhadores do Assentamento São João da Lavrinha.

Nos depoimentos que obtive de agentes de pastoral, pude perceber que a percepção construída em torno do que teria sido a Comunidade oscila entre duas compreensões. Por um lado, a Comunidade é construída discursivamente como uma entidade de natureza eminentemente política, constituindo uma expressão concreta da presumível tentativa de políticos "conservadores" influenciarem os processos de luta pela terra no Estado. Nessa perspectiva, João Rosa, o líder da Comunidade, é produzido enquanto um "pau-mandado" de lideranças políticas regionais:

> É um cara que já fez parte do governo do PMDB, na Secretaria da Ação Social. Não sei se da época do Nion Albernaz ou se no Governo do Estado. Nós tínhamos informações que tinha nessa comunidade dos sem terra até policial reformado, veio boato de que a Lúcia Vânia tava por trás. (Secretário Geral da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT

> Regional Centro-Sul de Goiás, entrevistado por Jadir de Morais Pessoa em março de 1994[27]).

A figura de João Rosa é construída sob parâmetros de discursividade que tem como núcleo de preocupação fundamental as lutas pelo monopólio da representação dos sem terra no Estado: o líder é descrito como uma ameaça ao controle político da luta pela terra em Goiás, até então sob direção hegemônica da CPT e, secundariamente, do MST.

No mesmo depoimento, entretanto, o organizador da Comunidade Sem Terra é caracterizado como um simples vigarista, alguém que não tinha interesse nenhum em liderar e controlar politicamente a luta pela terra na região, mas tão somente arrecadar dinheiro à custa da boa fé dos trabalhadores:

> Na realidade o que a gente conclui é que esse João Rosa, ele tinha por objetivo fundamental, como fazia as carteirinhas, ele cobrava uma taxa, e com isso embolsava um bom dinheiro das famílias. Porque ele tinha mais de 3.000 famílias, o pessoal chega a falar até em 5.000 famílias cadastradas, com carteirinha dada. (Secretário Geral da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, entrevistado por Jadir de Morais Pessoa em março de 1994[28]).

Seja como "vigarista" ou como "pau-mandado dos políticos", a dizibilidade e visibilidade produzida pela CPT em relação ao líder da Comunidade dos Sem Terra do Estado de Goiás tinha o objetivo estratégico de desqualificá-lo (moral ou politicamente) como alguém que tivesse legitimidade para representar os trabalhadores que lutavam pela terra no Estado. Sem entrar no mérito de quem efetivamente era "João Sem Terra" (que pode, como qualquer sujeito ou fato social, ser construído por múltiplas dizibilidades e visibilidades), o importante é perceber o significado de sua iniciativa no interior do campo de lutas pelo monopólio da representação dos sem terra no Estado.

Tanto assim que João Rosa foi preso, em meados de 1991, a partir de uma denúncia formalizada pelos próprios agentes de pastoral da CPT de Goiás. Todavia, o que chama particularmente a atenção é que a denúncia não foi feita num primeiro momento, mas somente depois que os agentes religiosos tiveram

---

[27]. Arquivo do NEDESC (Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Sociedade e Cultura) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

um primeiro contato com os trabalhadores por ocasião do acampamento formado na Fazenda Lontra, uma propriedade ao lado da Fazenda Rio Vermelho, que estava sob ocupação de trabalhadores sem terra ligados ao MST e em vias de ser desapropriada pelo INCRA.

Se até então, aos olhos da CPT, o grupo era visto com certa indiferença, o acampamento nessa área passou a causar preocupação às entidades na medida em que foi percebido como uma manifestação de uma possível intenção futura de entrar na Fazenda Rio Vermelho:

> Esse cara (João Rosa) obteve no INCRA algumas informações, documentos, e começa a dizer para os trabalhadores que havia terra desapropriada em Goiás que poderia ser ocupada. Na realidade tinha, que era a Rio Vermelho que tinha sido desapropriada. Mas como? Esses caras vão querer ocupar a Fazenda Rio Vermelho? (...). Ele leva um grupo dessas famílias na divisa com a Fazenda Rio Vermelho. Aí é que a gente ficou mais preocupado ainda. (Secretário Nacional da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, entrevistado por Jadir de Morais Pessoa em março de 1994[29]).

Sendo um personagem que surgiu à margem das instâncias já consolidadas de representação dos trabalhadores rurais no Estado, nada mais normal que sua ação fosse desqualificada e deslegitimada por essas mesmas agências.

Na ótica dos trabalhadores hoje assentados na Lavrinha, não obstante, o então presidente da Comunidade é percebido de forma radicalmente distinta. Embora admitindo que foram lesados financeiramente, os agricultores constróem João Rosa com matizes altamente qualificadoras: é visto como um provedor, o "emissário divino" responsável pela formação original do grupo e, em última instância, pelo próprio acesso à terra. O sentimento de gratidão é a tônica nos discursos dos assentados:

> Mas uma coisa eu tenho a agradecê: mesmo ele fazendo tudo isso com nós, eu garanto e agradeço porque se não fosse por ele nós não taria aqui! Foi um caminho que ele abriu! Então, eu nunca devo falar mal dele! Nunca. (...) Mas eu agradeço ele.... em primeiro lugar eu agradeço a

---

[28]. Arquivo do NEDESC (Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Sociedade e Cultura) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
[29]. Arquivo do NEDESC (Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Sociedade e Cultura) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

> Deus e, em segundo, a João Rosa! Foi a ação de Deus por linhas tortas. (Carlos, assentado).

> Eu não tenho o quê dizê dele, não, porque foi ele que pôs nós na estrada! Porque se não fosse ele também nós não tinha essa terra aqui, não! (Nilo, assentado).

O discurso dos agricultores, que tece a figura de João Rosa como alguém responsável pela própria produção do grupo social, representa a reprodução de uma cultura política característica da região, que tem no coronelismo sua expressão mais definida, e que, como afirma Teresa Salles, não percebe os indivíduos enquanto portadores de direitos de cidadania, mas como recebedores de favores aos trabalhadores rurais, de dádivas concedidas pelos poderosos[30]. Se, historicamente, o provedor de favores eram as oligarquias regionais, naquele momento João Rosa assumia essa condição.

João Rosa não se utilizava de estratégias que visassem conformar a identidade social de um grupo em luta pela terra. Pelo contrário, em sua lógica de ação, ele encarnaria os interesses do conjunto dos trabalhadores, sendo o responsável único por "negociar" as terras com o INCRA; ratificando, assim, as históricas relações sociais de base personalista com que foram socializados esses agricultores.

Agenciados por outras práticas e discursos, os então acampados às margens do Córrego do Uvá passaram a ser organizados por um representante do MST, externo ao grupo, que assumiu a direção política visando a ocupação de uma fazenda na região. Ao contrário de outras experiências de organização de grupos em luta pela terra, onde, no contato com as entidades de representação dos trabalhadores, se formam lideranças internas capazes de assumir e difundir as diretrizes propostas pelos mediadores, entre aqueles trabalhadores não se observou a emergência de uma liderança interna, permanecendo o grupo totalmente dependente de uma pessoa que não havia trilhado uma trajetória comum. O representante do MST, mesmo legitimado por outros discursos e

---

[30]. SALLES, Teresa, (1994). Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* ANPOCS, nº 25, junho de 1994.

práticas sociais, assumia o papel de "condutor do rebanho" anteriormente desempenhado por João Rosa.

> O Aparício foi lá e explicou prá nós tudo direitinho como é que nós ia chegá aqui e nós ia consegui essa terra. E aí, através do MST também, que foi organizado lá, foi lá e deu instruções prá nós, aí que nós resolveu ir atrás, buscá a turma e vim prá cá (na Lavrinha). (Carlos, assentado).

Como o grupo que permanecera acampado às margens do Córrego do Uvá era diminuto, formado por 9 ou 10 famílias, o representante do MST apontou que a ocupação de uma fazenda de propriedade particular somente seria viável mediante um aumento quantitativo do grupo. A primeira providência tomada foi designar alguns trabalhadores para que, voltando à periferia de Goiânia, tentassem convencer aquelas famílias que haviam participado das iniciativas anteriores organizadas por João Rosa a se reintegrarem ao grupo.

Muitos mostraram-se céticos e temerosos diante da nova estratégia que comportava fortes possibilidades de reação violenta por parte de proprietários e policiais. *"Aí muitas pessoas compreendiam e outras já vinha com pedra em cima da gente. Muitas mulher de companheiro meu chegavam até a batê a porta na cara da gente! Xingava a gente pensando que a gente queria trazê...* (Ivo, assentado). Tão somente 15 novas famílias se agregaram aos então acampados.

Concomitantemente, uma comissão foi formada para encontrar uma fazenda na região que apresentasse as condições favoráveis a uma ocupação. Os critérios orientados pelo dirigente do MST estipulavam a busca de uma área com boas condições de fertilidade e, sobretudo, improdutiva, isto é, susceptível de desapropriação por interesse social. Nesse processo, igualmente, o papel de direção desempenhado pelos agentes de mediação ficou bastante evidente, pois *"usando o carro da CPT, o Aparecido... o Pedroso*[31] *lá ajudô... eles viram algumas fazendas e descobriram a Lavrinha e fizeram a ocupação da Lavrinha."* (Secretário Geral da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Após cerca de 40 dias vivendo às margens do Córrego do Uvá, em condições absolutamente precárias na medida em que alguns já haviam se

desfeito de seus parcos bens materiais (inclusive, da moradia em Goiânia), comandados pelo MST e apoiados pela CPT, 25 famílias adentram, *"ali pela meia noite"*, em 19 de outubro de 1991, na Fazenda São João da Lavrinha.

> E, debaixo de uma chuva, a gente foi jogando aquelas mala, aqueles colchãozinho velho, aquelas espuminha velha, no chão lá... que não tinha nem jeito de dormi! Então, quando o dia amanheceu não tinha nem jeito de pôr um café, de tanta chuva... E teve uma mulher lá que falô: *"- Eu vô pôr um café prá vocês! - Mas como vai pôr um café?"*. Arrumô duas sombrinha, arrumô uns papel ainda seco, uns pauzinho lá e põe no fogo, debaixo da sombrinha, pôs o café e nós bebeu! (Ivo, assentado).

Se na atribulação apressada da ocupação e diante das dificuldades impostas pela noite escura e pela chuva, os trabalhadores se estabeleceram na área sem qualquer critério estratégico mais preciso, a partir da manhã do dia seguinte se colocava a necessidade de escolher um local que oferecesse melhores condições de segurança ao grupo, tendo em vista que já eram esperadas reações violentas, costumeiras nos conflitos fundiários no Estado. O grupo fixou o acampamento no pé de uma íngreme ladeira, nas proximidades do Rio Vermelho[32].

Instalados, se percebeu que o tamanho do grupo era insuficiente para garantir a proteção do acampamento. Novamente, foram designadas duas pessoas para irem para a periferia de Goiânia, na tentativa de convencer novas famílias a virem para a ocupação. A partir desse momento, o acampamento agregou o maior contigente populacional, em torno de 95 famílias, na sua maioria representadas tão somente pela figura paterna, pois muitos se utilizaram da estratégia de manter esposas e filhos trabalhando na cidade, possibilitando a obtenção dos recursos necessários ao próprio sustento daqueles que permaneceriam no acampamento:

> Minha mulher, eu não quis trazê, ela ficô em Goiânia, mas mandando cesta prá mim... Lavando roupa e mandando cesta prá mim. (Serginho, assentado).

---

[31]. Agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás.

[32]. Rio que atravessa o município de Goiás e que, em séculos anteriores, havia servido à atividade mineradora do ouro.

3.4. A ORGANIZAÇÃO DA VIDA NO ACAMPAMENTO

Assessorados pelo representante estadual do MST, logo nos primeiros dias após o acampamento na Fazenda, os agricultores articularam-se organizativamente em torno de uma "Coordenação Geral do Acampamento", constituída de diferentes equipes especificamente responsáveis pela segurança, saúde, alimentação, lavoura e negociação externa.

Mesmo que a questão da segurança do acampamento tivesse sido uma das maiores preocupações, pois temia-se uma reação violenta por parte do proprietário da Fazenda, não houve maiores conflitos por ocasião da ocupação, segundo relatos fornecidos pelos próprios trabalhadores.

> Então, ele (um dos proprietários da Fazenda) veio, depois de três dia que nós tava aí, ele chegô, com dois homem na camioneta e falô: *"Olha, vocês tão aqui... e essa terra precisa de quem trabalha nela mesmo! Agora, se o INCRA tem como comprá essa terra prá vocês, a terra é de vocês! Eu tenho ela prá vendê pro INCRA. Agora, se ele não comprá, vocês não fica aqui, eu vô tê que tirá! E vocês não güenta polícia não, quem vai tirá vocês daqui não é pistoleiro... quem vai tirá é polícia!"*. (...). Aquilo que ele falô no dia que ele veio aí, ele falô até na última hora da negociação! Ele foi homem demais! Garantiu direitinho... Então, o Urbaninho foi uma pessoa boa, é bom prá nós até hoje, uma pessoa que toda vida teve amizade com nós. (Serginho, assentado).

Ainda que Urbano Berquó Filho (Urbaninho) fosse somente um dos herdeiros da Fazenda, que estava em processo judicial de divisão do espólio, sua reação serviu de estímulo e tranqüilidade aos acampados, incentivando-os, até mesmo, a planejar o início dos trabalhos de cultivo da terra. Adotando uma postura paternal em relação ao grupo e garantindo que ele próprio negociaria a "venda" da Fazenda junto do INCRA, o proprietário da São João da Lavrinha conquistava a simpatia dos acampados, mas, ao mesmo tempo, registrava ocorrência policial (por esbulho possessório) e ingressava com ação judicial pedindo a reintegração de posse da área.

A obtenção da alimentação necessária ao sustento do grupo acampado tornava-se um desafio premente. Vindos da periferia de uma grande cidade e há alguns anos sem desenvolver o ofício da agricultura, se colocava para aqueles

trabalhadores a necessidade de viabilizarem, dentro do menor prazo de tempo possível, a produção de uma lavoura capaz de proporcionar os gêneros de subsistência minimamente necessários à reprodução biológica do grupo.

Ainda que existisse uma "Equipe de Alimentação" especificamente encarregada da obtenção de doações de alimentos e roupas junto às entidades de apoio, instituições de assistência social e, principalmente, assentamentos de reforma agrária do município, o grupo, através da "Equipe de Lavoura", começou a viabilizar os meios necessários à implantação do que ficaria conhecido como a *"roça das abóbra"*.

Já se desenrolava o mês de novembro de 1991, quando já ultrapassara o momento mais adequado de plantio das roças de milho e arroz[33]. Colocava-se como questão imediata a materialização de uma idéia concebida já nos primeiros dias de acampamento: a implantação de roças no "sistema comunitário"[34].

A Fazenda São João da Lavrinha era formada, basicamente, por duas conformações vegetais: uma área de campo, potencialmente apta à atividade pecuária; e uma área de mata, nas baixadas, potencialmente destinada à produção agrícola. Para possibilitar o cultivo ainda naquele ano, era preciso, de imediato, desmatar o terreno. Sem possibilidades de acesso a uma máquina adaptado a esse tipo de operação ("trator de esteira"), a única solução encontrada foi a execução do trabalho manualmente, *"no enxadão"*, e a introdução da chamada "roça de toco"[35]. Segundo alguns depoimentos, essa primeira atividade, tão dura e desgastante, teria cumprido um papel pedagógico e de seleção social e simbólica do grupo, na pressuposição que aqueles que *"não queria terra prá trabalhá"* já mostravam sua *"verdadeira face"*:

> Nós desmatamo esse trem quase tudo no enxadão! Mas tinha nego aí que, por exemplo, ia pro serviço hoje e quando era amanhã ele chegava

---

[33]. No Estado de Goiás, a recomendação de plantio dessas culturas é a partir do final do mês de setembro, quando começam as primeiras precipitações pluviométricas, depois do longo período de estiagem compreendido entre os meses de abril e meados de setembro.

[34]. A "roça comunitária" caracteriza-se, sobretudo, pela adoção de práticas agrícolas de tipo tradicional, uso da força manual e pela baixa divisão do processo de trabalho.

[35]. Consiste num sistema de cultivo tradicional do campesinato regional, onde é feita manualmente a derrubada da mata, ateado fogo no material vegetal abatido, restando no terreno apenas os troncos (os "tocos") de árvores não totalmente incinerados. Nesse terreno é introduzida a "roça" (milho, arroz, feijão, etc.), normalmente através de procedimentos manuais.

> e dizia: *"Olha, eu acho que eu vô embora!"*. Juntava as malinha dele e se mandava. A dureza não güentava não... um sol quente, mês de novembro... (Jurandir, assentado).

Os três primeiros meses de acampamento emergem na memória dos trabalhadores como profundamente marcados pela carência, onde a alimentação praticamente teria se restringido ao consumo das abóboras cultivadas em uma pequena área próxima ao acampamento. *"Porque era abóbra cedo, de meio-dia, à noite... era só aquele caldão de abóbra. Tinha dia que nem manteiga tinha! Teve um dia que eu até passei mal! Porque a gente ia trabalhá... Isso aqui tudo foi desmatado na mão! Nós não tinha dinheiro de nada! Tinha nego que caía de tanta fraqueza! E um solão quente..."* (Ivo, assentado).

Nem todos acampados apresentavam as mesmas condições de acesso aos gêneros alimentícios, na medida em que alguns tinham o apoio de familiares que haviam ficado trabalhando em Goiânia ou dispunham de algumas reservas monetárias obtidas com a venda dos bens domésticos ou mesmo com o emprego em trabalhos esporádicos em fazendas vizinhas ao acampamento. Essa desigualdade de oportunidades ensejava práticas de solidariedade internas ao grupo, tendo em vista que tinha *"gente que tirava uma cestazinha prá aqueles que não tinham nada"* (Serginho, assentado).

Diante de uma colheita pequena de milho e arroz, plantados em aproximadamente 9 ha, cujas sementes haviam sido doadas pela CPT Diocesana de Goiás, as dificuldades de alimentação ao longo do primeiro ano de acampamento se acentuaram. Uma das possibilidades era a pesca no Rio Vermelho, tendo sido constituída, inclusive, a "Equipe dos Pescadores", mas, segundo eles próprios, os peixes foram logo escasseando.

Na medida em que, nos múltiplos depoimentos orais por mim colhidos ao longo do trabalho de campo, tecia-se a imagem da implantação da "roça comunitária" como um fenômeno naturalizado pelos agricultores, começava a me intrigar a necessidade sociológica de desconstruir aquele processo, de esquadrinhar o dito e o não-dito, de verificar como que um grupo que até então se mostrara totalmente dependente de condução política por agentes externos (seja primeiramente por João Rosa ou, posteriormente, pelo representante estadual do

MST) pudera, já de início, se comprometer com o desenvolvimento de uma "lavoura comunitária"? Como famílias que não haviam estabelecido firmes laços de coesão e de identidade social se predispunham a enfrentar severas dificuldades econômicas através de uma estratégia que lhes era totalmente estranha e inusitada? Por que os processos de decisão em prol de uma "lavoura comunitária" haviam sido tão rápidos e, ao menos aparentemente, tão isentos de contradições e conflitos internos?

3.5. O "LAVOURÃO COMUNITÁRIO": imposição externa, projeto de vida ou estratégia de sobrevivência?

A iniciativa de implantação de uma "lavoura comunitária", conforme os múltiplos depoimentos por mim obtidos, teria partido diretamente dos agentes de mediação política que atuavam junto ao grupo naquele momento, em particular o MST e a CPT (tanto pela atuação de agentes de pastoral ligados à CPT Diocesana de Goiás quanto à CPT Regional Centro-Sul de Goiás)[36].

> Bom, sobre o trabalho comunitário foi o seguinte. Quando nós chegamo aí surgiu a idéia seguinte: não podia trabalhá sozinho porque não tinha nada e não podia cada um ir prá um lado e outro prá outro. E o que acontece? Com a idéia do Movimento Sem Terra e da CPT eles deram a idéia seguinte: trabalhá comunitário. Eles ia apoiá, ajudá e nós organizava o grupo, tudo. (Jurandir, assentado).

Para o MST, a idéia de desenvolver um sistema produtivo de base comunitária, onde todos trabalhariam igualmente[37] e repartiriam eqüitativamente a colheita obtida, constituía um primeiro passo no sentido de materializar, quando da oficialização de criação do "projeto de assentamento", a implantação daquele que então era o modelo de organização social e econômica proposto pela entidade

---

[36]. Esses agentes de mediação já haviam, anteriormente, estimulado experiências de produção coletiva ou comunitária, particularmente nos assentamentos Mosquito e Rancho Grande. No Rancho Grande, com o apoio da Igreja, constituiu-se uma associação de 11 parceleiros para o uso em comum de um trator doado por órgãos internacionais. Ver SOUSA, Regina Sueli de, (1997). *Ordem e contra-ordem: o processo político constitutivo do MST na especificidade do Assentamento Rio Vermelho.* Brasília, Dissertação de mestrado em Política Social, ICH/UnB.

naquele momento: as chamadas CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária, estruturadas em torno da total coletivização dos meios de produção e na conformação de uma agrovila como centro de convivência social e de moradia.

> No início, nós fizemo a primeira lavoura, com o MST nos organizando e tentando colocá aquela coisa de agrovila... Sempre trabalhando a agrovila, que eles queria fazê uma agrovila na Lavrinha. Eles dizia que o trabalho comunitário só funcionava bem se tivesse a agrovila. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento, entrevistado pelo autor em maio de 2001).

Para o MST, a constituição de uma agrovila representava não apenas a conformação espacial que possibilitaria a completa coletivização dos meios de produção, mas também a produção de determinadas sociabilidades e subjetividades, na medida em que, presumivelmente, proporcionaria uma maior coesão e integração social e política entre os trabalhadores.

Para os agentes de pastoral, embora desprovidos de um "modelo de organização" previamente definido, se tratava de apoiar uma iniciativa tradicionalmente incentivada pela Igreja entre os camponeses, sob a dizibilidade que, além de estimular a prática dos valores de fraternidade e solidariedade cristã, propiciaria a viabilização econômica daqueles trabalhadores, na medida em que a crescente pauperização tanto dos pequenos produtores familiares, quanto dos próprios assentados de reforma agrária já existentes no Estado, estariam mostrando a inviabilidade da produção de forma "individual"[38].

Para os acampados e mediadores, produzir, naquele primeiro ano do acampamento, não tinha tão somente a função material indispensável de propiciar os alimentos necessários à subsistência das muitas famílias; converter a terra até então ociosa em produtos agrícolas destinados inclusive ao mercado local, tinha uma função estratégico-simbólica para o grupo tão mais ou mais importante que aquela: afirmar sua condição de trabalhadores, de indivíduos que ocuparam uma propriedade privada para trabalhar e produzir alimentos, deslegitimando

---

[37]. Quem efetivamente trabalhava no "lavourão comunitário" eram os chefes de famílias, os homens.

[38]. É marcadamente ambíguo o discurso dos agentes de pastoral em relação à agricultura familiar: ainda que reiterem seu trabalho como sendo de apoio às lutas de resistência do campesinato

socialmente as construções operadas pela elite local no sentido de percebê-los como vagabundos, baderneiros e comunistas:

> A gente era discriminado, era visto com maus olhos, como bademeiros, a escória da humanidade. (...). E, aí, o ideal nosso era mostrar prá esse povo, esse pessoal da burguesia que a gente era trabalhador rural e gente ia mostrar isso prá eles. Fizemos no ano de 92 a maior colheita de todo o município. (...). Mostramos prá eles que eles estavam errado. Tanto prova isso que logo em seguida o pessoal já tava mudando de idéia. Tinha gente de armazém, gente de posse lá de Goiás que franqueou, abriu as portas dos seus armazéns vendendo fiado prá nós. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento, entrevistado por Jadir de Morais Pessoa em abril de 1994[39]).

Se para os agentes de mediação a proposta de produção comunitária, já num primeiro momento, inseria-se numa perspectiva de futuro, na tentativa de ir delineando formas de organização social e produtiva a serem estabelecidas no futuro assentamento, para os acampados ela respondia a uma racionalidade totalmente distinta. Na ótica dos trabalhadores, o "lavourão comunitário" constituía uma das poucas possibilidades viáveis de produzir pelo menos parte dos gêneros de alimentação necessários à subsistência do grupo acampado. Isso porque sua materialização era possível através do apoio à iniciativa que seria fornecido pelos agentes de mediação, através da obtenção de sementes, adubos, aração, ferramentas... necessários à realização do processo produtivo[40]. Os acampados percebiam que a maior ou menor intensidade de apoio estava condicionada à aceitação da proposta de desenvolvimento da lavoura comunitária:

> A Diocese de Goiás entrô junto aqui também. Entrou junto aqui e disse: "- Olha, aqui vai facilitá muito as coisa prá vocês, mas se vocês compreendê! Se ocês não compreendê vai dá trabalho demais! Mas se vocês uni o grupo, comunitário, vai sê mais fácil prá vocês recebê as coisa daqui do que individual!". E aí o povo: "- É, mas coletivo isso não vai dá certo!". E eles: "- Não! Mas dá e coisa e coisa... Pode sabê que melhora muito prá ocês, prá ocês tocá individual é muito difícil!". Aí, então, naquilo surgiu o coletivo. (Seu Juca, assentado).

---

brasileiro, são freqüentes afirmações que apontam para a presumível inexorabilidade do desaparecimento desse segmento social na agricultura moderna.

[39]. Arquivo do NEDESC (Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Sociedade e Cultura) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

[40]. O próprio trator utilizado no processo de preparação da terra para o cultivo foi conseguido junto aos agricultores do Assentamento Mosquito, através da intermediação do diretor geral do mosteiro dos monges beneditinos da cidade de Goiás. Posteriormente, também foi viabilizado que o trator pertencente à Diocese de Goiás se integrasse aos trabalhos. Além disso, as sementes também foram doadas pela Diocese de Goiás.

Mesmo que os agentes de mediação acreditassem que havia uma forte predisposição para o desenvolvimento de formas de organização da produção de tipo coletivista, era a urgência em garantir a sobrevivência do grupo naquela terra que estimulava a todos aceitarem participar daquela primeira experiência de trabalho comunitário na produção de arroz, milho, feijão e abóbora. No entanto, não se trata de perceber a ação dos agentes religiosos na conformação do "lavourão comunitário" como uma imposição autoritária. Impõe-se analisar que a aceitação do "lavourão" pelos trabalhadores também era orientada por uma determinada lógica: as condições de vida e de produção, para eles, seriam facilitadas se aceitassem aquela proposta trazida pelos agentes de pastoral, *"receberiam as coisas com mais facilidade"*, pois a questão do trabalho comunitário se colocava como condicionante imposto pelas entidades internacionais ligadas à Igreja Católica para a liberação dos recursos financeiros.

Além desses constrangimentos materiais, há que se considerar que o acampamento constitui um momento na trajetória daqueles trabalhadores marcado pela provisoriedade, pela possibilidade de opção por estratégias efêmeras e limiares e também pela conformação de laços de aglutinação do grupo, onde se solidificam interesses e objetivos comuns e se atenuam os conflitos e divergências internas. O acampamento é um momento de rupturas, de reorganizações, de ressocializações e, portanto, momento particularmente propício à adesão (ainda que circunstancial) a novas formas de organização familiar e da produção agrícola, à adesão a novos projetos políticos, econômicos e sociais. Momento, igualmente, fértil à produção e difusão de discursos capazes de conferir novos sentidos e significados à vida daqueles trabalhadores, discursos produtores de novas formas de pensar, de novos valores éticos e morais e de outras sensibilidades e relações sociais[41].

---

[41]. *"O acampamento é um momento de ruptura, em que se criam novos caminhos, novas estratégias. A concretização desses caminhos, não se dá de forma homogênea: o próprio acampamento é um espaço heterogêneo, mas é também um momento em que as diferenças ficam diluídas pela precariedade de condições, de espaço, pela insegurança, imprevisibilidade, pelo desconhecido. A situação de fragilidade e vulnerabilidade em que vivem os acampados dilui as diferenças, fazendo com que se construam novas relações, marcadas por uma aparente homogeneidade."* GOMES, Iria Zanoni, (1995). *A recriação da vida como obra de arte no*

O acampamento é um momento da trajetória profundamente marcado pela dependência do grupo em relação aos agentes de mediação política, na medida em que estes detêm o monopólio dos recursos simbólicos necessários ao estabelecimento de um canal de interlocução entre o grupo social acampado e as instâncias estatais responsáveis pela efetivação do processo de assentamento. Assim, durante a fase de acampamento, são bastante favoráveis as condições de possibilidade que as propostas formuladas pelos agentes de mediação tenham aceitação entre os trabalhadores.

Logo nessa primeira experiência de lavoura comunitária (novembro de 1991 a abril/maio de 1992) os acampados foram estabelecendo um claro processo de diferenciação dos tipos de acompanhamento (*"apoio"*) que os distintos agentes de mediação propiciavam ao grupo. É esse sentido pragmático e pouco "ideológico" que fez com que se fortalecesse cada vez mais o trabalho dos agentes de pastoral no interior do acampamento, em contrapartida ao gradativo afastamento do representante do MST no trabalho de mediação política do grupo.

> Porque a Diocese atende muito bem. O MST coloca muito bem e tem coragem prá colocá na terra, mas eles não têm condições prá ajudá depois que tá na terra. Já a CPT, com a Diocese, tem coragem e cuida[42] depois que tá na terra. Eles é muito bom. (Serginho, assentado).

Para os acampados, embora o MST tivesse participado ativamente na condução política do grupo durante o processo de ocupação da Fazenda, somente a CPT teria condições de oferecer uma estrutura de apoio à manutenção do acampamento e à estruturação do processo de produção no futuro assentamento. Nesse sentido, a CPT e a Diocese de Goiás apareciam, aos olhos do grupo, como os novos provedores de dádivas a trabalhadores que se viam como desprovidos não apenas dos mais elementares meios de reprodução material, mas também dos recursos simbólicos capazes de dar dizibilidade e visibilidade social e política ao grupo.

---

assentamento, a desconstrução/reconstrução da subjetividade. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH/USP, p. 149.

[42]. O ato de cuidar implica em tomar sob *"encargo, responsabilidade, diligência, zelo"*. Conforme HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de, (1995), op. cit., p. 190.

Esse trabalho de aproximação e gradativa identificação dos acampados com a CPT e com a Diocese de Goiás foi articulado, especificamente, por uma liderança que emergiu desde os primeiros dias de formação do acampamento. Esse fenômeno não deixava de constituir uma interessante novidade, na medida em que até então o grupo estivera totalmente dependente da condução política por personagens pertencentes a entidades que pouca identificação tinham com a trajetória traçada pelo grupo.

3.5. A EMERGÊNCIA DE UMA LIDERANÇA CARISMÁTICA[43]

Do último grupo de famílias provenientes da periferia de Goiânia que se agregara ao acampamento já formado na Fazenda São João da Lavrinha, fazia parte um personagem que se tornaria central na história futura do acampamento e do assentamento. Conhecido pela alcunha de Bigode, ele viria a constituir a principal (e talvez única) liderança produzida internamente àquele grupo que, até então, dependera exclusivamente da condução política efetuada por agentes externos.

Ingresso no acampamento em torno de uma semana após o movimento de ocupação da Fazenda, Bigode, de imediato, começou a se firmar como uma liderança de tipo personalista. Muito inteligente, foi capaz de perceber os meandros da luta social e engendrar os mecanismos que viabilizassem sua (re)produção como representante daquele grupo. Para tanto, rapidamente se aproximou dos agentes de mediação, CPT e MST, incorporando suas construções discursivas e centralizando em sua pessoa todo o trabalho de representação do grupo[44]. *"O Bigode já logo ele entrosô junto com o pessoal do Movimento e da*

---

43. *"Deve entender-se por 'carisma' a qualidade... de uma personalidade, por cuja virtude se a considera em posse de forças sobrenaturais ou sobre-humanas – ou, pelo menos, especificamente extracotidianas e não acessíveis a qualquer outro -, ou como enviados de deuses, a exemplo de chefes, caudilhos, guias e líderes."* WEBER, Max, (s.d.). *Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva.* México, Fondo de Cultura Económica, p. 193.

44. Analisando as relações de poder internas a um assentamento no interior de São Paulo, Maria Conceição D'Incao aponta que as lideranças internas *"por razões ligadas às suas próprias histórias*

Igreja e da CPT... E logo ele começô negociá. E nós ficamo aí trabalhando." (Jurandir, assentado).

A fala de Jurandir reflete toda a carência de recursos materiais e simbólicos capazes de efetuar o processo de construção da identidade coletiva daquele grupo. Em decorrência, estabeleceu-se um nítido processo de divisão do trabalho social no interior do espaço social do acampamento: enquanto a grande maioria assumia as responsabilidades pela execução dos trabalhos manuais, Bigode monopolizava as responsabilidades de representação do coletivo, encarnando-se como o privilegiado e único porta-voz das demandas daquele grupo social[45].

> O Bigode era muito carismático! Ele tinha um discurso muito elaborado, um poder de articulação muito grande, de convencimento... Com isso, ele controlava o grupo com esse poder dele de clareza, de vê o processo... (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás, entrevistado pelo autor em novembro de 2000).

Portador do *"dom da palavra"* e mesmo da escrita, Bigode, que havia sido secretário geral da Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás, foi designado, principalmente com o aval do representante do MST no acampamento, como "negociador externo" do acampamento; no entanto, rapidamente passou a centralizar todas as atividades de organização da vida naquele espaço.

> Nessas altura, a única coisa que eu não sou coordenador era da lavoura, mas o resto tudo é meu! Até briga de vizinho lá dentro era eu que tinha que resolvê! Tudo, tudo. Inclusive o horário prá banho, qual o horário que as mulher pode tomá banho, qual o horário dos homem... (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

A "coordenação da lavoura", que Bigode diz ter sido a única que ele não centralizou, era, exatamente, a exclusiva das atividades que exigiria dele o controle direto do processo de trabalho no cotidiano da produção agrícola, fazendo

---

de vida, são pessoas que se vinculam a estas instituições ou por necessidade pessoal de reconhecimento, ou por identificação com suas respectivas ideologias. No primeiro caso, incorporam o discurso ideológico da instituição para exercer seu próprio poder e desenvolvem práticas oportunistas geradoras de problemas de variada natureza. No caso da identificação ideológica, alienam-se ao mesmo discurso e distanciam-se de seu próprio dia-a-dia e dos demais trabalhadores, passando a atuar, na associação, de forma desarticulada da realidade do assentamento." D'INCAO, Maria Conceição, (1991), op. cit., p 101.

[45]. Como aponta Max Weber, *"a dominação carismática é de caráter especificamente extraordinário e fora do cotidiano, representando uma relação social rigorosamente pessoal, unida à validade carismática das qualidades pessoais e à sua corroboração."* WEBER, Max, (s.d.), op. cit., p. 197.

com que se envolvesse corriqueiramente com atividades internas e não externas ao acampamento. Tipo de trabalho que, efetivamente, parecia demonstrar pouca afeição: Bigode era, sobretudo, um militante e que, portanto, permanecia poucos dias no acampamento, estando permanentemente percorrendo os corredores de instâncias governamentais e não-governamentais[46].

O líder carismático parecia ser o único dotado das capacidades necessárias ao desempenho do papel da representação política, tornando o grupo bastante dependente de suas vicissitudes individuais[47]. Ainda que alicerçando sua dominação na posse do que se poderia chamar de "capital pessoal", ou "carisma", Bigode apresentava uma impressionante competência nas atribuições específicas ao "fazer político", na medida em que tinha uma excepcional habilidade em estabelecer relações pessoais e uma não desprezível competência lingüística, isto é, poder de oratória. Além disso, o fato de estar sozinho no acampamento (sem família), abria possibilidades para que pudesse se ausentar e se dedicar em tempo integral à militância política; mesmo que não tivesse um grande nível de escolaridade, era dotado de uma relativa facilidade para o ofício da escrita e, conseqüentemente, para a interlocução com instâncias sociais externas ao acampamento.

---

[46]. Pierre Bourdieu trabalha com a idéia da existência de um "fetichismo político" nas relações entre representantes e representados, mandantes e mandatários. Segundo ele, a representação política compreende um complexo processo social onde, ao mesmo tempo em que os representados delegam a um porta-voz o poder de falar e agir em seu nome, transferindo a este um poder de falar e agir pelo grupo e sobre o grupo, os representados somente passam a existir social e politicamente através do representante. *"... o porta-voz dotado do pleno poder de falar e agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem...".* BOURDIEU, Pierre, (1989). Espaço social e génese das "classes". In *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand do Brasil/Difel, p. 158.

[47]. Bourdieu coloca que quanto mais os grupos e classes sociais forem desprovidos econômica e culturalmente, mais estarão sujeitos ao processo da alienação política, ao fetiche da delegação. *"... a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural."* BOURDIEU, Pierre, (1989). A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand do Brasil/Difel, p. 164.

> Eu lembro um dia que a gente trouxe o pessoal de uma ONG internacional aí, que tava vindo financiá um projeto aqui, a gente levô lá. Eles tavam disposto a financiá um projeto aí na Lavrinha e eles foram lá conversá com o grupo. Aí o grupo se reuniu, na roça mesmo, o pessoal tava trabalhando ali... Aí o cara dessa ONG fez cinco perguntas e o Bigode respondeu as cinco! Aí o cara disse: *"- Agora eu não quero escutá o chefe, não! Eu quero escutá os trabalhadores."*. E os trabalhadores não deram conta de falá nada! Foi uma coisa trágica! (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Num efetivo trabalho de produção de si como a única liderança do acampamento, Bigode constrói em seu discurso a imagem de alguém que assumia o papel de responsável pelo grupo acampado, extrapolando a mera função da representação política, para assumir as funções de um protetor, de alguém responsável pelo destino daquele grupo social[48]:

> ... de repente, quando eu olhava prá aquele grupo, eu tinha medo de não consegui... porque todos eles depositaram a confiança deles... porque mais de uma vez chegava gente em mim que chorou: *"Olha, **se você não consegui a segurá nós aqui dentro**, a nós consegui o nosso pedacinho de chão aqui, a minha família vai morrê de fome na cidade!"*. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

É com esse intuito que Bigode passou a associar sua atuação à igualmente carismática autoridade de Dom Tomás Balduíno, então Bispo da Diocese de Goiás. Nesse trabalho social e discursivo de produção de si como liderança responsável por aquele grupo, Bigode construiu toda sua legitimidade e representatividade amparando-se no poder simbólico[49] da autoridade religiosa, produzindo-se como o representante legítimo de Dom Tomás junto ao grupo, como aquele que falava e agia respaldado pela autoridade simbólica do religioso.

> Eu sentia que a amizade dele comigo era diferente, que o jeito dele me tratá era diferente. Era com um carinho, parece, todo especial. Ele olhava em mim assim e tinha vez que ele me chamava do Moisés da Lavrinha! E ele vendo aquela minha luta, como é que era. E aquilo foi me dando mais

---

[48]. Weber aponta que a dominação de tipo carismática supõe um processo de comunicação entre líder e liderados de caráter marcadamente emotivo. Ver WEBER, Max, (s.d.), op. cit., p. 194. Pierre Bourdieu aponta que um mandatário engendra estratégias de auto-consagração centradas num trabalho (discursivo e não-discursivo) de anulação de si próprio em prol do coletivo, da inevitabilidade de sua intervenção mediadora e permanente proclamação de sua "abnegação pessoal". Ver BOURDIEU, Pierre, (1984). La délégation et le fétichisme politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 52-53, Paris, p. 49-55.

[49]. Utilizo-me aqui da conceituação proposta por Pierre Bourdieu, segundo a qual o poder simbólico consiste no poder de construção da realidade, de imposição de princípios de visão, divisão e classificação do mundo social. Cf. BOURDIEU, Pierre, (1989). Sobre o poder simbólico. In *O poder simbólico.* Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand do Brasil/Difel, p. 7-16.

> força. E eu fui lutando com vontade, eu sentia, mesmo de longe não vendo ele, eu sentia o apoio dele, eu sentia a mão dele nos meus ombros! Eu não sei se é porque eu via ele como a autoridade máxima, como um Bispo... Mas eu sentia, onde quer que eu fosse, eu sentia a presença dele. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

E mesmo junto às diferentes entidades governamentais e não-governamentais com quem tinha contato, Bigode cultivou a imagem de si como alguém de inteira confiança do Bispo de Goiás, apropriando e investindo-se do poder simbólico do religioso no sentido de ser melhor atendido em suas reivindicações.

> E aí as portas não fechavam mais prá mim. O Dom Tomás já era o pai... Então, chegava num lugar: *"- Ah, esse aí é o Bigode do Dom Tomás!"*. Então, quem tava batendo na porta não era eu, mas era o Dom Tomás. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

3.6. A CONQUISTA DO APOIO PROTETOR DE DOM TOMÁS BALDUÍNO

O trabalho de aproximação e gradativa identificação do grupo acampado com a CPT e com a Diocese de Goiás (e correlativamente, a um gradativo e crescente afastamento em relação ao MST) foi articulado por essa liderança carismática que emergiu já desde os primeiros dias de formação do acampamento. E essa aproximação com a Igreja, na ótica dessa liderança, se daria particularmente através da conquista do apoio político e material de Dom Tomás Balduíno, então Bispo da Diocese de Goiás.

Por iniciativa individual, essa liderança convidou Dom Tomás Balduíno para visitar o acampamento, visando *"ele vê como é que tava a organização nossa lá dentro e daí vê o que ele podia fazê prá gente"* (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

Com esse objetivo, a liderança elaborou um conjunto de estratégias que procurava *"conquistar o apoio de Dom Tomás"*. Num relato bastante minucioso, ele me contou como preparou toda uma recepção ao Bispo em sua primeira visita ao acampamento. Primeiramente, ensaiou com as crianças do acampamento, vestidas como "anjinhos", uma encenação de acolhida ao religioso. Todas

vestidas com roupas brancas recebidas em doações, as crianças, na chegada do Bispo ao acampamento, deveriam erguer os braços mostrando cartazes com dizeres de boas vindas e relacionando a vida dos acampados com passagens bíblicas:

> E ele (o Bispo) ia passando no corredor das criança, e cada uma tinha um cartaz com uma frase. E no final do corredor das criança tinha uma cartolina grande com uma frase que eu copiei... salvo engano, a caminhada de Nossa Senhora, uma coisa assim... que eu tinha visto num livrinho da Igreja. Eu não lembro mais que livrinho era esse, mas dava certinho com nossa história! (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

Nesse mesmo dia, após um culto ecumênico realizado pelo Bispo, por iniciativa da liderança do acampamento, foi entregue a Dom Tomás uma folha de bacuri (uma palmeira típica da região) simbolizando a entrega da *"chave do acampamento"*. A fala do então líder do acampamento é expressiva do significado político que aquele ato simbólico representava:

> Eu senti que faltava alguma coisa ali, mas eu não sabia o quê, mas eu precisava de alguma coisa prá chamá a atenção dele, que precisava do apoio dele. Que era ele e não tinha outro! E, daí, da folha de palmeira eu pensei o seguinte... isso foi o meu raciocínio lá na hora... eu pensava assim: aqui nós temos o coordenador, temos isso, temos aquilo, **mas não temos o governador, não tem o governo, não tem a autoridade, no caso, de Dom Tomás**! Então, eu dando a chave do acampamento prá ele, ele passaria a tê... no meu modo de ver, daquela hora em diante, ele passaria a olhá o nosso acampamento com outros olhos e com a **responsabilidade sobre o acampamento**. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento, grifos do autor).

O ato simbólico representava, portanto, o desejo e o interesse não apenas da liderança e do próprio grupo social acampado, que o poder de uma autoridade consagrada na região assegurasse a sua proteção, não apenas espiritual, mas, sobretudo, material e política. Dom Tomás Balduíno representava, para aquele grupo, o poder simbólico de alguém capaz de trabalhar pela legitimação social e política da ocupação de uma propriedade privada junto à sociedade local, mas também alguém habilitado a assumir o papel historicamente desempenhado pelos fazendeiros locais: proteger, colocar o grupo social sob sua guarda e, sobretudo, provê-lo dos recursos materiais necessários a sua reprodução.

> E ele (o Bispo), como responsável, com a chave do nosso acampamento, no meu modo de ver, forçosamente ele seria, igual foi, ele seria o nosso

> representante legal e a nossa bandeira não ia caí, o nosso povo não ia retorná prá cidade porque **nós tínhamos quem ia cuidá de nós, seria um pai acolhendo os seus filhos... E, então, nada podia por a mão, porque o pai tava olhando, tava vigiando!** (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento, grifos do autor).

Quando, naquele mesmo dia, após comer um bolo ofertado pelo grupo (e, simbolicamente, dividido em minúsculos pedaços oferecidos a todos os presentes[50]), Dom Tomás deixava o acampamento, a liderança reproduz um diálogo que teria travado com seus companheiros:

> E aí, depois que ele foi, o pessoal me perguntô: "- Mas será que a gente vai consegui o apoio do Bispo?". Eu falei: *"- Mas com certeza! Já conseguimos! Sem querê entrá com demagogia, mas tá arrumado, o apoio é nosso!".* (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

Esse discurso produzido pelo então líder do grupo acampado dá visibilidade a uma estratégia elaborada no sentido de transformar a visita do Bispo ao acampamento em uma oportunidade de *"conquistar o seu apoio"*. O que revelava a percepção por aquele grupo que as possibilidades de conquista dos objetivos almejados passavam, forçosamente, pela guarida de uma autoridade socialmente reconhecida. Como afirmava a própria liderança, Dom Tomás seria o governo, a autoridade, o pai protetor daquele grupo.

Não quero com isso afirmar que o Bispo se tornara uma vítima ludibriada pelo grupo e por sua liderança. Primeiramente, porque não se deve compreender essas práticas políticas enquanto ações racionalmente elaboradas, mas como constitutivas do *habitus* desses trabalhadores, isto é, como práticas com as quais foram historicamente socializados e que reproduziam enquanto comportamentos incorporados e, portanto, socialmente naturalizados. Ao pretenderem "conquistar" a proteção do Bispo, aqueles trabalhadores nada mais faziam do que reproduzir práticas políticas socialmente legitimadas na região e com as quais foram socializados em suas trajetórias sociais. Naquele momento a autoridade do Bispo nada mais era do que a substituição da autoridade tradicional dos fazendeiros que tomam os trabalhadores residentes em suas fazendas enquanto protegidos

---

[50]. Reproduzindo, analogicamente, a passagem bíblica em que Cristo multiplica os peixes e os pães.

pessoais. Enfim, reproduziam-se as tradicionais relações de dependência personalizada vivenciadas pelos trabalhadores rurais da região.

O próprio Bispo não deixou de utilizar aquele momento para conferir significado à luta daqueles trabalhadores a partir de referenciais religiosos. Tanto no que se refere ao uso da palmeira como simbologia de entrega da chave do acampamento, quanto na repartição do bolo, Dom Tomás recorreu a analogias com passagens bíblicas, construindo, discursivamente, a unidade político-religiosa daquele grupo em luta pela terra. Ou seja, aqueles momentos foram utilizados também no sentido de difundir uma discursividade da Igreja que objetivava conferir uma dada significação religiosa àquela luta social.

Ainda que os agentes de pastoral já estivessem efetuando seu trabalho pastoral junto àquele grupo, os relatos produzidos pelos trabalhadores constróem essa visita de Dom Tomás como sendo o marco simbólico de uma efetiva identificação do acampamento com a Igreja.

3.7. *"UM RECORDE DE PRODUÇÃO"*

Os resultados relativamente satisfatórios obtidos com a primeira experiência, ainda que a colheitas de arroz, milho e feijão não tivessem sido plenamente compensadoras, estimulou o grupo, e principalmente os agentes de mediação, a implantarem, no ano seguinte (ciclo agrícola compreendido entre setembro/outubro de 1992 a abril/maio de 1993) um novo "lavourão comunitário"[51].

Novamente viabilizadas com recursos propiciados pela CPT Regional e, principalmente, pela Diocese de Goiás[52], foram implantadas as lavouras de arroz, milho, mandioca, gergelim e abóbora. As sementes de feijão, cultivadas no início

---

[51]. A "lavoura comunitária" compreendia, naquele caso especificamente, o uso coletivo da terra; o trabalho coletivo em todas as etapas da produção, desde o preparo da terra até a colheita do produto final, com um baixíssimo nível de especialização de tarefas; e na apropriação comunitária do produto final segundo a quantidade de trabalho prestado ("dias de serviço") por cada família acampada.

[52]. Segundo informações obtidas, esses recursos a fundo perdido, na realidade, provinham de entidades internacionais ligadas à Igreja Católica.

de 1993, foram doadas pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, sediada em Goiânia e dedicada especificamente às pesquisas de desenvolvimento das culturas do arroz e do feijão.

Ainda que o processo de preparo do terreno para a introdução das lavouras tenha repetido o tradicional sistema de "roça no toco" e o processo de divisão do trabalho permanecesse inalterado (onde todos, a grosso modo, executavam todas as tarefas, sem qualquer tipo de especialização funcional), essa segunda experiência de "lavourão" já se deu circunscrita por um conjunto de circunstâncias que favoreciam um processo de planejamento mais adequado do processo de produção. Não apenas houve um sensível acréscimo no tamanho das lavouras[53], como implicou num investimento financeiro bem mais substantivo, na medida em que foram adquiridos sementes e adubos tecnicamente recomendados pela engenheira agrônoma, pertencente aos quadros funcionais da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, que responsabilizar-se-ia pelo acompanhamento técnico da produção. Esse processo demonstrava que tanto a CPT Regional, quanto a Diocese de Goiás, representada pela CPT Diocesana, tomavam, a partir de então, a Lavrinha como uma das prioridades de trabalho dos agentes de pastoral na região, o que implicaria em iniciativas "educativas" não apenas no campo da produção agropecuária, mas também de formação político-religiosa dos acampados.

Ao contrário do primeiro ano de produção, os resultados obtidos na colheita, em março/abril de 1993, foram considerados bastante favoráveis, fato atribuído não apenas à execução dos procedimentos técnicos recomendados ao desenvolvimento das culturas agrícolas, mas também à grande participação e entusiasmo de todos no processo de trabalho. O então coordenador da "Equipe de Lavoura" aponta que *"todos participô. (...). Era mais de 80 pessoas que trabalhava junto."* (Jurandir, assentado).

Contudo, é imprescindível apontar que operava um conjunto de constrangimentos que levavam os acampados a participarem ativamente do

processo de trabalho comunitário. Sobretudo o sistema de divisão dos frutos do trabalho adotado fazia com que se pensasse duas vezes antes de se ausentar das atividades a que se estava atribuído, pois isso implicava na apropriação de uma menor quantidade da produção obtida ao final do ano agrícola. O "coordenador de lavoura" era encarregado de anotar a presença ou ausência de cada acampado nas atividades diárias. Ao final da colheita, *"nós amontoava tudo, pesava... quando não tinha balança, media. Aí dividia por dia quanto tocava de mantimento prá cada um conforme os dia que tinha trabalhado. Então, se um tinha 60 serviço e o outro 50, aquele ganhava mais. Então, quem trabalhou mais, ganhava mais."* (Jurandir, assentado).

A foto abaixo, registra o processo de trabalho na colheita de arroz do "lavourão comunitário" da Lavrinha, em 1993:



Fonte: Arquivo CPT Regional Centro-Sul de Goiás.

Com exceção do feijão, totalmente perdido devido à incidência de doenças fúngicas, a produção obtida foi considerada altamente satisfatória[54], sendo que o arroz, o excedente daquele destinado ao autoconsumo, foi comercializado; o milho foi em grande vendido para fazendeiros vizinhos, tendo em vista que as possibilidades de autoconsumo produtivo (alimentação de animais, por exemplo) eram bastante diminutas; a mandioca foi exclusivamente usada na alimentação dos próprios acampados, ainda que se houvesse, sem sucesso, tentado comercializá-la junto à CEASA, em Goiânia; as abóboras, plantadas entre as fileiras de mandioca, também foram destinadas à autosubsistência, assim como o gergelim. É significativo que mesmo a produção sendo comunitária, a comercialização tenha sido feita de forma individual.

É particularmente interessante observar como os agentes de pastoral souberam estrategicamente tirar dividendos desses bons resultados obtidos na "lavoura comunitária" para construir discursivamente esse fato não apenas como suposta prova de que tal forma de organização da produção pode ser bem sucedida e viabilizar economicamente os agricultores, mas que também pode produzir novas relações sociais, marcadas por valores como a solidariedade e a fraternidade.

A colheita desse segundo "lavourão comunitário" foi agenciada pelo discurso dos agentes de pastoral no sentido de produzi-la como *"a maior colheita de grãos que o município já tinha visto".* A positividade de tal dizibilidade era dada pela sua eficácia simbólica em comprovar, que ao contrário do que muitos acampados entendiam, era possível obter resultados econômicos satisfatórios através de formas comunitárias ou coletivas de produção.

Ao mesmo tempo, foi estimulado que os agricultores, como exemplo de conduta solidária e fraterna, fizessem doações de parte da produção tanto para o asilo da cidade de Goiás, como para os acampamentos de trabalhadores sem terra existentes na região. Os acampados decidiram também fazer uma doação à própria Diocese de Goiás, como forma de retribuição a todo o apoio prestado pela

---

[54]. Foram colhidos 120 carros de milho e cerca de 1.000 sacos de arroz, conforme GOMES, Luiz Antonio L., (1995), op. cit..

instituição ao grupo. Chama particularmente a atenção no discurso da então liderança do acampamento como essas práticas, ainda que não orientadas diretamente pelos agentes de pastoral, tinham como horizonte a percepção que dela teria o Bispo Dom Tomás Balduíno:

> Aí o Dom Tomás ficô muito satisfeito e nós fizemos uma doação pro asilo lá de Goiás, de arroz... Fizemos uma doação prá Diocese... Dom Tomás não falô que não queria porque aquilo era educativo prá nós. Porque a Diocese era o nosso hotel. Lá a gente comia na mesa junto com o Dom Tomás. Lá tinha até os quarto nosso. Era reservado prá Lavrinha. E aí demos uma doação prá Diocese, pro asilo, uma doação pros acampamento... (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

O que nos leva a perceber que na ótica, senão do conjunto do grupo, mas ao menos de sua liderança, aquelas práticas constituíam também estratégias devotadas a consolidar os laços, tão úteis material e simbolicamente, que uniam o acampamento à Diocese de Goiás e à CPT.

3.8. A CONFORMAÇÃO DE DIFERENCIAÇÕES INTERNAS: "individuais" e "coletivos"

No segundo semestre de 1993, foi novamente implantado o "lavourão comunitário". Não obstante, esse período seria marcado pela emergência de significativos conflitos internos ao grupo, na medida em que algumas famílias já não se envolveram no processo de trabalho comunitário, decidindo plantar individualmente, trabalhar em fazendas próximas ou mesmo viver à custa de doações e ajudas de familiares.

> Aí dois ano foi coletivo, comunitário e depois já entrô uns que teria tê a vida mais assim em liberdade, já começô reclamando demais: *"Ah, eu quero saí."*. O outro também: *"Eu quero saí. Vô tocá um pedacinho por minha conta."*. Ainda não tinha repartido a terra, né. E aí foi começando... (Seu Juca, assentado).

É comum nos relatos colhidos a percepção que o entusiasmo com o trabalho comunitário havia passado e muitos já expressavam o desejo, nunca esquecido, ainda que deixado de lado por um período, de ter *"a terra que fosse minha"*, de *"tocá um pedacinho por minha conta"*. Embora muitos apontem que

optaram por trabalhar individualmente porque *"na hora de dividi a produção aparecia todo mundo, mas na hora de trabalhá eram poucos"*, acredito que um outro fator tenha contribuído decisivamente para esse processo de distensão do grupo: a notícia que a desapropriação da Fazenda estava em seus trâmites finais[55].

Em meu entender, o ato desapropriatório da Fazenda provocou uma sensível transformação nos horizontes e na definição das estratégias a serem adotadas por aqueles trabalhadores a partir de então. O sonho de acesso à propriedade da terra deixava de ser uma eventualidade, para se materializar em possibilidade concreta. As decisões estratégicas deixariam de ser determinadas pelas circunstâncias momentâneas, pelas necessidades provocadas pela carência do momento, pela total dependência da obtenção dos recursos materiais junto às entidades de apoio, e passariam a ser privilegiadas as opções orientadas por uma perspectiva de futuro, de efetivação de um projeto de vida que havia orientado a saída de Goiânia e o retorno à vida rural.

O abandono da experiência comunitária não expressava a traição de compromissos e convicções que haviam partilhado por dois anos com seus companheiros; pelo contrário, representava o abandono de algo que haviam assumido apenas circunstancialmente e, acima de tudo, representava o delineamento de uma forma de vida a ser adotada no futuro assentamento.

Outro fato que acredito ter tido significativa influência na produção dessas diferenciações internas ao grupo foi que, após a considerada economicamente bem sucedida experiência do "lavourão comunitário" e estimulados pela agilização do processo de desapropriação da Fazenda, os agentes de mediação passaram efetivamente a suscitar, internamente ao acampamento, a discussão sobre as formas de organização social, espacial e produtiva a serem adotadas no futuro assentamento. Nessa dimensão, o abandono do trabalho comunitário foi, ao menos em parte, conseqüência direta da resistência dos acampados aos projetos de assentamento delineados pelos mediadores.

---

[55]. Em 20 de dezembro de 1993, foi assinado, pelo Presidente Itamar Franco, o decreto de desapropriação da Fazenda São João da Lavrinha.

3.9. A PRODUÇÃO DE UM ASSENTAMENTO MODELAR

O final da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990 foram marcados, nas discussões internas à CPT, pela consolidação de uma nova "linha de ação" representada pela "luta na terra", que consistiria na implementação de iniciativas de assessoria e acompanhamento não mais apenas junto a trabalhadores envolvidos em conflitos fundiários ("luta pela terra"), mas sobretudo pelo incentivo a iniciativas que visassem auxiliar na viabilização econômica da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária.

No Estado de Goiás, já havia um trabalho relativamente consolidado de acompanhamento técnico de pequenos agricultores de tipo familiar, na medida que, desde meados da década de 1980, a CPT Regional Centro-Sul de Goiás contava em seus quadros com um engenheiro agrônomo envolvido na difusão de práticas de "agricultura alternativa" e no acompanhamento e incentivo à formação das chamadas "associações de pequenos produtores", criadas principalmente para viabilizar procedimentos de comercialização de tipo comunitário (aquisição de máquinas e equipamentos em sociedade, venda conjunta da produção, etc.).

O relativo sucesso com as duas primeiras colheitas da "lavoura comunitária" implantada no acampamento da Fazenda São João da Lavrinha, acabou por estimular entre os agentes das CPTs Regional e Diocesana a convicção que havia possibilidades de projetar um trabalho pastoral mais especializado naquele acampamento, tendo como horizonte a produção do futuro assentamento com características de organização econômica, social e política distintas daquelas que denotavam a realidade do conjunto dos assentamentos da região[56].

---

[56]. Uma técnica do INCRA, que acompanhou o grupo acampado na Lavrinha, aponta que, desde o início do acampamento, aquele grupo apresentava uma característica diferenciada em relação à "realidade" de outros acampamentos e assentamentos da região: *"... eles já tinham a organização deles prá educação, prá saúde, prá produção... E em outros projetos que a gente tinha trabalhado aqui a gente não via essa organização, era muito individual! Cada um prá si e Deus prá todos!"* (Técnica do INCRA, entrevistada pelo autor em maio de 2001). A mesma entrevistada aponta

A idéia interna à CPT de investir (recursos humanos, financeiros e simbólicos) nos assentamentos de reforma agrária da região, em especial na Lavrinha, decorria diretamente da percepção que aquele grupo apresentava potencialidades organizativas (presumivelmente demonstradas através do sucesso conseguido no "lavourão comunitário") que estimulavam nos agentes a convicção que era possível se pensar na construção de um "assentamento modelar", isto é, na produção de um espaço social que servisse de exemplo e referência tanto para os assentamentos já existentes na região, quanto para os futuros.

> Na Lavrinha a gente sempre sonhô com um trabalho coletivo, um trabalho que pudesse sê uma espécie de referência pros outros assentamentos. (Agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Segundo os agentes de pastoral, o grupo acampado na Lavrinha apresentava outras especificidades que torná-lo-ia potencialmente propenso à aceitação de iniciativas inovadoras no campo da produção e da organização. Pelo menos num primeiro momento, a trajetória social daquele grupo (marcada pela recente passagem pela vida citadina) passou a ser percebida pelos agentes de pastoral não como um fator negativo, mas em sua positividade. Nessa ótica, a vivência urbana, ainda que determinasse um relativo estranhamento em relação às especificidades do trabalho na terra e à falta de um preparo técnico-profissional[57], teria possibilitado àquele grupo uma socialização mais profunda com os mecanismos de funcionamento da economia mercantil e, em conseqüência, os trabalhadores estariam mais abertos a iniciativas econômicas voltadas ao mercado e não apenas a simples busca da autosubsistência.

Os agentes de pastoral entendiam que aquele grupo não apresentava os "obstáculos" representados pela cultura camponesa tradicional da região e, assim, estariam mais propensos tanto à inovação tecnológica nos processos de produção, quanto ao envolvimento em formas socializadas de organização do

---

ainda que a liderança carismática desempenhada pelo Bigode também contribuiu para que as entidades e instituições se sentissem atraídos a dar uma atenção especial àquele grupo.

[57]. Veremos como, posteriormente, os agentes de pastoral procederam a uma inversão de discursos, utilizando-se exatamente desse conjunto de "fatores positivos" na tessitura da teia que explicaria o fracasso das iniciativas de trabalho comunitário.

trabalho e em novas linhas de produção que tivessem como prioridade a comercialização e não o autoconsumo[58].

> Então, é muito mais fácil você fazê isso com o cara que vem da cidade do que fazê com o cara que tá na roça. Pelo menos a gente tem percebido isso: ele é muito mais aberto prá novidades que aparecem no sentido de absorvê alternativas de gerá uma produção de melhor qualidade e maior escala do que o agricultor que tá constantemente na roça. Por outro lado, a gente percebe que tem agricultores que foi a vida toda agricultores e que, quando chegam na sua parcela, ficam sem sabê o que fazê! Porque, como eles foram mandados a vida toda, eles chegam lá e não dão conta de se organizá! Não sabem o que fazê! Então, o problema da administração é um problema seríssimo prá essas pessoas. Já o povo que vem da cidade tem mais facilidade prá lidá com isso. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Igualmente, a relativa juventude (em média, 30 a 40 anos) e escolaridade dos trabalhadores acampados na Lavrinha, possibilitaria, segundo os agentes de pastoral, tanto uma mais fácil assimilação das iniciativas de organização propostas, quanto uma melhor interlocução com os órgãos do Estado encarregados de oferecer os recursos de infra-estrutura e de assistência ao assentamento. Ou seja, eles deteriam os códigos de linguagem dominantes na sociedade urbana, facilitando o diálogo e a negociação com as diferentes entidades civis e instituições governamentais.

Até o final de 1992, havia em Goiás um total de 20 de "projetos de assentamento de reforma agrária" oficialmente criados pelo INCRA, totalizando 1.042 famílias assentadas. Desses 20 assentamentos, 6 (30%) localizavam-se no município de Goiás[59]. Os agentes de pastoral constróem uma dizibilidade e visibilidade dessas experiências de reforma agrária no Estado marcadas, principalmente, pela percepção que não teriam alcançado os resultados esperados, principalmente em termos de viabilização econômica dos agricultores. Partindo de premissas economicistas e produtivistas, os agentes de pastoral entendiam que o *"modelo convencional de assentamento"*, materializado na forma

---

[58]. José de Souza Martins aponta a presença no trabalho pastoral de uma concepção economicista da reforma agrária, que levava à priorização de elementos ligados à produção e ao aumento de produtividade nos assentamentos de reforma agrária. Ver MARTINS, José de Souza, (1993). A ação pastoral das igrejas e o retrocesso na reforma agrária. In MARTINS, José de Souza, PERANI, Cláudio. *Sonhos e desejos dos lavradores: desafios para a CPT.* São Paulo, CPT/Loyola, p. 7-25.

de distribuição de lotes individuais para cada família assentada, já mostrava suas insuficiências e estaria determinando a inviabilidade de reprodução social dos trabalhadores e a conseqüente saída dos assentamentos:

> Porque a gente não tava conseguindo vê uma produção mais organizada, não tava conseguindo vê o pessoal dá um passo além da subsistência. (Agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

> ... como havia essa crise desse modelo de lotes individuais, que tavam levando os agricultores a abandoná os assentamentos, a gente começô a pensá numa outra forma: núcleos comunitários, roças comunitárias... (ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

A presumível existência de um movimento de abandono dos lotes pelos assentados, nessa ótica, estaria prejudicando a afirmação social e política dos processos de luta pela terra e da reforma agrária na região. Muitos agentes de pastoral, inclusive, tinham a preocupação que a declaração do líder ruralista, Deputado Ronaldo Caiado, que os assentamentos constituíam nada mais do que *"favelas rurais"*, se justificasse e ganhasse legitimidade social, pois *"ainda que a gente combatesse isso ideologicamente, internamente (à CPT) a gente via que tinha um problema grande, que nós estávamos fazendo reforma agrária com algumas pessoas que não conseguiam trabalhá!"* (ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás)[60].

Portanto, a constatação que o *"modelo convencional de assentamento"* mostrava seus limites e insuficiências, impulsionava os agentes de pastoral à tentativa de construção de um "assentamento modelar", com outras formas de organização econômica e social. Era o interesse estratégico-político dos agentes de pastoral de legitimação social e política da luta pela terra e do processo de reforma agrária na região que incentivava à adoção de práticas de enquadramento das formas de organização social e produtiva no acampamento na Lavrinha e no futuro assentamento:

> A gente pensava que era a forma de consolidá e ainda diminui a resistência da sociedade em relação à luta aqui. A gente pensava assim:

---

[59]. Cf. INCRA SR 04, (1999). *Relação dos projetos de assentamento criados até 1998, no Estado de Goiás*. Goiânia.

[60]. O que revela que os agentes de pastoral aceitavam e legitimavam a discussão da reforma agrária sob os termos economicistas propostos pelas lideranças patronais.

> se tem um assentamento que consegue mostrá que comunitariamente produz e produz com qualidade, ganha mercado... a gente vai consegui mudá o pensamento da sociedade em relação à luta! E nós vamo consegui garanti o sucesso da luta pela terra aqui. Era uma forma de legitimá a luta que nós desenvolvíamos aqui no Município. Porque já estava havendo problemas com assentamentos onde as famílias acabavam saindo. E isso prejudicava a nossa luta. (Agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

A decisão dos agentes religiosos de fazerem da Lavrinha uma espécie de "laboratório experimental" para a efetivação de um pressupostamente novo modelo de assentamento na região deve ser igualmente compreendida enquanto uma estratégia inserida no campo de disputas pelo monopólio da representação dos trabalhadores sem terra no Estado, na medida em que, a partir do início da década de 1990, as relações entre CPT e MST haviam se tornado bastante tensas.

A proposição de articular ações de trabalho mais centradas nos assentamentos e, em especial na Lavrinha, decorria da percepção pela CPT de que era preciso propor formas de estruturação social e econômica dos assentamentos que fossem alternativas ao "modelo acabado" proposto pelo MST, centrado na coletivização plena dos meios de produção através da organização de "cooperativas empresariais".

> Nós víamos que o MST tinha uma proposta clara de viabilização econômica dos assentamentos. E isso começô a nos influênciá... (Secretário Geral da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

O que não quer dizer que os agentes de pastoral estavam dotados de um projeto de viabilização econômica dos assentamentos previa e racionalmente concebido em todas as suas dimensões e implicações. Evidentemente eles eram orientados por alguns pressupostos e desejos básicos (produção e comercialização coletiva ou comunitária da produção, principalmente), mas estas idéias básicas poderiam ser materializados sob múltiplas formas (como a combinação, que viria a se concretizar, entre lotes individuais e uma área de produção comunitária).

Na ótica dos agentes de pastoral, essa ausência de um "projeto pronto" seria uma decorrência da própria natureza do trabalho desenvolvido pela CPT, na

medida em que a entidade, fazendo uma contraponto às *"práticas impositivas do MST"*, proporia uma *"perspectiva da construção. Ela tenta respeitá ao máximo a própria evolução do homem do campo. O Movimento, por sua vez, tenta sê mais ágil, ele tenta avançá, ir além."* ((Secretário Geral da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás). Uma construção discursiva que claramente opera no sentido de qualificar positivamente a postura metodológica de trabalho dos agentes de pastoral e de desqualificar as formas de trabalho propostas pelo Movimento. Aliás, quando os agentes religiosos procuram distinguir sua ação junto aos trabalhadores rurais do Estado em relação ao MST o fazem muito mais tomando em consideração as presumíveis diferentes posturas metodológicas (propostas construídas x propostas prontas; democráticas x autoritárias; respeitosas da cultura camponesa x impositivas de uma lógica externa ao mundo camponês) do que propriamente o conteúdo das propostas.

É preciso também ter presente as contradições internas à CPT e à Diocese de Goiás e mesmo entre elas. Na medida em que a entidade permite uma relativa autonomia de ação e mesmo de concepção político-ideológica aos seus agentes, pode-se perceber que, em relação à Lavrinha, nem todos propunham as mesmas formas de organização social e da produção. Portanto, mesmo que se possa apontar que a CPT e a Diocese de Goiás propunham a construção de uma determinada configuração das formas de estruturação espacial e produtiva na Lavrinha, se deve ter presente que isso não determinava uma ação isenta de conflitos e tensões internas entre as entidades e mesmo no interior de cada uma delas.

Divergências também ocorriam em relação a determinadas práticas de trabalho pastoral, particularmente em relação às iniciativas da CPT Regional em articular projetos de captação de recursos que viabilizassem a aquisição de bens econômicos para os assentados. Enquanto os agentes da Diocese se mostrariam mais preocupados com o *"trabalho de conscientização"*, de formação dos agricultores, os agentes da CPT Regional priorizariam a elaboração de projetos de captação de recursos financeiros destinados à *"viabilização econômica dos assentados"*:

> Mas nós tínhamos contradições entre os próprios agentes de pastoral também! Tinha a intervenção forte de Goiânia... que estrategicamente dava problema. Por que nós era agente de pastoral da Diocese? Era. Mas nós também éramos da CPT (Diocesana de Goiás)! Porque quando eles conseguiam presentes, por exemplo, um trator, as vez nem passava pela gente! E nós já tava começando a questioná isso, esses grandes projetos, esses grandes presentes, carros... (ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Embates internos que também aflorariam na pressuposição que, para alguns agentes religiosos, o trabalho pastoral vai além da prestação de um serviço, mas que compreende uma completa dedicação, um envolvimento afetivo com a própria luta dos trabalhadores:

> Aí tinha conflitos. Porque você acaba optando por um modo de vida, que eu nem sei se é o certo, mas que contradiz com a filosofia do grupo. Nós sentíamos no nosso meio que existia agentes que já não tavam mais optando pela luta; tavam optando pela estrutura, pelo status, pelo crescimento do ego, pela questão econômica. Tinha também essa briga interna entre os agentes. (ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Não obstante, as específicas características sociais do grupo acampado e as disputas em torno do monopólio da representação dos trabalhadores sem terra no Estado criaram as condições favoráveis à aceitação das dizibilidades difundidas pelos agentes de pastoral que objetivavam conformar um futuro assentamento de acordo com específicas formas de organização social e econômica. Também as "condições objetivas" da área da Fazenda (boas condições de fertilidade e mecanização do processo produtivo) aumentavam as possibilidades de viabilização de empreendimentos produtivos de média e grande escala que visassem a geração de excedentes econômicos. A Fazenda da Lavrinha, na construção discursiva tecida pelos agentes religiosos, apresentava potencialidades de aproveitamento produtivo que a diferenciava profundamente dos demais assentamentos da região, formados com terras de baixa fertilidade e grande incidência de formações rochosas.

Além disso, naquele momento, a Lavrinha tinha sido a única ocupação de terras havida em Goiás, em 1991. Esse fenômeno propiciava aos agentes de pastoral da região uma disponibilidade de tempo e uma priorização do trabalho

naquele acampamento que não teria sido possível se houvesse um conjunto de situações conflitivas no Estado que demandassem sua presença.

Enfim, importa apontar que um conjunto de fatores e circunstâncias múltiplas criou as possibilidades e estimulou que as CPTs Regional e Diocesana empreendessem um trabalho especificamente direcionado à tentativa de produção de um assentamento que pudesse se tornar uma referência simbólica para os demais assentamentos e uma prova das possibilidades de viabilidade econômica da reforma agrária na região e no Estado. Como afirmou o então coordenador do acampamento: *"A Lavrinha se tornou a menina dos olhos do Dom Tomás e da Igreja."* (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

3.10. A PRODUÇÃO DE VISIBILIDADES E DIZIBILIDADES SOBRE O ACAMPAMENTO

O trabalho de construção da Lavrinha como um acampamento (e futuro assentamento) com caracteres modelares para os demais assentamentos de reforma agrária da região implicava não apenas em estratégias internas àquele espaço social que visassem materializar determinadas formas de estruturação econômica e produzir determinadas sociabilidades, sensibilidades e formas de pensar entre os homens e mulheres que ali viviam; mas também em procedimentos destinados a produzir e difundir específicos discursos e imagens que objetivassem fazer com que aquela "realidade" se tornasse exemplar tanto para outros agricultores assentados, quanto servisse de instrumento de legitimação da luta pela terra e pela reforma agrária na região.

Os agentes de pastoral passaram a procurar dar visibilidade social e política ao acampamento da Lavrinha enquanto exemplar conformação de formas de convívio social e de produção agrícola coletiva. A Lavrinha foi estrategicamente agenciada como uma amostra do trabalho da Igreja nos assentamentos da região naquele momento, objetivando legitimar seu trabalho não apenas junto à sociedade, mas também às próprias entidades internacionais de apoio. Diferentes

estratégias, para tal, foram colocadas em prática, como visitas de delegações e pessoas de diferentes procedências.

> Vinha gente, pessoas de vários estados. Aqui apareceu italiano, apareceu africano... veio muitas nação prá fazê visita prá nós aqui prá podê vê como é que a gente tocava aqui o grupo comunitário! E aquilo era tudo muito bem organizado. (Seu Juca, assentado).

No mesmo sentido estratégico, foi produzido um filme[61], em parceria entre a CPT Regional e o IFAS (Instituto de Formação e Assessoria Sindical), que seria utilizado no trabalho de "formação política" desenvolvido pelas duas entidades entre os trabalhadores rurais goianos. Ainda que as cenas sejam bastante truncadas e descontínuas, sem uma seqüência e narrativa muito lógica, o filme está centrado em mostrar o caráter produtivo do trabalho comunitário desenvolvido no acampamento, pois repetidamente as imagens procuram mostrar, particularmente, os homens trabalhando em conjunto na colheita do arroz. Em algumas cenas, inclusive, os próprios agricultores ficam segurando os produtos (arroz, milho, abóbora, mandioca, mamão) para que possam ser melhor focados pela câmara de filmagem. Além disso, o processo de trabalho comunitário é visualizado sob uma perspectiva bastante positiva, na medida em que os agricultores cantam e contam piadas mesmo durante as atividades de colheita do arroz, denotando um ambiente extremamente alegre e descontraído.

Nas entrevistas realizadas pela então engenheira agrônoma da CPT Regional com os trabalhadores acampados, os questionamentos centram-se, sobretudo, em dar dizibilidade à trajetória urbana do grupo, às dificuldades que enfrentavam no acampamento (alimentação, saúde, educação, principalmente), as esperanças que motivavam o grupo a *"continuar na luta"* e também às entidades que estavam apoiando a *"luta"*. Enfim, um conjunto de questionamentos que visavam dar possibilidade de produção de discursos que mostrassem a disposição do grupo em continuar a luta pelo acesso à terra, funcionando, assim, como instrumentos pedagógicos de legitimação da reforma agrária.

---

[61]. Filme de tipo amador, em padrão VHS, com duração aproximada de 20 minutos, obtido em arquivos do IFAS.

Ainda que não tenha obtido maiores informações acerca do alcance de difusão desse filme nas atividades de "formação política" desenvolvidas pelas entidades, não resta dúvida que a simples iniciativa em fazer aquela filmagem mostrava que os agentes de pastoral, em particular, tomavam o acampamento da Lavrinha como passível de servir como experiência exemplar tanto para os assentados (mostrando que o trabalho comunitário não apenas era possível, como também economicamente viável), quanto para trabalhadores sem terra da região (indicando que o acesso à terra era possível através da luta, da organização coletiva).

3.11. PRÁTICAS DISCURSIVAS E NÃO-DISCURSIVAS DEVOTADAS À PRODUÇÃO DO "ASSENTAMENTO MODELAR"

A produção de um "assentamento modelar", referencial para os assentados e para a sociedade local, implicava na colocação em prática de um conjunto de estratégias discursivas e não-discursivas que objetivassem a conformação não apenas de um espaço social com determinadas formas de organização espacial, social e econômica, mas também a construção de homens e mulheres inseridos em outras sociabilidades, dotados de outras sensibilidades e distintas formas de pensar.

Analisando os depoimentos prestados por agentes de pastoral e pelos trabalhadores pesquisados, pude perceber que a ação dos agentes religiosos na Lavrinha se centrou em três dimensões principais: na produção de uma identidade coletiva; na conformação de determinadas formas de organização da produção e da comercialização agropecuária; e na produção de novas subjetividades.

3.11.1. A Produção de uma Identidade Coletiva

Na medida em que aquele grupo, mesmo que houvesse participado anteriormente de uma organização social (a Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás), adentrado em uma fazenda privada e ficado acampado à beira do Córrego do Uvá, era desprovido dos recursos simbólicos que possibilitassem a formação de uma organização coletiva interna encarregada de representar o grupo junto às diferentes instituições sociais e governamentais[62], os agentes religiosos e do MST se colocaram como uma das primeiras necessidades estimular a formação de uma "coordenação do acampamento", que seria a responsável tanto pelas negociações de desapropriação da área junto ao INCRA, quanto pela organização das diferentes instâncias da vida no acampamento (saúde, educação, alimentação, segurança, etc.).

> E aí se trabalhava, então, essa dimensão da organização: *"É preciso tê uma organização, é preciso tê uma coordenação, é preciso tê lideranças que consigam compreeendê o processo da luta."* (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás, entrevistado pelo autor em outubro de 2000).

Esse trabalho de construção da identidade coletiva do grupo consistia em transformar indivíduos, que se percebiam como tendo tênues laços de afinidade e recentemente inseridos nas competitivas relações de mercado do meio urbano, em homens e mulheres capazes de apreender o significado político da luta pela terra, de se perceber enquanto socialmente iguais e em contraposição a outros grupos ou classes sociais. Efetivava-se um trabalho de produção da representação de um mundo social regido por relações de conflito, cindido por embates entre grupos e classes sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis:

> Então, houveram vários encontros, fazendo com eles (acampados) análise de conjuntura, mostrando para o grupo, principalmente prás lideranças, que existe uma sociedade que não é harmônica, que ela tem disputas de classe, que existe um embate de classes e que eles

---

[62]. *"Eu ouvi falá mesmo desse MST foi depois que nós viemo prá cá! Nós nem sabia o que que era isso. E acampamento também... Nem sabia o que era acampamento. Depois que nós veio é que eu fui vê o que que era acampamento."* (Maria, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2001).

> enquanto grupo estavam, agora, em um embate com o latifúndio, em um embate com a direita no país, com a UDR. A gente dizia prá eles: *"Vocês, enquanto sem terras, estão em confronto com o latifúndio! Vocês tão em conflito com o Sindicato Rural, com os partidos de direita, com as oligarquias de Goiás Velho..."* (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

O trabalho pastoral, portanto, compreendia a articulação de estratégias no sentido que os trabalhadores acampados na Lavrinha passassem a se identificar como sujeitos dotados não apenas de interesses e desejos comuns, mas também portadores de uma mesma compreensão do mundo social, de seus princípios de hierarquização e do significado da luta por eles empreendida. Para tanto, era preciso fazer com que aqueles indivíduos passassem a apreender o sentido político da sua luta, que não seria apenas pela terra, mas por um projeto de transformação da estrutura fundiária do país, pela reforma agrária:

> E ali foram feitas as primeiras reuniões, mais celebrativas, prá fazê com que o grupo percebesse que toda aquela luta que eles tavam fazendo não era motivada por um espertalhão que os colocara naquela situação, mas era motivada por uma necessidade, pela necessidade de vê uma nova estrutura fundiária no país, que era a Reforma Agrária. Então, nós passamos a fazê com que aquele grupo compreendesse que eles não estavam fazendo apenas uma luta deles, mas uma luta nacional, de uma luta pela reforma agrária. (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Esse trabalho discursivo também deveria fazer com que aqueles trabalhadores se sentissem enquanto partes de um processo histórico que se desenrolava no Estado e no país, enquanto sujeitos de uma luta social que fora empreendida por outros e que deveria ter sua continuidade. Assim, um trabalho de enquadramento da memória[63] da luta pela terra no Estado foi utilizado na discursividade produzida pelos agentes de pastoral para conformar a identidade política daqueles indivíduos, não apenas entre si, mas como membros de uma classe social – os "trabalhadores rurais"[64]. Essa memória serviria, estrategicamente, como motivadora e impulsionadora para a luta social:

---

[63]. POLLAK, Michael, (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15.

[64]. José de Souza Martins criticamente apontou que os agentes de pastoral *"caíram na armadilha ideológica de centrar suas interpretações na categoria limitada de classe social, mesmo quando não estão lidando com classes sociais ou com ações, fenômenos e acontecimentos que esgotam*

> Explicamos que havia outros grupos que tinham lutado e conseguido vencê... a Mosquito, a Rancho Grande, a São João do Bugre... e que foi só através da união que eles conseguiram vencê. Portanto, se eles continuassem unidos, se eles buscassem uma coesão dentro do grupo eles conseguiriam também aquela terra onde estavam! (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

O trabalho de construção da identidade coletiva daquele grupo passava, na ótica dos agentes de pastoral, também pela necessidade de afirmar entre aqueles trabalhadores a convicção que, apesar de terem percorrido trajetórias sociais específicas e particulares, apresentavam interesses e desejos comuns. Segundo me relatou um agente de pastoral intimamente envolvido nesse trabalho, um recurso utilizado foi o resgate das histórias de vida de cada uma das famílias que ali estavam acampadas, pois *"logo a gente pode percebê que ali existia uma diversidade de pessoas: pessoas que vinham de vários lugares, de várias atividades nos últimos anos... um era motorista, o outro diarista... E isso implicava que carecia de uma homogeneização, de um afinamento entre as pessoas! E foi a partir daí que a gente começô a fazê um trabalho de formação com o grupo da São João da Lavrinha."* (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Partindo da percepção da existência de uma heterogeneidade de trajetórias internas ao grupo e de tênues laços de coesão e identificação entre eles, os agentes de pastoral entendiam que era preciso desencadear estratégias que visassem a construção de um grupo em luta pela terra, ou seja, que aqueles homens e mulheres passassem a se perceber, apesar de virem de ocupações profissionais e origens distintas, como integrantes de uma mesma condição num mundo social atravessado pelas divisões de classe e como portadores dos mesmos interesses e sonhos.

> Um dos primeiros encontros que a gente fez com eles... eu lembro como se fosse hoje... era um trabalho em grupo, que nós fizemos uma introdução sempre com cunho religioso, resgatando a formação do Povo de Deus na Bíblia e dizendo: *"- Olha, o Povo de Deus também foi formado por pessoas que vieram de vários cantos! E vocês também tem esse traço: são pessoas que vieram da periferia, de vários lugares, de vários Estados, mas que estão aqui hoje juntos! Prá vocês se*

---

seu sentido no âmbito das classes ou de uma classe social." MARTINS, José de Souza, (1994), op. cit., p. 165.

> *constituírem enquanto grupo vocês têm que conhecê a história de cada um prá percebê o limite, prá conhecê o potencial...".* Então, cada pessoa dizia a sua história, falava de suas dificuldades, de seu sofrimento... E isso foi criando uma assimilação dentro daquele grupo, uma irmanação do grupo! (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

As mensagens bíblicas foram recorrentemente utilizadas nesse trabalho de construção da significação político-religiosa do processo de luta pela terra. Particularmente, passagens dos Livros do Êxodo e do Deuteronômio, que relatam a travessia do deserto pelos hebreus, comandados por Moisés, em busca da "terra prometida". A "caminhada do povo judeu" era agenciada enquanto prática exemplar para mostrar que o sofrimento da vida no acampamento seria recompensado pela conquista da terra:

> Esse resgate ele foi principalmente importante prá resistência nos momentos mais conflitivos! As pessoas se sentiam fortalecidas pela Bíblia enquanto instrumento de resistência! Inspirados nas figuras de Moisés que tira o Povo da situação de opressão e leva prá Terra Prometida... na figura bíblica de Josué que faz a ocupação da terra de maneira gradativa... (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Tratava-se de uma ação dos agentes religiosos junto àqueles trabalhadores no sentido da construção de uma *"nova consciência política"*, visando superar as formas de pensar que caracterizariam a cultura política hegemônica na região e que tinha suas bases nas relações de dominação pessoal historicamente estabelecidas entre patrões e trabalhadores rurais.

Entretanto, essa intervenção dos agentes religiosos estava inserida num campo de disputas de produção de consciências, configurado pela presença não apenas dos membros da CPT, mas também por outras instâncias de agenciamento, como o MST, os órgãos estatais e também o proprietário da fazenda.

Os agentes de pastoral sabiam que sua proposta encontraria obstáculos nas relações sociais tradicionais e ainda vigentes na região e, principalmente, nas formas de pensar incorporadas por aqueles trabalhadores historicamente socializados em relações marcadamente personalistas e controladoras da ação coletiva. Todavia, se sentiram surpreendidos e bastante desiludidos quando, mesmo após toda ação "conscientizadora" desenvolvida junto ao grupo, na

confraternização realizada por ocasião da oficialização da entrega dos lotes pelo INCRA[65], os agricultores prestaram uma homenagem a um dos ex-proprietários da Fazenda São João da Lavrinha.

> E foi nesse dia, inclusive, prestada uma homenagem ao Bebê Berquó (Urbano Berquó Filho, um dos herdeiros da Fazenda). Um fato que provocô em nós estranheza... Por que os agricultores, passando por um processo de enfrentamento ainda acha que é preciso você tá prestando uma homenagem ao coronel? Um agradecimento ao coronel porque não tirô eles com truculência... (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

A indignação do agente de pastoral reflete as duas percepções diferenciadas que havia em relação à postura adotada pelo fazendeiro no processo. Se, para os acampados, o proprietário da Fazenda aparecia como um provedor e benfeitor (que não os expulsou da terra, que se propôs a negociar a terra com o INCRA e que, periodicamente, fazia dádivas ao grupo), para os agentes de pastoral o fazendeiro aparecia como um adversário político (que era, na época, vice-prefeito da cidade de Goiás) que fazia declarações públicas exigindo *"das autoridades mais segurança e melhores condições aos produtores rurais que contra si agora vêem financiadas invasões pela Pastoral da Terra e pelo PT, usando para isso bandidos perigosos e procurados pela polícia como cruéis assassinos."*[66].

Um outro fato, ocorrido naquele mesmo dia festivo, simboliza os impasses do trabalho de "conscientização" realizado pelos agentes de pastoral entre aqueles trabalhadores:

> *"Olha, eu quero que vocês sejam prósperos como eu sou próspero na minha propriedade!"*. Esse foi o discurso de um parente próximo da Dona Sílvia (Sílvia Berquó, uma das herdeiras da Fazenda) no dia do sorteio do lotes. Ele compareceu prá dizê que apoiava aquele grupo e desejava que eles fossem prósperos como ele era próspero na propriedade. Então, era uma quebra de fato com todo aquele trabalho que nós tava fazendo! Tanto assim que o pessoal dizia: *"Então, quer dizer que a partir de agora nós somos fazendeiros também!"*. (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

---

[65]. Em 27 de abril de 1995.
[66]. O POPULAR, (1993). *A pedido: fazendeiro vê no jornal que bandidos presos eram invasores de suas terras.* Goiânia, 07 de outubro de 1993.

Quando o agente de pastoral mostra todo seu desencantamento ante o desejo daqueles trabalhadores em se tornar *"fazendeiros"* não está apenas se referindo a uma oposição à forma de propriedade adotada por aqueles trabalhadores para estruturarem o processo de produção agropecuária no assentamento, mas, sobretudo, com uma suposta reprodução das formas de pensar tradicionais e dominantes na região. Isto é, a desilusão se dava com o fato que os agricultores continuariam a representar o mundo social não a partir da sua posição de classe, mas incorporando os interesses e formas de pensar de seus opositores, da *"classe dominante"*[67].

Perscrutando as histórias relatadas por homens e mulheres da Lavrinha, pode-se, efetivamente, perceber que, em momento algum, expressam uma *"consciência de classe"* e que o acesso à terra teria se dado como desdobramento de um enfrentamento com outro grupo ou classe social que apresentaria *"interesses históricos"* antagônicos aos seus. Pelo contrário, a percepção que os agricultores da Lavrinha têm de um dos antigos proprietários da Fazenda é extremamente favorável, não apenas porque ele não teria reagido com violência ao ato de ocupação, mas, acima de tudo, porque ele próprio (em presumível oposição aos outros herdeiros) teria contribuído para agilizar o processo de desapropriação.

> Porque a gente teve muita sorte também. Porque um dos dono da fazenda aqui ajudô demais! Sobre a negociação... tinha herdeiro no meio... e ele empenhô de trabalhá a resolvê o problema a nosso favor! Ele ajudô demais da conta! (Jurandir, assentado).

Assim, o proprietário é visto predominantemente como um pai, como alguém que cuidou do grupo, como um tradicional provedor de dádivas:

> E o Urbano, prá nós, foi uma ótima pessoa mesmo: tudo que ele prometeu ele garantiu! Ele fez muito mais além do que só negociá as terra. Ele chegou a dá um engenho aqui prá uma associação que nós

---

[67]. José de Souza Martins aponta a facilidade com que agentes de pastoral recorrem a percepções maniqueistas da sociedade, polarizando-a entre bons e maus ou entre trabalhadores e burguesia. Isso levaria não apenas a uma dificuldade de compreensão que a *"produção de consciências"* se dá num campo de disputas com outras agências discursivas, mas também que *"o mundo da vida não se limita às oposições econômicas, mas envolve outras oposições e contradições, outras necessidades vitais, que não apenas a necessidade de trabalhar e de comer."* MARTINS, José de Souza, (1994), op. cit., p. 163.

> tava formando, chegou a dá um motor, chegou a dá uma vaca prá festa no dia da posse... Ele fez muita coisa! Ele chegou a dá recurso prá algumas pessoas que tinha crianças doentes. **Então, prá nós, o Urbano foi um segundo pai!** (Carlos, assentado, grifos do autor).

O mesmo tipo de comportamento se reproduz nas relações com o próprio aparato estatal. Um assentado da Lavrinha, compositor de modas de viola, contou-me que, quando da inauguração da chegada da energia elétrica no Assentamento, em 1996, a então liderança do Assentamento solicitou-lhe que compusesse uma canção de agradecimento ao Governador do Estado, que estaria presente na solenidade. Mesmo que o Governador não tenha comparecido, a canção, intitulada "Energia Elétrica", foi feita e reflete uma cultura política que percebe os serviços ofertados pelo Estado não como um direito de cidadania, mas como uma dádiva; não como uma conquista, mas como uma concessão. O Estado não é representado como uma instituição despersonalizada que incorpora os interesses contraditórios da sociedade, mas como uma expressão do poder pessoal do Governador.

Assentamento da Lavrinha
Tá em primeiro lugar.
Todo mundo está contente
Que nem pássaro no ar.
Tão tudo de casa nova
Para ali dentro morar.
Com o apoio do INCRA
E a força do Governo
Que veio nos ajudá.

Assentamento São João
Tá danado de bom!
Tem som e televisão
Instalado no salão!
Acabou a escuridão
Não usa mais lampião!

Obrigado meu Governo
Que matou a solidão
Que tinha nesse sertão! (bis)

Eu vivia no meu sítio
Muito triste e acabrunhado.

Eu não tinha esperança
De que isso ia alumiar.
Não demorou muito tempo
Eu vi a coisa de mudar.
Até chorei de alegria
Quando via a energia
Na minha portá chegar.

O nosso Governador quis ouvi minhas canção.
Aqui vai o meu abraço
De todo o meu coração.
Também prá Primeira Dama
Vai meu aperto de mão.

Hoje eu moro no meu sítio
Junto com minha donzela.
Eu trabalho no roçado
E ela cuida das panela!
Acabou a escuridão
Não precisa queimá vela.
Temos energia elétrica
Obrigado meu Governo
Que é o Maguito Villela.

Outro momento que mostra os limites e impasses do trabalho de construção de uma identidade coletiva dos trabalhadores rurais da região pelos agentes de pastoral e por outros agentes de mediação é o processo eleitoral. Nos últimos pleitos municipais, os agentes religiosos trabalharam ativamente para que representantes dos assentados se candidatassem a vereador pelo Partido dos Trabalhadores na cidade de Goiás. Em 1996, um agente de pastoral da Diocese de Goiás e um assentado do Assentamento Rancho Grande, ligado ao MST, se candidataram: ambos não conseguiram se eleger, embora já houvesse, naquela época, 8 assentamentos oficialmente criados e em torno de 300 famílias assentadas. Na eleição de 2000, dois assentados se candidataram (um do Rancho Grande e outro do Assentamento São Carlos), sendo que a votação total obtida foi ainda menor: o primeiro teve tão somente 57 votos e o outro 121, quando estima-se que, na época, houvesse em torno de 2.500 assentados habilitados a votar.

> Então, tem um grande problema que o nosso trabalho que a gente faz na luta pela terra não reflete, de jeito nenhum, no nível político! Não tem jeito, o pessoal não vota nos companheiros. Ele vota no fazendeiro. Tem 3.000 votos de assentados aqui... tem a CPT, a Federação, o MST, a Diocese trabalhando... e o J. consegue 120 votos como candidato a vereador! (ex-agente de pastoral da Diocese de Goiás).

Esse sentimento de desilusão com o próprio trabalho, na medida em que ele *"não reflete, de jeito nenhum, no nível político"*, dá visibilidade a transformações nas concepções da prática pastoral na CPT apontadas (e tão criticadas) por José de Souza Martins. Ao confundir o fazer político com a política partidária, o discurso revela a convicção que *"nada adiantava todo o trabalho que faziam se sua proposta não fosse além dos limites da Igreja e da religião... desse ponto de vista, todo o trabalho pastoral só teria sentido se transformado em momento do processo político. A política, e sobretudo a política partidária, passou a definir o sentido da ação pastoral."*[68].

Esse processo reflete, por um lado, um estreitamento da natureza do trabalho desenvolvido pelos agentes religiosos, e por outro os próprios limites das estratégias discursivas e não-discursivas que os agentes de mediação colocavam em prática para a conformação de uma "consciência de classe" na região. Limites expressos não apenas pela (re)produção de posturas vanguardistas[69] que nada mais fazem do que distanciar mediadores políticos e trabalhadores, mas também de práticas paternalistas e assistencialistas que acabam por ratificar as históricas relações de dependência pessoal e carismática tradicionais na cultura política regional[70].

---

[68]. MARTINS, José de Souza, (1994), op. cit., p. 160.

[69]. Neide Esterci, analisando as iniciativas da Igreja Popular em prol de formas de produção coletiva entre os camponeses, aponta que *"a pressa de atingir as metas visadas tem muitas vezes atropelado os melhores projetos com medidas autoritárias e discriminatórias... Imperativos de aumentar a produção, aliados ao aos designos (sic) de deter o controle sobre o processo em curso, agravam os riscos de apelo aos caminhos mais curtos."* ESTERCI, Neide, (1983). Coletivização e reforma agrária. In *Tempo e Presença*, CEDI, nº 183, p. 17.

[70]. *"Só o artifício das doações e contribuições materiais e financeiras dos que apoiam essas entidades, em especial no exterior, pode sustentar durante longo tempo essa anomalia política. Artifício que não contribui para promover a metamorfose do desvalido em cidadão: apenas recria, sob outro mando, a dependência pessoal e o clientelismo próprio da dominação oligárquica que tanto a CPT quanto o MST, com razão, querem combater."* MARTINS, José de Souza, (2000). *Reforma agrária: o impossível diálogo.* São Paulo, Edusp, p. 38.

Portanto, o trabalho de construção da identidade coletiva daquele grupo posto em prática pelos agentes de mediação, materializada em formas de organização política capazes de expressar seus interesses e proposições, inseria-se num quadro de disputas com outras forças e discursos sociais e, sobretudo, com as disposições e representações mentais incorporadas por aqueles trabalhadores em suas específicas trajetórias de socialização.

3.11.2. A Conformação de Determinadas Formas de Organização da Produção e da Comercialização Agropecuária

Na dimensão do estímulo à organização coletiva ou comunitária dos meios de produção operava uma discursividade que tinha nos textos bíblicos a sua referência básica. Na realização das chamadas "Escolas bíblico-pastorais", inicialmente conduzidas por membros da CPT (Regional e Diocesana) e, posteriormente, por monges beneditinos do Mosteiro de Goiás[71], os agentes de pastoral selecionavam passagens do Texto Sagrado no sentido de construir experiências exemplares de aplicação dos princípios cristãos de uma *"vida em comunidade"*.

Particularmente o texto dos *Atos dos Apóstolos (Atos 2: 42 a 47)*[72] era recorrentemente utilizado no sentido que a experiência histórica de constituição da *"primeira comunidade cristã"* servisse como modelo de referência para o desenvolvimento de iniciativas de produção agropecuária baseadas no uso do trabalho coletivo.

> A gente dizia prá eles: *"Nós precisamos vivê uma experiência cristã que se assemelha ao modelo que Jesus Cristo propõe, que é a sociedade igualitária, onde existem os bens colocados em comum a serviço da vida."*. (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

---

[71]. Também algumas freiras ligadas à ordem das scalabrinianas se envolveram na execução dessas "escolas bíblico-pastorais", realizadas quinzenalmente, durante um dia inteiro. Entretanto, quando os monges assumiram esse trabalho o fizeram morando no interior do acampamento e, portanto, desenvolvendo-o cotidianamente.

[72]. Também os Livros do Êxodo e do Deuteronômio eram instrumentalizados pelos agentes de pastoral na perspectiva estratégica de conformar determinadas relações sociais e específicas formas de organização da produção na Lavrinha.

Ao se propor formas de organização produtiva de tipo comunitário se tinha em mente a pressuposição que tanto possibilitariam a viabilização econômica dos agricultores assentados, quanto fariam emergir outras formas de pensar, uma outra concepção de mundo entre os agricultores. A idéia era que a produção comunitária e mesmo a organização de uma agrovila propiciariam a conformação de outras subjetividades em oposição à subjetividade dominante nos assentamentos da região, onde, segundo os agentes de pastoral, os agricultores se isolavam política e socialmente, *"assentados, que depois de recebê o título (de propriedade), coloca cadeado na porteira!"*.

Regidos por uma concepção economicista e determinista, os agentes de pastoral entendiam que a adoção de práticas de trabalho e de organização da produção de tipo coletivo ou comunitário propiciaria a imediata transformação dos valores individuais, das sensibilidades e das relações sociais entre os agricultores. Na ótica dos agentes, era preciso transformar as mentalidades que decorriam do sistema tradicional de reprodução da propriedade privada nos assentamentos da região, que *"quando o pessoal pega a terra ele se alimenta do egocentrismo, do egoísmo e do dinheiro. É a maior dificuldade do mundo quando a pessoa recebe a terra!"* (ex-agente de pastoral da Diocese de Goiás)[73].

A expressão *("É a maior dificuldade quando a pessoa recebe a terra!")*, usada pelo ex-agente de pastoral da Diocese de Goiás, é carregada de significações. Por que o ato de receber a terra, que é a materialização dos desejos de quem se envolve nos processos conflitivos de luta pela terra, aparece, aos olhos do agente de pastoral, como uma dificuldade? O discurso produzido, em meu entender, denota toda a vontade de intervenção no sentido de conformar o espaço social assentamento de reforma agrária, procurando qualificar determinadas formas de estruturação social e produtiva e desqualificando outras. A *"dificuldade"*, portanto, não diz respeito aos impasses (principalmente econômicos) que o agricultor encontra para se reproduzir enquanto "assentado de reforma agrária", mas às resistências mentais e culturais que se colocam à

[73]. Os agentes de pastoral acabavam ratificando a problemática concepção que indiferencia propriedade capitalista e propriedade camponesa.

materialização do "projeto de assentamento" idealizado pelos agentes de mediação.

Além do espaço de difusão discursiva das "escolas bíblicas", outros mecanismos foram utilizados para que os trabalhadores percebessem as supostas vantagens da produção em moldes coletivistas em relação à produção individual ou familiar. Particularmente à liderança que emergira no interior do acampamento, foi propiciada a participação em seminários e visitas a assentamentos onde a experiência da produção coletiva teria *"dado certo"*:

> Porque a gente que tava saindo prá fora, nesses seminários, a gente ficava ouvindo e aprendendo com os outros que, nos assentamentos com o trabalho coletivo nunca tinha dado errado. Sempre tava dando certo e avançando rápido. E alguns desses assentamentos que tinham partido pro individual já tinham retornado pro coletivo, porque não tinha como sobreviver. (Bigode, entrevistado por Jadir de Morais Pessoa em abril de 1994[74]).

Estas discursividades eram postas em prática no interior daquele espaço social articuladas a um conjunto de estratégias materiais. Por exemplo, foi possibilitada pela Igreja (seja através de recursos financeiros próprios ou, principalmente, através de entidades católicas internacionais[75]) a materialização daquelas iniciativas de implantação tanto do "lavourão comunitário", quanto, posteriormente, do chamado "projeto comunitário", desenvolvido tão somente por 11 famílias.

Processo de privilegiamento das formas comunitárias de produção que contribuiu efetivamente para a (re)produção de conflitos internos àquele espaço social (*"coletivos" x "individuais"*) e que acabaram por desencadear uma crescente diferenciação do trabalho dos agentes de pastoral, privilegiando-se um grupo em detrimento de outro.

---

[74]. Arquivos do NEDESC (Núcleo de Estudos e Documentação em Educação, Sociedade e Cultura) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

[75]. Algumas dessas entidades, inclusive, condicionavam a oferta de recursos a fundo perdido ao desenvolvimento de atividades produtivas organizadas coletiva ou comunitariamente.

3.11.3. A Produção de Novas Subjetividades[76]

O trabalho pastoral no acampamento da Lavrinha, especialmente através das "escolas bíblico-pastorais", se propunha também a produzir entre aqueles trabalhadores uma nova subjetividade, uma nova percepção do mundo e de si que tivesse na união, na organização coletiva, no processo de aglutinação das pessoas uma de suas características centrais. As "escolas bíblicas" constituíam espaços de difusão de uma dada dizibilidade que convocava os trabalhadores à transformação de uma realidade construída como injusta e opressora e que, implicava, igualmente, na desconstrução de uma determinada *subjetividade capitalística* (baseada na competição, na destruição do outro, no individualismo, no egoísmo) e na construção de outra (*subjetividade revolucionária)* em que predominasse os valores cristãos da solidariedade, da fraternidade, da igualdade e da união[77].

Também as celebrações religiosas realizadas no acampamento visavam funcionar como espaços sociais construtores de sociabilidades que reforçassem os laços de identidade e de união do grupo. Agentes de pastoral e o próprio Bispo Dom Tomás Balduíno trabalharam ativamente para que não se produzissem divisões de cunho religioso e que as práticas (as escolas bíblicas e as celebrações) fossem sempre de cunho ecumênico, reunindo católicos, assembleanos e adventistas. O próprio Pastor da Igreja Adventista do 7º Dia, também acampado, me relatou que em muitas oportunidades ele mesmo se encarregava de fazer a interpretação dos textos bíblicos propostos pelos agentes da CPT, procurando construir analogias entre o "Livro Sagrado" e o cotidiano vivenciado pelo grupo.

---

[76]. A partir do referencial foucaultiano, entende-se *"subjetividade como a relação consigo, que se estabelece através de uma série de procedimentos que são propostos e prescritos aos indivíduos, em todas as civilizações, para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de um certo número de fins."*. EIZIRIK, Marisa, (1997). *Ética e cuidado de si.* Porto Alegre, *Educação, poder & subjetividade,* nº 4, vol. 4, p. 42.

[77]. Recorro a termos empregados por GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely, (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo.* Petrópolis, Vozes.

A foto abaixo registra um "culto ecumênico" realizado no Acampamento da Fazenda São João da Lavrinha.



Fonte: Arquivo CPT Regional Centro-Sul de Goiás.

Os agentes de pastoral se propunham, em seus próprios termos, a efetivar um *"processo de formação, de reeducação para uma vida coletiva"* daquele grupo de trabalhadores:

> A produção de um homem novo e de uma mulher nova. Pessoas que pensassem a vida não a partir de uma visão capitalista, mas a partir de uma visão mais socialista! Onde pensassem a reforma agrária não apenas enquanto recebê um pedaço de terra, mas como construir relações de solidariedade entre famílias que viviam no meio urbano extremamente isoladas, mas que agora se propunham a conquistá uma terra coletivamente e fazê daquela terra um pedaço de convivência fraterna, um espaço de convivência partilhada, de solidariedade no trabalho, solidariedade na conquista de escola, na conquista de meios de transporte, na conquista da saúde! (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Nas "escolas bíblicas", portanto, agentes religiosos buscavam estabelecer específicas formas de sociabilidade e sensibilidade, representando a vida social sob determinados princípios de inteligibilidade e projetando uma ação histórica que visaria uma sociedade idealizada enquanto possibilidade concreta – o *"mundo novo"* ou o *"Reino de Deus na Terra"*.

> Desde que a gente veio prá cá, que chegou aqui no dia 19 de outubro de 91, nós sentimos igual aquela história bíblica: chegamos na terra prometida. A caminhada foi muito grande, foi muito árdua, mesmo sem o

> acompanhamento do Moisés que não chegou, mas nós chegamos. Nós estamos aqui hoje graças a ele. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento[78]).

Outro exemplo que considero bastante ilustrativo desse processo de, através das mensagens bíblicas, tentar conformar novas sensibilidades sociais naquele grupo pelos agentes de pastoral, é a utilização do Livro do Deuteronômio, 26: 1-11, como forma de estimular relações de solidariedade social do grupo com trabalhadores que, naquele momento, se encontravam acampados na Fazenda São Carlos:

> E lá no texto bíblico diz que quando a comunidade produziu os primeiros frutos, encheu um cesto e levou ao altar ao Deus! E eles transferiram imediatamente essa compreensão para o gesto que eles fizeram com o Acampamento São Carlos! *"- Nós fizemos esse mesmo gesto: nós fizemos a produção, a primeira colheita, enchemos um caminhão de arroz, de milho e de abóbora, e levamos para o altar de Deus, que são os acampados da Fazenda São Carlos!"* (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

São exemplos de *"ligação da Palavra de Deus com o cotidiano da luta"*, operados pelos agentes de pastoral no sentido da produção de outras subjetividades pessoais, que correspondesse a novas formas de pensar e compreender o mundo, novos valores morais e éticos, novas sensibilidades e novas relações sociais e com o meio ambiente.

Os agentes religiosos entendiam também que a específica trajetória social daquele grupo social demandava a necessidade de um trabalho que visasse a *"reconstrução da espiritualidade camponesa"*. Essa *espiritualidade camponesa* teria sido perdida na vivência de relações sociais de extrema competitividade estimuladas pela sociabilidade moderna nos grandes centros urbanos:

> Nós encontramos pessoas que estavam 10 anos, 5 anos, 8 anos, fora de um convívio com o jeito camponês. É um rurbano: tem origem no campo, passaram por um longo período na cidade e agora voltam pro campo. (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Essa iniciativa dos agentes de pastoral na Lavrinha refletia um dos veios discursivos da chamada "Teologia da Terra" e derivava da concepção segundo a

---

[78]. Citado por PESSOA, Jadir de Morais, (1999). *A revanche camponesa*. Goiânia, Editora da UFG, p. 98-9.

qual as relações do camponês com a terra seriam marcadas por laços maternos de fraternidade e amor: a terra seria a mãe de todos os homens, a *"Terra-Mãe"*. Reproduziam, assim, a concepção essencialista das relações homem-natureza responsável por uma divisão maniqueista do mundo social onde os camponeses, preocupados unicamente em obterem os meios de sua subsistência, teriam *"um sentido natural de respeito pela terra"*, e os capitalistas, devotados à busca do lucro, seriam os exclusivos responsáveis pela exploração predatório do meio ambiente.

> Então, falá de religiosidade rural é falar de uma recuperação da maternidade da terra e falá também da recuperação da minha filiação com essa mãe-terra, porque ela foi rompida pela passagem na cidade. (...).Então, esse processo que foi feito de formação, de reza, de louvação, foi nessa perspectiva de resgatá esse amor. E aí as pessoas começam a percebê que ali na Lavrinha tinha uma força diferente, uma força mística de Deus que os colocava de novo no seio de uma terra que chamam de mãe! (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Portanto, a construção de uma nova subjetividade naquele grupo social incorporava, igualmente, um processo de (re)construção das relações afetivas e espirituais entre o trabalhador e o seu meio de produção, a terra, que, na perspectiva dos agentes de pastoral, teriam sido perdidas pela vivência das relações competitivas no meio urbano.

3.12. AS RESISTÊNCIAS ÀS PRÁTICAS DE ENQUADRAMENTO DOS MEDIADORES: a questão da agrovila e da produção coletiva

As primeiras discussões acerca da estruturação social e econômica do futuro assentamento foram desencadeadas pelo representante do MST no interior do acampamento, desde o momento em que notara a aceitabilidade pelo grupo da prática do "lavourão comunitário". Foi, no entanto, a partir do final de 1993 e, principalmente, ao longo de 1994, que a questão se tornaria de fato central na definição dos rumos daquele grupo social, na medida em que o ato de desapropriação da Fazenda São João da Lavrinha, em dezembro de 1993, e a imissão de posse em favor do INCRA, em setembro de 1994, colocavam para os

trabalhadores a contingência de definir seus projetos de vida, pois o processo de formação do assentamento ganhava materialidade.

Embora, desde o início do acampamento, tenham optado por produzir sob a forma de "lavourão comunitário", os trabalhadores recusaram peremptoriamente a criação de uma agrovila sob o argumento de que *"se nós já morava na cidade amontoado lá, então, já que nós veio prá roça, nós não quer morá do mesmo jeito!"* (Jurandir, assentado). Era a expressão da recusa de uma forma de sociabilidade que reproduziria, na ótica dos trabalhadores acampados, as relações sociais propiciadas pela trajetória urbana vivenciada recentemente e que eram avaliadas sob um prisma marcadamente negativo.

> Ele (o representante do MST) queria até que a gente fizesse agrovila. Mas isso aí a gente não quis acatá essas idéia, não. Porque se nós fosse fazê agrovila era a mesma coisa que eu tá morando dentro de uma cidade. A pessoa que é do campo quer sê mais livre! (Ivo, assentado).

A estruturação do espaço sob a forma de uma agrovila implicava na projeção de uma determinada organização econômica da produção no futuro assentamento que era, já naquele momento, prontamente rechaçada pela maioria dos acampados. Quando indagados de porque resistiram à formação da agrovila, vários assentados não apenas apontaram para o fato que não desejavam recriar formas de sociabilidade características da vida urbana, mas sobretudo porque ela representaria a negação do projeto de tornar-se proprietários (*"porque na agrovila você não manda nos seus trem"*), de ter uma *"uma terra que fosse minha"*, do sonho de ter um espaço marcado pelo rompimento das práticas de submissão do trabalho com que haviam sido socializados tanto no meio rural (através das relações de "sistema de terra cedida", parceria, pequeno arrendamento e trabalho assalariado diarista) quanto na cidade (como trabalhadores profissionalmente desqualificados)[79].

A organização da produção sob um modelo empresarial, que compreendia uma forte divisão do trabalho através da formação dos chamados "setores de

---

[79]. Sobre a resistência à conformação da agrovila em "projetos de colonização agrícola", ver TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1993). *Matuchos: exclusão e luta.* Petrópolis-RJ, Vozes.

produção"[80], conforme proposto pelo MST, representava para os acampados a reprodução de uma rotina de trabalho, qualificada como de "cativeiro"[81], da qual buscavam fugir quando adotaram a estratégia de voltar para o campo:

> Até hoje a idéia não me entra na cabeça pelo seguinte: ficava da mesma forma que se a gente tivesse trabalhando na cidade, de empregado. Era a mesma coisa, não tinha diferença nenhuma. A diferença é que você não tinha carteira assinada, mas você ia trabalhá de empregado dentro do que é seu. Ia sê no cabresto. Isso não funciona, não dá. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

Conquanto essas propostas unissem a ação do MST e da CPT na Lavrinha, e mesmo de técnicos do INCRA, os agentes de pastoral apontam que a grande diferença entre as duas entidades se dava fundamentalmente no campo da metodologia de trabalho: a CPT, não dispondo de um projeto pré-concebido, se disporia a produzi-lo no processo, no diálogo com os trabalhadores, gestá-lo em meio às contradições que emergissem no próprio grupo; enquanto o MST chegaria com a proposta acabada e caberia aos agricultores tão somente aceitá-la ou não.

> Na verdade, a nossa fala sobre o coletivo não tinha uma elaboração do que seria. Nós pensávamos em construí isso no processo. Mas a gente sabia que era uma coisa ideal, na perspectiva bíblica, na perspectiva da história do Povo de Israel, da experiência que eles fazem no período que sai do Egito e que entra na Cananéia, que ali eles fazem uma experiência de 200 anos de uma sociedade solidária, uma sociedade praticamente coletiva. Então, com base nesse ideal a gente pensava. E entendendo que o processo é uma construção, que a gente ia construí... que não tinha um modelo, que a gente tinha fazê, fabricá ele... Então, esse era o nosso caminho! E o MST não: eles tinham um modelo! Que falava sobre a forma de organizá o trabalho, de organizá a renda... eles tinha uma proposta concreta. Eles diziam: *"Enquanto vocês tão sonhando em criá uma, nós já temos!"* (agente de pastoral da Diocese de Goiás).

Se, para o MST, a apresentação de um "modelo pronto" aparecia qualificado simbolicamente como decorrente da capacidade da entidade em ter um "projeto para os assentamentos" e, em conseqüência, ter mais legitimidade para a condução da luta política daqueles trabalhadores, para os agentes de

---

[80]. Nos primeira metade da década de 1990, a formação das chamadas CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária, de inspiração cubana, constituíam o modelo organizativo proposto pelo MST para os assentamentos.

[81]. *"Paradoxalmente, como também em outros casos, as boas intenções, que deveriam conduzir à liberdade, conduziam ao que era visto pelos camponeses como um novo cativeiro."* WOORTMANN, Ellen F., WOORTMANN, Klaas, (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.* Brasília, Editora UnB, p. 176.

pastoral, por outro lado, trazer uma *"proposta do sul"*[82] para implementá-la entre os agricultores goianos não apenas representava um ato de imposição, de autoritarismo, mas, sobretudo, tinha grandes possibilidades de não dar certo diante das resistências culturais (*"o individualismo"*) impostas pelos trabalhadores da região.

Além disso, haviam dissonâncias internas à própria CPT, na medida em que alguns agentes de pastoral, mais próximos ideologicamente ao MST e ligados à Diocese de Goiás, acreditavam que o *"modelo do MST"* representava a possibilidade concreta de se propor formas de estruturação social e econômica dos assentamentos da região alternativas ao tradicional modelo de divisão do lotes que *"já mostrou que não dá certo!"*. Entre os agentes de pastoral da CPT Regional, no entanto, predominava a idéia que era preciso tanto se diferenciar da prática de trabalho do MST, *"que trazia o modelo pronto do sul"*, quanto se aproximar das diretrizes elaboradas pela CPT Nacional, que, embora propondo formas de organização associativas e comunitárias, exprimiam a procura de reprodução de uma agricultura de tipo familiar[83]. Aliás, foi essa articulação entre práticas comunitárias de trabalho e preservação dos lotes familiares que acabou por constituir a estratégia privilegiada pelos agentes de pastoral diante da peremptória recusa dos agricultores em formarem uma agrovila; essa estratégia, contudo, representaria a cristalização das divisões internas do grupo, com a configuração do *"grupo do projeto comunitário"* e do *"grupo dos individuais"*.

---

82. Quando os agentes de pastoral falam de uma *"proposta do Sul"* estão operando, no campo de disputas pela representação dos trabalhadores rurais no Estado, com uma estratégia discursiva de desqualificação das formas de organização da produção proposta pelo MST, presumivelmente inadequadas à realidade do agricultor goiano.

83. *"Outra briga que teve entre a CPT Regional e aqui foi na questão das agrovilas: tinha um ou dois que não queriam, outros queriam; a fazenda toda comunitária uns queriam e outros não queriam."* (ex-agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

3.13. O AFASTAMENTO DO MST

Mesmo que desde o início do acampamento, os trabalhadores, e particularmente a sua liderança interna, tenham criado estratégias no sentido de uma crescente identificação do grupo com o trabalho de mediação da CPT, muitas vezes personificada na figura carismática de Dom Tomás Balduíno, foi principalmente ao longo do ano de 1994, quando se tornaram candentes as discussões acerca da conformação espacial e produtiva do futuro assentamento, que o MST se afastou definitivamente do trabalho de mediação política do grupo.

Nas entrevistas que realizei, emergiu um conjunto de razões que justificam, a partir de diferentes óticas e interesses estratégicos, esse processo de afastamento do Movimento do acampamento da Lavrinha.

Os depoimentos da maioria dos então acampados apontam que o fator principal do esgarçamento das relações com o MST estaria relacionado com a inflexível proposta de estruturação do futuro assentamento na forma de uma agrovila. Na medida em que os trabalhadores tivessem recusado essa iniciativa, o representante do Movimento teria, deliberadamente, se afastado.

Contudo, é preciso entender esse processo enquanto inserido nas disputas no campo da representação política dos trabalhadores rurais em Goiás e, particularmente, dos chamados "sem terra". Esse período foi marcado por profundas polarizações na organização da luta pela terra no Estado, entre MST, de um lado, e FETAEG e CPT, de outro. O campo conflitivo tinha como uma de suas arenas o próprio acampamento da Fazenda São João da Lavrinha, que tornava-se um espaço social agenciado por diferentes instâncias que procuravam conformá-lo a partir de diferentes interesses estratégicos:

> ... você tinha a CPT que ia lá dá o apoio pro pessoal; você tinha o Aparício que ia lá pelo Movimento Sem Terra e você tinha também os beneditinos que iam lá com sua missão. Então, havia uma interferência de várias cabeças aí na própria organização da Lavrinha. (Secretário Geral da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

A Lavrinha, aos olhos dos agentes da CPT, tornava-se a possibilidade de "provar" que era possível viabilizar um modelo de assentamento que se

distinguisse tanto do "modelo tradicional dos lotes individuais", quanto do "modelo pronto" proposto pelo MST. Naquele momento, viabilizar um assentamento nos moldes propostos pela CPT representaria a legitimação do trabalho desenvolvido pela entidade no processo de organização da luta pela terra no Estado.

Os agentes de pastoral entendem que, além dessa recusa da proposta de formação da agrovila e da cooperativa coletivista[84], um outro fator teria sido determinante no afastamento do MST: o desejo de que um ou dois representantes do Movimento (não participantes do acampamento) fossem contemplados com o acesso à terra no futuro assentamento[85].

> E aí a gente sente que existiu resistências, inclusive a um companheiro que era da Direção do Movimento que pretendia se estabelecê naquele projeto de assentamento! Ele tinha uma relação mais de dirigente e não de acampado... era uma pessoa que fazia a mediação, a negociação e desejava tê uma parcela naquela área. Aí o pessoal não aceita! (agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

Aos olhos dos agentes de pastoral, aquela iniciativa do MST era simbolicamente desqualificada como uma nova imposição, *"... porque o MST queria comandá o processo lá na Lavrinha, mas não tinha ninguém lá dentro que era do Movimento."*. Para os agentes da CPT, o afastamento do MST teria decorrido de uma *"postura autoritária", "que tentava impor formas de organização e coisas que os trabalhadores tinham resistência"* . A partir desse momento, os agricultores, na ótica do agente de pastoral, teriam optado pelo trabalho da CPT e da Diocese de Goiás no assentamento.

---

[84]. *"Eu acho o seguinte: a Lavrinha é um momento em que tá chegando a nova leva de meninos formados pelo MST lá no Sul – a gente fala meninos porque eles eram bem novinhos mesmo! E que ali eles já começam a encontrá uma resistência interna do grupo, devido ao discurso que eles fazem, da forma como eles apresentaram o cooperativismo. E isso retraiu o pessoal. E nós tava querendo fazê um coletivo construído, junto... Mas o Movimento não, eles dizem: "- Não. Essa é a nossa proposta. Esse é o caminho.". E o pessoal assustô com isso!".* (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

[85]. Também quando da formação do Assentamento Rancho Grande, na cidade de Goiás, em 1991, houve uma discussão no interior do grupo se uma liderança que estava, naquele momento, trabalhando na Direção Nacional do MST, teria direito ao "lote". O grupo decidiu que ele não tinha direito, porque, *"ele tá lá pros sem-terra"* (assessora do IBRACE, entrevista realizada por Jadir de Morais Pessoa, em maio de 1994). A afirmação *"ele tá lá pros sem-terra"* denota que os trabalhadores não se percebiam enquanto partes de uma organização a nível nacional, enquanto integrantes de uma organização que pretende representar o conjunto dos trabalhadores rurais sem terra do país.

Não se pode desprezar o papel desempenhado pela então liderança do acampamento nesse processo. Bigode tinha interesses bastante aguçados no sentido de aprofundar a identificação do acampamento com a Igreja e não com o MST: ele já havia percebido que somente a CPT e a Diocese de Goiás teriam condições de propiciar não somente iniciativas de apoio político, mas principalmente de ajuda material, particularmente na captação de recursos financeiros junto a entidades não-governamentais, principalmente européias. *"... mesmo porque a gente cuidava direitinho do nosso crédito junto à Igreja. Mesmo porque, aos poucos, a Lavrinha foi se tornando a menina dos olhos do Dom Tomás!"* (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

Um ex-agente de pastoral da Diocese de Goiás, inclusive, concorda que a opção dos acampados pelo acompanhamento da CPT não foi motivada por fatores de natureza político-ideológica ou pelas diferenciadas práticas metodológicas de trabalho empregadas por agentes de pastoral e dirigentes do MST. Para ele, foi, sobretudo, a *"estrutura de apoio"* que a Igreja é capaz de propiciar aos agricultores que é decisiva nessa capacidade de intervenção dos agentes de pastoral nos processos de luta pela terra e na terra:

> Por outro lado, pesô também a estrutura da Igreja. A Igreja tinha 4 caminhões que ajudavam no transporte, a Igreja tinha trator que ajudava na aração... E a Igreja tinha um Bispo que ia em Brasília brigá por eles! A Igreja tinha um Bispo que saía daqui e ia pro INCRA e que enquanto não conseguia as coisas não saía de lá! Então, é uma força que praticamente deixa as lideranças do MST fragilizadas. Fragilizadas, em primeiro lugar, por causa do discurso que não pegô. Porque se pegasse, eles (o MST) teriam condições de enfrentá a gente e equilibrá as forças. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Em uma região tradicionalmente conservadora, cuja política era (e continua sendo) dominada pelas oligarquias agrárias, tornava-se estratégico para o grupo de ocupantes da Lavrinha ter o apoio de uma instituição dotada de um capital social historicamente legitimado. Enquanto a Igreja constituía, de uma certa forma, uma proteção do grupo contra as hostilidades dos fazendeiros locais, o MST representava a imagem de um grupo sempre pronto ao confronto e, ao mesmo tempo, destituído de capitais sociais e simbólicos necessários a representar seus interesses junto à sociedade local.

A presença do MST no interior do acampamento constituía, além disso, uma ameaça concreta aos interesses de monopolização do papel de representação coletiva do grupo por parte da então liderança interna. Reiteradamente estruturando seu relato a partir do objetivo de afirmar a dependência do grupo acampado em relação a sua liderança, Bigode afirma que trabalhou ativamente no afastamento do MST na medida em que percebeu que o Movimento procurava inserir novos dirigentes no acampamento, *"uns menino lá, porque o Movimento levava prá uma escola de formação em Santa Catarina só os menino"*.

No relato que me concedeu, o então coordenador do acampamento em momento algum apontou disputas políticas para explicar esse processo, centrando-se sempre em razões de conteúdo moral, como a presumível apropriação pelo representante do Movimento de recursos financeiros obtidos pelo grupo acampado junto a entidades internacionais. No entanto, certamente sentindo o monopólio da representação por ele exercido sendo questionado, Bigode passou a criar as condições políticas para o afastamento do MST do acampamento, na medida em que a Organização estaria fortalecendo a possibilidade de surgimento de novas lideranças que questionassem seu monopólio.

Com o afastamento do MST, a partir do segundo ano de acampamento, a Igreja, que até então ajudara na implantação das lavouras e disponibilizara seus advogados no acompanhamento do processo judicial de desapropriação da área, se aproximou ainda mais do grupo acampado e passou a estimular determinadas formas de organização econômica e conformar específicas sociabilidades no interior daquele espaço social.

3.14. A CRISTALIZAÇÃO DAS DIVISÕES INTERNAS: a formação do "Grupo do Projeto Comunitário"

Ainda que ao longo dos dois primeiros anos de acampamento, tenham emergido as primeiras resistências internas ao "lavourão comunitário", foi a partir do final de 1993 e, principalmente, ao longo do ano de 1994[86], que se deu a cristalização de divisões internas ao acampamento, com a formação do chamado "Grupo do Projeto Comunitário".

Diante da resistência generalizada à idéia de formação de uma agrovila entre os acampados, a proposta de conformação de uma organização espacial que visasse, ao mesmo tempo, assegurar a possibilidade de acesso à propriedade individual da terra e a prática de formas comunitárias de produção agropecuária foi ganhando corpo. Embora a então liderança do acampamento, procurando novamente produzir a si próprio como alguém que determinava e controlava os processos de decisão no interior daquele espaço social, tenha me afirmado que a idéia de designar uma determinada área de terra onde seriam desenvolvidas as atividades econômicas baseadas no trabalho comunitário teria sido de sua autoria[87], aquela proposta se encaixava perfeitamente nas diretrizes presentes nas deliberações das assembléias nacionais da CPT, quando definia-se como uma das prioridades de trabalho o estímulo a formas associativas de produção que representassem a possibilidade de fortalecimento de uma agricultura de tipo familiar.

Segundo os agentes de pastoral com quem conversei, aquela proposta, ainda que não fosse a ideal, decorria diretamente das possibilidades políticas existentes no interior daquele espaço social, visto que as *"resistências culturais daqueles trabalhadores a uma proposta mais avançada eram muito grandes"*. A

---

[86]. Como já apontado anteriormente, os atos oficiais de desapropriação da Fazenda para fins de reforma agrária e, principalmente, o ato de imissão de posse da área em favor do INCRA, estimularam em muito o processo de discussão e de definição das formas de organização social e produtiva a serem estabelecidas no futuro assentamento.

[87]. *"Eu sei que eu precisava de alguma coisa prá mantê o grupo, porque eles não tava mais querendo sabê de trabalho comunitário. Eu queria arrumá alguma coisa prá mantê o grupo unido.*

implantação de uma área comunitária conjugada à formação de lotes individuais representava um passo intermediário e progressivo para a implantação futura de um assentamento totalmente sob moldes coletivistas:

> Foi discutida com eles a idéia de fazê a agrovila com a produção toda coletiva, mas foi rejeitado pelos agricultores! O pessoal não admitiu a hipótese de sê tudo comum. Então, o lote comunitário, na nossa idéia, era um passo intermediário. A gente imaginava que, dando certo aquilo ali, aos pouquinhos o pessoal ia abrindo cercas no sentido de aglutiná até chegá num ponto de sê um projeto todo coletivo. Então, nós tentamos fazê um caminho por etapas, progressivo. (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Não obstante, as resistências a essa proposta também foram significativas. Das 28 famílias ainda presentes no acampamento naquele momento, meados de 1994, somente 12[88] estavam dispostos a criar uma área especificamente destinada ao desenvolvimento de "projetos comunitários"[89]. Mesmo que uma discursividade operasse no sentido de desqualificar simbolicamente como *"individualistas"* aqueles que se mostravam reticentes à idéia, a maior parte dos acampados decidiu que desejava tão somente ter acesso ao tão sonhado *"pedaço de chão que fosse meu"* e não participar das atividades econômicas de cunho comunitário.

Alguns agricultores, inclusive, viam a iniciativa proposta pela CPT como uma imposição, discursivamente construída como sendo a única forma segundo a qual os assentados poderiam se viabilizar economicamente:

> Eles (os agentes religiosos) queriam que o cara trabalhasse mais assim... mais unido, mais comunitário. E não é! O problema do campo não pode sê assim! O problema do campo... cada pessoa tem um jeito, uma visão. Você pega a sua área e você vai criá... vai tê as suas coisa, você vai cuidá do seu! E parece que o jeito deles era de obrigá... Então não podia sê... isso que nós não aceitô! (Nilo, assentado).

Os agentes religiosos atribuem a não adesão de todos à proposta do "projeto comunitário" a conflitos de ordem religiosa. Nessa perspectiva, *"o grupo*

Assim que começô esse negócio da área do projeto." (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

[88]. Que eram aquelas famílias que tinham participado mais ativamente das iniciativas de organização do "lavourão comunitário", lideradas por Bigode.

[89]. E mesmo uma das 12 famílias formadoras do "grupo do projeto comunitário", tão logo foi oficializada a criação do assentamento, em primórdios de 1995, decidiu que abandonaria o grupo.

dos pentecostais" é construído como o grupo dos resistentes às iniciativas comunitárias propostas pela CPT, enquanto os católicos seriam mais favoráveis à idéia. No entanto, é pouco convincente que esses embates entre participantes de diferentes credos religiosos apenas emergissem por ocasião da escolha da forma de organização da produção a ser adotada, mesmo porque todos, indistintamente, haviam participado da iniciativa de "lavourão comunitário", nos dois primeiros anos do acampamento. Além disso, mesmo os pentecostalistas haviam participado ativamente das "escolas bíblico-pastorais" promovidas pelos agentes de pastoral, sendo que, muitas vezes, um agricultor, pastor da Igreja Adventista do 7º Dia, assumia as atividades de interpretação dos textos bíblicos propostos pelos agentes de pastoral ligados à CPT e à Diocese de Goiás. Some-se a isso que havia no acampamento tanto católicos adeptos da produção inteiramente individual, quanto pentecostais adeptos do trabalho comunitário.

Acredito que um acontecimento narrado por Jadir de Morais Pessoa nos auxilie a melhor compreender as resistências colocadas pela maioria dos então acampados à continuidade do processo de produção coletiva. Segundo Jadir, em seu trabalho de campo, um acampado da Lavrinha, que participava do "lavourão comunitário", lhe havia narrado que estava bastante magoado pelo fato de que, ao receber no acampamento a visita da família de um filho seu que morava em Goiânia, foi impedido de poder colher algumas espigas de milho da "lavoura comunitária" para oferecer uma "pamonhada"[90] à sua bem-vinda visita. A alegação dada era que ele ainda não tinha integralizado sua "cota de trabalho" e, portanto, não poderia ter acesso aos frutos do trabalho. *"Ele concluiu dizendo que, como já estava com pouca saúde, tendo dificuldades de permanecer na roça por uma jornada inteira, como exigia o grupo para o apontamento do dia de serviço, resolveu sair do coletivo."*[91].

O fato narrado serve como indicativo da difícil compatibilização entre produção coletiva e sonhos e desejos materiais e simbólicos dos então acampados. Nesse caso, em particular, as regras racionalizadoras impostas pela

---

[90]. Pamonha é um alimento feito à base de milho verde e seu processo de preparo (a "pamonhada") propicia momentos agradáveis de interação social entre seus participantes.

forma de produção coletiva constituíam um obstáculo não apenas à satisfação de necessidades materiais (vontade de comer pamonha), mas também de desejos simbólicos do acampado (afirmar a condição de produtor, da existência de disponibilidade do alimento na nova condição de agricultor e de possibilitar, através do oferecimento de uma "pamonhada", mostrar a alegria com a visita).

Por outro lado, para as 12 famílias que decidiram participar do "projeto comunitário", que significação tinha aquela decisão? Certamente sua perspectiva não coincidia com aquela dos agentes de pastoral que entendiam que a experiência representava um passo intermediário em direção a opções mais radicais de coletivização do trabalho e dos meios de produção. Pelo que pude perceber, era unânime o desejo e o sonho de desenvolverem a atividade agropecuária com o uso da força de trabalho familiar e com o controle privado da terra. Em momento algum, vislumbravam a possibilidade de, futuramente, transformarem o "grupo comunitário" em uma cooperativa coletivista, por exemplo.

Se aos olhos dos agentes de pastoral aquela idéia representava uma concessão, diante das resistências políticas e culturais ao projeto de formação de uma agrovila, para os agricultores, do mesmo modo, era uma concessão diante do projeto de vida de ter um *"pedaço de chão que fosse meu"*. Para os agricultores, o "sistema misto", que combinava o lote individual com uma área comunitária, representava a possibilidade de continuar tendo acesso ao apoio político e econômico prestado pela CPT e pela Diocese de Goiás.

Aqueles agricultores e, sobretudo sua liderança, haviam percebido que a opção pela exploração exclusivamente individual representaria a impossibilidade de acesso aos recursos financeiros propiciados pelos agentes de pastoral, visto que constituía exigência das organizações internacionais, ligadas à Igreja, a organização da produção em moldes coletivos ou comunitários para a concessão de financiamentos a fundo perdido.

> O trabalho comunitário prá nós, na época, era vantagem. Porque o comunitário ele tinha condições de buscá lá fora os recurso e individual não tinha! Então, a gente formou até um projeto aí, que é o meu projeto

---

[91]. PESSOA, Jadir de Morais, (1999), op. cit., p. 192.

> né, e aí nesse projeto a gente trabalhava comunitário em 12 sócio. E a gente conseguiu muita coisa através desse projeto. (Carlos, assentado).

Como se percebe, a proposta comunitária incentivada pelos agentes de pastoral no interior do acampamento da Lavrinha acabou por produzir divisões internas ao grupo acampado. Essas rupturas agravar-se-iam na medida em que, a partir de então, os agentes de pastoral passaram a explicitamente priorizar o trabalho de acompanhamento do "grupo do projeto comunitário" e se afastando do "grupo dos individuais", operando, concretamente, na cristalização de diferenciações sociais e simbólicas no interior do acampamento.

> Aí a negada achô difícil, porque aí não veio mais (apoio, auxílio da Igreja). Porque, daí, a CPT afastô, porque a Igreja apóia muito o comunitário, a comunidade junto, sabe. A Igreja gosta do coletivo, ela apóia o coletivo. E com esse negócio de separá, a Igreja afastô. Daí apertô pros nego, aí! (Seu Juca, assentado).

> Tanto que os individuais soaram um pouco como inimigos do projeto! Mas devido à perspectiva humana da gente, nós não abandonô o outro grupo, continuô com eles, mas com uma certa indiferença e uma certa distância! O fato da gente acreditá na nossa proposta, levô a gente a tê uma certa distância do outro grupo. E o grupo sentiu isso: por mais que a gente fosse visitá, fosse amigo, mas o grupo sentia. O nosso trabalho, todas nossas forças foram jogadas dentro do grupo comunitário! (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Para os "individuais", a escolha de abandonar o trabalho comunitário teria implicado, diretamente, na perda do apoio material até então prestado pela CPT e pela Diocese de Goiás. Portanto, o processo de produção do fracionamento do grupo entre "comunitários" e "individuais" esteve diretamente relacionado à proposta de organização coletiva da produção proposta pelos agentes de pastoral. É a recusa a esse modelo de organização que levou um grupo de 16 famílias a ir se aglutinando, adquirindo uma identidade a partir da negação, da resistência aos projetos de produção comunitária propostos pelos agentes religiosos.

3.15. A IMPLANTAÇÃO DO "PROJETO COMUNITÁRIO DE PEIXES E SUÍNOS" E A EXPLOSÃO DOS CONFLITOS

No primeiro semestre de 1994, o "grupo comunitário" iniciou suas atividades econômicas com a formulação do chamado "projeto comunitário de peixes e suínos", com produção em forma consorciada, isto é, com o aproveitamento dos dejetos orgânicos produzidos pelos porcos na alimentação dos peixes. O objetivo era a comercialização da produção na cidade de Goiás e mesmo em Goiânia.

A iniciativa foi amplamente apoiada pela CPT, sendo que os recursos financeiros necessários ao investimento[92] (construção dos tanques criatórios, edificação dos chiqueiros, aquisição de alevinos e matrizes de suínos, insumos, etc.) foram obtidos junto a uma organização católica holandesa, a CEBEMO.

O processo de implantação desse projeto, contudo, se deu em meio a um acirrado ambiente de conflitos internos, na medida em que o "grupo dos individuais" (como eles próprios se auto-designavam, conforme pude constatar em correspondências enviadas ao INCRA) questionava a legalidade e a legitimidade que o "grupo comunitário" se apossasse de uma área da Fazenda antes que o projeto de assentamento fosse oficialmente criado[93]. Conforme as diretrizes estabelecidas pela chamada "política de assentamento" do INCRA, a situação administrativa do processo de criação do "projeto de assentamento" encontrava-se na "fase de pré-condições", isto é, quando ainda não haviam sido obtidos legalmente pelo órgão estatal os recursos fundiários necessários ao assentamento das famílias[94].

O questionamento se baseava não apenas na apropriação de uma área de em torno de 1 alqueire goiano (mais ou menos 4,5 ha) para a instalação das

---

92. Foram obtidos US$ 6.763,63, na forma de financiamento a fundo perdido, conforme correspondência do CERIS/RJ aos "pré-assentados", datada de 22 de março de 1994.

93. *"Nós não concordamos que eles se aposse da área para tal projeto antes de haver a divisão dos lotes dividido pelo Incra."*, conforme correspondência do "grupo individual" à Superintendência Estadual do INCRA/GO, datada de 07 de junho de 1994, assinada por 29 acampados (encontrada nos arquivos do INCRA/GO).

94. Essa "fase de pré-condições" para a criação do "Projeto de Assentamento São João da Lavrinha" somente seria contemplada com o auto de imissão de posse da Fazenda para o INCRA, em 22 de setembro de 1994.

atividades do "projeto comunitário", o que, na ótica dos "individuais", implicaria na diminuição do tamanho das parcelas destinadas a cada família no futuro assentamento[95], mas também no entendimento que o "grupo comunitário" havia se apropriado da *"melhor área de terra da Fazenda"*[96], com melhor disponibilidade de água potável, com solos de boa fertilidade e favoráveis à mecanização. Os "comunitários" produziam dizibilidades que se contrapunham a essa argumentação, entendendo que *"a área onde está sendo implantado o projeto, da criação de peixes e suínos, como constatou a equipe técnica, não é a melhor área do ponto de vista da qualidade do solo, já que é desprovida de mata e não possui o melhor fornecimento de água, como é freqüentemente dito pelos integrantes do grupo da roça individual."*[97]. Uma batalha de discursos e através de discursos era tecida no interior do acampamento visando, portanto, legitimar determinadas posições, deslegitimando outras[98].

Embora o técnico do INCRA responsável pela determinação da organização espacial do Assentamento afirme que a designação de onde seria a "área comunitária" tivesse obedecido exclusivamente a critérios técnicos de viabilização econômica do projeto de criação de peixes e suínos, é preciso, numa perspectiva sociológica de análise do problema, considerar que não apenas aquela, mas toda e qualquer iniciativa tomada pelo órgão não se dava numa dimensão pretensamente isenta, determinada por uma racionalidade exclusivamente técnica, mas inseria-se num campo de relações sociais marcado por disputas e confrontos. Toda e qualquer ação estatal se dava considerando o jogo de forças sociais que constituíam aquele espaço social; nesse sentido, os agricultores então acampados

---

95. Segundo depoimento do técnico do INCRA responsável pelo estabelecimento da conformação espacial do Assentamento São João da Lavrinha, a criação da "área comunitária" implicou numa diminuta redução dos lotes individuais tão somente daquelas 12 famílias participantes do "projeto comunitário" e não das 28 famílias, como alegam os "individuais".

96. *"E nós, aqui, precisou fazê um poço artesiano, porque não tinha água de jeito nenhum prá nós bebê! Nós, 16 família aqui, 17 já com o Carlos, daí a água não deu... Daí os 11 lá escolheu aquela área lá, beirando a estrada, tudo arrumadinho, tinha estrada, nós aqui não tinha... Daí jogou nós tudo prá escanteio! Os 11, né! E sempre os menino (da CPT) dava apoio..."* (Nilo, assentado).

97. Conforme correspondência enviada pelo "grupo comunitário" à Superintendência Estadual do INCRA/GO, datada de 14 de junho de 1994, assinada pela "Comissão do Projeto" (encontrada nos arquivos do INCRA/GO).

98. FOUCAULT, Michel, (1988). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.* São Graal, 4ª ed..

não se apresentavam enquanto iguais nas relações com o aparato estatal: uns estavam em melhores condições de acesso aos "benefícios" do que outros e essa acessibilidade estava diretamente relacionada às diferenciações de poder que se (re)produziam no interior daquele espaço social. Em contrapartida, os próprios recursos oferecidos pelo Estado interferiam nessas disputas internas ao acampamento, na medida em que transformavam-se em um capital político e simbólico apropriado por uns em detrimento de outros.

No jogo de forças internas à Lavrinha, o "grupo comunitário" detinha não apenas uma liderança altamente persuasiva e dedicada, mas, sobretudo, contava com poderosos aliados, como a CPT. Fatores que fortaleciam sua posição junto ao órgão estatal.

Além da permanente recorrência ao INCRA, o "grupo de individuais" passou igualmente a elaborar estratégias no sentido de obstaculizar a implantação efetiva do "projeto de peixes e suínos" na "área comunitária". Uma das providências que tomaram, por exemplo, foi procurar a então SEMAGO – Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Goiás, visando que o órgão embargasse as atividades sob a acusação que os dejetos dos suínos contaminariam as fontes de água potável e os córregos da região.

Não obstante, os enfrentamentos e embates não se davam apenas no campo das idéias e dos projetos de vida diferenciados, mas envolviam uma forma de solução dos conflitos sociais muito costumeira na região: a violência não apenas simbólica, mas também física. Mesmo que o relato de uma das partes envolvidas na disputa é tecido a partir de específicas perspectivas e interesses[99], ele contribui, sobremaneira, para dar visibilidade a processos de explosão de enfrentamentos violentos entre aqueles que presumivelmente estariam lutando pelo mesmo interesse. A dizibilidade com que é construído o depoimento ressalta

---

[99]. Contrapondo-se à idéia de um sujeito universal, Pieree Bourdieu entende que os *"pontos de vista são, como a própria palavra diz, visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social. E sabemos também que haverá pontos de vista diferentes, e mesmo antagônicos, já que os pontos de vista dependem do ponto a partir do qual são tomados, já que a visão que cada agente tem do espaço depende de sua posição nesse espaço."* BOURDIEU, Pierre, (1990). Espaço social e poder simbólico. In *Coisas ditas*, São Paulo, Brasiliense, p. 157.

que o exercício da violência constituía um instrumento de dominação sobre o outro, e, sobretudo, indica que seu uso representava uma prática social rotinizada, incorporada ao próprio código de sociabilidades e moralidades do grupo social[100].

> Nós tava tirando estaca das cercas velha que tinha na Fazenda, aproveitando o arame também, prá cercá a área do projeto. Aí eles (os individuais) começam a apertá o cerco e mandam o J. B. dá um tiro em mim. Nós tava rancando (as estaca) e chega o J. B. com a espingarda. Aí ele chega nervoso e manda pará o serviço. *"- Não vamo pará não, seu J. Por que é que nós vamo pará?".* E ele com a espingarda na mão e tremendo. Mas ele tava a mando do restante do grupo. Aí o E. com um facanzão e começa a falá coisa prá ele. Mas daí eu fui conversando com ele, conversando, até que ele acalma e resolve ir embora. E aí o cerco vai apertando em cima de nós. A guerra tava feia mesmo. (Bigode, Coordenador do "Projeto Comunitário").

> Uns dia depois fomo chamado prá uma reunião com o superintendente, lá no INCRA. Tavam lá o A., o Tio C... O A. me ofendendo de vagabundo, cachorro. Eu quieto e só pensando que quando chegasse a hora eu matava ele. (Bigode, Coordenador do "Projeto Comunitário").

Ainda que os confrontos e ameaças tivessem se tornado corriqueiros no cotidiano do acampamento, era também nas disputas de legitimação das posições assumidas por cada um dos grupos que se desenrolava a batalha. E, nesse campo, não resta dúvida que o "grupo comunitário" estava mais provido dos recursos simbólicos necessários à afirmação de seus interesses. Não apenas porque estava provido de uma liderança, o Bigode, que se mostrava capaz de articular a produção de visibilidades e dizibilidades capazes de legitimar social e politicamente a "proposta comunitária", mas, sobretudo, porque dispunha do apoio de entidades e instituições diretamente envolvidas na solução da disputa[101].

Não apenas a CPT e a Diocese de Goiás, que haviam estimulado a adoção de práticas comunitárias de trabalho desde os primórdios do acampamento e que trabalharam ativamente na própria formulação do projeto técnico necessário à obtenção do financiamento junto à CEBEMO, mas os próprios técnicos do INCRA

---

[100]. Sobre a prática costumeira da violência na "sociabilidade sertaneja", ver FRANCO, Maria Sylvia de C., (1997). *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo, Editora UNESP, 4ª ed..

[101]. Desigualdades de recursos e apoios que não passavam desapercebidas pelos "individuais": *"Nós discutia, ia lá, mas eles sempre tinha voz mais ativa, que trabalhava mais reunido. "- Ah, deixa isso.". O pessoal lá do INCRA era mais chegado pro lado deles! Mas sempre eles torciam mais pro lado que trabalhava comunitário, o mais forte lá! O Bigode já tinha convencido eles, já tinha... Então era difícil!."* (Nilo, assentado).

incentivaram e apoiaram abertamente a implantação da "área do projeto comunitário". *"Nós técnicos, vários técnicos do Incra encampamos esse novo modelo."* (técnico do INCRA, entrevistado pelo autor em abril de 2001).

Tanto como os agentes de pastoral, os técnicos do INCRA se mostravam dispostos a produzir um assentamento que se diferenciasse daqueles até então existentes, que mostravam dificuldades tanto em termos de organização política, quanto de reprodução econômica satisfatória. Seria, portanto, preciso produzir algo novo, que indicasse as possibilidades de viabilidade econômica da reforma agrária na região e no Estado, o que legitimaria socialmente a própria atuação do INCRA:

> E os projetos anteriores tavam totalmente desorganizados. Depois que a pessoa pegava o seu lote, que era cortado o lote, se individualizava totalmente! A única coisa que existia era uma associação prá pegá os créditos, reivindicá... mas não prá organizá a produção e prá organizá a comunidade. E esse tipos nós achávamos e tínhamos certeza, e temos certeza ainda hoje, que um tipo mais coletivo força as pessoas a se organizarem, não deixa a pessoa solta. (técnico do INCRA).

Embora o incentivo a formas de organização da produção de tipo coletivo ou comunitária pudessem representar interesses do próprio aparato burocrático-estatal, na medida em que possibilitaria a otimização de utilização dos recursos de produção e a redução de custos na implantação da infra-estrutura de serviços básicos (energia elétrica, construção de estradas, escolas, etc.), acredito que, ao menos no caso específico da Lavrinha, pesou em muito os posicionamentos político-ideológicos dos próprios técnicos diretamente envolvidos no processo de criação do futuro assentamento. Técnicos que assumiram posições sempre muito coincidentes às dos agentes religiosos que atuavam no acampamento, entendendo, doutrinariamente, que a produção coletivo ou mesmo comunitária apresentaria, necessariamente, melhores possibilidades de viabilização econômica dos agricultores assentados[102].

---

[102]. O que nos leva a corroborar o entendimento da ação estatal nos termos propostos por Pierre Bourdieu. Para o sociólogo francês, as condutas dos funcionários estatais não podem ser analisadas exclusivamente a partir de uma racionalidade burocrático-funcional, mas também tomando-se em consideração os *habitus* individuais, isto é, suas disposições mentais adquiridas ao longo da trajetória social. Ver BOURDIEU, Pierre, (1989). Le mort saisit le vif. As relações entre a

Nessa ótica, os técnicos do INCRA passavam a se incorporar à teia discursiva interna ao acampamento que incentivava, sobretudo, as iniciativas produtivas de cunho coletivista:

> Nós discutíamos entre nós técnicos e as outras entidades sobre a questão da produção: como produzi e porque sê coletivo e porque sê individual? Isso nós discutia muito com os assentados. E em todas as discussões nossas... e em experiências que a gente leu ou que o pessoal relatava, mostrava que quando era o semi-coletivo a pessoa tinha mais condições de entrá no mercado. Porque maior quantitativo de produção, maior mercado. Então, é diferente do individual que vai lá vendê 10 saquinho de arroz, 3 saco de farinha, 1 galinha... Vendendo em grande quantidade, você teria um maior mercado. Então nós acreditávamos nisso aí e acreditamos até hoje ainda. (técnico do INCRA).

Posicionamentos partidários dos técnicos estatais que não deixavam de ser deslegitimados pelo "grupo de individuais", alegando que o INCRA teria aceitado a designação de uma área para o grupo comunitário *"antes dos outros e sem contá que os outro era maioria"* (Dinho, assentado).

Na configuração de um campo conflitivo interno marcado por uma disparidade de posse de recursos materiais e simbólicos entre os grupos em oposição, não surpreende que o "projeto" tenha se implantado exatamente nos moldes propostos pelo "grupo comunitário" e pelos agentes de pastoral, ocupando aquela área inicialmente prevista.

Ao longo do segundo semestre de 1994, foi efetivamente posto em prática o "projeto de peixes e suínos", com a compra de 13 matrizes e 1 reprodutor de porcos da raça Sorocaba (de manejo mais rústico e que se alimentariam principalmente de pastagens) e a abertura de 3 tanques de criação de peixes.

Conquanto o desenvolvimento do "projeto" apresentasse sérias dificuldades e implicasse no acirramento de conflitos internos ao "grupo comunitário", como já se dera em relação ao "lavourão comunitário", a experiência do "projeto comunitário de peixes e suínos" passou a ser agenciada por uma discursividade, produzida sobretudo pelos agentes de pastoral e pelo então coordenador do projeto, que procurava difundir uma visibilidade altamente positiva da experiência,

---

história reificada e a história incorporada. In *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel.

pois teria sido *"aquilo que tornô a Lavrinha a menina dos olhos dos órgãos, inclusive da Igreja."* (Bigode, Coordenador do "Projeto Comunitário").

A experiência passou a ser veiculada, sob um enfoque altamente positivo, em diferentes meios de comunicação de Goiás. Não apenas publicações periódicas da CPT Regional, como o informativo *O Plantador*, noticiavam a existência de uma experiência de trabalho comunitário bem sucedida, mas a própria imprensa de Goiânia passava a se interessar por uma iniciativa que se pretendia diferenciada em relação à realidade dos assentamentos do Estado. Possivelmente a pedido do próprio INCRA, que também agenciava a Lavrinha no sentido de construir uma imagem positiva sobre os assentamentos criados pelo órgão, a rede pública de televisão (TBC – Televisão Brasil Central) produziu uma reportagem para o programa "Jornal do Campo" no dia de entrega oficial dos lotes aos agricultores, em 29 de abril de 1995.

Nessa reportagem, o então superintendente estadual do INCRA constrói uma visibilidade do assentamento tecida por fios discursivos qualificadores não apenas da qualidade da terra, mas também da capacidade de organização dos trabalhadores, ao afirmar que *"esse é um assentamento dos melhores que nós temos no Estado de Goiás. (...). É uma área muito fértil e temos certeza que o assentamento dará certo num espaço de tempo muito curto."*.

Mas o que mais chama atenção na reportagem é o espaço dedicado à apresentação do "projeto comunitário de peixes e suínos". Sem fazer qualquer menção ao fato que, na realidade, a maioria das famílias assentadas dedicar-se-iam exclusivamente ao trabalho agropecuário através da mão-de-obra familiar e que a implantação do "projeto" (re)produzira profundas disputas, a repórter apresenta a experiência comunitária como um exemplo de união de todos os assentados:

> *"A união das 28 famílias assentadas na Fazenda São João da Lavrinha* pode ser vista também pelo projeto comunitário de criação de suínos...".

Agentes de mediação política dos assentados e órgão estatal, conjunturalmente, se articulavam para produzir o Assentamento São João da Lavrinha como uma realidade diferenciada em relação ao conjunto dos

assentamentos de reforma agrária do Estado, não apenas porque disporia de terras de boa qualidade, mas porque mostrava um alto nível de organização[103]. Enfim, o Assentamento era produzido como uma certeza que a reforma agrária, naqueles moldes, pode dar certo.

Certamente, essa multiplicidade de visibilidades e dizibilidades tinha interesses estratégicos: procurava tornar a Lavrinha um caso exemplar, que pudesse se tornar referência modelar para outros assentamentos já criados ou a serem criados, construí-la como um território de utopia, como lugar do sonho com um futuro diferente, como indicador da possibilidade de instituição de novas formas de sociabilidade distintas daquelas da sociedade capitalista.

Todavia, os resultados econômicos dessa iniciativa não poderiam ter sido mais frustrantes. A experiência acabou por tornar ainda mais complexa a teia de desqualificações pessoais que atravessava aquele espaço social: para uns a iniciativa não deu certo porque *"alguns não trabalhavam"*; para outros, porque alguns queriam *"tirá proveito e comiam os porcos e os peixes"*; outros tomam uma posição que aponta para fatores menos superficiais, considerando que desenvolveram uma atividade econômica para a qual não tinham nenhum conhecimento e prática anterior e que isso teria implicado na ocorrência de graves problemas de manejo da criação (alimentação insuficiente, falta de acompanhamento sanitário). Em conseqüência, as matrizes e o reprodutor de suínos, cujo custo de manutenção tinha se tornado excessivo, foram, no final de 1995, doados à EFA – Escola Família Agrícola da cidade de Goiás; os peixes, que não atingiram o tamanho previsto, foram comercializados a baixo preço com um "pesque-e-pague" da região. Em síntese: em menos de um ano, encerravam-se as atividades do "projeto comunitário de peixes e suínos".

---

[103]. Demonstrado, particularmente, pelo fato, como aponta a repórter, que *"os lotes de terra, que variam de 20 a 36 ha cada, não foram sorteados como de costume nos assentamentos do INCRA. Unidas, as famílias acertaram a divisão entre elas."*. Ocultava-se que tanto a existência de uma "área comunitária" quanto a escolha dos lotes tinha envolvido acirrados conflitos internos ao grupo.

3.16. PRÁTICAS DISCIPLINARES, DESISTÊNCIAS E VIOLÊNCIA

Em meio a um ambiente social extremamente conflitivo, várias transformações significativas se operavam na vida social do acampamento na Lavrinha. Durante o desenvolvimento de meu trabalho de campo, através das histórias orais que eram relatadas pelos agricultores, fui percebendo que eles falavam muito rapidamente ou mesmo omitiam o fato que, principalmente ao longo do ano de 1994, muitos haviam abandonado o acampamento e tomado outros rumos de vida, seja voltando para a periferia de Goiânia, seja migrando para outras regiões. Formado inicialmente por em torno de 95 famílias, ao final de 1994 o acampamento comportava tão somente 28 famílias.

O que particularmente me intrigava eram os fatores que teriam motivado aqueles trabalhadores a abandonarem o acampamento exatamente a partir do momento em que havia perspectivas concretas de oficialização do assentamento pelo INCRA, não apenas porque já fora decretada a desapropriação da Fazenda, em dezembro de 1993, mas também porque, em setembro de 1994, o Poder Judiciário concedera o auto de imissão de posse da área em nome do órgão estatal responsável pela execução do processo de reforma agrária.

Esquadrinhando os múltiplos discursos que tecem a (re)construção da história individual e coletiva daqueles trabalhadores, fui percebendo que não ocorrera, como me disse um técnico do INCRA, *"um processo de seleção natural do grupo, porque daí deu prá vê realmente quem podia pegá no cabo da enxada e quem só estava ali prá fazê número".* Evidentemente algumas famílias reelaboravam suas estratégias de vida motivados por um conjunto diversificado de fatores (novas oportunidades de trabalho na cidade ou mesmo em outra região, dificuldades de subsistência, problemas de saúde, desmotivação, os acirrados conflitos internos ao acampamento, etc.), mas uma frase do depoimento prestado por uma técnica do INCRA, um tanto desapercebida inicialmente, me apontava para possibilidades de transformar aquele fato naturalizado pelo grupo social em problema sociológico:

> E mesmo o grupo, eles faziam reuniões lá e via as pessoas que tinha mal comportamento, aqueles que trabalhavam menos... então eles foram

> eliminando! (ex-técnica do INCRA, entrevistada pelo autor em maio de 2001).

O discurso apontava para o fato que um conjunto de constrangimentos havia sido posto em prática visando "eliminar" alguns acampados considerados como indesejados. Quem operava esse aparato produtor de constrangimentos? Que práticas discursivas e não-discursivas eram articuladas? E que objetivos estratégicos se tinha em perspectiva com tais práticas?

A surpreendente e inesperada oportunidade de entrevistar o então "coordenador geral do acampamento"[104] criou a possibilidade para que pudesse (re)construir as condições em que se deu o processo de acentuada redução do número de acampados naquele período.

Ele relatou que a saída de famílias do acampamento, que teria começado em 1993 e se acentuado ao longo de 1994, não se deu unicamente por fatores "espontâneos". Segundo Bigode, um conjunto de *"mecanismos de estímulo à saída"* teriam sido colocados em prática pela Coordenação Geral a partir do conhecimento junto ao INCRA que, de acordo com o tamanho total da Fazenda, somente 17 famílias poderiam ser ali assentadas. Naquele momento, em torno de 75 famílias estavam acampadas. Ele expôs o diálogo que teria mantido com técnicos do INCRA a respeito dessa questão:

> O pessoal lá do INCRA disse: *"Olha, a única coisa que vocês podem fazê é passá esse grupo numa peneira. O que caí é joio e o que ficá é trigo. Entendeu?"*. Eu disse: *"Entendi. Só que isso aí não tá certo."*. *"Vocês têm que fazê um selecionamento lá porque não tem jeito, não. É só 17 famílias."*. Daí tinha lá uns espírito de porco. Eu falei: "- Ah, nós não vamo perdê grande coisa, não.". Aí chamei o grupo que organizava o acampamento né... Aí fomo apertando as correia, né. Fomo apertando as correia e botando umas lei meio doida lá. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

Umas *"lei meio doida"* significa que um conjunto de mecanismos disciplinares foi colocado em prática no sentido de regular as condutas morais no

---

[104]. Bigode abandonou o Assentamento São João da Lavrinha em 1998, percorrendo uma trajetória que era até então, para mim e para os assentados, completamente ignorada. Por acasos que fazem parte do fazer científico, fiquei sabendo que Bigodea estava morando na periferia de Goianira, uma pequena cidade situada a cerca de 20 km de Goiânia. Através do contato propiciado por uma pessoa de sua confiança, tive a oportunidade de entrevistá-lo, ainda que tenha ressaltado

interior daquele espaço social, visando proceder a um processo de exclusão daqueles que não se mostrassem aptos a *"viver em comunidade" – "o joio"*. Mais que regular comportamentos, se objetivava fazer com que as pessoas, descontentes e/ou transgressoras, abandonassem o acampamento[105].

O primeiro procedimento posto em prática teria sido o estabelecimento do que o Coordenador Geral denominou de "horário de recolher" (procedimento disciplinar comum em quartéis e internatos, por exemplo). Buscava-se fazer com que todos se ativessem em seus "ranchos" a partir de um determinado horário. A seguir, foi regulamentado o "horário de banho", que objetivava estabelecer uma divisão entre banhos femininos e masculinos, tendo em vista que todos se banhavam nas águas do Rio Vermelho. *"Aí fui mexendo na ferida de muitos engraçadinho!"*. Foram regulamentados o "acesso à cantina" (cada família somente teria possibilidade de determinada cota de alimentação) e a "lei da cachaça" (*"porque tinha muita confusão lá por causa de cachaça"*). *"Isso aí deu um efeito e saiu uma meia dúzia."* (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

Não obstante, segundo o então coordenador, o mecanismo mais eficaz de exclusão dos "indesejados" teria sido a utilização dos critérios de seleção produzidos pelo INCRA para a escolha das "famílias beneficiárias da reforma agrária". Passou-se a difundir no interior do acampamento o discurso que aqueles que detinham carro ou casa particular em Goiânia já poderiam desistir porque *"não iam sê contemplados mesmo"*[106]. Ou seja, apropriando-se da autoridade simbólica

---

que o faria com restrições, porque *"prá mim, aquela história fazia parte de um passado que tava morto."*

[105]. Este processo social, em meu entender, corrobora a análise dos mecanismos de poder proposta por Michel Foucault, segundo a qual o poder não é uma propriedade monopolizada por alguns, mas uma relação que atravessa e percorre o corpo social, onde ninguém está livre de seu exercício e de sua sujeição. *"O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles."* FOUCAULT, Michel, (1999). *Em defesa da sociedade.* São Paulo, Martins Fontes, p. 35.

[106]. A propriedade de casa ou veículo particular não são considerados pela normatividade estatal como critérios eliminatórios dos pretendentes ao "programa de reforma agrária"; podem ser considerados como parâmetros classificatórios de tipo complementar.

do Estado[107], Bigode colocava o discurso estatal a serviço dos interesses de determinado grupo do acampamento[108].

Entre as famílias presentes no interior da Fazenda, naquele momento, estavam duas famílias de antigos trabalhadores agregados da Fazenda São João da Lavrinha. Os acampados, representados por sua "coordenação geral", passaram a questionar a legitimidade de acesso à terra daquelas famílias que não tinham participado da ocupação da Fazenda; os agregados, por sua vez, reivindicavam o direito assegurado pela legislação fundiária (Estatuto da Terra), segundo a qual, em caso de desapropriação para fins de reforma agrária, os trabalhadores residentes na área (arrendatários, agregados, meeiros e assalariados) teriam prioridade de assentamento. Estabelecia-se, assim, mais um polo de tensões internas ao acampamento.

Esse conflito se agudizou, particularmente, no momento em que uma das famílias desses agregados teria tentado viabilizar a entrada na área de uma outra família, à revelia da Coordenação Geral do Acampamento.

> Aquele J., ele já era morador da família Berquó. E aí a turma descobre esse J. lá arrumando uma família prá invadi uma parte da área... Aí o pessoal descobre isso lá. Aí eu, com o pé machucado, acompanho o pessoal lá prá esse local. Quando a gente chega lá acha o J. justamente com essa família, um homem com 8 filhos. Aí doeu o coração! 8 filhos. Aí a turma pega e dá o ultimato: *"- Você tem que ir embora daqui com as crianças."*. Eu acho que era uns 50 homem, nesse dia. Mas os linha de frente eram eles. Pegaram esse J. e trouxeram onde era um curral velho da fazenda. Chegaram lá no curral velho... eu fiquei prá trás, por causa do pé machucado e chovendo. Aí puseram o J. em cima de um formigueiro – uma formiga conhecida pelo nome de "ranca-taco". O apelido dela na roça é ranco-taco, porque ela te dá uma fisgada e o sangue sai na hora. Ela é violenta mesmo. E o homem ficou em cima desse formigueiro. Chovendo. E eu prá trás, sozinho, mancando, pisando só com as pontas dos dedos. Quando eu cheguei... uma chuvinha fina, mas constante... e aquela chuva batendo no J. e o sangue descendo junto. Aquelas formiga cortando e o sangue descendo. Ela corta igual à navalha. Eu olhei: *"- Minha Nossa Senhora, morreu!"*. E eles falando: *"- Agora você vai morrê, nós vamo te matá."*. Ele já tinha morrido, só faltava empurrá ele prá deitá... porque ele já tava morto em pé. Ele já não tava nem sentindo as formiga, porque, senão, ela passava pelo menos a mão no sangue no pescoço, na cabeça... Aí, quando eu vi aquilo falei: *"- Meu*

---

[107]. BOURDIEU, Pierre, (1997). *Razões práticas.* Campinas, Papirus.

[108]. É preciso apontar que Bigode era reconhecido pelo grupo como o único do grupo que tinha uma efetiva interlocução com os agentes do INCRA e, portanto, não apenas falando em nome do grupo, mas também sendo reconhecido como o transmissor das decisões do órgão; ou seja, para o grupo, o INCRA falava através de Bigode.

> *Deus do Céu!".* Aí eu arrisquei tudo. Nessa hora eles não tavam ouvindo ninguém, não. Eles queriam vê a cabeça dele rolá! Aí eu cheguei, entrei no meio deles, peguei o velhinho pelo braço, tirei as formiga dele, limpei ele das formiga e disse: *"- Vamo comigo!". Não, vamo amarrá ele.". " Não, ele não vai com ocê, que nós vamo matá ele!". "Não, não vai matá ele não. Ele vai saí comigo".* E o J. com uma 12, que ele tem até hoje. Dois cano. Uns cano dessa grossura... *"Vamo matá ele!". "Não vai, não.".* E nisso eles conversando e eu carregando o velhinho na direção da casa dele, onde ele morava. Daí, depois de uma distância, eu dei uma sacudida nele... porque ele tinha parado de respirá! Ele tava andando, mas a respiração dele cortô! Aí eu olhei os olhos dele esbugalhando... *"- Tá morrendo mesmo!".* Aí eu chacoalhei ele prá ele... e ele puxou o fôlego. Aí ele me olhou e conseguiu falá: *"- Fica na minha frente que eles vão me matá! Ficá na minha frente que eles vão me matá!".* Igual um disco arranhado, só saía aquilo. Aí levei ele prá casa e larguei ele lá. Aí, no outro dia, ele correu em Goiás e deu a parte na Polícia. (Bigode, Coordenador Geral do Acampamento).

Convocados a depor sobre o caso na Delegacia de Polícia da cidade de Goiás, os agricultores envolvidos foram liberados por intermediação dos advogados da CPT Regional, a partir de iniciativa pessoal de Dom Tomás Balduíno.

O relato colhido expõe com grande visibilidade como a violência constitui uma prática rotineira tradicional na sociabilidade sertaneja da região. Expõe igualmente como o poder não constitui uma propriedade detida por determinados agentes ou instâncias sociais detentoras de seu monopólio (como a "burguesia" ou o Estado, por exemplo), mas tem uma profunda capilaridade na vida social, se exercendo em rede e atingindo as mais diversas manifestações da vida social[109].

Jadir de Morais Pessoa[110] aponta que em outros movimentos de luta pela terra em Goiás (Acampamento da Fazenda Pedregulhos, em Jataí, e no Acampamento da BR 153, em Goiânia) se estabeleceram critérios de controle e seleção do grupo social a partir de critérios fundamentalmente de cunho moral. Luiz Antonio L. Gomes, ainda que não aponte os responsáveis pela sua elaboração, nos "Anexos" de sua dissertação de mestrado, inseriu um documento intitulado "Normas do Acampamento Provisório", onde um conjunto de 27 artigos disciplinarizam as condutas individuais e sociais a serem seguidos pelos

---

[109]. Conforme propõe Michel Foucault, *"o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelos indivíduos que ele constituiu."* FOUCAULT, Michel, (1999), op. cit., p. 35.

[110]. PESSOA, Jadir de Morais, (1999), op. cit..

acampados[111]. Ainda que o então "coordenador geral" aponte, coerentemente com sua construção discursiva de si como uma liderança que centralizaria todas as ações organizativas e da qual o grupo estaria em uma relação de total dependência, que essas *"leis doidas"* tenham sido por ele produzidas, é muito provável que, direta ou indiretamente, tivesse obtido informações de que em outros acampamentos já se haviam colocado em prática esses códigos normativos.

Seja por motivações pessoais ou pelos constrangimentos impostos, ao final de 1994, existiam no acampamento da Lavrinha 28 famílias, exatamente aquelas que seriam oficialmente assentadas pelo INCRA num futuro próximo.

3.17. O PROCESSO DE SELEÇÃO DOS "BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA": entre a normatividade estatal e o jogo das forças sociais

Após o auto de imissão de posse da Fazenda, em setembro de 1994, o INCRA, obedecendo às instruções normativas que regulamentavam a chamada "política de assentamento" do órgão, passou a efetuar o cadastramento das famílias acampadas visando selecionar aquelas que poderiam ser contempladas pelo "programa de reforma agrária".

Os chamados "parâmetros de seleção", estabelecidos em linhas gerais no Estatuto da Terra (1964) e melhor precisados pela Instrução Normativa do INCRA 01/1998, *"servem para priorizar os melhor candidatos para assentamento..."*[112]. Segundo essa metodologia de classificação são estabelecidos *critérios eliminatórios e critérios classificatórios* (por sua vez, subdivididos em básicos, complementares e suplementares). São considerados como eliminados aqueles candidatos com idade entre 16 e 21 anos, servidores públicos, com renda familiar

---

111. GOMES, Luiz Antonio L., (1995), op. cit..
112. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997). *Processo de seleção de candidatos em área de reforma agrária (revisão norma Seasc 01/98)*. Brasília.

não-agrícola superior a três salários mínimos, sócios ou proprietários de atividades comerciais ou industriais, agricultores proprietários de área de terra igual ou superior a um módulo rural, ex-beneficiários de projetos de assentamento oficial, deficientes físicos ou mentais, estrangeiros não naturalizados e aqueles possuidores de antecedentes criminais[113].

Entre as 28 famílias então acampadas, quatro famílias se enquadrariam nos "critérios de exclusão", na medida em que uma já havia sido beneficiária de um projeto de assentamento oficial no Estado de Rondônia; e as outras três apresentavam antecedentes criminais. Havia ainda o caso de um rapaz que era solteiro; no entanto, mesmo que a composição familiar (assim como a tradição de prática do trabalho agropecuário[114]) seja considerado um critério classificatório de tipo complementar, a não constituição de um núcleo familiar, por si só, não é suficiente para determinar a exclusão de um candidato ao assentamento[115]. Essas famílias, sem exceção, pertenciam ao "grupo do projeto comunitário".

Ou seja, a própria viabilização do "projeto comunitário", composto naquele momento por 12 famílias, dependia de se criar as condições para que fossem contempladas no assentamento. O então coordenador geral do acampamento, que também era a principal liderança do "grupo comunitário", segundo ele próprio me relatou, trabalhou ativamente para que *"aquele pessoal não ficasse de fora"*. E,

---

113. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997), op. cit., p. 14-15.

114. O que, teoricamente, constituiria um grande problema para um grupo marcado por uma trajetória urbana recente. No entanto, os próprios técnicos do INCRA apontam que isso não constituía efetivamente um problema naquele grupo, *"porque mesmo que eles tivesse vindo da cidade, todos eles tinham uma tradição de roça."* (técnica do INCRA, entrevistada pelo autor, maio de 2001).

115. De acordo com Ivaldo Gehlen, esses critérios desconsideram as profundas transformações técnicas que afetaram a agricultura familiar nas últimas décadas, onde o saber tradicional e a mão de obra perderam significativa importância na determinação de sucesso ou não das iniciativas econômicas no meio rural. Novos saberes (gerenciamento administrativo, conhecimento dos mecanismos de regulação dos mercados, etc.) e novas capacidades (manejo de máquinas e implementos, etc.) teriam passado a constituir componentes relevantes para o sucesso de um empreendimento econômico agrícola. Para o autor, a utilização do critério de composição familiar revelaria o caráter marginal conferido à reforma agrária pelo Estado brasileiro, na medida em que visaria (re)produzir nos assentamentos um campesinato de tipo tradicional. Cf. GEHLEN, Ivaldo, (1991). *Terres de lutte et luttes pour la terre.* Paris, These de Doctorat en Sociologie, Université Paris X – Nanterre.

efetivamente, ao final do processo de seleção, nenhuma família foi excluída, *"com isso nós conseguimo colocá as 28 família."*

De acordo com a programação de atividades a serem operacionalizadas pelo INCRA", visando a criação oficial do "Projeto de Assentamento São João da Lavrinha, após o cadastramento das famílias, colocava-se a necessidade de elaboração do chamado PVT – Plano de Viabilidade Técnica. O PVT, a partir do levantamento das características dos recursos naturais presentes na área desapropriada (aptidão agrícola dos solos, recursos hídricos, vegetação, topografia, etc.), objetivava estabelecer a conformação espacial do futuro assentamento (localização de estradas, núcleo comunitário, escola, poços artesianos, etc.), recomendar os tipos de exploração produtiva potencialmente mais viáveis e, sobretudo, determinar a "capacidade de assentamento" – o número de famílias passíveis de serem assentadas naquela área, o tamanho das parcelas e seu recorte geográfico, de acordo com a aptidão agrícola dos solos. Portanto, normativamente, o número de famílias a serem assentadas dependeria, exclusivamente, de critérios de natureza técnico-agronômica.

Conforme me relatou o técnico do INCRA designado para a execução do PVT da Lavrinha, a partir do critério de aptidão agrícola dos solos, poderiam ser assentadas naquela área 26 famílias. Todavia, todas as 28 famílias acampadas acabaram sendo contempladas, indicando que a "capacidade de assentamento" não é determinada unicamente por uma racionalidade técnica supostamente neutra, mas que se insere no jogo das forças sociais em enfrentamento no processo[116]. O que aponta que os interesses do grupo acampado e mesmo de outras instâncias sociais atuantes naquele espaço social influenciaram diretamente nas práticas e decisões estatais[117]. O Estado, portanto, não deve ser

---

[116]. Cf. o *"Levantamento expedito dos recursos naturais, organização espacial e diretrizes para o plano de viabilidade técnica do Projeto de Assentamento Lavrinha – Município de Goiás/GO"* (INCRA-SR 04, 1994) é de que 28 famílias poderiam ser assentadas, com unidades agrícolas variando entre 18,5 e 38,0 ha.

[117]. Por exemplo: na determinação da organização espacial do "Projeto de Assentamento São João da Lavrinha, o estabelecimento da chamada "área do projeto comunitário" também resultou de uma decisão estatal regulada pelos conflitos de interesses em disputa no interior do grupo social acampado, na medida em que, como vimos, um grupo era favorável e outro contrário a sua criação.

entendido como uma instituição monolítica, mas perpassado por concorrências, contradições e ambigüidades[118].

3.18. A CONFORMAÇÃO ESPACIAL DO "ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA": representação cartográfica do consenso ou do conflito?

Um aspecto sempre levantado por aqueles que trabalhavam na construção da imagem da Lavrinha como um assentamento diferente e exemplar, é que, de forma inédita, a determinação da localização das parcelas destinadas a cada assentado teria se dado de forma totalmente harmônica, sem conflitos. O próprio Superintendente do INCRA, quando da confraternização de entrega dos lotes a cada parceleiro (em 29 de abril de 1995), ressaltava a especificidade daqueles agricultores, que chegaram a um acordo entre eles sobre a distribuição das parcelas sem a necessidade de mediação do órgão:

> Por decisão da comunidade, de vocês mesmos, um grupo de 12 fazendeiros vão trabalhar em comunidade e outros individualmente. Pela união de vocês, por opção de vocês mesmos, não houve necessidade de determinar qual seria a parcela de cada um. Não é comum este tipo de acontecimento, em que vocês mesmos, por vocês mesmos entraram em um entendimento, em um acordo, sem sorteio.[119]

O caráter singular da designação das parcelas individuais sem a necessidade do tradicional mecanismo do sorteio, portanto, se agregava como mais um fio da teia discursiva que era construída, tanto pelos agentes de mediação política quanto pelo próprio INCRA, visando produzir um modelo referencial de assentamento.

Desse modo, intencional ou inadvertidamente, silenciava-se todo um processo marcado por acirradas discussões, desqualificações simbólicas, práticas

---

[118]. *"Enquanto espaço de relações sociais e campos de possibilidades em construção, o processo de assentamento deve ser compreendido, por um lado, pela perspectiva dos constrangimentos, dos acasos, das ações ordenadas e das intervenções institucionalizadas que explicitam metas e objetivos. Por outro, deve ser ainda entendido a partir da rede de relações que o intersecciona e como espaços de luta por novos princípios de dominação legítima."* NEVES, Delma Pessanha, (1995). Reforma agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades. Campinas, Reforma Agrária, nº 1, vol. 25, p. 202-3.

de violência e mesmo ameaças de morte. Igualmente, colocava-se à sombra todo o conjunto de procedimentos que tinha visado constranger determinadas famílias a abandonar o acampamento. Interesses escusos visavam esconder essa "realidade"? Não, mas para os interessados em (re)produzir a Lavrinha como um exemplo de assentamento (em termos de organização política e práticas de trabalho comunitário, principalmente), certamente, aquela seria uma imagem nada favorável à defesa político-ideológica da reforma agrária na região. Movidos por uma utopia, agentes políticos insistem na construção de uma imagem idealizada dos assentamentos de reforma agrária como "comunidades de irmãos" e como espaços sociais isentos de relações de poder, onde não haveria lugar para dominantes e dominados.

Afinal essa imagem harmônica e grandiosa não era difícil de ser sustentada: à primeira vista, quem olha a organização espacial do Assentamento São João da Lavrinha tem a nítida impressão que tudo transcorreu na "santa paz": há o núcleo comunitário (onde situa-se a escola e a sede da antiga fazenda, que funciona como local para as reuniões dos assentados), a "área de produção comunitária" e as 28 parcelas individuais. E mesmo as falas dos assentados confirmam essa impressão: pelo menos a maioria deles afirma que escolheu o lote que desejava.

> Porque nós aqui foi o único assentamento que pegaram os seus lotes sem ir no sorteio! Então, todo mundo escolheu o seu lote e ninguém foi contra, ninguém hoje tá contrariado porque pegou um lote talvez mais ruim, mais inferior... Então, todo mundo tá feliz com seu lote. (Carlos, assentado).

Um olhar sociológico da questão me exigiu que inquirisse aquela representação idealizada e idealizadora. Olhando mais detidamente a distribuição dos lotes no mapa do Assentamento São João da Lavrinha pude perceber que aquele espaço sócio-geográfico estava cindido: de um lado, distribuídos em torno da "área do projeto" situam-se os assentados do então chamado "grupo comunitário"; de outro, os agricultores "individuais". Ou seja, contrariando a visão difundida, a conformação espacial do assentamento não refletia a união do grupo;

---

[119]. Discurso presente na reportagem produzida pela TBC – Televisão Brasil Central, já referida.

pelo contrário, cristalizava, na linguagem cartográfica, as tensões e divisões sociais que perpassavam aquele grupo social.

Além do mais uma pergunta me inquietava: seria possível que 28 famílias pudessem escolher o *"lote que sempre quis"* sem haver qualquer tipo de disputa por uma mesma parcela? Será que ninguém se incomodava em pegar um lote com solos considerados de menor fertilidade? Ninguém se recusava a pegar uma parcela coberta com matas, o que exigiria maiores dispêndios com o preparo do solo e também maiores restrições legais[120]? Ninguém se importava em pegar um lote afastado das estradas? Difícil imaginar que um processo sujeito a tantos interesses e particularidades individuais tivesse se dado sem qualquer tipo de disputa.

Ainda que, através dos relatos prestados pelos agricultores, não tenha conseguido fazer emergir conflitos especificamente relacionados a esse processo de "escolha dos lotes", já relatei como o processo de criação da "área comunitária" envolveu sérios conflitos entre o "grupo comunitário" e o "grupo dos individuais" e a agressão física ao antigo agregado da Fazenda, com seu desdobramento na abertura de um inquérito policial.

Foi apenas através de diálogo com uma técnica do INCRA, que participou diretamente nesse processo de seleção das famílias e de conformação espacial do Assentamento, que se possibilitou a visibilização de um fato que apontava, mesmo que parcialmente, que a designação dos lotes não se dera apenas com consensos. Relatou-me, especificamente, o caso da família do antigo agregado da Fazenda, por isso *"o pessoal já tinha essa rejeição contra ele"*, que já havia sido vítima de agressão física por um grupo de acampados, dando visibilidade a processos de exclusão espacial que (re)produziam relações de poder internas ao então acampamento.

> O único lote, a única parcela que eu sei que foi assim determinada com o dedo, foi a do Jorginho, que era prá ficá longe de todos os outros. A única. *"- Vamo botá ele lá longe, na beira do rio!"*. Escolheram um lugar que achavam que ele não ia nem sobrevivê! (ex-técnica do INCRA).

---

[120]. A Constituição Federal estabelece que toda propriedade rural deve conservar, no mínimo, 20% da cobertura vegetal original.

Portanto, estilhaça-se a imagem idealizada de processos sociais internos ao Assentamento São João da Lavrinha como isentos de contradições e confrontos e à margem de relações de poder. Dilacera-se uma compreensão do poder como algo que é detido por alguns (o Estado, a burguesia, a "classe dominante"); emerge, em contrapartida, a percepção de um poder relacional e capilar, que percorre os mais recônditos atos da vida em sociedade e que produz não divisões fixas e monolíticas, mas flexíveis e cambiáveis.

3.19. A CORPORIFICAÇÃO DOS ENFRENTAMENTOS: a formação de duas associações de representação política

Com a criação oficial do "Projeto de Assentamento São João da Lavrinha", possibilitada pelo auto judicial de imissão de posse da Fazenda em favor do INCRA, as 28 famílias acampadas foram orientadas pelo órgão a criarem a "associação comunitária do projeto de assentamento". Na racionalidade da ação estatal, a "associação" representaria, a partir de então, o único porta-voz legalmente autorizado a falar em nome do conjunto dos agricultores, constituindo-se no canal privilegiado de interlocução entre o Estado e os assentados. Além desse papel de representação política do grupo junto ao INCRA, a "associação comunitária" também funcionaria como meio para a implantação das benfeitorias de infra-estrutura do assentamento e de distribuição dos financiamentos públicos destinados à instalação dos agricultores (crédito-implantação e PROCERA).

Se na lógica estatal a criação da "associação" aparece simplesmente como um mecanismo de racionalização da aplicação das políticas públicas direcionadas aos assentamentos, buscando maximizar o uso de recursos escassos; numa dimensão sociológica, devemos interpretar sua produção enquanto inserida no jogo de forças em disputa no interior daquele espaço social, pois, na sua criação, emergem ou se reafirmam os interesses e desejos conflitantes que perpassam as relações sociais que se estabelecem entre os assentados.

A fundação da "ASPAJOL – Associação do Projeto de Assentamento São João da Lavrinha", em 30 de abril de 1995, representou mais um ato do enredo conflitivo travado por "individuais" e "comunitários". Na disputa pela direção da entidade, duas chapas foram formadas: uma representando o "grupo do individuais" (formado por 17 famílias) e outra o "grupo comunitário" (composto por 11famílias).

O "clima eleitoral" foi marcado por fortes tensões, que envolveram não apenas debates de idéias e projetos de vida, mas também a utilização de procedimentos não muito éticos.

> A gente até fez um tipo de... uma coisa de descobri quem votava contra e quem votava a favor! Que nós tinha dúvida de algumas pessoa né. Então eu dei a idéia prá minha esposa. Falei: *"- Olha, quando você entregá a cédula prá pessoa, você sabe quem é a pessoa, então você coloca as iniciazinhas, bem miudinhas, na cédula."*. Que a pessoa vai votá e depois no final a gente vai vê quem votou contra e quem votou a favor! E assim nós descobriu. Até, inclusive, uma pessoa deles votou prá nós! Isso nós só descobriu por causa disso! (Carlos, assentado).

Como se podia prever, a chapa presumivelmente representativa dos interesses do "grupo dos individuais" venceu a eleição. Ainda que todas as 28 famílias assentadas estivessem associados à ASPAJOL, os conflitos internos se reproduziam com o gradativo afastamento do "grupo comunitário" das atividades propostas pela Associação. Essa divisão se materializou com a fundação, em maio de 1996, da "ATCOL – Associação de Trabalho Comunitário Lavrinha", que congregaria os interesses tão somente daquelas 11 famílias pertencentes ao "projeto comunitário"[121].

A ASPAJOL, embora formalmente representando o conjunto do Assentamento, era vista, simbolicamente, pelos próprios assentados, como a "associação dos individuais"; a ATCOL, ainda que produzida discursivamente por suas lideranças apenas como um instrumento formal de captação de recursos para os "projetos comunitários", era considerada pelo conjunto dos assentados

---

[121]. No Acampamento da Fazenda Rio Vermelho igualmente se deu a formação de duas associações de representação dos agricultores, motivadas por dissensões de ordem religiosa. Cf. SOUSA, Regina Sueli de, 1997, op. cit..

como a "associação dos comunitários". Cristalizavam-se, na dimensão da organização sócio-política, os conflitos sociais que atravessavam o grupo social.

O processo de criação da ATCOL é construído por uma teia discursiva que dá visibilidade e dizibilidade aos múltiplos interesses que procuravam se afirmar hegemonicamente naquele espaço social. Na ótica dos "comunitários", sua formação teria sido inevitável porque não seria adequado que os recursos captados para o financiamento dos projetos (era exigência das entidades financiadoras que os projetos fossem assinados por uma associação comunitária) passassem pela mediação da ASPAJOL, cujas lideranças pertenciam ao "grupo dos individuais". *"Porque, naquela forma, o nosso dinheiro ia passá por eles e eles iam começá a manipulá o nosso trabalho."* (Bigode, Coordenador do "Projeto Comunitário"). Um outro membro desse grupo, chegou a afirmar que somente criaram uma segunda associação porque *"o pessoal da ASPAJOL queria acabá com a área do projeto comunitário"* (Jurandir, assentado).

Para os "individuais", todavia, a formação da ATCOL apenas teria se dado porque os "comunitários" teriam ficado desgostosos com a perda da eleição para a diretoria da ASPAJOL e com a conseqüente perda de poder no Assentamento. *"... por eles ficá enfraquecido, eles formaram, então, outra associação."* (Carlos, assentado).

A formalização de duas associações representava a cristalização de antigas divisões; contudo, significou também a inclusão de novos ingredientes no campo de conflitos. Diante da nova realidade de acesso à terra, as afirmações e legitimações simbólicas de um grupo e outro passariam a se dar em outros parâmetros, particularmente, na questão da produção.

A capacidade de trabalho tornar-se-ia um motivo de desqualificações mútuas entre os dois grupos oponentes. Para os "individuais", *"na verdade quem era os preguiçoso era os comunitário, que sempre tavam sugando o sangue dos outro. (...). Com o tempo... no primeiro ano, os individual colheu muito mais que os comunitário. Daí já começô a derrubá eles! E nisso aí veio só progredindo e eles foi só caindo, principalmente na produção."* (Dinho, assentado). Mesma desqualificação operada pelos "comunitários", segundo os quais *"os individual,*

depois que separô, não conseguia nem trabalhá. Não conseguiam trabalhá porque sentiam falta daquela obrigação que o trabalho coletivo exigia." (Jurandir, assentado).

A questão de quem representava o conjunto do Assentamento junto ao INCRA e demais instituições e entidades também produzia dissonâncias. Ainda que todos afirmassem que a ASPAJOL era quem tinha o poder de falar em nome do Assentamento, na prática as coisas não se davam de forma tão pacífica. Tanto assim que o encaminhamento dos "projetos técnicos", visando a obtenção de recursos do PROCERA, era feito separadamente. Uma queixa reiterada pelos "individuais" é que os "comunitários" se apresentavam externamente em nome de todos os assentados, mas que canalizariam os recursos obtidos somente para aqueles pertencentes ao "projeto"[122].

Aquela divisão passou também a influenciar as estratégias dos diferentes agentes que intervinham naquele espaço social. Tanto CPT, quanto INCRA e EMATER/GO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, estabeleceram suas diretrizes de trabalho tomando em consideração o assentamento enquanto um espaço social cindido, marcado por disputas de interesses materiais e desejos simbólicos.

E a inserção num espaço social demarcado por conflitos, colocava prá essas entidades um desafio muito particular: como manter-se eqüidistante desse processo e ser capaz de desenvolver um trabalho que não ratificasse ainda mais as rupturas existentes no grupo?

Para os agentes de pastoral, a formalização de duas associações representava, de certa forma, um obstáculo à pretensão de reunificação de todas as famílias assentadas; a existência de duas associações dava visibilidade social e política ao fracionamento daquele grupo social, o que se opunha a todo trabalho de construção do "assentamento modelar" posto em prática desde os primórdios do acampamento. Ainda que não tivessem apoiado a criação de uma segunda associação, os agentes religiosos continuaram a trabalhar especificamente com

---

[122]. *"O Bigode ia lá e falava no nome de todo mundo, mas só vinha prá aquele grupo, prá turma deles."* (Dinho, assentado).

esse grupo no desenvolvimento das atividades de produção na "área comunitária". Na própria representação produzida pelos "individuais", a criação da ATCOL sempre aparece associada a uma definitiva identificação do trabalho dos agentes de pastoral com os "comunitários" e o correlato afastamento em relação aos "individuais".

> Porque a CPT ela gosta de trabalhá com grupo. Então, porque os outro era individual prá eles não tinha respaldo. Todo lugar que ia era a ATCOL... Então os outro pessoal, que era maioria, era esquecido. Era 16 família. Então, prá eles, os outros não existia aqui dentro. (Dinho, assentado).

Para o INCRA, a criação da ATCOL criou algumas restrições aos procedimentos burocrático-administrativos na operacionalização de suas atribuições no Assentamento. Seus técnicos teriam tentado inviabilizar sua formação, pois *"se fosse só uma associação você tinha mais liberdade de chegá lá e comunicá, debatê com o grupo... mas se tem duas o trabalho fica dificultado."* (ex-técnica do INCRA, entrevistada pelo autor, maio de 2001).

É muito presente na fala dos representantes da ASPAJOL de que os técnicos do INCRA *"davam mais atenção pro pessoal comunitário"*[123]. Os técnicos do INCRA, por sua vez, alegam que não privilegiavam nenhuma das associações, tendo em vista que as ações do órgão, por sua própria natureza (luz elétrica, escola, água potável, estradas, etc.) eram direcionadas ao atendimento do conjunto dos assentados. No entanto, a técnica que trabalhava no Assentamento aponta que, na prática, acabava se aproximando mais do "grupo comunitário" porque eles teriam maior capacidade de mobilização e reivindicação. *"... se o pessoal que não era comunitário recebeu menos oportunidade do que os outros, foi porque eles não correram atrás. Porque os outros corriam e eles não corriam. Eles esperavam. Eles não se organizavam. Isso aí é claro e evidente!"* (ex-técnica do INCRA).

---

[123]. Esse privilegiamento da ação estatal em prol dos "comunitários" teria se dado, segundo os "individuais", na própria localização do poço artesiano no Assentamento, na medida em que a escolha do local do mesmo teria privilegiado o atendimento da "área comunitária" e dos agricultores que se situavam próximos a ela.

Ainda que os agentes estatais reivindiquem a neutralidade de sua intervenção a partir da aplicação de uma racionalidade de natureza técnico-científica, uma perspectiva sociológica nos impõe considerar sua ação enquanto inserida no campo de disputas que se desenrolava no interior do Assentamento. A ação dos técnicos do Estado não se dá num campo neutro, mas enquadra-se na dinâmica do jogo das forças sociais: as políticas do Estado para o assentamento não apenas interferem nessas disputas, como são delas resultantes[124].

A maior capacidade de articulação política, os atributos da retórica discursiva de sua principal liderança e o apoio simbólico e material prestado pela Igreja da região, constituíam fatores que conferiam ao "grupo comunitário" maior poder de barganha e convencimento junto ao INCRA. Além disso, não se deve desprezar o fato que o Estado confere a seus funcionárias uma relativamente ampla margem de autonomia na ação social; nesse sentido, era evidente a simpatia (não apenas de natureza pessoal, mas sobretudo político-ideológica) dos técnicos do INCRA com as propostas produtivas de cunho comunitário ou coletivista[125].

3.20. A RETOMADA DO "PROJETO COMUNITÁRIO" E AS NOVAS FRUSTRAÇÕES

Após a malograda tentativa de desenvolvimento da produção consorciada de peixes e suínos, o "grupo comunitário" passou um tempo sem qualquer iniciativa no campo da produção agropecuária. Em 1996, as atividades

---

[124]. O trabalho de Ineiva T. Kreutz aponta que, na existência de duas associações no interior do Acampamento da Fazenda Rio Vermelho, o INCRA teria exigido que se estabelecesse um único canal de mediação visando o procedimento administrativo de divisão dos lotes e assentamento definitivo das famílias, assim como para a posterior canalização dos recursos do PROCERA e de benefícios de infra-estrutura. Isso teria levado à extinção de uma das associações. Observa-se, portanto, como uma necessidade de ordem burocrático-administrativa interferiu decisivamente na conformação das relações sociais no interior daquele espaço social. Cf. KREUTZ, Ineiva T., (1999). *Religião e educação: a face (re)velada do movimento social rural.* Goiânia, Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira, Faculdade de Educação/UFG.

[125]. Fenômeno também apontado por Maria Conceição D'Incao e Gérard Roy em *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia.* São Paulo, Paz e Terra, 1995.

econômicas foram reiniciadas com a construção de três novos tanques criatórios de peixes e a instalação de uma lavoura de mamão. Os recursos utilizados foram, inicialmente, aqueles obtidos por cada agricultor através do PROCERA-custeio ("Procerinha")[126]; em julho de 1997, através de um trabalho de mediação da CPT e da Diocese de Goiás, obtiveram-se recursos junto à Embaixada Bélgica, em Brasília, para a continuidade das atividades e para a introdução da criação de codornas em cativeiro e de uma pequena lavoura de mamão taiti.

Tendo em vista que os financiamentos do "Procerinha" para o desenvolvimento da cultura do mamão foram contraídos individualmente, se colocou a necessidade que, além da lavoura da área comunitária, cada agricultor cultivasse mamão também em seus lotes individuais (ainda que a comercialização se desse "em conjunto"); o que comprovaria a aplicação dos recursos do financiamento em caso de fiscalização pelos técnicos do Banco do Brasil (órgão financeiro responsável pelo repasse dos recursos).

O que chama particularmente a atenção é que, apesar dos graves problemas de condução do processo de trabalho no "projeto de peixes e suínos" (e sua conseqüente inviabilização econômica), tanto os agricultores "comunitários", quanto as próprias entidades de mediação e as instituições estatais, mostraram-se amplamente dispostos a dar continuidade às "atividades comunitárias". Em meu entender, atuaram ativamente nesse processo não apenas a predisposição política de agentes mediadores e técnicos estatais em reafirmar a doutrina que a organização da produção de tipo coletivo é mais viável economicamente, mas também todo um trabalho de manutenção do grupo e de apoio às suas iniciativas econômicas desenvolvido pela sua liderança. Bigode trabalhava intensamente tanto para convencer seus companheiros que era possível continuar o "projeto comunitário", quanto na produção de uma imagem do grupo e do assentamento amplamente positiva (isenta de conflitos e dissidências)

---

[126]. Através da CPT, foi conseguido ajuda financeira junto à Cáritas; as sementes foram doadas pela EMATER/GO e os equipamentos de irrigação por EMATER/GO, INCRA e IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás. O acompanhamento técnico da cultura do mamão foi feito por uma engenheira agrônoma ligada à EMATER do município de Goiás.

junto ao INCRA e às entidades da sociedade civil e, assim, conquistando seu apoio político e material[127].

Foi esse trabalho de idealização simbólica da Lavrinha e a permanente simpatia entre técnicos estatais e agentes mediadores pela viabilização econômica do "projeto comunitário" que justifica, por exemplo, que a cultura do mamão tenha sido viabilizada através do PROCERA-custeio, pois as normas de concessão desse tipo de empréstimo estabelecem que o produtor deverá saldar, imediatamente no ano posterior ao cultivo, os débitos do financiamento. Somente cumprindo esse requisito o agricultor poderia contrair novo empréstimo. Nesse sentido, tecnicamente, o Programa recomenda que somente sejam financiadas atividades econômicas de ciclo agrícola curto, ou seja, aquelas capazes de viabilizarem a quitação dos débitos já no ano seguinte. A fruticultura em geral e o mamão, em particular, não seria uma cultura que se enquadraria nessa normatividade, na medida em que a colheita dos frutos e sua comercialização não se dariam dentro do prazo necessário à quitação do empréstimo.

> Então, ele (o coordenador do "projeto comunitário") fugiu totalmente das regras do Programa! Porque ele sabia argumentá. Então, ele conseguia esses privilégios até com pessoas que são meio insensíveis a esse tipo de jogo. Ele conseguiu isso no Procerinha. A norma estabelece que você tem que pagá primeiro prá depois consegui outro empréstimo. E com ele, não: ele provô que, em função do ciclo da lavoura, ele não tinha como pagá sem pegá outro empréstimo. (técnica do INCRA).

Esse fato dá evidência a como a normatividade que regula os procedimentos estatais em relação aos "assentamentos de reforma agrária" deve ser relativizada e inserida na trama de conflitos e interesses dos múltiplos agentes sociais envolvidos no processo de produção social do assentamento e do assentado. No caso específico, a mobilização de um conjunto de agentes interessados na viabilização econômica e na afirmação política do "grupo

---

[127]. Segundo uma técnica do INCRA, *"o Bigode criava um mundo de ilusões onde nada mal acontecia, onde tudo era muito maravilhoso... O Bigode, realmente, criô um mundo de ilusões ali dentro e a gente ficava fascinado. Todo mundo queria ir prá Lavrinha! Qualquer coisa que aparecia aqui no INCRA que tinha alguma coisa prá fazê ou levá alguém prá mostra, se levava prá Lavrinha!".* (entrevistada pelo autor em maio de 2001).

comunitário" (a CPT, a EMATER[128], o INCRA) fez com que as normas do Programa fossem "negociadas", ou seja, relativizadas e adequadas à viabilização dos interesses dos agricultores e das agências de enquadramento que lhes davam suporte.

Conquanto, novamente, tenham ocorrido problemas de manejo da cultura do mamão, foi no processo de comercialização do produto que se deram as maiores dificuldades. A primeira colheita do produto foi bem sucedida, tendo inclusive sido viabilizada sua venda diretamente na CEASA, de Goiânia. A partir da *"segunda viagem"*, todavia, os problemas se agravaram na medida em que já não mais se conseguiu colocar o produto na CEASA, sendo vendido a pequenos comerciantes de Goiânia por preços bastante reduzidos. Evidenciava-se, assim, que a opção pela cultura do mamão, envolvendo altos custos de produção e, em conseqüência, elevados riscos econômicos, deu-se sem um devido e necessário estudo das possibilidades concretas de comercialização do produto na região[129].

O processo de comercialização do mamão foi palco de emergência de conflitos que iriam desencadear o término das atividades na "área comunitária", em meados de 1998. Acusações recíprocas de apropriação privada dos recursos obtidos com a venda do produto instalaram um clima de insustentabilidade na continuidade das atividades, com o caso, inclusive, se desdobrando na Promotoria de Justiça da cidade de Goiás, através da acusação formal por membros da ATCOL que o então vice-presidente da Associação teria se apropriado do dinheiro obtido com a comercialização dos frutos.

Além disso, as divergências se agravaram diante de insistentes pedidos por parte da Embaixada Belga que fossem prestadas contas da aplicação dos recursos propiciados pelo órgão para a exploração de peixes, de codornas e de

---

[128]. A engenheira agrônoma da EMATER da cidade de Goiás responsabilizou-se tanto pela elaboração do "projeto técnico", quanto pelo convencimento da agência local do Banco do Brasil (órgão financeiro gestor do PROCERA) da viabilidade da iniciativa e da possibilidade que a cultura do mamão pudesse ser financiada sem desobedecer as normas do Programa.

[129]. José de Souza Martins, analisa o caso de um processo semelhante ocorrido com quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, que, incentivadas por agentes de pastoral, passaram a extrair o óleo dos frutos e, posteriormente, viram que sua comercialização era inviável. *"O grupo foi derrotado pela desinformação e pelo desconhecimento, pela precariedade da mediação voluntarista que*

limões, com ameaças, inclusive, de utilização de *"meios legais, inclusive o judicial, para que seja cumprido o nosso compromisso"*[130]. Efetivamente, tanto a criação de peixes e codornas, quanto o cultivo de limões não foram implantados. Internamente ao "grupo comunitário", acusações mútuas de apropriação privada desses recursos teciam um cotidiano marcado pela completa distensão, por ameaças recíprocas de agressão física e até mesmo pela saída do Assentamento[131].

> Porque já tava nesse pé assim: um querendo sumi o outro! Então, a sentença era essa. Foi, então, quando eu fiquei 6 meses lá tentando descobri um meio de fazê uma burrada bem grande... Graças a Deus não fiz... De repente, era eu que ia ficá lá debaixo do chão e não eles! A verdade é essa. (Bigode, ex-assentado).

A saída daquele que fora a única liderança interna ao grupo social, no segundo semestre de 1998, constitui um marco simbólico do esfacelamento da experiência comunitária, na medida em que, tanto internamente quanto externamente ao Assentamento, Bigode era percebido como aquele que incessantemente trabalhara pela formação e desenvolvimento do "grupo do projeto".

A foto abaixo registra o completo abandono da "área comunitária", hoje entregue aos cuidados de uma família que dedica-se ao cultivo de uma pequena lavoura de milho e à vigilância do terreno.

---

tentou lançá-lo na economia moderna para questionar as regras perversas da economia moderna." MARTINS, José de Souza, (2000). *Reforma agrária: o impossível diálogo*, op. cit.., p. 30.

[130]. Em correspondência da Embaixada da Bélgica à ATCOL, datada de 31 de julho de 1998.

[131]. Das 11 famílias que desenvolveram o "projeto comunitário" a partir de 1994, quando realizei o trabalho de campo, em janeiro de 2001, somente 5 ainda se encontravam no Assentamento São João da Lavrinha, sendo que uma dessas famílias já estava se preparando para *"voltá prá Goiânia, porque tô com sério problema de saúde".*

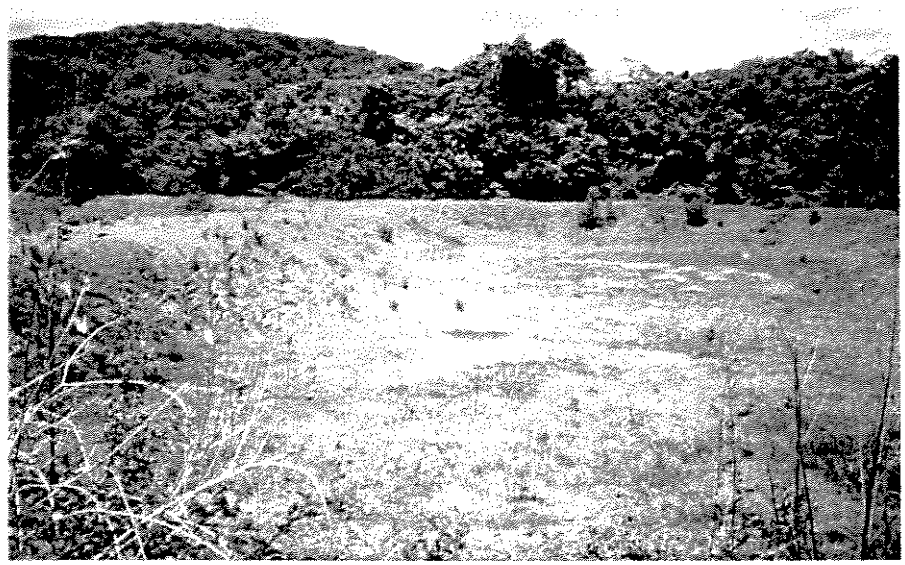


Foto do autor.

Terminava, assim, aquilo que fora concebido, por agentes de pastoral e por técnicos estatais, como uma "experiência modelar" de prática comunitária nos assentamentos de reforma agrária da região.

3.21. O EMARANHADO DISCURSIVO QUE CONSTRÓI AS CAUSAS DO FRACASSO DO "PROJETO COMUNITÁRIO"

O emaranhado discursivo produzido pelos diferentes personagens envolvidos nessa iniciativa dá visibilidade a múltiplas imputações que vão desde a atribuição de culpa a alguns "companheiros" que não trabalhariam direito e de acordo com as obrigações previstas, até acusações de *"roubo"* do dinheiro pelos então dirigentes da ATCOL.

Para aquele que foi a principal liderança da ATCOL, o fator determinante do *"fracasso do projeto"* não teria sido o desconhecimento de procedimentos racionais de gerenciamento dos recursos financeiros ou mesmo a inexperiência no manejo técnico daquele tipo de iniciativas produtivas, mas a ausência de um trabalho sistemático na "área comunitária" acarretada pelo privilegiamento das

atividades desenvolvidas nos lotes individuais, tendo em vista que *"eles queria só olhá o lote deles. Eles queria ficá lá no dele e não fazê as tarefa do projeto."*[132] (Bigode, ex-assentado).

Essa visão, produzida a partir de determinada posição e interesse, dá visibilidade a conflitualidades marcadas pela presença de múltiplos projetos de vida no interior daquele espaço social. Enquanto que, principalmente para agentes de pastoral e técnicos estatais, o "projeto comunitário" refletia a concepção que representava a melhor forma de viabilização econômica dos assentados, para a maioria dos agricultores consistia numa atividade secundária, pois o sonho era se viabilizar como pequenos proprietários independentes. Ainda que tenham participado do "projeto comunitário" (muitos motivados pelo fato que iriam angariar recursos à fundo perdido), a maioria nunca pensou que aquilo pudesse se tornar uma forma de organização da produção a ser completamente adotada futuramente. Em decorrência, havia um processo de estranhamento na relação dos agricultores com o "projeto comunitário", na medida em que não percebiam aquela iniciativa como parte de seus projetos de vida:

> Com isso, a Lavrinha começô a demonstrá a sua fragilidade: que tava presa à gente e muitas vez achando que até tava fazendo um favor prá gente porque tava tentando uma coisa como coletiva. Não era uma coisa deles! O pessoal tava topando, na verdade, porque era um projeto que era possível vir dinheiro. Hoje a leitura que a gente faz é essa: o pessoal apostô muito mais porque era um projeto capaz de viabilizá recurso do que mesmo um projeto que o pessoal tava topando! (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Essa relação de dependência dos trabalhadores em relação aos agentes de pastoral fica particularmente simbolizada pelo fato que, quando o "projeto de peixes e suínos" mostrara grandes dificuldades de viabilização econômica, os agricultores ofereceram a um agente de pastoral da CPT Regional uma parcela de terra na área para que, assim, pudesse ter condições de conduzir pessoalmente os trabalhos de gerenciamento do "projeto".

---

[132]. Diante da dificuldade de cada agricultor cumprir com a rotina de trabalho exigida pelo "projeto comunitário", foi contratado um trabalhador em regime assalariado para que se dedicasse exclusivamente aos tratos culturais do cultivo do mamão e à vigilância da área.

A perspectiva de avaliativa dos agentes de pastoral, por outro lado, nunca coloca em questão a pressuposição economicista de que a produção coletiva ou comunitária tem maiores possibilidades de sucesso econômico em relação aos empreendimentos exclusivamente individuais ou familiares[133]. O "fracasso" da experiência desenvolvida na Lavrinha é construído discursivamente a partir de uma explicação de cunho dominantemente funcionalista, segundo a qual os agentes de pastoral não teriam sido eficientes no *"processo de formação do agricultor"*. Nessa ótica, percebem seu trabalho como tendo sido de cunho paternalista, na medida em que não teria propiciado que os próprios agricultores tivessem a capacidade de gerenciar as iniciativas econômicas postas em prática.

> ... o grupo careceu de uma formação para que ele pudesse, inclusive, decodificá aquilo que a gente tava pensando como projeto! Você tinha que desencadeá um processo de formação pro grupo. E isso foi extremamente limitado no desenvolvimento do trabalho. Faltô uma educação no sentido de que o sujeito se tornasse efetivamente um ator daquela ação que queira fazer! (Secretário Geral da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

O agente de pastoral assume, portanto, a condição de sujeito de um processo que visava "formar" determinadas formas de pensar e estimular específicas sociabilidades entre os assentados da Lavrinha. Adota a postura de um agente que se propunha a colocar em prática um trabalho de produção de consciências, que buscasse superar formas de ver e conceber o mundo consideradas ingênuas ou espontâneas; seria a insuficiência de efetivação desse trabalho que teria provocado o "fracasso" da experiência comunitária.

A explicação tecida pelo agente religioso, portanto, não reside numa possível conflitualidade de vontades e desejos entre agentes de pastoral e assentados, mas remete a considerações de ordem metodológica: se porventura a metodologia tivesse sido bem aplicada, os trabalhadores não apenas aceitariam a idéia do trabalho coletivo, como estariam aptos a desenvolver autonomamente a

---

[133]. Neide Esterci aponta que, apesar das reiteradas frustrações de experiências das "roças comunitárias", os agentes de pastoral insistem em sua difusão *"porque parece ser muito difícil questionar os pressupostos de um projeto de transformação que tem um lastro muito fundo no conjunto de valores políticos e cristãos."* ESTERCI, Neide, (1984). Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta. In ESTERCI, Neide (org.). *Cooperativismo e coletivização no*

condução do "projeto comunitário" e estariam "conscientes" da importância econômica e política das formas de produção de tipo coletivo ou comunitário.

Nesse sentido, os agentes de pastoral apresentam-se enquanto dotados de saberes que os credenciam a indicar rumos, objetivos e práticas aos trabalhadores; como agentes dotados de inteligibilidade dos processos sociais e de seus desdobramentos futuros.

> Os mediadores tendem a atribuir a si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. Pelo contrário, muitas vezes a experiência de vida acumulada é negada ou desqualificada, sobre ela recaindo acusações de conivência ou colaboração com as situações indesejadas que devem ser superadas.[134]

É interessante o trabalho discursivo operado pelos agentes de pastoral: se, quando do início das atividades comunitárias, a trajetória urbana recente daqueles trabalhadores aparecia como uma potencialidade (socialização em relações de mercado, com relativa escolaridade), agora emergia no discurso como um fator negativo, que teria contribuído fortemente para o insucesso da "experiência comunitária". Se, anteriormente, a "cultura camponesa" era percebida como um entrave a iniciativas inovadoras de organização da produção e de aplicação tecnológica, agora era exatamente sua ausência fabricada como elemento de desqualificação daquele grupo social:

> ... porque você tava injetando[135] prá um pessoal, que vinha de um assalariamento urbano... então tinha uma série de situações que eles não tavam culturalmente preparados para lidá com o gerenciamento de dinheiro. (...). O espaço urbano fez com que eles perdessem aquela cultura camponesa, principalmente do povo goiano que bebe na fonte de Minas, Bahia... Na verdade, eles trazem da periferia aquele instinto da selva de pedra! E transportam isso pro campo e começam a tê uma relação pesada entre eles devido a esse tipo de coisa. Que com o agricultor não tem isso, ele é muito mais solidário, uma moral mais rígida... Então, nesse ponto, é o negativo prá gente. (Secretário Geral da CPT Nacional, ex-agente de pastoral da CPT Regional Centro-Sul de Goiás).

---

campo: questões sobre a prática da Igreja Popular. Rio de Janeiro, *Cadernos do ISER,* nº 16, Editora Marco Zero, p. 35.

[134]. NEVES, Delma Pessanha, (1997). *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas.* Niterói-RJ, EDUFF, p. 281.

[135]. Chama a atenção que mesmo defendendo que realizem um trabalho de apoio, de serviço à organização dos trabalhadores, o agente de pastoral use reiteradamente a palavra injetar, que denota, certamente, uma outra concepção pedagógica de trabalho.

Essa ausência de "cultura camponesa" se evidenciaria, segundo os agentes de pastoral, não apenas pelo desconhecimento dos procedimentos racionais de gerenciamento dos recursos financeiros ou mesmo pela apropriação indébita desses recursos, mas também pela completa inexperiência no manejo técnico do tipo de explorações agrícolas e pecuárias colocadas em prática[136]. A ausência de uma disciplina rotineira de trabalho exigida pelas atividades do "projeto comunitário" aparece também como causa explicativa para o "fracasso", pois *"uns as vez não sabiam nem fazê uma ração, nem misturá uma ração... Precisava dá cobertura no mamão prá aplicá um remédio, o sulfato de alumínio, e eles não aplicavam. O trabalhador achava que não precisava aquilo ali. (...) o peixe não tava funcionando porque na hora de alimentá o peixe não alimentaram e aí o peixe não cresceu..."* (agente de pastoral da CPT Diocesana de Goiás).

Observa-se, portanto, que nunca a própria proposta de "trabalho comunitário" é colocada em dúvida ou lembra-se que a idéia que não teria partido dos próprios agricultores; é sempre uma explicação de natureza funcionalista que é acionada: a má administração da proposta, a ausência de um *"acompanhamento mais próximo"*[137] ou mesmo o despreparo técnico-profissional de agricultores e agentes de pastoral são apontadas como as causas principais para o "fracasso" da experiência. Igualmente, não se coloca em discussão o papel dos agentes religiosos no incentivo a atividades produtivas que se mostravam altamente arriscadas, não apenas porque não havia levantamentos anteriores acerca das possibilidades de comercialização dos produtos na região, mas, sobretudo, pela completa inexperiência daqueles trabalhadores naquele tipo de exploração econômica. Peixes, suínos, mamão, codornas, limão, açafrão... eram produtos que nenhum daqueles trabalhadores tinha tido qualquer experiência de produção até então. Inclusive, representavam linhas produtivas sem qualquer tradição na região e, portanto, de alto risco econômico. Atividades econômicas que demandavam

---

136. O que teria se agravado diante da fraca assistência técnica prestada aos agricultores.

137. Na mesma linha, técnicos do INCRA e da EMATER também não colocam em questão os conflitos de interesses e desejos entre os agricultores, nem sequer a suposta "superioridade" das formas de produção coletiva ou comunitária. Para eles, *"a questão lá foi a falta de assistência técnica. E a falta de saberem o produto certo pro mercado regional. Tentaram fazer coisas que o mercado, naquele momento, não tava favorecendo."* (técnico do INCRA).

saberes técnicos e administrativos com os quais aqueles trabalhadores nunca, em sua trajetória social de agregados, meeiros, assalariados, haviam sido socializados.

Ainda que recorrentemente a discursividade dos agentes de pastoral aponte que seu trabalho envolve a necessidade de resgatar a relação do camponês com a terra[138], em contraposição à relação mercantilista estabelecida pelo empresário, em momento algum se questiona em que medida o próprio incentivo a práticas comunitárias ou coletivas de produção reproduziria uma percepção economicista e determinista das relações sociais no campo. O tão propalado, pelos agentes de mediação, projeto de "viabilização econômica dos assentamentos" (que envolve inserção competitiva no mercado, investimento tecnológico, altos custos...) pode, muitas vezes, se contrapor aos próprios desejos dos agricultores de simplesmente reproduzirem um modo de vida que envolva a menor possibilidade de risco e frustração.

José Osvaldo Romano[139] afirma que os conflitos existentes no interior dos assentamentos, principalmente entre os projetos propostos pelos mediadores e os anseios dos próprios assentados, derivam da incapacidade dos mediadores perceberem que os trabalhadores rurais não compreendem o mundo a partir das categorias políticas e econômicas por eles empregadas. Assim, os mediadores acabariam por desconsiderar ou mesmo desprezar que outros critérios também orientam as formas de pensar e agir dos assentados (étnicos, religiosos, morais, de vizinhança, de compadrio...). Em conseqüência, as formas de organização econômica e política propostas por agentes externos ao grupo (CPT, MST, técnicos estatais...), quase sempre centradas em torno da coletivização e de uma concepção racionalizadora das relações sociais e da produção econômica, terminam por se tornarem estranhas aos assentados, cuja visão de mundo estaria

---

[138]. Mesmo José de Souza Martins reproduz esse essencialismo ao afirmar que a ação dos agentes de pastoral *"dá consistência doutrinária à 'economia moral' dos pobres da terra, a suas avaliações morais a respeito do poder e do capital."* MARTINS, José de Souza, (1993), op. cit., p. 20.

[139]. ROMANO, Jorge Osvaldo, (1994). Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In MEDEIROS, Leonilde et al., *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.* São Paulo, Editora da UNESP, p. 249-258.

baseada em outros princípios de organização social, marcadamente hierárquicos[140].

Ricardo Abramovay, por sua vez, analisa esses desencontros entre agentes mediadores e agricultores assentados a partir da categoria weberiana *"desencantamento do mundo"*. Para ele, *"os movimentos sociais, de certa forma, dessa perspectiva, tentam permanecer no mundo encantado da luta por uma utopia, no mundo da igualdade, etc. E o que nós estamos vivendo e que se vive na realidade dos assentamentos é que se implanta, estabelece-se o desencantamento do mundo, a realidade da sociedade capitalista, onde você tem mercado, dinheiro, desigualdade, despersonalização das relações econômicas e assim por diante."*[141].

Abramovay igualmente está falando de um conflito de projetos. Enquanto que os mediadores construiriam uma visão idealizada do assentamento como espaço privilegiado para a realização de suas utopias (utopia comunitária, na perspectiva dos agentes religiosos; utopia socialista-revolucionária, na perspectiva do MST), os trabalhadores tratam de, lidando com dificuldades de todo tipo, se viabilizarem social e economicamente enquanto agricultores inseridos em uma sociedade competitiva e desigual[142].

O sonho de um "assentamento modelar", onde agricultores competitivos e eficientes mostrassem a viabilidade econômica da reforma agrária na região, impulsionava os agentes de pastoral a estimularem iniciativas cujas possibilidades de sucesso mostravam-se, desde cedo, muito tênues. Desconsideravam-se, igualmente, os limites colocados pelas formas de pensar, pelo *habitus* daqueles

---

[140]. Sobre os desencontros entre o projeto da CPT e os interesses e desejos dos assentados, ver também POKER, José Geraldo A., (1994). *A prática da vida e os desencontros da "libertação"*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP.

[141]. ABRAMOVAY, Ricardo, (s.d.). Agricultura sustentável e profissionalismo. In *Universidade Aberta*. Fortaleza, s.p..

[142]. José de Souza Martins aponta que esses desencontros entre trabalho pastoral e agricultores decorreria de um *"anticapitalismo ingênuo que implica a recusa dos símbolos do capitalismo (o dinheiro, a mercadoria), mais do que na recusa do próprio capitalismo. Esquecem-se de que o símbolo da coisa tem uma existência dependente da própria coisa, de sua vida útil, de seu uso."* MARTINS, José de Souza, (1994), op. cit., p. 166.

trabalhadores historicamente socializados em relações marcadas pela dependência pessoal e pela hierarquia[143].

3.22. O ENQUADRAMENTO TÉCNICO DOS ASSENTADOS NA TEIA DOS CONFLITOS

Outro agente estatal presente nas definições e desenvolvimento das específicas formas de produção agropecuária na Lavrinha foi a EMATER/GO, particularmente através da ação de um veterinário e de uma engenheira agrônoma pertencentes ao Escritório Regional do órgão, sediado na cidade de Goiás.

Quando, durante meu trabalho de campo, interrogava os agricultores acerca do trabalho de acompanhamento à produção desenvolvido pelos técnicos da EMATER, as respostas normalmente apontavam para uma praticamente ausência do órgão no Assentamento. Esses relatos passaram a me intrigar sobremaneira, pois, em entrevista realizada anteriormente, a engenheira agrônoma da EMATER havia me exposto que na Lavrinha havia sido desenvolvido um *"trabalho diferenciado"*. Essa diferenciação, segundo ela, não teria sido apenas motivada pelo fato que as condições naturais de solo eram propícias ao desenvolvimento de iniciativas produtivas inovadoras (em relação às condições de solo dos assentamentos da região), mas também pela capacidade de iniciativa mostrada pelos assentados que se dispunham a *"organizar a produção de um modo diferenciado"*.

> Essa questão do trabalho diferenciado o que eu digo é que foi dado uma dedicação especial a esse Assentamento da Lavrinha em virtude de eles tê uma melhor condição de água, de solo lá. E também essa questão do trabalho coletivo. A gente tinha uma perspectiva maior no resultado disso. Inclusive prá servi como um exemplo prás demais experiências! Então, a gente tinha uma dedicação maior. Se começô a fazê um trabalho desde o

---

[143]. Pierre Bourdieu aponta que o *habitus* é a história incorporada e corporificada nos indivíduos (e que, portanto, tende a se reproduzir) nas suas trajetórias sociais, na vivência de determinadas condições sociais de existência. *"História incorporada, feita natureza, e por isto esquecida enquanto tal, o habitus é a presença ativa de todo o passado do qual ele é o produto: portanto, ele é isto que confere às práticas sua independência relativa em relação às determinações exteriores do presente imediato."* BOURDIEU, Pierre, (1980), op. cit., p. 94.

> início do assentamento dando umas noções de associativismo, de administração rural... a gente reunia com eles e tentava repassá isso. (engenheira agrônoma da EMATER/GO, entrevistada pelo autor em novembro de 2000).

O órgão estatal responsável pela assistência técnica aos projetos de assentamento de reforma agrária na região também conjugava-se aos agentes que procuravam tornar a Lavrinha uma "referência" regional. Essa postura faria com que os técnicos, inserindo-se na dinâmica dos conflitos internos àquele espaço social, passassem a privilegiar o atendimento do "grupo comunitário" e, relativamente, secundarizassem o trabalho com o "grupo dos individuais". Além de responsáveis pela elaboração dos projetos técnicos de todos os assentados, visando a obtenção de recursos do PROCERA, os dois profissionais atuaram diretamente nas atividades desenvolvidas pelo "grupo comunitário", principalmente na perfuração dos tanques criatórios de peixes e na implantação da cultura do mamão.

Mesmo que a técnica tenha me revelado que procurava contemplar o trabalho com as duas associações existentes no Assentamento, acabou por admitir que a única atividade que teve um acompanhamento técnico mais próximo e adequado foi a produção de mamão desenvolvida pelo grupo comunitário[144]. Tanto que se envolveu diretamente no trabalho de preparo dos canteiros de mudas de mamão e no trabalho de transplante dessas mudas para a área de plantio definitivo. Segundo ela, isso se tornava necessário porque a trajetória urbana recente daqueles trabalhadores requeria uma metodologia específica que envolveria o próprio ato de ensinar a fazer, de participar junto com eles no próprio processo de trabalho, de *"ensiná-los na prática, porque eles não sabiam nada sobre como produzi o mamão. Então, a gente fazia essa prática de campo, de treinamento, prá vê se tinha mais efetividade."* (engenheira agrônoma da EMATER/GO).

Técnicas de extensão rural que, portanto, acabavam por (re)produzir as práticas seletivas e excludentes que atravessavam e cindiam aquele grupo social,

pois não se estendiam ao conjunto dos assentados, mas privilegiavam aqueles agricultores participantes do "projeto comunitário".

Não obstante, esse *"trabalho diferenciado"* não implicou no estímulo à adoção de práticas tecnológicas que fossem *"adequadas à realidade sócio-econômica e ambiental dos assentados"*. Segundo a técnica da EMATER/GO, um conjunto de circunstâncias teriam impedido que se pensasse na perspectiva de se incentivar, por exemplo, o uso das chamadas "tecnologias alternativas": falta de tradição agrícola dos assentados, a necessidade premente dos agricultores em obter resultados econômicos a curto prazo e a incapacidade operacional do órgão extensionista proporcionar o acompanhamento técnico que seria necessário. *"Então, foram várias questões que fez com que a gente não mexesse com tecnologias alternativas."*.

Além disso, haveria a presença de constrangimentos institucionais que estimulariam a aplicação dos chamados "pacotes tecnológicos", isto é, recomendações técnicas baseadas na larga utilização de "insumos modernos" (adubos químicos, agrotóxicos, sementes híbridas, equipamentos mecânicos, etc.). Segundo a agrônoma da EMATER/GO, era muito difícil se propor um padrão tecnológico distinto do "convencional", pois internamente à Comissão Estadual do PROCERA, responsável pela análise e aprovação dos "projetos técnicos", *"os técnicos que analisavam os projetos não viam necessidade de fazê um trabalho com tecnologia diferenciadas pros assentamentos. O pessoal mais técnico do INCRA, da EMATER e da Secretaria de Agricultura que tava na Comissão Estadual do PROCERA tinha uma concepção de usá um determinado padrão técnico."*[145].

Ou seja, operavam mecanismos que impeliam os técnicos de campo a estimularem o enquadramento tecnológico das práticas produtivas dos

---

[144]. É queixa freqüente entre os assentados de que a EMATER apenas assume o compromisso de elaborar os projetos técnicos e não de prestar o acompanhamento de implantação e desenvolvimento das atividades produtivas.

[145]. Exercitavam-se, portanto, procedimentos de controle do discurso científico agronômico, *"uma polícia discursiva"*: não havia, internamente à Comissão Estadual do PROCERA, condições de possibilidade de produção e difusão de práticas de "tecnologia alternativa" não legitimadas pelo

assentados. É fruto disso que, ao se observar os "projetos técnicos", há uma grande uniformização dos sistemas de produção a serem implantados, não apenas em termos de práticas técnicas, mas também quanto ao tipo de atividades econômicas a serem desenvolvidas. É queixa freqüente entre os assentados da Lavrinha, que os técnicos, durante o processo de elaboração desses projetos, já apresentavam a proposta de desenvolvimento centrada na exploração pecuária, revelando a falta de um estudo mais detalhado e de discussão entre técnico e agricultor sobre as melhores opções econômicas de acordo com os interesses, desejos e disponibilidade de recursos de cada agricultor individualmente[146]. Fenômeno que se agravava ainda mais com a completa ausência de assistência técnica durante o processo produtivo[147].

Ao recomendar o mesmo tipo de atividade econômica a ser desenvolvida pelos assentados, impedindo ou ao menos dificultando a emergência da diversidade de vontades e desejos presentes naquele espaço social, os extensionistas concebiam o agricultor assentado como um desenraizado cultural, como alguém que não deteria os saberes necessários à efetivação de um processo produtivo de acordo com os almejados objetivos de aumento da produção e da produtividade agrícola. Nessa ótica, são os técnicos, detentores do monopólio do saber técnico-científico, os responsáveis pela recomendação de prescrições técnicas e produtivas que visavam a conversão de um determinado padrão cultural considerado não condizente com a nova realidade de agricultor

---

regime de verdade científica dominante. Ver FOUCAULT, Michel, (1996). *A ordem do discurso.* São Paulo, Loyola, 3ª ed..

146. *"A Emater fez um levantamento muito ruim prá nós, o nego tomô muito prejuízo. Foi mal investido o dinheiro que veio, porque quem tinha pasto, eles investiu em fazê cerca, fazê isso, aquilo... e investimento é um trem que não dá futuro! A cerca é um dinheiro que fica lá parado. E os que não tinha pasto eles queria que comprasse vaca! Foram comprá vaca sem pasto! Quando foi na época a vacaiada morreu sem pasto! Era os projeto da Emater. Então foi mal aplicado e onde a gente já começô a ficá endividado, devendo e não tê produção...".* (Ivo, assentado).

147. Vários autores já apontaram que a principal característica da atuação do Estado nos assentamentos é a omissão. *"O afastamento dos técnicos do Assentamento (unidade social e territorial), a falta de recursos financeiros ou sua transferência segundo um calendário incompatível com as demandas sociais, a morosidade nas soluções burocráticas e as contradições decorrentes do papel de coordenador da interdependência de instituições que guardam autonomia entre si, todos estes fatores tornam o INCRA uma instituição cuja presença se define pela ausência."* NEVES, Delma Pessanha, (1995). Reforma agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades.

assentado; desqualificando, em contrapartida, o saber-fazer dos assentados adquirido ao longo de sua trajetória social anterior, como diaristas, agregados, meeiros, etc..[148]

Em decorrência, as relações entre técnicos e agricultores assentados são atravessadas por tensões conflitantes. Se, por um lado, os agricultores dependem diretamente dos técnicos detentores do monopólio de elaboração dos "projetos técnicos" (aos quais está condicionada a liberação de financiamentos públicos), por outro, através de práticas mais ou menos explícitas, procuram exercitar suas limitadas possibilidades de autonomia e resistência àqueles que procuram enquadrá-los em determinadas formas de praticar a atividade agrícola. Insubordinação que, por vezes, se apresenta através da desqualificação pública da qualidade do trabalho dos técnicos; mas que, quase sempre, exibe-se pelo fazer-se desentendido, pelo silêncio e pela simples ignorância das prescrições recomendadas pelos técnicos extensionistas[149].

3.23. O AFASTAMENTO DA CPT E A REINSERÇÃO DO MST

O abandono das atividades produtivas "comunitárias" e as dissidências internas ao "grupo do projeto" tiveram como uma de suas principais conseqüências o total enfraquecimento do trabalho pastoral desenvolvido pela CPT no Assentamento São João da Lavrinha.

Campinas, *Reforma Agrária,* nº 1, vol. 25, p. 199. Sobre esse processo nos "projetos de colonização", ver TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1993), op. cit..

148. Os técnicos de extensão rural exercem o poder simbólico, conferido pelo pertencimento ao aparato estatal e pela posse de um capital cultural, na medida em que estão socialmente legitimados a não apenas operar diagnósticos, mas também a prescrever orientações, diretrizes, soluções saneadoras. Ver BOURDIEU, Pierre, (1990). Espaço social e poder simbólico. In *Coisas ditas,* São Paulo, Brasiliense.

149. José de Souza Martins aponta que *"uma das linguagens mais eloqüentes do sertão é a do silêncio."* MARTINS, José de Souza, (1985). *A militarização da questão agrária.* Petrópolis, Vozes, 2ª ed., p. 125. Michel Foucault, por sua vez, aponta para o sentido estratégico e polissêmico do silêncio como expressão de resistência nas relações de poder: *"Eu acredito que a melhor forma de protesto é o silêncio, a total abstenção.".* FOUCAULT, Michel, (1994). M. Foucault. Conversation sans complexes avec le philosophe qui analyse les "structures du pouvoir". In *Dits et écrits, Tomo III (1976-1979).* Paris, Éditions Gallimard, p. 670.

Conquanto os agentes de pastoral apontem que esse abandono do trabalho tivesse sido determinado, por um lado, pelo crescimento exponencial das ocupações de terra na região, principalmente na segunda metade da década de 1990 e, por outro, por uma presumível reorientação interna na entidade no sentido da priorização de acompanhamento à "luta pela terra" (em detrimento da "luta na terra"), devemos analisar esse processo enquanto inserido nos processos sociais conflitivos que se desdobravam no interior do Assentamento.

Tamanho foi esse distanciamento que um agricultor entrevistado me disse que *"a gente nem sabe mais se a CPT tá funcionando, porque largô nós prá um lado, não vem mais aqui."* (Jurandir, assentado). Não obstante, ao contrário dos agentes de pastoral, esse lavrador não precisa utilizar-se de subterfúgios para tentar encobrir uma realidade de conflitos e frustrações; seu relato, construído a partir de uma aguçada sensibilidade intuitiva, dá plena visibilidade às motivações que levaram à distensão na relação entre CPT e "grupo comunitário":

> Eles (os agentes de pastoral) ficô muito contrariado com os tipo de projeto que foi feito e eles não queria que acontecesse o que aconteceu. Eles queria mostrá prá sociedade que o negócio funcionava! E eles ficô decepcionado. Eu acho que eles ficô com vergonha. E aí recuaram. E eu reconheço que eles tinha que ficá mesmo, porque eles apostô tudo aí, eles apostava tudo! Eles apostô demais no projeto, no grupo! (Jurandir, assentado).

O afastamento dos agentes de pastoral refletiu a sensação e a percepção que o projeto de criação de um "assentamento modelar" na Lavrinha tinha sido frustrado; simbolicamente, esse processo representava os impasses de uma ação que ousara propor outras formas de organização sócio-econômica e outras subjetividades e que esbarrara não apenas nos limites de seu próprio projeto, mas também nas formas de pensar estabelecidas e nos diferentes interesses e desejos que perpassavam aquele espaço social.

Essa saída da CPT abriu possibilidades para que novos personagens entrassem em cena no Assentamento. A partir de 1998, o MST voltou a tomar iniciativas no campo da organização e da produção agropecuária, particularmente através do estímulo à criação dos chamados "núcleos do MST". Esses núcleos servem, basicamente, a dois objetivos: delegar que alguém represente o

Assentamento nas periódicas manifestações políticas promovidas pelo Movimento e estimular a adoção de práticas de cooperação agrícola. O MST tem incentivado nos assentamentos da região não mais a formação de grandes cooperativas de produção coletiva, mas o desenvolvimento de pequenos grupos de agricultores que se associam em torno de algum objetivo bem específico (compra de equipamentos, máquinas agrícolas ou insumos; venda da produção em conjunto, etc.).

No Assentamento, atualmente, se desenvolvem duas iniciativas de cooperação estimuladas pelo MST através de seus núcleos: a compra associada de um resfriador de leite por um grupo de 7 famílias e a produção de "frango caipira" por um grupo de 3 famílias, sendo que duas delas pertencem ao Assentamento Rancho Grande, vizinho à Lavrinha.

No entanto, segundo relato do próprio representante do MST no Assentamento, as resistências dos assentados às propostas de cooperação apregoados pelo MST são muitos fortes. Para ele, os assentados estariam "acomodados", não mais dispostos a enfrentar os riscos e os custos acarretados pelo investimento de trabalho e recursos financeiros em iniciativas de caráter econômico:

> Resistência de fazê produzi! O pessoal aqui, vamo dizê assim, a maioria acomodô. Só quer recebê, em vez de tentá fazê produzi aqui. Então, muitos aqui tá acomodado. Eles fechô a cabeça... só quer crédito (estatal subsidiado). Muita gente aqui hoje não tem nem um grão plantado! (Dinho, Representante do MST).

Embora devamos interpretar esse discurso como produzido a partir da perspectiva do Movimento do que deveria ser um "assentamento de reforma agrária", um dos aspectos que mais me chamou a atenção logo ao adentrar ao Assentamento foi a grande ociosidade das terras e a praticamente ausência dos regionalmente tradicionais plantios de arroz, milho e feijão.

Aproveitando para se diferenciar do trabalho desenvolvido pelos agentes de pastoral, o dirigente do MST entende que a resistência às propostas do Movimento residiriam nos sentimentos de decepção, frustração e medo ocasionados pela experiência de "trabalho comunitário" desenvolvida no período de acampamento e na fase inicial de assentamento, porque *"essa experiência o*

caboclo enfiô na cabeça e é difícil esquecê.". Além disso, segundo ele, seria preciso romper com práticas paternalistas e assistencialistas que teriam caracterizado o trabalho dos agentes de pastoral no Assentamento e procurar discutir com os assentados o sentido político e econômico das práticas de cooperação agrícola.

Observa-se que a lógica de apregoação das iniciativas de cooperação ou coletivização agrícola é sempre reiterada: nunca se questiona a concepção em si da superioridade dessa forma de produção ou comercialização; o problema é sempre detectado ao nível do mau funcionamento. Ou seja, a explicação para as resistências e os reiterados fracassos dessas experiências é sempre de natureza funcionalista, sistêmica. E nunca se aceita como plausível que os agricultores não tenham interesse ou desejo de trabalhar comunitária ou coletivamente.

Quanto às iniciativas que visam enquadrar o Assentamento no calendário de mobilizações políticas do MST, pude perceber que é muito difícil e complicado o processo de escolha dos trabalhadores que representem o Assentamento, na medida em que sempre alega-se uma incompatibilidade entre trabalho e participação nessas manifestações. Ainda que a grande maioria dos agricultores que entrevistei apontem a importância política do Movimento para *"continuá a luta"*, pude perceber que eles ratificavam aquela mesma imagem construída quando o grupo teve o primeiro contato com o MST, nas margens do Córrego do Uvá: não se percebem como integrantes da entidade e muito menos como portadores de seus projetos políticos; vêem-na, sobretudo, como um mecanismo de *"apoio"*, isto é, para conseguir eventuais ajudas materiais.

> É, aqui na Lavrinha, o pessoal não se sente como ele próprio faz parte do Movimento. E a mesma coisa é as associação: o pessoal não se sente dono. É mais fácil, quando o pessoal tá assentado, diz que o Movimento não compensa, não adianta... e aí ele usa isso prá se isolá, porque ele acha que se isolando ele não vai gastá dinheiro com passagem prá ir na manifestação, prá ir reivindicá crédito... (Dinho, representante do MST).

Esse fenômeno coloca em clara evidência as transformações nas possibilidades de uma eficaz mobilização dos agricultores pelo MST entre os períodos de acampamento e assentamento. Enquanto no período de acampamento a total disponibilidade de tempo e o interesse na conquista da terra

constituem fatores determinantes à mobilização social, no assentamento outros componentes e preocupações se colocam no horizonte do agricultor (os afazeres cotidianos da produção agropecuária, os problemas familiares...). É a nova realidade de agricultores e não de "sem terras" que colocam problemas evidentes a que o discurso devotado à mobilização política permanente professado pelo MST tenha eficácia.

> ... igual que eu tava falando: quando a pessoa é assentado ele vai cuidá das suas vaquinha, ele se tranca dentro do seu mundo e ele acha que, agora, ele é o poderoso! (Dinho, representante do MST).

É em virtude dessas resistências dos assentados em participarem das mobilizações políticas que o MST tem adotado a prática de excluir do acesso aos recursos captados pela Organização (seja junto aos órgãos públicos ou entidades não-governamentais) aqueles agricultores assentados que não tenham participado do processo de conquista daqueles benefícios. Criam-se, assim, mecanismos de constrangimento à participação que acabam por ratificar a representação presente entre os assentados que o Movimento serve *"prá se consegui as coisa"* e não como uma instância de representação política.

Resistências que se observam igualmente numa dimensão tão priorizada pelo MST em suas diretrizes de trabalho nos assentamentos de reforma agrária: a escola[150]. *"A professora vai muito na educação do que o Município tá querendo. Ela não desenvolve uma educação igual que o Movimento propõe. Nem sequer ouve o Movimento. Acha que o Movimento tá errado naquilo que o Movimento propõe prá educação."* (Dinho, representante do MST).

Em entrevista com a atual professora da escola, que é uma assentada na Lavrinha, pude observar que ela não toma em consideração as diretrizes didático-pedagógicas propostas pelo Movimento para as escolas de assentamento de reforma agrária. A escola, criada ainda no primeiro ano de acampamento, nunca foi agenciada por uma discursividade que tivesse o intuito de vincular o processo de educação à luta social pela reforma agrária. A professora me contou que um dirigente do MST na região lhe procurou, certa vez, no sentido de incentivá-la a

participar dos cursos de formação de professores proporcionados pelo Movimento, mas que teria recusado alegando que *"faltava tempo".*

Observando o ambiente da escola, pude verificar que, ao contrário do que acontece na escola do Assentamento 16 de Março, no Rio Grande do Sul, não há nas paredes qualquer cartaz, bandeira ou pintura que procure associar o cotidiano da prática de ensino com os processos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária (ver foto abaixo). Igualmente não há, ao longo do ano escolar, qualquer evento ou data especialmente dedicada a rememorar a história da luta social travada pelos pais e mães dos alunos na conquista da terra. Segundo a própria professora, são apenas trabalhadas, de forma convencional, aquelas datas tradicionais no calendário escolar: dia da Independência, dia dos pais, dia das mães, dia das crianças... Contrariamente à concepção propagada pelo MST de que *"todo o professor é um militante",* a professora disse-me que sempre procurou separar completamente a política de sua prática educativa.



Foto do autor.

Isso não significa que a professora desenvolva um ensino completamente desvinculado dos problemas do cotidiano que envolvem a vida dos agricultores

assentados, mas indica os limites e as resistências à transformação do espaço escolar, e do próprio Assentamento São João da Lavrinha, em uma instância agenciada pela discursividade do MST.

3.24. PRÁTICAS ESTATAIS DE CONTROLE SOCIAL

Além de regular os processos de seleção das famílias "beneficiárias", de conformação espacial do assentamento e de organização sócio-política, o órgão operacional da reforma agrária – INCRA tem como uma de suas principais atribuições controlar a entrada e saída de agricultores do assentamento, ou seja, os casos de abandono, transferência e operações de compra e venda de "parcelas". Há, portanto, um conjunto de códigos prescritivos elaborados a partir de uma racionalidade administrativa que procura manter sob controle do aparato estatal os homens e mulheres que se propõem a viver naquele espaço social: se, por um lado, nem todos podem adentrar (pois deverão se submeter aos "critérios de seleção"), por outro, aqueles que desejam sair devem cumprir, previamente, um conjunto de pré-requisitos.

O principal mecanismo que condiciona a possibilidade de um assentado abandonar ou transferir sua parcela para outro "beneficiário" é a necessidade de restituição ao Estado de todos os recursos financeiros por ventura recebidos: crédito-alimentação, crédito-fomento, crédito-habitação e o PROCERA (nas modalidades de investimento e custeio)[151]. Na medida em que, normalmente, os agricultores não dispõem dos recursos suficientes a esse pagamento, há a possibilidade de que o trabalhador ingressante no assentamento assuma as dívidas contraídas por aquele que está saindo.

> Se não for paga ou se não for transferida a dívida, não é regularizada a situação daquele que entrou. Mas nós mesmos temos restrição à fazê transferência de dívida, porque senão ele entrá lá já com dificuldades de investi na produção. Ele entra já endividado, antes de produzi, e não vai tê condições de se mantê lá. (técnica do INCRA).

---

[151]. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997). *Instrução normativa nº 19, de 10 de setembro de 1997.* Brasília.

Entretanto, constitui prática rotineira que a "transferência de lote" se dê à revelia do INCRA, envolvendo, inclusive, uma relação de compra e venda, ainda que sem a transferência do título de propriedade da parcela[152]. Nesse tipo de transação, pelo que pude perceber durante minha investigação, normalmente, nenhuma das partes se propõe a quitar os financiamentos recebidos: o "vendedor" porque já não tem interesse em fazê-lo; o "comprador" porque julga que pagou pelo lote diretamente ao "vendedor", sem assumir suas dívidas. Dá-se então uma transferência que existe de fato, mas não de direito, na medida em que não foi homologada pelo INCRA.

Na ótica de quem "vende", a regularização do processo junto ao INCRA não implicaria apenas no compromisso de quitar débitos contraídos, mas, sobretudo, a inviabilização da possibilidade de conseguir recursos financeiros tão necessários à reconstrução da vida em outro lugar. Paradoxalmente, portanto, os constrangimentos burocráticos do Estado acabam por estimular que o processo se dê informalmente:

> Eu peguei dois cheques: um de 1.500 e outro de 2.500. Quatro mil. E um carro, um kadet... eu tava desesperado... aí peguei esse carro no valor de 9 mil. E vendi, a muito custo, esse carro aqui em Goiânia por 6 mil. Aí ficô 10 mil. (Bigode, ex-assentado).

O relato acima, que constitui apenas um caso exemplar de práticas rotineiras nos assentamentos, revela os limites da ação estatal em regulamentar esse processo, pois o "beneficiário de reforma agrária" juridicamente não detém a propriedade da terra, mas tão somente uma concessão de uso; assim, tanto sob a normatividade jurídica quanto administrativa, o lote, em hipótese alguma, poderia constituir objeto de compra e venda.

O processo de evasão e transferência de parcelas no Assentamento São João da Lavrinha se acentuou a partir de 1998, estando diretamente relacionado à completa desagregação do "grupo comunitário". Se até o final de 1997, tão somente duas das 28 famílias originalmente assentadas haviam abandonado o

---

[152]. *"Ou seja, também aí, como não poderia deixar de ser, entre os beneficiários da reforma, tem forte e deletéria presença o rentismo fundiário a que me refiro quando falo em nosso capitalismo rentista, nossa versão retrógrada e subdesenvolvida do capitalismo."* MARTINS, José de Souza, (2000), op. cit., p. 37.

Assentamento; a partir do segundo semestre de 1998, saíram 5 das 11 famílias que formavam o "grupo comunitário", além de 2 "individuais". Portanto, das 28 famílias inicialmente assentadas, 9 (32%) haviam abandonado o Assentamento São João da Lavrinha, até o mês de janeiro de 2001, quando finalizei meu trabalho de campo[153].

Algumas dessas transferências de lotes não se dão apenas à margem da normatividade estatal que objetiva controlá-las, mas das próprias instâncias organizativas dos assentados. Ainda que os procedimentos burocráticos do INCRA prevêem que a regularização da transferência de parcelas somente se dê a partir da apresentação de uma ata da "associação comunitária", aprovando o ingresso do pretendente, na Lavrinha esse processo tem se dado sem qualquer tipo de controle coletivo, revelando o baixo grau de coesão social do grupo. *"E a ASPAJOL não tem feito nada por isso. O caboclo vende a parcela, bota outro aí, quando a gente vai conhecê já tem 1 mês, 2, que essa pessoa tá aí! O cara não participa de reunião, não se comunica com ninguém... quando você fica sabendo o cara já tá indo embora!"* (Jurandir, assentado).

A praticamente ausência de constrangimentos coletivos à "venda de lotes" indica que o grupo social não percebe qualquer prejuízo simbólico à imagem do Assentamento e do processo de reforma agrária em decorrência desse fenômeno[154], revelando-se, assim, a pequena ou ausente identificação dos assentados da Lavrinha com o processo político de luta pela reforma agrária.

Mesmo que alguns percebam esse fenômeno com um acentuado grau de indiferença – *"prá mim, se o caboclo quisé vendê, pode vendê. O problema é dele. A gente não tem nada com isso, não"*, para outros assentados a entrada de *"estranhos"* implica em acentuadas transformações nas sociabilidades internas ao Assentamento, na medida em que julgam passar a ter relações com pessoas desconhecidas e que inspiram desconfiança. Especialmente para aquele que perdeu um vizinho com quem mantinha não apenas relações amistosas, mas até

---

153. Conforme me relatou, um assentado pretendia *"por motivos de saúde"* (alcoolismo) se mudar, brevemente, para Goiânia: *"Só preciso que alguém pague os 25 mil que tô pedindo."*.

154. Na batalha discursiva da reforma agrária, a "venda de lotes" aparece recorrentemente como argumento das organizações patronais para a "inviabilidade dos assentamentos".

mesmo práticas de colaboração no processo de trabalho, o ingresso de *"pessoas novas"* implica riscos e inseguranças:

> Alguns deles até que você vê que têm condições de convivê junto, mas tem outras pessoas que não tem como! Tá um problema assim. Poucos deles que tem condições de você convivê junto. Inclusive esse é o maior problema que tá tendo hoje no Assentamento da Lavrinha! Esse problema de pessoa que vem... (Jurandir, assentado).

Para alguns assentados, é particularmente preocupante o fato de que um fazendeiro da região já teria comprado dois lotes e estaria disposto *"a comprá o assentamento inteiro"*.

Quando indagados de quais seriam os motivos que teriam levado a tantos abandonos recentes no Assentamento, os assentados reafirmam as divisões internas que atravessam aquele espaço social. Para os atuais integrantes da ASPAJOL, o fato de que *"quem mais saiu foi lá da ATCOL"* serve como prova de legitimação de que estavam certos ao não aceitarem as propostas de produção coletiva, porque a evasão mostraria que *"aquele pessoal não queria trabalhá mesmo"* ou *"que mostraram que não eram do campo"*. Ou seja, desqualificações simbólicas impedem a possibilidade de compreensão do problema sob a ótica de que, direta ou indiretamente, os próprios enfrentamentos talvez tenham contribuído para esse processo; dificultam, igualmente, a percepção de que as pessoas possam delinear novas estratégias de vida que julguem, eventualmente, como mais desejáveis e viáveis[155].

Outro procedimento estatal de gerenciamento do assentamento é a concessão do título definitivo de propriedade da terra. A partir da aplicação de um questionário sócio-econômico junto aos assentados, o INCRA analisa as possibilidades de concessão do título, na medida em que isso implica que o agricultor deverá passar a pagar ao Estado o preço da terra (de acordo com a

---

[155]. *"Venda de terras não significa automaticamente proletarização ou abandono da condição camponesa, mas antes uma estratégia utilizada pelos lavradores para manter esta condição, na expectativa de obter melhores condições de vida. Pode ainda constituir uma estratégia de sobrevivência do grupo familiar, o que leva, em alguns casos à perda de condição de proprietário. Verificou-se também que os que deixam o campo após a venda de terras não o fazem necessariamente de forma definitiva. Este pode ser um momento do trânsito freqüente existente entre campo e cidade."* VIEIRA, Maria Antonieta da C., (1989). A venda de terras do ponto de vista

renda obtida pelo assentado, o técnico estatal estipula um prazo de pagamento; quanto maior a renda, menor o prazo de pagamento). De acordo com dados que obtive no INCRA/GO, dos atuais 28 assentados da Lavrinha, 17 já receberam o *"título definitivo"*.

Atualmente, o INCRA/GO está analisando as possibilidades de considerar o Assentamento São João da Lavrinha como estando "consolidado"[156]. Isto é, na medida em que já teria sido instalada a infra-estrutura básica (estradas, eletrificação rural e água), que os assentados já tenham recebido todos os créditos de financiamento a quem tinha direito, que a maior parte dos agricultores já tenham recebido o "título definitivo" (60%) e *"que o projeto dispõe de uma associação... em condições de assumir a auto gestão do projeto"*, o Assentamento estaria apto a, oficialmente, se desvincular da ação administrativa do INCRA. Consequentemente, os agricultores deixariam de ter o estatuto especial de *"beneficiários da reforma agrária"*, passando a ser considerados como agricultores familiares que teriam acesso unicamente a instrumentos de política agrícola[157].

---

dos lavradores: a venda como estratégia. In ESTERCI, Neide (orgs.). *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro, CEDI, p. 54-5.

[156]. Numa metodologia de ação anterior, essa fase era considerada como de "emancipação".

[157]. Atualmente, esse processo implica que os agricultores deixariam de ter acesso ao PRONAF tipo A (mais subsidiado pelo Estado), mas ao PRONAF tipo C (menos subsidiado).

3.25. A DESAGREGAÇÃO DA VIDA COMUNITÁRIA

Idealizado por diferentes instâncias sociais para se tornar um "assentamento modelar", onde se conformariam não apenas determinadas formas de organização da produção e do trabalho, mas também outras sociabilidades marcadas por laços de identificação, solidariedade e fraternidade e novas concepções de mundo que significassem a ruptura com as relações hierárquicas que se reproduzem na região, o Assentamento São João da Lavrinha apresenta-se, hoje, como um espaço social cindido e onde a vida comunitária restringe-se a esparsos momentos de convivência social.

> Convivência a gente tem com todos, mas é que depois que a gente separa assim, a gente não reúne fácil, não. Prá falá a verdade, se marca uma reunião ali que é prá todos... só se for prá pegá dinheiro, daí reúne todo mundo, mas se for prá discuti qualquer outra coisa não reúne! Máximo que vai lá é 3, 4, 5... O resto não vai mais! Mas a convivência é boa. Mas um fica prá cá, outro fica prá lá... (Ivo, assentado).

Já expus que a ATCOL encerrou suas atividades a partir de 1998, existindo formalmente. A ASPAJOL ainda que mantenha-se ativa, tem tido sérias dificuldades de funcionamento, sendo que o atual presidente tem sido constrangido a se manter no cargo *"na falta de outro que queira".*

Contudo, esse processo não tem atuado no sentido de apagar a história de disputas entre "individuais" e "comunitários" no Assentamento, ainda que hoje elas se dêem quase que exclusivamente no campo simbólico. Muitos agricultores constróem a imagem que os "individuais" foram os vencedores e os "comunitários" os perdedores no Assentamento, pois *"hoje, aqui, tá todo mundo individual. Inclusive o projeto deles acabô, virou mato lá e eles tá individual também."* (Carlos, assentado). Para confirmar tal perspectiva, citam que enquanto a ASPAJOL ainda existe, a ATCOL teria desaparecido:

> E aí chegou o ponto que eles tiveram que acabá! Hoje, as vez, eles pode falá que ainda não acabô, mas acabô! E aí a Associação Geral, a fundadora né, essa ainda permanece. Essa ainda permanece e tá até hoje. (Carlos, assentado).

Portanto, ainda que efetivamente o "grupo comunitário" tenha sido desfeito, simbolicamente ele continua a se reproduzir nas formas de pensar e nas próprias

sociabilidades internas ao assentamento, pois são muito mais freqüentes as relações entre antigos "comunitários" do que entre estes e os antigos "individuais".

São as marcas de um espaço social fragmentado e atravessado por conflitos pessoais e coletivos que se cristalizaram numa vida comunitária muito escassa. Nas representações dos agricultores é muito presente a construção de relações entre o passado e o presente tomando como referência as diferentes sociabilidades tecidas no *"tempo do acampamento"* (qualificadas positivamente) e no *"tempo de assentamento"* (qualificadas negativamente):

> Eu considerava o acampamento bem melhor do que hoje! Eu tenho saudade do acampamento! Por quê? Nós tinha boa amizade, graças a Deus! Nós tomava pinga demais e nunca deu problema. Nós cantava. Nós fazia serenata. Tinha celebração bem seguida! Vinha P., vinha a Diocese em peso! Aquilo era festa, uma atrás da outra... dançava, cantava, pescava... Então era muito bom. (Serginho, assentado).

A moda de viola intitulada *"Tempo de Acampamento"*, composta por um agricultor assentado na Lavrinha, também reconstrói a experiência vivida a partir de uma analogia com o *"tempo de assentamento"*. Ainda que a canção não deixe de apontar as angústias e esperas vividas pelo grupo durante os 3 anos e meio de acampamento (*"Ali passou muito tempo, aquela imaginação! Um ano, o outro vinha. Sem uma decisão."*), o *"tempo de acampamento"* é caracterizado positivamente como marcado pela união e pela organização coletiva (*"Ali nós reuniu uma grande multidão. Trabalhava o dia inteiro, à noite tinha reunião."*). A conquista da terra e o processo de assentamento, por sua vez, são construídos a partir de uma perspectiva ambivalente, pois mesmo que *"cada um pegô o lote com grande satisfação"*, teria sido um tempo em que *"já começô a tristeza, começô a solidão"*.

Ainda que possamos considerar que esses versos expressem sensações de natureza pessoal, pois seu autor era, na época, um senhor viúvo com idade beirando os 60 anos que morava sozinho no assentamento, não podemos deixar de considerá-la como uma dizibilidade que refletia, de uma dada perspectiva, os processos sociais conflitivos que se acirravam entre os trabalhadores, principalmente a partir das definições de criação do "Projeto de Assentamento". Enquanto o *"tempo de acampamento"* é construído pelo compositor como um

período que evoca sentimentos de saudade, onde se cultivariam relações fraternas e solidárias, o acesso à terra (tempo de separação) é percebido como marcado por novas sociabilidades internas que provocam sentimentos de tristeza:

Foi tudo que acabô
Ficô na imaginação.
Do meu velho acampamento
Eu não esqueço mais não.
Foi tudo que acabô
Ficô por recordação.
Adeus tempo que não volta
Foi triste a separação.

Hoje, praticamente o único momento em que os assentados da Lavrinha se reúnem para um momento de confraternização é a Festa de São João, realizada anualmente no final do mês de junho, da qual nem todos participam devido às diferenças de crenças religiosas[158].

Essa festa, tradicional nas regiões interioranas do Brasil, começou a ser organizada ainda no primeiro ano do acampamento e é realizada alternadamente na casa de cada um dos participantes. O organizador ("festeiro"), indicado através de sorteio, normalmente, assume os encargos decorrentes de sua realização, principalmente a comida e a bebida que serão servidas.

Diferentemente do que ocorre nos assentamentos agenciados pelo MST, na Lavrinha, a Festa de São João não constitui uma oportunidade de reviver a luta passada, de relembrar o processo de constituição do grupo social e de sua trajetória para chegar até aquele momento e lugar. Ou seja, a festa não constitui uma oportunidade de enquadramento da memória desses trabalhadores que visasse a construção de sua identidade social. Os agentes de pastoral, por exemplo, em momento algum utilizaram esse momento de confraternização coletiva para trabalhar na produção e difusão de uma discursividade que ratificasse os laços de coesão daquele grupo.

---

158. *"... quem participa é só da Igreja Católica. Nós não participamos, a Assembléia não participa e dessa Igreja (Cristã do Brasil) também não participa. Só a católica."* (Lúcia, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2001).

Mesmo que essa data pudesse se constituir em um momento de culto da memória de uma trajetória coletiva, pois coincidentemente São João dá nome ao assentamento[159], nas representações dos assentados que entrevistei, a Festa aparece tão somente como um espaço de lazer e prática religiosa.

> Ah, é só a festa mesmo! É só se diverti mesmo! Ah, desse passado ruim a gente não tem que tá lembrando, não. É só prá comemorá, se diverti. (Ivo, assentado).

O mutirão[160] é outra prática cultural tradicional do campesinato regional que vem, gradativamente, desaparecendo no interior da Lavrinha[161]. Prática costumeira nos primeiros anos após a criação oficial do Assentamento, o mutirão foi sendo abandonado nos últimos anos, o que pode estar intimamente relacionado aos conflitos internos que foram cindindo aquele espaço social, pois Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz já apontavam que, assim como as festas, o mutirão é um indicador do grau de coesão de um grupo social camponês.

Um fator de ordem econômico-produtiva também deve estar contribuindo para esse fenômeno de desaparecimento da prática do mutirão. Mesmo que reiterem que muitas vezes sintam falta da *"ajuda dos companheiro"* nos momentos de maior demanda de força de trabalho (roçadas e colheita, especialmente), os assentados apontam que torna-se cada vez mais difícil reunir toda uma turma para trabalhar durante uma semana seguida ou mesmo durante um dia inteiro na

---

[159]. Diferentemente do que se poderia pensar, a designação Assentamento São João da Lavrinha não está relacionada com a realização da festa, mas deriva do nome da antiga Fazenda São João da Lavrinha.

[160]. O mutirão não constitui tão somente uma estratégia recorrente entre os camponeses no sentido de cumprir tarefas produtivas que o grupo familiar não consegue cumprir, mas também um momento de socialização e convivência festiva. *"... o mutirão é uma modalidade de prática comunal camponesa que associa o trabalho produtivo e a convivência solidária, o serviço e a festa, o resultado eficaz e a arte, a demonstração ritual do dever do afeto e a possibilidade, também ritualmente controlada, do exercício da competição e mesmo do conflito."* BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1995). *A partilha da vida.* São Paulo, GEIC/CABRAL, p. 247.

[161]. Elio Garcia Duarte aponta que a prática do mutirão é muito recorrente no período de acampamento e início de assentamento, *"mas observamos que quanto mais os assentados vão se consolidando em suas parcelas de terra, este espírito comunitário, de trabalho coletivo, vai diminuindo."* DUARTE, Elio Garcia, (1998). *Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás.* São Paulo, Tese de doutorado em História Social, FFLCH/USP.

medida em que quase todos têm se dedicado à pecuária do leite, implicando na observância de, relativamente, rígidos horários de ordenha e entrega do produto.

Além disso, há que se considerar que nos últimos 2 ou 3 anos a maioria dos assentados reduziu drasticamente suas "roças de subsistência", dedicando-se quase que exclusivamente a uma pecuária leiteira de pequeno porte. Essa especialização produtiva, que ganha visibilidade na praticamente ausência de lavouras tradicionais ao campesinato goiano, como o feijão, o milho e o arroz, certamente reduziram em muito as demandas por força de trabalho no interior das unidades produtivas e, conseqüentemente, as práticas de cooperação vicinal (não apenas na forma de mutirão, mas de troca de serviços, trabalho coletivo, retribuição em espécie, etc.).

Outro elemento simbólico dessa fraca socialização comunitária hoje no Assentamento, é a própria forma como se dá a delimitação espacial das "parcelas individuais". Muitos sítios tem seu espaço claramente delimitado pela presença de uma cerca, de uma porteira, que não raramente, apresenta uma corrente e um cadeado, e de uma placa ou símbolo que traz a denominação do sítio e seu "proprietário" (ver fotos abaixo); indicando, simbólica e materialmente, não apenas a existência de uma concepção de apropriação privada daquele espaço (mesmo que não, oficialmente, detentores do título de propriedade da terra) e de restrições à livre circulação de vizinhos e de outros moradores do Assentamento.





Fonte: Arquivo do autor, janeiro de 2001.

Não há no Assentamento São João da Lavrinha, pelo que pude perceber, nenhuma modalidade do que Carlos Rodrigues Brandão[162] designa por "espaços de convivência" (informais, espontâneos, alegres, festivos, desregulados, prazerosos) e os "grupos de interesse" (time de futebol, equipes de Folia, do Divino, grupo de jovens, clubes de mães...) típicos do campesinato. Mesmo o "boteco", lugar tradicional de socialização nos fins de tarde, inexiste na Lavrinha. Com exceção de uma sala para reuniões da Associação Comunitária não há no assentamento qualquer espaço que proporcione a convivência comunitária.

Mesmo as tradicionais visitas entre mulheres são esporádicas, não tanto dificultadas pelas distâncias físicas que separam uma residência de outra, mas sobretudo pelas distâncias emocionais que foram se estabelecendo ao longo de anos marcados por conflitos e discórdias.

> Tem gente aqui que a gente passa até ano sem vê! Sem encontrá. Porque moram longe... igual o povo que foi lá pro lado do rio, prá lá, então eles não vêm pro lado de cá e nem a gente vai pro lado de lá. Passa muito tempo sem vê! (Irani, entrevistada por Andréa, janeiro de 2001).

Igualmente, ausentam-se espaços institucionalizados de práticas religiosas, como uma capela ou igreja. Os próprios conflitos religiosos impediram que a Igreja Assembléia de Deus fosse construída no interior do "núcleo comunitário", tendo sido edificada nas terras particulares de um de seus adeptos. A igreja, conforme observa-se na foto abaixo, encontra-se inconclusa. Os católicos, por sua vez, se reúnem, esporadicamente, em celebrações realizadas nas próprias moradias dos agricultores.

> Tinha mais missa no acampamento. O padre vinha mais. E agora fica longe, o pessoal não vem. As vez você convida o assentamento inteiro e quando é na hora da missa vem 5, 8 pessoas, só. Não tem jeito, não reúne mais como no acampamento. (Irani, entrevistada por Andréa, janeiro de 2001).

---

[162]. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1995), op. cit..

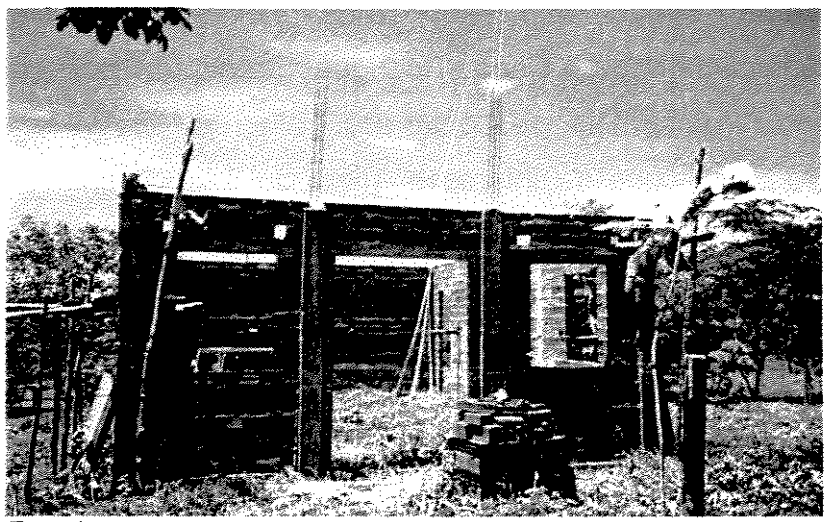


Foto do autor.

Enfim, a pouca atividade da Associação Comunitária, a baixa participação coletiva em reuniões, a praticamente ausência de momentos de confraternização coletiva e o enfraquecimento de práticas costumeiras de socialização no mundo camponês, como o mutirão e as Folias de Reis, indicam os tênues laços de identificação coletiva existentes hoje no Assentamento São João da Lavrinha.

CONCLUSÃO

Os "estudos de caso" dos assentamentos São João da Lavrinha, em Goiás, e 16 de Março, no Rio Grande do Sul, permitem que se possa tecer algumas considerações de caráter mais geral, mesmo que meu intento seja muito mais de delinear algumas questões que possam servir de inflexão a novas e outras indagações do que produzir verdades conclusivas e definitivas.

Na medida em que não me propus a desenvolver um trabalho investigativo de caráter comparativo, não teria sentido me dedicar a configurar as múltiplas particularidades que se apresentam em cada um dos "casos". Prefiro enveredar pelo caminho de tentar esboçar uma diretriz geral de análise que possa tomar os referidos estudos não como ponto de chegada, mas como ponto de partida para a reflexão.

A construção de meu objeto sociológico foi orientada pela pressuposição de que o "assentamento de reforma agrária" constitui um espaço social complexo e multidimensional, onde um conjunto diversificado de agentes e instâncias sociais intervêm, através de práticas discursivas e não discursivas, com o objetivo estratégico de enquadrar esse espaço social, configurando determinadas formas de pensar, agir e sentir dos homens e mulheres que ali vivem e trabalham. Vimos como o Estado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais (especialmente no Assentamento 16 de Março) e a Comissão Pastoral da Terra (particularmente no

Assentamento São João da Lavrinha) procuram agenciar esses espaços a diferentes e específicos projetos idealizados[1].

Contudo, ambas investigações permitem a visibilização dos assentamentos como espaços conflitivos, de guerra, de confronto, que revelam que aos projetos idealizados se contrapõe a dinâmica da vida social, as resistências de agentes sociais que não se colocam como objetos passivos à modelação, mas como personagens ativos que possuem desejos e interesses. Como analisar as resistências aos projetos de coletivização da produção, aos processos de seleção/exclusão de beneficiários, aos mecanismos de controle político dos recursos públicos de financiamento da produção, às práticas de mobilização política, à objetivação das formas de pensar...? Por que, reiteradamente, as diferentes instâncias (Estado, MST, CPT) se queixam que os assentados e os assentamentos não se modelam e enquadram ao idealizado? Por que essa distância entre o que é e o que deveriam ser, na lógica das instâncias, os assentamentos? Por que o desencantamento dos projetos de construção dos assentamentos como territórios utópicos, como lugares onde se desenvolveriam outras sociabilidades e sensibilidades?

No Assentamento São João da Lavrinha, a frustrante (não apenas para os mediadores, mas sobretudo para os próprios agricultores) experiência do "projeto comunitário" dá plena visibilidade às dificuldades de implementação do assentamento idealizado como referencial pelos agentes de pastoral da região. Revela o desencontro entre o projeto daqueles que pensam ideologicamente na construção de relações sociais de caráter anti-capitalista e dos desejos dos agricultores que visualizam no assentamento principalmente o acesso a *"uma terra que seja minha"*.

Um pouco surpreendido, pude ir constatando que, ao contrário do que esperava, para os assentados da Lavrinha o próprio assentamento, ao contrário dos agricultores sulistas, não é percebido como produto da luta social, como

---

[1]. O assentamento é agenciado pelo Estado para o restabelecimento da ordem, da normalidade social perturbada pela anomia representada pelos conflitos fundiários. É agenciado pela Igreja e pelo MST enquanto espaços, territórios de utopia que indiquem a possibilidade de instituição de novas formas de sociabilidade, que não aquelas da sociedade capitalista.

"conquista", mas como uma dádiva propiciada por outros: pelo antigo proprietário, pelo INCRA, pela Igreja, pelo "João Sem Terra". Esse fenômeno coloca em questão todo o trabalho efetuado pelos agentes de mediação e representação na construção da identidade coletiva do grupo.

Onde residem as causas da relativa ineficácia desse trabalho de construção da identidade coletiva dos trabalhadores assentados na Lavrinha? Num inadequado *"trabalho de formação"* efetuado pela CPT? Na reprodução pela própria Igreja das relações de paternalismo, de clientelismo e personalismo que caracterizam a cultura política regional? Nos fatores de desqualificação simbólica apontados reiteradamente por agentes de pastoral de que *"os agricultores não estavam preparados para um trabalho desse tipo"?* No uso de *"metodologias de trabalho inadequadas"?* Na baixa disponibilidade de recursos materiais para a efetivação do *"trabalho de formação"*[2]*?*

Procurando resguardar a coerência epistemológica da investigação a que me propus, não cumpro o papel de achar causas e dar soluções para tal fenômeno – objetivo a que outros trabalhos sócio-antropológicos podem se incumbir. Não quero cair no lugar-comum de muitas explicações simplistas que repetidamente apontam para o autoritarismo como a causa determinante dos múltiplos fracassos de projetos levados junto a camponeses (seja pelo Estado ou agentes de mediação), pois acabaria reproduzindo uma concepção negativa do poder, claramente contraditória com minha construção do objeto.

Entendo que a baixa incorporação da discursividade produzida pelos agentes de intervenção no Assentamento, em particular dos agentes religiosos, está relacionada com o conjunto de predisposições mentais que conformam o *habitus* do campesinato goiano. Os agentes de pastoral de Goiás trabalharam, pelo menos no caso pesquisado, com um aparato discursivo que afrontava as bases sociais de reprodução das formas de dominação tradicionais da região, levando camponeses a entraram em confronto aberto e declarado com proprietários até então percebidos como *"pessoas amigas, patrões que tratavam*

---

[2]. Argumentos reiteradamente tecidos pelos agentes de pastoral quando indagados porque julgavam que a experiência da Lavrinha *"não tinha dado certo"*.

bem os empregados", "pessoas que eram nossas conhecidas"[3], e colocando em cheque um conjunto de percepções de hierarquização e de ordenamento do mundo social profundamente incorporadas nas formas de pensar, agir e sentir dos trabalhadores rurais da região. Mais que trabalhar com o *habitus* do camponês, se procurou superar ou mesmo deslegitimar um *ethos* conformado na vivência de longa duração de práticas sociais plenamente legitimadas no ambiente social da agropecuária goiana.

Pude perceber que as práticas sociais e as falas dos agricultores entrevistados na Lavrinha davam plena vazão à "cultura da dádiva"[4] que historicamente deu fundamento às relações de mando e subserviência presentes no espaço agrário goiano. Não é a (re)produção da "cultura da dádiva" quando os agricultores *esperam* que o Incra venha resolver os problemas do êxodo de famílias no Assentamento, enquanto eles próprios se isentam de tomar atitudes no sentido de regular esse processo? Não se assumem, nesse processo, como agentes sob tutela?

Essa mesma relação de favor não se reflete em relação à Igreja quando expressam a sua atividade no Assentamento notabilizada pela *"ajuda"*, por propiciar alimentos e roupas no período de acampamento e *"projetos de produção"* no período de assentamento? Por que, afinal, quando indagados sobre o trabalho da Igreja, os agricultores sequer mencionam o *"trabalho de formação bíblico-pastoral"* feito pelos agentes de pastoral?

O mesmo se reproduz na relação com o antigo proprietário da Fazenda, quando reiteram nos depoimentos orais que ele não apenas lhes procurou quando da ocupação para garantir que não agiria com violência, mas que ele próprio interviria em nome do grupo junto ao INCRA para *"agilizar o processo de desapropriação"*, atuando assim como uma espécie do que Henri Mendras[5] definiu como *"notável"* (figura social que apenas ganha eficácia e visibilidade quando os próprios camponeses não dispõem dos recursos materiais e simbólicos

---

[3]. Agricultores do Assentamento São João da Lavrinha.
[4]. SALES, Teresa, (1994). Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, nº 25, ano 9, junho de 1994, p. 26-37.
[5]. MENDRAS, Henri, (1978). *Sociedades camponesas.* Rio de Janeiro, Zahar.

necessários para se fazerem representar junto às múltiplas instâncias do Poder Público). O fazendeiro, para os agricultores, não constituiu um oponente a ser enfrentado e muito menos um *"inimigo de classe"*, mas a encarnação do pai protetor, da autoridade capaz de prover o grupo daquilo que é carente. Reproduz-se, assim, a percepção tradicional nas relações de agregamento, parceria e arrendamento estabelecidas entre proprietários e trabalhadores rurais da região, onde o acesso a terra não constitui um direito social, mas uma concessão, uma oferenda. Certamente não se trata de um simples equívoco semântico o fato das relações de agregação na região serem conhecidas como *"sistema de terra cedida"*.

Essa mesma relação não se reproduziu em relação à figura mítica e emblemática de *"João Sem Terra"*? Apesar de admitirem explicitamente as práticas de "enganação" e deslealdade de seu antigo líder, é reiterado nas falas dos agricultores assentados a representação de que eles somente estão ali por *"obra e graça do João Sem Terra"*. João Sem Terra, circunstancial e ocasionalmente, encarnou a figura do agente protetor tradicionalmente desempenhada pelo fazendeiro. É ele quem vai representar a figura do agente mediador do grupo perante o Poder Público[6], representatividade assegurada pela posse de recursos materiais, simbólicos e lingüísticos (*"ele sabia falar"*, *"ele era esperto"*, *"ele sabia tudo desse negócio de reforma agrária"*[7]) dos quais os trabalhadores estavam excluídos.

Em relação ao assentados do 16 de Março o quadro é diferente. O poder do MST de dar contornos à vida social, econômica e política do Assentado é bastante visível, demonstrado pela constante presença de imagens e símbolos que vinculam aquele espaço à Organização, pelas práticas de organização produtiva adotadas, pela capacidade de influência no cotidiano da Escola 29 de Outubro, pela ativa inserção dos assentados na vida político-partidária do Município de

---

[6]. Aqui, sem dúvida, justifica-se o uso do termo "mediador", na medida em que João Sem Terra não pertenceu ao grupo social e que se propôs, aberta e explicitamente, a exercer o papel de mediação, de negociação junto aos órgãos encarregados da Reforma Agrária.
[7]. Agricultores do Assentamento São João da Lavrinha.

Pontão, pela presença de inúmeras organizações sociais estimuladas pelo Movimento, pela constante e rotineira presença dos agricultores nas mobilizações políticas patrocinadas.

Acima de tudo, é perceptível entre os agricultores do 16 de Março a eficácia dos instrumentos acionados na construção da identidade do "colono sem terra" e mesmo de "assentado". Quando indagava aos entrevistados o que eles entendiam ser a especificidade do assentado em relação aos agricultores familiares da região, embora alguns apontassem a diferenciação como decorrente do acesso diferenciado aos instrumentos de política agrícola[8], a resposta preponderante foi aquela que articulava sua posição atual a uma trajetória social marcada pela organização, pela luta e pelo pertencimento ao MST.

> Porque prá sê assentado tem que percorrê um caminho muito longo, sabe. Mas eu acho que assentado prá mim significa assim uma pessoa que lutou, venceu... o assentado hoje ele representa assim um símbolo do MST! Porque nada teria acontecido prá nós se não tivesse o MST! O assentado hoje ele tem a sua bandeira dentro de casa... então eu vejo o assentado... resumindo: ele é o símbolo do MST! É uma luta, uma conquista viva da organização! (Antônio, assentado, entrevistado pelo autor em janeiro de 2000).

Ainda que produzida na esfera estatal, formulada no âmbito das políticas públicas voltadas à conformação do espaço agrário brasileiro, refletindo uma racionalidade tecnicista de intervenção nos conflitos fundiários e atribuindo aos trabalhadores rurais a posição passiva de *"beneficiários da reforma agrária"*, a categoria "assentado" foi incorporada politicamente pelas diferentes organizações de representação e mediação e pelos próprios agricultores. Contudo, nessa outra discursividade, o termo já não designa *beneficiários* de um processo comandado pelo Estado, mas sujeitos produzidos na e pela luta social. Apropriada por uma outra discursividade de natureza política e não tecno-administrativa, a categoria "assentado" constitui expressão das lutas simbólicas entre diferentes agências sociais pelo poder de representação e de controle social sobre os "assentamentos de reforma agrária".

---

[8]. Os *beneficiários* da política agrária têm acesso a financiamentos públicos com um índice maior de subsídio em relação aos produtores familiares.

Assim, se hoje com muita naturalidade se designam esses trabalhadores como "assentados", enquanto categoria sócio-política que identifica um determinado grupo social que tem características e demandas particulares, é porque atrás dessa naturalização esconde-se todo um trabalho de "magia social"[9], todo um processo de construção social de um determinado grupo de trabalhadores através da produção discursiva e não-discursiva colocada em prática pelas entidades de representação desses trabalhadores, em particular o MST, mas também a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e a CPT.

Diferentemente do que pude observar entre os assentados da Lavrinha, no 16 de Março é flagrante que a inserção do grupo no processo de luta pela terra e a relação com novas instâncias sociais estão relacionadas a acentuadas transformações nas formas de pensar, de apreender o mundo social e de conformação de outras sociabilidades. De um mundo marcado por uma compreensão basicamente de fundo moral, passam a compreender a sociedade como marcada por conflitos e enfrentamentos entre grupos e classes sociais[10] e onde a mudança só é possível através da luta, da mobilização. É inegável a eficácia da discursividade do MST entre esse segmento de agricultores assentados[11], tornando-se um contigente prontamente acionável às manifestações de pressão social comandadas pela Organização (marchas, acampamentos, ocupações de prédios públicos, etc.).

Todavia, a idealização produzida e difundida pelo MST de como deveriam ser "assentamento" e "assentado" encontra exatamente no *ethos* tradicional do campesinato meridional a maior resistência. Os valores fundamentais da propriedade da terra, da primazia das estratégias familiares e do trabalho como

---

[9]. BOURDIEU, Pierre, (1989). A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In *O poder simbólico*, Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 107-132.

[10]. Comumente, compreendem a sociedade, de forma maniqueista, como marcada por dualidades: pobres x ricos; burgueses x trabalhadores; grandes x pequenos.

[11]. Luiz Inácio Gaiger também observou esse processo, apontando entre essa "base social" do MST a transformação das formas de pensar e agir tradicionais do campesinato sulista e a conformação de um *ethos militante*. GAIGER, Luiz Inácio G., (1995). Entre as razões de crer e a

fonte de realização pessoal se mantêm como orientadores principais das práticas sociais dos agricultores assentados. E talvez seja exatamente esse poder de (re)produção de uma tradição cultural conformada na colonização do Planalto Gaúcho por imigrantes europeus a partir da segunda metade do século XIX que esteja relacionada à relutância e insegurança dos assentados do 16 de Março em relação às formas coletivas de organização do trabalho agrícola que violentem ou coloquem sob risco essa articulação historicamente construída e socialmente adquirida e incorporada em suas formas de representar e agir no mundo social.

O trabalho de difusão da proposta de coletivização esbarra no conjunto de predisposições historicamente incorporadas pelo camponês e que estruturam sua vida: para o camponês viver é ter terra e trabalhar e conviver com a família. Toda forma de organização do trabalho que afronte essas percepções encontrará resistências, ainda que não insuperáveis, mas que certamente envolverá todo um novo trabalho de socialização e inculcação de longa duração e também a produção de outras condições sociais de existência diferentes daquelas historicamente vivenciadas pelos camponeses. As resistências impostas à permanente participação nas mobilizações patrocinadas pelo MST igualmente encontram sua racionalidade na compreensão de que *"tá sempre na estrada"* se choca com a percepção moral da necessidade permanente do trabalho para atender às demandas de subsistência do grupo familiar.

O *habitus*, conjunto de predisposições mentais adquiridas pelo indivíduo através da socialização, não apenas funciona como estrutura estruturada, mas também enquanto estrutura estruturante, ou seja, como agente ativo que direciona o indivíduo no sentido de determinados comportamentos e estratégias sociais conformes à sua própria reprodução. *"... o habitus tende a assegurar sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança através da seleção que ele opera entre as informações novas, rejeitando, em caso de exposição fortuita ou forçada, as informações capazes de colocar em questão a informação acumulada*

---

crença na razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, nº 27, p. 111-127.

e, sobretudo, desfavorecendo a exposição a tais informações..."[12]. No caso em apreço, ele torna "naturais" as estratégias sociais dos agricultores voltadas à reprodução da tradicional articulação terra-família-trabalho, em detrimento de experiências inovadoras que ameacem essa articulação, como é o caso da proposta de coletivização dos meios de produção, que acarretariam mudanças nas formas de organização do trabalho da família camponesa e colocariam em questão todo um conjunto de representações, de percepções e práticas sociais, culturais e simbólicas que estruturam e conferem significado à vida desses agricultores[13].

Entretanto, como explicar que alguns aderem às propostas coletivistas mesmo que todos sejam ou foram socializados enquanto camponeses? Pierre Bourdieu aponta que ainda que haja um *habitus* coletivo, que representa um conjunto de esquemas comuns de percepção, de concepção e de ação com os quais foram socializados a partir de condições de existência social semelhantes, há um *habitus* individual, pois *"cada sistema de disposições individuais é uma variante estrutural dos outros, onde se exprime a singularidade da posição no interior da classe e da trajetória"*[14]. Nem todos os sujeitos, ainda que pertençam a um mesmo grupo ou classe social, são socializados de igual maneira, pois cada um possui trajetórias sociais particulares, ainda que em grande parte semelhantes às experiências vivenciadas pelo conjunto do grupo social. É nessa linha de raciocínio que acredito ser possível entender porque alguns aderem a estratégias que, a princípio, se apresentam em dissonância com o *habitus* camponês.

No Assentamento 16 de Março, quem são aqueles que efetivamente compõem a COOPTAR e moram na agrovila? Constituem um grupo de 14 famílias, relativamente mais jovens do que os demais, que vivenciaram ativamente um processo social contemporâneo à agricultura gaúcha: a crise das condições de

---

[12]. BOURDIEU, Pierre, (1980). Structures, habitus, pratiques. In *Le sens pratique,* Paris, Éditions de Minuit, p. 102.

[13]. Como vimos, é exatamente entre os agricultores de mais idade, *"com família constituída"* que se expressam com mais vigor resistências à modelização da vida social e produtiva do assentamento proposta pelo MST (como, por exemplo, nas questões da moradia em agrovila e formação de cooperativas de produção).

reprodução da agricultura familiar no Estado. Além disso, esses "jovens" foram fortemente socializados sob a influência de um conjunto diversificado e ativo de outras e renovadas instâncias discursivas: as CEBs, os sindicatos, os movimentos sociais, as ONGs, o aparato estatal, a escola.

Ou seja, o *habitus* desses jovens se produziu sob outras condições históricas e sociais de existência, configurando-se em disposições, percepções e representações distintas daquelas conformadas e conformadoras do tradicional *ethos* do campesinato meridional. Diferenciação que vai se expressar no cotidiano em um visível "conflito de gerações", não derivado simplesmente por pertencerem a classes etárias diferenciadas, mas relacionados a *"habitus produzidos segundo modos de geração diferentes, isto é, por condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível e do provável, tornam para alguns naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que para outros aparecem como impensáveis ou escandalosas e vice-versa."*[15].

A análise geral de meus dois *locus* de pesquisa me levam a compreender que, embora os "assentamentos" constituam alvo de instâncias sociais devotadas à sua modelação, tecendo discursos e práticas de poder que procuram controlar e agenciar esses espaços sociais a determinados interesses estratégicos, há um longo caminho de marchas e contramarchas, que nem sempre se atinge os objetivos almejados, pois à idealização se contrapõe a dinâmica dos confrontos, dos enfrentamentos, dos combates.

---

[14]. BOURDIEU, Pierre, (1980). Structures, habitus, pratriques. In *Le sens pratique,* Paris, Éditions de Minuit, p. 101.
[15]. BOURDIEU, Pierre, (1980), op. cit., p. 104.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo, (s.d.). Agricultura sustentável e profissionalismo. In Universidade Aberta. Fortaleza, mimeo.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de, (1999). A invenção do Nordeste e outras artes. Recife/São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco/Cortez.

AMADO, Wolmir T., (1991). A Igreja Católica e a questão agrária em Goiás, na década de 50 a meados de 60. Goiânia, Dissertação de mestrado, Mestrado em História das Sociedades Agrárias/UFG.

AMADO, Wolmir T., (1996). A Igreja e a questão agrária no Centro-oeste do Brasil (1950-1968). Goiânia, Editora da UCG.

ANDRADE, Maristela P. de. (1990). A coletivização da produção nos assentamentos de reforma agrária. In Cadernos do CEAS, n. 142, Salvador, p. 64-73.

BACHELARD, Gaston, (1988). La formación del espíritu científico. México, Siglo Veintiuno Editores, 15ª ed..

BAVARESCO, Pedro, (1998). Assentamento Annoni Fase IV (RS); uma análise do seu desempenho sócio econômico. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, CPDA/UFRRJ.

BERGAMASCO, Sonia, FERRANTE, Vera Botta. (1998), No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco C., ROSA, Sueli L. Couto (orgs.). Os assentamento de reforma agrária no Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 171-204.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas, (1990). A construção social da realidade. Petrópolis, Vozes, 8ª ed..

BERNARDES, Carmo, (1991). Perpetinha, um drama nos babaçuais. Goiânia, CEGRAF/UFG.

BONAVIGO, Elizabete Ana, (1998). Produção sócio-histórica da "cooperação agrícola" no acampamento da Fazenda Annoni e no Assentamento 16 de Março: práticas cotidianas e produções de subjetividades. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em Psicologia e Práticas Sócio-culturais, UERJ.

BORGES, Barsanulfo Gomides, (2000). Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960. Goiânia, Editora da UFG.

BOURDIEU, Pierre, (1977). Une classe objet. Paris, Actes de la recherche en sciences sociales, nº 17-18, p. 2-5.

BOURDIEU, Pierre, (1980). Structures, habitus, pratiques. In Le sens pratique. Paris, Éditions de Minuit, p. 87-109.

BOURDIEU, Pierre, (1981). Decrire et prescrire: notes sur les conditions de possibilite et les limites de l'éfficacite politique. Actes de la recherche en Sciences Sociales, nº 38, Paris, p. 69-73.

BOURDIEU, Pierre, (1984). La délégation et le fétichisme politique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 52-53, Paris, p. 49-55.

BOURDIEU, Pierre, (1989). A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In O poder simbólico, Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand do Brasil/Difel, p. 107-132.

BOURDIEU, Pierre, (1989). A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand do Brasil/Difel, p. 163-202.

BOURDIEU, Pierre, (1989). Espaço social e génese das "classes". In O poder simbólico, Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 133-161.

BOURDIEU, Pierre, (1989). Introdução a uma sociologia reflexiva. In O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 17-58.

BOURDIEU, Pierre, (1989). La noblesse d'état. Paris, Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre, (1989). Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 75-106.

BOURDIEU, Pierre, (1990). A codificação. In Coisas ditas, São Paulo, Brasiliense, p. 96-107.

BOURDIEU, Pierre, (1996). Razões práticas. Campinas, Papirus.

BOURDIEU, Pierre, (1999). A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre. (1988). Lições da aula. São Paulo, Ática.

BOURDIEU, Pierre. (1989), Sobre o poder simbólico. In O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel, p. 7-16.

BOURDIEU, Pierre. (1990), Espaço social e poder simbólico. In Coisas ditas, São Paulo, Brasiliense, p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. (1996). A economia das trocas lingüísticas. São Paulo, EDUSP.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1977). Peões, pretos e congos: relações étnicas e de trabalho em Goiás. Goiânia, Editora da UnB.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1981). Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano. São Paulo, Graal.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1983). A fala subalterna: a visão da vida e do trabalho entre lavradores de Mossâmedes, Goiás. In Casa de escola, Campinas, Papirus, p. 177-216.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1986). Representações do trabalho entre lavradores de Mossâmedes. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues, RAMALHO, José Ricardo. Campesinato goiano: três estudos. Goiânia, Editora da UFG, p. 119-156.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1988). Crença e Identidade: campo religioso e mudança cultural. In: Coleção Trabalhos em Antropologia, Campinas, UNICAMP, nº 3.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, (1995). A partilha da vida. São Paulo, GEIC/Cabral.

BRITO GOES, César Hamilton, (1997). A Comissão Pastoral da Terra: história e ambivalência da ação da Igreja, no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH/UFRGS.

BRUM, Argemiro Jacob, (1988). Modernização da agricultura: trigo e soja. Petrópolis, Vozes.

BURKE, Peter, (2000). Desafios de uma história polifônica. In Cadernos Mais!, Folha de São Paulo, São Paulo, 15 de outubro, p. 18-19.

CALDART, Roseli Salete, (2000). Pedagogia do Movimento Sem Terra. Petrópolis, Vozes.

CALDART, Roseli Salete, KOLLING, Edgar Jorge, (1997). O MST e a educação. In STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis, Vozes, 2ª ed., p. 223-242.

CALDART, Roseli Salete, SCHWAAB, Bernardete, (1991). A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In GORGEN, Frei Sérgio A., STÉDILE, João Pedro, (orgs.). Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis, Vozes, p. 85-114.

CAMPOS, Francisco Itami, (1983). Coronelismo em Goiás. Goiânia, Editora da UFG.

CAMPOS, Francisco Itami, (1985). Questão agrária: as bases sociais da política goiana (1930-1960). São Paulo, Tese de Doutorado em História Social, USP.

CÂNDIDO, Antônio, (1982). Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades, 6ª ed..

CARDOSO, Eulália E. (1994), Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. Revista Reforma Agrária, vol. 24, nº 3, Campinas, ABRA, p. 140-153.

CARDOSO, Ruth, (1986). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In CARDOSO, Ruth, (org.). A aventura antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 95-105.

CARNEIRO, Maria Esperança F., (1988). A revolta camponesa de Formoso e Trombas. Goiânia, CEGRAF/UFG.

CASTELLI, Lauro, (1987). O agente de pastoral na luta pela terra em Ronda Alta. Passo Fundo-RS, Monografia de conclusão do Curso de Teologia, ITEPA.

CAUME, David José, (1992). A construção social de um outro ofício de agricultor. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado em Sociologia, PPGS/IFCH/UFRGS.

CAZELLA, Ademir. (1992), Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola/UFRRJ.

CHAUL, Nasr Fayad (coord.), (1998). Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. Goiânia, Mestrado em História/UFG/KELPS.

CHAUL, Nasr Fayad, (1997). Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia, Ed. da UFG.

CURADO, Fernando F., (1998). Ocupação e assentamento na Fazenda Rio Vermelho: a constituição do agricultor assentado na região de Goiás. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ.

D'INCAO, Maria C., ROY, Gérard. Nós, cidadãos. Aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

D'INCAO, Maria Conceição, (1991). A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. Lua Nova, nº 23, CEDESC/Marco Zero, março de 1991, p. 83-106.

DAVID, Maria B. A., WANIEZ, Philippe, BRUSTLEIN, Violette. (1998), Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas. In SCHMIDT, Benício V., MARINHO, Danilo N. C., ROSA, Sueli L. C. (org.). Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, p. 113-152.

DAYRELL, Eliane G., (1974). A colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste. Goiânia, Dissertação de mestrado em História/UFG.

DUARTE, Elio Garcia, (1998). Do mutirão à ocupação de terra: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. São Paulo, Tese de doutorado em História Social/USP.

ECKERT, Córdula, (1984). Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola/UFRJ.

EIZIRIK, Marisa, (1997). Ética e cuidado de si. Porto Alegre, Educação, poder & subjetividade, nº 4, vol. 4, p. 36-43.

ELIAS, Norbert, (1994). *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John, (2000). Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ÉLIS, Bernardo, (1988). O tronco. Rio de Janeiro, José Olympio, 8ª ed..

ESTERCI, Neide et. al. (1992), Assentamentos rurais: um convite ao debate. Revista Reforma Agrária, nº 3, vol. 22, Campinas, ABRA, p. 4-15.

ESTERCI, Neide, (1983). Coletivização e reforma agrária. In Tempo e Presença, CEDI, nº 183, p. 17-19.

ESTERCI, Neide, (1984). Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta. In ESTERCI, Neide (org.). Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular. Rio de Janeiro, Cadernos do ISER, nº 16, Editora Marco Zero, p. 34-63.

EWALD, François. (1993). Foucault, a norma e o direito. Lisboa, Veja.

FERNANDES, Bernardo M., (1996). MST: formação e territorialização. São Paulo, Hucitec.

FERNANDES, Bernardo Mançano, (2000). A formação do MST no Brasil. Petrópolis, Vozes.

FERRANTE, Vera Lúcia S. B., (2000). Assentamentos rurais: ações coletivas na contramão das idealizações do Estado. Petrópolis-RJ, XXIV Encontro Anual da ANPOCS.

FERREIRA, Brancolina, (1994). Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal. In MEDEIROS, Leonilde S. de et al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, p. 29-47.

FERREIRA, Gracy Tadeu da S., (1997). Coronelismo em Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela História e Literatura. Goiânia, Dissertação de mestrado em História das Sociedades Agrárias/UFG.

FOUCAULT, Michel (org.), (1977). Apresentação. In Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão. Rio de Janeiro, Graal, p. IX-XV.

FOUCAULT, Michel, (1984). O cuidado com a verdade. In ESCOBAR, Carlos H. de, (org.). Dossier: últimas entrevistas. Rio de Janeiro, Taurus, p. 74-85.

FOUCAULT, Michel, (1985). História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal.

FOUCAULT, Michel, (1985). Nietsche, a genealogia e a história. In Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, p. 15-37.

FOUCAULT, Michel, (1985). Sobre a história da sexualidade. In Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, p. 243-276.

FOUCAULT, Michel, (1985). Verdade e poder. In Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 5ª ed., p. 1-14.

FOUCAULT, Michel, (1987). Arqueologia do saber. Rio de Janeiro, Forense, 3ª ed..

FOUCAULT, Michel, (1988). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.* São Graal, 4ª ed..

FOUCAULT, Michel, (1989). Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 7ª ed..

FOUCAULT, Michel, (1994). Cours du 14 janvier 1976. In Dits et écrits (1976-1979), tomo III. Paris, Éditions Gallimard, p. 175-189.

FOUCAULT, Michel, (1994). Espace, savoir et pouvoir. In Dits et écrits, Tomo IV, Paris, Gallimard, p. 270-285.

FOUCAULT, Michel, (1994). L'oeil du pouvoir. In Dits et écrits, tomo III, Paris, Gallimard, p. 190-207.

FOUCAULT, Michel, (1994). La "gouvernementalité". In Dits et écrits, Tomo III (1976-1979), Paris, Éditions Gallimard, p. 635-657.

FOUCAULT, Michel, (1994). La folie et la societé. In Dits et écrits, tomo III (1976-1979). Paris, Éditions Gallimard, p. 477-499.

FOUCAULT, Michel, (1994). La politique de la santé au XVIII siècle. Dits et écrits (1954-1988), tomo III (1976-1979). Paris, Éditions Gallimard, p. 725-742.

FOUCAULT, Michel, (1994). Le sujet e le pouvoir. In Dits et écrits, Tomo IV (1980-1988), Paris, Éditions Gallimard, p. 222-243.

FOUCAULT, Michel, (1994). M. Foucault. Conversation sans complexes avec le philosophe qui analyse les "structures du pouvoir". In Dits et écrits, tomo III, Paris, Gallimard, p. 669-678.

FOUCAULT, Michel, (1994). Pouvoir et savoir. In Dits et écrits, tomo III (1976-1979). Paris, Éditions Gallimard, p. 399-414.

FOUCAULT, Michel, (1996). A ordem do discurso. São Paulo, Loyola, 3ª ed..

FOUCAULT, Michel, (1997). Do governo dos vivos. In Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, p. 101-106.

FOUCAULT, Michel, (1999). Em defesa da sociedade. São Paulo, Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. (1984). História da sexualidade II: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro, Graal.

FOUCAULT, Michel. (1994a). Dialogue sur le pouvor. In Dits et écrits, tomo III, Paris, Editions Gallimard, p. 464-477.

FOUCAULT, Michel. (1994a). Michel Foucault: la sécurité et l'État. Dits et écrits (1954-1988). Tomo III (1976-1979). Paris, Éditions Gallimard, p. 383-388.

FRANCO, Maria Sylvia de C., (1997). Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Editora UNESP, 4ª ed..

FRANCO, Mariana C. Pantoja, (1992). Xagu: de sem-terra a assentado. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRJ.

FREITAS, Enyr Antonio G. de. FREITAS, Enyr A. G. de. (1994), O assentamento 'Mosquito': um registro para a história da reforma agrária em Goiás. Goiânia, Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias/ICHL/UFG.

FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás, 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia, Editora da UFG.

GAIGER, Luiz Inacio G., (1991). Culture, religion et praxis socio-politique: la pastorale de libération et le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans-terre au Sud du Brésil. Belgique, Dissertation Doctorale en Sociologie, Universite Catholique de Louvain.

GAIGER, Luiz Inácio G., (1994). A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à identidade ou à heterogeneidade cultural?. In Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 6, p. 177-203.

GAIGER, Luiz Inácio G., (1995). Entre as razões de crer e a crença na razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, nº 27, ano 10, p. 111-127.

GAIGER, Luiz Inacio G., (1998). As razões da luta: uma análise das condições sócio-culturais do engajamento no MST. Caxambu, XXII Encontro da ANPOCS.

GAIGER, Luiz Inácio, (1987). Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil. Petrópolis, Vozes.

GARCIA Jr., Afrânio Raul, (1989). O sul: caminho do roçado. São Paulo/Brasília, Editora da UnB/Marco Zero/MCT-CNPq.

GEHLEN, Ivaldo, (1991). Terres de lute et luttes pour la terre. These de doctorat en Sociologie, Universite Paris X – Nanterre.

GIACOBBO, Elisa O. (1994), A construção e a reconstrução das relações familiares em um assentamento de reforma agrária. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia/IFCH/UFRGS.

GIANNOTTI, José Arthur, (2001). O militante abandonado. In FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Mais, São Paulo, p. 14-15.

GOLDENBERG, Mirian, (1997). A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Record.

GOMES, Iria Zanoni, (1995). A recriação da vida como obra de arte no assentamento: a desconstrução/reconstrução da subjetividade. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH/USP.

GOMES, Luiz Antonio L., (1995). A dolorosa transição: de trabalhadores sem terra a trabalhadores com a terra. Goiânia, Dissertação de mestrado em História das Sociedades Agrárias, ICHL/UFG.

GUATTARI, Felix, (1987). Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense, 3ª ed..

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely, (1986). Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis, Vozes.

GUEDES PINTO, Luís Carlos, (1995). Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1994. Reforma Agrária, nº 1, vol. 25, p. 65-112.

GUIMARÃES, Maria Teresa C., (1988). Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64). Goiânia, CEGRAF/UFG.

HAGUETTE, Maria Frota Teresa, (1987). Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis, Vozes.

HALBWACHS, Maurice, (1990). A memória coletiva. São Paulo, Vértice.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio B. (1995), Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. São Paulo, Folha de São Paulo/Editora Nova Fronteira.

KREUTZ, Ineiva T., (1999). Religião e educação: a face (re)velada do movimento social rural. Goiânia, Dissertação de mestrado em Educação Brasileira/UFG.

LANG, Alice Beatriz da Silva G., (s.d.). História oral: procedimentos e possibilidades. Mimeo..

LARROSA, Jorge, (1995). Tecnologias do eu e educação. In SILVA, Tomaz Tadeu da, (org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis, Vozes, 2ª ed., p. 35-86.

LE GOFF, Jacques, (1984). Documento/monumento. Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Memória-História, Portugal, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 95-106.

LE GOFF, Jacques, (1984). Memória. In Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História, Portugal, p. 11-50.

LOUREIRO, Walderês N., (1988). O aspecto educativo da prática política. Goiânia, CEGRAF/UFG.

MACEDO, Carmem Cinira, (1986). Tempo de gênesis: o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo, Brasiliense.

MARRE, Jacques L., (1991). História de vida e método biográfico. Cadernos de Sociologia: metodologias de pesquisa, vol. 3, n. 1, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, p. 89-141.

MARTINS, José de S., (1983). Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes.

MARTINS, José de S., (1989). Caminhada no chão da noite. São Paulo, Hucitec.

MARTINS, José de S., (1990). O Cativeiro da Terra. São Paulo, Hucitec, 4ª ed..

MARTINS, José de S., (1994). O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo, Hucitec.

MARTINS, José de Souza, (1975). Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo, Pioneira.

MARTINS, José de Souza, (1985). *A militarização da questão agrária.* Petrópolis, Vozes, 2ª ed..

MARTINS, José de Souza, (1993). Ação pastoral das igrejas e retrocesso no processo de reforma agrária. In MARTINS, José de Souza, PERANI, Cláudio. Sonhos e desejos dos lavradores: desafios para a CPT. São Paulo, CPT/Loyola, p. 7-25.

MARTINS, José de Souza, (2000). Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo, EDUSP.

MEDEIROS, Leonilde S. de, LEITE, Sérgio P., (1999). Introdução. In MEDEIROS, Leonilde S. de, LEITE, Sérgio P. (orgs.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Editora da UFRGS/CPDA, p. 7-17.

MEDEIROS, Leonilde S. de. et al., (1994). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP.

MENDRAS, Henri, (1978). Sociedades camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MOURA, Ivanilde G. de, (1989). A Igreja do Evangelho: a construção de um sonho. A Diocese de Goiás nos anos setenta. São Paulo, Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP.

MUSUMECI, Leonarda, (1988). O mito da terra liberta. São Paulo, Vértice/ANPOCS.

NAVARRO, Zander, (1996). Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In NAVARRO, Zander (org.). Política, protesto e cidadania. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, p. 62-105.

NAVARRO, Zander, (2000). MST: decifrar é preciso. Porto Alegre.

NAVARRO, Zander, MORAES, Maria Stela, MENEZES, Raul, (1999). Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, Leonilde S. de, LEITE, Sérgio (orgs.), A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. da Universidade-UFRGS/CPDA, p. 19-68.

NAVARRO, Zander. (1995), Assentamentos rurais, formatos tecnológicos e organização produtiva – o caso do Rio Grande do Sul. Políticas Agrícolas, vol. 1, nº 1, México, p. 81-117.

NEIVA, I., (1984). O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás. Brasília, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

NEVES, Delma P., (1995). Reforma agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades. Campinas, Reforma Agrária, nº 1, vol. 25, p. 185-204.

NEVES, Delma P., (1997). Assentamentos: reforma agrária em migalhas. Niterói, EDUFF.

NOVAES, Regina, (1987). De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. São Paulo, Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais/IFLCH/USP.

PALMEIRA, Moacir, (1994). Burocracia, política e reforma agrária. In MEDEIROS, Leonilde et al. (org.). Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, p. 49-65.

PANINI, Carmela. (1990), Reforma agrária dentro e fora da lei. São Paulo, Paulinas.

PASQUETTI, Luis Antonio, (2000). O MST como uma empresa social. In Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, cd-room.

PEREIRA, José R. (1999) Os trabalhadores coletivos da reforma agrária. XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, mimeo.

PERROT, Michelle, (1989). Práticas da memória feminina. Revista Brasileira de História, nº 18, São Paulo, p. 9-18.

PESSOA, Jadir de M. (1999a). A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel. Campinas, Kayrós.

PESSOA, Jadir de Morais, (1999). A revanche camponesa. Goiânia, Editora da UFG.

PINHEIRO, Ana Maria, (1999). Assentamentos de reforma agrária em Goiás. Goiânia, Editora UFG,

POKER, José Geraldo A., (1994). A prática da vida e os desencontros da "libertação". São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP.

POLLAK, Michael, (1985). Enquadramento e silêncio: o trabalho da memória. Pénélope, Mémoires de femmes, cahier nº 12, Paris, p. 35-39.

POLLAK, Michael, (1989). Memória, esquecimento, silêncio. In Estudos Históricos, vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, p. 3-15.

POLLAK, Michael, (1992). Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro, (1993). Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto História, nº 10, São Paulo.

QUEIROZ, João Batista P. de, (1997). O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás. Dissertação de mestrado em Educação Brasileira, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de, (1976). O campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 2ª ed..

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira, (1976). O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Alfa-Ômega.

RAGO, Margareth, (1993). As marcas da pantera: Foucault para historiadores. Resgate, nº 5, Campinas, Centro de Memória/Unicamp/Papirus, p. 22-32.

RAGO, Margareth. (1995), O efeito-Foucault na historiografia brasileira. Tempo social – Revista de Sociologia da USP, vol. 7, nº 1-2, p. 67-82.

RAMALHO, José Ricardo, (1986). Posse e uso da terra e relações de trabalho em Mossâmedes. In BRANDÃO, Carlos Rodrigues, RAMALHO, José Ricardo. Campesinato goiano: três estudos. Goiânia, Editora da UFG, p. 83-118.

RAMOS, Hugo de Carvalho, (1998). Tropas e boiadas. Goiânia, Cultura Goiana, 8ª ed..

REVERS, Isidoro. (1999). Oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás (1973-1993): concepção e prática sindical a partir da ação pastoral da Igreja. Goiânia, Dissertação de mestrado em História das Sociedades Agrárias/UFG.

RIBEIRO, Miriam Bianca A., (1998). Memória, família e poder. História de uma permanência política – os Caiado em Goiás. In CHAUL, Nasr F. Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias. Goiânia, Mestrado em História/UFG/Editora Kelps, p. 207-329.

ROMANO, Jorge O., (1994). Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In MEDEIROS, Leonilde et al. (orgs.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, p. 249-258.

SADER, Eder, (1988). Quando novos personagens sociais entraram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, nº 25, ano 9, junho de 1994, p. 26-37.

SCHMIDT, Benício V., MARINHO, Danilo N. C., ROSA, Sueli L. C. (org.). (1998), Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

SCHMITT, Claudia J., (1992). O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do "colono sem-terra". Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFRGS, Porto Alegre.

SCHMITT, Claudia Job, (1995). Meio ambiente e luta pela terra: o caso da Fazenda Annoni. Políticas Ambientais, nº 8, maio de 1995, p. 6-9.

SOUSA, Regina Sueli de, (1997). Ordem e contra-ordem: o processo político constitutivo do MST na especificidade do Assentamento Rio Vermelho. Brasília, Dissertação de Mestrado em Política Social/UnB.

SOUZA, Maria Aparecida de, (1999). As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Campinas, Tese de Doutorado em Educação/UNICAMP.

STEDILE, João P., FERNANDES, Bernardo M., (1999). Brava gente: trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1978). Os colonos do vinho: sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1985). A gestação da recusa: o "colono retornado" dos projetos de colonização da Amazônia. In TAVARES DOS SANTOS,

José Vicente. Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo/Campinas, Ícone/Editora da UNICAMP, p. 167-185.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1993). Matuchos: exclusão e luta. Petrópolis, Vozes.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1995). Colonização de novas terras: a continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República. Reforma Agrária, vol. 25, nº 1, p. 39-64.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (1996). Michel Foucault: um pensador das redes de poderes e das lutas sociais. Educação, subjetividade & poder, v. 3, mar/jul, Porto Alegre, NESPE, p. 7-16.

TEDESCO, João Carlos, (1999). Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo-RS, EDIUPF.

TOURAINE, Alain, (1989). Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina. São Paulo/Campinas, Trajetória Cultural/Editora da Unicamp.

TURATTI, Maria Cecília M., (1999). Acampamentos do MST: uma discussão crítica sobre sociabilidade e poder. XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, outubro de 1999.

VIANNA DE SOUZA, Maria de Fátima, (1992). Os rendeiros da soja. Campinas, Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCH/UNICAMP.

VIEIRA, Maria Antonieta da C., (1989). A venda de terras do ponto de vista dos lavradores: a venda como estratégia. In ESTERCI, Neide (orgs.). Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro, CEDI.

VIOLA, Eduardo, MAINWARING, Scott, (1987). Novos movimentos sociais. Cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J., Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo, Brasiliense, p. 102-188.

WAGNER, Carlos, (1989). A saga do João Sem Terra. Petrópolis, Vozes, 2ª ed..

WEBER, Max, (s.d.). Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva. México, Fondo de Cultura Económica.

WOORTMANN, Ellen F., (1995). Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo/Brasília, Hucitec/Edunb.

WOORTMANN, Ellen F., WOORTMANN, Klaas, (1997). O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, Editora UnB.

ZIMMERMANN, Neusa. (1989). Depois da terra, a conquista da cooperação. Brasília, Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia/UnB.

DOCUMENTOS CITADOS

ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO, (1996). Ata nº 1/1996.

ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO, (1998). Ata nº 001/1998.

Avaliação do III Encontro Estadual de Sem Terrinhas, sem data. (Arquivo da Escola 29 de Outubro).

BALANCIN, Euclides M., STORNIOLO, Ivo, (1991). Como ler o Livro do Êxodo: o caminho para a liberdade. São Paulo, Paulus.

BARROS, Marcelo, PEREGRINO, Artur, (1996). A festa dos pequenos: romarias da terra no Brasil. São Paulo, Paulus.

BISPOS DO CENTRO OESTE. (1973), Marginalização de um povo: grito das igrejas. Goiânia.

BOFF, Clodovis, (1995). Como trabalhar com a massa. Petrópolis, Vozes/CERIS.

BOFF, Clodovis, (1996). Como trabalhar com o povo. Metodologia do trabalho popular. Petrópolis, Vozes, 12ª ed..

BOGO, Ademar, (1998). A vez dos valores. Caderno de Formação, nº 26, São Paulo, MST.

CODINA, Victor, (1996). Teologia simbólica da terra. Petrópolis, CPT/Vozes.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1983). CPT: pastoral e compromisso. Petrópolis, Vozes.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1985). Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – dez anos de caminhada. Petrópolis, Vozes.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1987). CPT: seu compromisso eclesial e político. Goiânia

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1989). Boletim da Comissão Pastoral da Terra, ano XIV, nº 83, jul/ago.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1991). Pastoral da Terra. Ano XVI, nº 95, jul/ago de 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1993). Estrutura Organizativa da CPT. Debate & Formação, Caderno nº 2.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1995). Terra e mística frente ao projeto de exclusão. Debate e Formação, nº 4, Goiânia.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, (1997). A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo, Paulus.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Revista Conflitos no campo. Goiânia, vários números.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVA DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1996). *Síntese do Seminário Nacional do SCA.* São Paulo, mimeo..

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA, (1998a). Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. Caderno de Cooperação Agrícola, nº 7, São Paulo.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1998). Sistema cooperativista dos assentados. Caderno de Cooperação Agrícola, nº 5, São Paulo, 2ª ed..

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA., (1999). A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). Caderno de Cooperação Agrícola, nº 8, São Paulo.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL LTDA./MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1998). A emancipação dos assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter. Caderno de Cooperação Agrícola, nº 6, São Paulo.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA LTDA., (2000). Assentamentos: construir uma nova estrutura social no meio rural. In MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio (textos para debate no 4º Congresso Nacional do MST), São Paulo.

COOPERATIVA CENTRAL DOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL – COCEARGS, (1997). A vida no assentamento. Porto Alegre.

COORDENAÇÃO GERAL DO ACAMPAMENTO DA FAZENDA ANNONI, (1986). "Projeto de trabalho comunitário da Fazenda Annoni. Mimeo..

Correspondência do "grupo comunitário" à Superintendência Estadual do INCRA/GO, datada de 14 de junho de 1994, assinada pela "Comissão do Projeto" (encontrada nos arquivos do INCRA/GO).

Correspondência do "grupo individual" do Assentamento São João da Lavrinha à Superintendência Estadual do INCRA/GO, datada de 07 de junho de 1994, assinada por 29 acampados (encontrada nos arquivos do INCRA/GO).

Correspondência do CERIS/RJ aos "pré-assentados", datada de 22 de março de 1994.

CPT CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.). Cantos Novena da Terra. Goiânia.

CPT NE III, (1981). Igreja e problemas da terra. Petrópolis, Vozes.

CPT REGIONAL CENTRO SUL DE GOIÁS, (1984). Caderno de Preparação à Romaria da Terra. Goiânia.

CPT REGIONAL CENTRO SUL DE GOIÁS, (s.d.). Cantos dos Lavradores de Goiás. Goiânia.

CPT REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.). Agricultura alternativa. Encontros com trabalhadores rurais, nº 2, Goiânia.

CPT REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.). Avaliação do trabalho da CPT-GO nas suas linhas de ação bíblico-pastoral e formação". Goiânia.

CPT REGIONAL CENTRO-SUL DE GOIÁS, (s.d.). Jornadas bíblicas em acampamentos e assentamentos no Estado de Goiás. Goiânia.

DIOCESE DE GOIÁS, (1978). Dez anos da caminhada da Igreja de Goiás. Cidade de Goiás.

DIOCESE DE SANTARÉM, (1987). Terra: ferramenta da vida. Leitura da questão agrária a partir da Bíblia. São Paulo, Paulinas.

DUSSEL, Enrique, (1994). Ética comunitária. Petrópolis, Vozes.

FOLHA DE SÃO PAULO, (2000). MST desvia dinheiro da reforma agrária. São Paulo, p. A 13, de 14 de maio de 2000.

GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, (1999). Instrução Normativa nº 34 de 9 de julho de 1999. Brasília.

HERMANNS, Johannes, (1988). Ich habe den Schrei meines Volkes gehört. Alemanha.

INCRA SR 04, (1999). Relação dos projetos de assentamento criados no Estado de Goiás até 1998. Goiânia.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1990). Programa de trabalho/1990. Anexo 4: Informação sobre o Acampamento Encruzilhada Natalino e Ocupação da Fazenda Annoni. Porto Alegre.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1999). Assentamentos implantados a partir de 1986. Porto Alegre.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1986). Proposta de criação do P. A. Encruzilhada Natalino – Município de Sarandi. Porto Alegre.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1991). Quadro atualizado de ocupação da área da Fazenda Annoni. Porto Alegre, s.p..

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1975). Projeto Integrado de Colonização Sarandi: programação operacional. Porto Alegre.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, (1989). Relatório do trabalho de seleção de beneficiários da Fazenda Annoni. Porto Alegre.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS, (1994). Levantamento expedito dos recursos naturais, organização espacial e diretrizes para o plano de viabilidade técnica do Projeto de Assentamento Lavrinha – Município de Goiás/GO. Goiânia.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997). Instrução Normativa nº 19 de 10 de setembro de 1997. Brasília.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997). Instrução normativa nº 19, de 10 de setembro de 1997. Brasília.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1999). A reforma agrária no Brasil: 1985-1998. Brasília.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1999). Placar da reforma agrária. Texto obtido no site www.incra.gov.br/reforma/placar.htm.

LEROY, Jean Pierre, RICCI, Rudá e COSTA, Beatriz, (1995). "Se Deus quiser, amanhã chegaremos lá": uma avaliação da CPT nos anos 90. Goiânia.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E REFORMA AGRÁRIA, (1993). Programa emergencial de reforma agrária. Brasília.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E REFORMA AGRÁRIA, (1995). Diretrizes para o programa nacional de reforma agrária (versão preliminar). Brasília.

MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1985). I Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1983). Estatuto da Terra. Brasília.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGÁRIA, (1987). Política de assentamento. Brasília.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (1997). Processo de seleção de candidatos em área de reforma agrária (revisão norma Seasc/01/98). Brasília.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, (1999). O novo mundo rural: projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo. Brasília.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA, (s.d.). Contrato de assentamento.

MORAIS, Clodomir S. de. (1986), Elementos sobre a teoria da organização no campo. Caderno de Formação, nº 11, São Paulo, MST.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL/COOPERATIVA CENTRAL DE ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, (1991). Memória do Laboratório Organizacional de Campo Sarandi – RS, Assentamento Fazenda Anonni", p. 2.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986). A luta continua: como se organizam os assentados. Caderno de Formação, nº 10, São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1986). Terra não se ganha, se conquista!. Caderno de Formação, nº 9, São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1989). *Manual de cooperação agrícola III.* São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1989). Normas gerais do MST. São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1991). A experiência do MST na cooperação agrícola. In GÖRGEN, Frei Sérgio A., STÉDILLE, João P., Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis, Vozes, p. 132-184.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1991). Os desafios atuais do SCA. São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1991). *Sistema cooperativista dos assentados.* São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993). A cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação, nº 20, São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993). A cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação, nº 20, São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1993). O que queremos com as escolas dos assentamentos. In Caderno de formação, nº 18, São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1995). Vamos organizar a base do MST. Cartilha nº 2, São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1996). Cooperativas de produção: questões práticas. Caderno de Formação, nº 21, São Paulo, 2ª ed..

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1998). Compreender e construir novas relações de gênero: coletânea de textos. São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999). 1999: feliz aniversário MST. 2º Concurso Nacional para as Escolas e os Estudantes do MST. São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (1999). Crianças em movimento: as mobilizações infantis no MST. São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (s.d.). A luta dos trabalhadores sem terra. São Paulo. (Álbum de fotografias).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, (s.d.). Estórias de Rosa. São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/REGIONAL DE SARANDI, (1999). Relatório do Encontro Regional.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/SCA, (1994). Como organizar os assentados individuais. São Paulo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/SETOR DE EDUCAÇÃO, (1998). Orientações para um trabalho infantil educativo. São Paulo.

O POPULAR, 07/10/1993. A pedido: fazendeiro vê no jornal que bandidos presos eram invasores de suas terras. Goiânia.

OLIVEIRA, Gilberto. (1998). Proposta para a organização da juventude do MST. Brasília, mimeo..

PELOSO, Ranulfo, (1998). A força que anima os militantes. In MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. Caderno de Formação, nº 27.

POLETTO, Ivo, (1997). A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da história da CPT. In SECRETARIADO NACIONAL DA CPT. A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo, Paulus.

SECRETARIADO NACIONAL DA CPT, (1992). Solidários a serviço da criação. In COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, Justiça social e preservação do ambiente, Cadernos de Estudos, nº 5, p. 9-28.

SECRETARIADO NACIONAL DA CPT, (1997), Os rostos da CPT hoje. In SECRETARIADO NACIONAL DA CPT, A luta pela terra: a comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo, Paulus, p. 177-266.

SOUZA, Marcelo B., CARAVIAS, José L., (1988). Teologia da terra. Petrópolis, Vozes.

ZERO HORA, (1999). Um marco na luta pela posse da terra: o maior acampamento de agricultores do país é montado na Fazenda Annoni, na década de 80. Caderno Especial, Século XX: 100 fatos que marcaram o Rio Grande. Porto Alegre, 15 de dezembro de 1999.

ZERO HORA, (2001). Assassinato revela milícia do MST. Porto Alegre, 14 de setembro de 2001.